

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MONTES CLAROS - UNIMONTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO SOCIAL - PPGDS

**DE NATIVOS E DE CABOCLOS: RECONFIGURAÇÃO DO PODER DE
REPRESENTAÇÃO DE COMUNIDADES QUE LUTAM PELO LUGAR**

CARLOS ALBERTO DAYRELL

MONTES CLAROS-MG
Setembro de 2019

DE NATIVOS E DE CABOCLOS: RECONFIGURAÇÃO DO PODER DE REPRESENTAÇÃO DE COMUNIDADES QUE LUTAM PELO LUGAR

CARLOS ALBERTO DAYRELL

Tese de doutorado do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social, área de concentração em Desenvolvimento Social, linha de pesquisa “Movimentos Sociais, Identidade e Territorialidades”, apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Doutor.

Orientador: Professor Dr. Rômulo Soares Barbosa

Co-orientador: Professor Dr. Henri Acselrad

Co-orientador: Professor Dr. João Batista de Almeida Costa

MONTES CLAROS-MG

Setembro de 2019

D275d

Dayrell, Carlos Alberto.

De nativos e de caboclos [manuscrito] : reconfiguração do poder de representação de comunidades que lutam pelo lugar / Carlos Alberto Dayrell. –2019.
456 f. : il.

Bibliografia: f. 426-448.

Tese (Doutorado) - Universidade Estadual de Montes Claros - UNIMONTES, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social /PPGDS, 2019.

Orientador: Prof. Dr. Rômulo Soares Barbosa.

Coorientador: Prof. Dr. Henri Acelrad.

Coorientador: Prof. Dr. João Batista de Almeida Costa.

1. Comunidades tradicionais - Norte de Minas Gerais - Serra do Espinhaço – Diamantina (MG) – Região. 2. Povos tradicionais. 3. Direitos territoriais. 4. Cartografia social. I. Barbosa, Rômulo Soares. II. Acelrad, Henri. III. Costa, João Batista de Almeida. IV. Universidade Estadual de Montes Claros. V. Título. VI. Título: Reconfiguração do poder de representação de comunidades que lutam pelo lugar.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MONTES CLAROS – UNIMONTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO SOCIAL – PPGDS

TERMO DE APROVAÇÃO

CARLOS ALBERTO DAYRELL

De nativos e de caboclos: reconfiguração do poder de representação de comunidades que lutam pelo lugar

Tese aprovada como requisito parcial para obtenção do título de Doutor em Desenvolvimento Social, do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social – PPGDS, da Universidade Estadual de Montes Claros – Unimontes, apreciada pela banca examinadora constituída pelos seguintes professores:

Prof. Dr. Rômulo Soares Barbosa - PPGDS/UNIMONTES
(Orientador)

Prof. Dr. Henri Acselrad - IPPUR/UFRJ
(Co-orientador)

Prof. Dr. João Batista de Almeida Costa - PPGDS/Unimontes
(Co-orientador)

Prof. Dr. Alessandro Roberto de Oliveira - UnB
(examinador)

Prof. Dr. Carlos Walter Porto-Gonçalves - UFF
(examinador)

Prof. Dr. Felisa Cañado Anaya - NIISA
(examinadora)

Prof. Dr. Henyo Trindade Barretto Filho - UnB
(examinador)

Aprovada em: 18/09/2019

DEDICATÓRIA

Para “Tonha”, do Quilombo do Gurutuba.

AGRADECIMENTOS

Mathira me lançou numa rede para conexão com o sagrado. Na última sessão que tivemos, ela falou assim, olha, você ainda tem uma chance, anote o que vier à sua cabeça e planeje o que quer. Escreva em um papel. Fique atento para escutar o espírito que vive em seu corpo. Após percorrer os Sete Povos, a sistematização e a elaboração da tese foram realizadas fazendo um outro percurso, agora junto aos meus cinco filhos, passando pelo Peixe até o retorno à Roça da Chuva. Elas e eles, Luciano, Jussara, Luana, Maria Clara e Mateus, cada um ao seu modo, presentes de minha vida, estão presentes nas entrelinhas do que foi escrito. Além de Dilza Mara e Anna Bastos.

In memoriam, destaco pessoas que tiveram importância na minha trajetória sociopolítica, na luta ambiental, pela agroecologia e na promoção dos direitos de povos e comunidades tradicionais, de D. Dochinha, passando por Augusto Carneiro, José Lutzemberguer, Mazan, Valdo, Arcilo, Alvimar, Eley, Aline e Lirol. Anteriormente, a referência ao seu Geraldo, meu pai e à Gegê, meu irmão. E no presente, ao Seu Valdinho e à Tonha que no entreperíodo da pesquisa de campo foram iluminar os céus de onde estão a nos guiar desde a terra.

Se não fosse Tininha e Joba eu não teria sido aluno do PPGDS. Foi lá no Catrumano, em uma noite, na mesa de um bar, que Tininha repõe o assunto que eu não tinha dado atenção mais cedo. Fala para o Joba. E ele rápido diz sim, isso mesmo, olha só, uma oportunidade de você fazer uma sistematização relacionada com a sua vivência no Norte de Minas, já não era sem tempo. Com ela, o apoio e o carinho em todos os momentos.

Rômulo, junto com Joba e Acselrad, meus orientadores. Rômulo, além de professor, acadêmico, pesquisador, uma trajetória profissional e pessoal comprometida com as pessoas do lugar. Joba, pelo encantamento com os sertões de Minas Gerais, inaugura juntamente com um expressivo coletivo, uma releitura do Norte de Minas. Acselrad pela compreensão e apontamentos de rumos sobre o papel que poderia contribuir como um intelectual com os pés fincados no lugar. E à banca, Carlos Walter Porto Gonçalves, Henyo Trindade Barreto Filho, Alessandro Roberto de Oliveira e Felisa Cançado Anaya pelas contribuições, críticas e lançamento de novos olhares ao que se tinha escrito, ou o que tinha deixado de fazê-lo.

Aos meus colegas do mestrado, aos colegas da primeira turma do doutorado: Fred, Mônica, Christine, Guelmer e Viviane, e aos professores e professoras do PPGDS. Àqueles que juntos trilhamos os caminhos da compreensão da formação social do Norte de Minas e Alto Rio Jequitinhonha como Albano, Cláudia, Felisa, Isabel, Elisa, Ana, Lilian, Magda, Fred, Luciana, Leninha, Bárbara, Dieter, Ulli, Jansen, Aldinei e Sérgio. Luciene, Da Luz, Elton e Andrea que

nesse período estiveram à frente da Coordenação do PPGDS. Da UFMG, a Aderval Costa Filho, Ana Gomes, Eduardo Ribeiro, Flávia Galizoni e Luiz Arnaldo. Da UNB, à Mônica Nogueira. Ao Casimiro Balsa, da Universidade Nova de Lisboa, com quem iniciei os primeiros diálogos sobre metodologia. No percurso encontrei com Moisés, Helen, Gabriel, Fernanda, Neudes, Paraná, Bruno, Izadora e Pedro, conversas que ajudaram a compreender cada uma das territorialidades percorridas. Ao final, Adinei, Isabela, Matheus Vinícius, Mercês e Maria Clara que me ajudaram na organização das transcrições, na construção dos mapas e correção do português. Além dos juristas populares, André e Marcão, que andam a sustentar o “direito na prática”.

Ao CAA, à direção que me liberou, Braulino, Eliseu, Elisângela e, em seguida, Joelisa. E aos sócios, presentes nas regiões por onde andei, entre esses um carinho imenso ao Oscarino e D. Ana que me acolheram em sua casa durante a pesquisa de campo. Ao pessoal da equipe técnica, administrativa e coordenação da entidade, entre esses Honório, Luciano, Álvaro, Arlan, Aline, Samuel, Tiago, Heliete, Marta, Josy, Anilde, entre tantas outras pessoas que pela proximidade sempre trocávamos e debatíamos os tortuosos caminhos do vir-a-ser de nosso trabalho plugado com a terra. Com todos vocês, muitos aprendizados.

Seu Braulino, relembro o seu comentário, pois ele não teve dúvida na hora que informei sobre o interesse do doutorado e o que ele achava. A resposta foi simples e rápida, “vai fazer”. E não é que sonhei com ele uma noite, quase quatro anos depois, quando estava em Manaus, na casa de minha filha. No sonho ele dizendo: “Carlim gosta muito de ler”, e a imagem que apareceu foi a de um bule de ferro em cima de uma trempe em uma área aberta. “Então ele lia muito sobre muita coisa”, aí ia com um papel embrulhando o bule. “A tese que ele vai escrever não tem amarras”. É difícil, mas vá entender!

São muitas as gentes com quem aprendi nesta caminhada, nos primeiros passos. Não tem como não falar primeiramente de Cristovino, D. Vá, seu Altino, seu Chico, Joantina, João Tiu. Em seguida e depois muitos e muitas.

Finalizo o agradecimento às organizações que apoiam os povos tradicionais, em particular ao STR de Rio Pardo de Minas, STR de Porteirinha, STR de Varzelândia, MASTRO, CODECEX, N’GOLO, CEDEFES, CPT, CIMI, Cáritas Januária pelo apoio, informações e dados fornecidos. Em particular, não tem como não agradecer ao Moisés e ao Tokim, contribuição fundamental com a base de dados cartográficos.

Ao longo da trajetória do CAA, contamos com o apoio da MISEREOR, PPM, HEKs, CESE, CEAS, FBBH em projetos de cooperação junto aos sete povos. Além da CAPES do qual

obtive uma bolsa, ao NIISA, que, navegando nestes mares do sertão, vem construindo um novo posicionamento da academia junto aos povos tradicionais.

Mas, e principalmente, aos que se tornaram também autores nesta tese colaborativa, às *antenas* Jaime, Cícero, Zilah, Eliad, Tatinha, Antônia, Leninha, Toninho, Eva, Zezinho, Célia, Hilário e Orlando. Além de meus colegas de caminhada acadêmica. Foram elas e eles que me abriram as portas, suas casas, seus parentes, suas cabeças com quem tanto aprendi por onde andei.

RESUMO

Analisando a movimentação de povos e comunidades tradicionais que vivem no Norte de Minas e na Serra do Espinhaço meridional da região de Diamantina, que na luta pelo reconhecimento e pelo direito territorial, constituíram em suas estratégias de resistência e de reposicionamento um movimento social denominado Articulação Rosalino Gomes de Povos Tradicionais. Abordo o seu surgimento a partir de antecedentes que fui buscar elegendo personagens e contextos da história regional ambientada nos últimos cem anos. Denomino esses personagens que opuseram resistência ao mandonismo e à expropriação territorial, cada um em sua época, como *insurgentes nativos*. Verifico a emergência da Articulação Rosalino em um contexto de hegemonia das elites dirigentes locais e regional associadas à modernização da região. A partir de um “pacto etnográfico” estabelecido entre mim e as “antenas” da Articulação Rosalino, em uma pesquisa colaborativa, fui em busca da compreensão de como a questão identitária, posta pela Articulação Rosalino entra no debate sobre o direito à diferença, com o acionamento de outras epistemes como reação à condição de colonialidade que se mantém na sociedade brasileira e, em particular, na Norte Mineira. Utilizo da análise situacional para a compreensão de uma série complexa de eventos realizada pela Articulação Rosalino no exercício do “direito na prática”. Percebo que os processos de produção de identidades e de afirmação em suas diferenças e tradicionalidades são complexos e contraditórios, abrangem diferentes formas de se ver e se fazer no mundo, acionando valores, conhecimentos, linguagens e entendimentos próprios. Constato que a luta pelos direitos e pelo reconhecimento promovida pelas comunidades, que se reafirmam como tradicionais e, em seguida, como “povos”, repercutem não apenas na reconfiguração de seus poderes de representação, rebelando e acionando distintas estratégias de recuperação ou proteção de seus territórios contra as seguidas tentativas de confinamento e de encurralamento territorial. Vão mais além, promovem insurgências que entram na disputa ontológica por um outro viver. Acionam diferentes estratégias para manterem suas vidas no lugar, sem abrir mão de intervir em espaços mais amplos, como partícipes atuantes de diálogos civilizacionais.

Palavras-chave: Comunidades Tradicionais. Povos Tradicionais. Direitos Territoriais. Cartografia Social.

ABSTRACT

I analyze the movement of traditional peoples and communities living in the north of Minas and in the southern Espinhaço Range of Diamantina region that, in the struggle for recognition and territorial law, constituted, in their strategies of resistance and repositioning, a social movement called Articulation Rosalino Gomes of Traditional Peoples. I approach its emergence from antecedents that I sought by electing characters and contexts of recent regional history set in the last hundred years. I denominate these characters who opposed resistance to mandonism and territorial expropriation, each in its own time, as native insurgents. Through them I sought to understand the emergence of the Rosalino Articulation in a context of hegemony of the local and regional elites associated with the modernization of the region. From an “ethnographic pact” established between me and the “antennas” of the Rosalino Articulation, in a collaborative research, I went in search of understanding how the identity question posed by the Rosalino Articulation enters the debate about the right to difference with the activation of other epistemes as a reaction to the condition of coloniality that remains in Brazilian society and, in particular, in Northern Mineira. I use “situational analysis to comprehend a complex series of events carried out by Articulação Rosalino in the exercise of “practice of law”. I realize that the processes of identity production and affirmation in their differences and traditionalities are complex and contradictory, encompass different ways of seeing and doing in the world, triggering their own values, knowledge, languages and understandings. I note that the struggle for rights and recognition promoted by the communities, which reaffirm themselves as “tradicionais”, and then as “nation”, impact not only on the reconfiguration of their powers of representation, rebelling and activating different strategies for the recovery or protection of their territories against the subsequent attempts at confinement, territorial confinement. They go further, promoting insurgencies that enter the ontological dispute for another living. They activate different strategies to keep their lives in place, without giving up intervening in wider spaces, as active participants in civilizational dialogues.

Keywords: Traditional Communities. Traditional peoples. Territorial Rights. Social Cartography. Coloniality.

LISTAS DE SIGLAS

ACEBEV - Associação Casa de Erva Barranco Esperança e Vida
AGAPAN - Associação Gaúcha de Proteção ao Ambiente Natural
AI5 - Ato Institucional 5
ALMG - Assembleia Legislativa de Minas Gerais
AMDA - Associação Mineira de Defesa do Meio Ambiente
ANA - Articulação Nacional de Agroecologia
APPs - Áreas de preservação permanente
AR - Articulação Rosalino Gomes de Povos e Comunidades Tradicionais
ASA - Articulação do Semiárido
ASPTA - Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa
ASPJ - Associação dos Posseiros de Jaíba
CDRU - Concessão de Direito Real de Uso
CEB - Comissão Eclesial de Base
CEDEFES - Centro de Documentação Eloy Ferreira da Silva
CEDEPLAR - Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional da Faculdade de Ciências Econômicas
CENARGEN - Centro Nacional de Recursos Genéticos
CAA - Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas
CTA/Montes Claros - Centro de Tecnologia Alternativa de Montes Claros
CTI - Centro de Trabalho Indigenista
CIMC - Comitê Indígena de Mudanças Climáticas
CIMI - Conselho Indigenista Missionário
CIMOS - Coordenadoria de Inclusão e Mobilização Sociais
CLADES - Consorcio Latino Americano sobre Agroecología y Desarrollo
CMDRS - Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural Sustentável
CNBB - Conferência Nacional de Bispos do Brasil
CNPCT - Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Povos e Comunidades Tradicionais
CODECEX - Comissão em Defesa dos Direitos das Comunidades Extrativistas
CODESVASF - Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco
COMIG - Companhia Mineradora de Minas Gerais
CONAQ - Confederação Nacional das Associações Quilombolas
COOPAGRO - Cooperativa Agropecuária dos Produtores Rurais
COP - Conferência das Partes
COPAE - Cooperativa de Pandeiros
COPASA - Companhia de Saneamento de Minas Gerais
COVEMG - Comissão Verdade em Minas Gerais
CPCD - Centro Popular de Cultura e Desenvolvimento
CPT - Comissão Pastoral da Terra
CRAS - Centro de Referência de Assistência Social
CTA - Centro de Tecnologia Alternativa
CUT - Central Única dos Trabalhadores
DGM - Projeto do Fundo Clima do Banco Mundial
ECO 92 - Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento
EFA - Escola Família Agrícola
EFCB - Estrada de Ferro Central do Brasil
EMBRAPA - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária

EPAMIG - Empresa de Pesquisa Agropecuária do Estado de Minas Gerais
FAE/UFMG - Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais
FAO - Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação
FASE - Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional
FBB - Fundação Banco do Brasil
FETAEMG - Federação dos Sindicatos de Trabalhadores Rurais do Estado de Minas Gerais
FIAN - Organização pelo Direito Humano à Alimentação e à Nutrição Adequadas
FINOR - Fundo de Investimento do Nordeste
FISSET - Fundo de Investimentos Setoriais
FUNAI - Fundação Nacional do Índio
FUNATURA - Fundação Nacional de Conservação da Natureza
FUNDAJU - Fundo de Ajuda ao Desenvolvimento da Diocese de Montes Claros
GARRA - Grupo de Apoio e de Resistência Rural e Ambiental
GEA - Grupo de Estudos e Ação Ambiental
GESTA - Grupo de Estudos em Temáticas Ambientais **GHIAS**
GREQUI - Grupo de Estudos sobre a Questão Indígena
GTs - Grupos de trabalhos
ICA/UFMG - Instituto de Ciências Agrárias da Universidade Federal de Minas Gerais
ICMBio - Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
IEF - Instituto Estadual de Floresta
IFNM - Instituto Federal do Norte de Minas Gerais
IIZ - Instituto para a Cooperação Internacional
INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
IPCC - Relatório de Avaliação do Painel Intergovernamental sobre Mudança do Clima
LCP - Liga dos Camponeses Pobres
MAB - Movimento dos Atingidos por Barragem
MASTRO - Movimento Articulado dos Sindicatos de Trabalhadores do Alto Rio Pardo
MDS - Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
MEC - Ministério da Educação e Cultura
MMA - Ministério do Meio Ambiente
MONAPE - Movimento Nacional dos Pescadores
MOPIC - Mobilização dos Povos Indígenas do Cerrado
MOVA - Movimento de Alfabetização
GRAAL - Movimento do GRAAL de Belo Horizonte
MPE - Ministério Público Estadual
MPF - Ministério Público Federal
MST - Movimento Sem-Terra
N'GOLO - Federação das Associações Quilombolas de Minas Gerais
NIISA - Núcleo Interdisciplinar de Investigação Socioambiental
OIT - Organização Internacional do Trabalho
OMC - Organização Mundial do Comércio
ONGs - Organizações não-Governamentais
OPARA - Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Comunidades Tradicionais do Rio São Francisco (Opará)
PADSA - Programa de Assentamento Dirigido Serra das Araras
PAE - Projeto de Assentamento Agroextrativista
PAE Veredas Vivas - Projeto de Assentamento Agroextrativista Veredas Vivas
PARNA GSV - Parque Nacional Grande Sertão Veredas
PDA/Califórnia - Projeto de Desenvolvimento do Assentamento Califórnia
PPGDS - Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Social

PROTERRA - Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulo à Agroindústria do Norte e do Nordeste

Provárzeas - Programa Nacional para Aproveitamento de Várzeas Irrigáveis

PTA/FASE - Projeto Tecnologias Alternativas da FASE

RDS - Reserva de Desenvolvimento Sustentável

RESEX - Reserva Extrativista

RIS - Rede de Intercâmbio de Sementes

RPP - Reserva Particular do Patrimônio Natural

RTID - Relatório Técnico de Identificação e Delimitação de Território Quilombola

RURALMINAS - Fundação Rural Mineira

SACTES - Serviço Alemão de Cooperação Técnica e Social

SENAR - Serviço Nacional de Aprendizagem Rural

SETAS - Secretaria do Trabalho e Ação Social do Estado de Minas Gerais

SPU - Secretaria de Patrimônio da União

STR - Sindicato de trabalhadores Rurais

SUCAM - Superintendência de Campanhas de Saúde Pública

SUDENE - Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste

SUVALE - Superintendência do Vale do São Francisco

T.I - Terra Indígena

TAUS - Termo de Autorização de Uso

UFF - Universidade Federal Fluminense

UFMG - Universidade Federal de Minas Gerais

UFVJM - Universidade Federal dos Vales Jequitinhonha e Mucuri

UAPP/Montes Claros - União das Associações de Pequenos Produtores de Montes Claros

UNIMONTES - Universidade Estadual de Montes Claros

VFFLB - Viação Férrea Federal Leste Brasileiro

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 - Sítio onde vive o Sr. Lerin, acampamento Serra Azul. Ao fundo a Serra Azul	67
FIGURA 2 - Seu Manoel e Seu Daniel junto com o cineasta Luciano Dayrell (da direita para a esquerda) em frente da gruta onde Saluzinho enfrentou o batalhão da PM e o DOPS. Município de Jaíba	74
FIGURA 3 - Capa da Cartilha Seu Mariano: uma homenagem a um lutador do Gurutuba	126
FIGURA 4 - Convite da Articulação Rosalino e Vazanteiros em Movimento	128
FIGURA 5 - Imagem da plenária final do evento	129
FIGURA 6 - Trabalho de grupo dos participantes da Articulação Rosalino	131
FIGURA 7 - Celebração ao final do encontro da Articulação Rosalino em Montes Claros	133
FIGURA 8 - Momento final da autodemarcação do território tradicional da comunidade de Moreiras	135
FIGURA 9 - Jovens participando de autodemarcação de território em área tomada pela monocultura	137
FIGURA 10 - Área de incidência de comunidade de veredas nas regiões dos planaltos sanfanciscanos	166
FIGURA 11 - Casa do Sr. Antônio dos Remédios. Poltrona típica de talo de buriti	170
FIGURA 12- Área de nascente na gruta próximo da casa do seu Antônio dos Remédios - colheita de casca de amescla, planta medicinal	171
FIGURA 13- Abertura do 1º Encontro dos Veredeiros, comunidade de Poçãozinho, município de Januária. Novembro 2017	172
FIGURA 14 - Apresentação dos grupos	174
FIGURA 15 - Escuta dos representantes da Articulação Rosalino com intercâmbio de experiências e de conhecimentos	176
FIGURA 16 - Família de foliões - Seu Jaime com o "balainho" e o Jaime ensinando a filha tocar cantiga de folia	179
FIGURA 17 - Incursão área degradada pela Metalur / Rima. Canal de drenagem na vereda do Buriti Grosso	180
FIGURA 18 - Últimos remanescentes do buritizal de Buriti Grosso	181
FIGURA 19 - Reunião comissão de veredeiros - Comunidade de Cruz, distrito de São Joaquim	182
FIGURA 20 - Reunião da Comissão de Veredeiros - Comunidade de Cruz - distrito de São Joaquim	183
FIGURA 21 - Comunidade do Japão - reunião na casa do Sr. Miro	184
FIGURA 22 - Rio Cochá, com 1/3 do leito normal - Comunidade do Japão, município de Bonito de Minas	184
FIGURA 23 - Área de incidência do Movimento Veredeiros, comunidades e demandas territoriais	187

FIGURA 24 - Área de incidência de comunidades vazanteiras do Rio São Francisco no Norte de Minas Gerais, MG	196
FIGURA 25 - Cartografia Vazanteiros em Movimento - Norte de Minas Gerais	202
FIGURA 26 - Reunião da CODECEX na comunidade Pé de Serra, município de Buenópolis	211
FIGURA 27 - Área de incidência dos Apanhadores de Flores Sempre-Vivas - CODECEX	212
FIGURA 28 - Mapa de incidência da CODECEX	217
FIGURA 29 - Comemoração da Festa da Panha no território da comunidade de Macacos	220
FIGURA 30 - Área de incidência do Movimento Geraizeiro no contexto do Norte de Minas Gerais	224
FIGURA 31 - Dinâmicas territoriais nos municípios de incidência do Movimento Geraizeiro - Subárea 01	231
FIGURA 32 - Dinâmicas territoriais nos municípios de incidência do Movimento Geraizeiro - Subárea 2	231
FIGURA 33 - Perfil transversal dos Sopés da Serra do Espinhaço.	237
FIGURA 34 - Área de incidência de Comunidades Caatingueiras dos Sopés da Serra Geral	238
FIGURA 35 - Localidade de Malhada dos Bois, município de Porteirinha. Ao fundo a Serra Geral	240
FIGURA 36 - Área de incidência dos Quilombos Sanfranciscanos	250
FIGURA 37 - Sede da Associação Quilombola do Gurutuba. Localidade de Taperinha, município de Pai Pedro	252
FIGURA 38 - Cartografia Quilombos Sanfranciscanos	259
FIGURA 39 - Inscrições rupestres em uma das grutas do Vale do Peruçu, município de Januária/MG. Novembro de 2017.	265
FIGURA 40 - Espigas de milho arqueológicas encontradas na Lapa do Boquete, município de Itacarambi/MG.	266
FIGURA 41 - Localização das terras indígenas Xakriabá e Tuxá no Norte de Minas Gerais	268
FIGURA 42- Aliança dos Xakriabá e Vazanteiros promovida pela Articulação Rosalino	274
FIGURA 43 - Cartografia Xakriabá em construção	276
FIGURA 44 - Cartografia dos Tuxá - Município de Butzeiro, MG	278
FIGURA 45 - Placas que estão sendo confeccionadas pelos veredeiros com o apoio da Escola Estadual	290
FIGURA 46 - Leninha, D. Ana Rosa, a filha, Eva e Toninho. No quintal de frente de sua casa em Malhada dos Bois, município de Porteirinha, MG	307
FIGURA 47 - Visita dos quilombolas de Brejo dos Crioulos ao Povo Xakriabá. Fevereiro de 2012	332
FIGURA 48 - Conferência Geraizeira - Abertura - 1º dia	347
FIGURA 49 - Palco da Conferência Geraizeira - município de Vargem Grande	348
FIGURA 50 - Autodemarkação do território de Vereda Funda e barraco de pindoba no meio da área	355
FIGURA 51 - Centro de Formação do PAE Veredas Vivas	356
FIGURA 52 - Área à montante da nascente com plantações de eucalipto	366
FIGURA 53- Encanamentos no barramento que distribuía água para a comunidade de Catanduvás	367
FIGURA 54 - Perfil transversal da distribuição dos grupos sociais que compõem a Articulação Rosalino Gomes no Norte de Minas e Espinhaço Meridional.	377
FIGURA 55 - Área de incidência da Articulação Rosalino. Norte de Minas e região de Diamantina/MG.	378

LISTAS DE TABELAS

TABELA 1 - Distribuição de unidades de conservação por categorias de uso	189
TABELA 2 - Territórios regularizados e em disputa pelos vereadores	191
TABELA 3 - Unidades de Conservação na área de influência dos Vazanteiros em Movimento	204
TABELA 4 - Áreas em disputa na região de incidência dos Vazanteiros em Movimento	206
TABELA 5 - Terras demandadas pelas comunidades vazanteiras 1ª aproximação	207
TABELA 6 - Área de Atuação da CODECEX no âmbito do Espinhaço	213
TABELA 7 - Áreas demandadas pelas comunidades de apanhadores de flores sempre-vivas	216
TABELA 8 - Terras demandadas pelas comunidades de apanhadores de flores - 1ª aproximação	218
TABELA 9 - Áreas ocupadas pelos arrendamentos do Estado e de empresas de reflorestamento em conflito com as comunidades locais	232
TABELA 10 - Territórios Geraizeiros em Delimitação	233
TABELA 11 - Territórios Geraizeiros Autodemarcados	233
TABELA 12 - Territórios Geraizeiros Regularizados	234
TABELA 13 - Assentamentos de Reforma Agrária	234
TABELA 14 - Categorias das terras demandadas para regularização fundiária	234
TABELA 15 - Lista e área (ha) dos territórios quilombolas autodemarcados - Quilombos Sanfranciscanos	260
TABELA 16 - Lista e área (ha) dos territórios quilombolas regularizados - Quilombos Sanfranciscanos	261
TABELA 17 - Lista e área (ha) dos assentamentos de reforma agrária - Quilombos Sanfranciscanos	261
TABELA 18 - Lista de outras modalidades de demanda territorial - Quilombos Sanfranciscanos	261
TABELA 109 - Síntese das demandas territoriais na área de incidência dos Quilombos Sanfranciscanos	262
TABELA 20 - Áreas de terras demandadas pelas comunidades e movimentos sociais no âmbito da área de incidência dos Quilombos Sanfranciscanos	262
TABELA 21 - Distribuição da área de incidência da Articulação Rosalino	379
TABELA 22 - Distribuição de terras por categoria na área de incidência da Articulação Rosalino	382

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
Antecedentes	21
O Campo teórico.....	23
O Método.....	33
A estrutura da tese	39
CAPÍTULO I - REBELDIAS NO SERTÃO	44
O contexto regional	45
A região sanfranciscana.....	50
Antônio Dó	55
A Segunda Geração de Posseiros - por onde entra o Saluzinho.....	62
Saluzinho e a emergência de D. Dúlcia na perspectiva das pessoas do lugar.....	65
A Insurgência Xakriabá.....	76
Insurgências nativas nas memórias e nas histórias de lutas e resistências.....	83
CAPÍTULO II - A CONSTRUÇÃO SITUADA DE UM LUGAR DE FALA	89
A ação em rede e a entrada dos Cerrados na pauta regional e nacional.....	94
Os Geraizeiros Descem a Serra.....	104
Da Comissão Regional de Povos e Comunidades Tradicionais.....	106
Das comunidades tradicionais que vão entrando em cena	115
A Conversa de Caboclo.....	120
Da Articulação Rosalino de Povos e Comunidades Tradicionais	123
Do Luto e da Luta.....	125
Conquistas.....	134
O II Mutirão dos Povos Tradicionais	139
De Nativos e de Caboclos.....	155
CAPÍTULO III - NAS TRILHAS COM OS SETE POVOS	162
Rumo às comunidades de veredas e aos veredeiros	163
Vazanteiros	192
Nas altas serras, as Comunidades Apanhadoras de Flores Sempre-Vivas	209
Geraizeiros	222
Caatingueiros.....	236

Quilombos Sanfranciscanos	248
Indígenas	265
<i>CAPÍTULO IV - OS SETE POVOS: POR ELES MESMOS</i>	280
Veredeiros	281
Vazanteiros	291
Apanhadores de Flores	296
Caatingueiros	306
Quilombos Sanfranciscanos	315
Indígenas	323
Geraizeiros: santas e santos de casa fazem milagres!	346
<i>CAPÍTULO V – OS SETE POVOS: COM O MUNDO SE CONVERSA</i>	375
Cartografia da Articulação Rosalino Gomes em construção	375
Lutas identitárias e perspectivas societárias	383
A Articulação Rosalino na perspectiva de suas <i>antenas</i>	394
<i>CONCLUSÃO</i>	408
<i>REFERÊNCIAS</i>	426
<i>ANEXOS</i>	449

INTRODUÇÃO

O mundo, a continuar sob as ordens do capital, condena a humanidade a não mais existir, pelo menos da forma como hoje a concebemos, é uma questão que o futuro responderá. Enquanto os limites ecossistêmicos de capacidade de suporte do planeta estão sendo testados e ultrapassados, nos lugares por onde andei, as pessoas dali já perceberam e estão vivendo e “sofrendo” mudanças ambientais talvez irreversíveis, mas tendo esperanças. Foi percorrendo as regiões de chapadas, veredas, gerais e matas nos planaltos da margem esquerda do São Francisco, que o Jaime, olhando uma área relativamente densa de cerrados, falou de inúmeras espécies de árvores que estavam morrendo “pelo tempo”. Foram sete anos seguidos de “seca”, de chuvas mais escassas e muito mais irregulares. Para ele, o cerrado já era outro. Nessa região, o desmatamento dos cerrados e a drenagem de vastas veredas para plantio de arroz, que a região sofreu no final dos anos 1970, alteraram o regime das águas de tal forma que nunca mais se recuperou. A areia tomou conta da maior parte das áreas de nascentes e brejos ressequidas até no “tempo das águas”. Ainda assim um grupo de veredeiros elegeu uma área não só para dar início à recuperação, como também para colocar ali modos de vida.

Estamos a assistir, praticamente no mundo todo, os sinais de que os tempos mudaram. Então vamos ter que mudar os nossos atuais modos de vida ou submeter-nos ao que o futuro nos reserva sob o domínio do capital em sua fase mais dura, a ditadura do poderio econômico e militar que definirá quem vive, como vive e quem deixa de existir. Ou seja, a necropolítica, como discutida pelo filósofo africano Achille Mbembe (MBEMBE, 2018). Com a emergência do nacionalismo e do fascismo transmutando-se na disputa dos estados e delegando ao liberalismo a gestão social, estamos na antevéspera de estados militares e policiaescos. Uma guerra fria em uma dimensão muito mais ampliada. O que estamos vendo é antevéspera do que pode vir a ser.

Entretanto esse “pode vir a ser” encontra-se sob rasura. Em diversas regiões do planeta, também aqui no Norte de Minas e nos morros, campos e chapadas do Espinhaço na região de Diamantina e do Alto Jequitinhonha, eu tive oportunidade de antever esse exame. Ao propor estudar os processos organizativos e sociais que estão emergindo no Norte de Minas, tendo uma de suas expressões, a Articulação Rosalino Gomes de Povos e Comunidades Tradicionais (A.R.), encontrei uma vitalidade social de grupos se movimentando para garantir os seus jeitos de vida, mesmo em um contexto de mudanças e de perda de direitos.

A Articulação Rosalino tem sua origem em meados dos anos 2000, quando lideranças regionais passaram a participar dos encontros nacionais que resultaram na construção da Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Povos e Comunidades Tradicionais. A transformação da Comissão Regional em Articulação Rosalino aconteceu durante um encontro em 2011 e significativo foi que, durante o processo de discussão e posteriormente na eleição do nome dessa articulação, fechou-se um consenso com o nome de Rosalino, em homenagem a uma das principais lideranças indígenas do Povo Xakriabá.

São gentes que trazem um jeito de ser e estar no mundo, mesmo no contraditório predomínio do capital, no qual a cultura de massas, na sua expressão mais fina, estabelece controles sobre o indivíduo utilizando-se de mecanismos associados à inteligência artificial. Acionam diversas e diferentes estratégias para manter suas vidas no lugar. Mas sem abrir mão de intervir em espaços mais amplos, nacionais ou mesmo internacionais, como se estivéssemos a assistir diálogos civilizacionais.

Como exemplo, no lugar, mulheres, crianças e jovens sobem a chapada e param tratores de esteira que estavam a desmatar os cerrados. Disputam a prefeitura em seus municípios, ou constroem legislação municipal que os reconheçam enquanto tal. Articulam-se regionalmente em movimentos sociais nativos. Coletivamente retomam territórios expropriados. Intervêm no âmbito do estado e da união na construção de leis, na reivindicação de direitos, entre eles o calcanhar de Aquiles que transformou o bem maior, a terra e nela o território, em mera mercadoria. Reivindicam a terra como o berço de suas humanidades. Afirmam-se como povos e passam a interagir, inclusive, com outros países e continentes. Construindo redes de interação e de diálogos desde o local até o planetário, em meio a diferentes matrizes de racionalidade.

Para tal acontecer, não o fazem sozinhos. A Constituição Federal de 1988 abre-se a novos direitos, criando possibilidades de reconfiguração da luta em outras dimensões. A partir das comunidades ou municípios onde vivem, acionam processos identitários em diálogos com grupos de pesquisadores, professores, estudantes, organizações sociais e econômicas, instrumentalizadas para se apresentarem à sociedade e aos governos, não como comunidades tradicionais vistas isoladas pela tradição, mas como “povos” tensionando ou subvertendo as fronteiras postas. Territorialidades sendo atualizadas, reconfigurando os lugares e os espaços onde vivem, questionando a conformação geográfica do poder do estado territorial (PORTO-GONÇALVES, 2017).

É nesse diálogo que descobrem que não estão sozinhos, nem aqui e nem em muitos lugares do planeta, ou pelo menos em alguns lugares do planeta. Sociedades que persistem “não

capitalistas” mesmo que vivendo dentro ou no meio desse campo dominado pelo capital que se quer global e total.

No desvendamento dessa tentativa de aproximar-se desse mundo, vivenciei momentos onde expressões relacionadas com o “sagrado” pareciam guiar essas comunidades nesse trânsito do mundo delas com esse outro. Durkheim (1996) trata a questão do sagrado como uma construção social. Ele nos mostra que a religião, assim como a ciência e o senso comum, é tratada como sistema de conhecimento, com suas profissões, crenças, cultos, conferências, assembleias e compartilhamento da crença.

Mas o trânsito pode ser também mediado no campo das ontologias, da forma como esses grupos, essas sociedades, essas gentes se concebem no mundo. No campo das racionalidades, analisadas de forma não essencialista, no qual lógicas distintas, com diferentes códigos, transitam e se relacionam, como aquelas que caracterizam povos que, na América, convivem sob tensão com a moderno-colonialidade há mais de cinco séculos (PORTO-GONÇALVES, 2017). Se as diferenças se manifestam na relação, no contato, é a partir das diferenças que novas epistemes emergem, acionando lutas emancipatórias que confrontam ou que acionam outras lógicas de caráter não capitalistas.

Ao percorrer as regiões de planícies, chapadas e morros, de matas, gerais, veredas, campos e caatingas, deparei-me com a existência de mundos que nos apontam para outras formas de relacionamento entre as pessoas e o lugar. E eles não estão sozinhos. Escobar (2005) cita iniciativas e exemplos de grupos societários que estão a construir novos referenciais espacializados no lugar desse estar no mundo. Ele nos diz que o lugar é dinâmico e que suas culturas e formas de não capitalismo não devem ser vistas como entes intocados ou fora da história. Diz ainda, que os lugares são históricos e estão em mutação, conectados com o mundo e que de diversas maneiras são determinados ou, por ele também, influenciados. Acrescenta, ainda, que mudanças estão ocorrendo como resultado da globalização, e que o lugar e a identidade se inter cruzam e estão interligados em um mundo de espaços profundamente interconectados.

Por último, Harvey (2005) destaca a importância do acionamento das contradições enfrentadas pelo capitalismo em sua busca de monopolização da renda em escala planetária. Ele nos diz que alternativa nenhuma à forma contemporânea da globalização se fará a partir do alto, a partir de fora. É partindo de espaços múltiplos locais, articulados em redes mais amplas, que podem ser costuradas políticas contrárias ao capitalismo multinacional, agenciados por segmentos ligados a questões culturais. Enfrentando as contradições do capitalismo ao agenciar valores como a autenticidade, a localidade, história, tradição.

Esse não é o centro da tese que apresento a seguir. É um assunto que emerge tensionado pelo momento histórico vivido pela humanidade: o risco de terem os seus projetos civilizatórios extintos em um conflito global, como desdobramento da acumulação do capital que só subsiste em função das próprias crises que provoca. Ao percorrer os “Sete Povos”, percebi a existência de uma “humanidade socioambiental”¹ ao indicar eles a fazer, ou com a possibilidade de se fazer, no trânsito, na interligação entre sociedades (Dayrell & Mineiro, 2016) tão distintas como aquelas das altas serras do espinhaço, como as que vivem nas extensas planícies sanfranciscanas, mas também como as sociedades maias da Nicarágua, como as comunas da Ilha Josina Machel, em Moçambique, ou mesmo como as sociedades “camponesas” comunais dos Alpes Suíços e seus hábitos de criação de gado em transumância. Locais que também percorri nos últimos cinco anos.

Trânsitos que, se feitos, podem engrossar a fileira daqueles que na sociedade não abrem mão da esperança de que “outro mundo é possível” e que acreditam na sua construção. Porque estão construindo e também são crescentes.

O objetivo da tese é o de analisar a movimentação de povos e comunidades tradicionais do Norte de Minas que, na luta pelo reconhecimento e pelo direito territorial, constituíram, em suas estratégias de resistência e de reposicionamento, uma organização regional denominada Articulação Rosalino Gomes de Povos e Comunidades Tradicionais. Analiso o seu surgimento a partir de antecedentes que fui buscar elegendo personagens e contextos da história regional recente, ambientada nos últimos cem anos. E, como desdobramentos dos personagens que opuseram resistência ao mandonismo, vou em busca de compreender a emergência da Articulação Rosalino em um contexto de hegemonia das elites dirigentes associadas à modernização da região. Ou seja, de uma contra hegemonia, mesmo que à margem, mas fincada em cosmovisões e entendimentos da realidade que não os estabelecidos pela ordem econômica que vem se impondo mundialmente.

A partir dessa experiência, analiso os processos vivenciados pelas comunidades que passaram a se afirmar como tradicionais em termos de seus processos organizativos, das estratégias e das táticas das lutas que vêm encetando. Passos que vêm sendo dados desde momentos imediatamente anteriores ao da constituição da Comissão Regional de Povos e Comunidades Tradicionais no ano de 2006 e, em seguida, da Articulação Rosalino de Povos e

¹ Conceito instrumental e, por isso, provisório.

Comunidades Tradicionais no ano de 2011 e, em 2017, como Articulação Rosalino Gomes de Povos Tradicionais².

Trago para reflexão o contexto das conjunturas regional e nacional do surgimento dessa movimentação em seguida à promulgação da Constituição Federal de 1988 e o processo de reposicionamento da luta pela terra, instaurado pelos movimentos sociais expressos em luta dos “sem-terra”, dos “camponeses pobres”; até a emergência de lutas pelo território que tem como uma de suas expressões, norte mineira, a luta dos Xakriabá e, em seguida, a luta dos quilombolas, geraizeiros, vazanteiros, apanhadores de flores, veredeiros e catingueiros. Luta, por terra e por território, misturada a suas visões de mundo e que passam a se apresentar também *como povos*.

Analiso a importância do processo, principalmente, quando se coloca a atual conjuntura de desconstrução dos direitos, a desconstrução dos sujeitos de direitos no sentido de sua deslegitimação e, no limite, até a criminalização das lutas territoriais desses povos. É uma dimensão empírica que por si só é muito importante.

Dialogo com as categorias do campo científico em que o processo se insere, que são as do reconhecimento, conforme Axel Honneth (2003), das territorialidades tradicionais (LITTLE, 2002; 2004), da territorialização (PACHECO DE OLIVEIRA, 1998), das comunidades tradicionais (BRANDÃO, 2012), das populações tradicionais (LITTLE, 2002; 2004), das etnicidades ecológicas (PARAJULI, 1996) e dos direitos territoriais dos povos e comunidades tradicionais (Brasil, 1988 - CONSTITUIÇÃO). Categorias que são chaves para entender esse processo de constituição de sujeitos de direitos.

Recorro a estudos realizados com povos e comunidades tradicionais no Norte de Minas conforme Costa (1999), Luz Oliveira (2005), Brito (2006), Araújo (2009), Dayrell et al. (2011), Anaya (2012) e Oliveira (2017), dentre outros, que analisam grupos sociais que se afirmam distintos, acionando fronteiras identitárias e territoriais mais ou menos precisas e, quase sempre, demandando, ocupando ou “retomando” parcelas de terras, muitas delas previamente cartografadas ou autodemarcadas. Processos que se aproximam da noção de territorialização, como vista por Araújo (2009), da formulação de Pacheco de Oliveira (1997) acerca dos processos de reorganização social que podem ser organizados e estruturados em quatro dimensões, a saber: a) criação de uma nova unidade sociocultural mediante o estabelecimento de uma identidade étnica diferenciadora; b) a constituição de mecanismos políticos

² No Capítulo II essa renomeação é tratada ao se analisar a “Celebração dos 30 anos dos Mártires Xakriabá”.

especializados; c) a redefinição do controle social sobre os recursos ambientais e d) a reelaboração da cultura e da relação com o passado (PACHECO DE OLIVEIRA, 1998, 55)³.

Ao analisar a Articulação Rosalino, desde a sua constituição enquanto organização política de comunidades tradicionais, as quais, em outro momento, passam a se referenciar como povos tradicionais, procuro verificar suficiências, insuficiências ou limitações dessas categorias. Quais elementos essa experiência nos traz que podem apontar limitações, constrangimentos ou enclausuramentos, no sentido que elas podem ser mais ou menos abertas em determinadas direções? Elas podem incorporar outras dimensões, elas podem abrir mão de determinadas características que são mais ou menos aprisionadoras do conceito de povos e comunidades tradicionais?

Quais soluções são postas em termos de acesso territorial, do ponto de vista prático das comunidades tradicionais? Lembrando que os indígenas e quilombolas têm um rito e uma normativa de acesso ao território, mesmo que sob risco, atualmente, mas muito bem delimitado: o território quilombola e a terra indígena.

E as comunidades tradicionais? A gênese da categoria população tradicional está associada ao reconhecimento do direito de permanência de populações locais em áreas para a preservação da natureza, transformadas em unidades de conservação, como discutido por Barreto Filho (2001). Elas são submetidas, na minha avaliação, a uma validação como guardiões ou guardiãs da biodiversidade. É necessário que se ateste, por meio da avaliação de peritos ambientais externos ao grupo social, que as comunidades realizam determinado manejo extrativista e/ou agroambiental. É um crivo realizado por gentes de fora, que passam a submeter ou a controlar as práticas consideradas “não adequadas” tensionando pela tutela, que doravante denominarei tutela ambiental.

Outra questão que surgiu durante a celebração dos 30 anos do Massacre Xakriabá, foi posta por Baulino ao fazer uma breve apresentação sobre o surgimento da Articulação. Afirmou que o objetivo maior da articulação era fazer a “unificação de lutas pelo território”. E que a comunidade ter o controle sobre o seu território é uma condição para sair da condição de *escravidão*: “qualquer comunidade que não tem o território é escrava”.

Aliás, percebe-se que esta questão de sair da condição de *escravidão* é muito mais ampla do que o domínio estrito senso sobre o território. Tem relação com a luta pela autonomia do grupo em gerir o seu destino, tem relação com o reconhecimento do seu lugar de fala, como caboclos e, mais ainda, eles falarem por eles mesmos. Ao longo da configuração da Articulação

³ Esse processo foi particularmente utilizado por Araújo (2009), ao analisar mudanças ocorridas nas relações sociais de comunidades ribeirinhas do São Francisco.

Rosalino, uma das questões que eles reiteradas vezes afirmam é a dificuldade que sempre encontram na relação não apenas com o Estado, mas também com os próprios movimentos sociais, entidades de apoio e academia, em os reconhecerem como *sujeitos de si*. Pergunto, quando se afirmam como sujeitos, colocam a Articulação Rosalino como um dos espaços de afirmação de seus entendimentos de mundo? Ou tem relação com a forma como entendem que devem ser conduzidos os processos? Quais questões eles estão querendo nos dizer?

Antecedentes

Quando entrei no doutorado em 2015, apresentei como proposta inicial de pesquisa adentrar nas planícies sanfranciscanas do Norte de Minas com o objetivo de “desenvolver uma análise dos processos de organização social, cultural, econômico e político em curso no ‘Território não branco da Jahyba’, à luz de uma considerável gama de estudos já realizados nessa porção do território”. Propus como trabalho de campo “dialogar com os sujeitos e movimentos sociais, analisar as territorialidades que vêm sendo construídas por essa diversidade de sujeitos”, finalizando com uma construção da “cartografia social do Território não branco da Jahyba”. No entanto, na caminhada, o foco da tese foi sendo deslocado⁴, mas também precisado⁵.

Com o foco no “Território não branco da Jahyba”, uma das questões que coloquei para análise foi compreender as estratégias de resistência social de uma parcela da agricultura familiar que se afirmava como comunidades tradicionais, “não brancas” e dotadas de um saber não subordinado à racionalidade ocidental.

Procurar compreender as estratégias de resistência social pelas comunidades tradicionais, uma diversidade de inteligências que são desenvolvidas como reação imediata às noções de perda, acionadas também com as ondas da modernidade. Inteligências que são desenvolvidas pelas interações (mediações) proporcionadas pelas redes de articulação que são promovidas, tanto pela ação ativa da universidade e o conhecimento acadêmico associado (Campo de Ação na Prática), como também pelas pastorais, movimento sindical e de sem terras, ONGs, militantes políticos que, em luta contra o capitalismo ou propondo outras perspectivas de desenvolvimento, aí aportam seus saberes, suas práticas, suas ideologias, seus repertórios, ou os campos acadêmicos que os movem.

Entendendo a agricultura familiar da região a partir de sua diversidade cultural, responsável pela contribuição histórica e atual, não só em termos de abastecimento, como também portadora de lógica cultural e econômica não capitalista. Entendendo que o mundo cultural e o do saber de caráter não ocidental conseguem estabelecer

⁴ A partir da disciplina “Questões Aprofundadas de Metodologia de Pesquisa em Ciências Sociais” ministrada pelo professor Casimiro Balsa.

⁵ A partir da disciplina “Comunidades Tradicionais” ministrada pelos professores Rômulo e João Batista.

práticas capazes de mediar com a racionalidade ocidental, evitando o sufocamento e a subordinação total do lugar à lógica que sustenta a globalização (DAYRELL, 2016, págs. 2 e 3).

Com a disciplina “Comunidades Tradicionais”, ofertada pelo PPGDS no segundo semestre de 2016, foi possível analisar, a partir de Brandão (2012), a sistematização da categoria organizada em torno de seis qualificadores: a transformação da natureza; a autonomia; a autoctonia; a memória de lutas passadas de resistência; a história de lutas e resistência atuais; e a experiência da vida em territórios cercados e ameaçados. Antes de finalizar o artigo, ele faz uma análise do significado do “tradicional” na perspectiva da categoria:

Um dos atributos nem sempre reconhecido, até mesmo por seus pesquisadores de campo, está em que a comunidade não se faz “tradicional” por meio de alguns traços folclorizáveis e sua cultura. Elas se tradicionalizam como uma estratégia de defesa. Como um modo de existir dividido entre a relação quase dependente com o “mundo de fora” e uma protegida quase invisibilidade. Índios, quilombolas, camponeses, antes e agora, vivendo sob o peso de contínuas ameaças resistem, procurando também fazerem-se invisíveis aos olhos do outro. Quase invisíveis, mas presentes (p.379).

Finaliza, a partir do diálogo com Wolf (2003), Firth (1952), Cunha (2009), Arruda e Diegues (2001) e das imersões proporcionadas por um conjunto de pesquisas que vêm sendo desenvolvidas pelo coletivo no Norte de Minas Gerais⁶, com a apresentação de um conjunto atualizado do entendimento que se tem da “comunidade tradicional”, a saber:

- a) Dinâmicas temporais de vinculação a um espaço físico que se torna território coletivo pela transformação da natureza por meio do trabalho de seus fundadores que nele se instalaram;
- b) Um saber peculiar, resultante das múltiplas formas de relações integradas à natureza, constituído por conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição ou pela interface com as dinâmicas da sociedade envolvente;
- c) Uma relativa autonomia para a reprodução de seus membros e da coletividade como uma totalidade social articulada com o “mundo de fora”, ainda que quase invisíveis;
- d) O reconhecimento de si como uma comunidade presente herdeira de nomes, tradições, lugares socializados, direitos de posse e proveito de um território ancestral;
- e) A atualização pela memória da historicidade de lutas e de resistências no passado e no presente para permanecerem no território ancestral;
- f) A experiência de vida em um território cercado e/ou ameaçado;
- g) Estratégias atuais de acesso a direitos, a mercados de bens menos periféricos e à conservação ambiental (p.379).

⁶ Refere-se aos grupos de pesquisa da UNIMONTES, OPARA e Negros do Norte Minas que vêm desenvolvendo pesquisas e reflexões de forma conjunta.

A partir dessa argumentação, proponho, na vertente teórica, analisar alguns aspectos da categoria comunidades tradicionais a partir da repercussão dessa categoria em uma parcela do campesinato que, a exemplo do que vem acontecendo no Norte de Minas e em outras regiões brasileiras, emerge no cenário regional, nacional e, mais recentemente, internacional, reivindicando o reconhecimento de suas identidades e de seus territórios, acionando direitos específicos a partir de desdobramentos da Constituição de 1988, afirmada como multiétnica e multicultural. Proponho, ainda, analisar essa categoria tomando como referência empírica o processo de constituição da Articulação Rosalino de Povos e Comunidades Tradicionais.

Com a disciplina “Comunidades Tradicionais”, ofertada pelo PPGDS no segundo semestre de 2016, foi possível dar alguns passos ao foco e à empiria, fazendo uma análise do surgimento da categoria com os processos identitários, que foram construídos em meio às redes sócio-políticas no Norte de Minas e nas serras e planalto do Espinhaço Meridional de Diamantina e, como desdobramento, a constituição da Articulação Rosalino.

Neste artigo, [analiso] a categoria comunidades tradicionais que surgiu no Brasil no âmbito das lutas dos novos movimentos sociais que, inspirados pelas lutas dos seringueiros na região da Amazônia, articularam a Aliança dos Povos da Floresta e serviram de inspiração para diversos grupos envolvidos na luta pela democratização do país, na luta pela terra e pelas possibilidades apontadas pela crença de uma outra lógica de desenvolvimento, a do desenvolvimento sustentável. Movimentos sociais camponeses de luta pela terra e movimentos sociais do campo ambiental ampliaram seus leques de ações, configurando o movimento socioambiental que emerge nas cenas brasileira e internacional, fortemente tensionado pelo discurso do desenvolvimento sustentável (DAYRELL, 2017, Resumo).

O Campo teórico

A presente tese tem como norte a interpretação construída a partir da compreensão da movimentação de povos e comunidades tradicionais do Norte de Minas que, na luta pelo reconhecimento e pelo direito territorial, constituíram, em suas estratégias de resistência e de reposicionamento, uma articulação regional denominada de Articulação Rosalino Gomes de Povos e Comunidades Tradicionais. Nela, analiso os processos de emergência identitária, promovidos pela coalizão de comunidades tradicionais e povos indígenas do Norte de Minas, que vêm encetando lutas e outras ações pelo reconhecimento do direito de viver com dignidade no lugar onde vivem a ponto de reconfigurar o poder de representação, tanto frente ao Estado e à sociedade, quanto como grupo social em situação de subalternização, falando e sendo ouvidos.

A esse processo de emergência identitária de comunidades tradicionais, que passam a se articular acionando formas próprias de organização social visando uma incidência mais

ampla, passo a denominar como “movimento social nativo”. Que pode envolver uma ou múltiplas identidades étnicas.

As comunidades cujas histórias e memórias se confundem em um tempo que, embora muito mais difícil do que os dias de hoje, possibilitava uma vida sem confinamento. Verifico como a questão identitária acionada pela Articulação Rosalino e os “*Sete Povos*”⁷ que a compõem, entram no debate sobre o direito à diferença no Brasil e na América Latina. Articulação que vem sustentando uma territorialidade que abrange extensas áreas do Norte de Minas e do Planalto de Diamantina na porção meridional da Serra do Espinhaço. E que vem acionando outras epistemes como reação à condição de colonialidade que se mantém na sociedade brasileira e, em particular, na Norte Mineira.

Incorporo no debate sobre a terra os que nela vivem, quem nela se afirma com suas visões de mundo, seus saberes e fazeres. Utilizo o conceito de cosmografia (LITTLE, 2002 p.2) para entender a relação que os grupos sociais estabelecem com o território, tanto no sentido de sua recuperação como na trajetória de sua proteção. Afirmo que é no campo da disputa territorial que esses movimentos emergem. E que significados estão aí construídos? Utilizo o conceito de Carlos Walter Porto-Gonçalves (2017) que define território como um “espaço apropriado, espaço feito coisa própria, enfim, o território é instituído por sujeitos e grupos sociais que se afirmam por meio dele”. E é por esse espaço, tornado lugar de vida, que se torna lugar de fala, deles por eles mesmos. Com seu jeito próprio de falar, de se organizar, de se reconhecerem e, assim, serem reconhecidos.

No campo de disputa, um dos temas que está colocado tem relação com a interação do conhecimento *nativo* (local) com o científico⁸, como ele se enreda, acionando outros valores em ações coletivas de comunidades que vivenciam um contexto de territorialidades sob tensão, a expropriação de suas terras, de tentativas de expropriação de seus conhecimentos e de seus modos de vida. Ações que vêm contribuindo com a resistência e re-existência das comunidades em seus lugares, na luta pela proteção de seus territórios, sendo traduzidas no reconhecimento de direitos e que são desenvolvidas nos âmbitos local e regional e, mais recentemente, em arenas internacionais.

Quando falo em re-existência, busco em Tatiana Roque (2008) a noção que extrapola a capacidade de resistir no lugar, indo para mais além, uma dobra da existência como uma forma também de oposição em conceber a vida como algo desprovido de sentido, reafirmando assim

⁷ Coloco em itálico as categorias nativas que serão objeto de análise e que serão verificadas e desenvolvidas.

⁸ Proporcionado pelas interações das comunidades e de suas lideranças com pastorais, ONGS, setores da academia, assessoria jurídica, consubstanciado no que vem sendo afirmado como rede sociotécnica. Para mais informações buscar em Dayrell & Souza, 2007.

outros sentidos para a existência, calcados em formas diferentes de conceber o próprio mundo em que vivemos. Se buscarmos a origem da palavra resistência vemos que ela vem do Latim RESISTENTIA, de RESISTERE, que significa “ficar firme, aguentar”. No sentido mais comum, resistir está geralmente associado a uma ação de oposição, como resistir a, se opor ou suportar, mas também de manter-se firme diante de uma força contrária. Pode ter também um sentido afirmativo para a ideia de resistência. A corrente elétrica ao passar por um fio se exprime produzindo calor, utilizada para iluminar ou para esquentar a água.

Do que o segue, temos um substantivo derivado do verbo sistere: parar, permanecer, ficar, ficar de pé, estar presente. A esse verbo se associa também a stantia da palavra resistência, que invoca a estadia, ideia perfeitamente expressa pela transitoriedade do verbo estar, uma das preciosas singularidades do português. Se há o prefixo ‘re’ na palavra resistir, “ele não aponta para a necessidade de se acrescentar em seguida a precisão daquilo contra o que a resistência se volta. (...) a resistência é a dobra da existência. (...) Opomo-nos, é verdade, mas nos opomos a conceber a vida como algo desprovido de sentido” (ROQUE, 2008, p. 26).

E é a partir dessa noção que analiso os processos de re-existência de comunidades que vivem em uma ampla área de transição entre os cerrados, caatinga e mata atlântica, vastas áreas com predomínio de campos gerais, onde campos rupestres, chapadas, veredas, tabuleiros, espigões e matas de galeria se interpenetram até adentrarem nas terras planas das planícies do São Francisco e Jequitinhonha. Entre elas o maciço meridional do Espinhaço, a Serra Geral atuando como divisores de águas do rio Pardo, Jequitinhonha e São Francisco. Vivem aí diversas comunidades que vêm se afirmando como tradicionais e que reivindicam o reconhecimento e legitimação de seus territórios, com seus modos de produzir e viver (LUZ OLIVEIRA, 2005; COSTA FILHO, 2005; BRITO, 2006; NOGUEIRA, 2009; ANAYA, 2012; OLIVEIRA, 2017). Comunidades que na fricção inter-étnica frente a novos outros, enunciam novos diacríticos em suas fronteiras identitárias frente à expansão do capital que avançou sobre as terras tradicionalmente ocupadas. Passam a reagir não apenas aos fazendeiros e às elites locais, mas também à mercantilização dos recursos naturais imposta pelo capital, com seus conglomerados minero-siderúrgico-florestal e das grandes corporações da agricultura industrializada, e às forças que buscam homogeneizar a tudo e a todos em uma escala global. Ou na instrumentalização da diferença para torná-la mercadoria.

O mergulho na intimidade das comunidades mostra que, em comum, em praticamente todas elas, perdura um contexto de tensão relacionado com o direito da propriedade da terra que entra em confronto com uma longa história de direito baseado nos costumes e que moldou uma extraordinária diversidade fundiária no Brasil (LITTLE, 2002). A comunidade tradicional, ao

lançar mão da identidade, está lançando mão de um vínculo a ela solidário, considerado estratégico a sua sobrevivência social: o vínculo do território, como discutido por Oliveira (1976).

Parto de uma indagação que me chamou a atenção quando da realização do I Encontro da Agrobiodiversidade do Semiárido Mineiro⁹, no ano de 2013. Esse encontro coincidiu com um intercâmbio internacional ocorrido no Assentamento Tapera em Riacho dos Machados (MG), onde participaram diversas lideranças de comunidades tradicionais da Articulação Rosalino de Povos e Comunidades Tradicionais, jovens, mulheres e adultos do Norte de Minas e do Vale do Jequitinhonha, juntamente com lideranças indígenas oriundas da Guatemala, Honduras e México que vieram participar do I Fórum Internacional de Agrobiodiversidade e Mudanças Climáticas. Ao se encontrarem na comunidade da Tapera, os participantes se reconheciam e se afirmavam como parentes parecendo se encontrarem depois de muitos anos sem se verem. Apesar de uma aparente dificuldade na língua, conversaram muito, trocaram sementes e experiências das mais diversas.

Destaco as interações ocorridas nesse encontro, onde passaram a se referir uns aos outros como parentes. Percebo que essas mesmas interações vêm ocorrendo durante os seguidos encontros promovidos pela Articulação Rosalino de Povos e Comunidades Tradicionais. E pude perceber, de forma mais clara, quando da realização do II Mutirão dos Povos Tradicionais que ocorreu na Terra Indígena Xakriabá, entre os dias 10 a 12 de fevereiro de 2017.

A articulação, inicialmente denominada de Comissão Regional de Povos e Comunidades Tradicionais, aos poucos passou a congrega, de forma mais orgânica, lideranças de distintas etnicidades que emergiam no contexto regional se apresentando como sujeitos territoriais e reivindicando o reconhecimento identitário. A mesma sinergia que vinha aproximando e formando sujeitos no âmbito das comunidades tradicionais do Sertão Norte Mineiro estendia-se, agora, envolvendo povos que viviam tão distantes e, aparentemente, com tradições culturais muito mais diferenciadas.

Uma suposição para a aproximação “entre parentes” aparentemente tão distantes, geográfica e culturalmente, pode estar relacionada com os processos da emergência e permanência dos grupos étnicos. Fredrik Barth (2000) é um dos autores que iniciou o debate na contramão da perspectiva culturalista e essencialista, que até então predominava na literatura

⁹ O I Encontro da Agrobiodiversidade do Semiárido Mineiro foi realizado na cidade de Montes Claros, entre os dias 08 a 11 de outubro de 2013, juntamente com o VI Encontro Norte Mineiro da Agrobiodiversidade e com o I Fórum Internacional Agrobiodiversidade e Mudanças Climáticas e teve como tema “Agrobiodiversidade: Mudanças Climáticas e Direito dos Agricultores”.

antropológica em que era o conteúdo cultural que definia o grupo étnico. Rompendo com visão de que eram os isolamentos social e geográfico que se apresentavam como aspectos importantes na manutenção da diversidade cultural, para Barth (2000), ao contrário, é a fronteira étnica organizada politicamente que define o grupo, onde a auto atribuição ou a atribuição pelos outros tem um papel fundante em sua constituição como uma organização social. Ele diz: “quando os atores, tendo como finalidade a interação, usam identidades étnicas, para se categorizar e categorizar os outros, passam a formar grupos étnicos.” Ao falar de fronteira, o autor está também falando de interações com outros grupos, do contato entre grupos distintos, da formação de sistemas sociais mais abrangentes, da existência de relações de interdependência e da própria persistência cultural.

Nos debates sobre identidades e lutas sociais, Homi K. Bhabha (1998) chama a atenção para os significados das noções de diferença cultural e diversidade cultural¹⁰. Para ele, a primeira afirma diferenciações e discriminações que autorizam a produção de campos de força, enquanto a segunda parte de uma enunciação da cultura em que se reconhece como se já estivessem dados os conteúdos e costumes culturais, muito ao gosto das noções liberais de multiculturalismo ou da cultura da humanidade, perspectiva que ele se posiciona contrário. Ele também analisa o sentido cultural do afastamento das singularidades de “classe” ou de “gênero” como categoriais conceituais e organizacionais básicas em favor da consciência de uma posição do sujeito (raça, gênero, geração, local institucional, etc.), que podem estar presentes em qualquer pretensão à identidade no mundo moderno. No entanto, ele argumenta a necessidade de superar essas narrativas de subjetividades e focalizar nos processos produzidos na articulação de diferenças culturais que ele denomina de entre-lugares, os interstícios, as fronteiras que emergem nos lugares sociais produzidos pelo deslocamento dos domínios da diferença. Momentos singulares de contestação e de possibilidades de construção de novas perspectivas societárias:

Esses “entre-lugares” fornecerem o terreno para a elaboração de estratégias de subjetivação - singular ou coletiva - que dão início a novos signos de identidade e postos inovadores de colaboração e contestação, no ato de definir a própria ideia de sociedade (p.20, grifos no original; sublinhado do autor).

Na contemporaneidade no Brasil, assim como em diversos países da América Latina, grupos sociais historicamente subalternizados vêm constituindo movimentos sociais

¹⁰ Ele faz essa diferenciação nos debates sobre a revisão da história da teoria crítica, que surgiu no interior das tradições da antropologia colonial como revisão crítica do “signo logocêntrico ocidental” (BHABHA, 1998:59).

reivindicando direitos e acionando o reconhecimento de suas identidades. Colocam em jogo identidades como estratégia de questionamento à ordem que os colocam à margem da sociedade. Esses processos questionam o essencialismo das identidades e sua fixidez, vistas como algo natural. À universalidade da opressão, acionam a fluidez das identidades em oposição à noção de identidades essencialistas, em uma luta contra a crescente marginalização a que essas comunidades estão submetidas (WOODWARD, 2010).

Os movimentos emergem em meio às contradições e aos conflitos e, indiferentes aos debates e embates que ocorrem tanto na academia como nos próprios movimentos de luta pela terra, colocam um novo ingrediente às demandas pela terra, que é o reconhecimento de seus territórios e de suas territorialidades que se confrontam com a da lógica do Estado-nação, advindo com a expansão do capital por todo o planeta. Nesse novo ingrediente entram em discussão os sistemas de posse e uso comunais da terra pelos muitos povos e comunidades que se fizeram no processo de formação da nação brasileira.

Na discussão de sistema de posse/uso comunal, o controle da terra não é exercido livre e individualmente por um grupo doméstico determinado, mas sim através de normas específicas instituídas para além do código legal vigente e acatadas, de maneira consensual, nos meandros das relações sociais estabelecidas entre vários grupos familiares de pequenos produtores diretos, que compõem uma unidade social. Atualização dessas regras se dá num território próprio, cujas delimitações são socialmente reconhecidas, inclusive pelos circundantes. A territorialidade funciona como fator de identificação, defesa e força. Os laços solidários e de ajuda mútua informam as regras atualizadas sobre uma base física considerada comum, essencial e inalienável (ALMEIDA, 1987, p. 43).

A territorialidade se faz em meio a complexos sistemas estabelecidos entre grupos familiares através de normas consuetudinárias e que se atualizam em diferentes contextos. Fazendo contraponto à noção dicotômica do que seja propriedade privada ou pública, os movimentos acionam aquilo que foi definido por Little (2002) como razão histórica para explicar outros sentidos que as comunidades apontam na manutenção, até os dias de hoje, de diferentes regimes de gestão da terra, entre esses, o da propriedade comunal.

O fato de que seus territórios ficaram fora do regime formal de propriedade da Colônia, do Império e, até recentemente, da República, não deslegitima suas reivindicações, simplesmente as situa dentro de uma razão histórica e não instrumental, ao mesmo tempo em que mostra sua força histórica e sua persistência cultural. A expressão dessa territorialidade, então, não reside na figura de leis ou títulos, mas se mantém viva nos bastidores da memória coletiva que incorpora dimensões simbólicas e identitárias na relação do grupo com sua área, o que dá profundidade e consistência temporal ao território (LITTLE 2002, p.11).

O contraponto que se mantém vivo, tanto nos bastidores da memória quanto nas práticas usuais entre as comunidades tradicionais, foi recentemente estudado por Oliveira (2017) que analisou as lutas empreendidas pelos geraizeiros na região do Alto Rio Pardo, em particular a dos Sobradeiros, como se autorreferenciam. Ao analisar as formas históricas e atuais de usos da terra na comunidade, o autor ressaltou a complexidade envolvida nas práticas tradicionais de uso do território geraizeiro, ao que ele denominou de “relações culturais na mediação do ordenamento e uso tradicional.” Estudando sua própria comunidade, ele estratificou as diversas modalidades de uso comum que se verificam no âmbito familiar, interfamiliar, comunitário e intercomunitário que para ele, o que é de uso comum para um, pode não ser para o outro.

As unidades da paisagem e os ambientes têm os seus usos e tipos de usos, sendo que as condicionantes de acesso estão relacionadas com a natureza das relações, que são estabelecidas seja no âmbito familiar, seja no âmbito interfamiliar, seja no âmbito intercomunitário. Ou seja, existem interações que vão além dos potenciais naturais ofertados pelos ambientes. São relações culturais que mediam os tipos de uso com os potenciais de cada ambiente e as aberturas para o acesso (OLIVEIRA, 2017, pgs. 75 e 76).

O que é “comum” não é tão homogêneo como se pode imaginar a um primeiro olhar. O “comum” não é de todos, são dos sujeitos comuns, da comuna, onde outras dimensões estão a ela associadas, e que tem relação com os outros sentidos de existência, nas distintas formas de conceber o próprio mundo em que vivem. Assim, o que é comum não se limita a terra, tem relação com outros recursos e bens, como as águas, as matas, as ervas, as espécies frutíferas e os animais que circulam nos distintos ambientes aquáticos, terrestres e aéreos.

Isso posto, as movimentações encetadas pelas comunidades nativas não podem ser reduzidas apenas na dimensão da luta pelo acesso a terra, pois não se afirmam como sem-terra. Pelo contrário, é pelo modo de vida e de existência que aninham suas lutas, é contra o confinamento a que foram submetidos, é pela terra que foi expropriada, tomada pelos grandes fazendeiros ou pelos grandes projetos econômicos e de infraestrutura ou pela política ambiental brasileira a eles associada. São novos ingredientes para se analisar a questão agrária que inclui outros temperos, como o da identidade; os modos de vida ameaçados pelas seguidas ondas de modernização que os alcançou, principalmente a partir dos anos 1970/1980; os regimes de propriedades que, por razões históricas como definido por Little (2004), eram até então mantidos e geridos por esses grupos.

A ação das comunidades que se afirmam tradicionais e que até um período recente eram vistas como de posseiros ou lavradores, ou agricultores de subsistência, pequenos produtores, ou agricultores familiares, configuram um deslocamento de suas fronteiras identitárias em

direção a esses complexos econômicos. São comunidades que se afirmam como nativas, identificadas como comunidades geraizeiras, vazanteiras, veredeiras, catingueiras, de apanhadores de flores, quilombolas, Xakriabá e, mais recentemente, como Tuxá, grupo indígena que emerge na historicidade regional na atualidade, ainda que sua territorialidade mais ampla esteja às margens do rio São Francisco, na Bahia. Todas estão envolvidas na construção da Articulação Rosalino de Povos e Comunidades Tradicionais. E, nesse processo, uma reconfiguração de seus poderes de representação ao se reafirmarem como um povo, com seus lugares de fala, eles falando por eles mesmos, questão que será tratada nos capítulos seguintes. Rebelam e acionam distintas estratégias de recuperação ou proteção de seus territórios, contra as seguidas tentativas de confinamento, de encurralamento e de tomada de voz em meio às grotas, veredas, ilhas e beiras de rios e córregos, chapadas e planícies.

Os processos de produção de identidades e de afirmação como diferentes, frente à sociedade que tende a uniformizar e pasteurizar, são complexos e contraditórios, uma vez que abrangem diferentes formas de se ver e se fazer no mundo, acionando valores, conhecimentos, linguagens e entendimentos próprios. Situando o campo teórico desse debate, Tomaz Tadeu da Silva (2005) diz que a compreensão dos processos de produção de identidades, vista como um movimento, tem origem na Teoria Pós-culturalista, em oposição à Teoria Culturalista que tende a fixar e estabilizar a identidade. Ele chama a atenção para o papel dos signos e da linguagem e de todo o sistema de significação que são utilizados pela representação. Afirma que, na perspectiva pós-estruturalista, as “características de indeterminação, ambiguidade e instabilidade atribuídas à linguagem” (p.91) são incorporadas à representação, uma forma de atribuição de sentidos. Ele diz: “como tal, a representação é um sistema linguístico e cultural: arbitrário, indeterminado e estreitamente ligado a relações de poder” (p.91). E como a identidade e a diferença são estreitamente relacionadas com a representação, o poder de definir e determinar a identidade está com quem tem o poder de representar. Da mesma maneira, “questionar a identidade e a diferença significa, nesse contexto, questionar também os sistemas de representação que lhes dão suporte e sustentação” (SILVA, 2005, p.91).

Com a afirmação de que há uma reconfiguração do poder de representação, quando as comunidades insurgem se apresentando como sujeitos de direitos e reivindicando o reconhecimento das diferenças, somos arremessados para o debate teórico-político. Carlos Walter Porto-Gonçalves (2017) analisa o caráter relacional não essencialista daqueles que se movem entre lógicas distintas, entre diferentes códigos, como os que caracterizam “os povos originários da América que há 500 anos convivem com a moderno-colonialidade.” Se as

diferenças se manifestam na relação, no contato, é a partir das diferenças que novas epistemes podem emergir acionando lutas emancipatórias que se confrontam

não só contra aqueles que abertamente se colocam contra o direito à diferença, como os liberais deontológicos e uma certa tradição marxista, quase sempre integracionistas e assimilacionistas, mas também com um certo tipo de multiculturalismo e pluriculturalismo que abre espaço para várias formas de essencialismo: os territorialistas (regionalismo, nacionalismo, bairrismo, localismo) etnicismos e racismos (PORTO-GONÇALVES, 2017, p.47).

Os riscos do essencialismo das identidades resvalar para aquelas modalidades de fundamentalismo são alertados por Porto-Gonçalves (2017), lembrando que a afirmação do direito à diferença parte da diversidade cultural, um atributo cultural que emerge como uma invenção de cada povo. Assim, a diferença é vista como uma estratégia cognitiva e política de afirmação. Para ele, a perspectiva emancipatória que os movimentos trazem ao debate, não se fecha apenas no reconhecimento da diferença, mas, principalmente, das relações sociais e de poder que as instrumentaliza.

Embora parta do reconhecimento da importância do lugar, no qual racionalidades culturais, econômicas e ecológicas se apresentam em oposição à racionalidade ocidental, Arturo Escobar (2005) alerta que o lugar e o conhecimento local associado não são panaceias que resolverão os problemas do mundo. Esse autor também afirma que o lugar é dinâmico e que não deve significar a sua reificação, e da mesma maneira, suas culturas e formas de não capitalismo não devem ser vistas como entes intocados ou fora da história. Afirma, ainda, que os lugares são históricos e estão em mutação, conectados com o mundo e, de diversas maneiras, são determinados ou por ele também influenciados. Além disso, mudanças estão ocorrendo como resultados da globalização, o lugar e a identidade intercruzam e estão interligados em um mundo de espaços profundamente interconectados. O autor indica, também, a importância de reconhecer as relações de poder e as dimensões biofísicas, culturais e econômicas que emergem do lugar no entre-encontro destas fronteiras.

Para Escobar (2005, p. 134), o “frenesi da globalização de forma muito conveniente, ocultou o lugar criando uma assimetria nos discursos sobre a globalização.” É a partir do lugar que o não capitalismo e a cultura local fazem oposição ao capitalismo e à modernidade, sendo necessárias teorias que contribuam para reconceber e reconstruir o mundo a partir de uma perspectiva de práticas baseadas-no-lugar, como afirmado pelo autor.

Foi preciso que muitos antropólogos, geógrafos, ecologistas e políticos demonstrassem a construção social da natureza pelas comunidades locais em diversos países e regiões do

planeta, onde mundo biofísico, humano e o supranatural encontram-se amalgamados, interconectados através de relações sociais, muito diferentes das formas modernas que hoje se apresentam como dominantes. A natureza em si não existe, o que existe são formas culturais da natureza associadas às racionalidades alternativas que podem ser articuladas e postas em marcha, como discutido por Barreto Filho (2012).

Proponho entrar na discussão sobre a modernidade e, com ela, a colonialidade que se mantém nas relações de poder, do saber, do ser e da natureza (LANDER, 2005). Afirmo que a modernidade e, com ela, a (continuidade da) colonialidade (QUIJANO, 2005; LANDER, 2005; MIGNOLO, 1995)¹¹ não chegou ao Norte de Minas tão tarde, como se imaginava, com os processos de desenvolvimento deflagrado a partir do pós-guerra e que vai alcançar o Norte de Minas com as políticas desenvolvimentistas gestadas pelos governos militares, a partir do Golpe Civil-Militar de 1964. O Norte de Minas teve um papel ativo, embora subalternizado, desde o início do Século XVIII, na sustentação da mineração, cuja produção e circulação de riqueza contribuiu com o acúmulo de capital que viabilizou a Revolução Industrial protagonizada inicialmente pela Inglaterra. Também com o fornecimento de algodão para as primeiras indústrias de tecelagem daí advindas, tanto lá, na Europa, como cá, no Brasil. Ou mais adiante, com a produção de mamona e até mesmo do látex da mangaba destinado à produção de borracha (MOREIRA, 2010). A construção da ferrovia que chega a Montes Claros nas primeiras décadas do século XX¹² está integrada a uma dessas ondas de modernização, inclusive na perspectiva de abastecimento de gêneros alimentícios demandados pela região centro-sul brasileira que reclamava a industrialização (LESSA, 1993; QUERINO, 2006)¹³.

Percebo ser necessário verificar, ao analisar a questão identitária acionada pela Articulação Rosalino e os “sete povos” que a compõem, se estamos de frente a outras epistemes que reagem ao colonialismo que se mantém na sociedade brasileira e, em particular, na Norte Mineira.

¹¹ Os autores, ao fazerem a crítica ao eurocentrismo, analisam que a América Latina e, nela o Brasil, constituíram em um padrão de poder mundial entendido como uma das primeiras expressões da modernidade (BARBORA & PORTO-GONÇALVES, 2014).

¹² Planejada no final do Séc. XIX, ainda no período imperial, a ferrovia chega a Montes Claros em 1928 e chega a Monte Azul em 1947. Em 1950 integra-se à Viação Férrea Federal Leste Brasileiro (LESSA, 1993).

¹³ No Capítulo II voltarei a esse tema.

O Método

Nesta tese, o trabalho de campo propriamente dito se constituiu em realizar um percurso nas territorialidades das sete categorias identitárias que compõem a Articulação Rosalino, quais sejam: os veredeiros, os vazanteiros, os apanhadores de flores, os geraizeiros, os quilombolas, os catingueiros e os indígenas do Povo Xakriabá, em seguida ao evento “Celebração dos trinta anos do massacre Xakriabá”. A opção foi a de etnografar o fazer, acompanhando as ações das *antenas*, categoria a ser analisada adiante¹⁴, e que se refere àqueles representantes “nativos” que compõem a Articulação Rosalino, em meio às demandas do fazer do autor, nativado, que Wolf (1970) denomina de “broker”. Nesse período fiz o registro dos eventos e realizei entrevistas com as *antenas*, aquelas pessoas que passam a tomar frente das demandas do grupo que pertencem.

As conversações realizadas, na perspectiva da dialogia (OLIVEIRA, 1998), foram abertas, quase sempre partindo da história de vida da pessoa com quem mantive interlocução, de forma a ir situando a trajetória pessoal com a historicidade da comunidade e a compreender o processo que levou a comunidade a assumir a perspectiva identitária, procurando perceber correlações com o processo de constituição e de afirmação da Articulação Rosalino. Entre algumas perguntas que foram comuns à maioria dos parceiros de diálogo, indaguei como a pessoa via a AR, como outros, de dentro e de fora da comunidade viam a AR. A compreensão que ela tinha sobre as categorias “nativo”, “caboclo” e também sobre a de “povo”, neste caso fazendo contraste com a de “comunidade tradicional”. Não o fiz para todas as *antenas*, mas também indaguei sobre as tensões ou desconfianças que poderiam existir entre os distintos componentes da AR. Qual o sentido da luta que empreendiam e que tipo de sociedade almejavam? Perguntei também sobre o entendimento e o significado para a pessoa de ser *antenas*, como se dava a comunicação: para dentro do povo; com os outros povos; para fora, com os outros. Em particular, no Xakriabá perguntei sobre o papel que cumpriu o cacique Rodrigão e o Rosalino.

Acompanho a dimensão metodológica apontada pelo geraizeiro Moisés Oliveira (2017): a do diálogo qualificado com os interlocutores que ele estabelece com os pares da comunidade onde nasceu e vive até hoje. Incorporo a perspectiva analítica do autor na ação, fazendo um recorte como uma mistura de uma etnografia em ação e da ação. Assim ele, Moisés Oliveira, um nativo fazendo uma tradução de seus preceptores, como eu, gente nativada pela longa

¹⁴ No Capítulo II - Das comunidades tradicionais que vão entrando em cena faço a definição de *antena*, conforme o entendimento construído no interior da Articulação Rosalino.

convivência com as comunidades do Norte de Minas, pondo-se ao lado em um esforço de traduzir a complexidade de suas percepções e entendimento de mundos. Desse lado, encontro uma aproximação com as análises de Bruce Albert (2015) que estabelece o que ele denominou de “Pacto Etnográfico” a partir de sua convivência com os Yanomamis, com o cacique Yanomami Davi Kopenawa, com os ensinamentos de seu sogro “grande homem” da sua comunidade indígena. Que se viu, revoltado como o seu sogro, com o “espetáculo lastimável das megalomaniacas obras viárias rasgando as florestas a esmo, com seu cortejo de doenças e devastação” (p.48).

Encontrei em “A Queda do Céu”, de Davi Kopenawa e Bruce Albert (2015)¹⁵, dois indicativos metodológicos incorporados na tese e nos escritos daí advindos. O primeiro, o do “pacto etnográfico”, no qual Bruce Albert se descobre “sendo reeducado, por aqueles que aceitaram sua presença, para servir de intérprete a serviço de sua causa” (p.522). Ele relata o longo, exaustivo e contraditório processo que resultou na sua “adoção” pelos yanomani. Os yanomani reconheceram o seu compromisso ao vê-lo percorrer e acompanhá-los em diversas incursões pelos campos ou em ações de proteção da saúde ou no enfrentamento aos garimpeiros que adentravam pelo território. Ele foi chamado atenção de forma cuidadosa, ao acompanhar uma das sessões xamânicas de cura coletiva, da inconveniência de seu frenesi do registro fotográfico no registro do evento. Não tinha ainda a devida consciência de que estava a transitar entre o seu mundo e o dos espíritos que integram o mundo yanomani. Nessa trajetória, primeiro teve que demonstrar compromisso, para além do seu desenvolvimento como etnólogo, no engajamento com a causa desse povo, conseguindo transmitir ao Brasil e ao mundo a luta pela existência desse povo que vive hoje em um extenso território na divisa do Brasil com a Venezuela.

Bruce Albert (2015) analisa a responsabilidade para o etnólogo nesse pacto tácito estabelecido na relação etnográfica entre a comunidade que faz a interlocução com o antropólogo e deste com a comunidade.

Para os seus interlocutores, trata-se de engajar-se num processo de auto-objetivação pelo prisma da observação etnográfica, mas de um modo que lhes permita adquirir ao mesmo tempo reconhecimento e cidadania no mundo opaco e virulento que se esforça por sujeitá-los. Para o etnógrafo, em compensação, trata-se de assumir com lealdade um papel político e simbólico de *truchement* às avessas, à altura da dívida de conhecimento que contraiu, mas sem por isso abrir mão da singularidade de sua própria curiosidade intelectual (da qual dependem, em grande parte, a qualidade e eficácia de sua mediação).

¹⁵ Referência indicada durante a qualificação de meu projeto de pesquisa em outubro de 2017.

Avalio que ao longo da trajetória, no acompanhamento às comunidades nativas do sertão norte mineiro, não apenas eu, mas um coletivo que denomino como rede sociotécnica, se constituiu tanto ao longo da construção do Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas – CAA – e da agroecologia desde meados dos anos 1980, como também na conformação dos movimentos sociais nativos que emergiram a partir da década de 1990. São pessoas de diferentes saberes, agricultoras e agricultores, técnicos, pesquisadores, estudantes e agentes públicos que se colocam ao lado de suas gentes ou das gentes que se afirmam com o lugar. Configurado como uma rede na qual os humanos estabelecem interações de conhecimentos, confrontos de ciências com distintas epistemes, espaços coletivos de produção de conhecimentos ou de estabelecimentos de novas ações.

Rede em torno da Articulação Rosalino Gomes, com os seus povos, e que interage para também dizer, coisas para dentro e para fora daquilo que é significativo para os nativos. Referência que se aproxima da afirmação de David Kopenawa, de que, “nós, índios, precisamos de antropólogos que tenham coragem, antropólogos que falem nossa língua. Precisamos de antropólogos que venham nos trazer notícias do que os brancos estão fazendo, do que o governo está dizendo, do que os governos estrangeiros estão dizendo” (KOPENAWA & ALBERT 2015 p.530). Como se verá mais adiante, o Jaime, *antena* veredeira comenta sobre esse tipo de interação, de uma forma que se aproxima da fala de Davi Kopenawa.

Além do posicionamento ao lado dos comunitários, o exercício de mediação não é uma tarefa fácil. Às vezes, para elaborar um projeto, trazer e levar informações, assessorar na construção de propostas de negociação, são muitos os desafios que se colocam. Um deles está na proposta que consta no Capítulo IV, onde utilizei os relatos captados nas entrevistas com as *antenas*, incorporando como método da escrita a composição do texto como se fosse a edição de um filme. Compondo as falas das *antenas* e das pessoas afins que foram encontradas ou que participaram de alguns dos eventos ao longo percurso realizado junto aos “*Sete Povos*”. Em particular, não só nesse capítulo, mas em toda a tese, a natureza colaborativa do conhecimento, da investigação.

A construção desse capítulo com esse formato tem como origem uma demanda já antiga, nas longas conversas que tive oportunidade de ter com Braulino, infelizmente nunca gravadas, e do seu interesse em registrar em livro, as histórias associadas às trajetórias de seus iguais em busca da liberdade. A primeira vez que tivemos essa conversa foi em uma viagem que fizemos ao Maranhão, ao visitarmos o trabalho que era desenvolvido pelo seu Manoel da Conceição dos Santos, em uma região dos cerrados maranhenses. Foi um evento promovido, então, por um

grupo de agroextrativistas¹⁶ que faziam parte da Rede Cerrado. Posteriormente recebi do próprio Manoel da Conceição o livro “Chão de Minha Utopia (SANTOS, 2010). Quando recebi, pensei comigo: ainda vou ajudar na escrita do livro de seu Braulino.

Com o desenvolvimento do projeto de tese pensei que seria a oportunidade. Não foi. O percurso de sua construção me levou à incursão aos sete povos. Em um determinado momento, já depois da qualificação, tendo como um dos motes que estava no campo dos debates que se fazia tanto PPGDS, quanto no NIISA, no CAA-NM e na Articulação Rosalino: ao se discutir campesinato, comunidades tradicionais e, em seguida, povos tradicionais, me incomodava o tratamento historicamente construído sobre o campesinato como sociedade parcial, do campesinato como um setor de classe ou como classe, porém sofrendo determinações e submetidas à uma sociedade maior. Como um dos contrapontos, me aproximei de uma narrativa que pudesse se aproximar da perspectiva da compreensão da existência de outros mundos que permeiam o ser e o fazer de muitas comunidades que denominamos de tradicionais. Como o percorrer por histórias múltiplas e paralelas às que são feitas e escritas pelas elites, em um constante esforço de submissão ou de manter submissas as comunidades, grupos, famílias e o próprio lugar.

A partir de Oliveira (2008), faço um esforço de deslocamento da posição da intermediação, sejam como agentes políticos, de ONGs, de pastorais, ou de instituições governamentais. Um esforço de superar os mediadores falando por eles, entendendo ao autor ser esse o seu papel como autor. Mas, como nos diz Oliveira (2008), a partir de Latour (2005):

É preciso resistir à presunção de que os atores possuem apenas uma linguagem conquanto o analista possua a meta-linguagem na qual o primeiro está encaixado. Para Latour, os analistas possuem apenas alguma infra-linguagem cujo frequente papel é ajudá-lo a convir e atentar para a meta-linguagem desenvolvida plenamente pelo próprio ator (OLIVEIRA, 2008, p.105).

Com o espírito atento às meta-linguagens desenvolvidas pelas *antenas*, fui em busca da composição do texto, aproximando-a de um filme-documentário. Essa perspectiva surgiu quando na V Conferência Geraizeira conseguimos, em uma articulação com o ICMBio, o registro do evento por uma equipe de cineastas do Rio de Janeiro envolvida com o Pontão de Cultura do Jongo, e que contava com o apoio da Universidade Federal Fluminense - UFF. A conferência foi também um dos momentos de participação das *antenas* da Articulação Rosalino.

¹⁶ No Brasil se dá o nome de agroextrativistas às famílias e comunidades de agricultores tradicionais que vivem da agricultura e do manejo dos ecossistemas onde vivem. Diferentemente de outros países da América Latina que usam o termo extrativista como referência ao processo de exploração desenfreada dos recursos minerais promovidos por grandes empresas.

Posteriormente, o cineasta que dirigiu as filmagens da conferência geraizeira me acompanhou em uma incursão pelas planícies do rio São Francisco, a partir de Itacarambi, no intuito de fazer o registro de uma visita à gruta onde Saluzinho tinha sido tocado pelo aparelho repressivo do estado de Minas Gerais durante o período da Ditadura Militar. Registro que foi realizado tendo como guias os dois filhos vivos de Saluzinho que vivem nessa cidade.

Durante a incursão, conversando sobre a produção de um vídeo documentário com a Articulação Rosalino¹⁷, surgiu a ideia de estruturar um dos capítulos da tese tendo como centro gravitacional a fala dos nativos.

Iniciei o percurso de construção do Capítulo IV, primeiro ouvindo todo o material que tinha armazenado durante o trabalho de campo que se iniciou no evento que foi promovido pela Articulação Rosalino em fevereiro de 2017 na Terra Indígena Xakriabá, seguido pela incursão aos *Sete Povos* e nas reuniões da Articulação Rosalino que aconteceram nesse período. Foram mais de cem horas de gravação. Em seguida, fiz uma escuta do material, selecionando as falas das pessoas que foram registradas nos eventos ou em momentos específicos de entrevistas. A seleção contou com 39 horas de gravação.

Fiz a transcrição do material colhido quando estive com os veredeiros, posteriormente, vi, que não teria tempo hábil para fazer a transcrição pessoalmente. Recorri ao meu orientador que me forneceu um assistente de pesquisa. Este organizou, juntamente com uma estudante de ciências sociais, uma equipe de seis estudantes que fizeram as transcrições, o que gerou um total de seiscentas páginas.

Com o material em mãos, dei início então à construção do capítulo. A minha preocupação era que o texto conseguisse exprimir, pelo menos em parte, a diversidade de modos de expressão dos sete povos. É uma riqueza imensa e não é objetivo desta tese tratar da diversidade de linguagens que encontramos nas comunidades nativas que expressam uma enorme diversidade de formas de falar¹⁸. Nessa parte do capítulo a escrita se afasta do modo clássico de citação.

Assim, ainda com muitas dúvidas, comecei a elaboração, incorporando textos próprios apenas na introdução, em uma breve contextualização, mas em seguida, sendo fiel ao registro que tinha das transcrições: fiz pequenas adequações de forma a se ter fluidez no texto, não repetindo palavras, evitando, quando em excesso, expressões que são típicas do falar da própria

¹⁷ Um bom diálogo travado com o Luciano no trecho que liga Itacarambi à localidade de Serraria margeando o Projeto Jaíba, logo após o dia que lá estivemos com os familiares de Saluzinho.

¹⁸ Como exemplo dessa diversidade de linguagens, encontramos o estudo que foi realizado por Coelho (2010) junto aos gurutubanos, no qual a autora demonstra a existência de um falar que possui traços específicos que o caracterizam como um “falar português brasileiro gurutubano”.

peessoa, ou formas de falar com as palavras abreviadas como tá, no lugar de está ou estar, tirando as pausas que muitas vezes expressamos como né, etc. Ainda com dúvidas sobre esse percurso, providencialmente, por indicação da banca da qualificação, tive acesso ao livro “A Queda do Céu – Palavras de uma xamã yanomani”, de Davi Kopenawa e Bruce Albert (2015)¹⁹. Após dar uma folheada, de ler os primeiros capítulos, depois de me deter no capítulo final, “Palavra de Omama” e “Postscriptum - Quando eu é um outro (e vice-versa), não tive mais dúvidas sobre seguir, pelo menos em parte, o percurso proposto e traçado por Bruce Albert.

Em parte, apenas, pois como ele mesmo cita em “As Aventuras de um Manuscrito” foi no final de 1989, em seguida à sua estadia nas terras yanomani que tinha iniciado em 1975, como estudante bolsista através do projeto Perimetral Yanoama da UnB, que Davi Kopenawa solicitou, através de uma gravação que foi entregue pela antropóloga Alcida Ramos a Albert, que o mesmo o ajudasse a divulgar suas palavras ao mundo. Isso se deu após uma reportagem da TV Globo que mostrou a violência do avanço de garimpeiros e fazendeiros no centro histórico do território de seu povo. Bruce Albert diz que “a gravação dessa mensagem me parece ser, retrospectivamente, o evento fundador que selou entre nós o pacto político e *literário* que deu origem a este livro” (2015, p. 531). Foi a partir daí que se iniciou o processo de construção do livro que foi publicado pela primeira vez em língua francesa no ano de 2010. Ou seja, foram quatorze anos para se constituir uma relação de proximidade e confiança entre Davi e Bruce, e outros 21 anos para que o livro ficasse pronto.

O capítulo IV foi redigido seguindo parcialmente a ordem cronológica das incursões a campo, desde os veredeiros, vazanteiros, apanhadores de flores, geraizeiros, catingueiros, quilombolas, até a finalização nos Xakriabá. Consta também, nessas incursões, os eventos realizados especificamente pela Articulação Rosalino e que aconteceram em outros lugares, como por exemplo, as reuniões do Solar dos Sertões, na cidade de Montes Claros e em Belo Horizonte, na reunião com o Governador de Minas Gerais, Fernando Pimentel, no dia 19 de novembro de 2017. Parcialmente, porque os registros também foram realizados em outros momentos, seja em forma de retorno a alguma demanda específica que surgiu, ou aproveitando “carona” em algum evento que foi programado pela própria Articulação Rosalino, pelo CAA, pelo NIISA ou pelo PPGDS.

Reconheço as limitações do que, de fato, vai ser objeto possível de análise. Como exemplo, retomo uma fala de Antônia, liderança quilombola que teve um papel ativo na constituição da Comissão Regional de Povos e Comunidades Tradicionais, que posteriormente

¹⁹ Esse livro me foi gentilmente oferecido pela Lilian, a quem fiquei muito agradecido.

foi nomeada como Articulação Rosalino Gomes. Ela diz, ao relatar, na sua história de vida, a trajetória do pai e da mãe:

A mãe dela ficou viúva, o ex marido da minha vó morava aqui, perto de Barreiro Branco. Acho que começou os dois namorando e veio para aí, casou e veio morar perto de Barreiro Branco. Foi daí que pai engraçou com mãe e já foi **ponhando** e trazendo para cá e aqui ficou (ANTONIA, Z048 – 5’40”, 2018).

Os significados que podem estar implícitos em muitas das palavras são imensos. No caso acima, o antropólogo Aderval Costa Filho (2008), ao estudar o Quilombo do Gurutuba em sua tese de doutorado, fez um minucioso registro que ele denominou de “ponha”. O “ponha” é o significado do “ponhando”, como está registrado nas transcrições que fizemos da entrevista com Antônia. O “ponhar” do pai com a mãe de Antônia está relacionado com as formas de como os gurutubanos namoram e passam a viver juntos, e posteriormente são reconhecidos como casal. Não sem tensões ou eventuais rugas familiares. Reconheço, assim, que muitos significados podem estar embutidos no conjunto das falas que compõem o Capítulo IV desta tese.

Em minha dissertação de mestrado, ao estudar os geraizeiros em Riacho dos Machados adotei perspectiva analítica sistêmica. Nela, a conformação de sistemas, como a temos, se impõe em uma escala maior, que afirmo aberto, mesmo que tentemos fazê-la ou entendê-la como um sistema que se fecha ou como “sistema fechado” no caso desta tese, como lembrado por Alessandro Roberto Oliveira, na minha qualificação. “A noção de rede” para compreender a Articulação Rosalino ganha centralidade mais flexível que a noção de sistema, mais histórica que a de estrutura, mais empírica que a de complexidade. Noção que nos permite apreender espaços de mediação e de tradução entre esferas normalmente tomadas como separadas. Um esforço para descrever os espaços em que se praticam a comunicação e a troca, os entre-lugares, os interstícios, as fronteiras.

A estrutura da tese

Além da Introdução e Conclusão, a tese está organizada em cinco capítulos. No Capítulo I, intitulado “Rebeldias no Sertão”²⁰, utilizo como marcos temporais nas histórias recentes do

²⁰ Ricardo Ribeiro em sua tese de doutoramento intitulada “Certão-serrado”: história ambiental e etnoecologia na relação entre populações tradicionais de Minas Gerais e o bioma do Brasil central, desenvolve no “Capítulo 6 - Sertão Rebelde” um vasto apanhado da trajetória de resistências e revoltas populares, mas também as promovidas pelas elites em confronto com o governo imperial, ocorridas nos anos setecentistas e oitocentistas no âmbito das

Norte de Minas e do Alto Rio Jequitinhonha, dois personagens que figuram na memória e no imaginário social das comunidades: Antônio Dó e Saluzinho, para chegar até um terceiro, Rosalino Gomes, liderança da Terra Indígena Xakriabá - TI Xakriabá, assassinado em 1987 no contexto da luta pela homologação, na prática, do território e que se tornou, nome referencial que a articulação dos povos e comunidades tradicionais norte mineiros tomou emprestado para se nomear, imbricando passado e presente de lutas territoriais. Contextualizo a emergência desses personagens considerando as mudanças na economia regional associadas às mudanças que também ocorriam no contexto nacional e internacional. E que vão repercutir nas populações locais e nos regimes agrários que foram se consolidando nas imensas regiões das planícies e chapadas sanfranciscanas ao norte do estado de Minas Gerais.

Através deles, fui em busca do entendimento da conflitividade territorial que permanece desde o período colonial até os dias de hoje, sendo uma de suas expressões, as lutas dos autodenominados *sete povos* que compõem a Articulação Rosalino de Povos e Comunidades Tradicionais.

Ao fazer um rápido percurso na história que se sucedeu nas planícies e planaltos sanfranciscanos na porção norte mineira no decorrer do Século XX, tive como foco marcos temporais associados a personagens que emergiram como insurgentes nativos, cuja categorização conceitual realizo nesta tese em outro momento, fazendo história e se posicionando na defesa das pessoas do lugar.

No Capítulo II, com o título “A construção situada de um lugar de fala”, descrevo o processo que resultou na constituição em 2011 da Articulação Rosalino de Povos e Comunidades Tradicionais e, em 2017, a reafirmação como Articulação Rosalino Gomes de Povos Tradicionais. Utilizo como referencial na descrição a memória como recém integrado na equipe do CAA-NM, iniciada no ano de 1988, as anotações nos cadernos de campo e agendas de trabalho desse período, documentos institucionais do CAA-NM ou de seu banco de dados. Nesse capítulo destaco o papel que Braulino Caetano dos Santos, uma das *antenas*, categoria nativa que será conceituada adiante, da Articulação Rosalino, que em sua trajetória se tornou referência como um dos *insurgentes nativos* dos cerrados brasileiros.

Ainda são colocadas sob exame a diversidade de estratégias desenvolvidas pela Articulação Rosalino, fincadas na mobilização local e regional, nos processos de autoafirmação identitária, autodemarcação de territórios, aliadas com pressões políticas e jurídicas realizadas

regiões de cerrados e caatingas de Minas Gerais, caracterizadas pelo autor como uma região de “sertão” (RIBEIRO, 2000).

no âmbito dos municípios, no Estado e na União e, em alguns casos, até mesmo no âmbito internacional.

Finalizo com a descrição e análise da “Celebração dos Trinta Anos do Massacre Xakriabá”, evento acontecido em fevereiro de 2017, onde pela primeira vez encontravam reunidos pela Articulação Rosalino, os sete povos que a compõem. Para a descrição utilizei do método desenvolvido por Max Gluckman (2010), conhecido como “análise situacional” e que consiste na descrição de uma série complexa de eventos definidos pelo autor como “situações sociais”. Destaco também, no evento, algumas categorias que passam a compor a expressão da articulação, como as que eles denominam nos seus diálogos, para dentro e para fora, como “nativos, caboclos e povos”. Categorias que vão estar sob análise no capítulo III.

No Capítulo III, descrevo o resultado das incursões realizadas nas territorialidades dos “Sete Povos” onde vivem as *antenas*. A incursão às territorialidades constituiu momentos de vivência etnográfica atento às situações sociais em cada um dos lugares, as suas singularidades e também aos casos de interações ou de similaridades entre os grupos, em uma perspectiva sincrônica dos acontecimentos (FELDMAN-BIANCO, 2010). De um lado, vivenciando o momento com as lideranças em sua comunidade ou em seus locais de atuação. Contribuindo em alguma das demandas do grupo, como era comum anteriormente aos estudos, aproximando-se daquilo que Bruce Albert denominou de “Pacto Etnográfico”, a partir de sua convivência com os Yanomamis (KOPENAWA & ALBERT, 2015). De outro, aproveitando alguns momentos para a realização de entrevistas. Algumas delas inclusive aconteceram em momentos que estávamos viajando de um lugar para outro.

Atento para compreender como a Articulação se organiza pelas ações de suas antenas, aos campos de força e tensões que se verifica em seu interior e, a partir daí, às dinâmicas territoriais, sociais, identitárias e políticas vivenciadas nas territorialidades de cada uma das antenas. E quais relações e ações vêm sendo empreendidas em cada uma das territorialidades, atento às categorias que se apresentaram como referências iniciais da pesquisa etnográfica: nativos, caboclos e povos. Além da vivência, as incursões foram precedidas da sistematização dos estudos já realizados em cada uma das territorialidades como informado na introdução.

Faço uma contextualização das territorialidades sertanejas que sustentam, até os dias de hoje, uma conflitividade territorial relacionada aos processos que emergem na sociedade regional e que tem como pano de fundo identidades e territórios. Dou início à Cartografia Social da Articulação Rosalino de Povos e Comunidades Tradicionais. Situo onde vivem essas populações nas regiões ecográficas do Norte de Minas e do Espinhaço Meridional. Distintas territorialidades com distintos processos de territorialização onde vivem uma grande

diversidade de povos e comunidades tradicionais – constituindo o que denomino como “Etnicidades dos Sete Povos”.

O Capítulo IV tem como centro gravitacional a fala dos nativos e nativas, que foi colhida durante o trabalho de campo iniciado no evento fundador da articulação como Articulação Rosalino Gomes, a celebração dos trinta anos do massacre Xakriabá. E que finalizou no acompanhamento às antenas indígenas, também no Xakriabá, por ocasião do rito de passagem do seu Valdinho. Organizo as falas e os entendimentos que captei durante as incursões realizadas nas regiões, municípios e comunidades onde vivem as *antenas* da Articulação Rosalino “Gomes” de Povos e Comunidades Tradicionais. Ou seja, os veredeiros, ou comunidades de veredas, vazanteiros, apanhadores de flores, geraizeiros, catingueiros, quilombolas e os Xakriabá.

Utilizo como método da escrita a composição do texto como se fosse a edição de um filme. Componho as falas das *antenas* e das pessoas afins que foram sendo encontradas no longo percurso atravessando o Norte de Minas: desde a região de veredas encontradas nos planaltos sanfranciscanos, passando pelas planícies sanfranscanas, encostas da Serra Geral, as chapadas e vales situados nos divisores dos rios São Francisco, Pardo e Jequitinhonha, até as altas serras do Espinhaço em sua porção meridional, a região e entorno de Diamantina.

No Capítulo V, analiso o percorrido às territorialidades que caracterizam os Sete Povos apresentados como duas dimensões sobre o mesmo tema. A primeira, a expressão da geografia onde estão localizados e das territorialidades de cada um dos povos que se formam em um contexto de tensão e de disputa. A segunda, uma análise acerca das dinâmicas que os distintos povos assumiram as suas identidades, de como se vêem ou como são vistos, e alguns dos resultados da interação e da participação na Articulação Rosalino Gomes. Análise realizada atenta aos entendimentos de cada um dos povos acerca de si como nativos, caboclos e de como passaram a se assumir enquanto povos, bem como suas expressões de visão de mundo e que tipo de sociedade almejam.

Na Conclusão, analiso a complexidade dos processos de produção de identidades e de afirmação, como diferentes e contraditórios, pois abrangem diferentes formas de se ver e se fazer no mundo, acionando valores, conhecimentos, linguagens e entendimentos próprios. Constatos os processos sociais que promoveram uma reconfiguração de seus poderes de representação ao se reafirmarem como povo, rebelando e acionando distintas estratégias de recuperação ou proteção de seus territórios, contra as seguidas tentativas de confinamento, de encurralamento territorial, de aprisionamento ao discurso ambientalista, e de tomada de suas

vozes ao longo da historicidade de pessoas que fazem o Norte de Minas, Minas Gerais e o Brasil.

CAPÍTULO I - REBELDIAS NO SERTÃO

Neste capítulo, vou em busca do entendimento da conflitividade territorial que permanece desde o período colonial até os dias de hoje na região Norte de Minas Gerais, sendo uma de suas expressões, no presente momento, as lutas dos povos que compõem a Articulação Rosalino de Povos e Comunidades Tradicionais. Utilizo, como marcos temporais na história recente da região, três personagens que figuram na memória e no imaginário social das comunidades rurais do Norte de Minas que resistiram e continuam resistindo aos processos expropriatórios em distintos contextos: Antônio Dó, Saluzinho e Rosalino.

Os personagens figuraram na lembrança dos participantes do Encontro Regional Povos Comunidades Tradicionais, que aconteceu em Montes Claros em agosto de 2011, momento em que foi colocado em debate a constituição da “Articulação de Povos e Comunidades Tradicionais”. Os participantes sugeriram que a articulação deveria ser constituída tendo um nome de alguém do passado que tivesse “representatividade no nome que carrega” (depoimento de Célia Xakriabá, em entrevista). Entre os nomes que foram apresentados figuravam os de Antônio Dó, Saluzinho e Rosalino.

Antônio Dó foi um migrante oriundo de Pilão Arcado na Bahia que se fixou, no final do Século XIX, no município de São Francisco-MG como um criador de gado. Ele era visto como um bandoleiro em um tempo que “estava no auge da ganância a divisão territorial” (AMBRÓSIO, 1976). Foi quando insurgiu contra o mandonismo das elites locais e regionais, que utilizavam da Força Pública e do sistema judiciário do estado contra as pessoas do lugar.

Saluzinho, oriundo de Varzelândia, migrou para o Paraná nos anos 1940, retornando ao Norte de Minas no início dos anos 1960, constituindo-se como posseiro na lida com lavouras e criação de animais nas proximidades de Serra Azul, município de Jaíba-MG, imediações onde atualmente está instalado o Distrito de Irrigação de Jaíba. A saga de Saluzinho, ocorrida em 1967, nos primeiros anos da ditadura civil-militar implantada em 1964, tornou-se emblemática pela resistência contra fazendeiros na região do Jaíba²¹, pelo enfrentamento da força policial militar do Estado de Minas Gerais e a perseguição política pelo DOPS no contexto da Ditadura Civil-Militar de 1964.

Rosalino, indígena que vivia em terra de índio no antigo município de Itacarambi-MG, atualmente município de São João das Missões, foi assassinado em 1987 junto com mais dois

²¹ A luta de Saluzinho é contemporânea à luta dos posseiros de Cachoeirinha que tem início em 1964, nos albores da Ditadura Civil-Militar.

índios. O assassinato ocorreu como desdobramento de uma longa luta, levada juntamente com o Cacique Rodrigo, pela homologação de uma parcela da Terra Indígena Xakriabá, desvendando a existência no Norte de Minas de grupos indígenas até então tidos como extintos na região.

Trato esses personagens como *insurgentes nativos*, rebeldes nos lugares em que viviam e que emergiram, cada um em um tempo e em um contexto específico, pelos enfrentamentos que fizeram aos poderes locais, à força policial e às institucionalidades do Estado na luta pela terra. Personagens que passaram a ocupar um lugar na memória de lutas passadas e que também estão presentes na história de lutas e de resistência atuais (BRANDÃO, 2012).

O contexto regional

No final de 1987, quando morava em Jequitai²² e trabalhava na SETAS²³, recebi em casa a visita de Rosely Augusto, então agente da Casa de Pastoral Comunitária da Diocese de Montes Claros. Ela foi me visitar com o intuito de fazer uma proposta para contribuir com o Centro de Tecnologia Alternativa de Montes Claros (CTA-Montes Claros)²⁴, que tinha iniciado suas ações no Norte de Minas, no início daquele ano, em um trabalho de acompanhamento técnico em áreas de conflitos pela terra no Norte de Minas Gerais. A incumbência era acompanhar o processo de implantação do Projeto de Assentamento Caetitê, em Cachoeirinha²⁵; o acampamento de Corgão²⁶, no município de Varzelândia, cujos terrenos tinham sido ocupados em meados daquele ano; áreas de conflito no município de São Francisco, localizadas na Fazenda Mimoso²⁷, no então distrito de Pintópolis e o Assentamento Vereda Grande, localizado às margens do rio Urucuia.

Daria início a um trabalho em que eu não tinha noção do quão emblemáticas seriam essas áreas em um projeto que teria duração, a princípio, de apenas um ano. Fiz uma opção para

²² Um dos municípios do Norte de Minas que fica localizado entre Montes Claros e Pirapora, às margens da BR 365.

²³ Secretaria do Trabalho e Ação Social do Estado de Minas Gerais. Trabalhava como técnico de campo em desenvolvimento comunitário do Projeto Nordeste.

²⁴ O CTA de Montes Claros, então vinculado ao Projeto Tecnologias Alternativas – FASE, no final de 1989 foi institucionalizado como Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas/CAA-NM.

²⁵ O Assentamento Caetitê foi criado como desdobramento de uma longa luta pela terra que os posseiros de Cachoeirinha, hoje sede do município de Verdelândia, empreendem desde 1964 quando ocorreu o primeiro despejo promovido pelos fazendeiros. Processo de resistência que persiste até os dias de hoje, como é o caso das famílias que lutam pelo reconhecimento e demarcação do Quilombo Nativos do Arapuim. Sobre esse contexto veja em Santos (1985), Monção (2009) e Silva & Barbosa (2018).

²⁶ Hoje, Projeto de Assentamento Corgão - Boa Esperança.

²⁷ Hoje, Projeto de Assentamento São João Batista, município de Pintópolis.

um trabalho que, embora sem perspectivas concretas de continuidade, era em torno de ações que estávamos construindo em muitas mãos, no que viria a ser o CAA-NM²⁸. Em seguida à nossa mudança para Montes Claros, como integrante da equipe técnica do CTA de Montes Claros, passei a realizar o trabalho de acompanhamento técnico²⁹ às áreas de conflito³⁰, com o objetivo de construir propostas de apoio a essas áreas a partir da perspectiva das tecnologias alternativas³¹.

O conhecimento que, a partir do CTA de Montes Claros, fomos construindo sobre a realidade do campo foi fundamental como base para uma aproximação sobre as singularidades das populações rurais com as quais trabalhávamos. Percorríamos extensas áreas que estavam no domínio das planícies sanfranciscanas nas regiões de Cachoeirinha e de Varzelândia, em seguida rumávamos para o município São Francisco, onde atravessávamos de balsa o rio, e seguíamos, a partir da margem esquerda do rio São Francisco, em direção aos gerais dos rios Acari e Urucuaia.

Não tinha ainda, como bem observado por Ribeiro (2010), uma noção da vitalidade da sociedade que vivia nessa porção do território norte mineiro. Surpresa que, segundo o autor, já aparecia nos relatos de viajantes que estudaram essa região, desde o século XIX até o século XX, nos quais a beleza da paisagem e a receptividade sanfranciscana estão associadas a uma sociedade permeada de singularidades. Diz o autor: “Nesses relatos eles se surpreendem por encontrar uma sociedade tão autônoma, com características culturais e econômicas tão singulares” (RIBEIRO, 2010, p. 317).

A primeira observação que trago na memória era que os conflitos envolviam grupos de posseiros que resistiam à penetração de fazendeiros em função das políticas desenvolvimentistas dos anos 1960/1980 ou, como no caso do “Conflito de Cachoeirinha” e do acampamento do Corgão, de antigos posseiros que, em seguida à expropriação de suas terras e

²⁸ Era integrante do Grupo de Apoio do CTA-Montes Claros, uma equipe composta de alguns técnicos e de lideranças de agricultores ligados ao movimento sindical de trabalhadores rurais, entre estes Braulino Caetano dos Santos, da Casa de Pastoral Comunitária da Diocese de Montes Claros e Comissão Pastoral da Terra.

²⁹ O termo “acompanhamento técnico” para o CAA-NM surgiu como uma contraposição à noção de “extensão rural” ou de “assistência técnica”, ressignificando as suas práticas relacionadas com as interações dos saberes entre agricultores e técnicos.

³⁰ Foi fundamental nessa época a contribuição de três pessoas: Sônia Nicolau dos Santos, então professora e pesquisadora da PUC de Belo Horizonte, que tinha recém defendido sua dissertação de mestrado abordando o Conflito de Cachoeirinha; Eduardo Ribeiro, então pesquisador colaborador da CPT de Minas Gerais, com ele percorremos as áreas de mata e de gerais da margem esquerda do rio São Francisco; e Alvimar Ribeiro dos Santos, da CPT, que não media esforços para estar presente nos momentos mais críticos da luta dos posseiros dessa região. Boa parte das incursões a campo nessas áreas, eu viajava em sua companhia.

³¹ Os primeiros integrantes da equipe técnica do CTA de Montes Claros tinham sido o Carlos Eduardo Mazzeto, *in memoriam*, Albano Silveira e Elmides Veloso, através de um projeto que foi viabilizado pelo FINEP do Ministério da Ciência e Tecnologia.

tornados à condição de “posseiros sem terras”, organizaram-se contando com o apoio do movimento sindical dos trabalhadores rurais para fazer ocupações em áreas que tinham sido, conforme eles apontavam, griladas por gentes de fora.

A segunda observação era que os posseiros, além de terem um profundo conhecimento das terras e dos ambientes em que viviam, estavam envolvidos em um complexo mundo, onde religiosidade e festas se misturavam em suas práticas produtivas cotidianas. Como exemplo, relembro as inúmeras vezes que eu chegava à casa do seu Astério, na comunidade de Mimoso³² localizada em Pintópolis - distrito de São Francisco. Após as conversas sobre o andamento das ações de resistência da comunidade que enfrentava poderosos grileiros³³, mesmo que fossem altas horas da noite e debaixo de chuva, em pouco tempo a casa enchia de gente com violões e sanfonas, passando a animar ou o que restava do dia ou o que restava da madrugada.

Finalmente, foi nessas regiões que ouvi as primeiras referências a Antônio Dó (1878-1929), Saluzinho (1919-1990) e Rosalino (1945-1987), três dos personagens que passo a recorrer como marcos para analisar a resistência de populações rurais contra os processos expropriatórios promovidos contra as pessoas, famílias e comunidades que vivem no lugar, ao enfrentarem as demandas por terras, realizadas, principalmente, por gentes de fora. É na busca da compreensão dos sujeitos envolvidos em rebeldias que lançamos o nosso olhar para Antônio Dó, em seguida Saluzinho e Rosalino, como forma de trazer elementos históricos acerca da emergência da Articulação Rosalino.

Antônio Dó era visto, principalmente, ao longo dos municípios ribeirinhos do rio São Francisco e conforme narra Saul Martins (1967), como um bandoleiro que insurgiu contra o mandonismo das elites locais e regionais que utilizavam da Força Pública, como era denominada o que seria hoje a Polícia Militar do Estado de Minas Gerais, e do sistema judiciário do estado contra as pessoas do lugar³⁴. A saga de Saluzinho, ocorrida em meados dos anos 1960, ou seja, cerca de 40 anos em seguida à morte de Antônio Dó, tornou-se emblemática pela

³² Nessa comunidade foi criado o Projeto de Assentamento São João Batista depois de muitos anos de luta e de resistência da comunidade.

³³ Os grileiros de terra dessa área eram apoiados pela elite de São Francisco e pelo IEF, tendo como principal interessado o advogado Antônio Braz. O conflito era com os carvoeiros que insistiam em desmatar e fazer carvão dos cerrados.

³⁴ Sobre esse contexto, ver Augusto (2016) que analisa o coronelismo presente na região Norte de Minas nos finais do Séc. XIX perdurando até quase o final do Séc. XX. Segue a autora, o coronelismo se configura como “dominação exercida pelos senhores de terras e chefes políticos da região... (que) mantiveram milhares de pequenos agricultores e até povoados inteiros sob seu mando e seu jugo político. Criaram verdadeiros “currais” de homens, que manipulavam eleitoralmente em épocas de campanha para se perpetuarem no poder político. Esse fenômeno social conhecido como coronelismo é ainda vivo na memória e nos comportamentos políticos dos grupos sociais regionais. O passado se atualiza e é lembrado constantemente nas ruas e praças agraciadas com nomes de famílias que ontem e hoje representam socialmente o poder local” (AUGUSTO, 2016, p.100).

resistência contra fazendeiros na região do Jaíba³⁵, pelo enfrentamento à força policial do Estado de Minas Gerais e à perseguição política pelo DOPS, no contexto da Ditadura Civil-Militar de 1964. E Rosalino, assassinado em 1987 junto com mais três indígenas, pela relevância de sua contribuição na luta pela homologação de uma parcela da Terra Indígena Xakriabá, por desvendar a permanência no Norte de Minas de grupos indígenas até então tidos como extintos na região. Ou seja, histórias de pessoas do lugar que insurgiram contra a violência imposta pelas elites que acionaram o estado para garantir os processos expropriatórios de então.

Analisando o contexto dos primeiros conflitos vividos por Antônio Dó, em 1909, advindos do Tempo das Medições, desdobramento da Lei de Terras de 1850, e até sua morte em 1929, vê-se que muita coisa mudou na região, no Brasil e também no mundo. A Primeira República tinha sido implantada apenas duas décadas antes, em 1889, marcando o fim do império, sendo que o conflito deflagrado pela Guerra de Canudos (1896/1897) há pouco mais de uma década, ainda estava na memória de muitos brasileiros.

No âmbito internacional, esse período ocorreu concomitante ao que foi considerado como a “I Guerra Mundial” (1914-1918), resultado do desequilíbrio de poder desencadeado pela ascensão da economia de mercado em escala mundial (POLANYI, 1980) e que atingiu de forma mais estrutural o Norte de Minas com a implantação da navegação a vapor no rio São Francisco, em 1894, e a interligação da região ao centro-sul via ferrovia, em 1911.

No âmbito interno, entre os anos de 1912 a 1916, na divisa dos estados de Paraná e Santa Catarina, eclodiu a “Guerra do Contestado”³⁶, contra uma população denominada de sertaneja, a qual, mesmo que indiretamente, se fazia vínculos a outras guerras e movimentos sociais, entre esses o de Canudos. Era um contexto de penetração das relações capitalistas no campo e que levou à constituição de um movimento social, que insurgiu acionando esperanças míticas relacionadas com a posse e uso das terras em uma região onde os indivíduos que lá residiam eram denominados como sertanejos, mas também com diversas outras denominações³⁷. Esses sujeitos fizeram um enfrentamento aos representantes dos poderes local, estadual e nacional, resistindo à expulsão de inúmeras famílias de posseiros que ocupavam a região em função da

³⁵ A luta de Saluzinho é contemporânea à luta dos posseiros de Cachoeirinha, que tem início em 1964, nos albos da Ditadura Civil-Militar.

³⁶ Lazarin (2005) opta por recorrer a denominação de “Guerra Sertaneja do Contestado”, considerando a população de caboclos como sertaneja, numa tentativa de, indiretamente, fazer vínculos a outras guerras e movimentos sociais sertanejos, entre esses o de Canudos.

³⁷ Denominações como “caboclos, matutos, fanáticos, loucos, jagunços, bandidos, endemoniados, mas são também bravos, destemidos, inteligentes, guerrilheiros, audaciosos, humildes, vítimas, heróis e, claro, errantes do novo século” (LAZARIN, 2005, p.133).

concessão de terras pelo governo federal para empresas norte-americanas responsáveis pela construção da Estrada de Ferro São Paulo - Rio Grande do Sul (LAZARIN, 2005).

Pouco mais do que dez anos antes tinha sido sufocado, também pela força nacional, um movimento social significativo nos sertões da Bahia, a “Guerra de Canudos”, entre 1896 e 1897. Nessa, uma diversidade de sujeitos, camponeses, vaqueiros, jagunços e ex-escravos se juntaram a Antônio Maciel, o Conselheiro, e fundaram uma grande povoação na região de Canudos, nas proximidades do rio Vaza-Barris no sertão baiano. Essa povoação, denominada de Belo Monte, datava dos anos 1870 e chegou a abrigar mais de trinta mil habitantes em cerca de cinco mil casas (MARTINS, 1981, p.31).

A análise que José de Souza Martins (1981) fez sobre as guerras empreendidas no “sertão da Bahia” e no “sertão do Contestado”, duas regiões sertanejas, era de uma ordem messiânica, mas se viram confrontados em uma guerra civil que o levou à aniquilação quase total daqueles que resistiram. A República, então recentemente instalada no Brasil (1899), utilizou a acusação de ser uma rebelião de monarquistas como justificativa para colocar o Exército no confronto. “Esse era na verdade o crime político maior que se podia cometer então” (MARTINS, 1981, p.52). Para Antônio Conselheiro e o grupo de peregrinos que estava junto a ele, a República estava sob a ordem de fazendeiros, senhores de escravos que se vingavam da monarquia pela decretação da abolição dos escravos (MARTINS, 1981).

Hobsbawn em “Rebeldes Primitivos” (1983) inseriu o movimento como formas “primitivas” de agitação social denominada como milenarista. Baseava-se na crença de que o final do milênio trazia a esperança de uma mudança completa e radical no mundo, iniciando o novo milênio em um mundo limpo de todas suas deficiências (HOBSBAWN, 1983). Sem entrar no mérito das análises desses movimentos, o fato foi que a rebelião resultou em um massacre quase completo da população local: “La rebelde Sión de Canudos luchó literalmente hasta el último hombre. Al ser capturada, no quedó ningún defensor con vida” (p.102).

No caso do Norte de Minas, em particular nas regiões sanfranciscanas, as transformações em curso nesse entre período tiveram como palco resistências de populações que viviam da agricultura e da criação de animais, fazendo enfrentamento aos poderes locais vinculados com interesses no âmbito regional e/ou nacional.

A região sanfranciscana

As sagas de Antônio Dó, Saluzinho e Rosalino, ambientadas no Norte de Minas Gerais, aconteceram em meio às rápidas transformações socioeconômicas de então. Nos sertões sanfranciscanos a navegação a vapor antecede em quase uma vintena de anos (1894) à interligação com o centro sul através da ferrovia, que chegou ao porto de Pirapora em 1911. As localidades em torno do rio São Francisco estavam sendo demandadas por produtos como o pescado, a madeira, a borracha, o algodão, o couro, além de cereais (como milho, feijões e arroz), a mandioca, as abóboras, a cana, para além das carnes de animais. A cidade de Belo Horizonte fora recentemente inaugurada como a nova capital do estado de Minas Gerais e demandava não apenas produtos in natura, como também industrializados. Já existiam na região algumas fábricas que beneficiavam o algodão e uma série de outros produtos como a farinha, a goma, a rapadura e a cachaça que eram exportados. Produtos que até então eram consumidos mais no entorno do Norte de Minas e regiões mineradoras e, em alguns casos, atingiram praças mais distantes ou mesmo exportados para o exterior³⁸ (SENNA, 1918; MATA-MACHADO, 1991; RIBEIRO, 2001 e MOREIRA, 2010).

Enquanto existia apenas a navegação a vapor, o dinamismo da economia regional encontrava-se distribuído em uma série de cidades ribeirinhas, entre elas Januária. No entanto, com a chegada, em 1911, dos trilhos da Estação de Ferro Central do Brasil em Pirapora, localizada às margens do rio São Francisco, em poucos anos essa cidade se destacava como polo coletor e distribuidor. Senna registra esse fato:

Logo que chegaram a Pirapora os trilhos da E. de F. Central do Brasil, há perto de dois anos, no máximo, aquela localidade se tornou um forte empório comercial e é hoje sede de um novo município mineiro, opulento e cheio de vida (SENNA, 2013, p.253).

Pirapora sediava o porto onde se iniciava a navegação a vapor, que tomou caráter comercial e de forma regular a partir de 1899 com a fundação da Companhia Viação Central do Brasil. Anteriormente, a partir de 1894, o percurso desde a barra do rio Paraúna em Minas Gerais, afluente do rio das Velhas, já fazia a ligação pelo rio São Francisco até a cidade de

³⁸ Como era o caso do algodão e látex de borracha de mangaba e maniçoba.

Juazeiro, na Bahia, com o transporte de cargas e de pessoas com relativa regularidade³⁹ (DAMAZIO, 2010).

Tanto a navegação quanto a ferrovia foram projetos concebidos, inicialmente, pela geopolítica do governo imperial brasileiro como projeto de progresso do Brasil. Com o advento do período republicano, no caso do sertão, a ferrovia cumpriria outras funções como o de corredor migratório dos fugitivos das secas e também para o transporte de produtos alimentares para os centros urbanos em crescimento, em particular para a consolidação de Belo Horizonte⁴⁰ como centro econômico, administrativo e político de Minas Gerais (LESSA, 1993).

A reorganização da economia regional, tensionada pelas elites locais, atinge o campo no mesmo momento em que o território nacional passa por uma regularização fundiária coordenada pelo império, com o advento da “Lei de Terras”, de 1850, legislação instituída para proteger a elite agrária e o seu monopólio sobre a terra. Foi um mecanismo que excluiu do acesso à terra uma ampla gama de comunidades negras, de negros libertos, escravos, caboclos e outras populações despossuídas. A repercussão dessa lei vai eclodir no Norte de Minas nas primeiras décadas do Século XX, momento que coincide com a chegada dos agrimensores que passaram a regularizar as terras de forma cartorial fazendo as divisões. Elisa Cotta Araújo, ao estudar as comunidades negras e vazanteiras do rio São Francisco, denomina esse momento, de passagem do Século XIX para o Século XX, como o “Tempo dos Coronéis”, no qual subordinação e autonomia conviviam lado a lado, mesmo que em prejuízo da segunda (ARAÚJO, 2009).

Durante o Segundo Império surgiu a figura do Coronel, geralmente um grande proprietário que exercia o seu poder de mando sobre as áreas que tinha influência, contando com o apoio do governo, interessado na manutenção do controle político nas áreas mais distantes do litoral. Mesmo com o advento da República, a partir de 1899, esse tipo de representação se manteve por décadas seguintes. Eram estabelecidas trocas de favor que repercutiam em termos de lealdade e de compromisso daqueles que estavam colocados sob o poder dos coronéis. Um dos indicadores da força do coronel era a capacidade de reunir, sob o seu mando, o maior número de pessoas e, em contrapartida, o reconhecimento pelo governo do peso de sua influência na região (ARAÚJO, 2009).

³⁹ Tanto nas ferrovias quanto na navegação, era a iniciativa privada que explorava economicamente por meio de monopólios cedidos pelo governo central. A navegação a vapor no São Francisco começou a declinar por volta da década de 1940, ao se priorizar o transporte rodoviário como estratégia de integração nacional (DAMÁZIO, 2010).

⁴⁰ Fundada em 1897 como capital de Minas Gerais, apenas a partir dos anos 1920 é que começa a tomar corpo como centro econômico do estado.

Quando Antônio Dó chegou com os seus familiares no município de São Francisco, oriundo de Pilão Arcado na Bahia, não escapou das relações que eram estabelecidas de forma verticalizada. Da mesma maneira que muitos outros, ele se apresentou ao chefe político. Na época, início dos anos 1900, a Lei das Terras estava em prática na região, cuja economia se viu dinamizada pela navegação e posterior ligação ferroviária com o centro sul. A propriedade privada da terra ao ser instituída criava as condições para amplificar o desenvolvimento do capitalismo no campo.

Com a instauração da República e a vinculação das terras devolutas aos estados, em Minas Gerais agrimensores, oriundos da Escola de Minas - Ouro Preto, articulam seus serviços com os cartórios e passam a atender as demandas de registro das terras pelos grandes fazendeiros. Araújo (2009) relata como o processo se deu nas planícies e planaltos sanfranciscanos do Norte de Minas, com a terra sendo privatizada ou, quando não, transformada em “terra de ausente”, abrindo espaço para a venda, em outro momento, para pessoas de fora. Esse foi um contexto de acirramento de conflitos pela terra que passaram a atormentar muitos antigos moradores e posseiros. Funcionava assim:

O agrimensor fazia a medição da terra e os posseiros passavam, sem saber, a estarem sob o domínio de alguém, que na maioria das vezes não conheciam ou que não tinham relação alguma. Foi recorrente nesse processo a nomeação de diversas glebas como “terras de ausente”, que posteriormente foram comercializadas com pessoas de fora da região. Essas glebas eram posicionadas no território dividido, separadas umas das outras, tendo no seu entremeio algumas pequenas glebas para os posseiros menos abastados (ARAÚJO, 2009, p.132).

Muitas terras foram paulatinamente entrando no mercado fundiário sendo divididas e registradas nos cartórios pelos coronéis e fazendeiros. Da mesma maneira, foi assim que muitos dos antigos ou dos primeiros moradores foram transformados em agregados ou posseiros e se não estivessem de acordo com os novos donos de terra que se faziam, eram obrigados a sair em busca de novas áreas, que muitas vezes estavam localizadas muito distantes (ARAÚJO, 2009).

O processo de divisão de terras aconteceu em diferentes regiões, mas não em todas com a mesma intensidade, com repercussões diferenciadas influenciadas pelo contexto ambiental e sociopolítico associado aos lugares. As áreas localizadas sobre terras férteis, próximas de águas, povoados e de estradas que iam se abrindo, eram as mais cobiçadas. Em um primeiro momento, ficaram de fora extensas áreas ao longo da Depressão Sanfranciscana, infestadas pela malária, drenadas pelo rio São Francisco na porção norte mineira. Áreas rebaixadas que tomam corpo adentrando até as proximidades de Montes Claros, Francisco Sá, São José do Gurutuba,

Porteirinha, Mato Verde, Monte Azul e Espinosa, interligadas com a Bahia através do rio São Francisco.

Essa imensa área, com cerca de dois milhões de ha, foi objeto de estudo por João Batista de Almeida Costa (1999), designada como “Território Negro da Jahyba”. Ela esteve à margem da ocupação de fazendeiros brancos pelo fato de estar sobre um relevo permeado de “dolinas⁴¹”, reconhecidas regionalmente como “furados”, além de inúmeras lagoas e planícies alagáveis, o que favorecia a infestação do mosquito transmissor da malária (COSTA, 1999).

Luz Oliveira (2005) e, posteriormente, Araújo (2009) e Anaya (2012), ao estudarem mais especificamente as populações ribeirinhas⁴², na maioria dos casos de origem negra e que vivem entre os municípios de Matias Cardoso, Manga até Januária e Pedras de Maria da Cruz, informam-nos da existência de populações com modos de vida constituídos como grupos étnicos, vazanteiros, quilombolas e pescadores. Grupamentos que articulam nos seus sistemas produtivos o uso familiar e comunal das “terras baixas” do rio com suas ilhas, vazantes e lagoas, com o uso das “terras altas”, com suas caatingas, furados e cerrados. A complexidade do manejo dos recursos ambientais e sua apropriação produtiva foi assim descrita por Araújo (2009):

Em determinadas áreas, a implantação de agricultura de vazante, de lameiro ou de furado; nas áreas de vegetação densa, a criação de gado à “solta”, propiciando emergir uma centena de lugares como Gado Bravo, Gado Velhaco, Gado Velho, Barreiro do Verde Grande, etc. Essas denominações informam para a população regional a existência de um rebanho bovino criado solto no interior da mata da Jahyba. Esse tipo de criação exigia a figura das duplas de vaqueiros, que em suas vaquejadas derrubam o marruás, ou gado bravo, pelo rabo para poder ferrá-lo como propriedade de algum fazendeiro. Nas lagoas onde o peixe do rio São Francisco se reproduzia, a pesca; enquanto a caça ocorria no interior da floresta de caatinga arbórea. E, por fim, as atividades no rio onde o caboclo d’água, ou o compadre, tem seu domínio. ... as populações negras vazanteiras ou quilombolas têm a reprodução material de seus grupos familiares assegurada pelo manuseio dos recursos ambientais disponíveis na área de terra firme, na área das lagoas criadeiras, no rio e nas ilhas (ARAÚJO, 2009, págs. 140 e 141).

Vê-se a importância da criação de animais, que era associada com o manejo agrícola das vazantes, lagoas, além da agricultura de furado conforme foi estudado por Aderval Costa

⁴¹ Refere-se às áreas rebaixadas que ocorrem em terrenos de esboço geológico calcário (cárstico) em função do desmoronamento de grutas formadas pela percolação das águas subterrâneas.

⁴² Ribeiro (2000) sistematizou informações dos cientistas que viajaram pelo Norte de Minas e que destacam a existência de uma população majoritariamente negra: “Região Norte de Minas:

a) Arraial de Porteiras vizinho à Barra do Rio das Velhas (Guaicuí): “os habitantes na maioria, são mulatos” (POHL, 1976: 321). b) Vila São Romão: “A população é quase toda de gente de cor e não creio que haja na Vila inteira uma dúzia de famílias brancas” (GARDNER, 1975: 188). c) Coração de Jesus: “não vi mais que um único [homem branco] durante os quatro dias que passei na [povoação] de Coração de Jesus” (SAINT-HILAIRE, 1975 a: 308). d) Contendas (Brasília de Minas): “Não havia, por ocasião da minha viagem, senão dois homens brancos na povoação de Contendas” (SAINT-HILAIRE, 1975 a: 308). e) Capão do Cleto: “é hoje uma população inteiramente crioula” (D’ORBIGNY, 1976: 120)” (RIBEIRO, 2000, pgs. 242 e 243).

Filho ao analisar as estratégias produtivas das comunidades negras gurutubanas (COSTA FILHO, 2005).

Assim, como as áreas rebaixadas ficaram temporariamente de fora da cobiça dos fazendeiros por estarem infestadas pelo impaludismo, também ficaram de fora extensas áreas localizadas nos planaltos sanfranciscanos em suas margens direita e esquerda e em ambientes de serras e de chapadas da Serra do Espinhaço, que corta o Norte de Minas desde a porção mais elevada na região de Diamantina e do Vale do Jequitinhonha.

Nesses casos, pelo fato dessas terras, sob o domínio dos Cerrados, apresentarem severas limitações em termos de fertilidade natural⁴³, de textura com solos arenosos e pedregosos, e de relevo com áreas montanhosas e de difícil acesso. Uma diversidade de ecossistemas com o predomínio de veredas, pindaibais, cerrados, campos e campos cerrados. Regiões onde as populações locais desenvolveram modos de vida específicos, conhecidas local ou regionalmente como geraizeiras, veredeiras, campineiras, apanhadores de flores, conforme foram estudadas por Dayrell (1998), Nogueira (2009), Monteiro (2011), Fávero (2013), entre outros.

Vemos que o período que antecede à divisão das terras coincide com um tempo onde os primeiros moradores, populações indígenas que foram dizimadas ou desestruturadas, se juntaram aos negros, caboclos e nordestinos em busca de pouso. Foram se fixando e, ao mesmo tempo, desenvolvendo formas de adaptação aos condicionantes locais, tanto naquelas áreas baixas como nas mais elevadas e que estavam de fora da cobiça pelos fazendeiros. Como nos informa Ribeiro (2011), “organização produtiva peculiar, de produtividade exuberante, baseada nas lavouras de sequeiro nas matas, na exploração agrícola intensiva das áreas úmidas e o uso das chapadas dos gerais e das matas secas para a criação de gado e agroextrativismo” (p.24).

Mesmo mantendo uma relativa subordinação ao poder dos fazendeiros e dos coronéis⁴⁴, em alguns locais mais, em outros menos, os moradores conseguiram estabelecer uma relativa autonomia, associando uma diversidade de estratégias de reprodução social como pode ser vista em Santos (1985), Dayrell (1998), Costa (1999), Ribeiro (2000), Pozo (2002), Costa Filho (2005), Luz de Oliveira (2005), Brito (2006), Araújo (2009), Nogueira (2009), Ribeiro (2010) e Monteiro (2011). Foi nesse contexto que vimos emergir Antônio Dó, um retirante cuja família saiu de Pilão Arcado na Bahia e fez o seu pouso nas proximidades da cidade de São Francisco.

⁴³ Solos ácidos e com elevados teores de alumínio que são tóxicos para a maioria das plantas cultivadas.

⁴⁴ Denominados por historiadores do São Francisco como os “régulos, potentados do sertão”, responsáveis pela justiça local e que impunham sua noção de ordem ao território através do domínio dos grupos armados (RIBEIRO, 2011).

Antônio Dó

O professor Saul Alves Martins, conhecido historiador e folclorista na região Norte de Minas Gerais, em particular nos sertões sanfranciscanos, definiu assim Antônio Dó:

Era um revoltado contra o mandonismo coronelesco do sertão e perigoso adversário da política dominante, na época, em São Francisco e Januária. Dizem que era honrado e bom, e virou mau e ficou desonesto, transformado pela nefasta administração da Justiça, precisamente de quem tinha o dever de realizá-la (MARTINS, 1967, p.18).

A obra de Saul Martins⁴⁵, intitulada “ANTONIO DÓ - O Jagunço mais famoso do sertão”- apresenta um entre parênteses “A história verídica de um jagunço famoso” na capa interna da obra e o faz com muita razão. O personagem habita um lugar mítico na memória e nas lembranças ao seu nome por um grande número de moradores dessa porção do Norte de Minas Gerais⁴⁶, por isso, histórias sempre “verídicas”. Lembro-me, durante a estadia junto aos Veredeiros de São Joaquim, de ouvir de seu Júlio, pai de Jaime, um dos *antenas* da Articulação Rosalino, uma alusão a Antônio Dó em uma conversa que tivemos, na qual o assunto era sobre Lampião. Do nada ele me perguntou se eu sabia o porquê Antônio Dó tinha esse nome, falei que não, então ele disse que “ele tinha esse nome porque tinha dó do pessoal pequeno, que os fazendeiros não tinham dó, ele vinha matava gado e repartia carne para os pequenos” (Seu Júlio em entrevista, 2017). Ele disse que em vida teve notícia de Antônio Dó ainda vivo, e que ele tinha passagem nas regiões de veredas do rio Pardo e do Peruaçu. São Joaquim estava situado entre esses dois rios.

Saul Martins (1967) escreve a trajetória de Antônio Dó desde sua vinda de Pilão Arcado na Bahia e os lugares onde morou na região do Urucuia e nos municípios de São Francisco e Januária. Descrição que serve de estrutura para o romance de Petrônio Braz com a obra “Serrano de Pilão Arcado - A saga de Antônio Dó (2006). Braz incorpora o contexto político das elites de São Francisco que estiveram envolvidas em conflito e a perseguição que fizeram a Antônio Dó. Bem como com a rede incrustada na estrutura do estado, em particular com os militares e com o judiciário da época. Napoleão Valadares, autor do prefácio dessa obra, diz sobre o personagem: “Dó, que antes de ser jagunço era um humilde camponês, não permitiu nenhuma vitória às forças policiais que o perseguiram. Não foi à-tôa que, em Grande Sertão: Veredas, Guimarães Rosa disse: *Antônio Dó - severo bandido*” (BRAZ, 2006, p.11).

⁴⁵ Ele era membro do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais e também pertencera à corporação militar de Minas Gerais.

⁴⁶ Sobre a diversidade de percepções sobre Antônio Dó, veja em Rodrigues, 2005; LIMA, 2006.

Ao analisar o processo de ocupação de uma vasta porção das planícies sanfranciscanas no estado de Minas Gerais, denominado como “Território Negro da Jahyba”, Costa (1999) destaca o papel de Antônio Dó em um conflito de divisão de terras contra famílias de negros em Brejo dos Crioulos. O autor nos informa que esse período coincidia como uma das vias do controle das terras pelos fazendeiros através da legislação que fora instituída em 1850. Foi o que passou a ser denominado como “tempo da divisão”, ocorrido no começo do Sec. XX em Brejo dos Crioulos. A pedido do Padre Gangana, Antônio Dó veio até a região e sequestrou o agrimensor de um fazendeiro, para que os negros das terras baixas do Vale do Rio Verde Grande pudessem permanecer na terra (COSTA, 1999). Para esse autor, Antônio Dó era um rebelde que insurgiu ao ver-se atingido pelo conflito provocado pela patrimonialização das terras que, até então, eram consideradas soltas. Ele relata que Antônio Dó, pequeno produtor de São Francisco,

se revoltou contra o processo de divisão das terras. Ele é conhecido no cenário histórico e político mineiro como um bandoleiro que nas barrancas do rio São Francisco buscava manter o status quo vigente (COSTA, 2016, p.42).

Ainda segundo Costa (2016), estavam em confronto duas perspectivas de mundo diferenciadas e relacionadas com a visão de mundo das pessoas do lugar: as elites e as populações subalternizadas. De um lado, as terras como integradas ao patrimônio cultural e econômico dos nativos ou, na perspectiva dos recém chegantes, terras legalmente documentadas tidas como constituintes do patrimônio das famílias distintas como pertencentes às classes de mando.

Em novembro de 1929, após quase vinte anos de peleja e que deixou como rastro a morte de um sem número de soldados da Força Policial de Minas Gerais, Antônio Dó foi assassinado por um grupo de jagunços. Esses contaram com o apoio de um membro que entrou no bando enviado dos Gerais de São Filipe pelo fazendeiro que foi prejudicado na contenda de divisão das terras em Brejo dos Crioulos. Saul Martins registra assim o assassinato: “Traíram-no. Seus próprios companheiros o eliminaram. Há Judas em toda a parte, até no êrmo do sertão” (MARTINS, 1967, p.93). No jornal Estado de Minas, de 12 de novembro de 1929, ficou grafado:

Um astro no crime que desaparece - Foi assassinado, na Serra das Araras, o famoso Antônio Dó - O sertão do S. Francisco vem de perder a sua figura característica. Desapareceu do cenário rude daquela zona, o mais terrível bandoleiro que por ali tem existido. Antônio Dó, o perigosíssimo facínora que, quinta feira última cahiu massacrado pela furia de um dos seus apaniguados, é o typo-padrão, o symbolo desses malfeitores sem alma e sem entranhas, pesadelos vivos das populações sertanejas (MARTINS, 1967, p.122).

As elites ficaram aliviadas com a morte de Antônio Dó que deixou, além do rastro de mortes, um nome que, ainda hoje, percorre as memórias das pessoas da região como um justiceiro a favor dos pequenos. A atualização permanente, pela memória das populações rurais, da importância de Antônio Dó se vincula à sua defesa das gentes miúdas nos processos de divisão de terra e que também lutou contra coronéis que mantinham essas gentes subordinadas, subordinação que era denominado pelas pessoas do lugar como carrancismo.

Em seu estudo sobre comunidades na margem esquerda do rio São Francisco, Correa (2002) focaliza o carrancismo como sendo o tempo dos coronéis, vivido com revoltas contra os processos de divisões de terra solicitados por algum fazendeiro e nos quais os sertanejos de menores condições sociais perdiam suas terras. Essa temporalidade enuncia também o sistema produtivo tradicional e o mais importante, a terra era livre e apropriável, “nem todas as terras eram de fazendas, e os poucos fazendeiros, ou donos, que existiam, permitiam que as pessoas morassem nas suas terras durante vários anos sem pagar pela área ocupada, ou seja, quem tinha terra morava, quem não tinha morava” (CORREIA, 2002, p. 51).

E o mundo continuava em mudanças. Entre Antônio Dó e Saluzinho

Mil novecentos e vinte e nove foi um ano que ficou marcado na história das economias capitalistas, fruto das rápidas ondas de crescimento e a crescente diminuição da capacidade de intervenção dos Estados. O colapso da Bolsa de Nova York aconteceu, na leitura de Polanyi (1980), como fruto da desintegração do “padrão ouro” e que só se vai resolver com o fim da Segunda Guerra Mundial. Foi quando se impôs um novo sistema de governança mundial capitaneado pelos países vencedores da guerra, a saber EUA, Inglaterra, URSS e seus aliados.

Aqui no Brasil, com a intensificação do processo de industrialização, a partir dos anos 1930, e sem reformulações na base produtiva de alimentos que perdurava desde o período colonial, a década de 1950 passou a ser palco de debates sobre os rumos de um modelo de agricultura que atendesse à crescente demanda por alimentos junto aos centros urbanos que se industrializavam rapidamente. A carestia crescia e novos movimentos agrários foram surgindo a partir do Nordeste Brasileiro.

Autores clássicos, como Caio Prado Jr na obra *Formação do Brasil Contemporâneo* (2000), já destacavam o papel da agricultura de “subsistência”, que era definida como de abastecimento interno, em oposição à grande lavoura exportadora. Essa agricultura, analisada por outros autores como “sertaneja” (ANDRADE, 1998), ou “não escravista” (CARRARA,

2007), quase sempre na marginalidade, é que vinha contribuindo com o abastecimento de gêneros alimentícios à população brasileira.

A falta de políticas específicas destinadas àqueles que, tradicionalmente, eram os principais responsáveis pela produção de alimentos no Brasil, associada com a intensificação da industrialização, provocou mudanças significativas na distribuição da população no campo, além de processos migratórios em busca de melhores condições de vida.

Até então a maioria dos moradores vivia nas zonas rurais ou em pequenos núcleos urbanos do país. Com a economia cafeeira restabelecida após a crise de 1930, uma frente migratória associada ao avanço do cultivo do café, alimentos e criação de gado seguiu derrubando matas e abrindo terras para lavoura em direção às áreas de mata atlântica do Paraná. Lembrando que foi no final desse período, em 1944, que Saluzinho, como veremos à frente, ainda jovem contando apenas dezenove anos, saiu de Varzelândia/MG e rumou para o Oeste Paranaense. Era de lá que vinham notícias de que estavam sendo abertas novas posses, o que estimulava o reforço à frente migratória.

Com o fim da Segunda Guerra, o movimento camponês eclode na região Nordeste capitaneado pelos lavradores que subsistiam juntos aos engenhos de cana, em conflito com os barões do açúcar que se viram forçados a modernizar a produção açucareira que, a partir de São Paulo, competiam com o Nordeste. O movimento camponês cresceu, alastrou-se em direção ao Sudeste e abriu a discussão sobre a concentração da terra e da necessidade da reforma agrária, como também uma das soluções para o abastecimento dos centros cada vez mais urbanizados.

Não se tinha no país políticas de estímulo à permanência dos lavradores na terra e de aumento da produção de alimentos. A produção oriunda dos sistemas agrícolas destes lavradores não tinha registros ou reconhecimento, senão daqueles que produziam nos sistemas de “plantation” no passado e, a partir do que viria a ser, os “modernos” sistemas de produção como vetor da movimentação das economias capitalistas.

No final da década de 1950 e início dos anos 1960, o debate se polariza colocando de um lado os defensores de reformas mais profundas na sociedade brasileira que promovessem a democratização do acesso a terra, à educação, ao controle da remessa de lucros dos bancos para o exterior. E, de outro, os setores oligárquicos do latifúndio que, resistentes em abrir mão de seus direitos sobre as terras, se associaram rapidamente aos interesses do capital internacional que passaram a dominar a agricultura de base industrial, desenvolvida nos pós segunda guerra mundial, capitaneados pelos Estados Unidos e que deu origem à chamada “Revolução Verde”. Polarização que desaguou no Golpe Civil-Militar de 1964 (DAYRELL, ver agricultura geraizeira - revista).

Anteriormente a esse contexto da década de 1960, nas regiões sanfranciscanas ocorreram mudanças no cenário regional que provocaram repercussões significativas na vida das pessoas do lugar. A primeira tem relação com o término da construção da estrada de ferro que percorreu o flanco oriental do Território Negro da Jahyba, ao sair de Montes Claros (1942) e atingir a cidade de Monte Azul (1946) e, em seguida, fazendo a interligação com Salvador e o Nordeste Brasileiro através da Viação Férrea Federal Leste Brasileiro (VFFLB) em 1950 (LESSA, 1993).

E a segunda mudança ocorreu com os investimentos do governo no controle da malária que era endêmica em amplas áreas sob o domínio das planícies sanfranciscanas. Abriu as portas para a entrada de populações brancas, até então ocupando marginalmente esse espaço do território mineiro. Em suas memórias, o intelectual regional Maurício (1995) informa que o combate à malária nas terras baixas do vale do rio Verde Grande propiciou que surgissem “as primeiras grandes fazendas, enriquecidas de exuberante pastaria do colômbio. Podemos dizer que os nossos fazendeiros desceram os cerrados e caminharam para a riqueza dos vales” (MAURÍCIO, 1995, p. 163).

Com a inauguração do trecho Corinto - Montes Claros, em 1926, que passou a ser linha principal da Estrada de Ferro Central do Brasil e que se direciona, no início dos anos 1940, para alcançar a Bahia⁴⁷, atendendo aos interesses estratégicos do exército brasileiro em sua geopolítica de controle do território (LESSA, 1993). Antes de chegar à Bahia, percorre um longo trecho nas planícies sanfranciscanas ao passar por Burarama, atual cidade de Capitão Enéas; Gameleira no município de Janaúba; Pai Pedro e Catuti. Só a partir daí é que a linha se aproxima da Serra Geral, em Monte Azul. Segue então margeando a serra até atingir Espinosa, divisa de Minas Gerais com a Bahia.

A demanda por madeira, requerida pela expansão da ferrovia, se desloca para a Mata da Jahyba, situada nas extensas áreas rebaixadas da planície sanfranciscana. As numerosas populações que aí viviam na mais completa invisibilidade (COSTA, 1999) foram assim descritas por Velloso⁴⁸, em 1901, conforme citado por Sônia Nicolau Santos (1985):

É porque a Jayba é, quase em toda a extensão da área que compreende, inabitada, pois somente os contornos que avizinham com as povoações adjacentes, são ocupados por uma gente que se descreve como semi-selvagem, vivendo num estado pouco menos do primitivo, de natureza, em meia nudez, sustentando-se, principalmente, de caças, pesca, palmitos, e frutas silvestres. (...) Apenas os maiores dessa espécie de tribos, compostas na totalidade de pretos e mestiços, que não têm habitações regulares,

⁴⁷ Com isso, o trecho Corinto - Pirapora passa a ser ramal, o que provocou aplausos pelas elites de Montes Claros e protestos pelas de Pirapora, conforme Lessa (1993).

⁴⁸ Jayba - Revista do Arquivo Público Mineiro - Vol. VI, 1901.

cultivam a mandioca de que fazem farinha para o próprio consumo, abóboras, melancias e plantas tuberosas, criam algum gado vacum, cavalari e suíno (VELLOSO, 1901, citado por SANTOS, 1985, p.14, grifos da autora).

Como assinalado acima, visão que se tinha sobre as comunidades que aí viviam “como semi-selvagem”, compostas de pretos e mestiços, em muito se assemelhavam com as populações ribeirinhas do São Francisco. Santos (1985), nos estudos sobre o Conflito de Cachoeirinha, foi uma das pioneiras ao desvelar a ocupação negra nessa porção do território norte mineiro, anteriormente à ocupação branca. Ela nos informa, a partir dessa ocupação antiga, sobre duas gerações de posseiros que passariam a dividir com os “nativos”, ou seja, “as espécies de tribos”, de “pretos e mestiços”, o uso dessa imensa área.

A “primeira geração de posseiros” vem junto com a construção da ferrovia que vai ligar o Rio de Janeiro com Salvador, integrando a Estação de Ferro Central do Brasil com a do Leste Brasileiro, obra retomada em Montes Claros no ano de 1942. Sônia Nicolau (1985), ao entrevistar o seu Cassimiro, uma das lideranças dos posseiros de Cachoeirinha e que esteve à frente da resistência, ele diz:

Cheguei junto com o Capitão Enéas⁴⁹ (...) Justamente ele veio por aí tirando madeira e juntou muita gente, trabalhando com ele, não era só eu não. Nós éramos quarenta e dois e dois empreiteiros que tinha com ele, arrendava mato. Por exemplo, o mato que a gente achava assim, porque era terra do Estado. Então a gente tirava a madeira, trabalhava com madeira. A madeira toda era entregue para a Central⁵⁰, quer dizer, era entregue prá ele, mas ele entregava prá Central. (...) quando nós mudamos para aqui era só nativo que tinha, não tinha fazendeiro aqui. Já depois diversas vezes que não tinha fazendeiro. Eu mexia junto com esse povo. Era o mesmo que ser gente de casa (SANTOS, 1985, p.16).

Em entrevista com seu Cassimiro, ele confirma a existência de pessoas que já moravam há muito tempo no lugar, que eles denominavam de “nativos”. E o papel que a construção da ferrovia desempenhou ao promover o assentamento de trabalhadores que aí chegaram para entregar madeira lavrada como dormentes para a EFCB. Ele cita o caso dele trabalhando com outras quarenta e duas pessoas para dois empreiteiros.

Para se ter ideia do número de pessoas que estavam envolvidas nessa obra, é importante o registro que foi feito por Lessa (1993) acerca da retomada, em 1942, do prolongamento da

⁴⁹Enéas Mineiro de Souza nasceu no interior da Paraíba em 1889. Mudou-se para Pernambuco e se tornou Comissário de Polícia das Forças Volantes quando atuou na perseguição à Coluna Prestes. Fixou-se no Norte de Minas Gerais em 1930 e foi prefeito das cidades de Francisco Sá, Montes Claros e da nascente cidade que leva o seu nome, Capitão Enéas. Seguindo os trilhos do trem baiano, adentrou o Cerrado para retirar as madeiras que serviram para a fabricação de dormentes para a ferrovia que desbravava o sertão, a Estrada de Ferro Central do Brasil. Faleceu em 1965.

⁵⁰ Referência à Estrada de Ferro Central do Brasil - EFCB.

linha da EFCB, posteriormente RFFSA. Segundo a autora, entre os anos de 1942 e 1943, estiveram envolvidos na obra quinze mil pessoas que, juntamente com as suas famílias, perfaziam um total cinquenta mil pessoas. Além de três mil animais de trabalho. Para se ter idéia do que representava a população diretamente envolvida na obra, nesse período Montes Claros tinha 13.678 habitantes e Belo Horizonte 177.004 habitantes. A malária era considerada um dos maiores desafios para a continuidade da obra⁵¹. Em 1946 a ferrovia chegou a Monte Azul e em 1950 foi finalizada a interligação da EFCB com a Viação Férrea Federal Leste Brasileiro - VFFLB (LESSA, 1993). Cumprindo então um papel fundamental no transporte de gentes e de mercadorias, interligando os mercados do Rio de Janeiro e de Salvador com os sertões de Minas Gerais e da Bahia.

Para o seu Cassimiro, pelo fato dele incorporar o modo de vida das pessoas do lugar, designadas como “nativos”, ele também passou a ser considerado como gente igual a eles. Foi assim que essa primeira geração de posseiros passou a compartilhar o território com os nativos, “pretos e mestiços” que há muito já viviam nessa porção do território. Uma época, como afirmado por Velloso (1901), em que os fazendeiros ainda não tinham tomado conta dessas terras.

O compartilhamento do território com os nativos significou também compartilhar os mesmos sistemas de demarcação de posses, onde cada família sabia o que era seu, as mesmas práticas culturais relacionadas com as danças, o batuque, os festejos de Natal, a festa de São Benedito e de Nossa Senhora de Santana, além da produção de utensílios de madeira e barro (SANTOS, 1985). Compartilharam também os sistemas agroalimentares baseados no cultivo do arroz, feijão, mandioca, milho, mamona, criação de animais na solta, associados com a pesca e a caça; que dependiam dos conhecimentos associados ao manejo dos complexos ambientes de matas, caatingas, catanduvás, furados, lagoas, bem como os movimentos de seca e cheia dos rios Verde Grande, Gorutuba e Arapuim com influência da dinâmica de seca e cheia do rio São Francisco (COSTA FILHO, 2005).

⁵¹ Lessa (1993) relata que foi utilizado o projeto sanitário desenvolvido por Oswaldo Cruz na região do rio Madeira - Mamoré.

A Segunda Geração de Posseiros - por onde entra o Saluzinho

Com a interligação do interior da Bahia e de Minas Gerais com Salvador e Rio de Janeiro através da ferrovia, torna-se crescente o fluxo migratório do Nordeste com a região Centro Sul do Brasil, sendo Montes Claros um ponto obrigatório de parada. Logo a notícia da abertura de uma fronteira agrícola no Norte de Minas abre esperanças para muitas famílias de lavradores em busca de um lugar para viver. Lembrando que a década de 1950 foi uma década em que movimentos de luta pela terra vinham crescendo, principalmente a partir do Nordeste (JULIÃO, 1962; HEREDIA, 1979).

É nesse contexto que Santos (1985) analisa o que ela denominou como a “segunda geração de posseiros”, que passaram a se dirigir para a região da Jahyba, esses agora com um perfil diferenciado dos da primeira geração. Eram lavradores que tinham, em sua maioria, uma trajetória de trabalho em outras fronteiras agrícolas, como as que tinham sido abertas na região do Mato Grosso do Sul e no Paraná entre as décadas de 1930 a 1950. Abertura quase sempre associada à propaganda de se tornar proprietário de terras, mas que na prática mostrava uma dura realidade do trabalho hoje considerado como escravo, “em fazendas cercadas de jagunços que os impedem de fugir” (SANTOS, 1985).

A autora registra, entre tantos outros, o depoimento de uma das lideranças dos posseiros de Cachoeirinha, que ficou conhecida pela aguerrida luta pelo direito de ficar na terra, o seu Jader de Paula. De forma resumida, uma parte de sua trajetória:

Eu nasci em Minas, fui criado em Montes Claros e Francisco Sá. Parti daí, fui embora para o Paraná, fiquei dez anos lá. Tudo que eu fiz no tempo da minha força eu acabei andando. Saí daqui, vendi baratinho tudo que tinha, pode dizer que perdeu. Fui para o Paraná. Desse tempo, o que eu fiz ficou tudo lá, eu não trouxe quase nada. Chego aqui entro nessa terra, porque a terra era do Estado, a que a gente podia entrar e trabalhar. O que eu fiz, o pouquinho de dinheiro que eu trouxe, eu coloquei nesta terra aqui. Trabalhei mais de dez anos. (...) Veio a ordem⁵², nós fomos em Janaúba e assinamos taxa de ocupação. Veio o aviso do IBRA, nós fizemos o IBRA. Veio o aviso do imposto, eu fui em Montes Claros pagar, quatro vezes, no Banco da Lavoura da Produção (Depoimento de Seu Jader in SANTOS, 1985, p.25).

Essa geração de posseiros, segundo Santos (1985), era de pessoas “mais cosmopolitas (p.25), que sabiam da necessidade de buscar amparo no âmbito legal, e que ao chegarem na região da Jahyba, mesclaram-se com os antigos ocupantes. Compartilhando elementos da racionalidade camponesa que os aproximavam como iguais, a terra compreendida como direito

⁵² Ele faz referência à notícia que chegou que todos os posseiros deveriam ir até Janaúba para regularizar os seus direitos.

pelo trabalho nela colocado. Não muito distante de Cachoeirinha, na região de Serra Azul, na época divisa de Varzelândia com Manga⁵³, no início dos anos 1960, retornava também à região Salustiano Gomes Ferreira, conhecido pelo nome de Saluzinho.

Como Jader, liderança dos posseiros de Cachoeirinha, ele, Saluzinho, saiu do lugar onde vivia, Limoeiro, município de Varzelândia, no ano de 1944, com a idade de vinte e sete anos. Foi para o Paraná, uma das regiões de fronteira agrícola, acalentando o sonho de viver do próprio trabalho na terra. Mas não foi essa bonança que encontrou no Paraná, lá formou família, mas também vivenciou muitos conflitos. Moreira (2010) registrou a trajetória de Saluzinho desde quando saiu do Norte de Minas na década de 1940 e o seu retorno no início nos anos 1960:

Salustiano Gomes Ferreira, o Saluzinho, era filho de posseiro, pobre, nasceu no ano de 1917, em um lugarejo chamado Limoeiro, próximo de Campo Redondo, distrito de Varzelândia. Desde muito cedo ganhou o apelido de Saluzinho, por ser franzino e de pequena estatura. Frequentou a escola apenas seis meses porque não havia professor no lugar. (...) ainda jovem, foi atraído pelas notícias que vinham do Sul do País. Diziam que no Estado do Paraná tinha terra em abundância e de boa qualidade para quem quisesse trabalhar. Para lá se foi Saluzinho, em busca de melhores condições de vida. No município de Loanda, no Noroeste do Paraná, pela orientação de alguns amigos, instalou-se numa pequena posse de terras. Depois de alguns anos de trabalho, construiu uma pequena casa e constituiu família. Porém, quando parecia tudo tranquilo, alguém reivindicou a posse daquelas terras. Esse alguém, segundo o próprio Saluzinho, em entrevista concedida ao Luiz Chaves (1980), era muito poderoso, por que nunca apareceu naquele lugar, mandava sempre jagunços e policiais trazendo recados e ameaças. Até que um dia, não agüentando mais as humilhações e os desaforos, decidiu reagir, acertando dois jagunços. Posteriormente, descobriu que um deles era policial. Cumpriu quatro anos de cadeia no Estado do Paraná. Quando foi libertado, não encontrou mais nada do que possuía. Tomaram-lhe tudo. Desiludido do Sul, sem nada, decidiu voltar para a terra natal e retomar as esperanças (MOREIRA, 2010, p.104).

A história contada diz que, ainda menino, sentiu o peso do poder dos fazendeiros que matou o único professor da localidade onde morava. Outra perda foi a prisão que sofreu no Paraná, resultado de um conflito com jagunços, em que um deles era policial. Tomaram-lhe tudo, foi quando, depois de viver dezenove anos no Paraná, de ficar viúvo e de sofrer um processo legal, resolveu retornar à terra natal: era o ano de 1963.

Ao chegar à localidade de Limoeiro, no município de Varzelândia/MG, descobre que as terras de seu pai, que tinha falecido recentemente, tinham sido invadidas por um grileiro conhecido na região como José Milo (CAMPOS, 2014). Mas fica sabendo que na Jayba existiam terras soltas que podiam ser ocupadas. Vislumbra uma possibilidade de reconstruir sua vida nas proximidades do lugar onde nasceu. Estava então com 46 anos de idade.

⁵³ Hoje divisa dos municípios de Itacarambi, Jaíba e Varzelândia.

Ele fez a posse em um terreno nas proximidades de Serra Azul já com uma nova família, tendo como mulher D. Dúlcia⁵⁴, oriunda da localidade de Olhos D'Água. Não sem antes conversar com Seu Almerindo, o então prefeito de Itacarambi, cujos terrenos encontravam-se nas proximidades da divisa com Varzelândia. Ele é mais um entre outros tantos posseiros chegantes, que se encontraram com outros da primeira geração de posseiros entre um sem número de nativos que já viviam desde há muito tempo nas amplas planícies sanfranciscanas. Onde o Saluzinho fincou sua posse, vivendo junto a tanto outros, foi em uma região que o Estado de Minas Gerais tinha tomado para si as terras para um futuro projeto de colonização, mas que tomaria outro viés nos anos que viriam a seguir⁵⁵.

Naquele momento Saluzinho e os outros posseiros não sabiam que, em breve, tanto no Norte de Minas quanto nas regiões das planícies sanfranciscanas, as pessoas iriam sentir na pele o peso das consequências do golpe militar que foi desferido contra o governo do presidente João Goulart no ano de 1964. Golpe que tinha como retaguarda a elite agrária e burguesa do Brasil, apoiados pelos EUA e sustentado pela classe média brasileira que saiu às ruas defendendo a propriedade e a família contra a ameaça do comunismo.

Vivia-se o auge da Guerra Fria e o debate se polarizou. De um lado, os defensores de reformas mais profundas na sociedade que promovessem a democratização do acesso à terra, à educação, ao sistema de remessa de lucros dos bancos para o exterior. De outro, os setores oligárquicos do latifúndio que, resistentes em abrir mão de seus direitos sobre as terras, associam-se aos interesses do capital internacional que passaram a dominar a agricultura de base industrial originária do pós-segunda guerra, desenvolvida principalmente pelos Estados Unidos e que deu origem à chamada Revolução Verde.

O Golpe Militar ocorrido em 1964 sufocou pelas forças das armas o debate acerca das reformas de base, entre elas a reforma agrária. Impôs-se então um conjunto expressivo de políticas reformulando o sistema de pesquisa, educação e de fomento à modernização da agricultura com créditos e assistência técnica subsidiados pelo estado. Estímulo que possibilitou uma modernização em escala ampliada dos antigos latifúndios como empreendimentos agropecuários capitalistas, em detrimento da agricultura tradicional composta em sua maioria por camponeses e lavradores.

⁵⁴ Ela já tinha um filho, o Manoel, que na época tinha cerca de 9 anos de idade.

⁵⁵ Projeto que foi redirecionado, após o Golpe Civil-Militar de 1964, para o “Projeto de Irrigação de Jaíba”, tido então como o maior projeto de irrigação da América Latina.

Denominada de “modernização conservadora”, a política que foi desenvolvida a partir de então levou ao extremo a dicotomia produção x conservação. No caso dos cerrados brasileiros, essa movimentação “civilizadora” se avizinha sob as vestes modernas do que passou a ser denominado como agronegócio⁵⁶. Busca integrar essa região, a todo custo, como produtora de matéria prima barata, ora com os plantios homogêneos de eucalipto para produção de celulose e carvão, que vai alimentar os altos-fornos que aquecem a cadeia do aço e os negócios a ela correlatos ; ora com os polos de agricultura irrigada; ora pecuária de corte ou os polos de soja, algodão e agora cana para produção do etanol. Tais “boas novas”, na verdade, se inserem como parte de complexos oligopólios que se estruturaram em escala planetária, com tentáculos por todos os cantos do planeta, estabelecidos na estrutura global de produção e consumo (DANGELIS & DAYRELL, 2006).

Saluzinho e a emergência de D. Dúlcia na perspectiva das pessoas do lugar

No ano de 2006, muitos anos antes de ter conhecimento pessoalmente dos familiares de Saluzinho e das histórias contadas por eles e pelos seus outros conhecidos, o que veio acontecer no final do ano de 2017, eu escrevi um artigo, que foi publicado pela Revista Verde Grande, narrando a luta das comunidades tradicionais pelo direito de viver no lugar (DAYRELL, 2006).

O artigo abordava o processo de resistência empreendido por um conjunto de comunidades que estava engrossando a onda dos que se insurgiam contra as forças dos fazendeiros que vinham utilizando dos potentes correntões, para desmanchar extensas áreas de matas e de cerrados, transformados em pastos, eucaliptais ou as extensas monoculturas de frutas irrigadas em perímetros públicos ou privados. Nesse artigo, iniciei com a história que marcou a lembrança de muita gente nos anos finais da década de 1960 e nos iniciais da década de 1970 e que perdura até os dias de hoje: a saga de Saluzinho. Utilizei como referência o artigo que Luiz Chaves tinha escrito sobre Saluzinho em um número anterior da Revista Verde Grande (2006). Aquele artigo começa dizendo que,

em outubro de 1967, após cinco dias de cerco em uma gruta da região de Cachoeirinha, hoje município de Verdelândia (MG), a polícia militar mineira precisou chamar um comando especial do DOPS, vindo de Belo Horizonte, para ajudar no combate de uma perigosa célula comunista que estaria implantando a resistência

⁵⁶ Estrutura produtiva cujas raízes remontam ao período colonial, com base na grande propriedade, monocultura, tendo a produção destinada à exportação. Atualmente no Brasil se refere a uma associação entre o capital agroindustrial com a grande propriedade fundiária, associação que realiza a estratégia econômica do capital financeiro (DELGADO, 2005).

armada na região norte mineira e enfrentando as forças públicas. Esse reforço, contando com mais quarenta homens, veio a se juntar a outro vindo do Batalhão de Montes Claros, três dias antes, e já contava com um pesado arsenal de guerra. Tanta movimentação chamou a atenção da opinião pública, inclusive da imprensa que, ao acompanhar o caso, obrigou o estabelecimento de uma negociação para que os bandidos se entregassem vivos. Então, após cinco dias de artilharia pesada, explosões de bananas de dinamite, de gás lacrimogênio e até mesmo por incêndio, provocado por gasolina esparramada na porta da gruta e, como baixa entre os policiais, um morto e dois feridos, apareceu na porta da gruta um vulto esquelético, com o corpo recoberto de fuligem de carvão e fumaça. A perigosa célula comunista era constituída apenas de um homem, conhecido como Saluzinho, armado com uma garrucha, cujo crime foi o de defender o posseiro Teço contra os jagunços a mando do fazendeiro Oswaldo Antunes. (...). Saluzinho morreu em 1990 na cidade de Itacarambi no anonimato. Depois do episódio da resistência isolada na gruta, percorreu um longo calvário de prisões em cadeias de Minas Gerais, entre elas a do DOPS em Belo Horizonte, onde aprendeu a ler e escrever com outros presos políticos, os quais deixava encantados com sua história singular de luta pelo direito a terra. A história de Saluzinho é emblemática e se cruza com outras tantas histórias, algumas conhecidas, muitas outras se perdendo nas memórias dos mais velhos que ainda vivem nos sertões de Minas Gerais. Histórias cujos fragmentos, mas principalmente, a densidade relacionada ao viver dos sertanejos foi capturada pelo escritor Guimarães Rosa ao romancear a trajetória da jagunçagem, os conflitos de seus personagens e também a disputa de projetos, abrindo ao mundo os sentimentos que ainda hoje transparecem no sertão norte mineiro (DAYRELL, 2006, p. 31).

Agora, passados cinquenta e dois anos desse evento, tive a oportunidade de conhecer a gruta em que Saluzinho enfrentou a polícia em 1967. Nessa caminhada, encontramos pessoas como a Sra. Mariângela, neta do Sr. Aurelerim Neres de Oliveira, um contemporâneo vivo de Saluzinho que com ele conviveu nos idos anos 1960. Ela, ao falar sobre Saluzinho, resumiu em poucas palavras: “Saluzinho foi um herói”.

Mariângela mora ao lado de seu avô (que ela trata com muito carinho como pai), em um acampamento que poderia ser descrito como uma “retomada do povo do lugar”, já transformado em um assentamento. Foi uma surpresa chegar onde vivem, um vale rodeado pelas encostas da Serra Azul. A luta dos posseiros desse lugar já tomou muito espaço em notícias nos jornais de Minas Gerais, pois ocuparam uma das franjas da Reserva Biológica Serra Azul, categoria de unidade de conservação que não aceita, em hipótese nenhuma, a presença de humanos residindo.



FIGURA 1 - Sítio onde vive o Sr. Lerin, acampamento Serra Azul. Ao fundo a Serra Azul.
Fonte: Dayrell, 2018.

A reserva integra um conjunto de seis unidades de conservação de proteção integral - UPI's - que foram constituídas como compensação ambiental do Projeto Jaíba e que vêm sendo objeto de intensas críticas em função de que, sob as vestes de uma ação preservacionista, verifica-se a abertura de uma ampla ação de degradação promovida pelo modelo de exploração capitalista da terra, associada à expropriação de centenas de famílias que vivem em dezenas de comunidades que habitam essas áreas secularmente (ANAYA, BARBOSA & SAMPAIO, 2006; ARAUJO, 2009).

Eles mobilizaram muitos deputados e promoveram muitos debates fazendo enfrentamento com setor ambientalista do estado e, em particular, com a AMDA⁵⁷. Foi em meio a esse debate que, em setembro de 2009, uma equipe de pesquisadores apoiados pelo CAA-NM e pela UNIMONTES elaborou um laudo como uma contribuição à luta da comunidade para ser reconhecida como remanescentes de quilombo⁵⁸. Só não sabíamos que iríamos encontrá-los a partir de nossa busca ao lugar onde Saluzinho tinha vivido.

A comunidade conseguiu fazer um enfrentamento ao Estado que tinha transformado as poucas áreas, que não haviam sido loteadas e distribuídas para os fazendeiros e colonos, em áreas protegidas. No caso, a Reserva Biológica Serra Azul, a mesma Serra que em um de seus

⁵⁷ Associação Mineira de Defesa do Ambiente.

⁵⁸ Veja em Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas - CAA/NM; Universidade Estadual de Montes Claros - UNIMONTES; Laudo preliminar da Comunidade Quilombola Nativa da Jaíba. Equipe de pesquisa: Fábio Dias dos Santos (Sociólogo responsável pelo laudo, mestrando em Desenvolvimento Social pela Unimontes); Reginaldo Ribeiro (Acadêmico do curso de Ciências Sociais); Paola C. A. Novelino (Acadêmica do curso de Serviço Social - FACISA). Montes Claros/MG. Setembro de 2009.

fragmentos tornou-se o lugar onde Saluzinho se escondeu, uma gruta por muitos pouco conhecida.

Continuo a narração dos acontecimentos vividos por Saluzinho, porém tendo como referência: o depoimento do próprio Saluzinho na entrevista concedida por ele a Leonardo Campos em 1979 (2014)⁵⁹; o relato dos filhos de Saluzinho, Manoel e Daniel, além do relato das pessoas que conviveram com ele. É a história de um lavrador migrante que se torna rebelde ao não aceitar as determinações e injustiças nos lugares onde viveu, até que opta por residir em Itacarambi, município onde veio a falecer em 1990.

Os fatos narrados aconteceram no entorno do povoado de Serraria⁶⁰, na época denominado de Logradouro ou Currutela, onde se reuniam os nativos e antigos posseiros da região. Estes nomes, Logradouro ou Currutela, nunca se vê nos mapas, feitos depois da década de 1970, da região onde foi instalado o Projeto Jaíba. Foi no “Logradouro”, no ano de 1967, que Saluzinho encontrou com o jagunço que o ameaçou dizendo que o seu patrão, o fazendeiro Oswaldo Alves Antunes, queria a retirada da posse onde Saluzinho vivia desde que tinha retornado do Paraná em 1963.

Ele não deveria saber do passado de Saluzinho: quando estive no Paraná já tinha enfrentado jagunços, fazendeiros e o aparato militar. Agora estava querendo apenas criar sua família. Saluzinho explica em poucas palavras o seu retorno e os primeiros conflitos que passa a viver:

Foi em 1963. Tanto que em (19)63 eu vim para cá. Já estava com dezenove anos que morava no Sul. Eu cheguei aqui, esse Oswaldo, junto com o José Milo (...) queria invadir minha propriedade. Sessenta alqueires de chão que meu pai deixou. Ele invadiu. Nós pobres não podíamos colocar advogado na causa, fazer uma procuração. Ficou como terra do Estado. Lá ele encostou com esse Oswaldo Antunes e mandou fazer o cercado dele (CAMPOS, 2014, p.132).

Foi quando teve início o enfrentamento com Oswaldo Antunes. Em uma das primeiras conversas que tivemos quando conheci os filhos de Saluzinho, perguntei para eles a lembrança que tinham do tempo em que moraram na região de Serra Azul. O filho mais novo de Saluzinho, o Seu Daniel nos contou sobre as histórias que ficou sabendo de seu pai e de sua mãe quando era um pouco mais velho:

⁵⁹ O livro publicado por Leonardo Campos tem como principal fonte de informação uma extensa entrevista concedida pelo próprio Saluzinho no ano de 1979.

⁶⁰ Essa comunidade e o pequeno córrego que desce em direção ao rio São Francisco faz divisa do Projeto Jaíba com terras de grandes fazendeiros que passaram a ocupar a região a partir dos anos 1960.

Tem história do começo, as primeiras perseguições, tem história que a imprensa nem sabe, o engenheiro foi lá medir as terras, fizeram picadão cercando várias propriedades de posseiros a mando do fazendeiro, de Osvaldo Antunes, a ordem era tirar. O meu pai ajuntou alguns homens e foram lá, e deu prazo de poucos minutos para eles retirar, mandou tirar. A partir daí começou a perseguição, até helicóptero foi lá, suspeito que esse helicóptero foi a mando de alguém, saíram procurando, não sabe na real o que foram fazer lá, voaram baixinho, perto do barraco, helicóptero com os homens armados, perto do nosso barraco, rodeavam, rodeavam, não encontravam o Saluzinho, meu pai ficava escondido debaixo de madeira caída, daí a poucos dias eles veio, aí uns dias veio os policial, quando trocaram tiro, o revolver que caiu, ficou caído lá, foram muitas histórias de horror mesmo (Sr. Daniel, em entrevista, 2018).

A lembrança do helicóptero voando e policiais armados de fuzis já aponta que o caso tinha escapado das esferas local e regional, e entrou nas esferas estadual e nacional. O caso já estava sendo tratado como caso de subversão, de comunismo. Forças especiais se juntaram à Polícia Militar de MG para dismantelar o que seria uma célula de comunistas no Norte de Minas Gerais.

O Manoel, filho da segunda esposa de Saluzinho, D. Dúlcia⁶¹, tinha cerca de nove anos em 1967. Ele relembra quando os policiais chegaram a sua casa à procura de Saluzinho, depois que ele havia baleado dois jagunços que vieram para matá-lo. O Saluzinho só foi descobrir que um dos jagunços era policial à paisana ao pegar a arma que ficou caída no chão após um tiroteio que aconteceu em frente à sua casa.

Manoel disse que Saluzinho, quando se deu conta de que tinha atingido um policial, mesmo que a paisana, sabia que iria enfrentar momentos difíceis. Ele lembra que Saluzinho se reuniu com outros posseiros e a orientação dada foi que deveria ficar escondido. Quando Saluzinho saiu para se esconder na gruta, ele mandou a mulher e os filhos, o mais novo era o Daniel, que estava de colo, que ficassem na casa de seu Marçal, distante cerca de três quilômetros de onde moravam.

O Manoel continua dizendo, na sua visão de menino na época, quando os policiais surgiram na casa do Marçal onde estavam escondidos, agora devidamente trajados, em busca de Saluzinho. Viu a sessão de tortura sofrida pelo seu tio Marçal, o que deixou marcas em sua lembrança⁶²:

Aí a polícia chegou, pegou o velho Marçal, amarrou os braços dele, as mão e pendurou ele no pau, deixou ele dependurado no pau⁶³, nós era pequeno, fiquei com muito medo,

⁶¹ Segundo os filhos, D. Dúlcia Gonçalves de Araújo tinha 37 anos em 1967, nasceu na comunidade de Olhos D'Água, proximidades de Brejo do Mutambal, e era filha de Alícia de Gabriel Gonçalves de Araújo.

⁶² Em outro momento, o Manoel lembrou que depois do primeiro tiroteio na casa dele, houve uma reunião entre os posseiros mais próximos para avaliarem o que estava acontecendo e o que poderiam fazer. A sugestão foi a de que o Saluzinho ficasse escondido.

⁶³ Esse tipo de tortura adotada pelos policiais ficou muito conhecido na época da Ditadura Militar como “pau de arara”.

os meninos ficavam olhando de longe, calados sem poder fazer nada (Sr. Manoel, em entrevista, 2018).

Enquanto pressionavam os familiares de Saluzinho, os policiais montaram uma investigação sob orientação da estrutura da polícia política montada pelo governo militar, o DOPS. Conversamos com um dos posseiros que era vizinho de Saluzinho e ele nos contou que um dia foram presos cerca de doze posseiros que sofreram sessões de tortura para dizer onde o Saluzinho tinha se escondido. Eles não contaram, poucos sabiam do esconderijo, mas um outro posseiro desavisado foi pego em outro momento e delatou que ele estaria em uma gruta.

O Daniel completa a história com informações que ele teve anos mais tarde, sobre o que aconteceu com a sua mãe, D. Dúlcia, dos horrores que ela sofreu nas mãos da estrutura militar que utilizava a tortura para conseguir a confissão, fosse a que preço.

Eu lembro de muita história, que a minha mãe foi levada para a gruta. O que mais me chocou, eles fizeram muita sacanagem com ela, tipo estupro, judiaram muito, tem muita gente que viu, chocou muito, muitas e muitas histórias que aconteceu, como o meu pai foi tirado também da gruta, ficou cinco dias lá sem comer, foi uma história de horror, não só com ele, mas [com] toda a comunidade (Sr. Daniel, em entrevista, 2018).

A história contada pelo Daniel e Manoel foi confirmada pela senhora que encontramos no Acampamento Serra Azul⁶⁴, cuja avó, que ela trata de mãe, foi convocada pelos policiais para trabalhar como cozinheira para o Batalhão da PM que estava no encalço de Saluzinho. Ela conta as histórias que ouviu da avó sobre as torturas que a esposa de Saluzinho enfrentou:

Minha mãe escutava o povo falando, amanhã vamos pôr fogo lá dentro, soltava fumaça, soltava bomba. Minha mãe falava, eram uns cem homens. (...) Tinham os que eram policiais, tinham os que não eram policiais, eram as pessoas da fazenda, capataz, tudo para pegar o homem. (...) disse que levou ela (D. Dúlcia) para a frente da gruta, retirou a roupa no meio da multidão, ela dizia que torturou muito (Mariângela, posseira em entrevista, 2018).

Relato que confirma como os jagunços dos fazendeiros se misturaram com os do aparelho repressivo do Estado de Minas Gerais e da tortura sofrida por D. Dúlcia. Ela falou ainda dos medos e traumas que restaram após a captura de Saluzinho, como a comunidade ficava sempre sobressaltada, e os pesadelos da avó, mesmo quando já tinham passado mais de quarenta anos.

⁶⁴ Mariângela, neta do seu Lerin, que o considera como pai, e que também mora em uma área retomada nas proximidades de Serra Azul.

Seu Lerin, posseiro⁶⁵ remanescente do tempo de Saluzinho confirma, a partir de sua trajetória, como se deu a ocupação da Jahyba, pela segunda geração de posseiros, conforme Santos (1985), até a chegada da RURALMINAS e a consequente expulsão deles do lugar. Ele relata sobre a quantidade de posseiros que ocupavam a Jahyba, mesmo que fosse uma vida difícil, ele lembra da liberdade que tinham e, como ocorreu a tomada das terras pelos fazendeiros, os antigos ocupantes se espalharam, restando alguns que passaram a residir na Serraria.

Tinha muito posseiro aí na Serraria, tinha muito aqui, lá na Serra Azul já tinha mais pouco, muitos perderam, outros venderam as posses, venderam os direitos que tinham, um bocado foi para a Serraria, para a beira do rio (São Francisco), sumiram no mundo, foram embora para Pernambuco, outros ficaram, hoje tem os mais novos, gente da região. Tinha uns posseiros aqui, saiu tudo, vendeu para Antônio do Banco (inaudível) hoje tudo é fazenda, venderam tudo (Seu Lerin, em entrevista, 2018).

O Seu Lerin relata como os agentes do Estado intermediaram as aquisições de terrenos que depois seriam repassadas para a RURALMINAS e, ao final, para os fazendeiros.

(Eu) morava na posse lá, do outro lado da serra, tinha o tenente Pimenta, eu trabalhei mais ele lá um ano, ele ia comprando para quando a RURALMINAS precisasse, ele ia comprando as fazendas que o povo vendia, comprava as posses que o povo vendia, eles chegaram disseram que tinham documento do terreno, o povo foi saindo, saindo, o povo vendia as posses, pagava uns direitos aí, passou para os fazendeiros (Seu Lerin, em entrevista, 2018).

Com as terras da Jahyba sem os posseiros que foram expulsos sob o beneplácito da RURALMINAS, o campo ficou aberto aos fazendeiros que passaram a ocupar praticamente toda a região, com o Projeto Jafba começando a ser implantado. Anos depois, em 1979, Leonardo Campos fez uma entrevista com Saluzinho, que já morando em Itacarambi. A entrevista, no entanto, só foi publicada, em 2014, no livro “Saluzinho, luta e martírio de um bravo”. Nela, Saluzinho relata os antecedentes do conflito com Oswaldo Antunes, como foi a resistência dentro da gruta e a passagem dele por diversas prisões, uma delas por onze meses no DOPS em Belo Horizonte. Até que foi solto em 1971, após quatro anos de prisão.

O ano de 1979 foi também emblemático, iniciava-se no Brasil os primeiros passos rumo à democracia com o decreto da anistia. Saluzinho analisa contexto do Brasil da época, governado pelo presidente João Figueiredo. Ele comenta sobre a luta pela anistia e a

⁶⁵ Entrevista realizada no dia 12/04/2018 com o posseiro Aurelin Neres de Oliveira que, na época do conflito com Saluzinho, morava nas redondezas, do outro lado da Serra Azul e tinha convivência com ele e com a família. Hoje é, talvez, o último remanescente dos antigos posseiros que mora nas redondezas. Referência: P1660040: Saluzinho e Dulcia / Dia 2 / Cartão 2 / DCIM 166_PANA.

repercussão que estava tendo na região relacionada com o reconhecimento dos indígenas Xakriabá no direito a terra.

Leonardo: - Você achou a medida (anistia) boa, não é?

Saluzinho: - Achei muito boa. Porque eles, se fossem uns povos bandidos, eu não dizia nada. Mas eles estavam sofrendo pelo direito humano da humanidade, porque estava vendo o direito humano preso debaixo de corrupção, debaixo de imperialismo, e eles lutavam contra aquilo.

Então aquele Garrastazu Médici fez tanta coisa. Ele baixou o AI-5 para derrubar a liberdade humana, ele baixou aquele negócio de derrubar greve. Aí a gente tem de apoiar esse João Figueiredo, porque ele derrubou o AI-5, ele deu liberdade de greve aos funcionários, que não tinha. Eles já estão fazendo greve e a coisa está consertando, está devagarzinho.

Esta terra dos índios aqui (remanescentes dos índios Xakriabá, cuja reserva é em Itacarambi) estava invadida por fazendeiros, povos civilizados. É dos índios esta terra. Tem muito índio aqui nesta região. A SUVALE veio aqui e arrancou tudo⁶⁶ (os fazendeiros invasores) (CAMPOS, 2014, p.126).

Mais adiante ele faz perguntas relacionadas sobre as dificuldades por aqueles que Campos (2014) denomina de “pequeno produtor” e que Saluzinho responde categorizando como o que ele denomina de “pobres do campo” e de “autoridades”. Relata com clareza a falta de apoio dos governos para com “os pobres do campo” e o papel que cumprem para o abastecimento alimentar na nação. Além de desvendar a íntima relação dos políticos como proprietários da terra e da relação imbricada deles com os fazendeiros e empresários⁶⁷, beneficiários principais das políticas de fomento que vinham sendo promovidas então.

O governo está abrindo os bancos é só para as autoridades. Os pobres do campo que levam o pão na mesa dos grandes e dos pequenos, esses não têm conforto nenhum. Porque nós devíamos ter um conforto muito grande nos bancos, para levarmos mais legumes lá na mesa de todo mundo. Dos grandes e dos pequenos (CAMPOS, 2014, p.124).

Mais adiante Leonardo pergunta para ele se tem ressentimento com tudo que aconteceu. Ele confirma e diz que o maior sentimento que persiste foi a tortura sofrida por D. Dúlcia e que resultou em sua morte anos depois. E que teria sido confirmada, posteriormente, por Dr. Pedro Santos que a atendeu em Montes Claros.

⁶⁶ Ele faz referência à Superintendência do Vale do São Francisco (SUVALE), mas nesse ano foi a FUNAI que, depois de muita investida dos Xakriabá pelo reconhecimento do território, elaborou um laudo de demarcação do território.

⁶⁷ Sandra Helena Gonçalves Costa (2012) fez uma análise da imbricação dos políticos do Congresso Nacional com a propriedade da terra no Brasil. Analisando dados do Cadastro do INCRA (2003), de 374 parlamentares, a grande maioria participante da Bancada Ruralista, constatou que mais de 50% das terras declaradas eram consideradas improdutivas. Da mesma maneira, analisou empresas associadas a esses deputados e verificou que 64% das terras também eram consideradas improdutivas.

Foi em consequência de espancamento. Lá no terreiro tinha mato com o nome de andu... não sei se você conhece... uma varona grossa assim ... O tenente Petrônio cortou aquilo, quebrou nas costas dela. O pulmão dela se tornou em água (CAMPOS, 2014, p.127).

A morte de D. Dúlcia não é ainda contabilizada na conta dos que foram assassinados pela ação do estado. Em seguida, após Saluzinho comentar toda a saga que viveu, desde quando foi viver no Paraná e depois quando retornou para Minas Gerais, Leonardo Campos pergunta sobre o seu pensamento abarcando conceitos e princípios como o de posseiros e democracia.

O posseiro? É um homem pobre que anda apossando as terras para trabalhar para arranjar o pão de cada dia. Pro bem da Nação. Porque esse não tem amparo. Porque se tivesse, ele não ia estar em dificuldade conforme eu fui mais meus companheiros. Um sertão daquele, com mais de 50 quilômetros, longe da sociedade, nós estávamos ali sofrendo, mosquito mordendo, não tinha estrada, não tinha médico, não tinha nada. Estávamos fazendo fatura para nós, que somos posseiros, e fazendo para os outros, que não são posseiros. É isso que é posseiro. Na terra do Estado. Porque nós não tínhamos ilusão de comprar.

Leonardo: - Você gostaria de viver num país democrático, num país de regime ditatorial ou num país comunista?

Saluzinho: - É lógico que nós interessamos a democracia. É na democracia que estão os direitos humanos. Mas na democracia limpa. Na democracia que não há enganos, não é comprada com dinheiro (CAMPOS, 2014, p.136).

Verifica-se a consistência do pensamento de Saluzinho acerca dos direitos humanos, dos debates que se tinha nas políticas nacional e internacional. No entanto, os últimos anos de Saluzinho não foram fáceis. Sua profissão principal de cortar e lavrar madeira foi tirando suas forças até que chegou no ponto em que não podia mais trabalhar. No final dos anos 1980, os filhos de Saluzinho relatam a lembrança de Luiz Chaves, advogado que trabalhou por muitos anos na FETAEMG e na CPT, quando o mesmo visitou o pai em seus últimos anos de vida: “Luiz Chaves foi lá, levou remédio, deu entrevista, ajudou ele a comprar casinha” (Manoel, em entrevista, 2018).

As conversas que tivemos com os filhos de Saluzinho confirmam o quadro de dificuldade que ele e os seus filhos enfrentaram. E a solidariedade que tiveram entre os seus familiares e amigos. Com a morte de Saluzinho, o Manoel passou a sofrer de depressão. Mas continuaram na lida que tinham aprendido do pai: de cortar e lavrar madeira. Continuaram trabalhando no Fabião até que, em 2004, o ICMBio os retirou de lá sem direito nenhum. O Parque Nacional do Peruaçu tinha sido criado por decreto governamental em 1999. Sobrou para eles irem morar na periferia de Itacarambi, em casa própria ou de favor. A solidariedade entre os mais fracos foi fundamental para a vida que passaram a ter na cidade.

Ao final do primeiro dia em que tinha conhecido Manoel e Daniel, depois de ouvir a história que eles contaram de Saluzinho e o grande sentimento que tinham em função do sofrimento passado por sua mãe D. Dúlcia, mostrei para eles o relatório da COVEMG - “1964 - 1988 Comissão Verdade em Minas Gerais - Relatório Final” (2017) que tinha sido publicado apenas um mês atrás.

O relatório registra em sete páginas o caso de Saluzinho, tratado com deferência, pois era um dos poucos casos registrados com mais detalhes acerca da violência sofrida por camponeses no Norte de Minas Gerais e que tinham sido promovidas pelo aparelho repressivo da Ditadura Civil-Militar de 1964 à serviço dos grandes fazendeiros.

Em um depoimento que foi dado em frente à gruta onde Saluzinho enfrentou por cinco dias os policiais do estado de Minas Gerais, Daniel destaca o pensamento de seu pai que foi repassado para os seus filhos, e clama pelo reconhecimento e pela justiça para com a sua mãe, D. Dúlcia, que foi torturada pelo aparelho repressivo do estado.



FIGURA 2 - Seu Manoel e Seu Daniel junto com o cineasta Luciano Dayrell (da direita para a esquerda) em frente à gruta onde Saluzinho enfrentou o batalhão da PM e o DOPS. Município de Jaíba.
Fonte: Dayrell, 2018.

Perguntei para eles o que tinham a dizer sobre a luta por direitos e por reconhecimento que a Comissão Verdade de Minas Gerais estava em busca⁶⁸. Daniel, o filho mais novo, que quando foram atacados na região de Serra Azul, na Jaíba, era ainda um bebê de colo, relata:

⁶⁸ Na entrevista comentei também sobre a Comissão Verdade e Memória Grande Sertão, que tinha sido constituída com o objetivo de dar relevância para as famílias e comunidades que tinham sofrido com os impactos da Ditadura

Concordo. São cinquenta anos que se passaram, nenhum amparo da justiça, da parte do estado, nunca nem procurou a gente, é uma parte que precisa ser esclarecida, não só para a família, mas para a sociedade. O meu pai tinha muito sonho, sonhava com o Brasil livre, com a democracia bem boa mesma, onde o brasileiro pudesse viver em paz, com os seus direitos garantidos. Sonhava com a reforma agrária, ele sempre falava que não concordava, como que pode nós viver num planeta no qual que nós fazemos parte e uma família não ter um pedaço de terra pra fazer uma casa? Era a coisa que ele mais falava, como é que uma família pode viver debaixo da ponte, é uma injustiça muito grande que os homens cometem aqui na terra. Ele sempre relatava isso, essa é uma parte da história que a sociedade não conhece, só conhece por Saluzinho que brigou, que atirou, que revidou, não conhece a história de Saluzinho humano, um homem que sofreu muita perseguição, nós tivemos que passar a nossa vida nas brenhas das matas, a gente se privou, não tivemos contato com a sociedade melhor, não pudemos estudar muito, ter uma profissão, não tivemos como estudar. Até hoje [vivemos] como caipira na cidade sem profissão, desse jeito [que você está vendo aqui em casa].

O meu pai sonhava com esta liberdade, o trabalhador rural ter o seu pedacinho de terra. Depois veio a lei ambiental, nós trabalhávamos onde é o Vale do Peruaçu, onde hoje é o Parque do Peruaçu⁶⁹. A gente trabalhava com extração de madeira, naquele tempo era uma profissão legal, aí eles vieram e proibiram, foi mais um golpe, não tomou conhecimento de todos os trabalhadores que trabalhavam naquela prática, da madeira, de criar roça, simplesmente criaram a lei e hoje nem tem direito de passar lá (nós temos), eles nunca olharam que existiam seres humanos lá, nós vivíamos como índios. Foi mais um golpe, meu pai já estava velho, mas nós não sabíamos fazer outra coisa, não sabíamos ler direito, eu mesmo nunca passei de ano, aí tivemos que deixar a roça e vir para a cidade sem ser da cidade, foi mais um golpe (Daniel, em entrevista, 2018).

Nesse depoimento, Daniel enfatiza a necessidade de reconhecimento pela sociedade sobre quem foi Saluzinho e, principalmente D. Dúlcia, que morreu quase que à mingua, após as torturas que sofreu sob as ordens da PM de Minas Gerais. Aponta também ao reconhecimento da existência de uma humanidade planetária subjaz ao pensamento de Saluzinho, “como nós pode viver em um planeta, do qual nós fazemos parte, e uma família não ter um pedaço de terra para fazer uma casa?” Destaca também a desumanidade que vem embutida nas leis que são feitas pelas elites e que atingem aqueles que tiram o sustento da própria natureza, “simplesmente criaram a lei e hoje nem tem direito de passar lá (nós temos), eles nunca olharam que existia seres humanos lá, nós vivíamos como índio” (Daniel, em depoimento, 2018).

Civil-Militar no Norte de Minas. Em outro momento eles foram a Montes Claros e contribuíram com uma oitiva por essa comissão.

⁶⁹ Parque Nacional Cavernas do Peruaçu foi criado em 1999 com uma área de 56.400 hectares entre os municípios de Januária, Itacarambi e São João das Missões. Fonte: <http://www.icmbio.gov.br/portal/visitacao/1/unidades-abertas-a-visitacao/8642-o-parque-nacional-cavernas-do-peruacu>

A Insurgência Xakriabá

Quando Manoel e Daniel, filhos de Saluzinho, relembram dos tempos que viviam “como índio” em uma das brenhas na margem direita do rio Peruaçu, a Terra Indígena Xakriabá estava muito próxima de onde eles viviam e trabalhavam, tinha início a partir da margem esquerda do rio Peruaçu. Na entrevista que Saluzinho deu para Leonardo Campos em 1979, ele comentou o enfrentamento que os índios estavam fazendo para impedir a invasão de suas terras: “Esta terra dos índios aqui estava invadida por fazendeiros, povos civilizados. É dos índios essa terra. Tem muito índio aqui nesta região” (CAMPOS, 2014, p.126). Esse reconhecimento explicitado por Saluzinho, no entanto não refletia um consenso na visão dos fazendeiros e da institucionalidade do Estado.

Desde o fim dos anos 1960 que os Xakriabá estavam sendo obrigados a novamente pôr em prática suas estratégias, que se pode dizer secular, de luta para não perderem o lugar onde sempre viveram. Os Xakriabá citam, na história recente, duas revoluções que tiveram que empreender para não perder o território. A primeira se refere à do “Curral de Vara”, fato acontecido na década de 1920 e relatado assim pelo Cacique Rodrigo à Ana Flavia Santos (1997):

Meu pai contava que chegou um moço de fora e rancheou entre Missões e Rancharia, não, para baixo de Rancharia, pegou o nome de Curral de Vara. Aí fez uma fazenda, roçou derrubou uma área grande, terreno bom, fez plantação, aí fez um curral de aroeira. E foi trazendo gado de fora. Aí os índios cismaram, juntou um bando e foram. Pôs fogo na cerca” (Rodrigo. Brejo doMata-Fome, 1995 in SANTOS, 1997, p.55).

O episódio acontecido no final da década de 1920, por coincidência na mesma época que Antônio Dó insurgiu contra a divisão das terras promovida pelos fazendeiros, foi visto por Ana Flávia Moreira Santos (1997) como o início de um movimento invasivo de divisão das terras com a regularização de propriedades particulares dentro da área em que viviam os Xakriabá (SANTOS, 1997).

Até então, eu pouco conhecia da história e dos processos de luta empreendidas pelos Xakriabá, embora desde meados dos anos 1990 já tivesse conhecimento através de algumas atividades que o CAA-NM lá realizou com a mediação inicialmente pelo CIMI e, posteriormente, juntamente com a FAE/UFMG.

O desconhecimento era tanto que, entre os anos de 2012 e 2013, quando estava envolvido na equipe que elaborou os relatórios antropológicos dos quilombos de Ingazeira e

Tabua⁷⁰, ao fazer busca documental sobre a trajetória produtiva dessa região situada à margem esquerda do rio São Francisco⁷¹, encontrei, com surpresa, no Anuário de Minas Gerais, publicado no ano de 1912, o relato do cônego Mauricio Gaspar acerca de uma visita pastoral do Bispo de Montes Claros, D. João Pimenta, ao longo da margem esquerda do rio São Francisco. Entre as localidades visitadas, consta “a viagem para S. João das Missões, o antigo aldeamento dos índios, das margens do Japoré e do Itacaramby, hoje capella filial da freguezia de N. Senhora do Amparo do Brejo” (pg. 482). O padre relata

O chamamento para administrar os últimos sacramentos ao velho índio de nome Theophilo de tal. Foi o primeiro Cayapó que tivemos ocasião de ver, logo ao entrar na antiga aldeia. O velho índio, ao que me contaram, fez parte, há trinta anos, de um grupo de Cayapós, patrícios seos, armados de flechas, resolvidos a ir até o Rio de Janeiro para apresentarem as suas queixas à Sua Magestade o Imperador D. Pedro II. Com efeito, os descendentes dos habitantes das selvas foram muito bem recebidos na Corte Imperial, e, depois de muito mimoseados, trouxeram ordens para as autoridades da comarca de Jannuarina, a fim de que fizessem valer os seus direitos contra os invasores de suas terras (SENNÁ, 1912, p.483).

O mesmo registro fui encontrar agora, quando li a dissertação de Santos (1997). Então nos demos conta de que, desde o Século XIX, se tem notícia dos índios fazendo gestões no Império e de lá trazendo ordens para as autoridades da comarca a fim de fazer valer os seus direitos contra os invasores de suas terras. Essa informação pode ser um indicativo de que nesse período, já na década de 1880, a Lei da Terra, de 1850, já estava sendo implementada nas regiões ribeirinhas do rio São Francisco, pelo menos em sua margem esquerda.

Na década de 1920, os índios se organizaram e botaram fogo no que ficou conhecido como “curral de vara”, em um enfrentamento a fazendeiros que se apossaram de uma área dentro de suas terras. Tratam esse evento como “a primeira revolução”. Sofreram uma forte violência promovida pelo fazendeiro e que contou com o apoio do poder local. Lideranças que não foram mortas ou apanharam, tiveram que fugir sem nunca mais serem vistas (SANTOS, 1997).

O germe da “primeira revolução” sustentou uma resistência que durou até a “segunda revolução”, iniciada no final dos anos 1960 e se estendendo até os anos 1980, como nos relata

⁷⁰ Esses quilombos estão localizados no município de Manga que faz divisa com o município de São João das Missões. Os relatórios foram coordenados pelos antropólogos Aderval Costa Filho, Claudia Luz Oliveira e Elisa Cotta.

⁷¹ Estava interessado, em particular, em informações sobre a produção de látex de borracha oriundo do extrativismo das mangabeiras, espécie nativa do cerrado. Para minha surpresa, o Anuário de Minas Gerais registra que nessa região era explorada com muito vigor a produção de látex de borracha extraído da mangabeira.

Santos (1997) e que resultou no que ficou no reconhecimento em definitivo da indianidade dos Xakriabá.

Os anos [19]80 seriam marcados pelo definitivo reconhecimento do povo indígena Xakriabá e pela homologação, em julho de [19]87, da demarcação realizada em [19]79. Tais acontecimentos, longe de refletirem um planejamento administrativo por parte da FUNAI, seriam resultantes de um progressivo acirramento das oposições localmente estabelecidas, que culminariam com o assassinato de três índios em fevereiro de [19]87, entre os quais o líder Rosalino Gomes de Oliveira, que se tornara fundamental na organização das estratégias acionadas pelo grupo a partir da segunda metade da década. Lembrados como os anos da luta, ou como a época da revolução, os anos que antecederam a homologação assistiriam a freqüentes conflitos entre índios e fazendeiros, deflagrados a partir da retomada das terras, que se inicia no ano de [19]84 (SANTOS, 1997, p.211). (grifo meu).

A segunda revolução que resultou na homologação do território Xakriabá teve início, segundo Santos (1997), no final da década de 1950 quando os “sucessores dos índios de São João” passaram uma procuração para que um advogado os representassem em processos de divisão que pudessem afetá-los. Era um período crítico, de cobiça sobre terras que ainda porventura estivessem “soltas”, quando também as iniciativas governamentais de regulação tomam força, e que vai desaguar com a intervenção da RURALMINAS na região, no final dos anos 1960 (SANTOS, 1997).

Os enfrentamentos que se fizeram a partir de então lograram a emergência de novas lideranças como a do Manoel Gomes de Oliveira, conhecido como Cacique Rodrigo ou Rodrigão. Ele tinha saído muito jovem de Itacarambi, serviu no exército e, ao retornar, tomou conhecimento do contexto de ameaças que os “caboclos de São João” estavam a enfrentar com a invasão de fazendeiros e posseiros em suas áreas. Além de sua origem familiar ter assento na história dos antigos “chefes caboclos”, pesou a seu favor o fato de ter percorrido a sociedade branca, inclusive com serviços prestados no Exército Brasileiro. Ele cumpre um papel fundamental na defesa dos direitos dos moradores, retomando as viagens para a capital federal, agora com sede em Brasília/DF.

Foi através das seguidas investidas de Rodrigão em Brasília, com o apoio das comunidades locais, que conseguiu, em 1973, a criação do Posto Indígena Xakriabá pela FUNAI, consubstanciado no reconhecimento pelo governo federal da pretensão do grupo à indianidade. No entanto, a criação do posto indígena não resultou na garantia de sossego. O Brasil vivia o que foi denominado como “os anos de chumbo”⁷² e as políticas desenvolvimentistas de fomento à agropecuária precisavam de terra para serem implantadas. E

⁷² Faz referência ao período de intensa repressão aos movimentos sociais e militantes de esquerda, com assassinatos, torturas e desaparecimento de presos políticos.

era desde 1969 que a RURALMINAS estava percorrendo a terra dos Xakriabá para apoiar a regularização de terras reclamadas por fazendeiros e grileiros que lá tinham posseado.

Em 1973, na mesma época que o General Garrastazu Médici governava o Brasil como presidente, Minas Gerais tinha um governador biônico⁷³, Rondon Pacheco, e a Secretária de Agricultura do estado era comandada pelo engenheiro agrônomo Alysson Paulineli. Este dava os primeiros passos como mentor da ocupação dos cerrados brasileiros pela agricultura considerada “moderna”, ou seja, agricultura comercial de bases capitalistas e hoje denominada como agronegócio. Era um tempo em que o discurso predominante propunha a “emancipação dos índios”, com a FUNAI, sob as ordens do Ministério do Interior, então comandado pelo ministro Rangel Reis.

Em Minas Gerais, a RURALMINAS passou a investir a sua institucionalidade para contribuir com a denominada “modernização da agricultura”, facilitando, como órgão gestor das terras públicas, a sua destinação para fazendeiros e empresários interessados em fazer investimento da produção agropecuária e florestal. Não contavam, no entanto, com a emergência da resistência Xakriabá aos acordos que vinham sendo feitos no âmbito do Estado, com propostas que previam desde a titulação de terras para que cada família Xakriabá arrecadasse lote com 50 ha (titulação individual), passando por titulação de área coletiva de áreas que variavam de 10 mil ha até um máximo de 25 mil ha.

No entanto, dado a peculiar história dos Xakriabá que tinham recebido uma doação de terras, em 1728, do Governador dos Índios do São Francisco, Januário Cardoso, ocorreu um embate sobre o domínio das terras, se seriam do Estado de Minas Gerais ou da União. Um parecer da Procuradoria Jurídica da FUNAI foi fundamental ao questionar os procedimentos que estavam sendo propostos pela RURALMINAS, afirmando serem as terras inquestionavelmente da União. Segundo o parecer, a doação de 1728 encerrava “um ato jurídico perfeito e acabado” (BARRETO, 1972:01 in SANTOS, 1997, p.89).

Enquanto os fazendeiros iam adquirindo direitos e cercando áreas extensas no interior das “terras dos caboclos de São João”, a resistência dos índios ia aumentando. Em 1976, o Posto Indígena foi invadido por policiais civis e militares sediados em Januária à pretexto de busca e apreensão de armas, mas como represália contra os indígenas que tinham destruído, dias antes, extensas cercas dos fazendeiros que estavam fechando suas estradas e caminhos. A repercussão do conflito na imprensa levou o governo federal a anunciar a constituição de uma equipe

⁷³ Termo que foi dado aos governadores e senadores que passaram a ser indicados pelo presidente, sustentado juridicamente pelo Ato Institucional nº 3 instituído pelos militares.

composta de antropólogo e agrimensores para elaboração de relatório de reconhecimento prévio e que serviria de base para a demarcação (SANTOS, 1997).

No entanto, demorou dois anos para ter início o trabalho da demarcação. Nessa resistência, os Xakriabá estavam abrindo uma nova fronteira na luta pelo reconhecimento de sua indianidade. Tanto internamente na FUNAI, quanto em outros espaços institucionais, se discutia se os remanescentes da área seriam índios ou não. Para se ter uma ideia dos argumentos que estavam em discussão, um dos membros da assessoria de planejamento da FUNAI que visitou a área nesse período, registra sua opinião em um relatório, afirmando não ter encontrado lá índios, tais quais eles eram considerados (SANTOS, 1997):

A Equipe da ASPLAN, da qual fiz parte, ao visitar aquele Posto, recentemente, concluiu, é lógico, com a ‘devida vênia’ dos antropólogos, que não mais existe índio na área de Xakriabá. Se existisse, seria no máximo da 3ª, 4ª ou 5ª geração. Pois não possuem nenhuma característica pré-Colombiana. Os supostos remanescentes na sua maioria são de pele negra, cabelos enrolados, nunca ouviram falar o nome da tribo primitiva, não conhecem o arco-e-flexa (sic) nem têm noção do que seja (sic) trabalhos de artesanato (Silva, N. 1977: 11/12 in SANTOS, 1997, p.101).

No contexto desse debate e sob forte pressão por todos os lados, dos fazendeiros, dos índios e das institucionalidades envolvidas com a questão, a equipe que tinha sido constituída para os trabalhos de campo finalizou a demarcação em 1978. O relatório final propôs a demarcação de uma área de 46.470 ha, bem maior que aquela que, até então, estava sendo costurada nos bastidores. Embora tenha ficado de fora áreas importantes para os Xakriabá como as localidades de Traíras, Rancharia e Boqueirão, a conclusão do trabalho gerou um novo ânimo na luta do povo indígena (SANTOS, 1997).

A demarcação não foi suficiente para contornar o conflito. Fazendeiros e posseiros a eles aliados passaram a contar com o apoio do novo prefeito de Itacarambi recém-eleito. Este, em 1979, passou a se posicionar contra a demarcação, acionando suas redes de interesses em Brasília e em Belo Horizonte. Segundo Santos (1997), um convênio firmado entre a FUNAI e a RURALMINAS em 1981, se aplicado conforme previsto em seus termos, seria um grande retrocesso, podendo dissolver a área indígena. O Cacique Rodrigo que vinha liderando com muita inteligência a condução da resistência, cumprindo um papel importante no diálogo com a institucionalidade, passa a desafiar a RURALMINAS com a sua ingerência junto aos moradores que pleiteavam a regularização individual dos lotes.

A crescente tensão dentro da área, o encurralamento das famílias indígenas, a inoperância da FUNAI em promover a extrusão dos invasores, fazendeiros e posseiros, a chegada de novos grileiros muito mais agressivos, contribuiu para elevar o clima de violência,

inclusive com os assassinatos de indígenas que ficavam acobertados. Tudo isso contribuiu para a emergência de novas lideranças. Uma delas foi Rosalino Gomes de Oliveira, que vivia na aldeia de Sapé.

Após um primeiro contato em 1979, em 1984 o CIMI retorna à área e passa a atuar junto aos indígenas, interagindo também com outros atores que se colocavam como aliados, como a Comissão Pastoral da Terra - CPT e o Grupo de Estudos sobre a Questão Indígena - GREQUI. Novas estratégias de luta foram desenvolvidas pelos indígenas no sentido de fazer “na prática” o que a FUNAI não fazia. Santos (1997) relata a nova dinâmica da luta dos indígenas a partir de meados dos anos 1980.

Com a progressiva escassez de áreas para roças e criações, cercamento de caminhos, etc., as estratégias de negociação entre índios e grileiros tornar-se-iam cada vez mais insustentáveis. Percebendo a insuficiência desse tipo de ação para garantir o acesso a recursos importantes, os índios iniciam o processo de reocupação das áreas griladas, danificando cercas e organizando mutirões para a abertura de roças. Em (19)84, há uma primeira tentativa de colocar roças na região do Peruaçu, grilada por Paulo Roque, que fracassaria mediante a ameaça de uso da força policial e o desestímulo da FUNAI (id. *ibid.*). Também em (19)84, um mutirão assenta 21 famílias no Morro Falhado, área grilada por Aécio (id. *ibid.*). Tímidos a princípio, os mutirões ganharam ousadia e força no ano seguinte, em grande parte devido à atuação de Rosalino Gomes de Oliveira, que, ao longo desse processo, se tornaria o mais destacado líder Xakriabá da década de (19)80. Em 1985 tem início, portanto, a ‘derradeira’ luta da terra (SANTOS, 1997, p.214).

A emergência de Rosalino, a liderança que ele passa a exercer sem se submeter à tutela da FUNAI e o fato de a comunidade indígena avançar em processos autônomos de gestão do território o tornam alvo da perseguição pelos fazendeiros e grileiros. Na madrugada do dia 12 de fevereiro de 1987, menos de um mês depois que a Polícia Federal tinha saído da área na tentativa de apaziguar os ânimos, o fazendeiro Amaro e alguns posseiros armaram uma emboscada na casa onde residia Rosalino. Foi quando Rosalino, Manoel Fiúza e José Teixeira foram executados. A mulher e os filhos, também alvos do ataque, presenciaram o massacre. Santos (1997) registra a fala de uma indígena, de que a morte de Rosalino não abalaria apenas os do lugar: “(...) foi um sufoco no Brasil todo, foi igualzinho à morte de Tancredo. (...) Estremeceu o Brasil” (D. Tereza. Itacarambi, 1992 in SANTOS, 1997, p.232).

O massacre ocorre no momento em que o Brasil estava respirando ares democráticos e construindo a Constituição que seria promulgada no ano seguinte. A enorme repercussão do fato gerou ação imediata da FUNAI, pondo fim a uma disputa iniciada a vinte anos atrás. Na qual um dos instrumentos de gestão das terras públicas do Estado de Minas Gerais, a

RURALMINAS, tinha se tornado um dos principais protagonistas do processo de expropriação em larga escala na região Norte de Minas Gerais.

Após o massacre, o Laudo Antropológico que confirmou a identidade étnica dos Xakriabá, elaborado por Maria Hilda Paraíso (1987), se tornou uma das principais peças do processo que resultou na configuração do massacre como um ato de genocídio contra um povo. Além disso, ele apontou a distintividade cultural da população frente à população regional, colocando em cena o universo simbólico e mítico do Toré e o sistema de organização social e política do povo Xakriabá (OLIVEIRA, 2008). A desintrusão dos fazendeiros e dos posseiros ocorreu logo em seguida. Em julho de 1987, a demarcação do território foi homologada por um decreto presidencial⁷⁴ e, em fevereiro do ano seguinte, a terra indígena foi registrada em cartório como propriedade da União (SANTOS, 1997).

O assassinato de Rosalino tornou-se um marco, pois foi considerado a segunda revolução, em seguida àquela que foi instituída pela derrubada e queima do curral de vara sessenta anos atrás. Ao longo das décadas “os caboclos de São João” se instruem como indígenas reconhecidos não apenas na região, mas nacionalmente e, nos últimos anos, também no âmbito internacional. Os caboclos que poderiam ter se tornado posseiros e, como tal, pequenos produtores ou agricultores familiares encurralados em meio a grandes fazendas, acionaram antes o seu passado, dando vigor às ancestralidades e agenciando sua identidade ao demarcar novas fronteiras sobre o direito de serem quem eram.

O complexo processo de luta pelo direito de ser e de viver no lugar, foi analisado por Santos (1997), não como um caminho linear da saída de uma condição de caboclo para a de outra, como índio. Segundo a autora, as ações postas em andamento pelos Xakriabá superaram a análise de identidades contrastivas, em que uma equivale o contra sentido da outra. Ela analisou como:

Uma construção agenciada por atores vários, em instâncias diversas e com pesos diferentes - de uma multiplicidade de significados, a partir dos quais os indivíduos, a cada momento, definem e redefinem suas opções de vida, interpretando, em um só movimento, passado, presente e futuro; daí resultaria não só a conformação de uma fronteira que individualiza, constitui e separa os Xakriabá, mas também modos distintos através dos quais se pode pensar o ser Xakriabá. Dir-se-ia que, entre a lei da Ruralminas, a da Funai e a do Cimi - nenhuma delas plenamente compatível com a antiga lei dos caboclos - os Xakriabá seguem construindo, inventando e reinventando sua própria lei (SANTOS, 1997, págs. 249 e 250).

⁷⁴ Decreto n° 94608, publicado no Diário Oficial da União em 14/07/87.

Hoje podemos dizer que os Xakriabá não ficaram imersos na condição de índios fechados na fronteira do que lhes foi reservado com os desdobramentos da segunda revolução. Eles continuam construindo, inventando e reinventando, fazendo novas revoluções na luta pelo território cujas fronteiras, agora simbólicas, já não são as que foram inscritas no termo de doação de 1728, tido como “um ato jurídico perfeito e acabado”.

Ao mesmo tempo que buscam o direito inscrito nas antigas fronteiras situadas entre os rios Peruaçu, Itacarambi e São Francisco, inserem-se na política local, constroem novos padrões de políticas educacionais, de saúde, emergem como protetores das nascentes e da (agro)biodiversidade e, mais ainda, ampliam suas fronteiras simbólicas, em um movimento social regional emprestando o nome Rosalino Gomes para a articulação que atualmente congregam, o que os seus membros denominam como Articulação Rosalino Gomes de Povos Tradicionais. É o que veremos a seguir.

Insurgências nativas nas memórias e nas histórias de lutas e resistências

A conflitividade relacionada com o acesso a terra presente na historiografia brasileira, no caso das planícies sanfranciscanas do Norte de Minas, toma um novo impulso a partir dos anos 1950, quando da desinfecção da malária no interior da mata no vale do rio Verde Grande, juntamente com a abertura de estradas, abre espaço a um amplo território até então pouco ocupado pelas grandes fazendas.

É importante destacar, nessa contextualização da resistência, que o processo vivenciado desde Antônio Dó, passando por Saluzinho e, em seguida, com o Povo Xakriabá tem relação com inúmeros outros casos, documentados (SANTOS, 1995; SANTOS, 1997; COSTA, 1999; LUZ OLIVEIRA, 2005; COSTA FILHO, 2005; ARAÚJO, 2009; ANAYA, 2012; MONÇÃO, 2009, entre outros) ou não, que aconteceram em centenas de comunidades das planícies sanfranciscanas presentes nos municípios de Jaíba, Varzelândia, São João da Ponte, Janaúba, Pai Pedro, Catuti, Gameleiras, Matias Cardoso, Manga, Itacarambi, Januária, Pedras de Maria da Cruz, São Francisco, Pintópolis, entre outros.

Da mesma maneira, a noção, até então muito propagada, de isolamento dessa região vem sendo revista (CARRARA, 2007; RIBEIRO, 2010; LUZ OLIVEIRA et al., 2011; entre outros). Antes ainda da abertura dos primeiros caminhos promovidos pelos colonizadores, ligando o sertão à Bahia, às regiões mineradoras, a São Paulo, Salvador ou ao Rio de Janeiro, indígenas já circulavam, interagiam e guerreavam, trocando produtos e conhecimentos;

africanos fugiram do litoral escravocrata encontrando refúgios nos sertões ao longo das planícies sanfranciscanas.

As regiões mineradoras e os núcleos urbanos que foram surgindo, tiveram a contribuição da região sanfranciscana com a produção de couro, animais de transporte e carga, carne e gêneros durante todo o período colonial, da monarquia e da república. Na sua dissertação Querino (2006) relata a rede comercial então existente no Norte de Minas, onde o comércio regional e inter-regional ocorria por vários caminhos, seja pelo Rio São Francisco, entre Guaicuí e Juazeiro, ou por terra envolvendo diversos núcleos urbanos conectados ao Rio de Janeiro e à Bahia. A guerra da independência das colônias inglesas na América do Norte (1776), o alvorecer da revolução industrial e a guerra da secessão estadunidense (1860) tiveram repercussão nessa porção do território com a ampliação dos cultivos de algodão e da aquisição das primeiras fábricas têxteis adquiridas por grupos de famílias do Norte de Minas Gerais (DAYRELL & MINEIRO, 2016).

Com Antônio Dó, vimos a resistência através da jagunçagem associada com o mandonismo e o coronelismo. Vivia-se o fim do Séc. XIX e início do Séc. XX, tempo em que a geopolítica imperial planejou a ocupação do interior do Brasil interligando as capitais do litoral com amplas regiões de interior, passando vias férreas por onde a cidade de Belo Horizonte foi criada, por Corinto e Pirapora, daí fazendo interligação com o Nordeste, com a navegação a vapor do São Francisco e com o Centro-Oeste com ramais ferroviários.

As tradições agrícola, pecuária, pesqueira e coletora, presentes nessas regiões de planícies e depressões do rio São Francisco, geraram uma diversidade de sistemas agrários com características culturais e econômicas muito singulares em sociedades locais com elevado grau de autonomia, mesmo que submetidas a um contexto de submissão política.

As interligações hidroviárias, de Juazeiro a Pirapora, e ferroviária, de Pirapora a Belo Horizonte e Rio de Janeiro, provocaram a movimentação de interesses sobre a terra, em grande maioria devoluta e sob as ordens do Estado de Minas Gerais. Deu-se início o processo de divisão de terras, gerando conflitos envolvendo posseiros com fazendeiros. Antônio Dó foi uma pessoa que insurgiu contra as elites mandonas e contra a força policial do Estado de Minas Gerais, e intermediou muitos conflitos em favor dos pequenos sitiantes, até o seu assassinato em 1929.

Novas dinâmicas foram intensificadas quando os trilhos da estrada de ferro, após chegar a Montes Claros (1926), seguiram em direção a Monte Azul e, em seguida, à Bahia (1946 - 1950). Junto com os trilhos, uma parcela dos trabalhadores envolvidos no corte da madeira para a ferrovia se apossaram em terras da Jahyba, passando a viver junto às diversas comunidades

negras nativas. Mas veio também o controle da malária, e a desinfecção das matas. Foi como abrir uma cortina à penetração das fazendas em detrimento das famílias de posseiros e comunidades de nativos que viviam há muito no lugar.

Foi o tempo que a RURALMINAS chegou à Jaíba para se apossear dos mais de trezentos mil hectares de terras do Estado. Onde viviam moradores seculares, a maior parte vivendo em comunidades negras, muitas denominadas “tapuias”, cujos moradores viviam nus no interior da mata. Saluzinho foi um posseiro que fez enfrentamento à força aos fazendeiros articulados com as elites políticas e econômicas da região.

A coincidência com o tempo da ditadura militar facilitou o combate a Saluzinho, pois a força pública de Minas Gerais se somou com da polícia política do DOPS - Departamento de Ordem Política e Social de Minas Gerais. Resistiu a tiros e a bombas, e venceu o combate ao sair vivo da gruta onde ficou por cinco dias de enfrentamentos. Mas diversos posseiros e sua esposa foram torturados de forma bárbara, com a família de Saluzinho sofrendo as consequências da perseguição a ele, que perdura até os dias de hoje. Um caso emblemático, próximo e contemporâneo, continua sendo o “Conflito de Cachoeirinha”, no qual uma comunidade formada de nativos e posseiros enfrentou uma luta que teve início no mesmo ano do Golpe Militar (1964). Posseiros na luta pela terra, cuja persistência que se mantém até o presente, têm vínculos pela força da comunidade que persiste subsumida à sociedade branca que se formou então.

Em ações territoriais contra as pessoas do lugar, a RURALMINAS⁷⁵ foi o braço institucional que regularizou milhões de hectares de terras no Norte de Minas Gerais⁷⁶ a favor de fazendeiros e empresários, concentrando a terra expropriada em empresas financiadas com recursos financeiros e incentivos fiscais disponibilizados pela SUDENE. E, por último, para atender aos interesses da elite ambiental capitaneada pela AMDA⁷⁷, para atender às demandas de contrapartidas do Banco Mundial, a criação de unidades de conservação (BARBOSA &

⁷⁵ A Fundação Rural Mineira - Colonização e Desenvolvimento Agrário - RURALMINAS foi instituída através da Lei nº 4278 de 21/11/1966, quando passou a representar o Estado de Minas Gerais nos processos de legitimação de propriedade e na discriminação de terras públicas domaniais e devolutas (COSTA, 2017).

⁷⁶ Sandra Helena Costa (2017) realizou uma minuciosa pesquisa sobre a propriedade da terra no Norte de Minas Gerais analisando o sinuoso e complexo caminho da regularização fundiária que ocorreu no estado, desde meados do Século XIX até os dias atuais (2017). Segundo a autora, “o aparato jurídico-político do Estado foi colocado à disposição da legitimação das práticas que têm possibilitado a formação da classe de proprietários de terra em Minas Gerais” (COSTA, 2017, p.153).

⁷⁷ A AMDA - Associação Mineira de Defesa do Meio Ambiente tinha seus braços no Estado e junto ao setor empresarial do complexo envolvido na mineração, carvão e celulose. Na verdade, a AMDA, inicialmente animadora do movimento ambiental no estado, juntamente com a Associação Lagoa do Nado, foi capturada pelo denominado ambientalismo de resultados, incorporando em seus quadros empresas que tinham passado a adotar as denominadas “boas práticas ambientais”.

SANTOS, 2008). Lembrando que a ação da RURALMINAS não ficou restrita apenas às planícies sanfranciscanas, mas abrangeu praticamente todo o Norte de Minas.

Para se ter uma dimensão de como se deu esse processo, temos o exemplo da alienação de terras públicas destinadas a empresas reflorestadoras no âmbito do Programa Polo Florestais, no qual terras habitadas pelas comunidades geraizeiras foram vendidas a particulares.

Em 1975, o governador Aureliano Chaves fez aprovar a Lei nº 6.637 de 02/10/1975, que autorizava o poder executivo a alienar 17 áreas, ocupando 1.131.911,60 hectares, de terras devolutas de propriedade do Estado a empresas, acima do limite constitucional (parágrafo único do artigo 171 da Constituição Federal de 1967). Para tal operação contou com o apoio do Senado Federal presidido, também, pelo senador mineiro Magalhães Pinto (COSTA, 2017, p.191).

Com Saluzinho e os posseiros de Cachoeirinha a resistência, enquanto nativos e posseiros vivendo em terras livres, em confronto com fazendeiros que chegaram ladeados com o aparato do estado no contexto da modernização da agricultura durante a ditadura civil-militar de 1964.

Os planos para a “modernização da agricultura” não ficaram circunscritos às planícies sanfranciscanas e ao projeto de irrigação do Jaíba. Adentrou nas áreas de caatinga, pelos planaltos sanfranciscanos, tanto pela margem direita quanto pela esquerda. E quase sempre com a RURALMINAS no encaço, sustentando programas e políticas públicas de fomento à modernização da agricultura, como foi o PROTERRA⁷⁸, o Programa Polos Florestais⁷⁹, o Programa Distritos Florestais⁸⁰ em áreas de cerrados; o Provárzeas, nas extensas áreas pantanosas, nascedouros de córregos e rios com brejos e veredas; o Projeo de Irrigação do Gorutuba com a construção de barragem para reservatório de água no curso desse rio, além do PADSA⁸¹ nas chapadas de Serra das Araras.

Foi a RURALMINAS que adentrou sobre as terras dos “caboclos de São João” para legalizar as áreas ocupadas por gentes de fora, grileiros e fazendeiros sustentados por dinheiro público, oriundo do PROTERRA, que estava a financiar a juros negativos grandes

⁷⁸ Criado em 1971, o Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulo à Agroindústria do Norte e do Nordeste (Protterra, 1971) serviu de base para o financiamento de compra de terras e investimentos em atividades agropecuárias, no caso de Minas Gerais, com foco principalmente no fomento da pecuária extensiva ou semi-extensiva.

⁷⁹ Criado pela Portaria nº 43/76 de 16/02/76, com incentivos fiscais da Lei nº 5.106 de 02/09/1966 e do Decreto Lei nº 1.376 de 12/12/74.

⁸⁰ Criado no ano de 1974 com o objetivo de ocupar os terrenos inaproveitados do Estado e poder usufruir dos incentivos dos programas federais, o Governo do Estado de Minas criou o Programa dos Distritos Florestais.

⁸¹ Programa de Assentamento Dirigido Serra das Araras que viabilizou a vinda de sulistas que receberam terras e o financiamento de infraestruturas produtivas para o plantio da monocultura de soja, onde hoje está situado o município de Chapada Gaúcha.

empreendimentos de pecuária extensiva. Saluzinho alertou sobre essas facilidades para aquelas pessoas que ele chamou de “autoridades” e os créditos que foram obtidos no sistema bancário. Foram essas “autoridades” que adentraram nas terras dos índios na reorganização fundiária contra as pessoas do lugar, realizada pela RURALMINAS, para garantir a normalidade jurídica da propriedade da terra, tão cara ao capitalismo e aos rentistas da terra conforme Sandra Helena Gonçalves Costa (2012 e 2017).

Mas encontrou pela frente uma comunidade que acionou com muita inteligência o seu passado, a sua ancestralidade enquanto indígenas, lutando pela terra coletiva para topar de frente com os fazendeiros e os posseiros que se fizeram inimigos, mas principalmente, no enfrentamento à RURALMINAS, que queria a todo custo torná-los pequenos agricultores, agricultores familiares recantilados em minúsculos pedaços de terra e encurralados por grandes fazendas de gado.

Os Xakriabá fizeram valer o seu direito de viver no e do seu lugar, tendo como principal estratégia a assunção da identidade étnica ao reclamarem à FUNAI a sua indianidade. Com a indianidade, o direito ao reconhecimento da coletividade. E o fizeram “na prática”, expulsando, com a força do trabalho na terra, os fazendeiros, posseiros e grileiros. Foram com mutirões e derrubadas de cercas que construíram a vitória na segunda revolução. Mas tiveram um preço alto, a vida de três indígenas e de um posseiro, entre aqueles Rosalino Gomes.

Ao fazermos esse rápido percurso na história que se sucedeu nas planícies sanfranciscanas na porção norte mineira no decorrer do Século XX, tivemos como foco marcados temporais associados a personagens que emergiram como *insurgentes nativos*, fazendo história e se posicionando na defesa das pessoas do lugar. Personagens que figuram na memória e no imaginário social das comunidades, em particular daquelas que estavam sofrendo processos expropriatórios em diferentes contextos sociais e econômicos, como foram os casos de Antônio Dó, passando por Saluzinho até chegarmos à história de Rosalino Gomes da TI Xakriabá. Rosalino se tornou o nome referencial, que a Articulação Rosalino tomou emprestado⁸², ao se firmar como um espaço de intercâmbios e ações conjuntas, “na prática”, pela defesa de um amplo território do Norte de Minas e da porção meridional da Serra do Espinhaço, planaltos e morros da região de Diamantina.

⁸² Ricardo Ribeiro em sua tese de doutoramento intitulada “Certão-serrado: história ambiental e etnoecologia na relação entre populações tradicionais de Minas Gerais e o bioma do Brasil central”, desenvolve no “Capítulo 6 - Sertão Rebelde” um vasto apanhado da trajetória de resistências e de revoltas populares, mas também as promovidas pelas elites em confronto com o governo imperial, ocorridas nos anos setecentistas e oitocentistas no âmbito das regiões de cerrados e caatingas de Minas Gerais, caracterizadas pelo autor como uma região de “sertão” (RIBEIRO, 2000).

Através desses personagens figurados como *insurgentes nativos* e mediados pela memória de lutas passadas de resistência e de história de lutas que se atualizam (BRANDÃO, 2012), que fui em busca do entendimento da conflitividade territorial que permanece desde o período colonial até os dias de hoje. Sendo uma de suas expressões, as lutas dos Sete Povos que compõem a Articulação Rosalino Gomes de Povos Tradicionais.

Foi o nome de Rosalino Gomes, que os Xakriabá emprestaram à articulação que, desde o início dos anos 2000, estava a juntar as comunidades tradicionais no enfrentamento pelo direito de viverem no lugar. Foi em 2011 que a Articulação Rosalino foi batizada. E em 2017, juntou representantes dos Sete Povos participantes da Articulação Rosalino no evento no qual foram celebrados os trinta anos do Massacre Xakriabá. Foi também nesse evento que eles passaram a se afirmar como povos. Assuntos que tratarei nos capítulos seguintes.

Vimos nesse percurso diferentes perspectivas acionadas nos processos de resistência pelo direito a terra. No caso de Antônio Dó, justiça feita por um personagem que, perseguido, passou a defender outros posseiros e pequenos sítiantes. Com Saluzinho, vimos a altivez de um posseiro na defesa do seu direito a terra, contemporâneo à luta dos posseiros de Cachoeirinha que, enquanto nativos, perdura até os dias de hoje. E, finalmente, com os Xakriabá, a luta pelo direito étnico, referenciado na luta pelo reconhecimento de sua indianidade, que teve como expressões o Cacique Rodrigão, que acionou o direito via institucionalidade, e o Cacique Rosalino, que extrapola a tutela da FUNAI e passa a fazer o direito “na prática”, ou seja, acionando a força da autonomia pelo direito de viver no lugar.

Vimos quase que de forma implícita como as transformações que aí ocorreram se fez assentado no autoritarismo dos anos de chumbo, famílias, mulheres, crianças que sofreram os açoitamentos físicos ou as consequências da expropriação, categorizadas, se pode dizer, como vítimas da ditadura civil-militar. Com a selvageria da tortura, dos assassinatos, mas também com os programas de projetos públicos que não reconheciam as existências dos povos do lugar.

Nesse processo, personagens emergem como *insurgentes nativos* ao fazerem história se posicionando na defesa das pessoas do lugar, que figuram na memória e no imaginário social das comunidades, que fizeram enfrentamento aos poderes locais, à força policial e às institucionalidades do Estado na luta pelo direito a terra, em particular daquelas que estavam sofrendo processos expropriatórios em diferentes contextos sociais e econômicos. São personagens que lutam contra os coronéis, cada um a sua época, que insistem na manutenção de gentes subordinadas, categorizadas em outras eras como carrancismo.

CAPÍTULO II - A CONSTRUÇÃO SITUADA DE UM LUGAR DE FALA

Há um silêncio sobre o Cerrado brasileiro. Apesar de ser a mais rica savana do planeta, a região é apresentada quase sempre como o espaço a ser incorporado pela grande produção agropecuária de exportação do país. ... Entretanto, para quem passa a conhecê-lo mais profundamente, o encantamento se impõe, junto com o desvendamento de sutis estratégias de sobrevivência que propiciam riqueza a quem o habita. É um hábitat acolhedor, agradável e generoso. Carlos Eduardo Mazzetto Silva (MAZZETTO SILVA, 2009, p.15)⁸³.

Neste capítulo, descrevo o processo que resultou na constituição, em 2011, da Articulação Rosalino de Povos e Comunidades Tradicionais e, em 2017, a reafirmação como Articulação Rosalino Gomes de Povos Tradicionais. Utilizo como referencial na descrição: a memória como integrado, em 1988, na equipe do CAA-NM, as anotações nos cadernos de campo e agendas de trabalho desse período, e documentos institucionais do CAA-NM. Destaco o papel de Braulino Caetano dos Santos, agente social caboclo geraizeiro, que lido a partir do conceito de *insurgência nativa* construído no final do capítulo anterior. Ele perfigura-se como tal e constituiu-se uma das *antenas* da Articulação Rosalino, que em sua trajetória tornou-se referência como um *insurgente nativo* dos cerrados brasileiros.

Augusto (2009) em sua tese de doutoramento analisa a emergência desses personagens como “sujeitos do campo” considerando suas diversidades e similaridades. Assim como Braulino, ela entrevistou outras lideranças, a maioria delas fazendo par com esse nas interações que realizavam no âmbito do CAA, do movimento sindical, na luta pela terra ou pelo acesso ao mercado como produtores de alimentos e de outros bens necessários à existência humana, mas, sobretudo, como um coletivo de gentes que, conforme Escobar (2005),

Definem-se, também, pelo lugar e pela relação com a natureza; com os biomas onde se corporificam e que lhes conferem sentidos e aos quais os camponeses também atribuem significados culturais e políticos em constantes alterações - são “geraizeiros”, “guardiões do cerrado”, “conhecedores populares” do cerrado e da caatinga, “ambientalistas”. Tais denominações vêm ganhando substância e visibilidade política nos últimos anos, em decorrência de novas formas de luta pela terra e pela defesa dos biomas locais e nacionais (AUGUSTO, 2009, p.73).

Eu acrescentaria como gentes que vêm lutando pelo reconhecimento, como sujeitos que emergem pela disputa territorial apondo na terra outros significados para além dela como mercadoria. E que significados estão aí embutidos? Utilizo o conceito de Carlos Walter Porto

⁸³ Merece lembrar e reconhecer o papel e a contribuição de Mazan na construção do CAA no Norte de Minas e da agroecologia no Brasil.

Gonçalves (2017) que define o território como um “espaço apropriado, espaço feito coisa própria, enfim, o território é instituído por sujeitos e grupos sociais que se afirmam por meio dele.” E é se afirmando por esse espaço, tornado como lugar de vida, que subvertem o silenciamento imposto a populações emudecidas (SPIVAK, 2010), e a se afirmam sobre os seus lugares de fala como povos, deles por eles mesmos, com os seus jeitos próprios de falar, de se organizar, de se reconhecer e, assim, serem reconhecidos.

Quando fui convidado para compor a equipe do então CTA de Montes Claros no final do ano de 1987 conhecia Braulino muito pouco. Em 1986, a FASE, através do Projeto Tecnologias Alternativas (PTA-FASE), tinha conseguido um recurso financiado pela Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP, do então Ministério da Ciência e Tecnologia⁸⁴, para implantar no Brasil diversos “polos” de promoção das tecnologias alternativas. Entre as propostas de localização, uma delas foi o da região Montes Claros, como desdobramento da primeira incursão da equipe do Projeto TA-Fase, no ano de 1983. Foi quando vieram fazer as primeiras prospecções dessa concepção de trabalho com a agricultura.

Em 1985, a Casa de Pastoral de Montes Claros, o movimento sindical e com a mobilização de alguns técnicos que atuavam pelo Estado no Norte de Minas⁸⁵ promoveram, juntamente com o PTA-FASE, um encontro regional de trabalhadores e pequenos produtores rurais. Foi desse encontro que saiu a proposta de organizar, no Norte de Minas, um “centro de estudos” sobre a pequena produção e tecnologias alternativas. Em 1987, um projeto do FINEP apoiou a constituição da equipe que faria os primeiros trabalhos para a implantação desse “centro”, nomeado como o CTA de Montes Claros. A Casa de Pastoral, personagem central na construção dessa vertente de trabalho na região, tinha conseguido uma pequena área da diocese na zona rural de Juramento. Posteriormente, em uma mediação junto ao Ministério da Agricultura, a área para implantação do centro foi transferida para as instalações que o ministério possuía nas imediações de Montes Claros e que estavam abandonadas.

Com a equipe constituída por dois técnicos, Carlos Eduardo Mazzetto Silva e Albano Silveira Machado, e uma secretária, Elmides Veloso, foi proposto que os trabalhos a serem desenvolvidos, a partir de então, seriam realizados através da mediação de um “grupo de

⁸⁴ Nessa época, o presidente era José Sarney que assumiu a presidência como vice de Tancredo Neves. Sendo que foi Jorge Zimmermann que tinha feito toda a intermediação para viabilizar o primeiro “ponta pé” desse trabalho. Por coincidência, muitos anos depois, escutei por diversas vezes o Braulino elogiar o Jorge Zimmerman, quando o mesmo era um dos grandes entusiastas, dentro do governo do Presidente Lula, do trabalho que resultou na constituição da Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (Decreto 6040 de março de 2007).

⁸⁵ Entre eles o Celso Marcatto, da SETAS, e Herman Hausling, cooperante do SACTES.

apoio”⁸⁶. O Braulino era um dos membros do grupo, representando o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Montes Claros. No final do segundo semestre de 1987, foi feita uma avaliação de que esse espaço deveria ser abandonado, enquanto área de trabalho privilegiado da equipe.

A sugestão foi a de priorizar estudos que pudessem servir de base para a implantação do CTA e que foram denominados de “Porteira-a-dentro”⁸⁷ e “Porteira-a-fora”⁸⁸. O primeiro, com o objetivo de conhecer melhor a lógica dos sistemas de produção dos agricultores da região e o segundo, com o objetivo de conhecer as dinâmicas sociais e econômicas do desenvolvimento regional, tendo como perspectiva de análise a realidade vivenciada pelos “pequenos produtores rurais”, no contexto das rápidas e intensas transformações advindas das políticas desenvolvimentistas que foram instrumentalizadas pela SUDENE, desde a época da Ditadura Militar de 1964.

O estudo foi complementado no ano seguinte por outro, organizado por Rosely Carlos Augusto com o texto “A intervenção do Estado na região Norte de Minas Gerais - subsídios para discussão” (1988). Ele nos ajudou a compreender as particularidades das ações do Estado na região que, “pari-passu” à quebra do poder dos coronéis e à desestruturação da agricultura camponesa com o seu relativo grau de autonomia, o financiamento e a estruturação das condições de reprodução do capital, não ficando este a cargo do jogo de forças do mercado. Pelo contrário, o Estado orientou a determinados “beneficiários” a distribuição das “benesses” dos investimentos, com um caráter sistematicamente excludente (AUGUSTO, 1988 e 2011; OLIVEIRA, 2000).

⁸⁶ O “Grupo de Apoio” constituído de representantes dos pequenos produtores, da Casa de Pastoral e da SETAS como um espaço de reflexão e de debates acerca dos trabalhos que vinham sendo desenvolvidos pela equipe reponsável pela implantação do CTA.

⁸⁷ O estudo dos sistemas agrícolas, iniciado em 1987, teve duração de dois anos e contou com a contribuição de pesquisas que foram realizadas nas propriedades de Braulino (Abóboras), Arnaldo (Ermidinha) e de seu Valdo (Córrego Fundo), localidades do município de Montes Claros; de seu Afonso e Dona Nem (da comunidade de Laranjeira), município de Mirabela. A sistematização desse estudo foi realizada por Carlos Eduardo Mazzeto Silva em 1988, e a sua apresentação junto ao “grupo de apoio” do CTA-Montes Claros, juntamente ao que foi sistematizado por Eduardo Ribeiro “Metodologias de Trabalho de Campo” (1988), foram fundamentais para situar o trabalho de assessoria técnica do CAA. Trabalho que passaria a ser denominado, a partir de então, como “acompanhamento técnico”, assim também como forma de contraposição à noção de assistência técnica ou de extensão rural. Tínhamos como referência os livros de Paulo Freire, em particular o “Extensão ou Comunicação?” (FREIRE, 1982).

⁸⁸ O estudo “Porteira-a-fora” intitulado A pequena produção na região de Montes Claros, de Machado et al. (1987), foi talvez, uma das primeiras produções teóricas que surgem a partir do esforço de um coletivo de pessoas que estavam comprometidas com as mudanças sociais a partir do estreito vínculo com os “nativos do lugar”, ou seja, índios, lavradores, posseiros, pequenos produtores rurais, agricultores familiares, entre outras denominações. Anteriormente a esse, tem a pesquisa de mestrado de Sônia Nicolau Santos (1985), que fez um estudo pioneiro sobre a ocupação da região da Jahyba ao pesquisar os “posseiros de Cachoeirinha”.

Foi quando eu passei a compor o quadro da equipe do CTA, com a incumbência de fazer o que seriam as primeiras incursões em algumas das zonas de conflito agrário no Norte de Minas⁸⁹. Oriundo também do movimento ambientalista, cujos princípios adquiri nos anos que residi no Rio Grande do Sul⁹⁰, em todas as regiões de conflito que estava a percorrer, assistia ao vivo o processo generalizado de desmatamento das áreas de mata seca, caatinga, cerrados e de veredas, com as madeiras incineradas nos fornos para a produção de carvão, e milhares de hectares de terras comuns transformadas em pastagens ou extensas monoculturas de eucalipto ou soja.

Morando em Montes Claros, tive oportunidade de me aproximar do movimento cultural e ecológico⁹¹, sendo a cidade marcada pela tradicionalidade popular com os seus inúmeros grupos de folia, reisados, catopés, marujos e caboclinhos (Costa e Lopes, 2007). A cidade, como um entroncamento rodoviário, fazia ligação entre as diversas regiões de planaltos, planícies e de serras do Norte de Minas com a região Sudeste. Os caminhões de carvão passavam pela cidade para descarregar sua carga nas indústrias aqui instaladas, ou em outras cidades da região que, assim como em Montes Claros, consumiam carvão: Bocaiúva, Pirapora e Várzea da Palma; e também para o polo siderúrgico na região de Sete Lagoas, Belo Horizonte e Vale do Aço. Foi quando escrevi o primeiro texto sobre o desmatamento no Norte de Minas (DAYRELL, 1988), em um esforço para se ter a dimensão dos impactos que estavam a ocorrer em toda a região, traduzidas pelas institucionalidades como “desenvolvimento regional”⁹².

⁸⁹ Na verdade, foi o Mazan que inaugurou o primeiro trabalho do CTA em áreas de conflito quando a CPT o solicitou para rebater um laudo técnico do INCRA MG, que tinha negado a desapropriação da Fazenda Tapera em Riacho dos Machados alegando que a mesma, por estar assentada sobre uma área de extensas chapadas com o predomínio de cerrados, não eram apropriadas para assentamentos de reforma agrária que deveriam ser implantados, principalmente, sobre áreas de terras férteis. Esse laudo que foi elaborado por Mazan foi um dos primeiros indicativos acerca da concepção que iria nortear o trabalho do CAA-NM até os dias de hoje. Ele afirmou no laudo e também, posteriormente, em conversas conosco. Se na área tinham agricultores que eram considerados posseiros, mas que moravam há muitos e muitos anos e se lá eles conseguiam viver e produzir, porque não poderia servir de referência para um assentamento de reforma agrária? A força e a importância dessa concepção só iríamos ter, claro, alguns anos depois quando o conhecimento nativo passou a ser uma das principais referências do trabalho da entidade.

⁹⁰ Em Porto Alegre participei da AGAPAN - Associação Gaúcha de Proteção ao Ambiente Natural, na época presidida por José Lutzemburger e Augusto Carneiro, dois ativistas que se tornaram referência no movimento ambientalista.

⁹¹ Nesse período foi criado o “Grupos de Estudos Ambientais”, entidade ambientalista e cultural que interagiu tanto com o público do CAA-NM quanto com o da cidade de Montes Claros. Entre as pessoas que participaram e deram muitas contribuições no movimento ecológico cultural de Montes Claros posso citar a cantora Aline Luz, cuja residência era aberta aos pensamentos contra hegemônicos de então, João Batista de Almeida Costa (Joba), Adriano Martins, Alvimar Ribeiro, Carlos Walter Porto Gonçalves, Mazinho, Antônio Carlos Ferreira, Carlos Eduardo Mazzetto Silva, Bete Acioli, Albano Silveira Machado, entre outros e outras.

⁹² Esse estudo baseou-se em informações coletadas no IEF, em reportagens publicadas nos jornais regionais e estadual e em um levantamento que foi feito envolvendo jovens do movimento ecológico, que passaram a contar o número de caminhões de carvão que entravam e passavam por Montes Claros diariamente.

O processo de construção do CAA-NM nos seus primeiros passos sofria influência do contexto mais amplo que se vivia então. O fim dos anos 1980 e início dos anos 1990 foi um período de emergência popular provocado por uma longa luta da sociedade brasileira pela democratização e pela diminuição das desigualdades sociais. Eram crescentes as mobilizações que desaguaram na constituição de movimentos como os da luta pela terra⁹³, movimentos sindicais urbanos e rurais, ambientalistas, grupos culturais, entre outros e que tiveram participação ativa na sistematização da Constituição Federal de 1988.

Nos primeiros anos conheci o Braulino apenas nas reuniões do Grupo de Apoio e me lembro que, à medida que Mazan⁹⁴ ia aprofundando os trabalhos da pesquisa em sua pequena propriedade situada na região de Abóboras/Pinheiro, ele ia também se posicionando de forma mais clara nos diversos debates que faziam parte do cotidiano do CTA e depois do CAA-NM.

E nessas alturas chegou aquele negócio da pastoral. E começou conversando para a gente poder criar uma entidade, para contrapor àquele modelo que estava aí. Foi quando eu comecei a participar. Isso foi em (19)89. Foi na época que já tinha nascido a segunda versão do CAA, que nasceu primeiro em (19)87. Nessa época não era nem CAA - Centro de Agricultura Alternativa - era Centro de Tecnologia Alternativa (Braulino em depoimento a AUGUSTO, 2011, págs. 88 e 89).

A segunda versão do CTA, quando passou a se chamar de CAA-NM, citada por Braulino, não aconteceu sem embates. Foi necessária a realização de duas assembleias para a fundação da entidade. A primeira assembleia⁹⁵, realizada no final de 1989, terminou em um impasse protagonizado pelos debates provocados por técnicos e assessores que tinha como pano de fundo qual seria a natureza principal da entidade: o desenvolvimento e assessoria no campo das tecnologias alternativas, ou se a assessoria teria um caráter mais amplo e genérico frente às fortes demandas sociais e políticas de então.

Houve a convocação de outra assembleia menos de três meses depois, quando então, a partir de uma discussão mais aprofundada e com a participação mais ativa das lideranças dos agricultores, foi apontado que o foco da atuação deveria seguir o entendimento que se vinha construindo: da contribuição técnica na construção da agricultura alternativa em confronto com

⁹³ No Brasil a emergência do MST que, a partir do Sul, cresce em todo o Brasil. No Norte de Minas, um dos movimentos camponeses com a bandeira da luta pela terra que emergiu, a seguir foi a Liga dos Camponeses Pobres com uma ampla atuação principalmente nas regiões das planícies sanfranciscanas.

⁹⁴ Carlos Eduardo Mazzetto Silva, engenheiro agrônomo formado em Viçosa e um dos primeiros coordenadores do CAA-NM.

⁹⁵ Desde as primeiras assembleias de fundação da entidade como as seguintes, elas sempre contaram com a participação de agricultores e agricultoras que estavam envolvidos nas ações locais, tanto no entorno de Montes Claros como nas áreas de conflito.

o modelo preconizado pela modernização da agricultura. Entendendo o papel do “técnico” imbricado nas questões de fundo da disputa política junto à sociedade.

Então o CTA passou a se chamar Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas⁹⁶, com o “grupo de apoio” sendo incorporado na direção da entidade como um órgão colegiado, denominado de Conselho Diretor, e com representação dos diferentes lócus de sua atuação, além de um Conselho Fiscal. Tendo no quadro de sócios os agricultores, os técnicos e os assessores envolvidos na construção da entidade. O Conselho Diretor sempre contou com a participação e contribuição de membros da Casa de Pastoral, CPT, FUNDAJÚ ou da CUT.

Após três mandatos, o CAA tomou outra configuração, com um organograma no qual se tinha uma separação mais clara entre os papéis da coordenação política e administrativa sob o comando dos agricultores, como o da coordenação técnica indicada entre os membros da entidade. Cito essa introdução em função da crescente percepção dos diretores e sócios do CAA acerca da necessidade da condução dos destinos da entidade por eles mesmos.

A ação em rede e a entrada dos Cerrados na pauta regional e nacional

Seguindo nessa linha, rememorando esse período de ebulição social pós-constituente de 1988, verifico diversos eventos que foram conformando a perspectiva socioambiental do CAA. Segundo Santilli (2005), o socioambientalismo foi construído a partir da ideia de que as comunidades locais, detentoras de um legado de conhecimentos e de práticas de convivência com os ecossistemas, não devem ser excluídas ou ignoradas pelas políticas ambientais ou de promoção do desenvolvimento. De que a sustentabilidade de espécies, de ecossistemas e de processos ecológicos devem estar associadas à sustentabilidade social, reconhecendo e valorizando a diversidade cultural e os processos democráticos de uma nação.

Busquei em alguns eventos expressos nos meus cadernos de anotações e em documentos que foram produzidos nos primeiros anos de atuação no CAA⁹⁷, que apontaram essa guinada para o socioambientalismo. Nessa época, a entidade tinha priorizado o trabalho mais próximo

⁹⁶ É importante lembrar que o CAA foi constituído no âmbito de uma rede de organizações que vinham sendo animadas nacionalmente pelo PTA- Fase com organizações nos estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Espírito Santo, Bahia, Pernambuco e Maranhão. Em Minas Gerais, além do CAA-NM, tínhamos o CTA da Zona da Mata e a Rede de Intercâmbio de Tecnologias Alternativas, com sede em Belo Horizonte. E deixar registrado a importante contribuição que nos foi dada por Jean Mark, Silvio de Almeida e Edmar Gadelha.

⁹⁷ Tínhamos no Conselho Diretor do CAA Braulino, da comunidade de Abóboras, Paulo Faccion do FUNDAJU, Dona Nem e Afonso, de Laranjeiras, Dona Rosario da Catarina (Bocaiúva), Nivaldo, de Lagoa dos Freitas, Arnaldo, de Ermidinha, entre outros.

da região de Montes Claros, apoiando uma articulação das associações de pequenos produtores rurais do município - UNAPP⁹⁸ que postulavam a melhoria do ensino no meio rural e lutavam por uma educação contextualizada, que tinha como referência a pedagogia da alternância. No campo técnico, eu tinha ficado com a responsabilidade de trabalhar com a questão de produção de sementes⁹⁹. Além de continuar a acompanhar a luta dos posseiros da Fazenda Mimoso, em São Francisco e os posseiros do Corgão, em Varzelândia. Foi também nesse período que iniciei o trabalho de acompanhamento à luta dos posseiros da Fazenda Tapera, em Riacho dos Machados¹⁰⁰, pela desapropriação da propriedade pelo INCRA e também ao enfrentamento que eles vinham fazendo contra o desmatamento de áreas de cerrado e de veredas, para o plantio de eucalipto nas áreas de cabeceiras do Córrego Tamanduá.

No Norte de Minas, as CEBs e o movimento sindical vinham se posicionando na defesa dos trabalhadores rurais e interagiam em outros espaços que demonstravam uma incomum vitalidade como o movimento cultural e ecológico. A segunda Festa do Pequi realizada em Montes Claros, no ano de 1989, aconteceu em um momento de aproximação dos movimentos pastorais e sindicais com o ecológico e cultural, que se faziam críticos à intensa degradação ambiental promovida pelos grandes projetos agropecuários e florestais. O desmatamento do cerrado estava em discussão.

Em uma mesa de debate sobre o desenvolvimento regional tivemos um dos técnicos do CAA, Carlos Eduardo Mazzeto Silva, que enfrentou o diretor regional da CODESVASF, Roberto Amaral, que era uma das expressões do pensamento das elites dominantes com seus programas e projetos desenvolvimentistas. Em outra mesa que compartilhei com Juarez do STR de Bocaiúva e Alvimar da CUT, apresentei os resultados de um texto que foi escrito para contribuir no debate sobre meio ambiente e desenvolvimento. No texto, incorporei uma análise do desmatamento e sua influência na recarga dos aquíferos da região, bem como apresentei, de forma mais sistematizada, as propostas e indicativos que estavam sendo construídos pelo CAA como contraponto ao modelo de desenvolvimento em curso no Norte de Minas.

Ao final do evento tivemos a contribuição de Carlos Walter Porto Gonçalves, geógrafo da UFF, que trouxe ao debate a crítica à noção de desenvolvimento. Ele nos apresentou as bases filosóficas que permeavam a noção de desenvolvimento, uma ação do capital que promovia a

⁹⁸ União das Associações de Pequenos Produtores Rurais de Montes Claros.

⁹⁹ O trabalho com produção de sementes era compartilhado com Honório. Inicialmente com variedades melhoradas da EMBRAPA e que podiam ser multiplicadas pelos próprios agricultores, em outro momento, através da articulação do PTA-FASE, incorpora o trabalho de identificação, resgate, avaliação e multiplicação de sementes crioulas.

¹⁰⁰ Inicialmente com Alvimar, então presidente da CUT do Norte de Minas, e com a Zilah, da CPT.

negação ou a ruptura do envolvimento (des-envolvimento) das pessoas com o lugar. Ele também nos apresentou o pensamento de Chico Mendes, um dos principais defensores da Amazônia a partir da “Aliança dos Povos da Floresta” e que tinha sido recentemente assassinado, e a concepção dos extrativistas de convivência com a floresta. Em 1990, recebemos a visita de um grupo cultural e ecológico oriundo de Xique-Xique e de Gameleira do Assuruá do estado da Bahia. Era um grupo de jovens, artistas e ativistas culturais, que tinham iniciado um trabalho voluntário com agricultura alternativa, em Gameleira do Assuruá, animados pelo Frei Luiz Cappio da ordem franciscana¹⁰¹. Eles trouxeram uma proposta de integrar um movimento em defesa do rio São Francisco com a criação da “Associação pra Barca Andar”¹⁰², com estratégia de mobilização desde a nascente do rio até a foz, tendo como protagonistas as comunidades ribeirinhas e os grupos culturais das cidades margeadas pelo rio. Um dos relatórios da Associação registra assim o seu objetivo:

A ASSOCIAÇÃO PRÁ BARCA ANDAR é um movimento informal do qual participam entidades, grupos e pessoas de todo o Vale do São Francisco que, diante do processo acelerado de destruição e desagregação socio-cultural no Vale, se unem para defender o Meio Ambiente e o Homem no Vale do São Francisco (ASSOCIAÇÃO PRA BARCA ANDAR s/d).

Uma das etapas da mobilização foi a realização de uma viagem de barco desde Xique-Xique, na Bahia, até Pirapora, parando nos antigos portos da navegação do São Francisco, momento em que fariam um trabalho de mobilização da população ribeirinha na defesa do rio. O assunto foi debatido pelo recém-criado Conselho Diretor do CAA-NM, espaço em que também participavam a CPT e a CUT, além de outras lideranças do movimento sindical dos trabalhadores rurais e de associações rurais. Com indicativo para apoiar essa iniciativa, o CAA-NM contribuiu com a mobilização na região que iria receber a barca em seus portos, e a mobilização para o I Encontro do Velho Chico. O fato aconteceu em junho de 1990, quando a barca aportou em Pirapora após um percurso de 1.000 km desde Xique-Xique. Na viagem, a TV austríaca fez um documentário chamado O Barco da Esperança e foi feito um relatório da Associação pra Barca Andar (s/d) que registrou o momento.

A Associação nasceu no I ENCONTRO DO VELHO CHICO, realizado em junho de 1990 em Pirapora/MG, como final de uma longa viagem de estudo e mobilização,

¹⁰¹ O Frei Luiz Cappio era uma das lideranças que vinha alertando para a degradação do rio São Francisco. Além de apoiar a mobilização da Associação prá Barca Andar, no final de 1992, ele dá início, juntamente com outros missionários, à Caminhada da Nascente à Foz do Rio São Francisco, que teve a duração de um ano.

¹⁰² A justificativa para o nome Associação prá Barca Andar era a de lutar para recuperar a vitalidade do rio que estava cada vez mais assoreado e contaminado. Com rio protegido e sem os crescentes bancos de areia, os barcos e vapores poderiam continuar navegando por suas águas.

navegando por mais de 1.000 km no Rio São Francisco, com a participação de cerca de 40 ecologistas, técnicos, sindicalistas, pesquisadores e outras pessoas engajadas (ASSOCIAÇÃO PRA BARCA ANDAR s/d).

O encontro que resultou na fundação da Associação prá Barca Andar contou com a participação de lideranças do CAA-NM, CPT, CUT, GEA, entre outras. Foi do encontro que saiu a proposta de realização do seminário “Meio Ambiente e Desenvolvimento no Vale do São Francisco” a ser promovido em Montes Claros. Após um intenso processo de mobilização em toda a bacia, o encontro foi realizado em março de 1992. A Associação registrou assim esse momento:

Continuando o trabalho de articulação no Vale, a Associação organizou, de 11 a 15 de março de 1992, o seminário “Meio Ambiente e Desenvolvimento no Vale do São Francisco”, em Montes Claros/MG. O qual reuniu cerca de 95 representantes de sindicatos rurais e urbanos, associações de pescadores, entidades não governamentais de desenvolvimento e defesa do meio ambiente, Comissões Pastorais da Terra e de Pescadores, grupos de ação cultural, além de artistas, educadores e pesquisadores (ASSOCIAÇÃO PRA BARCA ANDAR s/d).

O evento, denominado também pelos participantes como “Seminário da Barca”, contou com uma participação significativa de organizações de agricultores, pescadores, pastorais, ONGs de diversas matizes, educadores, pesquisadores, ambientalistas, grupos culturais, sindicatos urbanos, entre outros tantos ¹⁰³. Foi feito um amplo levantamento da realidade do vale, pelos próprios participantes, com a denúncia da degradação do cerrado, provocada pelos grandes projetos agropecuários e industriais instalados nas áreas de recarga dos córregos e rios formadores do São Francisco; os impactos da siderurgia, das grandes barragens (Sobradinho e Itaparica) e dos projetos de irrigação. Com o registro do sofrimento das comunidades ribeirinhas, a expropriação de suas terras e a falta de alternativas para a sobrevivência das populações marginalizadas.

¹⁰³ Foram 95 participantes representando 60 organizações e grupos populares. Para se ter uma ideia da participação regional, estiveram presentes lideranças dos sindicatos de trabalhadores rurais de Porteirinha, Bocaiúva, Mirabela, Januária, Sindicato da Construção Civil de Montes Claros, Sindicato das Indústrias Químicas e Farmacêuticas de Montes Claros, Associação dos Posseiros de Jaíba, Comissão dos Atingidos pelas Barragens de Cristália, CAA, GEA, CPCD, CPT de Montes Claros e de Minas Gerais, FUNDAJU, FETAEMG, União das Associações de Pequenos Produtores de Montes Claros, Secretaria de Formação da CUT do Norte de Minas, Grupo de Jovens da Paróquia de São Sebastião de Montes Claros, Sindicato dos Têxteis de Pirapora, entre outras. E no âmbito de Minas Gerais AMDA, Movimento do GRAAL de Belo Horizonte, MOVA, e dos estados do Nordeste participaram: Centro de Assessoria do Assururá, GARRA, Federação dos Pescadores do Estado de Alagoas, Centro Cultural e Biblioteca Eugênio Lira de Santa Maria da Vitória (Bahia), STR de Orocó, Belmiro Gouveia (Alagoas), Pólo Submédio do São Francisco, Conselho Pastoral de Pescadores de Remanso (Bahia), Conselho Pastoral de Pescadores de Maceio (Alagoas), CPT de Juazeiro (Bahia); ASPTA, Internacional: Campanha Mandacaru (Alemanha), Instituto para a Cooperação Internacional - IIZ - Viena/ Áustria.

A carta que foi aprovada ao final do seminário, intitulada “Por um novo modelo de desenvolvimento para o Vale do São Francisco” (em anexo), reiterou “a necessidade de reorientação do modelo de desenvolvimento predatório, concentrador, perverso e insustentável que vinha sendo implantado no Vale” (1992) e apontou para cinco eixos estruturantes de um “modelo alternativo e sustentável para a região” (1992). Foram eles:

1 - A democratização do planejamento dos programas e ações de desenvolvimento no Vale, com a participação ativa dos setores sociais hoje marginalizados e penalizados pelas políticas atuais. Para que isso se torne realidade é premente o fortalecimento e o crescimento da organização e articulação desses grupos populares.

2 - O desenvolvimento e a difusão de métodos e técnicas alternativas e sustentáveis de agricultura, com base na agroecologia, que aliados a uma política agrária desconcentradora, viabilizem e fortaleçam a pequena produção diversificada de alimentos, provocando, conseqüentemente, a fixação do homem no campo e a melhoria de vida da massa de pequenos agricultores da região e a restauração e recuperação dos recursos naturais hoje em destruição.

3 - A urgente necessidade de pesquisas de alternativas da produção de energia que propiciem a reorientação da política energética em vigor. Como possibilidades são apontadas: a energia solar, eólica, de óleos vegetais, bagaço de cana, bio-gás e outras.

4 - A reorientação dos incentivos à industrialização, viabilizando a implantação descentralizada de pequenas indústrias e unidades de beneficiamento não poluentes nas pequenas comunidades e cidades regionais, cujo produto seja também de consumo local ou regional.

5 - A reorientação da política e da prática educacional no campo e na cidade, erradicando o analfabetismo e promovendo a melhor compreensão da realidade, a valorização das culturas locais e regionais, o exercício da cidadania e uma relação de respeito e de convivência equilibrada com o meio ambiente. (FONTE: ASSOCIAÇÃO PRÁ BARCA ANDAR, 1992).

Como se vê na carta acima, mesmo vivendo em um contexto de extremas restrições de reprodução familiar e da violência patrocinada pelo estado, as organizações populares do Vale do São Francisco saíram da camisa de força das denúncias e apontaram eixos estruturantes para o que seria “um modelo alternativo e sustentável” para a região: democratização e participação nas políticas públicas; promoção da agroecologia aliada à uma política agrária desconcentradora como forma de melhoria de vida; produção de alimentos e conservação ambiental; reorientação da política energética; estímulo à industrialização de forma descentralizada e em pequena escala e política educacional contextualizada com valorização da cultura, cidadania e convivência com o meio ambiente.

A realização de um seminário popular e com essa envergadura, em um momento no qual a maioria das organizações tinha histórico recente de constituição, foi contrabalançada pelo empenho e disponibilidade para ações conjuntas e, também, pelo fato de contar com a

contribuição de pessoas com maior trajetória no movimento social. Destaco uma dificuldade que a comissão de organização do seminário se deparou no quarto dia e que teve repercussão significativa para os desdobramentos do processo de articulação que estavam em curso no Norte de Minas.

Depois de três dias, após momentos densos de apresentação do quadro da realidade do Vale do São Francisco, dos intercâmbios de experiências e de iniciativas em andamento em toda a região, ficou clara a força dos grandes projetos e a imensa dificuldade em fazer contrapontos a eles, de forma a superar o contexto das denúncias. A comissão de organização, mesmo ampliada com novos membros durante o seminário, viu-se de frente a um problema de difícil solução. Até que alguém sugeriu chamar o Padre Justino Obers, um dos convidados do seminário e que já vinha assessorando há alguns anos a CPT no enfrentamento a alguns dos grandes projetos no Norte de Minas¹⁰⁴.

O Padre Justino foi chamado, escutou com muita atenção as nossas preocupações, de sairmos do seminário sem indicativos claros e concretos de ação, pois o quadro da realidade apontada, até então, era muito complexo e de difícil enfrentamento. Ele fez uma sugestão que foi imediatamente acatada por todos. Que no quarto dia os participantes se dividissem em três grandes grupos: Alto (Minas Gerais), Médio (Bahia) e Baixo São Francisco (Pernambuco e Alagoas). E que nesses grupos se discutissem que ações as organizações se comprometeriam a realizar de forma própria e de forma conjunta. Mas que, ao final da discussão, cada grupo elegesse uma ação que fosse significativa e que pudesse congregiar todas as organizações do grupo, de forma a concentrar forças e esforços em seu encaminhamento. E que elegesse também uma ação comungada por todos os grupos. Ele nos dizia: concentrem em um tema, em uma questão e façam a caminhada.

Esse apontamento foi fundamental para as lutas que estávamos a travar na região. A discussão do grupo de Minas Gerais foi muito ativa, com apontamentos de temas e questões que as organizações e pessoas foram se compromissando, de forma individual ou coletiva. Na hora de fazer a definição da ação prioritária a ser promovida de forma conjunta pelas organizações de Minas Gerais, uma das lideranças dos posseiros da fazenda Tapera fez a defesa articulando o enfrentamento que faziam à uma poderosa empresa siderúrgica de Sete Lagoas, contra a expulsão de suas terras, mas também contra o desmatamento dos cerrados e a destruição das veredas para o plantio da monocultura do eucalipto. Essa foi apontada como a prioritária para as ações conjuntas em Minas Gerais.

¹⁰⁴ O Padre Justino foi um dos pioneiros, em Minas Gerais, a trabalhar com a agroecologia. Ele desenvolvia no município em que era pároco um trabalho concreto de promoção da agroecologia em sua propriedade.

O “Seminário da Barca” finalizou com apontamentos claros para continuidade da articulação através da Associação prá Barca Andar e, no caso de Minas Gerais, para ações conjuntas a favor dos posseiros da Tapera, dos cerrados e das águas. Serviu também como um “ponta-pé” para que o Norte de Minas estivesse presente de forma qualitativa na ECO 92¹⁰⁵ cujos representantes, entre eles Braulino Caetano dos Santos, João Bastista de Almeida Costa, Aline Mendonça e Carlos Eduardo Mazzeto Silva, cumpriram importante papel em uma ação articulada com outros pares, na luta para tirar os cerrados e seus povos da invisibilidade frente às sociedades nacional e internacional.

No caso da ECO 92, Carlos Eduardo Mazzeto Silva registra o processo que resultou na constituição da Rede Cerrado, a partir de diversas iniciativas que procuraram articular ações locais em um contexto mais amplo de luta em defesa do Cerrado.

Desde o processo preparatório da Eco 92, diversas entidades da sociedade civil começaram a debater o processo de destruição do Cerrado e a perspectiva de estilos alternativos de desenvolvimento que revertessem essa lógica, que já era de suporte para extensas monoculturas e exportação de commodities. Esse processo gerou, no Fórum Global da Eco 92, o primeiro documento oriundo dessa articulação: o Tratado dos Cerrados, que inaugurou o que veio a se chamar Rede Cerrado - uma articulação da sociedade, em nível nacional, em torno da defesa do Cerrado e de seus povos (MAZZETTO SILVA, 2009, págs 208 e 209).

Terminada a ECO 92, ao retornarem para Montes Claros e com a socialização dos resultados do evento, as pautas dos cerrados e das águas passaram a compor a agenda das organizações que estavam envolvidas nessas ações conjuntas. A Rede Cerrado e a Associação prá Barca Andar apontaram duas frentes que as organizações do Norte de Minas passaram a investir os seus esforços de articulação: em direção ao Brasil-Central, onde o bioma cerrado concentra sua área “core”¹⁰⁶, e em direção ao Nordeste Brasileiro, por onde o rio São Francisco corre até a sua foz entre os estados de Sergipe e Alagoas.

Nesse sentido, diversas ações conjuntas das organizações foram empreendidas a partir de então. Como desdobramento dos indicativos do “Seminário da Barca”, os sindicatos de Riacho dos Machado e de Porteirinha, FETAEMG, Secretaria de Formação da CUT, CPT, CAA-NM, AMDA, entre outras organizações, empreenderam uma série de ações sustentadas pela mobilização dos posseiros no enfrentamento local, mas que envolveram ações junto às

¹⁰⁵ ECO 92 foi o nome conferido à Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, realizada no Rio de Janeiro, em 1992.

¹⁰⁶ Refere-se, na caracterização dos biomas, à sua área nuclear, que reúne as principais características fisionômicas do bioma. Fonte: <http://coordenadaativaegeografia.blogspot.com/2009/04/terminologia-biogeografica-ii.html?m=1>.

instâncias ambientais de Minas Gerais e da União, ao INCRA, na Assembléia Legislativa, além das mídias escrita e televisiva regional e nacional.

Como resultado imediato desse conjunto de pressões, o desmatamento dos cerrados na fazenda Tapera foi paralisado e uma parcela da propriedade foi desapropriada em 1993, com o início da implantação do projeto de assentamento em 1994. Atualmente, as famílias da Tapera que estão à frente de uma luta pela implantação de uma reserva de desenvolvimento sustentável - a RDS do Tamanduá, fazem o enfrentamento da mineração e contam com uma experiência pioneira em educação geraizeira (MACEDO, 2009). Embora não desapropriado como um assentamento agroextrativista, a proposta de ocupação das áreas foi fruto de longas discussões de forma a viabilizar as atividades produtivas, de cunho agroecológico, com o uso e conservação dos cerrados em áreas de uso comum.

No mesmo entre-período, iniciaram-se na região de Montes Claros ações das comunidades que passaram a lutar pela preservação de suas águas, como no caso do rio São Lamberto, com muitas lutas pelo fechamento das areeiras na região de Serra Velha¹⁰⁷, e a luta pela preservação do rio Riachão¹⁰⁸, cujas águas da lagoa da Tiririca, nascente localizada em Montes Claros, estavam sendo sugadas por sistemas de irrigação a base de pivôs centrais.

O relato, no sentido de contextualizar o processo de incorporação da perspectiva socioambiental, passou a nortear as ações tanto do CAA-NM quanto de diversas outras organizações sindicais, pastorais, ambientais e culturais, além de professores e pesquisadores da Unimontes. E resultou, no âmbito regional, na constituição do Fórum Regional de Desenvolvimento Sustentável do Norte de Minas em 1994.

O Fórum regional surgiu, como reação das organizações populares do Norte de Minas, em um momento em que a Assembleia Legislativa de Minas Gerais chamou a sociedade a participar, no ano de 1993, de audiências públicas regionais. Segundo Fuks e Fialho (2009), era um conceito de abrir à participação de prefeituras e câmaras municipais, e entidades representativas da sociedade civil para que, de forma descentralizada, pudessem influir no processo de elaboração da lei orçamentária (FUKS & FIALHO, 2009).

Laurindo Mékie Pereira (2007) analisando o contexto de hegemonia das elites regionais e que se beneficiaram da modernização econômica do Norte via SUDENE, informa sobre resistências ao modelo e à ideologia subjacente a elas. E cita o caso do “Fórum Popular de Desenvolvimento Regional” como um dos poucos espaços de contraposição.

¹⁰⁷ A Serra Velha fica localizada entre os municípios de Montes Claros e Bocaiúva, e abriga as nascentes dos rios São Lamberto, Guavinipã, Pacuí e Verde Grande, importantes rios regionais que fazem parte da bacia do rio São Francisco.

¹⁰⁸ Afluente da margem direita do rio Pacuí, tributário do rio São Francisco.

Entre os eventos promovidos pelas entidades de trabalhadores, o mais significativo, a julgar pela presença das entidades e pelo documento que produziu, foi o Fórum Popular de Desenvolvimento Regional de 1993, realizado na sede da FETAEMG, em Montes Claros. O Fórum se autodefiniu como “(...) um movimento de caráter popular, plural e autônomo (...), composto por cidadãos comuns, profissionais de diversas áreas, dirigentes, representantes de movimentos populares e sindicais e entidades não governamentais”; seu objetivo era a “(...) construção de um projeto de desenvolvimento sustentável, justo socialmente e viável economicamente (...)” (PEREIRA, 2009, pgs 221 e 222).

Mesmo sendo relevante essa iniciativa, o autor considerou como insignificante frente à força do pensamento que foi elaborado pelas elites regionais, cujo diagnóstico tornou-se um senso comum dos cidadãos, ao ponto de subsumir o contexto das enormes desigualdades sociais presentes na região. Pensamento que aponta o “Norte de Minas como área subdesenvolvida, assolada por fatores climáticos, explorada por outras regiões e desassistida pelo poder público. Ao construir tais imagens, faz emergir o discurso de vítima e encobre clivagens sociais” (PEREIRA, 2009, p. 226).

O “Fórum Popular de Desenvolvimento Regional”, citado por Pereira, foi resultado da capacidade de resposta de uma parcela da sociedade civil, que conseguiu reagir de forma relativamente rápida, em seguida à sua divulgação pela ALMG, acerca das audiências públicas que seriam realizadas em Pirapora e Montes Claros. Essa parcela da sociedade civil era a mesma que tinha se organizado no apoio ao “Seminário da Barca” (1992) que aconteceu em Montes Claros, em seguida ao I Encontro do Velho Chico no ano, anterior em Pirapora (1991). E era a mesma que tinha conseguido enviar, ao Rio de Janeiro, representantes qualificados e que nos trouxeram o “Tratado dos Cerrados” e a Rede Cerrado como resultados da primeira tentativa de colocar nas cenas nacional e internacional os cerrados e os seus povos.

A capacidade de resposta, ao participar de forma ativa na audiência pública da ALMG, realizada em 1993, e de colocar em debate e em apreciação o documento que foi elaborado e entregue pelo Fórum Popular de Desenvolvimento Regional (1993), estava relacionada com as mobilizações sociais citadas anteriormente. Espaço que conseguiu congrega professores e pesquisadores acadêmicos da Unimontes, mesmo que poucos, mesmo que eles não falassem em nome da estrutura burocrática da universidade.

Com esses poucos professores¹⁰⁹, intelectuais orgânicos e nativos, que se encarregaram da tarefa de sistematizar as propostas que foram colocadas em debate pelo Fórum, com a construção de indicativos que apontavam uma nova convergência de sociedade, em oposição à

¹⁰⁹ Lembro aqui de Luciene Rodrigues, Geraldo Reis, João Batista Almeida Costa, Bárbara Ide, Márcia Bicalho, Geralda Vânia.

perspectiva das elites regionais e mineiras, mas também à “urbano-industrial” que estava a tomar conta do planeta (TOLEDO, 1996). Como de fato até hoje intenta.

Só que o “Fórum Popular” que se reuniu pontualmente para se posicionar frente à proposição a ALMG, deu continuidade em sua articulação em rede, constituindo-se então, a partir de 1994, como Fórum Regional de Desenvolvimento Sustentável do Norte de Minas, conforme foi estudado por Paranhos et al (2008). Foi também em 1994 que o CIMI veio até o CAA para estabelecer os primeiros diálogos, visando uma aproximação com o Povo Xakriabá, em São João das Missões. Era um momento em que os Xakriabá estavam em busca dos reconhecimentos local e regional, e interessados em estabelecer diálogos com as organizações camponesas do entorno. Com essa aproximação eles tinham expectativa em fortalecer a produção de subsistência e as práticas agroextrativistas associadas ao manejo dos cerrados.

Com o passar dos anos, o Fórum se constituiu como espaço de formação, intercâmbios e enfrentamentos, mas também como espaço de proposição de políticas públicas. Como exemplos de movimentações promovidas pelo Fórum Regional, merece citar sua presença no primeiro questionamento popular ao Banco Mundial, principal financiador do Projeto Jaíba, com a realização de uma grande caravana de trabalhadores rurais e organizações sociais que foi conhecer e debater “in locu”, dentro do perímetro do Jaíba, o projeto, com os colonos que se viam totalmente marginalizados¹¹⁰. E, em seguida, no ano de 2000, outra grande mobilização ocorreu na organização da visita do Fórum à primeira comunidade do Norte de Minas que tinha se autoafirmado como quilombola, o Quilombo de Brejo dos Crioulos. Na visita, além do apoio à luta da comunidade pelo direito territorial, usurpado sob um contexto da violência em meio à Ditadura Civil-Militar de 1964, tornou-se também um espaço de revisão da história regional, na qual centenas de povos e de comunidades viviam, até então, na mais completa invisibilidade.

O fórum, no seu percurso na década de 1990 aos primeiros anos da década de 2000, estabeleceu um conjunto de discussões e de ações em redes temáticas, como a educação do campo, a convivência com o semiárido (que resultou na constituição da ASA), a luta pela defesa dos cerrados em sintonia com os processos de mobilização social e de construção de políticas públicas, encetadas por outras redes como a ASA, a Rede Cerrado, a Rede de Educadores com o Semiárido, entre outras.

¹¹⁰ Foi organizada uma grande caravana de ônibus ao Projeto Jaíba e que contou com centenas de participantes oriundos dos diversos municípios do Norte de Minas. Nesse evento, foram chamados para o debate os pequenos irrigantes, a direção do Distrito do Jaíba, CODEVASF, RURALMINAS, com carta posterior sendo entregue ao Banco Mundial. Que reagiu organizando a primeira reunião do Banco com as organizações de Colonos do Jaíba e, posterior substituição da direção do distrito e mudanças na forma de relacionamento com os irrigantes.

Foi também no Fórum que se construiu o envolvimento na luta pelo Rio São Francisco, ao acompanhar e participar, na porção nortemineira, da peregrinação que foi realizada pelo Frei Luiz Cappio, Adriano Martins, Irmão Conceição e Orlando Araújo da nascente à foz do rio, entre os anos 1992 e 1993. Mobilização que, em outro momento, animada pela Comissão Pastoral da Terra e Pastoral dos Pescadores, ampliou o foco denominada como “Articulação Popular São Francisco Vivo.”

Os Geraizeiros Descem a Serra

O CAA iniciou uma caminhada no sentido de compreender o potencial extrativista dos cerrados como uma vertente do trabalho com agroecologia. Para isso começou a implementar, a partir de 1993, o Programa de Formação de Jovens juntamente com um projeto de manejo sustentável dos cerrados, através de uma parceria estabelecida com o SACTES - Serviço Alemão de Cooperação Técnica e Social, que colaborava com o envio de profissionais qualificados que ficavam a disposição das instituições em programas de desenvolvimento regional. A compreensão do potencial dos cerrados se articulava com o trabalho desenvolvido com os agricultores que viviam no cerrado. Como desdobramento, apresentei uma proposta de pesquisa quando surgiu uma possibilidade de mestrado, através do curso “Maestria em Agroecologia e Desarrollo Sustentible” ofertado pela Universidade Córdoba com o CLADES, no ano de 1996.

Durante três meses estudei na Universidade Ibero Americana em Huelva, região sul da Espanha. Lá conheci os professores Eduardo Guzman, Victor Toledo, Enrique Leff, Luiz Meija, Martinez Alier, Altieri, entre outros. Durante minha estadia, participei do grupo de estudos “Conocimiento Campesino”, temática que tinha como pano de fundo a etnoecologia e as “sabidurias campesinas”. Foi com esses conhecimentos que, ao retornar, desenvolvi o projeto de pesquisa do mestrado e que resultou na dissertação “Geraizeiros e biodiversidade no Norte de Minas: a contribuição da agroecologia e da etnoecologia nos estudos dos agroecossistemas tradicionais” (DAYRELL, 1998). Embora tivesse o professor Eduardo Sevilla Guzman como orientador, fui orientado a buscar um tutor que de fato pudesse me apoiar na elaboração da dissertação. Os professores João Batista de A. Costa, da Unimontes, e Robson Amâncio, da UFLA, foram os meus co-orientadores.

Com o apoio deles, estive em campo e, posteriormente, na elaboração da dissertação. Em campo vivenciei, por três meses, o dia a dia dos geraizeiros das Comunidades de Córregos,

Tapera e Estivinha, em Riacho dos Machados. Além das incursões às feiras de Porteirinha e Riacho dos Machados. A maior parte do tempo fiquei na casa de Cristovino e de D. Vá que moravam em Córregos.

No desenvolvimento da dissertação sobre os geraizeiros, parti do princípio de que a caracterização da realidade socioeconômica dos municípios, comunidades e agricultores familiares demandava uma abordagem mais integradora dos aspectos socioeconômicos e ambientais, conforme acionados por Sevilla-Gusmán (1977). Foi também importante considerar a perspectiva fundamentada nos estudos de economia ecológica, especialmente os desenvolvidos por Martínez-Alier (1992,1999) e Leff (1998), nos quais a socioeconomia das comunidades está entrelaçada à problemática agrária e ambiental; e o entendimento da visão integradora adotada pela agroecologia, na qual paisagens e agroecossistemas são construídas a partir de processos coevolutivos homem - natureza, nas interações entre os sistemas biológicos e culturais, cada qual pressionando seletivamente o outro. Segundo Noorgaard, “os povos e seus sistemas biológicos desenvolveram-se mutuamente” (NORGAARD, 1989, p.45).

Com Toledo (1996) e Diegues (1996) foi possível avançar na compreensão da diversidade cultural associada à diversidade de agriculturas presente no mundo e, em particular no Brasil. E, no nosso caso, no Norte de Minas Gerais e nos cerrados, ao estudar um de seus povos, os geraizeiros. Foi possível também avançar na compreensão da importância dessa população tanto em termos numéricos quanto em termos da contribuição para o abastecimento alimentar, seja no Norte de Minas, no Brasil ou no mundo.

Foi a partir do enfoque etnoecológico da agroecologia que foi possível tomar ciência da existência de uma “outra ecologia” desenvolvida pelas populações locais, em um processo secular, ou mesmo milenar, de apropriação da natureza. Toledo nos diz que

Ningún esfuerzo se ha hecho sin embargo para ofrecer un esclarecimiento similar acerca de lo que provisionalmente podemos llamar la “otra ecología”, esa que pervive en las mentes y en las manos de millones de productores rurales y que surgida durante la larga evolución intelectual de la especie humana permanece aún atada al presente ahí donde los mecanismos de la modernización occidental no han querido o no han podido ejercer su acción transformadora (TOLEDO, 1996:1, citado por DAYRELL, 1999, p.27).

A resistência dessas populações, como afirmado por Toledo (1996), continuam tendo traços civilizatórios não ocidentais apesar da força empreendida em escala global pela ação transformadora do capital. Toledo nos diz que a partir da etnoecologia, uma ciência que, em síntese, busca entender as relações que se estabelecem entre natureza e sociedade mediante o estudo integrado entre o “corpus” e a “práxis” do produtor rural, é possível nos aproximarmos

dessa racionalidade não ocidental que persiste nos sistemas agrícolas, nas paisagens manejadas por agricultores (TOLEDO, 1996). E que, pelo olhar da ciência moderna, são condenados sem direito à defesa, ao atraso, à ignorância e, o que é o pior, à negação de suas existências.

Os estudos sobre os geraizeiros, assim como outros que foram realizados sobre os Xakriabá, os quilombos, vazanteiros, veredeiros, caatingueiros e apanhadores de flores, permitiram-nos lançar um olhar diferenciado sobre a região, a sua história e os ecossistemas manejados, vistos por muitos como naturais ou não antropogênicos. De gentes que não apenas nos trazem uma história de convivência e de conhecimentos profundos sobre os ecossistemas, sobre as plantas e os animais, mas, principalmente, de gentes que possuem uma outra racionalidade, uma outra cosmovisão, uma outra ontologia acerca do mundo que nos rodeia. E se eles conseguiram entrar em cena, descender das serras, dos grotões, das lapas, saírem das lagoas, dos furados, das caatingas e das veredas desde onde sempre viveram, é porque eles estão se movimentando.

Da Comissão Regional de Povos e Comunidades Tradicionais

O Braulino estava presente na crescente ebulição que marcou o Norte de Minas na década de 1990. A sua origem no movimento sindical lhe permitiu fazer viagens e intercâmbios. Ele teve oportunidade de conhecer a luta dos seringueiros da Amazônia, de conhecer Chico Mendes vivo no Acre, de andar na mata com sua família fazendo comparações com o cerrado que ele tanto conhecia. Ele teve oportunidade de estar presente em Brasília no momento em que estava sendo definida a constituição brasileira que foi promulgada em 1988. Ele participou, de forma ativa, da construção do CAA em suas diferentes versões. Esteve no Rio de Janeiro na ECO 92, quando para lá os representantes do Norte de Minas se dirigiram com a incumbência de colocar o Cerrado na pauta como um bioma vivo, de gentes, plantas e animais.

Pode-se dizer de Braulino, mas não somente dele, como de outras pessoas que como ele vivenciaram o mesmo processo de formação, de aprendizados e saberes produzidos pelas trajetórias de encontros, intercâmbios, vivências, de participação na luta social que forma e educa para a vida. Naquilo que Augusto denominou de saberes situados e contextualizados, oriundos de uma comunidade de prática (2009).

Na viagem empreendida ao Rio de Janeiro, Braulino, Mazan, João Batista e Aline, uma das primeiras dificuldades que encontraram foi a de ter que provar aos seus próprios pares, dos movimentos sociais e da academia, que o Norte de Minas fazia parte da geografia dos cerrados,

enfrentando a concepção biogeográfica de um bioma encerrado em sua área “core”¹¹¹. A outra foi o silêncio sobre o cerrado, como foi analisado por Mazzetto Silva, presente com ele no evento:

Há um silêncio sobre o Cerrado brasileiro. Apesar de ser a mais rica savana do planeta, a região é apresentada quase sempre como o espaço a ser incorporado pela grande produção agropecuária de exportação do país. No imaginário da sociedade brasileira predomina a imagem de uma vegetação rala, de árvores tortas, sem beleza, sem utilidade e sem valor intrínseco - seja social, econômico ou ecológico. Por isso, alguns estudiosos, jornalistas e militantes da defesa do cerrado o chamam, provocativamente, de o “primo pobre” dos biomas brasileiros. Não tem a exuberância nem o status ecológico das Florestas Amazônica e Atlântica, nem os atrativos turísticos do Pantanal - as três grandes regiões naturais brasileiras reconhecidas como Patrimônio Nacional. Entretanto, para quem passa a conhecê-lo mais profundamente, o encantamento se impõe, junto com o desvendamento de sutis estratégias de sobrevivência que propiciam a quem o habita. É um habitat acolhedor, agradável e generoso (MAZZETTO SILVA, 2009, p.15).

De outra forma, o Grupo de Estudos e Ação Ambiental de Montes Claros apresentou na ECO 92 o “Manifesto Grande Sertão: Veredas, transformações culturais e destruição ambiental” e utilizava como epígrafe um verso da música Índio, de Caetano Veloso, para falar metaforicamente do silêncio sobre o cerrado: “E aquilo que se revelará aos povos surpreenderá a todos, não por ser exótico, mas pelo fato de poder ter sempre estado oculto quando terá sido o óbvio”.

Mazan, desde cedo, foi companheiro de Braulino nas lidas com os trabalhos de promoção da agroecologia no Norte de Minas. Descreveu o cerrado e a empreita que enfrentaram no Rio de Janeiro ao falar sobre os cerrados e o Norte de Minas.¹¹² Apoiaram-se na capacidade comunicativa dos cerrados, como nos disse o Braulino na introdução deste capítulo - “o Cerrado pode não valer nada pros outros. Mas para nós, geraizeiros, ele é a coisa mais importante que nós temos. Porque tudo nele se comunica. Eu acho que é um dos biomas mais comunicativos que se tem” (AUGUSTO, 2011, p.59). Foi essa capacidade de comunicar dos cerrados, presente, principalmente, nos ecótonos, como no caso do Norte de Minas, que tiveram que acionar durante a ECO 92, para que de lá saísse aprovado o Tratado dos Cerrados e a Rede Cerrado pré-constituída, com financiamento do Fórum Nacional do Japão.

Os anos seguintes foram dedicados à consolidação da Rede Cerrado. Na divisão das tarefas dentro do CAA-NM e também na mediação junto às organizações sociais do Norte de Minas, ficamos eu e o Braulino mais orientados nessa empreita. Mas não somente nós. Foram

¹¹¹ Refere-se à área central do bioma, que incorpora as principais características de sua formação. Em contraponto à área “core”, temos os “ecotonos”, que se referem às áreas que fazem contato com outros biomas.

¹¹² O Cerrado em Disputa: apropriação global e resistências locais (2009).

vários os revezamentos internos no CAA-NM e com os parceiros de caminhada da região. Entre os anos de 1993 a 1995, a Rede Cerrado investiu na estruturação interna e com algumas intervenções nas políticas públicas. No período, a sede da Rede Cerrado ficou centrada no IBRACE¹¹³, em Goiânia (Go), uma das ONGs que teve participação significativa na construção do Tratado dos Cerrados na ECO 92.

Nos primeiros anos, optou-se pela realização de encontros descentralizados e temáticos como forma de aproximação maior com a sociedade e também para ir acumulando proposições e capacidade de intervenção política. Em um de seus documentos internos a Rede Cerrado relata esses passos:

Desde 1996, a Rede vem realizando encontros temáticos e/ou regionais, como forma de mobilizar a sociedade local para questões ligadas à conservação do Cerrado. O primeiro encontro, acontecido em 1996 no município de Iporá/GO, discutiu a Hidrovia Araguaia-Tocantins e as experiências de uso sustentável na região. Em 1997, ocorreu o encontro de Turmalina/MG que trabalhou a comercialização dos produtos sustentáveis comunitários. No ano de 1999 em Diorama/GO, discutiu-se a criação de animais silvestres e a produção e uso de plantas medicinais nativas. No encontro, aproveitou-se para discutir os impactos que a eventual alteração do Código Florestal traria sobre o Cerrado. Ainda em 1999, na cidade de Carolina/MA, ocorreu um encontro na sede do Centro de Trabalho Indigenista (CTI) para discutir os problemas que afligem as experiências comunitárias de uso sustentável, a exemplo dos projetos da Rede Frutos do Cerrado (REDE CERRADO, 2005, págs. 6 e 7).

A Rede Cerrado foi ganhando corpo na caminhada pelas diversas regiões de cerrado no Brasil e um debate interno apontava a necessidade de ampliar a base social da Rede, considerando sua diversidade sociocultural, sob o risco de os processos decisórios e políticos ficarem sob a guarda de um grupo restrito das ONG's que a compunha. O debate apontou para a proposta de realização de um encontro nacional ampliado da Rede, incorporando as populações do cerrado e as iniciativas econômicas em torno do agroextrativismo.

Uma etapa preparatória aconteceu em Brasília, no ano de 2000, com a realização da 1ª Mostra de Produtos do Cerrado (REDE CERRADO, 2005), que apontou as bases para a realização do I Encontro e Feira dos Povos do Cerrado, que aconteceu em Goiânia no ano de 2001.

Em 2001 foi realizado, em Goiânia, o I Encontro e Feira dos Povos do Cerrado, evento sem precedentes, que reuniu cerca de 500 participantes e teve a representação de quase 200 entidades oficialmente inscritas. O evento, considerado por muitos como a maior confraternização já ocorrida entre os diversos atores envolvidos em prol da sustentabilidade do Cerrado, contribuiu sobremaneira para a troca de experiências e

¹¹³ Instituto Brasil Central. Outras ONG's que sempre tiveram uma participação ativa, como até os dias de hoje, são a FUNATURA e ISPN.

desencadeou articulações conjuntas entre as entidades a nível local, regional, nacional e até internacional (REDE CERRADO, 2005, p.7).

O I Encontro demarcou uma nova perspectiva para a Rede Cerrado: a de incorporar na sua atuação as demandas e indicativos pontuados pelas populações do cerrado. O encontro contou com participação expressiva de lideranças de comunidades locais, de pessoas e de organizações de diversas naturezas, eclético, com diversas mesas redondas e oficinas paralelas à Feira. A plenária final tornou-se uma assembleia da Rede Cerrado com os participantes fazendo indicações de como poderiam ser dados os encaminhamentos que foram pontuados. A coordenação da Rede me solicitou para compor a mediação dessa plenária.

Lembro-me de um fato que ficou marcado em minha memória nessa plenária. Os debates ficaram polarizados entre duas vertentes que sempre se opunham no âmbito interno da rede, quais sejam: a dos ambientalistas e a dos socioambientalistas. Uma vertente que priorizava a preservação dos cerrados com foco na instituição de áreas de proteção integral e a outra, que apontava a necessidade de incorporar as populações locais com as suas práticas de convivência com os ecossistemas. Em um determinado momento vejo um rapaz, jovem ainda, no meio da plenária com a mão levantada pedindo a fala. Passei a palavra para ele e sua fala aos poucos foi silenciando a plenária, até que todos ficaram concentrados em suas observações. Ele conseguiu costurar um encaminhamento que articulava as duas perspectivas que estavam em confronto.

Terminada a plenária, fui atrás do rapaz para agradecê-lo. Não sabia seu nome e nem de onde tinha vindo. Foi quando ele me falou que o seu nome era Domingos, que vinha de São João das Missões juntamente com outros indígenas Xakriabás. Eu o agradei pela intervenção, ele disse que já tinha me visto nas incursões que o CAA-NM vinha fazendo na T.I. intermediado pelo CIMI. O jovem, Domingos Nunes de Oliveira, depois fui saber, era um dos filhos de Rosalino Gomes e quatro anos depois foi indicado, por unanimidade, como cacique geral do Povo Xakriabá. O seu perfil foi assim descrito em uma reportagem que noticiou essa indicação.

O novo cacique escolhido pelo povo e apoiado, por unanimidade, por todas as lideranças Xakriabá é o jovem Domingos Nunes de Oliveira, filho de Rosalino, indígena perseguido e assassinado no processo de luta pela terra, em fevereiro de 1987. Domingos é membro do Conselho dos Povos Indígenas de Minas Gerais, nato articulador em prol das conquistas dos direitos indígenas, dono de uma consciência crítica e carisma impressionantes.

(Fonte: <https://pib.socioambiental.org/es/not%C3%ADcias?id=90616>, acessado em 04/06/2019).

A Rede Cerrado continuou realizando nos anos seguintes, 2002 e 2003, também em Goiânia, o II e o III Encontro e Feira dos Povos do Cerrado. Em 2004, a Rede Cerrado

organizou, na Esplanada dos Ministérios, em Brasília, o 1º Grito do Cerrado, evento que teve repercussão nacional.

Anteriormente ao 1º Encontro e Feira dos Povos do Cerrado, foram constituídos Grupos de Trabalhos na Rede Cerrado como forma a dar vazão às diversas demandas temáticas como a das plantas medicinais do cerrado, o agroextrativismo, a comercialização de produtos do cerrado, entre outras. Um desses GTs teve um importante papel na autoafirmação dos povos do cerrado, o GT Agroextrativismo da Rede Cerrado, posteriormente Articulação dos Agroextrativistas dos Cerrados, que passou a congregiar as diversas comunidades e organizações de populações dos cerrados que se autodenominavam agroextrativistas, entre elas os geraizeiros do Norte de Minas.

Em novembro de 2002, em seguida a um encontro realizado no município de João Lisboa, no estado do Maranhão, a “Articulação dos Agroextrativistas”¹¹⁴ publicou a “Carta do Maranhão”, na qual expõe um diagnóstico do cerrado na perspectiva das populações dos cerrados, explicitando a existência de outros modelos de uso e ocupação dos cerrados, em contraposição ao do agronegócio.

Assumimos o nosso compromisso de contribuir para garantir, ao conjunto da sociedade brasileira, a segurança alimentar, a conservação da biodiversidade, para a fertilidade dos solos e, como verdadeiros guardiões da água, contribuindo para a sustentabilidade social, cultural e ambiental (Carta do Maranhão, João Lisboa, 22 de novembro de 2002, p.3).

A carta termina com os lemas: “No cerrado tem gente. O cerrado tem culturas próprias. Não há defesa do cerrado sem os povos do cerrado”, em um claro posicionamento pelo reconhecimento dos povos do cerrado na influência de políticas destinadas ou direcionadas ao bioma. Era um recado que se dava ao novo governo “mais sintonizado com as aspirações populares” (p. 2). E acrescenta como antevendo dias difíceis: “Mas sabemos que os lobbies, hoje em nível global, pelos privilégios que mantêm esse modelo destruidor e excludente não só não cessarão, como deverão se tornar mais intensos nesse período” (Carta do Maranhão, João Lisboa, 22 de novembro de 2002, p.2). O recado era para o Governo Lula que tinha sido eleito recentemente e que assumiria a presidência em janeiro de 2003.

O tensionamento externo promovido pelas lideranças dos povos do cerrado se verificava também internamente no âmbito da Rede Cerrado. O que levou a um posicionamento dentro da

¹¹⁴ Esse evento contou com a participação de “mulheres quebradeiras de coco babaçu, vazanteiros, índios da etnia Kaiowa-Guarani, ribeirinhos, geraizeiros, assentados, organizações de base e entidades de apoio do Maranhão, Goiás, Piauí, Minas Gerais, Tocantins, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul”. Fonte: Carta do Maranhão, João Lisboa, 22 de novembro de 2002.

Rede Cerrado no sentido de incluir não apenas no Colegiado, mas também na coordenação executiva da Rede lideranças das comunidades tradicionais e dos povos indígenas e quilombolas. E não apenas técnicos das entidades, como até então vinha sendo a prática. Foi nesse contexto que Brulino foi indicado como membro da coordenação executiva da Rede Cerrado.

Essa indicação teve uma série de implicações e que vieram provocar repercussão no Norte de Minas. Com o governo que tomou posse em 2003, inicia-se uma incidência no sentido de que as políticas incluíssem em seus espaços de gestão a incorporação da diversidade sociocultural brasileira que vinha emergindo a partir dos caminhos abertos pelos povos indígenas e quilombolas. Essa incidência repercutiu, principalmente, no Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e no Ministério do Meio Ambiente (MMA)¹¹⁵. Em dezembro de 2004, foi criada, por decreto, a Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável das Comunidades Tradicionais, presidida pelo MDS e o MMA como Secretaria Executiva.

Uma das principais atribuições da Comissão foi a de coordenar a elaboração e a implementação de uma Política Nacional voltada para o desenvolvimento sustentável dos povos e comunidades tradicionais, estabelecendo princípios e diretrizes para políticas públicas relevantes no âmbito do Governo Federal e dos demais níveis de Governo. Tendo contatado a Rede Cerrado para indicar uma representação para dar continuidade nas discussões da Política Nacional, a Rede indicou Brulino e Luceli¹¹⁶ que participaram, em agosto de 2005, do I Encontro Nacional de Comunidades Tradicionais. Como desdobramento desse encontro, foram apontados quinze segmentos que comporiam a Comissão, entre eles o Brulino como efetivo, representando como geraizeiro a Rede Cerrado e Luceli como suplente, representando a Articulação Pacari (MDS/MMA, 2006).

Os quinze segmentos apontados nessa primeira etapa da Comissão Nacional foram: Sertanejos - Associação de Mulheres Agricultoras Sindicalizadas (titular e suplente); Seringueiros - Conselho Nacional de Seringueiros (titular e suplente); Comunidades de Fundo de Pasto - Coordenação Estadual de Fundo de Pasto (titular e suplente); Quilombolas - Coordenação Nacional de Quilombolas (titular e suplente); Agroextrativistas da Amazônia - Grupo de Trabalho Amazônico (titular e suplente); Faxinais - Rede Faxinais (titular e suplente); Pescadores artesanais - Movimento Nacional dos Pescadores - MONAPE (titular e suplente);

¹¹⁵ Passaram a trabalhar nesses ministérios dois quadros oriundos do Norte de Minas: Aderival Costa Filho e João Silveira d'Ángelis Filho.

¹¹⁶ A Luceli é quilombola e uma das fundadoras da Articulação Pacari de Plantas Medicinais.

Comunidades de terreiros - Associação Cultural de Preservação do Patrimônio Bantu (titular) e Comunidades Organizadas da Diáspora Africana pelo Direito à Alimentação Rede Kodya (suplente); Ciganos - Associação de Preservação da Cultura Cigana (titular) e suplente indicado pelo Centro de Estudos e Discussão Romani; Pomeranos - Associação dos Moradores, Amigos e Proprietários dos Pontões de Pancas e Águas Brancas (titular) e Associação Cultural Alemã do Espírito Santo (suplente); Indígenas - Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (titular) e Articulação dos Povos e Organizações Indígenas do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo (suplente); Pantaneiros - Fórum Matogrossense de Desenvolvimento (titular) e Colônia de Pescadores CZ-5 (suplente); Quebradeiras de Coco - Movimento Interestadual de Quebradeiras de Coco Babaçu (titular) e Associação em Áreas de Assentamento no Estado do Maranhão (suplente); 16. Caiçaras - Rede Caiçara de Cultura (titular) e União dos Moradores da Juréia (suplente); 17. Gerazeiros - Rede Cerrado (titular) e Articulação Pacari (suplente)¹¹⁷. A partir de então, Brulino passa a socializar com os seus pares, tanto na Rede Cerrado quanto no CAA-NM e no Fórum Regional de Desenvolvimento Sustentável, os resultados dos diálogos estabelecidos visando a construção da Política Nacional de Desenvolvimento de Povos e Comunidades Tradicionais. A partir da proposição de realização de encontros regionais para ampliar o debate da construção da política nacional, Brulino realiza uma mobilização no Norte de Minas para que lideranças das comunidades da região participassem de um dos encontros regionais que aconteceria em Paulo Afonso (Ba), em março de 2006. Essa foi a I Reunião da Comissão dos Povos Tradicionais do São Francisco (MDS/MMA, 2006). O Brulino relata essa viagem:

Nós fomos para Paulo Afonso numa reunião (regional) da CNPCT, eu lembro bastante que nesse grupo tinha a D. Dulce, o Samuel, o seu Luiz vazanteiro de Itacarambi, a Beatriz. Fomos umas oito pessoas, foi a viagem mais difícil que nós fizemos, nós saímos daqui de Montes Claros, demos tanta volta, era como se nós fôssemos em quatro países para poder chegar. Nós fomos de avião, pegamos ônibus, carroça, fomos com a cara e a coragem. Nesse momento nós voltamos atrás e aí começando com o movimento em Minas Gerais (Braulino Caetano dos Santos, em entrevista, 2017).

A mobilização foi feita para que um grupo maior de lideranças da região participasse, sendo fundamental para a constituição de espaços para socializar os processos em andamento relacionados com a construção da Política Nacional. Brulino reclamava da dificuldade que

¹¹⁷ Fonte: 2006: Texto consolidado com as contribuições apresentadas pelos membros da comissão para a 2a Reunião Ordinária da CNPCT, de 30 de agosto a 01 de setembro de 2006 - Brasília/DF.

estava tendo, tanto no CAA-NM quanto na Rede Cerrado¹¹⁸, em estabelecer um processo de diálogo acerca de sua participação nessa comissão nacional.

A oportunidade surgiu nesse mesmo ano de 2006, em uma discussão acerca das dificuldades em se fazer avançar a criação de reservas extrativistas nos cerrados. Foi proposta a realização de um encontro, convocando lideranças geraizeiras, com uma pauta aberta relacionada com dois temas que estavam presentes nas movimentações em curso no Norte de Minas: identidade e território. A proposta foi socializada com lideranças geraizeiras de Riacho dos Machados, Grão Mogol e da região do Alto Rio Pardo.

O encontro aconteceu no Assentamento Tapera em Riacho dos Machados nos dias onze e doze de novembro de 2006. Participaram pessoas representantes do STR de Rio Pardo de Minas, das comunidades de Água Boa e Riacho de Areia do município de Rio Pardo de Minas, Roça do Mato do município de Montezuma, Vale do Guará do município de Vargem Grande do Rio Pardo, Assentamento Americana no município de Grão Mogol, além de moradores do Assentamento Tapera. Contou também com dois professores da UNIMONTES, um da UFVJM, colaboradores do CAA-NM, além de uma senhora da Áustria que estava visitando a região.

Com a pauta em aberto, destaco uma das falas de abertura da conversa entre os geraizeiros. Momento que Braulino apresenta os primeiros passos da comissão nacional na construção da política nacional de povos e comunidades tradicionais.

Os povos tradicionais não têm apoio político municipal e estadual. Têm tido apoio do governo federal e das organizações internacionais que atuam a nível nacional. Porém, nas bases o trabalho é incipiente. Há proposta de criar uma comissão regional de populações tradicionais. Mas como continuar com o trabalho? Quais as diretrizes? (Sr. Braulino, CAA-NM, 2006, p.1).

Ele comenta sobre a falta de apoio às comunidades tradicionais nos municípios e no estado, que ele aborda como “povos tradicionais” e também sobre o incipiente trabalho nas bases com essa temática, e faz a provocação sobre a necessidade de criar uma comissão regional das populações tradicionais, deixando em aberto a pergunta sobre como continuar o trabalho.

As lideranças geraizeiras foram falando sobre elas mesmas, do contexto que estavam vivendo e de como era antes, da liberdade que tinham antes da chegada das firmas, do plantio do eucalipto, dos rios que tinham muita água e fartura de peixe, e agora secos. Davi, da comunidade de Vale do Guará no município de Vargem Grande do Rio Pardo, falou de sua trajetória quando passou a trabalhar nas empresas que chegaram ao lugar:

¹¹⁸ Essa dificuldade não era nova, na verdade é uma realidade que muitos representantes de conselhos e comissões de políticas públicas encontram na socialização dos encaminhamentos que vão sendo construídos nesses espaços.

Por um período acreditei que o futuro estava na firma. (...) O povo vive escravizado e não sabe, não percebe. Nós é geraizeiro. Tinha o prazer de criar o gado. Hoje, quem cria dez cabeças passa fome. As frutas diminuíram. (...) Em todo o córrego tinha peixe, pegava de peneira e no balaio. Bicho do mato não precisava de cachorro (para caçar). A água em abundância. (...) Todo mundo lavava roupa nas fontes. Tinha gosto de nadar, mergulhar nos poços, nas bicas que a gente construía. Gostoso era viver do jeito que vivia. Trabalhei cinco anos nas carvoeiras. Vivia escondido no mato. Quando o Ministério do Trabalho vinha, escondia, deitava no meio das ramas ou ia embora e ficava uma semana em casa, sem trabalhar. (...) A luta deve continuar (Davi, in CAA-NM, 2006, p.3 e 4).

A identidade geraizeira relacionada com a liberdade e fartura foi seguida pelo aprisionamento e vida de “escravo” com a chegada das empresas e o plantio de extensas áreas com a monocultura do eucalipto. Cido, do Assentamento Americana e também um dos diretores da Cooperativa Grande Sertão, que tinha sido recém-criada depois de alguns anos funcionando como “empresa social”, aponta ao final da roda de conversa entre os geraizeiros, alguns encaminhamentos considerando o contexto político da época:

Têm expressões locais, problemáticas locais, mas que também estão sendo discutidas no mundo como o impacto do agronegócio. Os problemas que vivenciamos aqui têm raízes em outros países, na OMC (Organização Mundial do Comércio), com os acordos do comércio do carbono. Por isso temos que explicitar esses problemas para fora. É preciso construir redes de agricultores que enfrentam o mesmo problema no mundo inteiro. Pelos relatos, as firmas estão aumentando e os recursos naturais estão diminuindo. Não temos representação política. Os jovens não ficam na região. Temos que pensar estratégias para os quatro anos de governo Lula. Reforma agrária era uma questão de justiça social. Porém, nem as terras públicas estão ao nosso alcance, estão sendo repassadas para o capital. Boa parte dos movimentos viraram governo. É necessário pensar estratégias a partir do local. Fortalecer a luta regional (Aparecido, in CAA-NM, 2006, p.4 e 5, grifos no original).

Nesse encontro que ficou conhecido como a 1ª Conferência Geraizeira, Aparecido já aponta o contexto global - “os problemas que vivenciamos aqui têm raízes em outros países”, como também, o enfrentamento, a necessidade de articular em rede com agricultores de outros países. Ao final, o professor João Batista de Almeida Costa fez junções de muitas questões que são locais e internacionais, como tinha sido afirmado por Cido. Abordou o confronto de perspectivas diferenciadas entre o projeto desenvolvimentista e o modo de vida das pessoas do lugar, com suas identidades próprias como o caso dos índios, dos negros, dos geraizeiros e caatingueiros.

Ao final, foram propostos encaminhamentos relativos às RESEXs do Córrego Tamanduá/Poções, em Riacho dos Machados, e a do Areião em Montezuma, Vargem Grande e Rio Pardo de Minas. E a marcação da 2ª Conferência Geraizeira programada para acontecer na comunidade de Vale do Guará no ano seguinte.

A partir da necessidade de incidir em Minas Gerais, da importância de se investir na ação local e regional, foi que se deu tratamento de forma mais qualificada na construção de uma agenda específica das comunidades tradicionais na região. Mas, antes de entrar nas ações da Comissão Regional de Povos e Comunidades Tradicionais, trago à memória três eventos (entre diversos outros) que aconteceram nesse período e que têm a ver com o processo de emergência identitária de articulação política das comunidades tradicionais e que vinham tomando corpo no Norte de Minas, desde a década passada.

Das comunidades tradicionais que vão entrando em cena

Em abril de 2005, como desdobramentos de uma série de trabalhos com recursos genéticos e sementes crioulas iniciados nos anos 1990¹¹⁹, foi realizado na cidade de Porteirinha o 1º Encontro Norte Mineiro da Agrobiodiversidade¹²⁰, entre os dias 27 a 30 de abril de 2005. O encontro contou com a participação de trezentas pessoas oriundas de 37 municípios do Norte de Minas, que se afirmavam como “sertanejos, geraizeiros, Xakriabá, quilombolas, caatingueiros, barranqueiros, vazanteiros e trabalhadores sem terra” (CARTA DE PORTEIRINHA, 2005).

O evento foi promovido pela rede sociotécnica envolvida no trabalho com os guardiões das sementes crioulas retomado no início dos anos 2000, com uma atenção para a incorporação de múltiplas dimensões associadas à agrobiodiversidade (SANTILLI, BUSTAMANTE, BABIERI, 2015), entre elas o fortalecimento dos modos de vidas das comunidades locais e as demandas territoriais explicitadas na luta dos encurralados pela monocultura do eucalipto, que demandavam a retomada das terras expropriadas pelas empresas de eucalipto; na luta dos quilombolas pela demarcação dos territórios; e na luta dos Xakriabá pela ampliação do território, entre outras demandas.

Também no ano de 2005, foi realizado na cidade de Montes Claros, entre os dias 14 a 18 de setembro, o IV Encontro dos Povos do Cerrado. Reuniram-se centenas de participantes oriundos de diversas regiões dos cerrados brasileiros, reconhecidos como indígenas, quilombolas, geraizeiros, veredeiros, quebradeiras de coco, vazanteiros, chapadeiros, varjeiros, retireiros, pantaneiros e diversas outras identidades socioculturais.

¹¹⁹ E que resultaram na constituição da Rede de Intercâmbio de Sementes (RIS) através do Projeto PTA e um amplo trabalho articulado em torno da agrobiodiversidade. Mais sobre esse assunto veja em Gaifami, 1994; Santilli, 2009; Santilli, Bustamante & Barbieri, 2015.

¹²⁰ Veja o conjunto das propostas na “Carta de Porteirinha”, em anexo.

O evento produziu ao final a “Carta de Montes Claros”, na qual se afirmava a ocupação antiga dos cerrados, que remonta pelo menos 12.000 anos, e a diversidade de modos de vida e de estratégias de uso dos recursos e de convivência com a ampla diversidade ecológica presente no bioma. Reafirmava o contraponto à lógica de uso dos ambientes promovida pela mercantilização dos cerrados associados ao agronegócio, responsáveis, em última instância, pela rápida degeneração de um dos biomas de importância fundamental para o Brasil e América Latina. Um trecho da Carta sinaliza a existência de outras racionalidades subjacentes ao entendimento das populações que dele dependem:

Queremos afirmar que, por tudo isso, os Cerrados são ricos e não podem estar subordinados à simples lógica mercantil contida na noção de agronegócio. Para nós, o valor dos Cerrados é antes de tudo o valor da vida de todos os seres e elementos que o constituem, que nele habitam e que dele dependem: homens, mulheres, os bichos, as plantas, a terra, as águas, os minerais (CARTA DE MONTES CLAROS, 2005).

Treze anos após a sua constituição, durante a ECO 92, a Rede Cerrado tinha começado a colocar em movimento uma ampla diversidade de povos e de comunidades que se apresentavam enquanto sujeitos sociais que fazem dos Cerrados seu lugar de viver e existir, e com a responsabilidade e autoridade para dizer à sociedade e ao Estado o que queriam e o que não queriam. Entre as diversas propostas, reafirmam a “Moratória para todo desmatamento associado à expansão do agronegócio nos Cerrados Brasileiros até que se elabore, com a participação ativa da sociedade civil organizada e dos Povos dos Cerrados, um plano de conservação e uso sustentável dos Cerrados” (CARTA DE MONTES CLAROS, 2005, p.3).

Finalmente um terceiro evento aconteceu no ano seguinte, em maio de 2006, em uma ilha do rio São Francisco que fica localizada na divisa de Minas Gerais com a Bahia, a Ilha da Ingazeira. Foi na ilha que se realizou o 1º Encontro dos Vazanteiros, como desdobramento de propostas construídas durante o primeiro encontro da Articulação Popular em Defesa da Bacia do Rio São Francisco, realizado em Bom Jesus da Lapa em outubro de 2005. No encontro da articulação, denominada de “São Francisco Vivo: Terra e Água Rio e Povo!”¹²¹, foi apontada a necessidade de reforçar a mobilização dos povos ribeirinhos na defesa do rio São Francisco (ARTICULAÇÃO DE MOVIMENTOS E ENTIDADES DA BACIA DO SÃO FRANCISCO, 2005).

¹²¹ Esse movimento surgiu a partir do apoio da Comissão Pastoral da Terra juntamente com a Comissão Pastoral de Pescadores, que vinha de um longo trabalho de formação pastoral e política ao longo do rio São Francisco apoiando a organização e a luta das comunidades ribeirinhas.

A agenda foi costurada no espaço que envolvia organizações de base, entidades e instituições comprometidas com a vitalidade ecológica e cultural do São Francisco. No mês de maio do ano seguinte, em 2006, quatro barcos de Minas Gerais desceram o rio São Francisco desde Itacarambi, transportando moradores das comunidades ribeirinhas para o encontro na Ilha da Ingazeira. Da mesma maneira, lideranças ribeirinhas da Bahia subiram o rio em direção à Ilha da Ingazeira. O Encontro foi também uma oportunidade para que Cláudia Luz Oliveira, pesquisadora da Unimontes, fizesse o repasse de sua dissertação de mestrado defendida em 2005¹²². A conversa foi sobre tudo, com eles e sobre eles mesmos, que se diziam vazanteiros, em diálogo com o estudo realizado por Luz Oliveira, do que ela tinha compreendido sobre os vazanteiros. Em um ambiente de fogueira, pescaria, culinária ribeirinha, com as organizações que com eles trabalhavam.

No encontro, depois de três dias de conversas e intercâmbios, foi elaborada a “Carta-Manifesto das Mulheres e Homens Vazanteiros - Povos das águas e das terras crescentes do São Francisco” (2006). A carta foi encaminhada às autoridades do governo federal e estaduais¹²³ e constitui, talvez, o primeiro documento público dos vazanteiros à sociedade brasileira. Inicia-se assim:

Quem lhes dirige esta Carta somos nós Vazanteiros. Chamam-nos de Vazanteiros porque a nossa agricultura está associada aos ciclos de enchente, cheia, vazante e seca do rio São Francisco. Somos um povo que vive em suas ilhas e barrancas, manejando suas “terras crescentes”, tirando o sustento da pesca, da agricultura, do extrativismo e da criação de animais.

Certamente os senhores não sabem quem somos nós; não os repreendemos por isso, pois nossa história tem sido assim ao longo destes últimos 400 anos. Cumprimos um papel que sabemos, foi e continua sendo, muito importante, mas certamente pouco significativo para a classe dominante que conta a seu jeito a história oficial de nosso país (CARTA-MANIFESTO DAS MULHERES E HOMENS VAZANTEIROS - POVOS DAS ÁGUAS E DAS TERRAS CRESCENTES DO SÃO FRANCISCO, 2006).

A Carta aborda como os vazanteiros se formaram, origem de interações complexas de etnias e grupos humanos originários como os indígenas, mas também com os afrodescendentes, além das muitas famílias de nordestinos que utilizaram do rio em sua migração, muitas delas vitimadas pela pobreza e expropriação de onde tinham sido expulsas. Aborda a importância histórica, enquanto vazanteiros e pescadores, no abastecimento de gêneros alimentícios à sociedade brasileira.

¹²² Dissertação com o título “Populações Tradicionais e Territorialidade - os vazanteiros do rio São Francisco no Norte de Minas Gerais” (2005).

¹²³ Luiz Inácio Lula da Silva, Presidente da República do Brasil; ministros e cinco governadores.

Relata ainda, o violento processo de expulsão de suas terras, que teve uma crescente nos anos 1950 e, duas décadas depois, uma expropriação em uma escala muito mais ampliada. As terras que viviam, até então, deixaram de ser consideradas inóspitas pelos brancos. A malária foi controlada e, com recursos facilitados, fazendeiros e empresários derrubaram extensas áreas de matas seca e caatingas, drenaram áreas alagadas, inclusive as lagoas marginais ao rio São Francisco. Investimentos que foram viabilizados pelas políticas desenvolvimentistas dos anos 1970, implementados a partir da lógica econômica daqueles que sustentaram a ditadura civil-militar de 1964.

Ao perderem as posses das “terras altas de caatingas, dos furados e dos gerais” foram tocados a viver primeiro nas regiões de vazantes do rio, e depois para as, até então, movediças ilhas do rio, também denominadas como “terras crescentes”. Depois delas não tinham mais para onde ir. Primeiro sofreram as perseguições de fazendeiros, coronéis e seus jagunços. Depois, onde lhes restou para viverem, transformou-se em “meio ambiente”¹²⁴, como resultado da política ambiental dos anos 1990. Assim, os últimos bastiões de terras que lhes tinham sobrado, foram transformados em áreas de preservação permanente ou em parques, que podem ser configurados nos dias de hoje como “grilagem verde”.

Na Carta, se afirmam como “vazanteiros” utilizando de um dos poucos instrumentos jurídicos que lhes restaram da Constituição Federal de 1988: os artigos 215 e 216, da Seção de Cultura. Somos vazanteiros, um dos povos formadores da nação brasileira.

Não nos falam abertamente que devemos sair, não é uma expulsão tão escancarada como aconteceu há cinquenta anos, quando nos expulsaram das margens e terras altas. Mas é tão mais violenta, porque vem disfarçada. Querem nos vencer pelo cansaço: vão nos expulsando ao impedirem o nosso jeito de produzir com o São Francisco, de pescar em suas águas; vão nos expulsando ao nos deixarem sem escola, ou sem uma escola que ensine ao nosso povo quem somos nós, porque estamos aqui; vão nos expulsando ao nos deixarem sem saneamento básico, sem a energia elétrica gerada pelas nossas águas; sem transporte; sem condições de acesso aos créditos destinados à agricultura familiar; vão nos expulsando quando os brancos ocupam as nossas ilhas, as margens e as terras altas que nos restaram; vão nos expulsando por não nos reconhecerem como um povo portador de um legado de referência na formação da sociedade brasileira, direito que nos é garantido pelos Artigos 215 e 216 da Constituição da República Federativa do Brasil e pelo Artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (CARTA-MANIFESTO DAS MULHERES E HOMENS VAZANTEIROS - POVOS DAS ÁGUAS E DAS TERRAS CRESCENTES DO SÃO FRANCISCO, 2006).

Nesse contexto de emergência das comunidades tradicionais e percebendo a necessidade de um espaço mais próximo de diálogo acerca da política nacional de povos e comunidades

¹²⁴ O seu José Alagoano costuma dizer assim nas suas palestras com as autoridades: “agora nós somos meio ambiente”. Ou seja, as áreas de preservação permanente não são sem eles. Informe pessoal.

tradicionais que estava em construção, foi constituída a Comissão Regional de Povos e Comunidades Tradicionais, mobilizada pelo sr. Braulino, então representante dos geraizeiros na CNPCT.

Sobre o Braulino, Augusto (2009) nos fala, ao procurar compreender os aprendizados da vida de pessoas que se fizeram lideranças a partir das trajetórias delas, os intercâmbios e as interações que vivenciaram nos espaços de mobilizações, de encontros, reuniões, mas também de festas e conversas paralelas aos eventos.

Uma situação marcante a esse respeito pode ser encontrada na narrativa de Braulino que, denominando-se “geraizeiro” - segundo ele, uma “população tradicional do cerrado” - nessa condição se assume como “guardião do cerrado”, engaja-se em uma rede nacional de defesa do cerrado (“Rede Cerrado”), mas não só do cerrado, descobrindo o valor dos outros biomas brasileiros e de suas populações. Ele nos lembra também que o reconhecido Movimento Nacional dos Seringueiros nasceu dos “empates” realizados por famílias de seringueiros, em seringais de lugares específicos da floresta amazônica, contra os madeireiros e a derrubada da floresta, tornando-se referência mundial de defesa do meio ambiente e do planeta” (AUGUSTO, 2009, p. 80 e 81).

Na caminhada, Braulino foi chamando primeiro as pessoas que viajaram com ele para Paulo Afonso, para participarem de encontros ou de reuniões que estavam sendo feitas e que envolviam as comunidades tradicionais. Nos encontros e reuniões, foi se afirmando a constituição de uma comissão regional que foi sendo ampliada ao chamar uma ou outra pessoa que estava envolvida em algumas das lutas dos grupos étnicos que iam emergindo no Norte de Minas. Foi assim que ele chamou a jovem Célia Xakriabá para participar da Comissão Regional. Como chamou a Antônia, do Quilombo do Gurutuba, a Ritinha e o Elmy, geraizeiros do Alto Rio Pardo, como foi chamando outras e outros de vários grupos, para conversarem sobre os assuntos que eles estavam interessados, mas sobretudo no que se referiam como um dos mais difíceis de avançar, que era a questão da terra, tratada por eles como território. E quando falavam de território, Braulino quase sempre complementava - “território do guará”, para diferenciar dos tantos de conceitos que estavam tornando-se senso comum associado ao termo “território”. Segundo o Braulino, “território do guará” é aquele que o (lobo) guará demarca, ali ele tem controle, ali ele tem autonomia, dizia ele.

Nas reuniões, o termo *antena* foi cunhado ao constatarem que não dava para chamar e participar todas as pessoas das comunidades nos eventos que iam sendo realizados. A *antena*, conforme definido pelos participantes, é aquela pessoa daquele grupo étnico que ficaria com a responsabilidade de ir participando ativamente das conversas na Comissão Regional e com a incumbência de repassar para os demais. Ou seja, era uma *antena* como a de um rádio, um

dispositivo que transforma a onda eletromagnética guiada pela linha de transmissão em ondas eletromagnéticas irradiadas, primordial em qualquer comunicação realizada por radiofrequência. Antenas como um ponto localizado em uma comunidade tradicional da rede de interações, de informações, acionando a articulação e mobilização de cada comunidade e de cada Povo para se conectar na rede social que objetivou desde o início ter incidência regional, e que posteriormente passou a ter alcances nacional e até internacional.

As reuniões e encontros da Comissão Regional eram quase sempre em alguma das comunidades, em algum momento importante para aquela comunidade. Ou de uma luta por se fazer, ou durante uma luta, ou para conversar sobre algo importante para algum grupo que estivesse precisando de algum tipo de apoio. Nem sempre todas as *antenas* podiam participar, mas sempre tinha alguma pessoa que era uma *antena* substituta para quando ela não pudesse ir. Muitas vezes também participavam mais de uma *antena* por grupo.

A seguir, faço o relato de uma reunião e um encontro da Comissão Regional e que foram importantes no sentido de ir consolidando essa ação em rede. A primeira, foi uma reunião que ficou denominada como “Conversa de Caboclo”, aconteceu no Casarão do CAA em outubro de 2010. E a outra foi o evento ampliado da Comissão Regional de Povos e Comunidades Tradicionais em agosto de 2011, momento em que foi fundada a Articulação Rosalino.

A primeira aconteceu fazendo sinergia com o Psiu Poético, que propôs trazer grupos culturais dos povos tradicionais para uma apresentação de batuque, além do lançamento do vídeo documentário “Conversando com o Rio”, uma nova modalidade artística que tinha sido incorporada pelo Psiu Poético. E a segunda, o evento que resultou na constituição da Articulação Rosalino, fez sinergia com as Festas de Agosto em Montes Claros, articulado com um seminário sobre educação étnica no ensino público, puxado por um grupo de professores, educadores e jovens rurais. Houve uma mesa redonda convocada pela Comissão Regional no sentido de debater com autoridades estaduais a construção de uma política pública estadual, específica para os povos e comunidades tradicionais.

A Conversa de Caboclo

Do evento “Conversa de Caboclo”, tenho um relatório e vou usá-lo para destacar alguns aspectos desse evento, mesmo passados muitos anos. Já tinha uma programação em andamento, quando Reinaldo Duque-Brasil¹²⁵ veio conversar com Braulino de uma proposta de pesquisa

¹²⁵ Professor de biologia e na que época estava fazendo doutorado na UFV.

sobre uso e manejo da biodiversidade associada à alimentação, a ser promovida em diferentes comunidades tradicionais do Norte de Minas. Lembro que Brulino comentou: vai ter a conversa dos caboclos, depois vai ter a conversa com os educadores. Foi daí que surgiu o nome para o encontro, que até então estávamos referenciando como reunião da Comissão Regional. Já se tinha uma demanda do GESTA em apresentar uma proposta de um trabalho de mapeamento das comunidades tradicionais no Norte de Minas. E do NIISA acerca das possibilidades de elaboração de laudos antropológicos nas comunidades ribeirinhas. O assunto desdobrou-se em torno de uma demanda para um diálogo mais organizado da rede de pesquisadores que estava envolvida no apoio à Comissão Regional. E o Brulino já tinha umas questões para conversar com os representantes da comissão regional acerca da Política Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais.

A reunião da Comissão Regional de Povos e Comunidades Tradicionais aconteceu nos dias 08 e 09 de outubro de 2010. No Anexo 01 segue o registro da reunião de acordo com o Relatório da Reunião da Comissão de Povos e Comunidades Tradicionais do Norte de Minas (CAA-NM, 2010). A reunião teve como objetivos: socializar as discussões e os encaminhamentos relacionados com a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Povos e Comunidades Tradicionais (Decreto 6.040 de março de 2007) e costurar contribuições com professores e pesquisadores envolvidos na construção da cartografia social das comunidades tradicionais.

Nessa reunião as lideranças avaliam avanços e desafios relacionados com o reconhecimento dos direitos dos povos e comunidades tradicionais. Reafirmam a importância da Comissão Nacional (CNCPT) e Regional, mas destacam o desafio de como o território geraizeiro pode ser formalizado, as dificuldades da educação formal em não dar conta do reconhecimento do modo de vida tradicional, a importância da valorização das tradições culturais - “sem a caixa e a viola o geraizeiro não se sustenta” (Elmy, liderança geraizeira). Outra liderança geraizeira reafirma a importância do trabalho na base e o trabalho no campo da política:

O nosso trabalho é na base, com a valorização do povo tradicional. Se descobrimos que somos povo tradicional, temos a força do nosso direito. O índio se fortalece por ser índio. Ele defende a sua reserva. Ele percebeu que precisa ser respeitado no município. Foi lá e tomou o município. Hoje são eles quem faz, e eles administram para os índios e para os não índios. Nós temos que nos organizar melhor. Com a educação, com a política, com a segurança alimentar, com a produção de alimentos, com a defesa do território. Organizar por sermos um povo que tem uma identidade própria. Garantir os direitos da OIT vai depender de uma luta de base, na assembleia, em Brasília. Conseguimos nessa última eleição eleger alguns deputados que vão defender o nosso direito em Brasília. Padre João é um deles. Ele é um deputado que

enfrenta. Então o nosso desafio é organizar na base e no campo político (Eliseu, liderança geraizeira).

Importante destacar, na reunião realizada em 2010, que em fevereiro de 2007 o Governo Federal já tinha publicado o Decreto 6040 instituindo a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Povos e Comunidades Tradicionais que vinha sendo implementada a partir das contribuições da Comissão Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais - CNPCT. Pelos relatos pode-se deduzir que a Comissão Regional passou a cumprir um papel para além da socialização das ações da CNPCT, constituindo-se como um espaço de reflexão acerca das lutas, dos avanços, dificuldades e desafios que os diversos segmentos estavam se deparando.

A fala de uma das lideranças coloca um qualificador inusitado ao afirmar a necessidade de avançar na organização enquanto um “povo”, tomando como exemplo a experiência do povo indígena Xakriabá¹²⁶.

Nós temos que nos organizar melhor. Com a educação, com a política, com a segurança alimentar, com a produção de alimentos, com a defesa do território. Organizar por sermos um povo que tem uma identidade própria. Garantir os direitos da OIT vai depender de uma luta de base, na assembleia, em Brasília (Eliseu, Liderança Geraizeira, grifos meus).

Embora reconheçam o avanço nas conquistas relacionadas com os direitos no papel e com as políticas públicas, as lideranças reunidas sinalizam muitos desafios relacionados com os processos de autoafirmação identitária; da regularização fundiária considerando os seus modos de vida; da educação diferenciada - “a educação formal arrasa com as comunidades tradicionais”; do fortalecimento das práticas culturais e o devido envolvimento com a juventude. Finalmente, a necessidade de unir as comunidades de uma forma mais incisiva nas lutas pelos direitos territoriais - “unir os povos e fazer a luta”.

Além disso, verifica-se também que a Comissão Regional conseguiu constituir no seu entorno um grupo qualificado de colaboradores, professores e pesquisadores, tanto do Norte de Minas quanto de outras regiões e mesmo de outros estados, referenciado como uma rede sociotécnica¹²⁷. Os pesquisadores estão propondo ouvir mais a Comissão nos direcionamentos

¹²⁶ Embora não tenha feito referência especificamente ao povo Xakriabá, é importante lembrar que embora nessa reunião não tenha tido a participação dos representantes indígenas, os Xakriabá vêm fazendo parte dessa comissão desde o ano de 2008. E são eles que conseguiram eleger, por dois mandatos consecutivos, índios como prefeito e como vereadores em São João das Missões.

¹²⁷ Sobre o contexto e funcionamento das redes sociotécnicas no Norte de Minas, veja em: Redes Sócio-técnicas e Agricultura Sertaneja: novos enfoques em programa de ATER (DAYRELL & SOUZA, 2007). “Sabourin (2000) define como redes sócio-técnicas *estruturas desenhadas pelas relações interpessoais múltiplas que reúnem atores individuais e institucionais ao nível regional ou local, em torno de objetos e de objetivos comuns.*”

de seus trabalhos de pesquisa (ação) na perspectiva de fortalecer a movimentação, as identidades e os direitos.

Da Articulação Rosalino de Povos e Comunidades Tradicionais

Avaliava-se, no ano de 2011, que a movimentação das comunidades tradicionais e dos povos quilombolas veio crescendo de forma significativa nos últimos anos, ampliando as interações com os Xakriabá, com a Comissão Regional cumprindo um papel mais estratégico em termos de mobilização e apoio às diversas lutas que estavam em andamento¹²⁸. A entrada da assessoria jurídica que se vinculou à rede sóciotécnica, em um primeiro momento mais orientada à luta das comunidades quilombolas, e em outro para os grupos que também enfrentavam conflitos e contribuiu para o encorajamento das comunidades ao darem passos mais firmes na luta por direitos.

Verificava-se, por outro lado, que a Comissão Regional no seu formato inicial, como espaço de socialização das ações e proposições na CNPCT, já não conseguia responder às demandas e possibilidades no avanço das lutas por direitos e por reconhecimento. A cada encontro ou reunião da Comissão realizado quase sempre nas comunidades em luta, criavam-se desdobramentos ou agendamentos para novas iniciativas.

O crescimento da Comissão Regional e a informalidade relativa aos processos de divisão de responsabilidades e de tomada de decisão, muitas vezes se perdia oportunidades, criavam-se tensões internas, algumas vezes, com o próprio movimento social que tinha atuação na região. Questionava-se também de que forma a contribuição das entidades, como o CAA-NM, e das pastorais, como a CPT¹²⁹ e o CIMI, e também os grupos de pesquisadores, professores e estudantes que vinham colaborando, poderiam cumprir melhor o seu papel, sem ficar assumindo posicionamentos ou decisões que cabiam às próprias lideranças.

As questões apontavam para a necessidade de superar o formato que tinha a Comissão Regional. Foi quando começou a ser discutida, pelos seus membros, a necessidade da realização de um encontro regional de povos e comunidades tradicionais, com o objetivo de fazer debates. Para viabilizar a realização desse momento construiu-se uma sinergia com os organizadores das

¹²⁸ Até essa data tinha-se verificado um avanço significativo na luta das comunidades vazanteiras que constituíram uma articulação própria - Vazanteiros em Movimento, bem como os geraizeiros que já vinham fazendo suas conferências geraizeiras, com a emergência, do Movimento Geraizeiro. Além disso, a luta dos quilombolas de Brejo dos Crioulos, Gurutuba e Lapinha tinha tomado novo fôlego com os processos de retomadas que eles empreenderam.

¹²⁹ No caso da CPT, a participação mais significativa ficava mais a cargo da agente de pastoral residente em Manga.

Festas de Agosto, do Encontro com os Educadores, juntamente com o funcionamento do Solar dos Sertões e contando com a colaboração da rede sociotécnica da Comissão Regional de Povos e Comunidades Tradicionais. O Solar dos Sertões vinha se tornando um local de eventos culturais dos Povos Tradicionais vinculados à comissão regional na praça da Matriz em Montes Claros.

O Encontro foi realizado entre os dias 18 a 20 de agosto e contou com uma participação qualificada de lideranças dos povos e comunidades tradicionais envolvidas na comissão. Além da juventude que foi convocada para o debate e proposição da construção da educação étnica na região. A programação permitiu garantir a participação de lideranças das comunidades no evento da educação do campo, que tinha em sua maioria jovens rurais oriundos de grupos identitários envolvidos na Comissão Regional. E garantiu que, no dia seguinte, a juventude participasse ativamente nas atividades da Comissão Regional.

A parte da manhã do segundo dia foi dedicada às “rodas de conversas”¹³⁰ sobre a questão das identidades, as lutas e enfrentamentos que estavam em andamento, e como estava o funcionamento da Comissão Regional pensando em sua reestruturação. Essa parte terminou apontando alguns temas para que se fizessem debates de forma mais qualificada na plenária. Fez-se o consenso de que a Comissão iria se estruturar em forma de uma articulação entre os diferentes grupos étnicos e também as suas formas de organização. Contando com o apoio da rede sociotécnica.

Na parte da tarde realizou-se outro trabalho dos grupos, no qual se discutiu como deveria ser o funcionamento da “articulação” que seria criada, momento em que surgiu a conversa de que a articulação deveria ter um nome que fosse significativo para o coletivo. Surgiram diversos nomes, esses nomes foram levados para a plenária. Os nomes que surgiram, que estou lembrado, foram os de Eloy Ferreira da Silva, de Saluzinho e de Antônio Dó. A discussão estava em andamento, acerca dos perfis de cada uma das personalidades que tinham sido indicadas. Quando foi colocado que tinha mais um nome a ser indicado por Célia Xakriabá. Ela fez a indicação de Rosalino, muitos não sabiam quem era, pediram para ela contar a sua história.

Ela contou a história bem resumida da vida de Rosalino e da luta pelo território que os Xakriabá enfrentaram e que continuavam a fazer. Contou como eram os enfrentamentos e de que forma ele foi assassinado, sendo considerado o primeiro caso de genocídio no Brasil. Aí o debate sobre nomes não rendeu mais. Por unanimidade foi escolhido o nome de Rosalino para a Articulação - Articulação Rosalino de Povos e Comunidades Tradicionais. Indicaram alguns

¹³⁰ Metodologia muito utilizada pelos movimentos sociais e organizações populares para tratar de temas de forma mais aberta e provocando uma participação mais horizontalizada.

nomes como “representantes” dos grupos que participariam dos espaços de reunião, mas sempre abertos para novos e também para mais de uma pessoa por grupo. Foram apontados alguns indicativos de como poderia ser o trabalho das organizações de apoio e também da equipe de professores e pesquisadores, mas para ser aprofundado em outro momento e se montar uma carta de princípios.

No meio da tarde o professor Aderval Costa Filho apresentou o projeto do GESTA/UFMG de Mapeamento de Povos e Comunidades Tradicionais. E ao final do dia, aconteceu a mesa para discutir a “Construção da Política Estadual de Povos e Comunidades Tradicionais” com autoridades do Estado e da União que tinham sido convidadas. Saíram indicativos que seriam posteriormente desenvolvidos.

O dia terminou com muita animação. A expectativa, agora no dia seguinte, era o Café da manhã de lideranças dos povos e comunidades tradicionais com autoridades políticas de Minas Gerais. Entre os assuntos estava em pauta a regularização fundiária dos quilombos do Gurutuba, Brejo dos Crioulos e Lapinha. O evento terminaria com a apresentação do Grupo de Batuque do Gurutuba. Lembrando que no primeiro dia, o evento começou com uma apresentação dos Xakriabá em frente ao Solar dos Sertões.

Só que o Encontro terminou aí. Na madrugada do dia vinte de agosto, às 5 horas da manhã, a Van que estava trazendo a turma de Batuque do Quilombo do Gurutuba, que tinha sido mobilizada pelo Seu Mariano, perdeu o controle na estrada e capotou. Das dezessete pessoas que vinham, onze faleceram em virtude do acidente. Outras ficaram internadas. O Solar dos Sertões fechou as portas e todas as pessoas se mobilizaram no apoio às vítimas que tinham sobrevivido e às famílias que ficaram enlutadas repentinamente.

Do Luto e da Luta

Quando o governo criou aquele órgão da malária, combater a malária, aí combateu a malária e eles (os fazendeiros) começaram encostando. Aí eles foram empurrando, empurrando o povo, empurrando e a família foi ficando no borocotozinho¹³¹. Seu Mariano (PEREIRA et al, 2016, p.14).

O Encontro Regional ficou sem memória redigida. A Articulação Rosalino ficou praticamente um ano de luto. O seu Mariano entrou para a história. Dono de uma trajetória singular, guardava a revolta de como os gurutubanos perderam suas terras, e que foi registrada por Costa Filho (2005). Seu Mariano estava à frente do grupo que fez a retomada na terra que

¹³¹ Esprimida em um pequeno pedaço de terra.

foi grilada pelos Pulú, família que se especializou na grilagem de terra no Norte de Minas, utilizando quase sempre a violência extrema. Seu Mariano foi preso, na madrugada do dia 07 de junho de 2006¹³², com mais três quilombolas, algemados, expostos ao fazendeiro e deixados em praça pública, em Porteirinha, até serem conduzidos para a cadeia da Polícia Civil. Mas foram soltos em seguida, frente à rápida ação da assessoria jurídica da Articulação Rosalino que montou um processo crime contra esses atos discriminatórios. Anos depois, o caso foi julgado favorável às comunidades que fizeram a queixa, quando deu trânsito em julgado seu Mariano já não estava vivo. O Estado ficou de pagar cinco milhões de indenização.

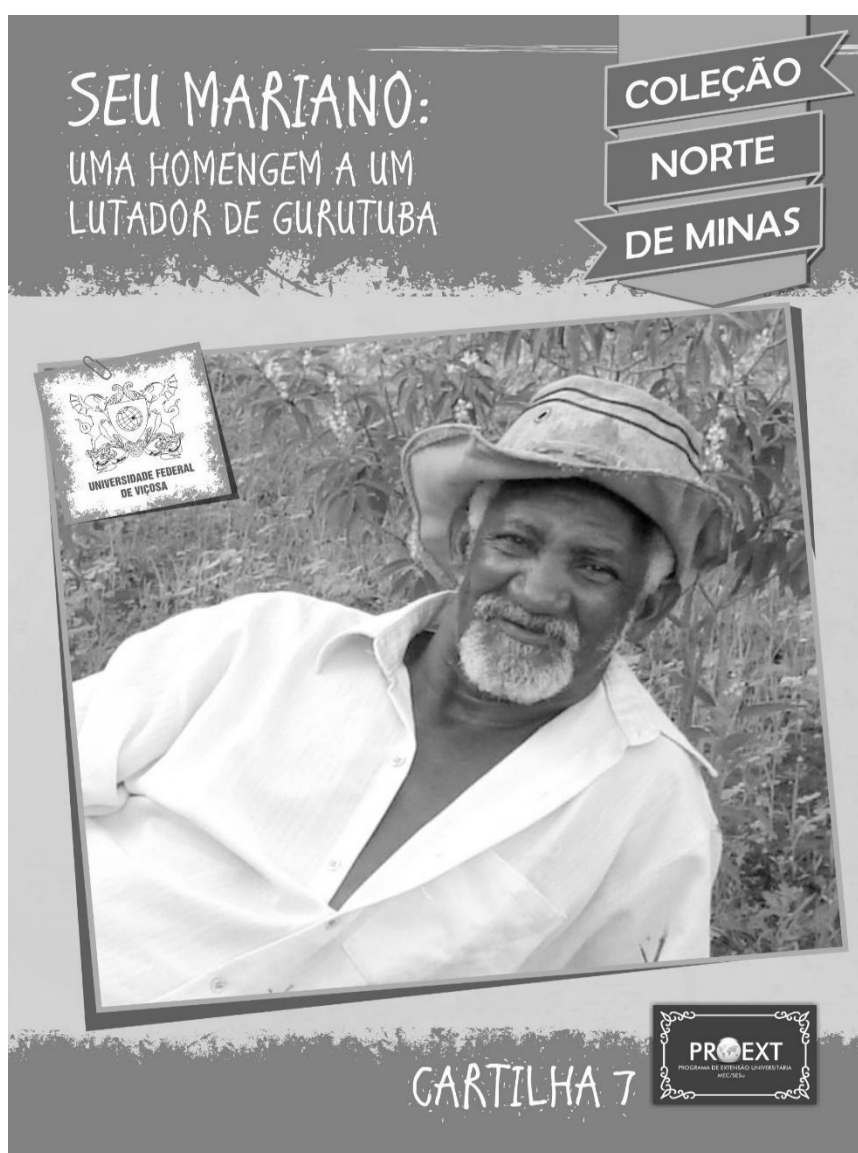


FIGURA 3 - Capa da Cartilha Seu Mariano: uma homenagem a um lutador do Gurutuba.
Fonte: Pereira et al., 2016.

¹³² Conforme Setença emitida pela 1ª Vara da Justiça Federal de Montes Claros, Autos 8595-96.2010.04.01.3807 referente à Ação Civil Pública proposta pelo Ministério Público Federal de Minas Gerais e outra, em 21 de fevereiro de 2013.

A Articulação Rosalino só seria retomada como ação coletiva no ano seguinte, quando foi realizado o Curso de Direito Territorial no Arraial do Meio¹³³, município de Matias Cardoso, especificamente para os grupos envolvidos na articulação. Ele aconteceu entre os dias 22 a 24 de agosto de 2012. O objetivo do curso foi além de articular os povos e comunidades tradicionais pertencentes às articulações Rosalino e Vazanteiros em Movimento, apresentar uma atualização acerca dos marcos legais que as comunidades tradicionais poderiam recorrer (CAA, 2012).

As comunidades e povos que estiveram presentes foram: Apanhadores de flores, Pescadores e pescadoras do São Francisco, Geraizeiros do Areião Vale do Guará, Xakriabás, Veredeiros - Januária, Geraizeiros do Alto Rio Pardo, Quilombo da Lapinha, Quilombo de Peixe Bravo e Brejo Grande, Vazanteiros Itacarambi, Geraizeiros Riacho dos Machados, Vazanteiros Pau Preto, Pau de Légua. Entraram na Articulação dois novos grupos: os Veredeiros, de Januária, e os Apanhadores de Flores, da região de Diamantina. Os pescadores e pescadoras do São Francisco participaram pela primeira vez de um evento da Articulação Rosalino.

O curso foi realizado no Acampamento Arraial do Meio, município de Matias Cardoso. Emblemática a escolha do lugar para a realização da primeira atividade da Articulação Rosalino, desde quando passou assim a ser denominada, em agosto de 2011. O município de Matias Cardoso tem sua origem com a ocupação, em 1664, pelo bandeirante Mathias Cardoso de Almeida, sendo considerado um dos primeiros arraiais do Estado de Minas Gerais, criado no ano de 1720 (COSTA, 2003).

¹³³ O curso foi escolhido para ser realizado lá porque há pouco tempo a comunidade vazanteria de Pau Preto tinha feito a retomada de seu território, cujo Parque Estadual do Rio Verde o sobrepunha. Dar apoio e conhecer a experiência de luta.



FIGURA 4 - Convite da Articulação Rosalino e Vazanteiros em Movimento.
Fonte: Arquivo do CAA/NM.

Foi também nesse município que as comunidades vazanteiras, que desde 2007 vinham demandando ao Governo do Estado de Minas Gerais e à União o reconhecimento do território tradicional da Comunidade de Pau Preto, suspenderam a negociação. E, um mês depois, no dia 24 de julho de 2011, a autodemarcação do território seguiu com uma ação de retomada visando à criação da Reserva de Desenvolvimento Sustentável de Pau Preto¹³⁴, como pode ser visto no release que foi distribuído à imprensa na data:

Hoje, no dia 24 de julho de 2011, estamos dando início à autodemarcação dos territórios das Comunidades Vazanteiras do rio São Francisco, criando a Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Pau Preto, no município de Matias Cardoso, Norte de Minas Gerais. E fazemos isso porque o Rio São Francisco, suas lagoas, matas e ilhas, não podem ficar à exposição de tanta degradação, à inoperância do poder público em garantir a sua proteção, e em garantir os direitos das comunidades ribeirinhas que dele dependem. Há muitos anos viemos denunciando a degradação de suas águas, a violência com que somos tratados, e o que vemos até hoje é o silêncio e a omissão das autoridades. Foi no dia 27 de maio de 2006, cinco anos atrás, que lançamos o primeiro alerta contra essa degradação ambiental e social através da Articulação Popular do São Francisco. Foi quando publicamos a CARTA-MANIFESTO DAS MULHERES E HOMENS VAZANTEIROS: POVOS DAS ÁGUAS E DAS “TERRAS CRESCENTES. Enviamos essa carta ao então Presidente Lula, a todos os governadores em cujos estados o rio São Francisco percorre, sustentando com água e alimentos a tantas vidas, e até hoje a resposta que tivemos foi o silêncio” (2011, conforme release em anexo).

¹³⁴ Hoje quase não utilizam mais o termo “Reserva de Desenvolvimento Social de Pau Preto”, preferindo utilizarem o termo “território vazanteiro de Pau Preto”. E explicam a não aceitação para não ficarem sob o domínio de influência de órgãos ambientais como o IEF - Instituto Estadual de Florestas.

O curso foi organizado como uma forma de dar apoio à luta dos vazanteiros e também como experiência prática aos participantes que tinham sido convidados, ou seja, lideranças de base dos movimentos sociais nativos que vinham emergindo e colocando suas reivindicações identitárias. Participaram do curso lideranças dos Xakriabá, quilombolas, vazanteiras, pescadoras, geraizeiras e apanhadoras de flores. Para muitas lideranças do recém criado Movimento Geraizeiro e da CODECEX¹³⁵.



FIGURA 5 - Imagem da plenária final do evento.
Fonte: arquivo do CAA/NM.

O curso, além de trabalhar com os conteúdos relacionados com os marcos legais das comunidades tradicionais, serviu como espaço de reflexão sobre ações práticas a serem desenvolvidas pelas comunidades na proteção de seus territórios. Ao final, foi indicada a primeira “comissão de antenas” da Articulação Rosalino. A Comissão ficou incumbida de animar os processos de mobilização e de organização da Articulação Rosalino. Ao final do curso teve um espaço de apresentação de suas propostas à instituições do Governo de Minas Gerais e da União que tinham sido convidadas. Foi também a primeira vez que a Articulação Rosalino falava por ela mesma diretamente aos poderes públicos.

¹³⁵Comissão em Defesa dos Direitos das Comunidades Extrativistas e que representam as comunidades de Apanhadores de Flores.

Desde então, a Articulação Rosalino veio ampliando de maneira mais orgânica os distintos povos que ela congrega. Seus encontros são sempre realizados em uma das comunidades dos “Sete Povos”, sempre como uma maneira ou de reforçar a luta da própria comunidade ou como experiência de ações práticas ali desenvolvidas. A participação mais ativa da CPT e do CIMI começou a substituir o papel mais ativo que tinha o CAA-NM no processo de apoio à mobilização da Rosalino. A participação mais ativa da representação do Povo Xakriabá e, posteriormente, do Povo Tuxá, passou a se constituir em uma importante referência de luta pela autonomia, além de contribuir de forma mais incisiva no reforço da cosmovisão nativa e cabocla.

A partir do curso realizado na comunidade vazanteira de Pau Preto a Articulação Rosalino reforçou suas atividades de intercâmbio, de formação na base e de apoio às lutas empreendidas pelas comunidades tradicionais. E alguns momentos mais críticos, como aconteceram em diversas atividades de autodemarcação de territórios, retomadas, manifestações públicas, foram realizadas ações conjuntas pelos geraizeiros, vazanteiros, apanhadores de flores, veredeiros, Xakriabá e pelos quilombolas, os seis povos que vinham participando de forma mais ativa da A.R.

Em 2015, a Articulação Rosalino promoveu outro encontro na sede da FETAEMG, em Montes Claros, em um esforço de ampliar sua rede de articulação junto aos sindicatos de trabalhadores rurais do Norte de Minas. O encontro teve como ponto de pauta “resgatar a memória da articulação e construir de forma coletiva os princípios e as diretrizes da Articulação Rosalino” (NIISA, 2015).



FIGURA 6 - Trabalho de grupo dos participantes da Articulação Rosalino.
Fonte: Laís Costa (OPARÁ/ NIISA/ UNIMONTES - 2015).

Samuel, como representante dos geraizeiros e da juventude na CNPCT, fez um relato do processo de constituição da Articulação Rosalino, cujo embrião surgiu das experiências vivenciadas na Comissão Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais (CNPCT), no enfrentamento de direitos violados e, principalmente, como esses povos fazem para reaver seus territórios e reafirmar suas identidades. A experiência propiciou a realização de diálogos entre os diferentes povos do Norte de Minas e, conseqüentemente, uma comunhão de bandeiras. Lembra o evento da CNPCT, que ocorreu em Paulo Afonso no ano de 2006, como fundamental para criação da Comissão Regional. Os conflitos prosseguiram se acentuando na região do Norte de Minas: tensões nos gerais, tensões nas vazantes, tensões na caatinga, mineração, criação de parques, levando a Comissão Regional a promover intercâmbios entre as diversas comunidades locais, que tinham em comum conflitos e violações de direitos, o que justificava a criação de uma articulação regional com a proposta de unificar suas lutas em defesa do território para obter maior peso político no processo. E que Articulação Rosalino vem realizando ações conjuntas apoiando a conquista de direitos. Finaliza enfatizando que a Articulação tem o caráter de unir as populações tradicionais que são os verdadeiros protagonistas da luta e os detentores das soluções para os problemas ambientais (NIISA, 2015).

Em seguida aos trabalhos de grupos e à plenária final, foram aprovadas as diretrizes e formas de organização da Articulação. Veja no BOX a seguir:

BOX 1**DIRETRIZES¹³⁶****ARTICULAÇÃO ROSALINO DE POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS**

QUEM É: Congregação de Povos e Comunidades Tradicionais do estado de Minas Gerais com diferentes tradições, culturas e etnias.

FUNÇÃO: Representar e apoiar politicamente os diferentes povos junto às diferentes esferas do governo e entre os diferentes grupos sociais.

OBJETIVOS: unificação dos povos na busca pelo direito aos seus territórios tradicionais, à regularização fundiária, ao exercício de sua cultura diferenciada, à preservação do ambiente e à fala.

PRINCÍPIOS:

- apoiar e fortalecer as lutas dos Povos e Comunidades Tradicionais relacionadas ao acesso aos seus territórios; à regularização fundiária; à educação e saúde contextualizada; à preservação dos recursos naturais; ao respeito e valorização de suas identidades, modos de vida e cultura.

- promover o respeito às diferenças religiosas e culturais.

- conhecer a luta dos outros povos e realizar reuniões itinerantes.

- respeitar cada comunidade como ela é, sua cultura e dignidade.

- manter compromisso com as decisões coletivas da articulação.

- promover a valorização da cultura dos diferentes povos e comunidades tradicionais.

- apoiar e fortalecer as lutas dos Povos e comunidades tradicionais com a inclusão das mulheres, jovens e dos mais velhos.

- possibilitar interações e trocas entre os Povos.

- promover espaços de comunicação, visibilização e formação que possibilite autonomia para negociar, articular, ocupar espaços, afirmar e fortalecer as identidades, apoiando os grupos em suas lutas.

- fortalecer as alianças para a resistência.

¹³⁶ NIISA, 2015: reunião da Articulação Rosalino de Povos e Comunidades Tradicionais do Norte de Minas. FETAEMG de Montes Claros/MG - 21 De Agosto de 2015 (sexta-feira).



FIGURA 71- Celebração ao final do encontro da Articulação Rosalino em Montes Claros.
Fonte: Laís Costa (OPARÁ/ NIISA/ UNIMONTES - 2015).

Os grupos também apontaram as organizações que vinham contribuindo, direta ou indiretamente, com as ações da Articulação Rosalino que tem, entre os seus integrantes, movimentos sociais nativos como o Movimento Geraizeiro, Vazanteiros em Movimento e a CODECEX. Integram a rede sociotécnica de colaboração organizações como o CIMI, CAA, CPT, MASTRO, alguns STRs, Federação N'Golo, EFA's, grupos de pesquisa da Unimontes (NIISA), UFJVM, UFMG, IFNMG, EMBRAPA CERRADOS e CENARGEN, além de pessoas de referência como a Irmã Ana Maria (Salinas). Assim como são considerados aliados o MAB, MST, integrantes da SPU-MG, do MPF, do MPE (CIMOS), a Comissão de Direitos Humanos, a CNBB, CNPCT, entre outras.

A partir do encontro as lideranças que estavam mais à frente passaram a ter mais claro o papel da Articulação Rosalino, os seus participantes e a forma de organização em redes, tendo como animadores as *antenas*, além dos princípios norteadores da ação da AR. Clarearam também o papel das organizações de parceria, os professores, pesquisadores e os grupos de pesquisa que atuam apoiando a articulação.

Relato a seguir o resultado de algumas das movimentações pelos direitos territoriais que, nesse período foram encaminhadas ou conquistadas, cujos registros encontram-se em anexo.

Conquistas

Em novembro de 2013, a Comunidade Geraizeira de Moreiras, município de Rio Pardo de Minas, realizou a autodemarcação do território da comunidade em uma atividade que contou com o apoio de jovens rurais de diversos municípios do Norte de Minas e do Sul da Bahia. De acordo com um release, o território retomado foi abençoado “pelas referências espirituais da comunidade do Moreiras”:

No dia 09 de novembro de 2013, a Comunidade Geraizeira do Moreiras deu continuidade na demarcação do território tradicional seguindo a margem da antiga estrada catingueira, exatamente a partir do mourão onde, em 1983, o geraizeiro João Domingos Cantuária cravou um poste. Quando o fez, foi a forma que encontrou para dizer para a firma Embaúba Florestal que, dali para frente, ela não podia avançar. Mas a frente de desmatamento já tinha circulado as nascentes de São Camilo, Mata Cantinho, Jambreiro, Vereda da Onça, Moreiras e Brejo do Meio, locais onde viviam centenas de famílias geraizeiras. (...) Ao final, de braços dados, o território autodemarcado foi abençoado pelas referências espirituais da comunidade do Moreiras. (...) A comunidade do Moreiras não estava sozinha, contou com a presença de jovens rurais oriundos de comunidades quilombolas, vazanteiras, geraizeiras, catingueiras e indígenas de municípios do Norte de Minas e do Sudoeste da Bahia, além de outras organizações como o STR de Rio Pardo de Minas, Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas, MPA, MST, CEAS, Movimento Geraizeiro, entre outras (FONTE: CAMINHO É ESTE, Rio Pardo de Minas, 12 de novembro de 2013).



FIGURA 8 - Momento final da autodemarcação do território tradicional da comunidade de Moreiras, Rio Pardo de Minas.
Fonte: Dayrell, 2013.

Algumas das conquistas que foram destacadas por Cordeiro (2015), resultaram de lutas desenvolvidas pelas comunidades tradicionais envolvidas com a Articulação Rosalino:

- Projeto de Assentamento Extrativista (PAE) Veredas Vivas, Município de Rio Pardo de Minas: A criação do PAE ocorreu em setembro de 2013, em ato oficial do Incra, devolvendo às comunidades locais parte da área invadida na década de oitenta por monoculturas de eucaliptos. Esse foi o primeiro PAE aprovado no estado de Minas Gerais, abrangendo uma área de 4,9 mil hectares e beneficiando diretamente 100 famílias geraizeiras.
- Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS) Nascentes dos Gerais, município de Rio Pardo de Minas: A criação da RDS é resultado de um longo processo de mobilização da comunidade Água Boa para proteger áreas de Cerrado ricas em espécies florestais importantes para a segurança alimentar, geração de renda e produção de serviços ecossistêmicos, como a proteção de recursos hídricos e da fauna silvestre. A RDS foi instituída por Decreto da Presidência da República, promulgado em outubro de 2014, após inúmeras ações empreendidas pelas comunidades afetadas, as quais incluíram greve de sede e fome na capital federal.
- Lei Municipal que reconhece a Comunidade Tradicional Geraizeira de Sobrado, em Rio Pardo de Minas: A partir de uma ação desencadeada pela comunidade no início dos anos 2000, para frear o desmatamento de áreas de nascentes que abastecem o Rio Pardo, em abril de 2015 foi aprovada a Lei Municipal que reconhece a Comunidade Tradicional Geraizeira de Sobrado e prevê salvaguardas para a proteção do território. Essa é a primeira Lei Municipal do país a tratar do tema, abrindo precedentes para outras iniciativas similares. Embora a Lei não tenha assegurado a demarcação da área reivindicada, a mesma valida o auto-reconhecimento da comunidade de Sobrado e prevê compromissos do Poder Público Municipal para avançar na demarcação do território. A partir da delimitação do território, a Associação Tradicional Geraizeira de Sobrado espera obter a demarcação de pelo menos 1.128 hectares, beneficiando

não apenas as 63 famílias da comunidade, mas também as demais comunidades residentes ao longo do Rio Pardo e que dependem da proteção das nascentes para garantir o abastecimento de água.

- Aprovação da proposta de recategorização do Parque Nacional Sempre Vivas: Em junho de 2015, o Conselho do Parque das Sempre Vivas aprovou a proposta de alteração da categoria de Parque Nacional para RDS, categoria essa que possibilita que as comunidades residentes e do entorno continuem a atividade tradicional de coleta de flores para a geração de renda (CORDEIRO, 2015, págs. 12e 13).

A luta para que o Estado de Minas Gerais criasse uma política específica direcionada ao reconhecimento e fortalecimento dos povos e comunidades tradicionais, não citada por Cordeiro, merece ser lembrada como uma conquista fundamental que contribuiu para a constituição da Comissão Regional de Povos e Comunidades Tradicionais. E tal aconteceu, depois de várias investidas e ações de articulação política que resultou na promulgação da Lei nº 21.147, de 14 de janeiro de 2014, que instituiu a Política Estadual para o Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais em Minas Gerais.

Outra conquista significativa tem sido os laços criados com organizações de pesquisa e de ensino possibilitando ampliar a rede de colaboração que hoje, 2019, tece laços inclusive internacionais. Entre esses espaços, a realização dos Colóquios Internacionais de Povos e Comunidades Tradicionais que vêm sendo realizados pelo PPGDS e pelo NIISA em parceria com outras instituições nacionais e internacionais.

A partir da luta dos posseiros da Tapera que Mazzan¹³⁷, em 1987, nos alertou para o óbvio: “se o povo que lá vive, sempre viveu de lá, porque o INCRA afirma que a terra é imprópria para reforma agrária?” Desde então os povos do cerrado passam a pressionar instituições governamentais de que a reforma agrária não é exclusividade da luta dos “sem terra”, que as terras de cerrados, de veredas, de matas, caatingas e vazantes devem ter destinação incorporando as lógicas tradicionais de uso e de ocupação das terras. Que os povos e comunidades tradicionais, maioria hoje no campo brasileiro, devem sim, serem beneficiários de um programa de reforma agrária que reconheça, demarque e legitime os seus territórios tradicionais. Foi a partir desse entendimento que se criou o Assentamento Tapera no município de Riacho dos Machados e, em seguida, o Assentamento Americana no município de Grão Mogol, dando origem, em 2013, ao Projeto de Assentamento Agroextrativista Veredas Vivas, na comunidade de Vereda Funda, município de Rio Pardo de Minas. Depois de muita luta, as comunidades geraizeiras conseguiram, em 2014, o decreto de criação da “Reserva de Desenvolvimento Sustentável - RDS Nascentes Geraizeiras”, na região do Alto Rio Pardo. Após esse entendimento foi criada a lei municipal que reconhece a territorialidade da

¹³⁷ Assim como Carlos Eduardo Mazzetto Silva é conhecido.

Comunidade Tradicional Geraizeira de Sobrado, em Rio Pardo de Minas. Com essa compreensão, dezenas de comunidades lutam pelo reconhecimento de seus territórios tradicionais expropriados por grandes fazendeiros, por reflorestadoras ou pelos órgãos ambientais como o IEF e o ICMBio (CAA-NM, 2015, págs. 11 e 12).



FIGURA 9 - Jovens participando de autodemarcação de território em área tomada pela monocultura do eucalipto - Rio Pardo de Minas.

Fonte: Dayrell, 2013.

As conquistas foram resultado de uma diversidade de estratégias fincadas na mobilização local, nos processos de autoafirmação identitária, autodemarcação de territórios, aliadas com pressões políticas e jurídicas realizadas nos âmbitos dos municípios, do Estado e da União e, em alguns casos, até mesmo no âmbito internacional. Conquistas como resultado de uma heterogeneidade de lutas, de formas organizativas, onde os processos de autoafirmação identitária e de autodemarcação do território apoiados pela Articulação Rosalino vêm possibilitando a construção de um novo olhar sobre o espaço onde as comunidades vivem. E que a ampliação das redes de interação e de proteção favorecem o encorajamento e a autonomia de suas lideranças.

Elas são ações que investem nos processos de formação política de base, no sentido de construir coletivamente estratégias e instrumentos de autoproteção junto aos grupos. A abordagem de trabalho tem respondido pelos princípios do direito a terra e ao reconhecimento

dos territórios tradicionalmente ocupados; direito ao livre uso dos recursos da natureza, como a água e os demais componentes da biodiversidade silvestre e cultivada; direito de serem respeitadas e reconhecidas suas organizações sociais, as formas de manejo do território e da biodiversidade nele disponível, principalmente pela legislação ambiental; direito de cultivar as tradições culturais, incluindo o reconhecimento e proteção do conhecimento tradicional; direito de serem consultadas de forma prévia e informadas sobre os grandes projetos econômicos ou de infraestrutura que porventura possam promover alterações nos seus modos de vida ou deslocamentos forçados, entre outros (DAYRELL et al., 2015).

A garantia de direitos territoriais é uma questão que envolve conflitos de interesses com vários setores econômicos e que não tem sido prioridade do Estado brasileiro. Desde 2016 houve uma paralisação nos processos de criação de unidades de conservação de uso sustentável, demarcação de terras indígenas, territórios quilombolas e da reforma agrária. O documento de avaliação que foi elaborado por Cordeiro (2015) afirma a enorme extensão de áreas sob conflito no Norte Minas.

Apenas no âmbito da área de região de atuação existem outros 17 processos de conflito territorial em curso, acompanhados pela Articulação Rosalino, e que abrangem mais de meio milhão de hectares e aproximadamente cinco mil famílias. Cabe dizer que esses números são apenas uma fração dos conflitos territoriais que emergiram na região nos últimos anos e que tem levado ao aumento da demanda de assessoria (CORDEIRO, 2015, p.16).

Ou seja, apenas na área de atuação do CAA, em 2015, existiam 17 processos judiciais de conflitos territoriais abrangendo meio milhão de ha e cerca de cinco mil famílias.

Antes de adentrar no próximo capítulo, no qual começarei a relatar o início propriamente dito do trabalho de campo que foi a participação na “Celebração dos 30 anos do Massacre Xakriabá”, retomo o papel de sujeitos e sujeitas que passam a assumir identidades outras que de lavrador, criador, posseiro ou sindicalista, se apresentando como representantes de povos. Essas identidades, expressas na Articulação Rosalino, têm como um de seus componentes, sujeito que se afirma geraizeiro, mas também como “caboclo” e que vem animando de forma compartilhada o processo que resultou na criação da Articulação Rosalino. É o seu Braulino.

A trajetória de Braulino é densa e ele vem contribuindo com a articulação das gentes miúdas dos Cerrados brasileiros, a defender os seus modos de vida intimamente dependentes das ecologias em que se encontram secularmente inseridos. Ela foi documentada por Augusto (2009) que realizou uma pesquisa sobre os processos de aprendizados que se fazem pela prática daqueles que se tornaram lideranças no Norte de Minas. Foi como caboclo que ele saiu de

Montes Claros para assumir, como representante da Rede Cerrado, um papel de representação na CNPCT. Não o fez sozinho, foi arregimentando gentes, outros caboclos, pessoas nativas do lugar que com ele foram compreendendo o mundo e buscando nesse meio, saídas que fossem provocando mudanças, que fossem provocando reconhecimentos.

Foi um fazer e aprender pontuado pela prática e pelas interações, seja entre os seus pares, seja na relação com as organizações, professores, pesquisadores, gentes do governo, quer fossem a favor, quer fossem contra as pretensões que iam colocando. Aprendizados que geram, segundo Augusto (2009), saberes situados, contextualizados e compartilhados, “não apenas no aqui-agora e no imediato, mas enraizado no contexto histórico de hoje e de ontem, a que remonta, dando sentido às práticas atuais.”

Analiso que essa saída para uma posição de fala situada como a de um povo, os aprendizados construídos na interação entre os diferentes, está presente em muitos dos discursos associados à emergência de lavradores configurados como camponeses, posseiros, trabalhadores rurais, pequenos produtores, agricultores familiares ou sem-terra, e que passam à condição de quilombola, geraizeiro, vazanteiro, apanhador de flor, catingueiro ou veredeiro. Processos que verificamos com os indígenas Xakriabá ao assumirem a sua indianidade em confronto com a de caboclos ou de posseiros.

Foi no evento de “Celebração dos trinta anos do massacre Xakriabá”, em fevereiro de 2017, que a Articulação Rosalino foi apresentada pelos seus membros, as *antenas* da Rosalino, para um grupo maior de indígenas e um número mais ampliado de aldeias. Foi nesse evento que a articulação foi batizada como “Articulação Rosalino Gomes de Povos e Comunidades Tradicionais”. Ganhou o nome da linhagem dos “Gomes”. Foi também nesse evento que dei início ao meu trabalho de campo.

O II Mutirão dos Povos Tradicionais

O II Mutirão dos Povos Tradicionais foi organizado como um evento de celebração dos trinta anos do massacre Xakriabá, realizado em fevereiro de 2017. Ao prepararem o II Mutirão dos Povos Tradicionais, os Xakriabá propuseram que a Articulação Rosalino realizasse um encontro na terra indígena antecedendo à celebração. Seria um momento para a articulação se apresentar a um número ampliado de aldeias e a um número ainda maior de indígenas. E, também, para que os membros da articulação conhecessem mais a história dos Xakriabá e de Rosalino.

Para analisar esse evento e também os que se seguiriam durante a incursão de campo às sete territorialidades que compõem a Articulação Rosalino, utilizo da “análise situacional” método desenvolvido por Max Gluckman (2010). Esse método consiste na descrição de uma série complexa de eventos definidos pelo autor como “situações sociais”. Para o autor, um evento que comporta grupos socialmente diferenciados, pode ser tratado, a partir do campo da Sociologia, como uma “situação social”. Ele diz que, em algumas ocasiões, um evento pode ser considerado como “situação social”, que ele define como “o comportamento de indivíduos como membros de uma comunidade, analisado e comparado com o seu comportamento em outras ocasiões” (p.252). E que a análise desses eventos pode contribuir para elucidar as tramas de relações que permeiam uma comunidade, sua estrutura, o meio ambiente e a vida de seus membros. Pode também ajudar na elucidação de como grupos considerados socialmente inferiores se relacionam com os grupos dominantes (GLUCKMAN, 2010)¹³⁸.

O evento, com a duração de três dias, contou com a participação de mais de um milhar de pessoas, que as lideranças da Articulação Rosalino começaram a se referir como “os sete povos” e onde também percebi, de maneira mais clara, as interações ocorridas durante o evento, com a afirmação de serem também “um povo só”. A figura mítica de Rosalino parecia pairar sobre todos.

Registrei o acontecimento em minha caderneta de campo, fui atrás de outros casos, outros eventos ocorridos em diferentes momentos¹³⁹, utilizando a memória, por estar de alguma forma participando diretamente, mas que complemento com entrevistas e outros registros documentais. Foi Van Velsen (1967) que sugeriu ampliar e mudar a ênfase da análise de situações sociais, apontando para a coleta de uma série de casos interconectados através do tempo, indicando que “a análise sincrônica deve ser combinada com uma perspectiva diacrônica dos acontecimentos” (FELDMAN-BIANCO, 2010:48).

No capítulo anterior, através de personagens históricos categorizados por mim como *insurgentes nativos*, recorri ao passado em torno de um século, colocando em cena o contexto e as histórias de sujeitos que se insurgiram contra a expropriação de direitos, em uma perspectiva diacrônica de acontecimentos. E a partir desse evento na Terra Indígena Xakriabá, que vivenciei desde o final do dia 09 de fevereiro de 2017, teve início a longa caminhada de

¹³⁸ Gluckman foi um dos primeiros autores a contestar as teses de Malinowski no momento em que a pesquisa antropológica britânica estava deixando a pergunta, até então predominante, de “como a sociedade se mantém”, para a de “como a sociedade se transforma” e que norteava a emergente orientação da antropologia na perspectiva da “teoria da ação” (FELDMAN-BIANCO, 2010).

¹³⁹ Van Velsen (1967) amplia e muda a ênfase da análise de situações sociais para a coleta de uma série de casos interconectados através do tempo, indicando que “a análise sincrônica deve ser combinada com uma perspectiva diacrônica dos acontecimentos” (FELDMAN-BIANCO, 2010:48).

acompanhamento das atividades das *antenas* em cada um dos “Sete Povos”. Ou seja, em uma perspectiva sincrônica e que envolveu uma série de acontecimentos interconectados, que durou até julho de 2018. Assunto do Capítulo III.

Cheguei à Terra Indígena, na noite do dia 09 de fevereiro, levando no carro o seu Jaime, liderança das Comunidades de Veredas, ou veredeiro como ele se autointitula. Embora tivéssemos chegado tarde à Aldeia Itapicuru, mesmo assim, o pessoal estava nos esperando. Jantamos na Escola, em seguida a liderança da Aldeia, o Sr. Rosalvo, veio nos receber e orientar onde dormiríamos. Seria em uma casa que estava vazia, provavelmente de um dos seus filhos, situada ao lado esquerdo de sua residência. Nessa casa ficaram acomodados os que vieram de Montes Claros. Do lado estavam os *antenas* da Rosalino juntamente com o pessoal do CIMI.

Aconteceu, ali, o batismo da articulação como “Rosalino Gomes”. Iniciou-se com a apresentação dos Xakriabá, em seguida os cultos e cantorias celebrando o início do dia. As principais lideranças dos Xakriabá se apresentaram contando uma história, a história deles. Depois, as lideranças da Articulação Rosalino que vieram de fora se apresentaram. Cada um apresentou o seu o povo e colocou em discussão algum tema importante para eles. No dia seguinte, a apresentação do Comitê Indígena de Mudanças Climáticas - CIMC, ali representado pelos caciques Domingos e Rodrigo Pataxó, com uma mesa de debates sobre as mudanças do tempo, uma forma de socializar a representação dos indígenas nos debates da COP. E, no domingo, a celebração.

O primeiro dia do II Mutirão dos Povos Tradicionais, a exemplo de outras reuniões da Articulação Rosalino, deu prioridade para a apresentação das pessoas que vivem no lugar, das questões que as pessoas têm a dizer sobre a sua história e a situação que estão vivendo. Em seguida à apresentação das lideranças Xakriabá, cada uma das antenas que estava presente falou quem era, de onde vinha, como era conhecida ou reconhecida. Na sequência, ao final, constatou-se que a Articulação Rosalino tinha, naquele momento, a representação de sete grupos identitários, a saber: Indígenas (Xakriabá e Tuxá), Quilombolas, Vazanteiros, Veredeiros, Geraizeiros, Apanhadores de Flores e Caatingueiros. Era a primeira vez, na Articulação Rosalino, que participavam representantes de base e se afirmavam como caatingueiros. Pela primeira vez ouvi a referência aos *Sete Povos* e desde então, os membros da Articulação Rosalino passaram a fazer a referência da Articulação como representação de *Sete Povos*.

A fala do cacique Domingos, ao abrir o primeiro dia do encontro, em seguida à celebração em cânticos e de um minuto de silêncio em homenagem aos guerreiros Xakriabá que tomaram em luta pelos direitos, explicou os objetivos do encontro:

Sabemos que estamos numa semana dos quais o nosso povo Xakriabá viveu, no ano de 1987, uma das maiores tristezas, as maiores chacinas que o nosso povo já teve, onde foi morto vários indígenas, dentre eles Rosalino Gomes que era o meu pai, liderança que na época lutou e batalhou muito em prol da defesa dos nossos direitos e do nosso território (Domingos, fevereiro de 2017).

O cacique Domingos explicou aos presentes a presença dos membros que fazem parte da Articulação Rosalino e porque ela ganhou esse nome, e disse que esses dias seriam uma oportunidade para que o povo Xakriabá conhecesse melhor a articulação que, segundo ele, “tem-se destacado muito em relação à luta em prol de nossos direitos”.

Dos Xakriabá para a Articulação Rosalino

Domingos deu as boas vindas e passou a contar a história dos Xakriabá, desde a época dos antepassados mais distantes, histórias que não são encontradas nos livros, e das lutas que tiveram que empreender quando os fazendeiros começaram a invadir o território.

Contou sobre dificuldade que enfrentaram com os fazendeiros,

Naquele tempo a gente vivia debaixo dos pés de fazendeiros, com os pistoleiros, que tinham a posse aqui desse nosso território. Em 1985 nós tivemos aqui a visita da FUNAI, ela foi implantada aqui na reserva, mas até então o governo nunca tinha tomado providências para a indenização e retirada dos fazendeiros, mesmo com o território já demarcado desde 1979. O território só foi homologado em 1987 quando aconteceu essa chacina que a gente vamos estar contando para vocês (Domingos, fevereiro de 2017).

Domingos relata a luta que tiveram que fazer, primeiro para serem reconhecidos, depois pela demarcação do território até a sua homologação, o que só aconteceu depois da chacina. A luta mais difícil, segundo ele, foi para retirar os fazendeiros depois que a terra já estava demarcada. A iniciativa de fazer valer os direitos que os membros da Articulação Rosalino passaram a afirmar como o “direito na prática”, tem como referência a luta dos Xakriabá. Segundo Domingos, a luta que fizeram foi anterior à promulgação da Constituição de 1988, onde os direitos não tinham sido assegurados “no papel”. E relata a importância da colaboração do CIMI sobre os direitos que tinham:

Nos anos 1980, início de 1982, 1983, passando por 1986 e até 1987 foi os anos dos quais a luta foi mais travada pelo nosso povo, não só iniciou uma luta grande para retirada e expulsão dos fazendeiros e terceiros que tinha aqui na época. A partir de 1982 tivemos uma primeira visita do CIMI, do Conselho Indigenista Missionário, eu criança lembro até hoje dessa visita, como ela se deu, como que foi. Me lembro de quando passaram a compreender, se não lutar, se não partirmos para a retirada desse

povo, eles não vão sair daqui, a terra está demarcada desde 1979 mas eles não vão sair enquanto não brigarem mesmo para que eles saiam. E foi aí quando entrou, junto com o Cacique Rodrigo, o meu pai e várias outras lideranças aqui do nosso povo Xakriabá, e assumiu de frente a luta e falou: nós vamos ter que expulsar esse povo daqui (Domingos, fevereiro de 2017).

Domingos termina o relato falando do sofrimento que vivenciaram com a violência que assistiram ainda pequenos. E falou da repercussão do caso que ganhou manchetes de jornais no Brasil e no exterior. E da importância, mesmo não tendo instituições que hoje tratam dos direitos humanos, da pressão que ocorreu para que o governo de imediato providenciasse a homologação do território e a expulsão dos fazendeiros e posseiros, com a prisão e julgamento dos assassinos:

Essa chacina ela fez com que mesmo fora de uma instituição que ainda não existia fez com que esse fazendeiro fosse preso, uma coisa que surpreendeu muito a gente, o nosso povo, naquela época, foi que o governo não tinha dinheiro para homologar, para indenizar os fazendeiros na época e por isso a terra não podia ser homologada. E com aquela chacina, no outro dia a FUNAI já tomava as providências, o governo já tomava providências, já tinha dinheiro para a indenização dos fazendeiros (Domingos, fevereiro de 2017).

Domingos confirma que os resultados só foram alcançados, que o governo só veio a tomar providência, após muita luta e sofrimento do povo. Além do contexto do tempo relativo aos últimos anos da ditadura militar, no qual a população brasileira se mobilizava pela democracia. Democracia que, passados trinta anos, encontra-se novamente em risco. De violências contra os povos tradicionais que perduram até os dias de hoje e que o maior desafio estaria na capacidade de influir na política.

Eu digo que a gente enfrenta grandes lutas ainda, principalmente com os governos que a gente tem hoje nas direções, com as leis que (eles) vêm tentando modificar, inclusive a Constituição, no sentido de desfazer esses direitos que foram conquistados com sangue, porque aí, quando falamos de Rosalino, nós estamos falando de toda a luta de povos e comunidades tradicionais e do povo indígena de todo país, que sofreram e vêm sofrendo grandes massacres até hoje. (...) A gente hoje não luta somente pelo nosso território, a nossa luta hoje é bem maior porque às vezes tem que lutar contra aqueles colarinhos brancos, como costumam chamar, é quem comanda o país, e vêm aprovando leis para inclusive modificar a lei maior que é a constituição federal, colocando novamente em risco a vida de nosso povo (Domingos, fevereiro de 2017).

A fala dos Xakriabá termina com o prefeito José Nunes, irmão mais novo de Domingos, que reforça as conquistas pelos direitos e a importância da aliança construída entre os sete povos que

A gente sabe que temos muitos aliados, aliados não índios que defendem a nossa causa, esses também escrevem a verdadeira história e são também nossos defensores. Às vezes sofre o que a gente vem sofrendo também, na pele, sofre os mesmos problemas que a gente tem aqui, têm a mesma falta de terra que a gente tem aqui, às vezes as mesmas dificuldades. Por isso que eu queria cumprimentar aqui a articulação Rosalino Gomes, que leva o nome do meu pai, isso nos honra muito que a gente sabe que é uma articulação que também vem trabalhando muito e defendendo causas. Isso pra gente é motivo de orgulho apesar da história ser uma história que realmente deixou muita marca aqui. (...) Quero cumprimentar todos os sete povos que estão aqui, eu queria e quero estar mais perto da articulação, quero ver de perto os acontecimentos, as frentes que essa articulação toma juntamente com os parceiros que já vêm trabalhando com a gente há muito tempo (...) A gente sabe que existe essas frentes de lutas, a gente sabe que tem os movimentos sociais também que vêm lutando por território, por direitos, e vamos nos unir cada vez mais para a gente ganhar força (José Nunes, Xakriabá e Prefeito de São João das Missões, 2017).

O prefeito José Nunes aponta uma das frentes de luta que provocou muita repercussão na Terra Indígena Xakriaba, a da educação étnica.

A gente vem num processo de criação da nossa escola que não faz muito tempo, da nossa escola indígena. É uma escola que eu sempre digo que passei lá no início da criação da escola Xakriabá, e no início a gente éramos 36 professores aqui, hoje eu não tenho esse dado, mas passam de 300, talvez 400 professores. Foi um salto muito grande do ponto de vista de estar ocupando o nosso espaço aqui, de estarmos construindo a nossa própria educação indígena. (...) Quando o indígena trabalha na sua própria escola para o seu próprio povo, o sentimento vai estar sempre presente, vai trabalhar com mais carinho, com mais amor pelo seu povo, pela sua história. Afinal de contas é todo mundo parente, é primo, é irmão, cunhado e assim sucessivamente. Assim a gente percebe a responsabilidade que temos de criar uma escola que é essa escola indígena. (José Nunes, Xakriabá e Prefeito de São João das Missões, 2017).

E a outra frente, o desafio ao enfrentarem a política partidária referenciado nos princípios da organização indígena.

A gente sabe que a política também tem muita desordem, muita coisa errada, que precisa da sociedade continuar se articulando para que ela melhore. Por isso a gente tem a humildade e a simplicidade de dizer que a gente precisa do apoio (...) da comunidade, que a política partidária de modo geral ela não escuta as pessoas, ela não escuta as comunidades. Então nós queremos construir uma política diferente, vai que a gente vira um pequeno exemplo de modelo dentro da política. (...) A gente percebe que a política ela trás também a desavença e muitas vezes a discórdia entre as comunidades. A gente percebe isso aqui, não preciso esconder, acho que a gente precisa resgatar os princípios da organização indígena, o princípio da união, da solidariedade, do respeito aos nossos parentes (José Nunes, Xakriabá e Prefeito de São João das Missões, 2017, grifos meus).

A roda de conversa continuou na parte da tarde. Cada povo utilizou da palavra para comentar como a Articulação vinha contribuindo com as lutas de cada uma das comunidades, apontando os resultados e também os desafios.

Da Articulação Rosalino para os Xakriabá

Braulino fez uma breve apresentação sobre o surgimento da Articulação. Não uma história cronológica, mas de fatos, daqueles que se descobriram legitimados pela consciência do reconhecimento. Contou como a Rede Cerrado foi formada, sua indicação como representante na CNPCT e os eventos que culminaram com a edição do Decreto 6040 de fevereiro de 2007, como representante não apenas de um povo, mas da diversidade sociocultural dos cerrados no Norte de Minas. Citou a proposta de serem criadas comissões estaduais, desenvolvendo políticas específicas no âmbito do Estado. E o esforço de criar uma comissão no Estado de Minas Gerais. Com a negativa do governo em escutar “os caboclos”, foi que surgiu a Comissão Regional congregando os povos tradicionais do Norte de Minas, que depois tornou-se Articulação Rosalino.

Só que em Minas Gerais o governo não aceitava ouvir os “caboclos”, então vimos que tínhamos de articular com os movimentos, para conversar com o pessoal, eles acharam por bem a gente organizar um colegiado regional, aí nessa discussão que a gente começou a juntar o povo para o colegiado, ainda sem nome, aí a gente começou a ver essa discussão que nós tínhamos dos povos, os quilombolas, os indígenas e as outras populações. Foi daí que surgiu a Comissão Regional de Povos e que depois ficou sendo chamada de Articulação Rosalino (Sr. Braulino, antena da Articulação Rosalino, 2017).

Ele explicou que a principal missão da Articulação Rosalino é a luta pelo território, a reforma agrária que reconheça o território, e não a “reforma agrária do lote”:

E a reforma agrária de Minas Gerais, ela não deu certo, a reforma agrária que foi feita em Minas Gerais porque ela foi feita em lote. Está tudo voltando igualzinho ao que era, porque ela foi feita em lote. Quem tá perto aqui que eu conheço, eu falo verdadeiramente, teve umas que virou um latifúndio novamente, foram vendendo, vendendo e vendendo e hoje, esse território da reforma agrária aí, que foi da reforma agrária, que não tem um daqueles posseiros, daquele povo que entrou, não ficou um, foi embora tudo, a terra então não está sendo por aquele povo que entrou. E a reforma agrária do território, não, o cara vai embora, mas o território fica. (Sr. Braulino, antena da Articulação Rosalino, 2017, grifos meus).

Braulino reforça a importância de as comunidades terem o território demarcado como condição para sair da escravidão. Condição para avançar a luta para outras demandas relativas aos direitos étnicos, como a educação e saúde. E que os desafios quando se conquista o território não param. E que os Xakriabá são um exemplo de saberem administrar o território, inclusive no campo da política partidária.

Eu tenho umas mensagens companheiros, uma coisa que a gente tem que ter bem claro, conquistar o território é a coisa mais difícil que tem, agora você pensa, a coisa que é mais difícil é administrar o território! Talvez você ter que brigar com os fazendeiros é muito melhor que brigar consigo próprio. Assim, ao administrar o território, se começar a briga interna pelo poder, agora começa a brigar caboclo com caboclo, com isso você quer largar tudo. O Xakriabá é um exemplo para nós (na administração do território) (Sr. Brulino, antena da Articulação Rosalino, 2017).

No Capítulo III¹⁴⁰ a questão da política partidária é colocada em cena a partir de Alessandro Oliveira (2008). A entrada na política partidária é analisada por esse autor como desdobramento da Segunda Revolução Xakriabá, onde suas lideranças explicam o porquê da incidência no território da política partidária a partir de Seu Valdinho e de José Nunes.

Além das ações locais, estadual e nacional, Brulino relatou a incidência internacional ao lembrar as caminhadas que fez com lideranças de outros povos dos cerrados em outros países, para que organismos internacionais os reconhecessem. Ele abordou o contexto atual da crise política e ambiental no Brasil que afeta muito os que vivem no semiárido. E o papel que a Articulação Rosalino tem nessa luta.

Por isso eu acho que a Articulação Rosalino tem um grande valor, muito valor, e nós temos que unificar a essa luta, porque cada dia que passa essa luta hoje ela é muito maior do que nós pensamos. Porque a luta é maior? Porque nesse governo agora, como diz, a miséria chegou, a crise internacional, a crise nacional, da política, e a crise da seca que está com nós aqui. Então nesse governo vai ser muito difícil. Então companheiros, nós temos de lutar muito, para lutar contra esse governo aí assim, para poder ver o que nós queremos, para poder atender nós vamos ter que mobilizar muito, pois podemos perder os nossos territórios (Braulino, geraizeiro, 2017, grifos meus).

No final do primeiro dia e na manhã do dia seguinte, os povos começaram a se apresentar. Teve início com o Orlando, de Novo Horizonte, e um dos animadores do Movimento Geraizeiro. Ele se apresentou e começou dizendo o nome:

Sou o Orlando, já tem um tempo que estamos com o movimento geraizeiro, sou geraizeiro, sou agricultor e faço parte também da Articulação Rosalino. Nós somos do povo dos gerais. Em primeiro lugar a nossa luta é contra a monocultura do eucalipto que está em diversas regiões, mas no Alto Rio Pardo principalmente. Então, assim em toda região que está atuando e tem eucalipto, a monocultura do eucalipto, tem gente sofrendo, pois vem trazendo sede, vem trazendo a desgraça e a miséria para nossa região, para nós do Norte de Minas. Para isso nós estamos passando essa luta.

Orlando relata a importância da Articulação Rosalino na criação da lei estadual dos povos e comunidades tradicionais que conta com 17 representações de povos, sendo que sete fazem parte da articulação. Além do apoio que vem fazendo nas lutas pelos territórios como a

¹⁴⁰ Em “Nas Trilhas com os Sete Povos”, em “Índigenas”, na página 269 desta tese.

dos índios Tuxá, dos geraizeiros de Vale das Cancelas, dos apanhadores de flores Sempre-vivas, entre outras. E que para fazer essa luta, cita então uma passagem da Bíblia, ao colocar a necessidade “de seguir o exemplo de Moisés, onde Deus ensinou o povo a lutar pelos direitos”. E que entre os geraizeiros, têm também os seus heróis, e citou o Arcilo, liderança geraizeira que inspirou a muitos.

Arcilo que foi uma pessoa que nos inspirou muito para a luta¹⁴¹. O nosso compromisso mesmo é com essa defesa do cerrado, o nosso compromisso mesmo é com o território. Essa é a demanda do movimento, quando fala em movimento a gente fala em todas as regiões que estamos em luta pela terra.

A gente tem uma história é com o enfrentamento, às vezes com organização, às vezes com luta, às vezes com medo também, a gente tem que se encorajar. Muitas vezes eu deixo uma mensagem para todos os companheiros, que na maioria das vezes as pessoas estão indo à igreja pedir a Deus que alguém lute pra ele. Às vezes a gente faz muito compromisso pra Deus, mas Deus nos ensinou tudo, a gente tem que lutar, somos nós, não esperar ninguém, a luta é nossa, Deus ensinou lutar contra nossos inimigo sim (Orlando, geraizeiro, 2017).

Hilário explica que o apelido de Orlando é “Orlando Vilas Boas” pelo empenho que o movimento geraizeiro vem fazendo pelo direito ao território dos povos tradicionais. Os geraizeiros continuaram a se apresentar, o jovem Valdir da Comunidade de Água Boa, Rio Pardo de Minas, onde conquistaram a criação da RDS Nascentes Geraizeiras; a jovem Mara, da comunidade de Moreiras, Rio Pardo de Minas, que fazem o enfrentamento à siderúrgica Gerdau através da demarcação do território da comunidade; o José Rodrigues, da comunidade de Vereda Funda, que conseguiram a homologação de parte do território como Projeto de Assentamento Agroextrativista Veredas Vivas. Antes de terminar as falas dos geraizeiros, Orlando pediu a palavra para explicar a necessidade da Articulação Rosalino tomar as decisões de forma bem discutida e de garantir os seus encaminhamentos.

A conversa teve continuidade, agora com comunidades que compartilham uma fronteira comum com os geraizeiros, as comunidades caatingueiras, muitas vezes de forma entrelaçada. Vivem nos sopés da Serra do Espinhaço que, na região, é conhecida como Serra Geral. É a primeira vez que participam da Articulação Rosalino. A primeira a se apresentar foi Eva. Ela é uma das representantes das comunidades caatingueiras no CNPCTs, recentemente eleita. Ela abordou a realidade vivenciada pelos catingueiros, que já tiveram muita fartura, muita produção e a chuva que, mesmo escassa, garantia os alimentos. E que as mudanças climáticas estão afetando a vida dos catingueiros, deixando-os sob risco de não mais conseguirem sobreviver.

¹⁴¹ Arcilo, liderança geraizeira, em vida morador da comunidade de Vereda Funda, teve um papel importante na construção da resistência dos geraizeiros para a conquista do território que foi homologado como Assentamento Agroextrativista Veredas Vivas.

Nós estamos vendo o pessoal não dar mais valor para as matas nativas como antes. Mas hoje assim a gente tem visto a mudança climática a cada dia pior, está muito quente, o desperdício de água, o desmatamento, contribuindo para a produção aquelas pequenas produções que a gente tem só para a própria sobrevivência. Então essa mudança climática está agredindo muito e o homem está bem pior, cada dia mais destrói, não está valorizando nem a si próprio. Porque, se valoriza-se a si próprio ele valorizaria o que temos que é as nossas terras e águas (Eva, caatingueira, 2017).

Junto com Elza, veio o sr. Antônio, eleito suplente dos caatingueiros na CNPCT. Além de representante dos catingueiros, ele faz parte do movimento sindical dos trabalhadores rurais. Ele reforçou a fala de dona Eva e fez a comparação do que observou na terra indígena comparando com a degradação das áreas onde vivem os catingueiros.

Sou de uma família de agricultores eu e meus familiares, a gente vê que, a cada ano que passa, a situação vem se complicando ainda mais, eu me lembro do tempo de criança, meu avô, meu pai, produziam arroz. Hoje, vindo pra cá, eu vi uma roça de arroz ali, até comentei que há tantos anos eu não via uma roça de arroz. Nos últimos cinco anos nem o milho que a gente produzia não produziu mais, está cada dia pior e a devastação ambiental está muito grande na região. A gente não vê mais essa preservação que tem aqui, essas matas que tem aqui no território indígena, está muito bem preservada. Lá só vê terra assoreada e erosão para todo lado, os rios que tinham na região, que corriam até na época da seca, hoje até no período chuvoso e o rio não tem, está seco e totalmente assoreado. (...) Isso é muito preocupante e, além disso, está muito difícil ser produtor rural, pequeno produtor, a gente não vê perspectiva nenhuma do jovem ficar na roça porque não tem condições nenhuma de sobreviver nessa conjuntura que está aí. Daqui a pouco não vai mais ter agricultor familiar na região porque não tem mais condições (Antônio, caatingueiro, 2017).

Em seguida, saindo dos representantes que vivem nos sopés da Serra do Espinhaço, a palavra foi dada para uma jovem que veio da região da Serra do Espinhaço, no entorno de Diamantina. Ela se apresentou como Eliad, da comunidade Quilombola de Raiz (município de Presidente Kubitschek) e também como “Apanhadora de Flor”. Ela observou que ao escutar a história contada pelo cacique Domingos, viu que a história deles é a mesma que os índios enfrentaram. E falou da luta que estão promovendo através da CODECEX, lembrando a contribuição da Articulação Rosalino e a dos indígenas que foram lá apoiar a retomada das áreas de coleta que tinham sido expropriadas pelo ICMBio.

Os apanhadores de flores são um povo que sempre viveu da colheita de flores sempre-viva, nós coletamos mais de 90 espécies de sempre viva por ano, somos aqueles trabalhadores que saem de manhã e voltam à noite. Então, um tempo atrás, chegaram os fazendeiros com a monocultura de eucalipto de um lado, e do outro foram instalados os parques que, dizem os governos, que é de preservação do meio ambiente. Assim, essas pessoas estavam ameaçadas pelos parques e pela monocultura de eucalipto, e a gente nunca sabia o que fazer. Nós fomos até nos encontrar com a CODECEX, que é a Comissão em Defesa dos Direitos das Comunidades Extrativistas. A CODECEX buscou outros apoios, assim chegou no CAA e na Articulação

Rosalino. Aí a gente conseguiu avançar mais na caminhada. Só lembrando que, aonde é instalado o parque, as pessoas não podem mais coletar, elas tomam a coleta delas, já aconteceu casos das pessoas irem coletar e o guarda estar lá com arma na cabeça das pessoas, prendendo os trabalhadores, pais de família.

Então, a nossa luta é transformar esse parque em uma RDS¹⁴². Onde as apanhadoras vivem, as pessoas conseguiram entrar em grupo para fazer a coleta, foi com a Articulação Rosalino, os indígenas daqui foram lá nos apoiar¹⁴³. (...) E aonde a gente busca força? Com esse povo, a gente vem aqui e um dos principais exemplos nosso é o povo Xakriabá, são os povos quilombolas que já conseguiram o território de volta. Estamos aqui diversos povos aqui. (...) Então a gente está aí na luta, eu vou reforçar que a gente está aí lutando e por isso a gente faz parte da Articulação Rosalino, porque a gente sabe que aqui a gente vai encontrar caminhos para essa luta, que a gente vai ser guiado pelos guerreiros (Eliad, apanhadora de flor, 2017).

A palavra agora desceu as serras, cruzou as chapadas, as planícies drenadas pelo rio São Francisco, subindo para os planaltos sanfranciscanos que encontram-se à margem esquerda do rio São Francisco. Região tomada pelas veredas, onde vivem as comunidades de veredas ou veredeiras. Eles fazem fronteira com os Xakriabá. Jaime se apresentou, dizendo que é veredeiro de Distrito de São Joaquim do Município de Januária, e que também faz parte da Articulação Rosalino.

A Articulação Rosalino para nós os veredeiros da região, foi de grande importância porque nós não conhecíamos os nossos direitos, e a partir de quando conhecemos nossos direitos começamos a lutar por eles.

O mais importante do reconhecimento dos nossos direitos é que a gente passa a respeitar os direitos dos outros, e então hoje a gente tem uma boa educação do campo, e através dessa educação que a gente foi conseguindo organizar uma comissão dentro das comunidades que envolvem hoje sete associações. Através dessa comissão a gente conseguiu combater as queimadas do local, porque as queimadas estavam devastando muito o nosso ambiente, e a nossa luta lá é a gente arrumar a terra da empresa PLANTAR.

Essa empresa foi chegando, foi tomando conta das áreas todas para plantar o eucalipto, vinha dizendo que nosso povo ia ganhar dinheiro, era uma forma de nós ganharmos muito dinheiro e aí o que vimos é que nós fomos perdendo, houve muitas perdas da fauna, da flora, nossas abelhas nativas, a gente perdeu várias abelhas nativas. (...) Como falei, a nossa luta lá não é diferente da dos outros, é bem parecida. Não ficamos parados. A gente, no dia 29 de setembro de 2014, a gente fez a reforma (retomada) lá na área da Plantar e aí, após oito dias que a gente estava lá acampado, chegou um indivíduo lá efetuando alguns disparos de arma de fogo. Depois a gente mandou o pessoal afastar e ficou só eu e mais três companheiros lá no acampamento. (...) Já participamos de duas reuniões com a promotoria de Montes Claros e depois mais duas com a promotoria de Belo Horizonte e aí estamos na luta esperando a próxima reunião, pois eles ficaram de fazer a entrega da área da terra e a gente tomar posse (Jaime, veredeiro, 2017).

Das regiões de veredas e chapadas, acima da Terra Indígena Xakriabá, chegamos agora até as vazantes do rio São Francisco, onde vivem centenas de comunidades e de famílias que

¹⁴² Reserva de Desenvolvimento Sustentável.

¹⁴³ Lembra uma movimentação que ocorreu e que foi possível porque a Articulação Rosalino enviou para lá muitos outros extrativistas, entre esses uma comitiva de jovens índios guerreiros, quando conseguiram realizar de forma coletiva a “panha” das flores, depois de muitos anos de proibida.

vivem no rio e do rio. São os vazanteiros, também pescadores, que vivem da agricultura de lameiro, da pesca do rio, e da agricultura do alto. Ou, como fazem hoje, muitos também com uma casa em Itacarambi, em Matias Cardoso, Januária, Pedras de Maria da Cruz ou Manga. O Gilberto se apresenta como vazanteiro e quilombola (identidade que foi estudada por Araújo, 2009) da comunidade de Praia em Matias Cardoso.

Vim aqui hoje, já vim umas três vezes aqui, e fico muito triste e no mesmo tanto a gente se alegra por que vemos falar de um herói, um dos nossos antepassados que foi a pessoa que realmente trouxe o desenvolvimento e a cultura para que nós hoje possamos respirar, pelo menos mais aliviado.

Mas é preciso acontecer uma desgraça com alguém para que alguém se alegre futuramente. Então nós hoje que vivemos nas beiras do rio São Francisco. (...) Em 2003, Lula assinou o decreto e, graças a Deus, a gente veio, de lá para cá fizemos uma associação quilombola, e realmente ela veio desenvolver através de um nome, e qual é esse nome? Articulação Rosalino que eu conheci através do seu Hilário e do seu Braulino, que foram "afrentiando" com esse nome.

Esse nome trouxe um progresso muito grande para todas as comunidades, eu mesmo me senti um cálice, como símbolo dessa articulação Rosalino. Então hoje eu fico muito feliz de ver o Cacique Domingos que está aqui falando, e também o prefeito Zé Nunes, falou muito bem, claro. (...) E a gente fica felicíssimo de ver a comunidade andar junto porque, para mim, o Xakriabá é um modelo aqui, hoje, no norte de Minas, pelo menos têm pessoas que se identificam com as pessoas daqui, com todos os dias está com a luta dos mais carentes. Se todos os dias se a gente tivesse no nosso município, é prefeito, vereadores, voltado ao desenvolvimento social do povo, nós teríamos outra história. Porque a semente da Rosalino, ela tem dado muitos frutos, e todas essas pessoas que faz parte daqui (do evento que estamos celebrando), são como Rosalino, a semente dessa articulação (Gilberto, quilombola, 2017).

Gilberto lembrou que entre os quilombolas vazanteiros tem também uma pessoa que foi desbravadora e que morreu recentemente, o seu Jesuíto¹⁴⁴ - “Deus levou ele, mas foi uma pessoa desbravadora, que teve na Articulação Rosalino com nós e trouxe muito progresso. Eu aprendi muito com ele”. Daqui em diante, do rio e adentrando nas planícies sanfranciscanas pela margem direita, as fronteiras hoje estão muito mais misturadas, mas antes, desde o rio até as encostas das serras ou em até suas partes mais altas, no vale do Verde Grande, Vale do Gurutuba, do Arapuim, entre outros, só moravam a gente negra, branco não podia pisar lá, principalmente na época das águas. A febre tomava conta, a malária matava os brancos.

¹⁴⁴ **Jesuíto Gonçalves foi uma referência como intelectual nativo ao desvendar a tradição quilombola em sua comunidade e em muitas outras. Morador** das vazantes do São Francisco, ele veio muito novo com os pais e parentes fugidos da seca que alastrou pelo rio Gurutuba. O autor escreveu assim na ocasião de sua partida: “Entre as muitas escolas que passou, sempre estudante e professor, com o antropólogo Joba fez a primeira reconstrução da compreensão da história de seu povo. Assumiu sua identidade como quilombola, vazanteiro, pescador e, antes de tudo, como lavrador, posseiro de sua terra. A partir daí, não parou mais. Fincou a bandeira da liberdade no Quilombo da Lapinha, enfrentou o IEF com sua lógica conservacionista dos interesses empresariais, denunciou a enorme devastação do Projeto Jaíba, contribuiu na construção dos Vazanteiros Em Movimento e da Federação N’Golo.

Em seguida o seu Juraci se apresentou, ele é um dos descendentes dos Posseiros de Cachoeirinha que sofreram despejo em 1964 e depois outro em 1967. Juraci se apresenta como representante da comunidade Quilombola Nativos do Arapuim, município de Verdelândia. Faz divisa com São João da Ponte, ficamos perto de Brejo dos Crioulos. Comenta a importância da assessoria jurídica que foi prestada pela Articulação Rosalino, “o que nos deu a oportunidade de nós estarmos aqui na comunidade hoje”. Ele disse que em 2004 fizeram a primeira retomada e, de lá para cá, já foram despejados mais de 5 vezes. Mas, sempre retornam. No entanto, em 2014, sofreram uma grande violência que ficou marcada como “o massacre dos Nativos do Arapuim”.

Enfrentaram o fazendeiro que se armou com 12 pistoleiros que, encapuzados, chegaram ao acampamento da retomada atirando, promovendo torturas e destruição dos barracos e dos alimentos. A violência foi tanta que alguns quilombolas ficaram com bala no corpo, outros de raspão, mulheres agredidas, uma delas levou uma bala no queixo. E o caso mais grave foi de um vereador que sempre apoiou a comunidade, conhecido como Zé Gato. Ele levou um tiro no braço, atingiu uma veia e com a demora para ser atendido, ficou com sequelas e sofreu por seis meses, até que não resistiu e veio a falecer. Foram muitas as retomadas:

O pessoal estava para desistir da luta porque viu que o que aconteceu, viu que precisava de muita força, de muita coragem para estar lá, mas mesmo assim a gente retomou a luta, e a liminar veio, e nós saímos outra vez, e depois retomou de novo, e depois nós tornamos a sair, e com mês nós retornamos de novo e estamos lá! (...) Quero também agradecer a Rosalino por estar representando a nossa comunidade lá, porque a gente ficou há muito tempo lá, muitos anos sozinho e aí apareceu a Rosalino que está dando esse apoio para nós lá, e se não fosse a Rosalino nós estávamos pior, nós não tínhamos saída, não tinha terra e nem produção. Hoje estamos, graças a Deus, com esse território demarcado, já está demarcado. O INCRA chegou por perto lá e fez toda a medição, a gente está numa felicidade, agora a medição está pronta e até meio desse ano então vai ser publicado o laudo, com certeza o território vai estar demarcado (Juraci, quilombola, 2017).

Juraci relata o apoio recebido da Articulação Rosalino e cujo desdobramento viabilizou o relatório antropológico e os estudos que estavam subsidiando o RTID (O relato de seu Juraci encontra-se no Anexo 03).

Antes de finalizar a fala de apresentação dos representantes da Articulação Rosalino, Gilberto quilombola vazanteiro retomou a palavra, tinha que explicar melhor o contexto da luta deles na comunidade de Praia, município de Matias Cardoso. Ele explicou a grilagem das terras no início nos anos 1960, onde um dos beneficiários foi o Assis Chateaubriand, um magnata das comunicações no Brasil que foi dono dos Diários Associados. Ele teve o maior conglomerado

de mídia da América Latina, que em seu auge contou com mais de cem jornais, emissoras de rádio e TV, revistas e agência telegráfica.

Enfrentamos gente difícil, então eu acho que foi justo, com nossa comunidade, a iniciativa da retomada do território nosso, e nessa retomada a gente começou, está lá até hoje, graças a Deus, a gente nunca foi retirado, a justiça, fomos na negociação, já pediram para gente fazer retirada, mas graças a Deus não conseguiram, e a gente venceu, mas nesse intervalo, a gente lutou juntos.

Nós temos a lei, que na constituição fala, no artigo 68 das Disposições Transitórias, e nós, baseado no que acredita, não arredou o pé de lá. (...) A única entidade que juntou, o seu Braulino junto com o Hilário, fomos juntos pra Belo Horizonte, em Brasília, o Hilário me levou e me pediu para eu ir lá e falar com o pessoal do Acampamento Terra Livre, ele pediu pra gravar junto mais os índios. (...) Eles (os Xakriabá) foram lá também, foi onde que a gente teve a primeira reunião lá com a Articulação na comunidade de Praia. Foi de forma honrosa. Então eu acho que todo mundo que está aqui são pessoas que vão fazer valer os nossos direitos. (...)

Você pega a bandeira do Brasil e vê que está escrito “Ordem e Progresso” certo? Mas infelizmente, no nosso Brasil, só tem ordem, mas cadê o progresso? Está onde? Eu só vejo lá ordem, mas o progresso eu não enxergo não (Gilberto, quilombola, 2017).

Depois dessas conversas, o Domingos retomou a palavra, reforçando a necessidade de usar também outras ferramentas na luta, a da caneta, a da inteligência para fazer frente nesta luta pelos direitos dos povos. A palavra foi dada para a Zilah que fez uma síntese do que foi o dia. No dia seguinte, o encontro teve continuidade com a discussão sobre o tema território e das mudanças climáticas. Foi o cacique Domingos quem propôs tratar desse tema uma vez que ele vem participando, juntamente com o Pataxó Rodrigo, do Comitê Indígena de Mudanças Climáticas - CIMC. O terceiro dia foi dedicado para lembrar os trinta anos do Massacre Xakribá. É o que veremos a seguir.

A Celebração dos Mártires

O dia doze de fevereiro de 2017 caiu em um domingo e, nesse dia, o Povo Xakriabá celebrou os 30 anos do que ficou conhecido e reconhecido como o “Massacre Xakriabá”. Trinta anos atrás, às duas horas da madrugada do dia 12 de fevereiro de 1987, um grupo de 16 jagunços a mando de fazendeiros, invadiu a posse onde o Cacique Rosalino vivia com a sua família. Após um intenso tiroteio, ele e as lideranças Manoel Fiúza e José Teixeira foram assassinadas. Domingos e José Nunes, filhos de Rosalino e na época com 11 e 12 anos, assistiram ao crime. Em 2004, Domingos foi eleito cacique pelo Povo Xakriabá em substituição ao Cacique Rodrigo falecido recentemente. E José Nunes foi eleito prefeito de São João das Missões, município onde está localizada a maior parte das terras Xakriabá.

O dia em que se ia celebrar os “trinta anos do massacre Xakriabá” amanheceu com o céu nublado. Na estrada de terra que ia em direção à Tapera de Rosalino uma grande procissão de gentes ia a pé, seguido por um séquito de motos, carros, charretes e cavalos de montaria. Pela expressão das pessoas que iam passando, mulheres de mãos dadas com filhos menores, rapazes em cima de motos, senhoras e senhores montados em seus cavalos, seguiam, de uma maneira geral, mais silenciosos. Iam conversando em pequenos grupos, ouvindo de longe o carro de som. Era um dia enevoadado a quase ameaçar chuva. Eram muitas gentes, centenas, talvez um milhar.

Estávamos aproximando do local onde há trinta anos ocorreu o “massacre”. Ao chegar pela estrada em frente à entrada da antiga posse da família de Rosalino, uma faixa com os dizeres “Sejam Bem-Vindos” recebiam os peregrinos que circulavam em meio às dezenas de motos estacionadas e grupos dispersos de mulheres, crianças, idosos e jovens. Ao adentrar na área, em seguida na tapera¹⁴⁵ do que tinha sido a residência da família de Rosalino em vida, uma multidão de pessoas multicoloridas estava misturada em meio a cartazes, faixas e bandeiras. Ao centro via-se o cemitério com três cruzeiros, a do centro maior, cercado com cinco fios de arame liso e relativamente frouxos. Registro aqui a primeira impressão que me marcou forte nesse momento: a vitalidade expressa na natureza, que parecia brilhar junto com as pessoas que ali estavam¹⁴⁶. Tive dificuldade para encontrar os participantes do Encontro da Articulação. Via-se um sem número de grupos de índios e índias que estavam com os corpos pintados, paramentados para esse momento, misturados com diversas pessoas em meio à mata que tinha em volta, alguns destes, de forma isolada ou em pequenos grupos, fumando cachimbo e soltando fumaças.

De repente, começa-se a ouvir o bater do chocalho entoado com canções e uma enorme fila de pessoas, em forma de cordão, vai se formando seguindo, inicialmente, pelo terreiro e, em seguida, entrando na mata a partir da margem direita do terreiro, no sentido anti-horário¹⁴⁷, e quanto mais se adentrava pela mata mais a roda crescia. Nesse momento percebi que a maioria das *antenas* tinha entrado na grande roda do Toré. Fiquei na praça acompanhando, observando os que ficaram, mulheres com crianças, alguns adultos e idosos, a maioria no

¹⁴⁵ Tapera é uma palavra originária do Tupi e significa aldeia abandonada, habitação em ruínas. Fonte: www.dicionariotupiguarani.com.br/dicionario/tapera/. Refere-se portanto, ao conjunto de edificações que foram abandonadas pelos indígenas que ali viviam.

¹⁴⁶Enfatizo esse aspecto porque não foi a primeira vez que passei por ali. Há dois ou três anos, ao passar em frente à área ela pouco diferia das outras.

¹⁴⁷É interessante observar que em quase todas as danças sagradas do mundo o sentido é o anti-horário. De acordo com Caroline de Miranda Borges (2013), esse sentido pode estar relacionado com a abertura da brecha entre sagrado e profano, simbolizando a volta à origem.

terreiro em volta do cemitério, outros na entrada ou nas proximidades da tapera. Cerca de uma hora depois ouvia-se apenas o som dos chocalhos e das cantigas que vinha do meio da mata. Então, a roda emerge no outro lado do terreiro, na margem esquerda, como que fechando o círculo na margem direita e se dirigindo para a tapera. Pareciam um povo só, com as canções mudando à medida que se aproximavam da tapera. Cantam e rodam no entorno da tapera também no sentido anti-horário. Um primeiro grupo de indígenas, comandado pelo pajé, entra na tapera, inicia um ritual, enquanto crescia o volume das canções e dos chocalhos dos que dançavam em volta. Era grande o número de crianças e jovens, rapazes e moças que participavam do Toré, a grande maioria pintados, com colares e cocares na cabeça, enquanto dentro da tapera o ritual prosseguia com as lideranças mais velhas e familiares de Rosalino, Manoel Fiúza e Zé Ferreira. Após algum tempo o Cacique Domingos aparece no portal e recebe o padre que iria celebrar uma missa no altar que tinha sido instalado em frente ao cemitério. O cacique Domingos traz consigo um cocá de penas azuladas e amarra em volta da cabeça do padre. E entra com ele para a Tapera.

Após alguns minutos as lideranças, juntamente com o Padre, saem da tapera e se dirigem, em forma de um cordão, cantando e batendo chocalho, em direção ao cemitério e para o altar onde a celebração teria continuidade com a reza da missa. O cacique Domingos pega o microfone e, pela primeira vez, se ouve sua fala de forma pública nesse dia. Já são mais de duas horas da tarde. Ele diz na abertura da celebração:

Aqui jaz Rosalino, Manoel Fiúza e Zé Teixeira e está completando hoje 30 anos de martírio, de massacre, onde eles foram, juntamente nesse local, brutalmente assassinados em prol da luta de nosso povo, em prol da defesa de um pedaço de chão, para que o nosso povo pudesse ficar livre para sobreviver (Cacique Domingos, 2017).

A celebração tem início comandada pelo padre, durante a celebração é dada a palavra aos jovens, um geraizeiro e uma Xakriabá, que leem a carta intitulada: Os povos tradicionais falam! Carta do II Mutirão da Articulação Rosalino de Povos e Comunidades Tradicionais à sociedade brasileira e internacional. Nessa carta analisam o contexto da negação de direitos dos povos indígenas e tradicionais:

No momento em que fazemos memória dos 30 anos dos mártires da Terra Indígena Xakriabá; no momento em que a Articulação Rosalino se apresenta como uma frente de defesa dos povos tradicionais em uma conjuntura de ataque e negação de seus direitos; no momento em que a região sofre com o agravamento dos efeitos das mudanças climáticas, intensificadas pela lógica desenvolvimentista predatória dos grandes projetos, reafirmamos nosso compromisso com a luta pela libertação dos territórios e pela construção do bem-viver (CARTA OS POVOS TRADICIONAIS FALAM, 2017, p. 1, em anexo).

Mais adiante a Carta denuncia o clima de insegurança que permanece mesmo passados trinta anos do massacre: “Passaram 30 anos do Massacre, mas até hoje as nossas lideranças continuam sob ameaça, na insegurança, tendo que recorrer às instâncias de proteção dos direitos humanos (CARTA OS POVOS TRADICIONAIS FALAM, 2017, p. 1). Denuncia também a omissão do Estado frente à degradação ambiental e climática que atingem, em particular, os povos tradicionais:

No contexto das mudanças do tempo, os povos indígenas denunciam sua exclusão do processo da construção das políticas de Estado e a priorização de propostas direcionadas ao agronegócio e ao grande capital. E demandam a construção de políticas e programas que incentivem as comunidades a se prepararem e prevenirem para as graves consequências da degradação ambiental e climática que incidem sobre os seus territórios (CARTA OS POVOS TRADICIONAIS FALAM, 2017, p. 2, em anexo).

A carta finaliza anunciando a importância da contribuição dos territórios tradicionais e os modos de vida associados na luta pelo equilíbrio climático.

De Nativos e de Caboclos

Os três dias que passamos na Terra Indígena Xakriabá foram significativos, permeados por momentos de lazer e de muita conversa que acontecia fora dos espaços de reunião. O primeiro dia foi dedicado à apresentação e fala dos *nativos*, ou no dizer de outras das lideranças da Articulação, de fala dos caboclos. Os termos *nativo* e *caboclo* são muito utilizados por eles quando se referem, no conjunto ou em particular, sobre quem são.

O termo *nativo* como referência às pessoas do lugar, a primeira vez que o escutei e que ficou gravado na minha memória foi quando fomos¹⁴⁸, no ano de 2001, pelo CAA e a convite do STR de Porteirinha, fazer um trabalho de elaboração de um Plano de Desenvolvimento de Assentamento no PA¹⁴⁹ Califórnia, atualmente município de Pai Pedro. A elaboração do PDA apontou que estávamos em meio à uma comunidade quilombola, o que posteriormente foi confirmado com a elaboração do Laudo Antropológico do Gurutuba realizado por Aderval Costa Filho.

Em seguida ao estranhamento por estarem chegando lá dois *brancos*¹⁵⁰ em um grupo no qual todos eram negros, rapidamente nos enturmamos após ter sido oferecido farinha com

¹⁴⁸ Eu e o outro técnico do CAA, João Silveira D’Angelis Filho.

¹⁴⁹ Projeto de Assentamento.

¹⁵⁰ Não foi a primeira vez que me senti branco no meio de uma comunidade negra, mas onde para mim a diferença tenha ficado mais evidente, o que pode ter sido corroborado pelo fato mesmo da dificuldade para chegarmos até lá. Saímos de Porteirinha cerca de 10 horas da manhã com poucas indicações de como chegar ao assentamento. Tínhamos marcado que estaríamos lá às 14 horas. Só conseguimos chegar por cerca de 20 horas. Perguntamos onde ficava o Assentamento Califórnia, eles muito desconfiados, falaram que era ali perto e perguntaram o motivo.

sardinha e uma dose de pinga para “descer”. Curiosos, começamos ali mesmo a busca para compreender quem seria aquela comunidade com quem trabalharíamos nos próximos três dias¹⁵¹. Perguntados sobre os primeiros moradores, de onde teriam vindo, afirmaram com muita convicção: nós somos *nativos*. Pela memória, todos se afirmavam serem descendentes do lugar. Antes deles mesmos, só os índios “tapuios”¹⁵². Não muito distante do Quilombo do Gurutuba, ao longo rio Arapuim, afluente do rio Verde Grande em sua margem direita, uma comunidade que vem lutando há muitos anos pelo direito de ficar no lugar, reconhecidos também como descendentes dos “posseiros de Cachoeirinha”¹⁵³, também se afirmavam como *nativos* que, segundo Greiciele Soares da Silva (2017), assim autodenominados no sentido de pertencerem à região desde o nascimento e, assim, reconhecerem-se como os herdeiros do território.

Essa noção de *nativo* que parece se misturar ao que é próprio do lugar onde nasceu, mas, também, como se fosse uma origem natural do lugar levando, talvez, até a uma indiferenciação nas relações com o mundo natural. Relações que, para Viveiro de Castro (1996), dependem, essencialmente, de um ponto de vista que tem relação com a posição que um ou o outro ocupa. Noção de *nativo* que é diferente das descrições que se fazem de outros, creditando-os como *nativos*, como os fazem os antropólogos ao construírem identidades quando descrevem uma tribo seja indígena, africana ou asiática. Zarur (2015) nos diz que essas identidades construídas, ao se deparar com o outro e categorizadas como *nativas*, “são identidades imaginadas pelo antropólogo, nem sempre compatíveis com as identidades imaginadas pelos *nativos* para si mesmos” (ZALUAR, 2015).

Temos então, em frente, pelo menos três perspectivas de *nativos*: uma primeira, que são os que se afirmam como *nativos* por eles mesmos e se jogam no campo de forças pela disputa do reconhecimento como sujeitos de direito, no caso, do acesso à terra; uma segunda, que aponta para uma perspectiva ontológica de uma cosmologia própria e que se aproxima das cosmologias ameríndias, em nossas origens gentes, bichos e plantas somos todos comuns; e uma terceira, que povoa as mentes dos antropólogos que, ao analisar os outros, objetiva-os

Explicamos que tínhamos vindo indicados pelo Sindicato de Porteirinha para uma reunião no assentamento. Então eles falaram, é aqui mesmo. Estávamos esperando por vocês desde as 14 horas.

¹⁵¹ Nessa comunidade o CAA trabalha até hoje, reconhecida como Quilombo do Gurutuba, cujo território encontra-se em processo de regularização.

¹⁵² Segundo João Batista de Almeida Costa, nessa região, quando falam de índios tapuios estão falando de negros que viviam como índios.

¹⁵³ O “posseiros de Cachoeirinha” é tido como um dos conflitos de terra mais longos na história recente do Norte de Minas, tendo iniciado o primeiro confronto em setembro de 1964 e perdura até hoje. Lutas que desdobraram na criação de 14 assentamentos e 3 acampamentos entre os municípios de Verdelândia e Varzelândia (MONÇÃO, 2009) e, paralelamente, na constituição de 4 comunidades quilombolas, entre estas a de Brejo dos Crioulos.

como nativo e, ao fazê-lo, advém daí uma hierarquia, o poder de definição, de um que define o outro, quem e como é o outro.

Já, o termo *caboclo*, tem uma outra conotação. Um dia, fazendo uma viagem para uma reunião convocada pelos quilombolas das planícies sanfranciscanas, na cidade de Verdelândia, antiga Cachoeirinha, eu perguntei para Braulino sobre o entendimento de caboclo. Ele me falou

Eu coloco que é caboclo é aquele cara, ele é nativo. Ele subiu na vida trabalhando, é a liderança hoje, mas ele não está na faculdade, ele não é um doutor. É aquele cara que é caboclo, é doutor sem ter o diploma na mão. (...) Ele continua sendo caboclo, lutando, não tem vergonha de chegar e falar em qualquer reunião da maneira que ele fala. Porque para o caboclo é você que tem que me entender, e não eu entender você. O caboclo, ele não tem vergonha de chegar na frente de qualquer autoridade e falar. Você me entende porque você foi na faculdade e pode ser meu professor. Eu digo, eu estou falando é para o meu povo. Essa é a pessoa que eu chamo de caboclo (Braulino, em 2017).

Vemos, a partir dessa narrativa, pelo menos duas questões que merecem reflexão. A primeira é a utilização do termo *caboclo* como fazendo referência àquele nativo que se impõe ao outro que não é nativo, que não tem vergonha do seu jeito de falar, que tem uma compreensão própria de mundo, que fala em qualquer reunião ou para qualquer autoridade do seu jeito, na maioria das vezes sem nunca ter passado pela escola. Mas que sua fala é compreendida pelo seu “povo”. Sendo esta a segunda questão a ser refletida: a categoria povo, como ela é entendida ou construída pelos nativos que vêm se afirmando como *caboclos*.

Para Braulino, um *nativo*, ele é *caboclo* quando enfrenta o mundo dos *brancos* e assume uma importância que o qualifica como uma liderança através da conquista de espaços pelos aprendizados que vai tendo na vida. E não pelos diplomas que caracteriza a distinção de classe na sociedade capitalista ou, melhor, na sociedade ocidental. Um aspecto ressaltado nessa narrativa é a importância da fala sem se submeter aos códigos da erudição da sociedade envolvente, no caso, *branca* como diferente da sociedade dos *nativos*, jogando em um campo de forças onde a obrigação do entendimento passa a ser obrigação do outro, daquele que estudou, que fez a faculdade.

Na narrativa percebe-se uma insubordinação frente ao que se poderia considerar como sociedade envolvente. Como que indo na contramão de análises que se faz do campesinato, por muitos denominados de sociedades parciais, cuja distinção está relacionada com o caráter da relação que os grupos estabelecem com a sociedade envolvente, em grande medida por relações de submissão (WOLF, 1976). Para Wolf, o que marca a formação camponesa é a relação de subordinação com o mundo exterior, com a sociedade envolvente, se analisarmos a narrativa

na qual entra no cenário a perspectiva da identidade, posta pelos *nativos* que se afirmam também como *caboclos*, estamos em frente a uma diferenciação socialmente construída.

Tomaz Tadeu da Silva (2005) analisa a afirmação de identidade como um processo de diferenciação, que demarca a relação com o outro, sendo que nesse caso, essa afirmação tem como vetor de representação a fala. Segundo Kathryn Woodward (2005), as identidades são construídas por sistemas de representação e adquirem sentido através da linguagem e dos sistemas simbólicos com que são representadas. Sendo a identidade e a diferença uma relação social, pode-se afirmar que existem aí relações de poder. São essas relações de poder e da representação que vão definir o que é incluído e o que ou quem é excluído, através de vetores de força que produzem hierarquias, que classificam. São relações de poder que produzem diferenciação, que classificam e atribuem valor a distintos grupos (WOORDWARD, 2010; SILVA, 2010). Nessa primeira aproximação, poderíamos dizer que estamos também em frente à processos de reconfiguração de poder de setores da sociedade, até então considerados sem distinção frente à sociedade envolvente.

Associado a essa afirmação identitária, merece reflexão também a forma enfática como é colocado o ensino formal que leva à cristalização da força de uma sociedade que se faz por pessoas formadas “pela faculdade” e não “pela vida”. Analiso que essa forma enfática com que Brulino confronta o saber tradicional da vida com o saber oriundo da academia, dos doutores que se formaram em quatro paredes, ou seja, o conhecimento científico, tem relação com o confronto há muito estabelecido pela lógica desenvolvimentista advinda com a modernização do campo¹⁵⁴ que desestruturou e expropriou as lógicas das comunidades nativas, de seus saberes e fazeres, transformando-os em incapazes e menos eficientes:

Os saberes e fazeres típicos da região foram então, mais do que nunca, representados socialmente como símbolos de atraso e de ineficiência, ou como produtos do conhecimento popular, não científico e racional, incapazes de dar conta da produção na escala exigida pelo mercado, e por isso mesmo considerados menos eficientes (QUERINO, 2006, págs. 163-164).

De certa forma, caboclo, como o é utilizado pelos integrantes da Articulação Rosalino, é uma ressignificação do termo que surge como forma de insubordinação àqueles que passam a desqualificar as comunidades nativas. Diferente do caboclo como analisado por Roberto Cardoso de Oliveira (1996) ao estudar a relação entre índios e brancos na região do Alto

¹⁵⁴ Para Augusto José Querino (2006) a modernização do Norte de Minas tem uma de suas fases ainda na década de 1920 e está relacionada à ligação do Norte de Minas com a região Sudeste, através da ferrovia que atingiu a cidade de Montes Claros em 1926.

Solimões. Para o autor, a consequência direta dessa relação é a transformação do índio visto como integrado à periferia da sociedade nacional, uma mistura de bicho e gente, com a consciência transitando em relações ambíguas entre os ancestrais ou com a sociedade branca que os submete com toda a força: “O caboclo é, assim, o Tukúna vendo-se a si mesmo com os olhos do branco, isso é, como intruso, indolente, traiçoeiro, enfim, como alguém cujo único destino é trabalhar para o branco” (OLIVEIRA, 1996, p.117).

Deborah de Magalhães Lima (1999) analisando o uso coloquial do termo caboclo, afirma a complexidade e ambiguidade dessa categoria associada quase sempre a um estereótipo negativo. É um termo utilizado também na definição de camponeses amazônicos como distinção entre os habitantes tradicionais e os imigrantes recém-chegados de outras regiões do país. Ambas as acepções de caboclo, a coloquial e a acadêmica, constituem categorias de classificação social empregadas por pessoas que não se incluem na sua definição. Na Amazônia, é usada na representação de uma classe rural baixa em contraste com uma classe superior branca. E, como categoria relacional, o termo estratifica relações sociais assimétricas, de uma posição social inferior em relação àquela com que o locutor ou a locutora se identifica. A partir do contexto amazônico, da força da subordinação que persiste desse o período colonial associado ao termo caboclo, a autora alerta sobre o risco e a responsabilidade de utilizar esse nome em outro sentido como representação social. E explica porque:

Porque carrega a história colonial de subordinação, a palavra caboclo compromete o destino de uma população. O efeito do nome sobre a identidade é inegável - o nome condensa a própria essência da identidade. Aceitar o nome caboclo é aceitar a derrogação ... É, portanto, essa história da palavra caboclo que me faz refletir sobre a pretensão antropológica de subtrair sua carga simbólica consagrada pelo uso popular e supor que pode empregá-la com um novo sentido. Podemos falar em caboclo impunemente, atribuindo à palavra um significado neutro (e no caso pretender também o exercício da nomeação)? (LIMA, 1999, pg.28).

Nas incursões pelas territorialidades dos *Sete Povos*, coloquei em análise a noção que fazem sobre o entendimento do ser caboclo. Interessante é que há um realce na valorização da escola da vida. Esse foi um dos processos de aprendizagem que Augusto (2011) foi atrás em sua pesquisa de doutoramento. O de “aprender na prática”. Augusto destaca os aprendizados relacionados com “os saberes produzidos nos modos de participação dos sujeitos na luta social, apreendidos na trajetória de engajamento de lideranças camponesas” (2011:350). Não sem razão, Braulino reafirma um caboclo positivamente, “sem ir para a faculdade, dentro de quatro paredes e pegar um diploma, ele aprende aquela lição da vida”. Se ele não teve oportunidade, “ele vira doutor sem ter ido na escola, ele não abandona a luta por causa que ele não foi na

faculdade”. E reconfigura um posicionamento onde “a obrigação para entender o que o caboclo fala é do outro, que é estudado, não é dele, pois, o seu compromisso é de falar o que o seu povo entende.

O mais comum de escutarmos nas falas das lideranças da Rosalino, é a referência à categoria “povo” e esse é um conceito sob rasura, quando da incursão às territorialidades dos componentes da Articulação Rosalino Gomes. No sentido mais coloquial, o entendimento que se tem de “povo”, normalmente, faz referência à população de um Estado, entendendo aí como o conjunto de indivíduos que vivem sujeitos às mesmas leis e normas que regulam a constituição de um país, mesmo que aí possam estar convivendo culturas, línguas ou etnias distintas. Nas ciências sociais ou no campo científico, podemos estar falando tanto de classes sociais como de sociedade e seu emprego pode constituir em uma gama mais ampla de contextos se analisarmos do ponto de vista da política, da antropologia ou da geografia.

O conceito povo surgiu como sustentação de grupos sociais na defesa de seus territórios, como informado por Little (2002), no contexto das fronteiras em expansão e frente ao risco de usurpação por parte do Estado-nação. Em outro contexto, o conceito foi utilizado na lida com os grupos sociais que viviam dentro ou no entorno de unidades de conservação, mas com formas de uso dos recursos que se aproximavam de uma perspectiva de convivência com os ecossistemas.

Contrastando com essas perspectivas, depreende-se na maioria das falas, uma diferenciação quando se referem a uma comunidade específica ou quando se referem ao conjunto de comunidades da mesma categoria identitária. O mais comum de ouvir o termo comunidade tradicional é em referência à própria comunidade. E, cada vez com mais frequência utilizam o termo “povo” quando fazem referência ao conjunto de comunidades pertencente à mesma categoria. E utilizam o termo “povos” quando estão falando do conjunto das categorias identitárias, daí o termo que passou a ser utilizado e que se refere aos “*Sete Povos*, ou seja, às sete categorias étnicas que compõem a Articulação Rosalino: indígenas, quilombola, vazanteira, geraizeira, apanhadores de flores, veredeira e caatingueira. Mas pode ser também um conceito que explicita posicionamento de poder frente à sociedade abrangente, mas também podendo mascarar diferenças e contradições. O sentido que se percebe nas falas das lideranças e que, ao longo da construção da minha argumentação, passo a utilizar a denominação cabocla, os “Sete Povos”, como afirmado pelas lideranças da Rosalino, como um esforço de aglutinação de um campo mobilizado como um movimento social, cujos membros se afirmam como povos nativos em oposição aos que tentam seguidamente subjugar-los.

No capítulo a seguir apresento o resultado do percorrido nas sete territorialidades acompanhando as *antenas* da articulação em suas atividades e movimentações.

CAPÍTULO III - NAS TRILHAS COM OS SETE POVOS

Neste capítulo descrevo o resultado das incursões realizadas nas territorialidades dos “Sete Povos” onde vivem as *antenas*. A incursão às territorialidades constituiu momentos de vivência etnográfica atento às situações sociais em cada um dos lugares, às suas singularidades e também aos casos de interações ou de similaridades entre os grupos, em uma perspectiva sincrônica dos acontecimentos (FELDMAN-BIANCO, 2010). De um lado, vivenciando o momento com as lideranças em sua comunidade ou em seus locais de atuação. Contribuindo mais ou mesmo como era comum anteriormente aos estudos, aproximando-se daquilo que Bruce Albert denominou de “Pacto Etnográfico” a partir de sua convivência com os Yanomamis (KOPENAWA & ALBERT, 2015). De outro, aproveitando alguns momentos para a realização de entrevistas. Algumas delas aconteceram em momentos que estávamos viajando de um lugar para outro.

Tinha agendado ou feito uma pré-agenda com algumas das *antenas*, procurando acompanhar alguma iniciativa que estaria em andamento no período da incursão na comunidade. A incursão se iniciou em novembro de 2017 e terminou em julho de 2018. O recorte dos locais e comunidades foi em função do acompanhamento às antenas.

No dia três de novembro de 2017, saí de Montes Claros para o distrito de São Joaquim, município de Januária, onde mora o Jaime. Estava preparado para estar fora por duas a três semanas. Deveria chegar lá ainda na parte da manhã, pois no dia seguinte teria o 1º Encontro dos Veredeiros e Jaime tinha pedido para chegar em Poçozinho, onde seria o encontro, pelo menos um dia antes para estar junto na preparação final do evento. Saí pela BR 135 em direção à Januária. No caminho, parei em Mirabela para comprar as cadernetas de campo, cartazes, papel pardo, caneta hidrocor, entre outros apetrechos necessários ao trabalho de campo. Sempre andava por esses caminhos quase sempre apressado, quase sempre atrasado, quase sempre preparando a atividade que estaria envolvido a seguir no próprio trajeto. Relembrei um ensinamento do professor João Batista de Almeida Costa, naquela época meu tutor, quando iria fazer a minha primeira incursão em terras geraizeiras em 1997: despir-se, deixar para trás o eu que já conheço, que já sei, e ficar atento a tudo que estiver em volta como novidade, como se estivesse olhando pela primeira vez. Esse ensinamento foi importante para aquele momento, como continua sendo agora, acrescentando a tautologia: deixar para trás o eu, mas continuando com o eu “posicionado”. Posicionado porque agora, a minha entrada vai mediada pelo Jaime,

antena da Rosalino que se assumiu como veredeiro. Este para mim vai ser o desafio ao percorrer os “Setes Povos” pelas antenas da Rosalino. A busca de olhar pelo olhar deles, com eles.

Apresento, a seguir, o resultado da incursão às sete territorialidades, acompanhadas entre os meses de novembro de 2017 a julho de 2018. Apenas na primeira, junto aos veredeiros, estendo o relato um pouco mais, de forma a compreender os processos vivenciados em cada uma delas. Nas outras seis restantes, segue um relato mais objetivo dando destaque para a caracterização socioambiental de suas territorialidades.

Rumo às comunidades de veredas e aos veredeiros

Os rios, riachos e ribeirões que deságuam, tanto na margem esquerda quanto na margem direita do rio São Francisco em sua porção norte mineira, têm suas nascentes na unidade geomorfológica denominada de “Planaltos do São Francisco”. Com altitudes que chegam aos 900 metros, observam-se nos Planaltos do São Francisco, situados na porção esquerda desse rio, chapadões oriundos dos processos de pediplanação, com extensas superfícies tabulares reelaboradas e superfícies aplainadas. Ao longo da extensa rede de drenagem que formam essas sub-bacias, verificam-se planícies fluviais, veredas e pindaibais que drenam suas águas alimentando os riachos, ribeirões e rios que vão desaguar nas planícies sanfranciscanas (MINAS GERAIS, 2014).

Já na porção situada na margem direita do rio São Francisco, observa-se, nas partes mais elevadas da paisagem que chegam aos 1.000 metros de altitude, uma maior diversidade de formas, onde superfícies aplainadas se sucedem com patamares rochosos, colinas e cristas com vertentes ravinadas e vales encaixados, superfícies degradadas nas áreas de planalto, colinas de topo aplainadas e planícies fluviais situadas ao longo das redes de drenagem que conduzem as águas até as planícies sanfranciscanas, com cotas que vão dos quatrocentos e cinquenta a quinhentos metros de altitude (MINAS GERAIS, 2014).

As comunidades de veredas estão localizadas nas regiões dos “Planaltos Sanfranciscanos do Norte de Minas, concentradas, principalmente, nas extensas áreas de gerais da margem esquerda do rio São Francisco, onde predominam solos arenosos, profundos e, quase sempre, ácidos.”

As veredas, em Minas, estão distribuídas em extensas áreas nas regiões do Triângulo Mineiro, Noroeste e Norte de Minas, em particular nas regiões do “Planalto São Francisco.” Fatores geomorfológicos e de solos intervêm em sua emergência, conformando

um ecossistema peculiar que, na sua forma mais típica, é caracterizado por um substrato de gleissolos, planossolos e organossolos e fundos planos alagados, onde cresce a palmeira buriti (*Mauritia vinifera* Mart.), disposta em alinhamentos ou então em agrupamentos. No entorno da área embrejada ocorre uma faixa herbácea menos úmida, que, tradicionalmente, era utilizada como caminho pelos viajantes, tropeiros e pela população local. Essa função de caminho ou vereda serviu então para designar todo o ecossistema (DRUMMOND et al, 2005, p.102).

As veredas estão localizadas em meio a áreas de cerrado e cumprem um papel importante em termos do equilíbrio hidrológico dos aquíferos. O reconhecimento dessa unidade da paisagem como um manancial perene e regulador da vazão da rede de drenagem, assegurou-lhes o amparo legal por meio de uma Lei de Proteção das Veredas: “Lei estadual nº 9.375, de 1986, parcialmente alterada pela Lei nº 9.682, de 1988, que as enquadrou como áreas de preservação permanente (APPs) e estabeleceu faixas de proteção marginal com larguras variáveis em função de sua tipologia” (DRUMMOND et al, 2005, p.102). De acordo com a classificação da vereda, essa área situa em torno de 50 a 80 metros de largura.

Porém, no caso do Norte de Minas, os processos de ocupação e uso dessa unidade da paisagem conformado pelas comunidades de veredas levou-as, diferentemente das outras regiões do estado de Minas Gerais, ao desenvolvimento de seus sistemas produtivos inseridos dentro dessas áreas, sem que se verificassem alterações profundas no regime hídrico ou em sua vitalidade ecológica. Essa compreensão não foi considerada pelos legisladores que impuseram, de imediato, a criminalização das formas tradicionais de uso dessas unidades agroambientais.

Ribeiro et al (2014), ao estudarem a agricultura e o regime agrário das comunidades nessa porção do território, nos explicam a complexidade e a diversidade de estratégias produtivas acionadas pelos agricultores dos gerais.

Nos gerais, em particular nos gerais da margem esquerda do rio, até a década de 1980, o acesso à terra era livre. Foi uma das últimas, certamente a última fronteira agrícola do Sudeste brasileiro, e para lá se dirigiram milhares de agricultores familiares que fizeram um deslocamento migratório com o sentido geral de leste para oeste, sempre em busca de áreas desocupadas(...) os agricultores dos gerais se ocupavam parte do ano com criação de gado nos campos das chapadas e, na estação seca, plantavam nos brejos e veredas; outros plantavam nas vazantes de rio nas secas; outros, no tempo das chuvas, plantavam nas áreas de mata seca. Por isso, o domínio sobre a terra e os recursos naturais era transitório e sazonal, uma vez que a produção se deslocava pelo espaço de acordo com as mudanças das estações (RIBEIRO et al, 2014, p. 120).

Com as terras livres e o seu uso fluído e móvel, em alguns casos transumantes, as comunidades que se formaram nessa extensa área, até então pouco cobiçada pelas elites, foram duramente atacadas pelas políticas de modernização da agricultura que adentraram os gerais a partir dos anos 1970. E o fizeram com incentivos fiscais da Sudene, com estímulos para

exploração intensiva das terras de cerrado, sustentados pelas institucionalidades do estado na regularização fundiária e em projetos de colonização e de incorporação das áreas de chapadas e de várzeas pela agricultura moderna. Movimentos que convergiram para uma expropriação em larga escala das terras onde viviam centenas de comunidades locais (RIBEIRO et al, 2014).

O processo de entrada dos gerais na rota de expansão do capital nessa porção do território foi assim explicado por Ribeiro et al (2014).

Os interesses fundiários associados às políticas públicas, aos negócios de insumos e às agências de créditos conduziram para a região grande número de especuladores e empresas que queriam terra para implantar projetos agropecuários. As chapadas comuns foram privatizadas para se tornarem eucaliptais, brejos e veredas foram drenados para receber cultivo irrigado, matas secas foram derrubadas para dar lugar a pastagens, matas de gerais foram cozinhadas para abastecer os fornos de siderúrgicas da região metalúrgica mineira. Mas esse movimento não durou duas décadas. Chapadas e veredas de gerais não suportaram por muito tempo o manejo intensivo; estas secaram, naquelas morreram eucaliptais e pastagens. (...)

Foi então que, empurrados pelas firmas para dentro das veredas e contando já com um conjunto reduzido de recursos naturais, os agricultores familiares dos gerais passaram a enfrentar outra ameaça: as agências ambientais estaduais e federais. Essas agências começaram a criar áreas de conservação que compreendiam terrenos de firmas, veredas e as poucas chapadas que restaram em comum para solta de gado e coleta de frutos. O espaço produtivo, que já fora cerceado pela tomada de terras ocorrida depois dos anos 1970, foi re-cerceado pelo mosaico de conservação formado por parques nacionais e estaduais, pelas restrições ao uso tradicional de recursos e pela intensificação da fiscalização ambiental (RIBEIRO et al, 2014, págs. 121 e 122).

Foi a partir desse contexto de enfrentamento à expropriação das terras e às ameaças das agências ambientais, com a fiscalização criminalizando suas práticas tradicionais, que emergiu o Movimento dos Veredeiros que tem como uma de suas expressões o Jaime como *antena* da Articulação Rosalino.

O caminho percorrido

Foi imbuído da busca do olhar e pelo olhar das comunidades de veredas, que dei início, em novembro de 2017, à segunda etapa do trabalho de campo. Com as águas por chegar, embora já tivessem aqui e acolá algumas chuvas, saí de Montes Claros percorrendo as chapadas e os morros espriados do planalto sanfranciscano na porção direita do rio São Francisco. Em seguida, as curvas sinuosas em direção às planícies sanfranciscanas, a ponte sobre o rio São Francisco, ponte que retirou do viajante a possibilidade de pisar na terra e sentir a água e o rio quando do tempo das balsas. Uma das grandes perdas que ocorreu com a construção da ponte sobre o rio São Francisco. Agora, o viajante passa pelo alto, muitas vezes sem ao menos notá-

lo, outras, em contrapartida, tem o olhar sobre a vastidão do rio que serpenteia por margens hoje tão assoreadas.

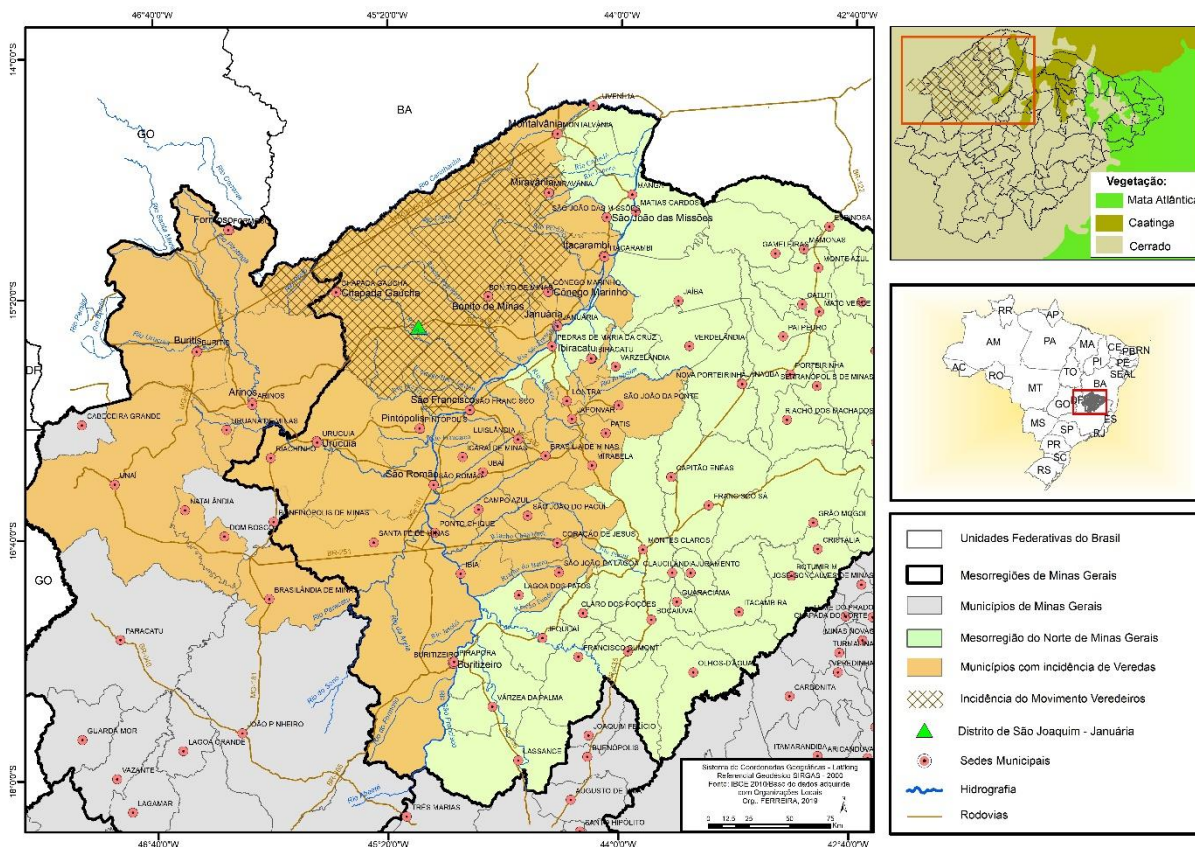


FIGURA 10 - Área de incidência de comunidade de veredas nas regiões dos planaltos sanfranciscanos, Norte de Minas Gerais.
Fonte: Dayrell, 2019.

Em seguida, a estrada para Bonito de Minas e em direção a Poções, ou Poçãozinho, no dizer de seu Pedro¹⁵⁵ que dizia, “Poções era antes, hoje é Poçãozinho, o poção não existe mais, se foi com a chegada dos eucaliptos, virou Poçãozinho”. Aí se pode dizer que estamos entrando no território das comunidades de veredas. Diferentemente da margem direita, cujas veredas são escassas, as daqui da margem esquerda, no primeiro degrau dos planaltos sanfranciscanos, são muito mais abundantes e extensas. A estrada vai cortando veredas e chapadas em meio a uma vegetação ressequida apesar de já estarmos no começo de novembro. Se vê aqui e acolá um e outro pé de pequi, de jatobá com folhas verdes, com exceção das partes mais baixas, aí sim o esverdeamento da vegetação é bem mais visível.

A primeira vez que passei por essas bandas foi com o seu Antônio Inácio em 1990, então presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Januária, ele me foi apresentado pelo

¹⁵⁵ Uma das lideranças veredeiras que reside na comunidade de Poçãozinho.

Eduardo Ribeiro. Fizemos juntos uma viagem memorável pelo sertão, que tinha como tema de estudo “Capitalismo e Agricultura”. Percorremos as fazendas das planícies sanfranciscanas, em seguida os imensos gerais dominados pelas veredas do Acari no antigo município de São Francisco, hoje Pintópolis, depois em direção à Serra das Araras, finalizando nos altos da Vila dos Gaúchos¹⁵⁶, ali onde a Ruralminas implantou um projeto de colonização iniciado em 1976, no âmbito do Projeto de Assentamento Dirigido à Serra das Araras (PADSA).

Famílias oriundas do sul do país receberam glebas de terras nas vastas chapadas que sustentam as nascentes dos rios Carinhonha, Peruaçu e Pardo, além dos ribeirões de Areia e Boa Vista, afluentes do rio Urucuia. O projeto estava coadunado com as estratégias de ocupação dos cerrados brasileiros destinados a eliminar “vazios” demográficos e econômicos (MARTINS, 2011). É bom lembrar, projetos e programas que foram executados no tempo da ditadura civil-militar. Tempos que deixaram marcas profundas que permanecem até os dias de hoje, em todos os recantos do sertão norte mineiro.

Além do acesso a terra, concedeu-se a essa população, oriunda do Sul, crédito e infraestrutura. A expansão dos gaúchos sobre as comunidades do lugar acarretou novas relações de poder com o meio ambiente. E com essas relações o imbricamento de novos elementos relacionados com o movimento ambientalista de cunho preservacionista que começou a tomar corpo, no Brasil, entre os anos 1970/80. Estabeleceu-se uma nova geografia que vai consolidar a relação do lugar com novos centros, no caso, o Distrito Federal, trânsito intenso de pessoas e de ideias e do papel da natureza, mas também de mercadorias que passaram a entrar no mercado mundial como a exportação de soja.

Foi quando aí aportou, em 1986, a Fundação Pró-Natureza (FUNATURA), com o intuito de pressionar o Estado para a criação de unidades de conservação de proteção integral. Incrustado nos espaços de poder, esse ambientalismo em pouco tempo mostrou resultados, pois em 1989 foi assinado o decreto criando o Parque Nacional Grande Sertão Veredas (PARNA GSV) pelo presidente José Sarney. A justificativa foi a de conter a expansão da soja e da produção de carvão que estavam pondo fim ao Cerrado Norte Mineiro estabelecendo limites às áreas utilizadas tanto pelos gaúchos, como também pelos mineiros, gerando um elemento a mais de conflito: o conservacionismo (MARTINS, 2011; LIMA, 2014). Dinâmica perversa, as comunidades de veredas viram-se novamente pressionadas a ceder seu lugar como espaço de compensação ambiental do agronegócio.

¹⁵⁶ Atualmente Chapada Gaúcha, distrito que foi elevado à categoria de município em 1995.

Foi a tensão daí oriunda que fez o senhor Antônio Inácio nos convidar no ano seguinte, 1991, a percorrer a região. Com uma Toyota cabine dupla do CAA-NM, acompanhado de dois dos meus filhos¹⁵⁷, percorri com eles as comunidades que ficavam ao longo do Rio dos Bois, do Córrego Santa Rita e do Rio Preto, áreas que já tinham sido transformadas em parque, mas que ninguém do lugar ainda sabia, nem nós mesmos. O Antônio Inácio comentou que havia boatos, mas que não sabia ao certo. Antes tínhamos passado por Serra das Araras e pelo alto do Vão dos Buracos. Foi o meu primeiro contato com as comunidades de veredas, casas perdidas nas vastidões das chapadas e veredas, igrejinhas, quintais associados com áreas de lavoura onde se produzia o ano inteiro frutas, leguminosas, cereais, tubérculos e folhosas.

Antes de lá chegar, tive também o primeiro contato com o clima de violência já instalado na região. Ao estacionarmos em um posto de combustível para abastecer o Toyota, na Vila dos Gaúchos (hoje município de Chapada Gaúcha), um senhor branco, depois vim a saber, era um “gaúcho” recém-chegado ao lugar, falou assim com Antônio Inácio colocando seu rosto janela e adentrando sua mão em riste para dentro do carro: “olha, o senhor toma cuidado andando por aí”. Depois o Antônio Inácio, nervoso pelo tom da ameaça, explicou-nos que ele era um dos grileiros que estava tomando as terras das famílias de posseiros que viviam ao longo do Rio dos Bois para onde nos dirigíamos.

Deixando as lembranças do início dos anos 1990 de lado, retorno para o trabalho de campo que teria continuidade junto aos veredeiros. Continuamos no caminho da comunidade de Poçãozinho onde seria realizado o I Encontro de Veredeiros. Depois de sair da estrada de asfalto em direção à sede do município de Bonito de Minas, depois de percorrer 25 quilômetros sobre extensos areiões onde, décadas atrás, o cerrado e as veredas deram lugar ao plantio de eucalipto por empresas como a Plantar e a Rima, chegamos finalmente à comunidade de Poçãozinho. Já passava do meio dia e o seu Pedro veio me receber com muita alegria, levando-me para dentro de sua casa. Naquele momento era um entra e sai de gentes, crianças, adultos, homens e mulheres. Em seguida encontrei com a Zilah, agente da CPT que desenvolve há muitos anos trabalhos com as comunidades ribeirinhas do São Francisco e que, mais recentemente, passou a apoiar as comunidades de veredas

¹⁵⁷ Nessa viagem, no trajeto entre Januária e Serra das Araras, passamos em São Joaquim, distrito onde as comunidades de veredas, quase trinta anos depois, vêm se mobilizando em torno de seus direitos étnicos e ambientais. Lembro que paramos ao passar sobre o córrego Jabuticaba, então corrente e com muita água. Nessa época ainda não eram visíveis para nós os impactos da ocupação da empresa Metalur (posteriormente, RIMA) em uma das áreas de nascentes desse córrego.

O 1º Encontro dos Veredeiros

A realização do 1º Encontro de Veredeiros e Veredeiras foi proposta pelo Jaime, *antena* da Articulação Rosalino posterior a sua indicação como representante dos veredeiros na Comissão Estadual de Povos e Comunidades Tradicionais e também no Conselho Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais. A política estadual para o desenvolvimento sustentável dos povos e comunidades tradicionais foi instituída em Minas Gerais em quatorze de janeiro de 2014 através da LEI 21147¹⁵⁸. Essa lei foi fruto da incidência da Articulação Rosalino, precedida de muitas negociações no último ano do governador Anastasia, com expectativas que no mandato do próximo governador poder-se-ia avançar muito mais no âmbito dos direitos das comunidades tradicionais.

As intermediações junto ao novo governo, que tinha tomado posse em janeiro de 2015, conseguiu viabilizar a realização do primeiro encontro estadual de povos e comunidades tradicionais de Minas Gerais, entre 13 a 15 de outubro de 2015, momento em que foram feitas as indicações e a eleição dos representantes das 17 categorias étnicas que compõem a Comissão Estadual. Foi nessa eleição que o Jaime foi indicado como representante dos veredeiros.

O espaço de diálogo até então existente, a Comissão de Veredeiros, foi instituído pelos próprios veredeiros para dar encaminhamento na gestão do território do Alegre - Poções¹⁵⁹. Era onde se discutia, também, as mobilizações e negociações de ações de reconhecimento dos direitos, entre essas a política estadual de povos e comunidades tradicionais. Então, foi proposto realizar um encontro mais ampliado de comunidades veredeiras, acionando a contribuição da Articulação Rosalino e das entidades de apoio como a Cáritas Diocese de Januária, CAA, CPT¹⁶⁰, IFNM Campus Januária, Instituto Rosa e Sertão, além de secretaria da Prefeitura Municipal de Januária.

A programação proposta foi iniciar o primeiro dia, após a mística de abertura e de apresentação dos participantes, com um trabalho de grupos reunindo as pessoas por núcleos de origem em termos de proximidade, de forma que pudessem avaliar como era a vida nos tempos

¹⁵⁸ E o Decreto 46571 regulamentando a comissão estadual para o desenvolvimento sustentável dos povos e comunidades tradicionais foi publicado em dezesseis de dezembro de 2014.

¹⁵⁹ Desde 2010, as comunidades de veredas dessa região estão envolvidas em negociação mediada pelo MPE acerca de pagamentos pelos danos ambientais promovidos pela empresa PLANTAR, que “adquiriu” extensas áreas de terras entre os anos 1970/80 na região dos rios Pandeiros e Pardo. Foi proposta a devolução de uma área em torno de 12 mil ha habitadas por cerca de 6 comunidades ao redor. Retomadas foram realizadas e as comunidades vêm fiscalizando ações de estranhos dentro da **área, além** de uma campanha pelo controle do fogo.

¹⁶⁰ A CPT participa através da agente pastoral que, a partir de Manga, desenvolve atividades de apoio à luta pela terra e pelo território nessa porção do Norte de Minas. Refere-se aqui à contribuição da agente de pastoral da CPT que reside em Manga há mais de 20 anos. A sua casa tornou-se um centro de formação, informação e de articulação na defesa dos direitos, entre eles o da terra e da água.

antigos, as mudanças que ocorreram para melhor ou para pior e o quê e como estão fazendo para melhorar. Após o levantamento do contexto, foi dada a palavra para os representantes da Articulação Rosalino para se apresentarem e comentarem sobre suas experiências e estratégias de luta por direitos. Para o segundo dia ficou a proposta de um representante da Rosalino apresentar a programação das ações conjuntas da articulação para, ao final, entrar na discussão do planejamento dos veredeiros.

Nesse dia dormi na casa do seu Antônio dos Remédios ou Antônio Seiscentos, distante não mais do que 15 km de Poçoazinho. Chegamos lá já tarde da noite.



FIGURA 11- Casa do Sr. Antônio dos Remédios. Poltrona típica de talo de buriti. Januária.
Fonte: Dayrell, 2017.

No outro dia, após café da manhã com biscoito de polvilho e um pedaço de queijo, o seu Antônio me levou para conhecer a nascente que brotava água em seu quintal, mas que hoje é preciso caminhar pelo menos uns trezentos metros abaixo. Levou-me até a grotta da nascente, mostrando aqui e acolá uma diversidade de espécies medicinais e seus usos, por isso, pelo seu profundo conhecimento, o tratam de seu Antônio dos Remédios. Já tinha percebido que aonde ele chegava logo, logo, alguma pessoa ia atrás dele, e muitas vezes já o tinha visto abrir a capanga e de lá tirar uma semente, uma casca, um preparado de remédio que distribuía na hora mesmo da consulta.

Depois seguimos grotta acima, ele queria me mostrar onde a água nascia agora, muito mais abaixo. Viemos subindo dentro da grotta, mostrou onde era antes a “mineração da água”. Saímos da grotta e nos deparamos com uma área que até quase trinta anos atrás, no período de verão, a água brotava em abundância, onde se plantava muito arroz, feijão. No entanto, nos dias de hoje, tudo está seco, e segundo seu Antônio, até mandioca é difícil de colher.

Ele explica quem causou todos esses danos: “foi a Plantar¹⁶¹, ela fez o desmate e a água acabou, até no brejão os paus estão morrendo”. Antes de sair do antigo brejo, mostra uma planta, a pimenta de macaco: “ela serve para infecção na garganta, gripe, tosse, aquela dor nos peitos, é bom demais, você machuca ela, faz o chá e toma”. E explica, ao passar por um pé de amescla, como faz para retirar a casca sem provocar danos à planta.



FIGURA 12- Área de nascente na grotta próxima da casa do seu Antônio dos Remédios - colheita de casca de amescla, planta medicinal.
Fonte: Dayrell, 2017.

Antes de saírmos de sua casa, ele ainda mostra a área onde planta a mandioca, aponta para uma área de pastagem e comenta o que para mim pareceu difícil ainda de compreender, as movimentações que os criadores fazem com os animais em áreas de pasto e de solta, aqui o gado bovino, e também “o animal”, se referindo aos cavalos, éguas, jegues, burros e mulas. Movimentações que, como foi descrito por Ribeiro et al (2014) citado anteriormente, ainda são realizadas pelos moradores em suas áreas de pastagens e soltas que podem distar até vinte quilômetros entre uma e outra.

Fico sabendo depois, em conversas com o Jaime, que essas movimentações se faziam também com as plantações, nas terras de matas, de gerais e de veredas. Ou seja, “um fulano aqui vive na mata, tem suas roças, mangas, mas também usa das veredas acima dos gerais, para plantar feijão, arroz (hoje já não se planta mais), mandioca, frutas, legumes, verduras” (Sr. Jaime, em entrevista). A solta dos animais ocorre misturada com as coletas das frutas nativas, do buriti, do coco palmeira, piqui, panã, coco vassoura, ou seja, o coquinho azedo, cujas folhas são utilizadas como uma excelente vassoura, além da “medicina”¹⁶².

¹⁶¹ Empresa de reflorestamento que possui extensas áreas de terra tanto na margem esquerda quanto na margem direita do rio São Francisco, como também no Vale do Jequitinhonha. A maior parte dessas terras está envolvida em conflito, seja aberto, ou conflitos que se encontram silenciados. Ver mais em Marcelo Firpo Porto, Tânia Pacheco e Jean Pierre Leroy (2013).

¹⁶² Refere-se às plantas de uso medicinal e cujo uso e conhecimento continua se mantendo.

Quando chegamos a Poçoãozinho, já estava bem movimentado, logo nos chamaram para o começo do encontro que começou com uma mística: o Jaime entrou carregando um enorme cacho de buriti, em seguida o seu Antônio com uma gamela cheia de raiz de mandioca, uma senhora carregando a bíblia aberta, e, ao final, dona Helena, do Quilombo da Lapinha, tocando tambor, ao som do Xote Ecológico de Luiz Gonzaga. A parede ao fundo decorada com folhas de buriti e de coco palmeira, com uma frase “nas veredas reafirmamos a nossa identidade, no encontro unimos forças de resistência”. Esse momento foi coordenado pela Leninha, liderança do Quilombo da Lapinha, do município de Matias Cardoso, e que tem um papel importante na animação da articulação “Vazanteiros em Movimento”. Ela pediu para cantarem e puxou o canto: “Traga a bandeira de luta, deixa a bandeira passar, essa é a nossa conduta, vamos unir pra mudar”.

Em seguida o Jaime, o seu João e o seu Pedro fizeram a abertura do Encontro. O Jaime pediu para que as orações tanto da igreja católica quanto da evangélica iluminassem o encontro. Depois ele lembrou a caminhada que tiveram, até chegar ao ponto de realização do I Encontro dos Veredeiros. Leninha coordenou a apresentação dos participantes, que se levantaram em grupos e falaram o nome e de onde vinham, seja do município ou das comunidades ou organização que participam.



FIGURA 13 - Abertura do 1º Encontro dos Veredeiros, comunidade de Poçoãozinho, município de Januária. Novembro, 2017.

Fonte: Dayrell, 2017.

Na apresentação, as pessoas já aproveitaram para falar das questões que as estavam afligindo, a grande maioria fazendo referência à diminuição das águas, à expulsão das terras que sofreram, ou à perseguição dos órgãos ambientais aos “pequenos”, principalmente nas áreas dos parques que foram criados. Leninha finalizou esse momento, fazendo uma análise das pessoas e dos políticos que agem como se não fizessem parte do meio ambiente, como se fossem de fora, cabendo apenas às comunidades carregarem o peso dessa separação:

Senhor prefeito, senhor vereador, senhor presidente, os deputados não foram seres humanos, nós precisamos do meio ambiente, ninguém vive sem ele, mas onde, se estiver meio ambiente sem ser humano? tem que existir ser humano no meio ambiente, é um dos fardos que nós carregamos também” (Leninha, Quilombo da Lapinha).

Leninha vive em uma área que foi transformada em parque estadual, pelo Governo de Minas Gerais, como compensação pela criação do Projeto de Irrigação do Jaíba. O fardo a que ela se refere é o das comunidades conviverem com o “meio ambiente” e pelo fato dessa convivência manter boa parte da vegetação nativa preservada, e daí, as áreas em que vivem passaram a ser disputadas pelos órgãos ambientais para criação de parques.

O encontro dos vereadores contou com cerca de 80 participantes dos municípios de Januária, Bonito de Minas, Chapada Gaúcha, São Francisco, e São João das Missões, totalizando 27 comunidades¹⁶³. Mas fazem referências a diversas comunidades que foram convidadas e não compareceram em um território muito mais amplo que envolve os municípios de Formoso, Miravânia, Montalvânia, Cônego Marinho e Itacarambi.

A Articulação Rosalino contribuiu com a participação de lideranças dos Vazanteiros em Movimento (Quilombo da Lapinha, Quilombo da Praia, Associação dos Vazanteiros e Itacarambi), do Movimento Geraizeiro e do Povo Xakriabá. Tinham representantes da Cáritas de Januária, da Escola Estadual Maria Rosa Nunes, do Grupo de Folia de Reis de São Joaquim, da CPT, CAA, PPGDS/NIISA, Museu Nacional (estudante), Projeto Cidadania Ribeirinha, Mandato Padre João, Procuradoria Federal de Montes Claros, com o Instituto Rosa e Sertão participando apenas do primeiro dia. Ou seja, um total de 16 organizações entre organizações nativas e externas.

As comunidades de veredas foram distribuídas em cinco grupos e os relatos apontaram para uma primeira aproximação sobre a história e as transformações que ocorreram nas últimas décadas, nos lugares em que vivem. Os grupos relataram que antigamente o alimento produzido era oriundo da produção desenvolvida por eles, que faziam muitas trocas de alimentos e de sementes e não precisavam de migrar em busca de renda. Eles tinham terra para plantar, criação e “o gado que usufruía da própria natureza”, com produção de leite, queijo e boas colheitas, alimentos que “levavam das roças para a cidade”. O povo não precisava comprar quase nada. O uso de alimentos e remédios caseiros oriundos da natureza era muito comum. Existiam muitas crenças e receitas para a cura de doenças. A água nas veredas e minadouros era farta e não

¹⁶³ Participaram lideranças das comunidades de Januária: Pandeiros, São Joaquim, Fazenda Larga, Capivara, Cruz, Cabeceira do Pindaibal, Capoeirão, Poções, Brejinho, Cabeceira de Mandim, Barra do Tamboril, Vereda, Capivara II, Cabeceira do Mocambinho (14); Bonito de Minas: Sede, Barra da Ema, Veredinha 2, Japão, Lagoa Bonita, Cabeceira do Borrachudo, Catulé, Lorão, Croá, Riacho do Campo, Larguinha (11); Chapada Gaúcha: Serra das Araras; São Francisco: São Martinho.

precisavam de grandes desmatamentos para a produção. A natureza era preservada, encontrava-se muita caça, abelhas silvestres e muitas frutas nativas. A iluminação era através de candeeiros e o transporte era através de animais com cavalos e carros de bois. A comunicação era feita por carta.



FIGURA 14 2- Apresentação dos grupos - 1º Encontro dos Veredeiros. Januária/MG.
Fonte: Dayrell, 2017.

As transformações que avaliaram como negativas foram a “perca” de terra, acabando com a produção, diminuição das águas, perseguição dos órgãos ambientais, grande presença de agrotóxicos, envenenamento dos seres vivos. A mudança que ocorreu com o tempo (clima), a falta de chuva, as queimadas. “Pela falta de chuva plantamos, mas quase não colhemos como antes, porque a chuva diminuiu, muitos rios já secaram”. “Hoje não podemos criar gado como antes, porque para criar tem que ter terra para plantar”. Fizeram referência também ao agronegócio, à disseminação do uso dos agrotóxicos, ao uso de drogas e à corrupção do poder público. E lembram que parou a fabricação do próprio remédio e de parteiras, diminuindo também os festejos, as folias e as rezas.

Analisando o tempo antigo com o tempo atual, é possível considerar o tempo presente com a categoria nativa *carrancismo*, termo que ouvi demasiadas vezes nesses dias em que estive com os veredeiros. O Carrancismo trata-se de uma categoria temporal por meio da qual os membros das comunidades sertanejas narram sua história, uma história “que traz em si uma série de valores do passado quase não existentes mais nos dias atuais” (CORREIA 2002, p.48). Esse tempo foi narrado como uma época de revoltas, como a de Antônio Dó contra os processos de divisões de terra solicitados por algum fazendeiro e nos quais os sertanejos de menores condições sociais perdiam suas terras; ainda, o sistema produtivo tradicional em que o manejo das veredas, com o “esgotamento” e a queimada em tempo certo da seca e a caçada necessária para suplementar a alimentação eram praticados por todos. Finalmente, no tempo do

carrancismo a terra era livre e apropriável. A categoria tempo do carrancismo, operacionaliza-se como uma referência a partir da qual o tempo presente é lido por todos os valores acima mencionados; “o tempo do carrancismo tem sido percebido, por esse e por outros motivos, como um tempo melhor que o tempo presente, ou tempo dos direitos” (CORREIA, 2002, *ibidem*: 52). Se essa categoria temporal possibilita às gentes do Sertão norte mineiro narrar sua história, ela é operacionalizada na atualidade para afirmar que a atuação dos órgãos ambientais, das empresas e dos fazendeiros apresenta-se também como um carrancismo ambiental e empresarial muito mais violento do que na temporalidade anterior, dado que a própria natureza se encontra em colapso, com a morte de árvores até então não conhecidas pelas gentes das veredas. E também dos bichos, pois não se tem mais brotos, pois não se faz mais queimada, conforme narrado em Costa e outros (2005).

Apontaram também mudanças positivas, como a que aconteceu com as escolas, com a educação e alfabetização, o posto de saúde, as estradas e o transporte, “a maquinaria para trabalhar, porque antes não tinha, era manual”, a energia elétrica que chegou na maioria das casas, as caixas para captar água de chuva, o telefone e a internet. Citaram também as outras parcerias com grupos e entidades de apoio.

Sobre as ações que estão empreendendo enumeram uma série como: “estamos em procura de uma área de terra para que possamos melhorar nosso curso de vida, podendo ter uma própria terra, muitas coisas podem ser mudadas produzindo na própria terra”; “um lugar bom pra cultivar e criar”; “no caso da agricultura, tinha muita fartura e hoje está tendo só derrota¹⁶⁴, por causa dos agrotóxicos. Os frutos do cerrado estão derrotados, porque não está dando frutos como antes, como com o pequi.¹⁶⁵” Valorizam o reconhecimento da prática do extrativismo que aumenta a renda, mas que precisa de florestamento¹⁶⁶. Reforçam a consciência escolar e comunitária que as famílias vêm tomando, a mobilização e a organização que vêm mantendo na luta pelos seus direitos, as campanhas para evitar o fogo, com placas feitas do aproveitamento de sucatas e oficinas de pintura na escola; citam o resgate das sementes crioulas, os projetos com tecnologias de convivência com o semiárido; “a conscientização do bem e da

¹⁶⁴ A categoria “derrota” foi estudada por Bastos (2014, p.104).

¹⁶⁵ Tanto durante o encontro como andando pelos lugares com as lideranças, mostraram-me muitas vezes o tanto de pé de árvores, entre essas o piqui, o jatobá, o panã, e outras, estão secando, estão morrendo em grande número. Foram muitos os rios, os córregos, as nascentes que secaram totalmente, além dos seis anos seguidos de seca. A força dessas mudanças não me lembro de ter visto ou de referência tão forte como a que estão vivendo. Foram essas conversas que levaram à proposição de um plano para o enfrentamento das mudanças do tempo, ao Jaime lembrar as conversas do Cacique Domingos na celebração que ele participou no Xakriabá no mês de fevereiro.

¹⁶⁶ Evito o termo reflorestamento pelo enorme peso que representou os extensos plantios com a monocultura do eucalipto, a grande maioria sem conseguir vingar na terra, mas com impacto de grande monta em função da delicadeza das terras de areia presentes nas áreas de chapadas.

vida”. E os conhecimentos que as comunidades estão tendo “participando de eventos como capacitações, visitas de intercâmbio, troca de experiências com agricultores e agricultoras de outras regiões, seminários, oficinas, resgate das sementes crioulas, construção das barragens de contenção e subterrâneas”, entre outras diversas iniciativas que foram citadas como relevantes.

O 1º Encontro dos Veredeiros continuou com os cinco membros da Articulação Rosalino que foram convidados para contribuir com o evento. Após o trabalho de grupo no qual os participantes pontuaram as dinâmicas movidas pelas comunidades, a palavra foi repassada para cada uma das antenas da Articulação Rosalino presente. Contando casos, Leninha, Genivaldo, Cícero, Buda e Eliseu, ou seja, quilombolas, vazanteiros, Xakriabá e geraizeiro, respectivamente, deram continuidade às conversas que tiveram início em 2013. Na ocasião João Altino, geraizeiro do Assentamento Americana, município de Grão Mogol,¹⁶⁷ conversou com eles sobre o modo de vida geraizeiro, as terras de uso comum e o entendimento sobre território.

Contando casos, da mesma maneira que o João Altino, mas as conversas foram mais diversificadas e para um público ampliado em termos de localidades e municípios. Eles falaram sobre como foi o processo quando assumiram suas identidades, as dificuldades e preconceitos que encontraram, as lutas que tiveram que travar para o reconhecimento, as estratégias para as retomadas dos territórios, quase sempre fazendo referências sobre questões que tinham sido colocadas anteriormente e no debate a seguir à apresentação dos grupos das comunidades de veredas.



FIGURA 15 - Escuta dos representantes da Articulação Rosalino com intercâmbio de experiências e de conhecimentos.

Fonte: Dayrell, 2017.

¹⁶⁷ João Altino foi um dos agricultores que tomou frente em uma tradução geraizeira do sistema de plantio denominado de “agroflorestal”. Ele e seu irmão Cristovino conseguiram desenvolver um complexo sistema de manejo de cultivos quando, ao modo deles, interagindo com os conhecimentos de Ernst Göstch, começaram a fazer manejo com poda das espécies do cerrado, associado com formas **tradicionais** de cultivo dos geraizeiros. Hoje, o Assentamento Americana e o Grupo Extrativista do Cerrado são considerados referências no manejo que eles denominam de agroextrativista.

Falaram sobre a importância da educação, das crianças já saberem quem são desde pequenas, da valorização das práticas e dos rituais, e do envolvimento das mulheres. Como exemplo, deixo registrado uma parte das falas da liderança quilombola, que assim expressou:

O que é veredeiro, o que é quilombola, o que é indígena? Na escola, os nossos pequenos devem crescer sabendo a nossa história, a nossa cultura, o nosso jeito de ser, a nossa tradição, é valorizar as nossas rezas, os nossos reisados, o nosso batuque, isso que é resistir a tudo isso e fincar o pé, e não arredar do seu lugar pode quem quiser falar, quem quiser criticar, você tem que estar ali na resistência e o lema da resistência é muita união, se a comunidade não tiver unida infelizmente não vamos chegar a lugar nenhum e através das comunidades unidas juntamos todos os povos, igual está aqui hoje, juntar todos os povos, como está aqui, o que precisamos fazer, união de todos os povos, quando os grandes descobrir que nós estamos unidos, eles vão nos temer, é uma corrente que não vai quebrar fácil (Leninha, Quilombo da Lapinha, 2017).

Leninha contou o contexto da luta do quilombo e da articulação que fizeram entre as outras comunidades de Matias Cardoso e Manga, e da ameaça que estão sofrendo pela liminar de reintegração de posse pelo IEF que pode a qualquer hora tirá-los da terra que retomaram. Ela continua:

Entramos há doze anos em 22 ha, e agora estamos com uma liminar. Entramos na fazenda (em 2006), em 2010 o IEF compra a fazenda que nós estávamos acampados. Agora o IEF quer nos retirar de lá, estamos com uma liminar, pode ser que ao chegar lá já estamos fora. (...) é uma falta de respeito, porque lá no artigo 68 da Constituição, é direito nosso, nós estamos retomando aquilo que era nosso, que era dos nossos antepassados, aí vem a pergunta: como era a vida antigamente? Antigamente a vida era diferente, sabe porquê? Os nossos antepassados deixou os fazendeiros tomar os nossos direitos, as nossas terras. Porque eles deixaram? Não tinham conhecimento, não conheciam dos seus direitos, não tinham como recorrer para poder buscar o seu direito. O que mudou? Mudou isso aqui (ela faz um gesto com as mãos mostrando o encontro), o conhecimento e a união. Hoje estamos tendo conhecimento de nossos direitos e vamos buscar ele onde for, vamos resistir, vamos brigar uma briga limpa, não é briga de mal, não estamos aqui para matar nem para roubar, é buscar os nossos direitos. (...) E quero pedir para aos veredeiros pelo amor de Deus: Jaime, coloca mulher dentro dos movimentos, você sabe que eu mais Jaime andamos meio Brasil aí? Tem que ter mulher nos movimentos, não precisa ter vergonha fazer parte do movimento, tem que ter mulher, e no mais tenho que agradecer vamos lutar unir forças e fazer uma corrente só, em busca de um só objetivo, que é a terra para sobreviver, onde nós podemos produzir os nossos alimentos, onde nós podemos produzir a nossas riquezas. (...) Hoje no Quilombo da Lapinha não existe mais lagoa, não existe mais nada. Fomos nós que destruimos, fomos nós que acabamos? Não, não fomos nós, nós sabemos cuidar da natureza, utilizando e deixando tudo lá, não foi nós, nós toda a vida plantamos a beira do rio, plantamos as roças, sabemos plantar e cultivar para sobreviver (Leninha, Quilombo da Lapinha, 2017).

No dia seguinte, o diálogo continuou sobre questões relativas à Articulação Rosalino, como ela surgiu, o porquê do nome, sobre as políticas estadual e federal, sobre o funcionamento (ou falta de) da comissão estadual e do conselho nacional de povos e comunidades tradicionais. Também retomou a discussão de fundo, sobre as estratégias de retomadas dos territórios que

estão sendo construídas através da autodemarcação. A liderança geraizeira do Alto Rio Pardo explicou assim:

Agora você demarcou o território, tem uma área de eucalipto aqui dentro, é um problema a ser resolvido depois, depois nós vamos ver como é que fica, resolver depois. (...) No caso de nossa região nos geraizeiros, quando a gente demarcava o território, entrava aqui uma área de eucalipto, a gente ia ver, aquela área era um contrato? Foi feito como? Quando? Por quantos anos? Era 25 anos, ah, tá, foi feito em 1981, vinte e cinco anos, então dois mil e pouco vai vencer o contrato. Em 2002 vai vencer o contrato, beleza, vai vencer o contrato, então, daqui para frente a gente, nós, não aceitamos mais o Estado renovar o contrato com a empresa aqui. Essa área está dentro do nosso território e nós é que vamos mandar nela (na terra) daqui para frente. (...) Ah, tem um fazendeiro que instalou dentro do território, beleza, você está aí, mas a situação ficou, você está dentro do nosso território, ah não, ele fala, porque esta terra é minha! É sua como? Você está dentro do nosso território! E aí como eu sempre falo, a comunidade tradicional se instalou na região, está no território há centenas e centenas de anos. Ela estava quando a empresa chegou, a comunidade continuou lá quanto a empresa estava, e um dia o contrato da empresa vai vencer e a comunidade vai continuar lá. Não é? Então o seguinte, o território não vão sair do lugar, é ali mesmo, o território não tem como mudar. A comunidade estava lá antes, continuou aí, vai continuar depois. Então quem vai ter que desocupar o território? É a comunidade que vai abandonar o território? Não, é a empresa que um dia, mais cedo ou mais tarde, ela vai ter que se danar e vai ter que desocupar o território. Então tem que exigir que o contrato não seja renovado, ou uma hora a atividade econômica que a empresa está não vai para frente (Liderança geraizeira, 2017).

As lideranças geraizeiras, vazanteiras, quilombolas e indígenas da Articulação Rosalino que participaram do encontro dos vereadores foram convidados por Jaime, *antena* da Rosalino. Foi importante perceber a interação estabelecida entre eles tanto nos momentos formais quanto nos informais. Conversas de nativos com nativos, ou ainda, de caboclos com caboclos. Vimos, através das exposições das representações, como a Articulação Rosalino vai desenvolvendo o seu discurso sobre entendimento da identidade, do território, da luta política, da crítica à ação do estado.

Essa oficina apontou para a constituição de uma comissão dos vereadores mais ampliada, com o investimento na formação sobre direitos territoriais, na finalização da construção do plano de gestão do território da Vereda do Alegre/São Joaquim e com uma demanda de visita de representantes da Comissão de Vereadores às comunidades que vieram pela primeira vez ao encontro.

Acompanhando o Jaime Vereador

Terminando o evento, fui passar uns dias na casa de Jaime, no intuito de dar continuidade à pesquisa de campo. Lá fiquei por duas semanas participando das atividades na

sua casa e também acompanhando-o nas atividades da Comissão dos Veredeiros. Interessava compreender a atuação de uma das antenas da Articulação Rosalino na comunidade em que vivia e o papel que cumpria na animação do movimento local.

O Jaime mora na comunidade de Capoeirão e Brejinho. Ele chama assim porque a maioria das famílias do que ele diz que é a comunidade vivem ao longo desses dois córregos. Em um dos dias que amanheceu após chover boa parte da noite, estava tomando café na cozinha, quando ouvi D. Elisa falar para os filhos, que eles deviam plantar a mandioca, já era o tempo. Ao longo do dia comecei a ver a movimentação deles para fazerem a plantação. Enquanto os filhos davam início ao plantio das roças, D. Elisa saiu cedinho de casa, e foi pegar o ônibus para Januária. Era o dia que ia retirar a pensão e também fazer as compras do mês para a casa. Na terça, conseguiram um trator que estava trabalhando ao lado para preparar uma parte da terra para o plantio do capim e outra parte da roça de mandioca, enquanto a outra parte ia ser cultivada sem a gradagem da terra, pois tinha muitos tocos.

Nesse mesmo dia fiz uma entrevista com o Seu Júlio. Ele tem 82 anos, segundo ele, não trabalha mais, as forças do braço diminuíram, passa o dia ou na varanda ou na sala, quase sempre sentado de cócoras, uma posição que acostumou durante toda a vida, pois um de seus trabalhos era fazer cesto e gamela. Mas, em outros tempos mais antigos, ele fez trinta e uma canoas de madeira sob encomenda e vendidas em Januária. Fazia a canoa, quando era a época de vender, enchiam a canoa de mantimentos e desciam o rio Pardo abaixo, remando, chegavam até o rio São Francisco, e lá subiam até Januária onde a canoa e os mantimentos eram vendidos ou trocados. E voltavam de carro de boi. Enquanto desciam de canoa, outra turma ia até Januária com os carros de boi também carregados de mantimento. Eram quatro dias para ir quatro dias para voltar.



FIGURA 16 - Família de foliões - Seu Jaime com o "balainho" e o Jaime ensinando a filha tocar cantiga de folia.

Fonte: Dayrell, 2017.

Mais tarde, estávamos todos na varanda, quando alguém falou que Lampião tinha passado por aqui, logo seu Júlio falou de Antônio Dó, que ele tinha esse nome, me perguntou se eu sabia, disse que não, ele falou que Antônio Dó tinha esse nome porque tinha dó dos pessoal pequeno, que os fazendeiros não tinham dó, ele vinha matava gado e repartia carne para os pequenos. Por sorte, estava com o gravador, consegui gravar uma parte da conversa. Seu Júlio disse que, em vida, teve notícia de Antônio Dó, que ele tinha passagem por aqui por perto.

No dia oito de novembro, percorremos as nascentes da Vereda do Buriti Grosso, uma área que foi tomada e destruída pelo Grupo Metalur/Rima e hoje, como pagamento, mantém uma parcela (que também foi expropriada) como uma RPPN¹⁶⁸.



FIGURA 17 - Incursão área degradada pela Metalur/Rima. Canal de drenagem na vereda do Buriti Grosso.

Fonte: Dayrell, 2017.

¹⁶⁸ Reserva Particular do Patrimônio Natural. Uma das modalidades de áreas de conservação, de caráter privado.



FIGURA 18 - Últimos remanescentes do buritizal de Buriti Grosso.
Fonte: Dayrell, 2017.

No dia nove de novembro, acompanhei a reunião da Comissão dos Veredeiros - comunidade de Cruz. A reunião contou com 12 participantes. Nessa reunião as lideranças avaliaram o 1º Encontro de Veredeiros, ressaltaram a importância do processo de articulação com as parcerias na construção/reconhecimento de seus direitos. Viram alguns problemas e como dar tratamento a eles, e comemoraram o crescimento da Comissão. Agora não era mais a comissão só das comunidades envolvidas na luta pelo território veredeiro de São Joaquim. Englobou gente nova das comunidades que ficam mais abaixo, uma extensa área entre os rios Pandeiros e Pardo e também chega até as chapadas e veredas do rio Cochá, entre os municípios de Bonito de Minas e Montalvânia.

Avaliaram a necessidade de dar continuidade aos processos de retomada no território do Alegre, agora com a implantação de um centro de referência veredeira. Propuseram construir um galpão em área a ser destinada pra uso comunitário, inicialmente de material local, posteriormente de alvenaria e telhado. Discutiram a importância de criar uma associação

específica do território, mas a indicação final foi de criar a associação quando estiver em vista a regularização do território, de forma que a associação seja a organização deles a receber a titulação das terras. A proposta da comunidade é que essa regularização seja feita de acordo com o determinado pela Lei Estadual 21.147 de PCT de Minas Gerais.

Na parte da tarde, foi realizada uma pequena oficina de gestão do território do Alegre. A discussão foi desdobramento dos debates sobre as maneiras das comunidades enfrentarem as mudanças do clima que já eram perceptíveis para a maioria dos vereadores. Os participantes foram os membros da Comissão de Vereadores. Ao final aprovaram as propostas para serem incluídas em um documento mais amplo, incorporando as propostas de gestão da área, incluindo o foco da prevenção e adaptação frente às mudanças do tempo. Ao final fizeram o planejamento de uma visita no dia seguinte às comunidades de Japão, Cabeceira do Borrachudo e Pandeiros.

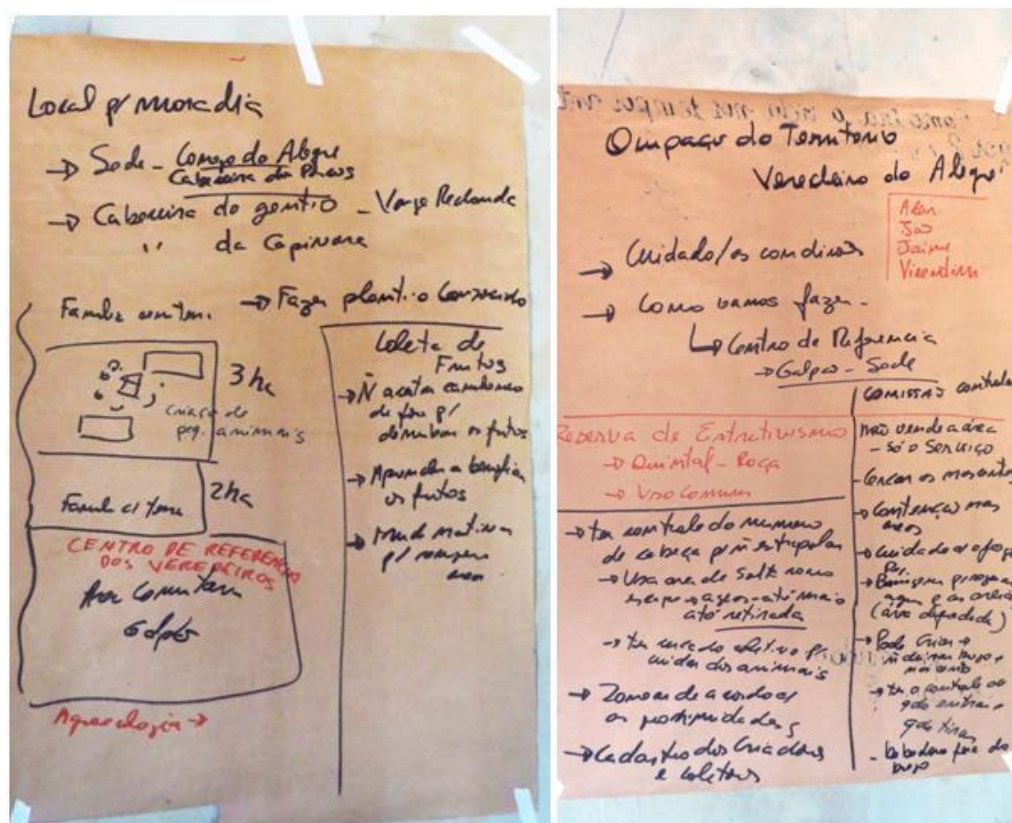


FIGURA 19 - Reunião comissão de vereadores - Comunidade de Cruz, distrito de São Joaquim. Fonte: Dayrell, 2017.



FIGURA 20 - Reunião da Comissão de Veredeiros - Comunidade de Cruz/distrito de São Joaquim.
Fonte: Dayrell, 2017.

No dia onze de novembro, saímos de manhã e viajamos com Jaime e João Batista para a comunidade de Japão. Só depois de lá chegar é que vimos o quão distante era a comunidade de Japão, de lá de onde saímos, de Brejinho/Capoeirão eram 150 km de distância. Saímos de manhã achando que chegaríamos lá para o almoço, e só conseguimos chegar na casa de seu Miro ao final da tarde. Mesmo chegando fora de hora, foi possível reunir com cerca de 15 pessoas da comunidade.

Eles contaram a história deles, em seguida o Jaime e o João relataram o papel que vêm desempenhando como representantes na CEPCT e CNPCT, os direitos que estão sendo garantidos pelo Decreto Federal 6040 e pela Lei Estadual 21.147. A comunidade relatou uma grande preocupação com a chegada das firmas que passaram a cercar as áreas de uso comum e com o plantio de eucalipto. Disseram que tem empresário que vai irrigar quase mil ha de lavouras e que estão perfurando poços artesianos com até 400 metros de profundidade. A maioria dos pequenos córregos já secaram e o rio do Cochá já perdeu cerca de 65% de sua vazão no período da seca. Ao final da reunião ficou combinado de a liderança da comunidade ser incorporada na Comissão dos Veredeiros e as famílias participarem do processo de continuidade de retomada do Território do Alegre. No dia seguinte, fizemos uma incursão na área para conhecer a situação do rio Cochá e das famílias da comunidade.



FIGURA 21- Comunidade do Japão - reunião na casa do Sr. Miro.
Fonte: Dayrell, 2017.



FIGURA 22 - Rio Cochá, com 1/3 do leito normal - Comunidade do Japão, município de Bonito de Minas.
Fonte: Dayrell, 2017.

Saímos na parte da manhã do dia 12 e retornamos para São Joaquim. Depois das explicações das comunidades, conseguimos compreender o processo de ocupação das extensas chapadas entre a cidade de São Joaquim e a comunidade do Japão. Percorremos uma parte das nascentes do rio do Japão que, nessa data, encontrava-se totalmente seco. Muito desmate, queimada com plantio de extensas áreas com a monocultura do eucalipto ou com o plantio de

pastagens. Não era assim há pouco mais de vinte anos. As terras eram soltas e o rio Japão tinha tanta água quanto hoje tem o rio Cochá. Era de não acreditar.

Chegamos, na parte da tarde, na casa do seu Antônio Seiscentos, ou Antônio dos Remédios. O assunto era finalizar uma definição preliminar das áreas que seriam destinadas ao uso familiar, comunitário, de coleta e de preservação do Território Veredeiro do Alegre. A reunião contou com a participação de sete pessoas da comissão. Abrimos o mapa do *Google Earth* e nele foram apontadas e feitas adequações sobre as áreas indicadas para de uso familiar e comunitário, bem como as áreas de proteção das cabeceiras a serem transformadas como Reserva Legal. Ao final foram repassados, atualizados, alterados ou corrigidos os indicativos do Regulamento Interno.

Eles expressaram novamente a preocupação com as mudanças que vinham ocorrendo com a vegetação nativa, agravadas pelas irregularidades cada vez mais significativas das chuvas e da temperatura. De fato, em diversos percursos que fizemos o Jaime mostrou extensas áreas onde centenas de árvores nativas tinham morrido como: pés de pequiizeiros, jatobazeiros entre uma dezena de espécies. Encontravam-se secas e, segundo ele, nunca tinha visto isso acontecer de forma tão forte e tão repentina. Ou seja, juntamente com a maioria das veredas que estavam altamente degradadas, com a morte visível dos buritizais, espécies nativas das áreas de chapada, historicamente resistentes aos períodos de seca, estavam em processo de fenecimento como consequência de décadas de degradação ambiental e, agravadas ainda mais pela nova configuração do clima. Eram inúmeras as espécies que se encontravam rumando para a extinção naquela porção do território veredeiro, podendo se configurar como uma nova feição dos cerrados em tempos de mudanças climáticas.

Territorialidade em expansão

Foi importante perceber, nesse período em que acompanhei o Jaime em suas atividades na comunidade onde mora, nos eventos e nas incursões feitas em outras localidades, que a territorialidade veredeira encontra-se em expansão. No 1º Encontro dos Veredeiros e, posteriormente, na viagem que fizemos até a localidade de Japão, cerca de 150 km de distância, nas divisas do município de Bonito de Minas com Montalvânia, vimos que a territorialidade delimitada pelo Movimento Veredeiros é muito mais ampla do que até então imaginava. Enfrentando interesses poderosos de empresas ligadas ao comércio global de mercadorias.

O mapeamento da incidência de comunidades de veredas no Norte de Minas, nas regiões dos Planaltos Sanfranciscanos na margem esquerda do rio São Francisco, totaliza 15 municípios (Bonito de Minas, Buritizeiro, Chapada Gaúcha, Cônego Marinho, Formoso, Itacarambi, Januária, Miravânia, Montalvânia, Pintópolis, Riachinho, Santa Fé de Minas, São Francisco, São João das Missões, São Romão, Urucuia), cuja área total é de 4.040.534,55 ha.

Defino nesta tese, como área de incidência de um movimento social nativo ou de uma organização identitária, as porções de um conjunto de municípios ou de porções de municípios onde comunidades locais que se afirmam como pertencentes a uma determinada categoria identitária vêm promovendo interações e demandando o reconhecimento de seus territórios. Como visto na introdução, movimentos sociais nativos que acionam fronteiras identitárias e territoriais mais ou menos precisas, cartografadas ou não, e com ações visando o controle social sobre os recursos aos quais interdependem. Ou seja, são áreas envolvidas com distintas dinâmicas de territorialização conforme Oliveira (1998), e de territorialidade conforme Little (2002; 2004), cujas comunidades encontram-se articuladas com um determinado movimento ou organização étnica. Por serem áreas extensas e com limites ainda imprecisos ou em construção, optei por fazer sua representação como um hachurado. Nesse caso, com o Movimento Veredeiros e com a Articulação Rosalino Gomes de Povos Tradicionais.

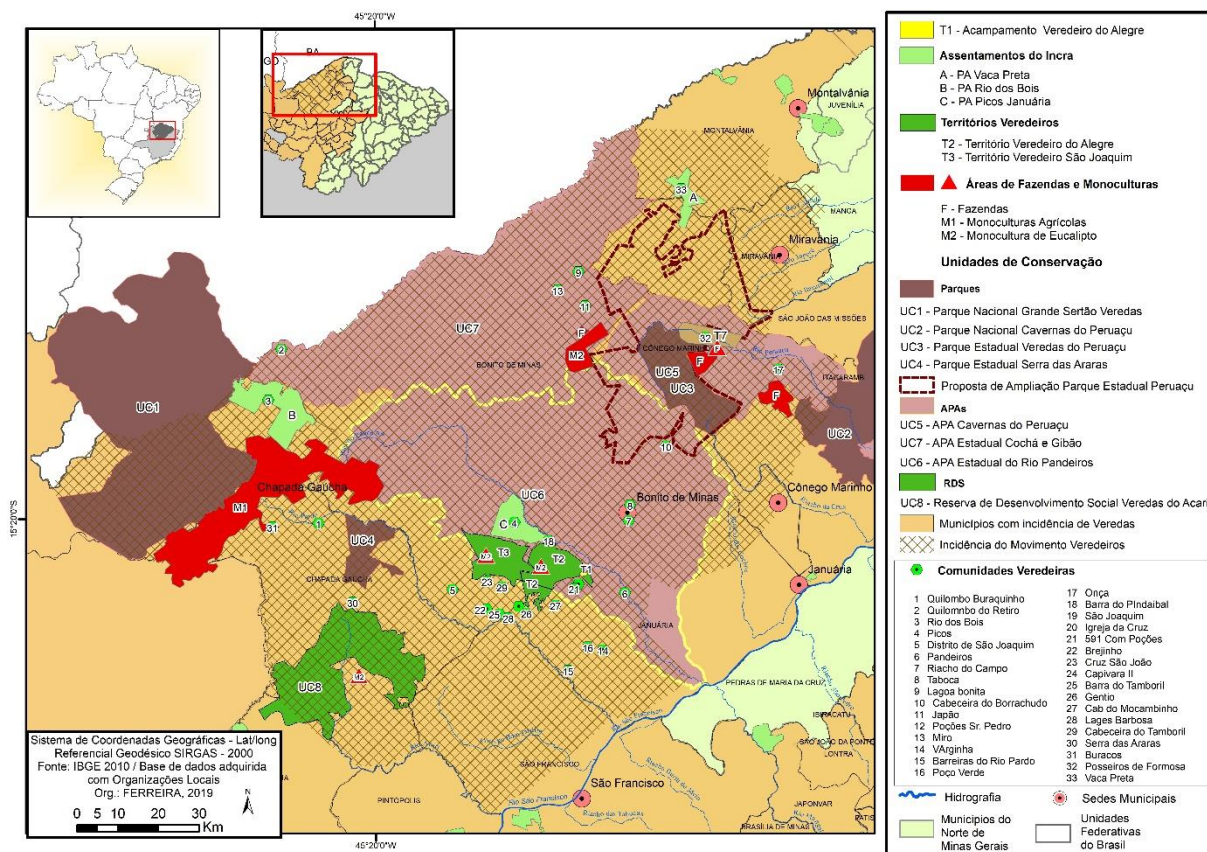


FIGURA 23- Área de incidência do Movimento Veredeiros, comunidades e demandas territoriais.
 Fonte: Dayrell, 2019, a partir de base de dados do CAA-NM.

Verificamos que o Movimento Veredeiros interage em algum tipo de articulação com comunidades de veredas distribuídas nos municípios de Bonito de Minas, Chapada Gaúcha, Cônego Marinho, Formoso, Itacarambi, Januária, Miravânia, Montalvânia, São Francisco (9 municípios), todos localizados no Norte de Minas na margem esquerda do rio São Francisco, além de um município do Noroeste de Minas (Formoso). E que a área de incidência do movimento abrange cerca de 1.700.000 ha.

Os veredeiros acionam lembranças de um tempo antigo que marcam suas tradições, o modo de vida, mas também suas resistências. Com o seu Júlio, vimos que o *insurgente nativo* Antônio Dó está presente na memória como a mobilizar a resistência vivenciada até os dias de hoje. Como aponta Little na definição do conceito de cosmografia (2002 p.2), os veredeiros mobilizam distintos saberes sobre os ambientes, suas formas de conceber o mundo, com identidades coletivamente criadas e historicamente situadas em suas estratégias de enfrentamento aos ataques que os seus territórios sofreram e continuam sofrendo.

Visitando uma das áreas que foi duramente impactada por uma empresa siderúrgica de Bocaiúva, a área da empresa Metalur, posteriormente RIMA¹⁶⁹, os veredeiros se viram de frente com o complexo florestal siderúrgico brasileiro, período inaugurado a partir dos anos 1970. Os desafios foram muitos. Primeiro, a expropriação de terras de chapadas e de brejos, áreas que eles utilizavam em outros tempos para o cultivo, solta dos animais e coleta de frutos e plantas medicinais. O segundo, a implantação de um projeto de drenagem das veredas para plantio de arroz irrigado e, o terceiro, com a plantação de monocultura de eucalipto nas áreas de chapadas, ambientes fundamentais para a regulação hídrica dos córregos que abastecem as localidades onde vivem¹⁷⁰. Hoje, encontram-se totalmente secas, mesmo no “tempo das águas”. Finalmente, o quarto, em seguida à expropriação territorial e degradação ambiental, uma porção significativa da área foi proposta para ser transformada em Reserva Particular do Patrimônio Natural - RPPN, restando imobilizada para o futuro.

Vimos que as comunidades possuem uma consciência da gravidade das mudanças que ocorrem na região e no mundo, percepção sinalizada por eles há bem mais tempo e que agora encontram-se narradas pelos que apregoam as mudanças climáticas, denominadas pelos moradores de mudança do tempo. Para eles, os impactos das mudanças climáticas não têm como principal vetor alterações nas temperaturas e na incidência das chuvas. Tem a ver a forma como os territórios passaram a ser ocupados e sua incorporação à lógica do agronegócio. Em contraposição a essa lógica, apontam o modo de vida veredeiro.

Ao fazerem a retomada do “Território do Alegre”, colocam em movimento a realização do mundo veredeiro, como disse um dos participantes do encontro: “Estamos em procura de uma área de terra para que possamos melhorar nosso curso de vida, podendo ter uma própria terra muita coisa pode ser mudada” (p.188)”. Nesse processo demarcaram o Território Veredeiro do Alegre, com área de 13.507 ha, parte dele em negociação com a empresa Plantar. Mas não deixaram de fora a área grilada pela Rima, declarado então como Território Veredeiro de São Joaquim, com área estimada em 12.700 ha.

Junto com a demarcação do Território Veredeiro do Alegre, promoveram uma retomada através de um acampamento veredeiro, planejado para se transformar no Centro de Referência do Território Veredeiro do Alegre. Mesmo com o processo de negociação de transferência formal da área para os veredeiros, a comunidade deu continuidade na proteção da área. Foi

¹⁶⁹ Se acessarmos o site do Grupo Rima está escrito lá que essa empresa “é líder na produção e comercialização de ligas à base de silício no Brasil. E o único produtor de magnésio primário do Hemisfério Sul.”

Fonte: www.rima.com.br/htmls/inst_quem_somos.php, acessado em 10/07/2019.

¹⁷⁰ Esse projeto, financiado na época pelo Provárzeas em Minas Gerais e coordenado pela Ruralminas, foi conduzido pela Eletrometalur S/A, sendo que em 1982 passou a ser denominada Rima Industrial S/A.

criada uma Comissão de Gestão pelos vereadores que passaram a cuidar da área, fiscalizando desmates ilegais e orientando as comunidades a não colocarem fogo, além da instalação de placas construídas na escola pedindo para não queimar. Além disso, as comunidades vêm utilizando a área para as práticas tradicionais de coleta de frutas e plantas medicinais. E, recentemente, após a realização do I Encontro dos Vereadores de Minas Gerais (4 e 5 de novembro de 2017), elaboraram um plano de gestão da área (COMISSÃO DE VEREADORES DO ALEGRE, 2018).

Os impactos das transformações advindas da ocupação capitalista do espaço cuja maior expressão pode ser visualizada nas extensas chapadas que rodeiam as nascentes dos rios Carinhonha, Pandeiro, Pardo além de afluentes dos rios Urucuia e Acari. Inúmeros projetos com a monocultura do eucalipto que foram implantados nas extensas áreas de Neossolos Quartzarênicos não foram adiante, mas a grilagem dessas terras abriu para a entrada de grandes fazendas ou, quando não, foram transformadas em unidades de conservação, a grande maioria de proteção integral ou então como APAs - Áreas de Proteção Ambiental. Recentemente se viram de frente a uma proposta das instituições ambientais de ampliação do Parque Estadual do Peruaçu o que abrange extensas áreas de uso tradicional das comunidades de veredas. A tabela a seguir aponta o quadro de distribuição de unidades de conservação onde vivem as comunidades de veredas.

Tabela 1- Distribuição de unidades de conservação por categorias de uso.

Categorias de Unidades de Conservação		Área (ha)	Total (ha)
Unidades de Conservação de Proteção Integral	P.E. Veredas do Peruaçu	31.225,81	331.896,03
	P.E. Serra das Araras	13.542,93	
	PARNA Grande Sertão Veredas	230.714,37	
	PARNA Cavernas do Peruaçu	56.412,92	
	Proposta de ampliação do PE do Peruaçu	118.374,19	450.270,22
Unidades de Conservação de Uso Sustentável	APA Cavernas do Peruaçu	143.252,09	822.448,99
	APA Estadual Cocha e Gibão	285.327,89	
	APA Estadual do Rio Pandeiros	393.869,01	
	RDS Estadual Veredas do Acari	60.975,31	883.424,30
Total (sem proposta ampliação do PE Veredas do Peruaçu)			1.215.320,34

A tabela acima nos aponta para um total de um milhão duzentos e quinze mil ha de áreas protegidas. São trezentos e trinta e um mil ha como unidades de proteção integral, nos quais não é permitido que moradores vivam no seu interior e oitocentos e oitenta e três mil ha como unidades de uso sustentável. Sendo que destas, cinquenta e seis mil ha, que representam

5% de áreas protegidas, se referem a uma área de Reserva de Desenvolvimento Sustentável que foi implantada sem o envolvimento das comunidades locais que não se sentem reconhecida pelos órgãos ambientais.

Verificou-se que os órgãos ambientais e formuladores de políticas públicas não conhecem e reconhecem as práticas e saberes das populações locais e por isso não as levam em consideração antes de implementar as normas ambientais, excluindo-as do processo de gestão participativa e tornando-as “deslocadas” em seu próprio espaço (LÚCIO, 2013, p.113).

Vimos, anteriormente, que a área total dos municípios onde incidem comunidades de veredas na margem esquerda do rio São Francisco abrange quatro milhões e quarenta mil ha. Por outro lado, a área ocupada com unidades de conservação na ordem de um milhão e duzentos mil ha, o que representa 30% do total das terras dessa porção do território. O que poderia ser uma boa notícia para os que se preocupam com o meio ambiente não o é para as comunidades locais que, como vimos anteriormente, convivem com uma intensa fiscalização dos órgãos ambientais, mas com o beneplácito ou a inoperância da fiscalização frente à produção promovida pelo agronegócio e pelos fazendeiros, pouco atingidos pela fiscalização. Ou, quando o são, ou conseguem o perdão das infrações, ou alongam os processos nos intermináveis meandros judiciais no qual figura um exemplo como o mais cabal, o caso de Walter Santana Arantes, conhecido na região como Valtim¹⁷¹.

Por outro lado, a partir do mapa da Figura 23 e da Tabela 2 a seguir, é possível verificar o resultado da mobilização das comunidades de veredas que contam com um total de oitenta e nove mil ha de terrenos regularizados seja como forma de Projetos de Assentamentos pelo INCRA ou como, no caso citado anteriormente, da RDS Veredas do Acari. Atualmente, as comunidades de veredas, impulsionadas pelo Movimento Veredeiro vêm colocando em discussão a demanda pelo reconhecimento de uma ampla área de terras onde vivem centenas de comunidades tradicionais, sejam como veredeiros ou como quilombolas. Demandas que passaram a ser encaminhadas à Comissão Estadual de Povos e Comunidades Tradicionais.

¹⁷¹ “O Ministério Público Federal, por meio do Procurador da República do município de Janaúba/MG, EDUARDO HENRIQUE DE ALMEIDA AGUIAR, no exercício de suas atribuições legais e constitucionais, legitimado pelo artigo 129, inciso III da Constituição e pelo art. 7º, inciso I da Lei Complementar nº 75/93, e: Considerando a notícia de suposto dano ambiental na Fazenda “Itaporanga do Norte”, no município de Itacarambi/MG, supostamente ocasionado por WALTER SANTANA ARANTES (...) RESOLVE converter, em inquérito civil de mesmo número, a notícia de fato em epígrafe, que tem por objeto apurar possível dano ambiental, em área de preservação permanente, na Fazenda “Itaporanga do Norte”, no interior do Parque Nacional do Peruaçu, no município de Itacarambi/MG. (...) Montes Claros/MG, 5 de julho de 2017. Eduardo Henrique de Almeida Aguiar PROCURADOR DA REPÚBLICA” (Conforme Portaria de Instauração de INQUÉRITO CIVIL nº 090, Ofício de Janaúba, de 05.07.2017 REF.: NOTÍCIA DE FATO N. 1.22.025.000062/2017-77).

Encontra-se em fase avançada de negociação o Território Veredeiro do Alegre com uma área de treze mil, quinhentos e sete ha. Mas o 1º Encontro de Veredeiros, realizado em novembro de 2017, apontou para uma demanda muito maior. O que vai depender da capacidade de mobilização e movimentação dos veredeiros.

Tabela 2-Territórios regularizados e em disputa pelos veredeiros.

	Categoria		Área (ha)
Territórios Veredeiros Conquistados	Assentamentos	PA Picos Januária	8.616,23
		PA Rio dos Bois	15.501,42
		PA Vaca Preta	4.883,61
	RDS RESEX	RDS Estadual Veredas do Acari	60.975,31
	Total de áreas regularizadas		89.976,57
<hr/>			
Territórios Veredeiros em Disputa	Territ. Vered. Alegre abaixo cascalho		2.263,29
	Território Veredeiro Alegre acima cascalho		11.244,09
	Território Veredeiro São Joaquim		12.706,55
	Acampamento do Alegre		181,12
	Posseiros da Formosa		6.065,76
Total de áreas em disputa		32.460,81	

Percorrendo os planaltos sanfranciscanos situados à margem direita do rio São Francisco vemos que, mesmo sob a estreita vigilância dos órgãos ambientais ou dos fiscais das firmas, como foi relatado na Comissão de Veredeiros, os sistemas tradicionais móveis e fluídos das comunidades nas atividades produtivas encontram-se presentes. Mas cada vez mais, sob risco em função da privatização das terras ou pela transformação como unidades de conservação ambiental. Não sem razão emprestam os seus tempos e as suas práticas na construção de uma proposta de ocupação do território do Alegre que foi retomado e na mobilização de outras comunidades que demandam o reconhecimento de seus modos de vida como foram colocados pelas comunidades que vivem entre os rios Pandeiros e Pardo ao longo do rio Cochá. E também em sua defesa.

Vimos lideranças da Articulação Rosalino em atividades de formação e de intercâmbios com as comunidades de veredas, trocando conhecimentos e práticas de resistência e de enfrentamento desenvolvidas nos seus lugares. Definindo o conceito deles sobre territórios, nativos falando com nativos. Nesse enfrentamento, além da ação local e regional, associam-se em redes locais, como vimos entre os participantes do Encontro dos Veredeiros, mas também em redes regionais, nacionais e até mesmo internacionais, como as que são acionadas pela

Articulação Rosalino e os seus agentes que atuam em parceria. Escobar (2005) destaca a importância do enfrentamento acionando redes e movimentos em diálogos mais amplos.

Está claro que os lugares estão sendo progressivamente submetidos às operações do capital global, de modo ainda mais acentuado na era do neoliberalismo e da degradação do Estado-nação. Contudo, isso só outorga caráter mais urgente à questão das regiões e das localidades. Redes tais como as dos indígenas, dos ambientalistas, das ONGs e outros movimentos sociais estão tornando-se mais numerosas e adquirindo maior influência nos níveis locais, nacionais e transnacionais (ESCOBAR, p.160).

Esse mergulho na cosmografia veredeira nos apontou que, mesmo em um contexto de intensas perdas e de violências contra as pessoas do lugar, as comunidades não estão paradas. Estão em movimento. Vamos então para a segunda territorialidade visitada, a dos vazanteiros.

Vazanteiros

Os vazanteiros, segundo Luz de Oliveira (2013), são populações residentes que

Vivem nas áreas inundáveis das margens e ilhas do rio São Francisco e se caracterizam por um modo de vida específico, construído a partir do manejo dos ecossistemas sanfranciscanos, combinando, nos diversos ambientes que constituem o seu território, atividades de agricultura de vazante e sequeiro com a pesca, a criação animal e o extrativismo. O sistema de trabalho e de uso dos recursos naturais acompanha os ciclos de seca, enchente, cheia e vazante do rio, por isso a fluidez, o nomadismo e a impermanência são os elementos constitutivos do modo de vida vazanteiro, caracterizado pela mobilidade das famílias sobre o território e pela mobilidade do próprio território, nativamente denominado de terras crescentes (LUZ de OLIVEIRA, 2013, págs. 85 e 86).

As comunidades vazanteiras têm uma longa história de relação com o rio São Francisco. O rio é considerado o maior exclusivamente brasileiro, além de sua importância histórica na ocupação do interior do Brasil, na conformação dos sistemas agrários sanfranciscanos, da produção agrícola e na criação de animais e no desenvolvimento da navegação. Ele promove o intercâmbio de produtos e de gentes entre o Sertão, com sua agricultura para abastecimento interno e o Litoral, com produtos agro-exportadores, sendo responsável na oferta de 2/3 da disponibilidade de água doce do Nordeste. Além de tudo isso, temos ainda a atividade pesqueira que foi e continua sendo fundamental na renda e como fonte de alimentação para milhares de famílias ribeirinhas (THÉ et al, 2018).

Em muitas das comunidades ribeirinhas no rio da integração nacional, ainda hoje é possível encontrar apetrechos utilizados na pesca cujos conhecimentos e práticas remontam às

tradições elaboradas e transmitidas pelos indígenas entre si e às demais populações que habitavam a região. Até muito recentemente as redes eram produzidas com uso de fibras naturais coletadas nas áreas de mata, como o caroá (*Neoglaziovia variegata* [Arruda] Mez), a qual era utilizada na fabricação de linha para tarrafas e redes de espera (THÉ, 2003).

Estudos apontam que a atividade pesqueira e o cultivo agrícola eram desenvolvidos por populações humanas que remontam há pelo menos oito mil e dois mil anos. A interdependência entre o rio e alimentos extrapolou para outras dimensões da vida das pessoas que nele vivem, como bem expressou o Sr. Virgílio, da localidade do Espinho, Quilombo de Tabua, em Manga, quando nos diz que,

Para mim, o Rio São Francisco é pai, é mãe, é irmão, é primo, é irmão gêmeo, é tudo, é minha vida. (...) Me lamento a covardia que o homem está fazendo com o rio São Francisco que está matando a vida dele próprio aos tiquinhos e a vida do rio também. A cada vez que você danifica um pedacinho que seja, uns vinte centímetros do rio, ele está abrindo uma enfermidade no corpo dele mesmo. Eu considero que o rio (...) tinha que ser tratado melhor, ainda dá tempo, mas se continuar do jeito que vai, a meu ver, a perda é muito grande, nós não somos dele, ele é o dono nosso, só que nós não estamos respeitando, é igual eu responder meu pai e minha mãe ou então bater neles, para mim significa a mesma altura (Sr. Virgílio, em entrevista para equipe do Projeto Cartografia Social, 2019).

Os vazanteiros constroem suas vidas amalgamadas com o rio. Com um conhecimento profundo sobre as dinâmicas do rio e de sua influência sobre as áreas ribeirinhas, as formas de apropriação do território pelos vazanteiros, formam, segundo Luz Oliveira (2005), um complexo sistema de exploração das potencialidades dos diversos ambientes presentes nas terras baixas, em constante mobilidade, junto com as terras altas. Sendo que as formas de regulação do uso e ocupação do território estão assentadas no que ela denominou de “sistema de direitos combinados”. Um sistema que está assentado sobre o rio, entendido como “um parente”, como expressou o sr. Virgílio, e cuja territorialidade expressa nas dinâmicas do rio, considera também a própria mobilidade das populações que aí vivem. O direito de uso das terras está sempre aberto “aos chegantes” que o adquirem pelo trabalho ou pela compra do direito (ou do trabalho) de outrem que o abriu (LUZ DE OLIVEIRA, 2005).

Quando foi realizado, em 2006, o I Primeiro Encontro Interestadual de Homens e Mulheres Vazanteiras do São Francisco na Ilha da Ingazeira, como visto anteriormente, iniciou-se uma movimentação das comunidades vazanteiras na luta pelo direito de permanecer no lugar, acionando para isso direitos étnicos. Movimentação que surgiu como enfrentamento a duas ondas de expropriação vivenciadas pelas comunidades em pouco mais de trinta anos. A primeira, iniciada nos anos 1960 e promovida pelo processo de modernização da agricultura

instituída pelos governos militares que tomaram o poder em 1964, quando ocorreu a expropriação das terras comuns e a formação de latifúndios vinculados ao agronegócio. A segunda ocorreu a partir dos anos 2000 como resposta à pressão de organismos financiadores internacionais que passaram a exigir a compensação ambiental pela abertura de extensas áreas de mata seca pela implantação do Projeto de Irrigação do Jaíba. Uma estratégia de reordenamento ambiental que criminalizou as gentes vazanteiras.

A primeira “encurralou” as comunidades nas estreitas faixas ao longo do rio ou nas ilhas. A segunda transformou as áreas onde estavam a viver como parques ou como áreas de preservação permanente - APPs, como nos informa Anaya (2014).

No final dos anos 1990 e meados dos anos 2000, a situação social de “encurralamento” vivenciada pelos vazanteiros foi redefinida pelo novo contexto de políticas ambientais implementadas na região. Políticas que deram prosseguimento ao processo de desterritorialização desses grupos, através da operacionalização das Unidades de Proteção Integral (UPI) compensatórias ao projeto de Fruticultura Irrigada Jaíba. (...) Deu-se início a uma série de proibições e penalizações sobre as práticas extrativistas, de caça, plantio e pesca que fazem parte da cultura vazanteiras, redefinindo atores e projetos sociais em conflito, pois, se antes era o fazendeiro (o algoz), hoje é o IEF (ANAYA, 2014, págs. 4043 e 4044).

Reagindo à doxa do campo ambiental que compartimentaliza de forma antagônica produção e conservação, as comunidades vazanteiras, organizadas na articulação Vazanteiros em Movimento, complexificaram esse campo “ambientalizando” suas lutas com o acionamento dos elementos identitários que marcam sua relação com os ecossistemas ribeirinhos. Saíram do contexto de isolamento e de negação de direitos e se apresentaram como construtores de “uma nova ordem política e de um novo paradigma, convertendo-se em uma espécie de heterodoxia frente à doxa hegemônica do campo ambiental” (ANAYA, 2014, p.4049).

Faço essa breve introdução para situar o período do trabalho de campo que foi realizado junto aos vazanteiros entre o final do ano de 2017 e início de 2018. Naquele período, em três incursões, fiz contato com Zilah de Matos, agente da CPT que atua junto às comunidades ribeirinhas do São Francisco apoiando a mobilização dos “Vazanteiros em Movimento”. Ela também compõe a rede colaboração com a Articulação Rosalino.

Em dezembro de 2017 estive com o seu Cícero, antena da Articulação Rosalino, acompanhando o seu dia-a-dia na Associação dos Vazanteiros de Itacarambi e na sua roça na Ilha da Maria Preta. Em fevereiro de 2018, acompanhei o seu Cícero em um evento na Ilha do Pau Preto e na Ilha do Pau de Légua com intercâmbio de ribeirinhos da região de Santarém, na Amazônia, que vieram até Matias Cardoso. Intercâmbio apoiado pelo NIISA e que tinha o objetivo de colaborar na construção de um regimento de uso e ocupação de seus territórios

retomados. Nesse período aconteceu também a primeira etapa da construção da cartografia social dos Vazanteiros em Movimento. E, posteriormente, em abril de 2018, acompanhei o encontro que aconteceu na sede da Associação dos Vazanteiros de Itacarambi em outra etapa da construção da cartografia dos vazanteiros.

O NIISA assessorou na construção da carta de apresentação da comunidade reinvidincando o reconhecimento territorial das comunidades de Pau Preto e Pau de Légua pelo CEPCTS. Foi elaborada uma sistematização da iniciativa de retomada territorial de Pau Preto, que foi encaminhada ao Prêmio Sistemas Agrícolas Tradicionais (EMBRAPA/BNDES). A experiência foi selecionada junto com outras quinze que receberam um prêmio. E fizemos um registro em vídeo da incursão dos filhos de Saluzinho até a gruta onde o pai deles fez o enfrentamento à força policial de MG em 1967.

Em Minas Gerais temos registros de comunidades vazanteiras do São Francisco vivendo ao longo do rio desde a cidade de Pirapora e Buritizeiro até a divisa com a Bahia, municípios de Juvenília, pela margem esquerda e município de Matias Cardoso, pela margem direita, abrangendo um percurso de 444 km.

Os vazanteiros, enquanto comunidades ribeirinhas, expressam um complexo cultural e político muito mais amplo do que um primeiro olhar nos mostra, e que foram objeto de estudos como os realizados por Thé (2003), Luz Oliviera (2005), Araújo (2009) e Anaya (2012). Naquela porção do território, encontramos vazanteiros, mas também pescadores, quilombolas e indígenas. Como também grupos que se expressam como lavradores, posseiros, sem terra, camponeses, assentados, agricultores familiares. Em outros casos, expressam múltiplas identidades como pescadores, vazanteiros, quilombolas, e também como lameiros, beiradeiros, barraqueiros, identidades que co-existem e que estão relacionadas com suas práticas, saberes e conhecimentos expressos em suas territorialidades que se encontram em um contexto de enorme tensão (ARAÚJO, 2009; ROCHA, 2018).

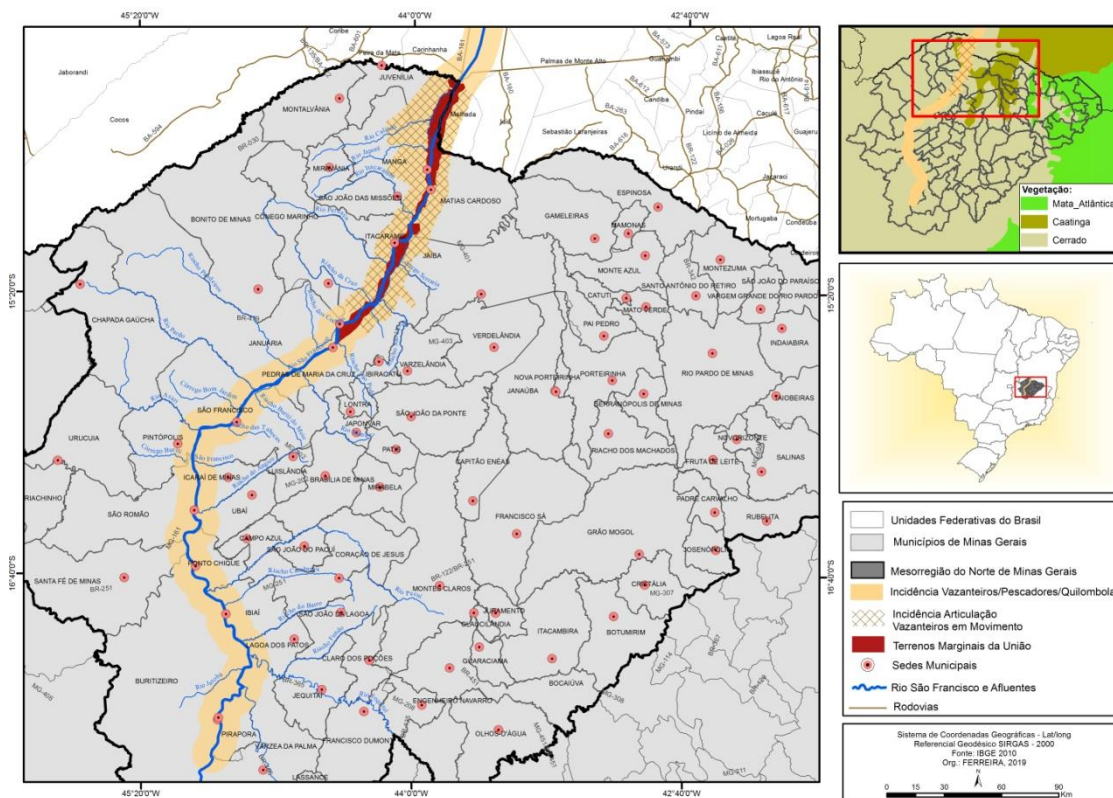


FIGURA 24 - Área de incidência de comunidades vazanteiras do Rio São Francisco no Norte de Minas Gerais. Fonte: Dayrell, 2019.

A cartografia que está sendo produzida pelos vazanteiros participantes da articulação “Vazanteiros em Movimento” nos mostra que em um percurso de 444 km de rio, entre Pirapora e Carinhanha, incidem em pelo menos 125 km do rio, desde a Ilha do Amargoso, entre os municípios de Januária e Pedra de Maria da Cruz até a Ilha da Ingazeira - Escuro, que fica divisa de Minas Gerais com a Bahia. O que representa 28% dessa porção. São cento e vinte e cinco quilômetros de rio abrangendo 41 ilhas ou localidades onde vivem comunidades vazanteiras e suas múltiplas identidades. Área que pode ser visualizada no mapa da Figura 24 (hachurada).

Vamos então a alguns dos momentos que vivenciei nessa incursão junto aos vazanteiros.

O Encontro com Zilah

Em dezembro de 2017, percorri as planícies sanfranciscanas entre as cidades de Manga, Matias Cardoso e Itacarambi. Encontrei com Zilah em sua casa, sempre aconchegante, casa que ela recebe a todos e todas que a procuram, seja de gentes do lugar, seja de gentes de fora que vêm de longe, estudantes, pesquisadores, documentaristas, militantes populares e políticos. Manga é uma cidade quente, que fica na margem esquerda do rio São Francisco, última cidade mineira antes da divisa com a Bahia.

Na conversa com Zilah, ela conta como conheceu os vazanteiros, como se deu conta das especificidades de vida dos antigos posseiros que tinham suas vidas misturadas com as águas do rio São Francisco. A primeira vez aconteceu quando ela, acompanhada por uma irmã de Ubaí, fez uma missão até a Ilha da Ingazeira. Comunidade distante 40 km abaixo da sede do município de Manga, onde as famílias encontravam-se em muitas dificuldades. No primeiro dia chegaram tarde da noite. “No outro dia começamos a visitar cedo as famílias para preparar a Romaria. Isso foi no ano de 1996. Eu ainda estava morando em Porteirinha eu nem conhecia nada aqui”. Em sua narrativa relembra que:

No outro dia fizemos uma procissão, eles levaram um tanto de palmeira para a procissão, um tanto de ramos, sei que fizemos uma procissão na beira do Rio. Resolvemos fazer uma parada para uma reflexão em frente à casa de um senhor idoso que morava ali, era um cruzamento de todos ali, onde eles pegavam o barco para ir pra Manga, Malhada e Carinhanha, as cidades mais próximas. Nós fizemos uma reflexão sobre a vida deles no rio, como que eles usavam o barco, aí eles contaram um monte de histórias, desde a parteira, da mulher que eles punham no barco e ganhava o menino antes de chegar na cidade, desde o peixe que eles iam vender na Malhada. E das histórias que eles iam contando, da pesca, da produção da terra que era mais criação de porco, eles criavam muito porco e vendiam, galinha eles não vendiam. Fizemos uma reflexão da importância de eles estarem ali, de protegerem a área, de fazerem experiências. Então eles plantaram uma árvore e fundaram uma cruz, se volta lá hoje, a cruz está lá, árvore que eles plantaram está lá até hoje. Então, toda vez que eu vou lá eles fazem questão de dizer para irmos ver lá (a cruz) na encruzilhada (Zilah em conversação, 2017).

Depois da missão em 1996, Zilah mudou para Manga em 1998, dando continuidade no acompanhamento aos posseiros e às comunidades ribeirinhas. Então ela conta que em 2003 a Claudia Luz veio fazer uma pesquisa de mestrado, ela veio fazer com os vazanteiro, queria uma comunidade para estudar os vazanteiros. Zilah lembrou da Ilha da Ingazeira

Porque a gente chegava lá na Ingazeira, eles falavam, nós éramos vazanteiros, nunca falavam ribeirinhos, engraçado eles nunca falavam nós somos ribeirinhos. Mas falavam mesmo que eram vazanteiros. Eu perguntava, mas porque vazanteiros? Moço, nós trabalhamos o tempo todo nas vazantes, então nós somos vazanteiros aqui da beira do rio (Zilah, em entrevista, 2017).

Zilah falou com Claudia, “eu vou te levar, mas lá é longe”. Depois da Ilha da Ingazeira, Claudia foi fazer a pesquisa também na Ilha da Curimatá. Em 2005, ela defendeu a dissertação de mestrado intitulada “Vazanteiros do rio São Francisco: um estudo sobre populações tradicionais e territorialidade no Norte de Minas Gerais”. Foi o primeiro estudo mais sistemático sobre comunidades vazanteiras.

Em 2007, na Ilha da Ingazeira, foi realizado o primeiro encontro de comunidades vazanteiras de Minas Gerais e da Bahia no âmbito da Articulação São Francisco Rio Vivo.

Enquanto lideranças de comunidades da Bahia subiram o rio São Francisco, de Minas Gerais três barcos com vazanteiros de diversas comunidades desceram e se encontraram na Ilha que faz divisa de Minas com a Bahia. No encontro, Claudia Luz fez a devolução da pesquisa, momento que se tornou a semente da articulação que se desenvolveu posteriormente como Vazanteiros em Movimento. Nesse encontro também saiu a Carta dos Vazanteiros e Vazanteiras do São Francisco.

Nos dias que ficamos em Manga fomos visitar umas áreas onde, em 2012, tínhamos contribuído na elaboração de laudos de seis comunidades quilombolas. Encontramos extensas áreas de mata derrubadas, queimadas onde os fazendeiros plantaram pastagens, inclusive dentro de inúmeras lagoas marginais. Com a complacência dos órgãos fiscalizadores e a devida indignação das comunidades ribeirinhas.

O dia a dia de seu Cícero Vazanteiro

Um mês depois, no dia dezoito de janeiro de 2018, retornei às margens do rio São Francisco, agora para fazer contato com o sr. Cícero, uma das antenas que iria acompanhar. Encontrei com ele na feira. Estava na sua banca, juntamente com o seu Rufino, também vazanteiro, vendendo diversos produtos que trouxeram de suas roças na Ilha da Maria Preta. Percorrendo as barracas observei que a produção vazanteira era a principal fornecedora de gêneros no mercado municipal, o Cícero era um deles. Conversamos, depois ele deixou sua banca e saiu me apresentando a outros feirantes, entre eles, duas mulheres, mãe e filha que, fiquei sabendo, eram parentes de Saluzinho, o *insurgente nativo* que fez o enfrentamento contra o avanço das fazendas na região da Jaíba, durante o período da Ditadura Civil-Militar. A senhora falou sobre os filhos de Saluzinho que moravam em Itacarambi. Eu tinha interesse em ir conhecê-los. O Cícero ficou de me levar lá depois.

Com o fim da feira, fomos com o seu Rufino e o seu Cícero para a Ilha da Maria Preta. Atravessamos o rio São Francisco na “rabeta”¹⁷² de Cícero, com o Zé Carlos¹⁷³, Rufino e seu filho, o Renê. O barco aportou na ilha, descemos e subimos o barranco ligeiramente enlameado, afinal estávamos no mês de janeiro, tempo que o rio fica barrento e suas águas, à medida que sobem, vão cobrindo os barrancos e as áreas mais baixas. Chegamos à área do seu Rufino, ele

¹⁷² Pequeno barco de madeira que possui um pequeno motor a gasolina e que passou a substituir o remo nos deslocamentos que os vazanteiros e pescadores fazem no rio.

¹⁷³ Vazanteiro que entrou na última eleição da Associação dos Vazanteiros de Itacarambi e que é conhecido também como Carlinhos, mesmo nome que eu sou conhecido.

tem ali um pequeno barraco, paredes de taipa, coberto de telhas de formato colonial, em volta com muitas plantações de árvores frutíferas misturadas com algumas nativas. Próximo, uma área de mata vigorosa. Cícero inicia apresentando o lugar. “Olha Carlinhos, tem uma reservinha aqui, está vendo?” Era a área de mata que circunda sua roça com umas caixas de abelha “europa”. Olhando a roça diversificada, com muitas espécies misturadas, o seu Rufino explica porque planta consorciado. “A gente planta é assim, é milho, é mandioca, é feijão, é tudo! Ele tem por obrigação quando está batendo o vento, ele está triscando um lá no outro, olha lá! É igual nós, se a gente vier morar um aqui e o outro na Bahia fica longe de nos encontrarmos”. Pergunto então, se os mantimentos têm disso também. Ele diz: “tem, é a mesma coisa. Olha aqui, um milho desse aqui ele tinha a capacidade de outra cova aqui ó, de enxada, no caso da [do plantio com a] enxada. As mandiocas, eu plantei assim”, ele diz mostrando a distância de uma à outra. Eu pergunto, que raça (variedade) de mandioca é esta? “Aqui tem a Rasgadinha, tem a Olho Preto, tem a Palmeira. Um bocado de nome de mandioca aqui que é mansa, elas são mandiocas doce”. Observo que o sr. Rufino trata as plantas na mesma categoria com que trata os humanos.

Curioso, eu peço a ele para contar sua história. Sempre vivendo na beira do rio, ele conta de sua passagem como sem-terra e depois como assentado no PA Milagres¹⁷⁴, até que resolveu voltar para a beira do rio. Peço para ele explicar melhor o que é ser vazanteiro. Ele explica, “são povos que nascem na beira do rio e se convivem com o rio. O vazanteiro ele é uma pessoa acostumado junto com os peixes, porque nós somos da água, se fala vazanteiro, ele é de dentro da água” (seu Rufino, em entrevista, 2018). Ele continua dizendo agora sobre a conversa que estabelecem com o rio - “agora, tem um detalhe de uma conversa entre nós e o rio”. E ele explica como se dá uma das conversas que eles estabelecem com o rio. Quando na época das águas o rio vai enchendo, o rio vai falando com a gente - “opa, vocês saem, vão embora! Agora, na hora que (o rio) fala ‘vazou’, aí ele mudou a conversa, ele vai voltando e nós também voltando para dentro do direito nosso” (seu Rufino, em entrevista, 2018). Ele continua dizendo, além de conversar, o rio também come a nossa roça. “E a tendência do rio, quanto mais ele come a nossa roça das águas, mais nós ficamos alegres.”¹⁷⁵ Da mesma relação de sociabilidade que trata as plantas, os animais, temos agora uma relação entre iguais, dos humanos com o rio. Algumas vezes, o que poderia ser visto como confronto, quando o rio sobe avisando para eles saírem,

¹⁷⁴ Projeto de assentamento rural promovido pelo INCRA.

¹⁷⁵ Quando fala “come a roça” ele explica que é quando o rio enche e leva as plantações com cheia, acabando com as plantações por causa do excesso de água.

quando o rio retorna, a reciprocidade é estabelecida com as terras úmidas e férteis deixadas pelo seu rastro.

Cícero lembra a luta que foi para poderem continuar plantando na Ilha da Maria Preta. O enfrentamento que tiveram que fazer “com os fazendeiros, com o doutor Antônio delegado, os Embaía, o Adivá, e os outros, você está entendendo?” Os fazendeiros que até então só ficavam nas áreas de mata na porção mais elevada, quiseram apossear das áreas de vazantes em que eles viviam. E ele explica o motivo - “Eles não querem que nós fiquemos aqui, porque aqui é uma riquezazona, aqui a gente tem comida. Lá na mata estão morrendo de fome”. Cícero então reclama dos mais novos, dos que chegaram depois, eles não sabem de nada, “ele achou que não teve contenda, ele achou que não teve briga com o sindicato, ele achou que nós não tivemos nada de demanda, mas nós que estamos aqui desde o início é que sabemos” (Cícero, em entrevista, Itacarambi, 2018).

Sobre quem mais prejudicou e que continua prejudicando os vazanteiros, o Cícero nos diz que são os “fazendeiros que foram os expropriadores de terra”. Mas que hoje, quem tem mais culpa, “o mais culpado que a gente bate de frente é com o próprio Estado e a Justiça. A Justiça sabe que isso acontece, sabe que as terras são da União, não toma providência e não decide logo de quem é, quem é que doou e quem deve ficar com as terras”. E ele vai mais longe. “Tem também esse sistema do consumismo. O sistema é o Estado, o consumismo é o Estado que também defende o consumismo, ele quer produção”. Ao mesmo tempo em que ele aponta um “culpado” imediato pelas dificuldades que os vazanteiros enfrentam frente à força dos fazendeiros, à omissão do Estado e da justiça, aponta que os problemas têm uma causa maior, a lógica capitalista que estimula um consumo que não tem limites, o consumismo.

A conversa rendeu, estava ficando tarde, fomos retornando, passando por diversas áreas de roças, algumas cultivadas, outras não, até chegarmos ao barranco do rio. Tomamos o barco para retornar até Itacarambi. O rio nessa hora da tarde, mais barrento, com ondas tocadas pelo vento parecia querer conversar com a gente. Mas eu não entendia o seu linguajar. Era coisa de vazanteiro.

A Cartografia Vazanteira

Na primeira semana de maio de 2018, acompanhei a equipe do projeto Cartografia Social Brasil Central, desenvolvido pela Unimontes/PPGDS/NIISA/CAA, no trabalho que foi realizado na sede da Associação dos Vazanteiros de Itacarambi. Reuniram-se no final de

semana as lideranças das comunidades que faziam parte dos Vazanteiros em Movimento para a primeira etapa da devolução do mapa. Participaram representantes da Associação dos Vazanteiros de Itacarambi, de Maria Preta, Pau Preto, Pau de Léguas e Jenipapo. E das comunidades de quilombos vazanteiros da Lapinha, Praia, Espinho, Malhadinha, Bebedouro e Vila Primavera.

Foram muitas as etapas e os processos até esse momento da primeira devolução do mapa georreferenciado. Uma etapa significativa anterior a esse encontro foi o trabalho de três equipes de vazanteiros que, após uma oficina de mapas em que aprenderam o manuseio dos aparelhos de GPS, realizaram um percurso de barco desde a Ilha do Amargoso até a Ilha do Escuro, pouco abaixo da Ilha da Ingazeira. Foram 125 km percorridos com o levantamento de 41 ilhas e localidades vazanteiras. Com esses dados levantados e cartografados, a oficina de maio contribuiu para precisar as informações que constariam no mapa. A cartografia serviu para a construção do primeiro entendimento coletivo das territorialidades da articulação Vazanteiros em Movimento.

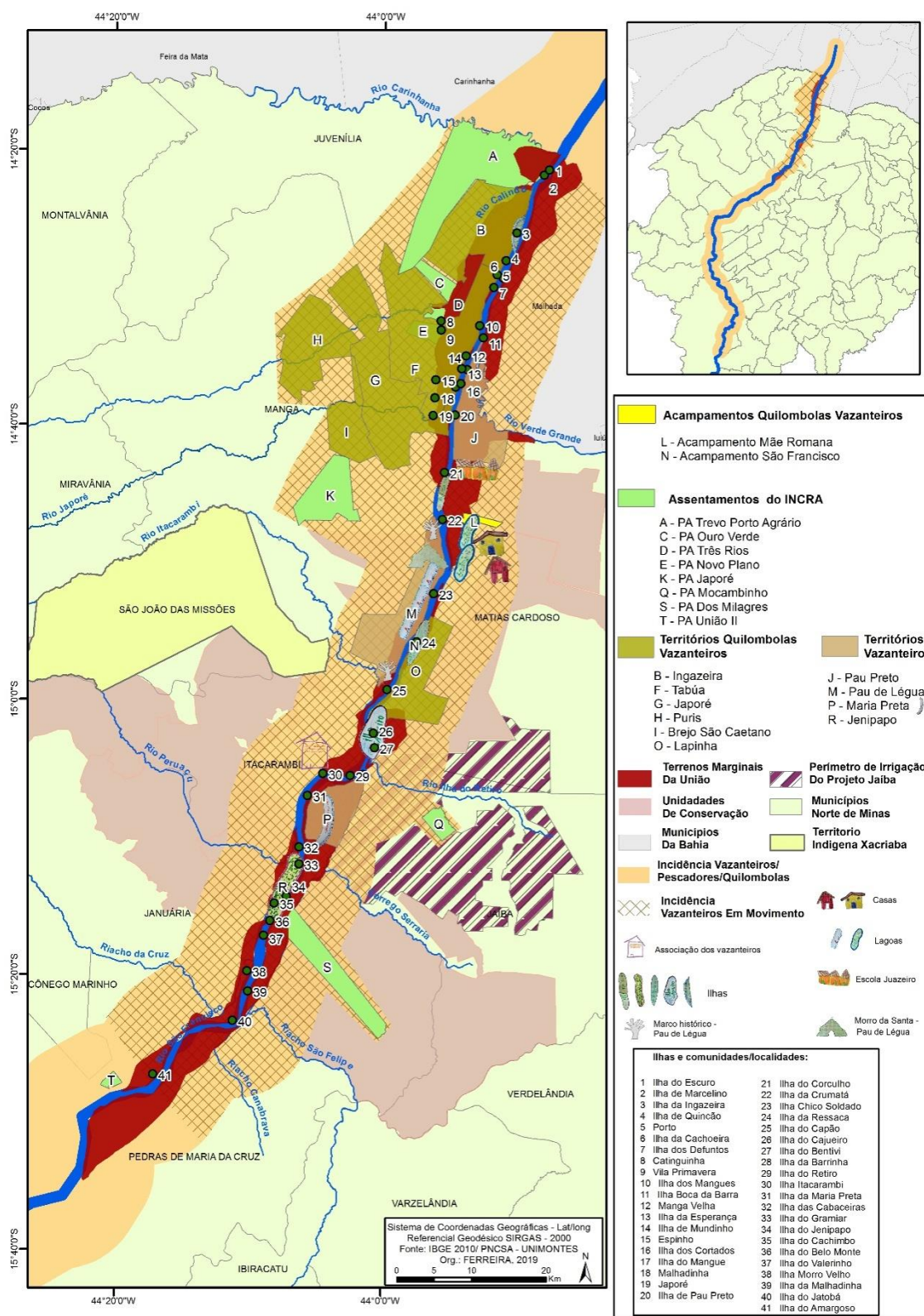


FIGURA 25 - Cartografia Vazanteiros em Movimento - Norte de Minas Gerais.
Fonte: PNCS, 2019.

Por esse mapa, vemos a localização de 41 ilhas e localidades vazanteiras que ficam desde Ilha da Ingazeira na divisa de Minas com Bahia, nas proximidades da foz do rio

Carinhanha, até a Ilha do Amargoso, entre os municípios de Januária e Pedra de Maria da Cruz. No mapa estão delimitados os “Terrenos marginais da União”, denominado pelo povo do lugar como “Terras da Marinha”. É importante esclarecer que os terrenos são potencialmente da União uma vez que foram delimitados pelo autor a partir de levantamentos dialogados com vazanteiros em alguns dos pontos do percurso e, posteriormente, cartografados¹⁷⁶. Além de se apoiar no levantamento realizado pela SPU nas terras baixas localizadas no Território Vazanteiro de Pau Preto. São terras passíveis de terem o uso coletivo reconhecido pela SPU através da Portaria nº 89, de 15 de abril de 2010¹⁷⁷. Abrange uma área de 74.850 ha, atualmente ocupada em sua maior parte por fazendeiros ou unidades de conservação.

Foram nas “terras baixas” que os vazanteiros desenvolveram seus modos de vida ao longo dos últimos séculos, embora, como vimos anteriormente, eles não ficassem reclusos a ela, como ainda em algumas comunidades tal acontece. O uso das terras baixas era associado ao das “terras altas”, de caatingas ou de cerrados, onde construíam suas moradias mais definitivas, quintais, lavouras de sequeiro e criavam os animais em regime de solta. No entanto, com o avanço das fazendas as famílias foram sendo encurraladas nas “terras baixas” e, em outro momento, restando apenas as ilhas como último refúgio. Como nos falou Cícero, os fazendeiros passaram a cobiçar as terras de vazante marginais ao rio, “porque aqui é uma riquezazona, aqui a gente tem comida”.

O Projeto Jaíba é outro foco de tensão na territorialidade dos Vazanteiros em Movimento. Foi em suas proximidades, na Serra Azul, hoje transformada em Reserva Biológica, que, em 1967, Saluzinho fez o enfrentamento ao fazendeiro Oswaldo Antunes que se valeu da institucionalidade da ditadura civil-militar de 1964 para desalojá-lo. Em seguida chegou a Ruralminas, como nos informou um dos últimos posseiros que ainda vive lá, para regularizar as terras até então ocupadas pelos nativos, etapa fundamental para implantação de um projeto em bases capitalistas. Todos os nativos e posseiros foram expulsos. Atualmente, a área ocupada exclusivamente para irrigação é de 53.810 ha. Além da grilagem oficial das terras e do desmatamento em larga escala da mata seca, Cícero aponta outro fato que ele considera muito grave, os irrigantes usam de forma intensiva as águas do rio São Francisco que se encontra em processo final de exaustão. Os irrigantes, deslocados da natureza, não têm noção

¹⁷⁶ Ou seja, pode haver alguma discrepância com o levantamento que se encontrava em curso pela SPU mas que foi paralisado a partir de determinações da superintendência após o golpe de 2016.

¹⁷⁷ Essa portaria disciplina a utilização e o aproveitamento dos imóveis da União em favor das comunidades tradicionais, com o objetivo de possibilitar a ordenação do uso racional e sustentável dos recursos naturais disponíveis na orla marítima e fluvial, voltados à subsistência dessa população, mediante a outorga de Termo de Autorização de Uso Sustentável - TAUSS.

de onde vem a água, de como está o rio que sustenta as suas atividades cuja produção está vinculada ao consumo de recursos sem limites.

A agenda ambiental chegou à região impulsada pelo ambientalismo de estado e de resultados. Como compensação à degradação, a conservação através da criação de unidades de conservação planejadas desde Belo Horizonte, capital do estado de Minas Gerais. Em pouco tempo 361.735,67 ha foram reservados, sendo 239.894,34 como APA - Área de Proteção Ambiental - e 121.841,33 ha como parques ou reserva biológica, neste caso, áreas que não podem conviver com humanos dentro delas. Essas unidades de conservação adentraram sobre 22.937,64 ha em Terrenos Marginais da União, áreas onde também viviam e continuam vivendo famílias de vazanteiros. Veja a Tabela 3 a seguir.

Tabela 3 - Unidades de Conservação na área de influência dos Vazanteiros em Movimento.

Unidades de Conservação	Área (ha)	Área em Terrenos Marginais da União (ha)
APA Lajedão	11.243,19	22.937,64
APA Serra do Sabonetal	85.400,09	
APA Cavernas do Peruaçu	143.251,06	
Sub-total	239.894,34	
Parque Estadual da Mata Seca	15.320,31	
Parque Estadual Verde Grande	25.551,34	
Parque Nacional Cavernas do Peruaçu	56.412,58	
Parque Estadual Lagoa do Cajueiro	20.716,13	
REBIO Serra Azul	3.840,97	
Sub-total	121.841,33	
TOTAL	361.735,67	

Os nativos foram então, novamente, impactados com a criação das unidades de conservação, até mesmo os filhos de Saluzinho que se encontravam refugiados nas “brenhas” do Peruaçu sofreram ao serem novamente despejados, então pelo IBAMA. Em um determinado momento do conflito em um dos parques, o Parque Estadual Verde Grande, uma das lideranças vazanteiras da comunidade de Pau Preto afirmou que eles foram “transformados em meio ambiente” (José Alagoano, em entrevista). Reafirmando uma noção em que o espaço natural e a vida deles não existem fronteiras que separam. Em confronto com a noção de uma natureza dessacralizada a guiar a política ambiental subsumida aos interesses do capital, conforme Leff (2009). O que temos, para assegurar o financiamento aos grandes projetos de base capitalista, o Estado cria unidades de conservação com a lógica da compensação ambiental.

A resistência, desde sempre, esteve presente contra a violência patrocinada pelos fazendeiros e pelo estado na tentativa de subjugar as pessoas do lugar. Os posseiros encontraram apoio nos sindicatos de trabalhadores rurais, em entidades como a CPT, e em movimentos agrários como o da Liga dos Camponeses Pobres. Fruto dessa resistência, diversos assentamentos de reforma agrária foram implantados pelo INCRA. Na área de incidência dos Vazanteiros em Movimento, um total de oito assentamentos foram criados ocupando uma área de 31.363,48 ha. Entre as áreas em disputa, essas são as únicas áreas regularizadas. Na oficina da Cartografia Social, os vazanteiros fizeram comentários sobre a lógica diferenciada da gestão da terra pelos nativos em contraposição à dos assentamentos de reforma agrária, o que levou à proposta de colocar cores diferenciadas entre as áreas de assentamento com as áreas vazanteiras e as quilombolas vazanteiras.

Durante a oficina da Cartografia Social, os vazanteiros promoveram uma discussão qualificada sobre o entendimento deles acerca da natureza dos Vazanteiros em Movimento, uma vez que incorporam em seu meio comunidades que são vazanteiras e vazanteiras quilombolas, muitas delas também que se afirmam como pescadores. Ao analisarem entre os assentamentos de reforma agrária que estão em seu meio, alguns deles dentro de áreas quilombolas, diferenciaram também a noção que eles têm de terra e de território que é bem diferente da noção dos que se afirmam como sem-terra.

Eu acho que a parte quilombola é diferente da parte da Liga, porque o sistema da Liga é outro, então a gente caça um meio de ter menos problemas entre nós. O dividimento deles é outro, nós dividimos a área, mas é no coletivo para morar, viver e apoderar dali, não é para negócio (Liderança quilombola vazanteiras, durante Oficina Cartografia Social, 2018).

Sobre a terra não ser para negócio, eles explicaram. No caso de comunidade quilombola vazanteira, se alguém por algum motivo precisa sair para fora, ele sai, mas a terra fica na comunidade. Quando é assentamento é diferente, se a pessoa por algum motivo desistir de viver lá, ele vende a terra ou vende o direito, podendo então entrar gente de fora e que eles não têm o controle de quem é. Esse tipo de preocupação tem rebatimento com a luta dos seringueiros liderados pelo Chico Mendes que conseguiram incidir no INCRA e depois no IBAMA (atualmente ICMBio) ao criarem a categoria de PAEs e Reservas Extrativistas. Relembrando que essa é também a mesma noção de seu Braulino acerca de sua crítica à reforma agrária do lote e a defesa da reforma agrária do território. Ou seja, uma política agrária que gera uma condição de perda da autonomia dos nativos na gestão do território. Mesmo assim, eles reconhecem a importância da Liga na luta travada pelo direito agrário dos camponeses,

inclusive porque têm muitas lideranças que se formaram através da Liga, sendo comum o estabelecimento de relações de reciprocidade entre os movimentos.

Através do mapeamento, é possível perceber o resultado da luta dos vazanteiros em suas múltiplas identidades (ROCHA, 2018), com territórios auto demarcados e retomados, territórios quilombolas vazanteiros demarcados, acampamentos quilombolas além dos assentamentos de reforma agrária implantados pelo INCRA. Veja a Tabela 4 a seguir.

Tabela 4 - Áreas em disputa na região de incidência dos Vazanteiros em Movimento.

Território	Área (ha)	Área em Terras da União (ha)
Acampamentos Quilombolas Vazanteiros	-	
Acampamento Mãe Romana Quil. Praia	718,78	309,65
Acampamento São Francisco	22,45	
Sub-total	741,23	
Assentamentos do INCRA	-	
Trevo Porto Agrário	15.107,84	4.711,70
PA Ouro Verde	1.252,65	
PA Três Rios	1.830,39	
PA Novo Plano	1.187,36	
PA Japoré	4.903,99	
PA Mocambinho	1.012,69	
PA Dos Milagres	5.734,16	
PA União Ii	334,40	
Sub-total	31.363,48	
Territórios Quilombolas Vazanteiros autodemarcados	-	
Ingazeira	11.253,96	14.038,75
Tabúa	17.686,04	
Japoré	15.155,06	
Puris	8.317,76	
Brejo São Caetano	4.342,54	
Lapinha	7.612,75	
Sub-total	64.368,11	
Territórios Vazanteiros autodemarcados	-	
Pau Preto	6.086,30	13.185,22
Pau de Légua	9.180,60	
Maria Preta	4.615,72	
Jenipapo	246,98	
Sub-total	20.129,59	
Total de Terras Disputadas	116.602,40	32.245,32

Além dos oito assentamentos de reforma agrária ocupando uma área de 31.363 ha, vemos que a movimentação na área de incidência dos Vazanteiros em Movimento nos aponta a existência de dois acampamentos de comunidades quilombolas vazanteiras ocupando uma área de 741 ha, sendo que 309 ha encontram-se em terras da união; seis territórios quilombolas vazanteiros com área demarcada de 64.368 ha, sendo que 14.038 ha estão em terras da união; além de quatro territórios vazanteiros demarcados e retomados, com uma área de 20.129 ha, sendo 13.185 ha de terras da união. Essa tabela nos mostra que um total de 116.602 ha de terras encontram-se na mão ou estão em disputa pelas comunidades aí residentes, sendo que 32.245 ha são de terras da união.

Analiso agora os dados reorganizados considerando as áreas de terra demandadas pelas comunidades que se encontram georreferenciadas¹⁷⁸, distribuídas em cinco categorias, a saber: i) Territórios tradicionais autodemarcados; ii) Territórios tradicionais em autodelimitação; iii) Territórios tradicionais regularizados; iv) Assentamentos de Reforma Agrária; v) outros. Temos assim como resultado:

Tabela 5 - Terras demandas pelas comunidades vazanteiras 1ª aproximação.

Categorias	Número de áreas	Área (ha)	%
i) Territórios Tradicionais Autodemarcados			
Territórios Quilombolas Vazanteiros	6	64.368,11	40
Territórios Vazanteiros	4	20.129,59	13
Acampamentos	2	741,23	0
Subtotal	12	85.238,93	54
ii) Territórios Tradicionais em Delimitação			
Terras da marinha demandadas		42.604,68	27
Subtotal	1	42.604,68	27
iii) Territórios Tradicionais Regularizados	0	0	0
iv) Assentamentos do INCRA	8	31.363,48	20
Subtotal	8	31.363,48	20
TOTAL	21	159.207,09	100

Analisando esses dados, podemos afirmar que existem um total de 21 áreas com demandas de terra pelos moradores locais na área de incidência da articulação Vazanteiros em Movimento que abrange uma área total de 159.207 ha. Desses, apenas 8 áreas de assentamentos do INCRA estão com as terras regularizadas e representam 20% do total. Existem 12 áreas de territórios de comunidades tradicionais que foram demarcadas com 85.238 ha e que

¹⁷⁸ Referem-se apenas aquelas áreas que tive acesso aos dados georreferenciados durante a pesquisa de campo.

representam 54% do total demandado. Além das Terras de Marinha com uma área de 42.604 ha e que representam 27% da área demandada pelas comunidades vazanteiras para serem oficialmente delimitadas.

Finalizando, vemos que o Mapa da Figura (25) mostra o tensionamento vivenciado pelos vazanteiros encurralados que foram com os grandes projetos de irrigação, de pecuária associado com a criação de unidades de conservação que foram implantados com fartos recursos governamentais. As terras foram em sua maioria regularizadas pela RURALMINAS, nas décadas de 1970 e 1980, em um contexto de consolidação de grandes projetos agropecuários de irrigação e de liberdades democráticas suprimidas pela ditadura civil-militar de 1964.

O mapa nos mostra também que frente às tensões socioambientais promovidas pelo estado e por grandes fazendeiros, vê-se um intenso processo de mobilização social pelo direito à terra e ao território em 125 km de rio São Francisco, envolvendo diretamente 41 ilhas e localidades vazanteiras. Entre essas, não citadas, encontram-se também uma faixa de terra do Povo Xakriabá que está em luta para chegar até às margens do rio São Francisco.

Os vazanteiros se configuram como grupo social que se afirmam distintos, acionando fronteiras identitárias e territoriais em confronto com a lógica capitalista que destina terras para o agronegócio ou para unidades de conservação como compensação ambiental. Insurgem contra essas fronteiras demandando, ocupando ou “retomando” parcelas de terras, muitas delas já cartografadas ou autodemarcadas. Processos que muito se aproximam da noção de territorialização como formulada por Pacheco de Oliveira (1997) acerca dos processos de reorganização social estruturadas em quatro dimensões, a saber: a) criação de uma nova unidade sociocultural mediante o estabelecimento de uma identidade étnica diferenciadora; b) a constituição de mecanismos políticos especializados; c) a redefinição do controle social sobre os recursos ambientais e d) a reelaboração da cultura e da relação com o passado (PACHECO DE OLIVEIRA, 1998, 55).

Finalizando essa incursão, vimos como um evento a missão pastoral realizada no ano de 1996 e a pesquisa sobre a natureza étnica dos vazanteiros, com a sua devolução em 2006, no âmbito de uma mobilização pelo rio São Francisco, que contribuiu na interligação de comunidades que viviam com muitas dificuldades e em isolamento. Essas comunidades passaram a se interagir e se afirmar como povos do rio, comunidades que com ele convivem e dele dependem. E a importância da contribuição de grupos de pesquisas que deram relevo, a partir da etnicidade ecológica (Parajuli, 1996), como guardiões ambientais, passando a disputar o discurso ambiental que se formou dentro do aparelho de estado e também pelas organizações

ambientalistas “de resultados”, isto é, com foco na conciliação da degradação desde que com a conservação de áreas tidas como intocadas.

Os vazanteiros, ao reagirem à doxa do campo ambiental que compartimentaliza a oposição produção e conservação complexificam esse campo, em um primeiro momento “ambientalizando” suas lutas com o acionamento dos elementos identitários que marcam sua relação com os ecossistemas ribeirinhos. Para, em seguida, com os processos de autodemarcação e retomada de territórios, darem início à construção do que seria um território vazanteiro sem submeterem à tutela do campo ambiental as suas condições de reprodução social.

Na construção da cartografia social apontaram para territorialidades e territórios disputando uma ampla faixa de terras até então vistas exclusivamente como áreas de preservação permanente, ou de parques ambientais ou de fazendas. Ao se inserirem em um movimento mais amplo, como o da Articulação Rosalino, avançam no entendimento de serem um povo, possuidores de uma forma própria de concepção de mundo como seres das águas, o rio, os seres do rio e as plantas incluídos na condição de parentagem, estabelecendo diálogos, conversas e trocas no âmbito da reciprocidade - “o rio come nossos mantimentos, mas nos devolve uma terra fertilizada e muito mais produtiva”.

Se nos apoiarmos em Philippe Descola (2007) que analisa aquilo que muitas vezes afirmamos como ciência, ele considera cosmologia. Para esse autor, a cosmologia “trata-se da visão de mundo, da maneira como pensamos que nosso mundo está organizado. Quando afirmamos que o mundo se distribui entre humanos e objetos artificiais, enunciamos os princípios de uma cosmologia particular, isto é, da nossa” (DESCOLA, 2007, p.47). Analisando as falas que ouvimos de seu Virgílio e de seu Rufino, vemos que no mundo vazanteiro tais distinções são muito mais misturadas, amalgamadas, que existem outras formas de pensar e conceber o mundo. Assim, os vazanteiros lutam não só contra a negação de direitos, mas também pelo reconhecimento de suas formas de ser e estar no mundo, disputando aquilo que lhes é de direito.

Nas altas serras, as Comunidades Apanhadoras de Flores Sempre-Vivas

Na porção meridional da Serra do Espinhaço, em um ambiente de Cerrado mesclado com a Mata Atlântica e em meio à elevada diversidade de características fitofisionômicas e

edafoclimáticas, encontramos as Comunidades Apanhadoras de Flores Sempre-Vivas.¹⁷⁹ Foi no processo de enfrentamento à expropriação promovida pelo ICMBio com a criação do Parque Nacional Sempre Vivas, no ano de 2002, que essas comunidades se constituíram como categoria que teve como referencial o modo de vida das famílias que têm a tradição da coleta extrativista de flores e outros produtos não madeireiros nas áreas de campos da Serra do Espinhaço (MONTEIRO, 2011). Elas são possuidoras de um modo de vida em estreita relação com o rico patrimônio agrícola e biocultural em uma paisagem singular manejada: de campos rupestres que podem atingir altitudes de 1.400 m, passando por escarpas declivosas e vales profundos com cotas que chegam aos 600 m onde estão as vazantes dos rios (MONTEIRO et al, 2019).

As inúmeras cavernas e suas inscrições rupestres denunciam um tempo de ocupação muito antigo, remontando aos antigos caçadores-coletores e também horticultores (RIBEIRO, 2005). As cavernas ainda hoje são habitadas com regularidade pelas famílias que sobem a Serra para coletar, cultivar e criar. Os modos de vida que desenvolveram em ambientes com diferentes altitudes e elevada biodiversidade estão associados a uma ampla gama de conhecimentos tradicionais referentes ao uso das distintas unidades ambientais. Como resultado:

Têm-se paisagens manejadas, abundância hídrica, *hotspot* de biodiversidade nativa, vasta agrobiodiversidade e considerável densidade cultural. Na prática, as famílias conjugam agricultura-criação-coleta nas dimensões espaciais e temporais, traduzindo-se em policultivos, em meio a áreas de vegetação nativa; em quintais agroflorestais ao redor das moradias com alta densidade de espécies alimentares e criação de animais de pequeno porte com raças caipiras; em criação de animais rústicos de grande porte nos campos nativos localizados nas cotas elevadas; e em coleta/manejo de espécies da flora nativa em diferentes altitudes para alimentação, práticas tradicionais de medicina, festejos, construções domésticas e plantas ornamentais para comercialização (MONTEIRO et al, 2019, p. 94).

Uma das características dessas comunidades é a mobilidade das famílias regida pelas estações do ano, caracterizada como transumância. Em determinados períodos sobem a serra contornando pedreiras e divisores de águas, matas, cerrados e campos, para a coleta, o cultivo ou a criação dos animais, valendo-se das potencialidades ecossistêmicas. Paisagens antropogênicas podem confundir a um primeiro olhar, vistas como “naturais”, entendidas como sem a presença humana. Pelo contrário:

Os usos desses agroambientes foram desenvolvidos e reelaborados ao longo dos séculos de história de uso e interação com esses agroambientes - são paisagens

¹⁷⁹ Segundo Monteiro (2011) esse termo foi cunhado por um coletivo de comunidades rurais que passaram a enfrentar um processo de expropriação promovido pelo ICMBio com a criação do Parque Nacional Sempre Vivas no ano de 2002.

manejadas em constante coevolução com as comunidades delas dependentes. Além disso, o regime agrário conta com terras de uso comum, onde há uso de técnicas adaptativas às condições edafoclimáticas, considerável segurança alimentar, geração de renda e resiliência socioecológica. Soma-se a isso a organização social e política das comunidades apanhadoras de flores, que buscam manter vivo esse sistema frente aos desafios atuais, auto organizadas na Comissão em Defesa dos Direitos das Comunidades Extrativistas - CODECEX (MONTEIRO et al., 2019, p.95).

As Comunidades Apanhadoras de Flores Sempre-Vivas, através da CODECEX, compõem a Articulação Rosalino Gomes e têm duas jovens mulheres como *antenas*, Eliad e Tatinha. No final de janeiro de 2018, saí de Montes Claros em direção à região de Diamantina para acompanhar e ter uma vivência com as jovens lideranças das comunidades de Raiz e Macacos e que participam da Articulação Rosalino representando a CODECEX.



FIGURA 26 - Reunião da CODECEX na comunidade Pé de Serra, município de Buenópolis.
Fonte: Dayrell, 2018.

A incursão à Serra coincidiu com o momento de planejamento da CODECEX para os próximos anos. Coincidiu também com uma das etapas da negociação que empreendem na luta pelo reconhecimento das Comunidades de Apanhadores de Flores pela FAO como um “GHIAS” (Sistema Agrícola de Relevância Mundial para a Conservação da Agrobiodiversidade - tradução literal para o português).

Particpei de oficinas nas comunidades de Raiz, Mata dos Crioulos, Vargem do Inhaí, Macacos e Pé de Serra. Essas comunidades estão situadas em uma ampla faixa de terras da região meridional da Serra do Espinhaço. Região demarcada por ambientes e culturas entrelaçadas, no que eles denominam de “Serra” e “Sertão”¹⁸⁰. No primeiro, a “Serra”, refere-se às porções mais elevadas do Espinhaço, onde nasce o rio Jequitinhonha, mas também cabeceiras de importantes afluentes que desaguam na margem direita do rio São Francisco,

¹⁸⁰ As categorias “serra” e “sertão” foram estudadas por Monteiro (2011).

Tabela 6 - Área de Atuação da CODECEX no âmbito do Espinhaço.

Descrição		Área total (km ²)	Área (ha)
Espinhaço: Incidência de Comunidades Extrativistas		56.828,74	5.682.873,57
Espinhaço: incidência de Apanhadores de Flores Sempre-Vivas (CODECEX)		8.302,39	830.238,83
Municípios com Incidência de Apanhadores de Flores – CODECEX	Augusto de Lima	14.919,49	124.947,17
	Bocaiúva		323.041,70
	Buenópolis		160.077,61
	Couto de Magalhães de Minas		48.584,30
	Datas		30.953,44
	Diamantina		387.895,81
	Felício dos Santos		35.684,96
	Olhos d'Água		209.078,54
	Presidente Kubitschek		18.883,05
	São Gonçalo do Rio Preto		31.446,34
Serro	121.356,47		
			1.491.949,40

O estudo dos ambientes e das populações do Espinhaço Meridional, na região do Planalto de Diamantina, elaborado por Claudenir Fávero (2013) informa a paisagem que configura a geomorfologia dessa porção do território, distribuída em diferentes degraus que se manifestam em distintos ambientes e formas de ocupação e uso tradicionais. Os degraus variam de altitudes próximas a 1.400 metros onde estão presentes os Campos Rupestres, até altitudes de 600 metros em áreas dos planaltos e fundos de vale que circundam as serras.

Os cerrados associados aos altiplanos com regiões de serra e extensas chapadas apresentam um conjunto de feições típicas dos Cerrados (Campos rupestres, Cerrado restrito, Cerradão, Campo cerrado), com profundo manto de intemperização no qual predominam solos profundos e altamente permeáveis que co-existem com solos pouco profundos, em outros casos solos rasos e pedregosos (FAVERO, 2013). Paisagens que apresentam uma infinidade de nascentes associadas às áreas de recarga em uma extensa área de divisores de águas dos vales dos rios São Francisco, Jequitinhonha e Doce.

Na região de altas serras, campinas, planaltos e planícies vive uma diversidade de comunidades tradicionais constituídas por remanescentes de quilombos, faiscaidores, campineiros, apanhadores de flores, sertanejos, campeiros¹⁸¹ que desenvolveram estratégias

¹⁸¹ Segundo Eduardo Ribeiro, na região do Alto Jequitinhonha onde os chapadões e campos dominam a paisagem, os lavradores que aí residem também eram conhecidos como “campeiros” (RIBEIRO, 2006).

singulares de ocupação e uso dos ambientes (RIBEIRO, 2006; MONTEIRO, 2011; FAVERO, 2013; NAC, 2015a). Nesse contexto de diversidade sociocultural e ambiental, as comunidades apanhadoras de flores sempre-vivas desenvolveram seus sistemas agrícolas tradicionais articulando altitudes e (agro)biodiversidade associada a uma ampla gama de conhecimentos tradicionais tendo como resultados: “paisagens manejadas, abundância hídrica, *hotspot* de biodiversidade nativa, vasta agrobiodiversidade e considerável densidade cultural” (MONTEIRO et al., 2018).

Suas estratégias agroalimentares consistem de sistemas movimentados, com migrações regulares das terras baixas para as terras altas e vice-versa, em sistemas de soltas controladas visando o pastoreio das pastagens nativas. Mas não só os animais que migram, também as famílias que utilizam como moradia temporária as locas (grutas) nas pedras, período no qual adicionalmente faíscam ou coletam flores, frutos, cascas de árvores ou outros produtos ornamentais e medicinais. Muitos dos locais apresentam registros de pinturas rupestres com datações de até dez mil anos (ISNARDIS, 2009, citado por MONTEIRO et al., 2019, p.104) indicando que as estratégias tradicionais de transumância dos antigos coletores-caçadores foram atualizadas pelas comunidades que subsistem nessa porção da Serra do Espinhaço.

As territorialidades dessas comunidades foram estudadas por Fernanda Testa Monteiro (2011) em sua dissertação de mestrado. Ela informa, citando HEIDRICH (2009), que as territorialidades dos grupos camponeses combinam os diversos ambientes associados às serras, ao sertão e margens do rio Jequitinhonha, com estratégias de reprodução social desenvolvidas em cima de saberes complexos, “permeados por significações e compreensões contextualizadas pelos lugares onde se encontram - saberes geográficos (CLAVAL, 2009), transmitidos e reinventados ao longo de muitas gerações” (MONTEIRO, 2011, p.160).

Essas comunidades organizaram ao longo de sua trajetória, formas de trabalho de natureza familiar orientados para a reprodução familiar e a obtenção de renda, por meio da comercialização do que produzem. A agricultura tradicional incorpora nessas regiões a “panha de flor”¹⁸² nas “campinas”; com sistemas de cultivo e de criação de animais onde a rotação de culturas, pousio, solta dos animais além da coleta extrativista de vegetais e minerais em garimpo artesanal (MONTEIRO, 2011).

No entanto, os modos de vida dessas populações encontram-se ameaçados frente ao processo desenvolvimentista que atingiu a região a partir dos anos 1970. Nas últimas décadas a coleta e a venda das flores sempre-vivas tornou-se uma das principais fontes de obtenção de

¹⁸² Segundo Monteiro (2011), levantamento feito pela pesquisadora Maria Neudes Sousa de Oliveira, da UFVJM, registrou mais de 200 espécies coletadas e manejadas por moradores de comunidades da região.

renda das comunidades locais. As comunidades passaram a viver tensionadas por empresas mineradoras, reflorestadoras e também pelos governos federal e estadual, com suas políticas conexas no campo da economia e da conservação ambiental.

Pressionados pela agenda ambiental, as áreas de manejo dessas comunidades tornaram-se objeto de cobiça, consideradas como áreas intocadas ou de pouca alteração antrópica, a despeito de uma história de ocupação que pode nos levar aos antigos caçadores-coletores. Diversas unidades de conservação foram criadas como o Parque Nacional Sempre-Vivas e o Parque Estadual do Rio Preto, ampliando os conflitos vivenciados pelas famílias das comunidades tradicionais que aí vivem (MONTEIRO, 2011).

Ao amarramento à política ambiental dominante, as comunidades se moveram com a criação da CODECEX, acionando ações de forma articulada na região, no estado, no âmbito nacional e internacional. No tempo que permaneci na região de atuação da CODECEX, participei de encontros e reuniões de negociação do plano da CODECEX com a FAO, órgãos do Estado e dos municípios, com a propositura do primeiro GHIAS no Brasil, traduzido como política pública denominado de Sistema Agrícola Tradicional.

A história da constituição do que ficou denominado como “Sistema Agrícola Tradicional” como uma política pública nacional de forma a se viabilizar como um GHIAS no Brasil tem uma de suas origens nas ações promovidas pela Comissão de Agrobiodiversidade do Norte de Minas e pela Rede de Agrobiodiversidade do Semiárido Mineiro, através de um projeto do Fundo de Repartição de Benefícios do Tratado Internacional sobre Recursos Genéticos Vegetais, para Alimentação e Agricultura (TIRFAA), da Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação - FAO (CAA-NM, 2014)¹⁸³.

A seguir apresento a cartografia da atuação da CODECEX que contextualizo como desdobramento das diversas atividades e momentos que estive em campo na área de atuação da CODECEX acompanhando Eliad e Tatinha. Considero também momentos anteriores de vivência com pessoas das comunidades desde 2011, bem como dados e informações que me foram disponibilizados pela CODECEX¹⁸⁴.

¹⁸³ Em 2017 a FAO e a EMBRAPA selecionaram o Sistema Agrícola dos Apanhadores de Flores para dar início à construção da primeira proposta de GHIAS no Brasil. Em junho de 2018, aconteceu em Diamantina o 1º Festival dos Apanhadores de Flores, momento que foi entregue o dossiê com a proposição de constituição do GHIAS Apanhadores de Flores.

¹⁸⁴ Em 2011, estive em um evento, a pedido da professora Neudes, para contribuir em uma oficina de jovens coletores. Posteriormente acompanhei por dois anos um GT que foi proposto pelo Conselho do Parque das Sempre-Vivas ao ICMBio, tendo em vista o conflito do parque com os moradores. Pelo CAA/NM fiquei responsável pela interação com a CODECEX.

Cartografia na Atuação da CODECEX

As lideranças que estão de forma mais constante à frente da CODECEX são das comunidades de Raiz, Mata dos Crioulos, São João da Chapada, Macacos, Inhaí, Vargem do Inhai, Braúnas, Curimataí e Pé de Serra. No entanto, a população e as comunidades envolvidas nas ações da CODECEX são muito mais amplas. Como exemplo, apenas as que foram diretamente atingidas pela criação do PARNA SEMPRE VIVAS, segundo Costa Filho (2014), são 550 famílias distribuídas em 19 comunidades.

Como vimos anteriormente, a área de atuação direta da CODECEX abrange uma área de 830.238,83 ha. As lutas territoriais em andamento demandam a recategorização do PARNA SEMPRE VIVAS para a RDS SEMPRE-VIVAS com uma área de cento e vinte e quatro mil hectares (124.000 ha). Além disso, já foram realizados laudos antropológicos que reconheceram os quilombos de Vargem do Inhaí com 17.150, 19 ha e Mata dos Crioulos com 35.058, 82 ha, que demandam uma área total de cinquenta e dois mil trezentos e oitenta e hum hectares (52.381ha.), sendo que 6.881 ha estão sobrepostos às áreas dos PARNA Sempre-Vivas e 4.435 ha estão sobrepostos à área do Parque Estadual Rio Preto. E outros trinta mil ha estão sobrepostos às APAs Águas Vertentes, Felício e Rio Manso.

Tabela 7- Áreas demandadas pelas comunidades de apanhadores de flores sempre-vivas.

Território		Área total(km ²)	Área (ha)	Subtotal (ha)
Territórios de Apanhadores de Flores	T1 - Quilombo Vargem do Inhaí	1.763,15	17.150,19	
	T2 - Quilombo Mata dos Crioulos		35.058,82	
Recategorização de UCs	T3 - RDS Sempre-Vivas		124.106,24	176.315,25
Assentamentos Rurais do INCRA	A - PA Betinho	349,53	24.912,74	-
	B - PA Dois de Junho		10.040,73	34.953,47

Fonte: DAYRELL, 2019.

Além disso, na área de atuação da CODECEX existem dois projetos de assentamentos de reforma agrária que ocupam uma área de 34.953, 47 ha.

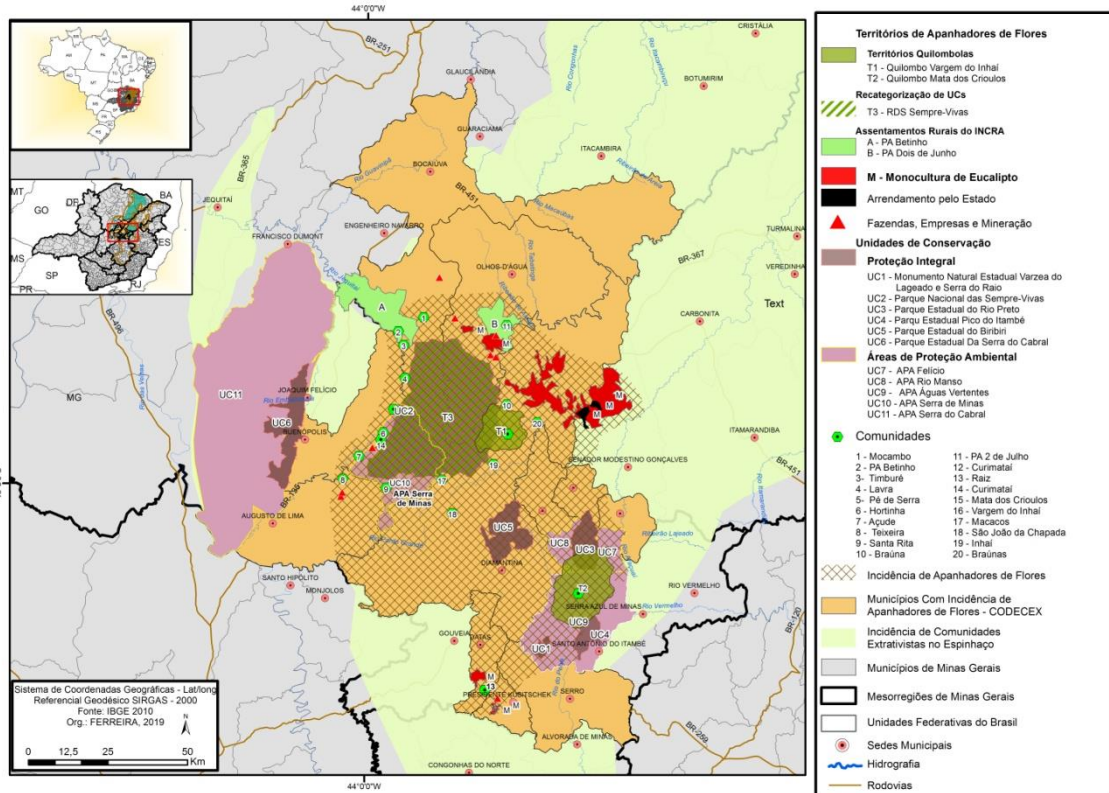


FIGURA 28 - Mapa de incidência da CODECEX.
 Fonte: CODECEX - Organizado por Dayrell, 2019.

No caso do Quilombo de Vargem do Inhaí, a proibição pelos fiscais do ICMBio de uso tradicional na área do território que se encontra sobreposta ao Parque Nacional Sempre-Vivas, vem levando a juventude da comunidade ao distanciamento das práticas de uso e manejo dessa porção do território. Porém, no caso do Quilombo de Mata dos Crioulos, mesmo com toda a perseguição dos fiscais do Parque Estadual do Rio Preto, a comunidade insiste em manter as práticas de coleta e, eventualmente, de solta dos animais na área que reconhecem como da comunidade.

Além dessas áreas encontram-se em disputa as terras do Quilombo de Raiz, em Presidente Kubitschek, mesmo que até o momento o INCRA não tenha iniciado os estudos para elaboração do RTID. A comunidade insiste em manter algumas das práticas de coleta nos campos em volta que fazem parte do território, fazendo o enfrentamento de fazendeiros e firmas que vêm destruindo as áreas de coleta com o plantio da monocultura de eucalipto ou com a formação de pastagens. E é dessa coleta que a comunidade sobrevive, sendo que ela se tornou uma referência regional na produção de artesanato de capim dourado.

Os conflitos das comunidades de Apanhadores de Flores Sempre-Vivas abrangem áreas de Unidades de Conservação de Proteção Integral como Parques e Áreas de Proteção Ambiental - APAs.

Na área de atuação da CODECEX existem quatro unidades de conservação de proteção integral (veja no Mapa da Figura 28: UC1; UC2; UC3; UC4) que abrangem uma área de 162.009,22 ha. A CODECEX reivindica a recategorização do PARNA Sempre-Vivas para RDS Sempre-Vivas com 124.106 ha, sendo que dessa área a destinação de 6.881 ha para o território do Quilombo Vargem do Inhai. E a destinação de uma área de 4.435 ha do Parque Estadual Rio Preto para o Quilombo Mata dos Crioulos. Ou seja, de um total de 162.009,22 ha como Unidades de Proteção Integral, a demanda de 128.541,24 ha como RDS (124.106,24 ha) ou como território quilombola (4.435 ha).

Analiso agora os dados que apresento reorganizados considerando as áreas de terra demandadas pelas comunidades que encontram-se georreferenciadas, que podem ser distribuídas em cinco categorias: i) Territórios tradicionais autodemarcados; ii) Territórios tradicionais em autodelimitação; iii) Territórios tradicionais regularizados; iv) Assentamentos de Reforma Agrária; v) outros. No caso da cartografia não temos as informações das comunidades que se encontram em processo de autodelimitação. Não temos também comunidades tradicionais com os territórios regularizados.

Tabela 8 - Terras demandadas pelas comunidades de apanhadores de flores - 1ª aproximação.

Categoria	Unidades	Área (ha)	%
Territórios Tradicionais Autodemarcados			
Territórios Quilombolas Ap. Flores	2	52.209,01	24,71
Territórios tradicionais Apanhadores Flores Sempre-Vivas	1	124.106,24	58,74
Subtotal	3	176.315,25	83,46
Territórios tradicionais em delimitação	0	0	
Territórios tradicionais regularizados	0	0	
Assentamentos de Reforma Agrária	2	34.953,47	16,54
Total Geral	5	211.268,72	100,00

Analisando os dados podemos afirmar que existem um total de cinco áreas com demandas de terra pelos moradores locais na área de incidência de atuação da CODECEX, abrangendo uma área total de 211.268 ha. Dessas, apenas as áreas de assentamentos do INCRA estão com as terras regularizadas e que representam 16% do total. Existem 3 áreas de territórios de comunidades tradicionais que foram autodemarcadas com 176.315 ha e que representam 83% do total demandado. É importante reafirmar que essas informações são uma primeira aproximação da realidade em um contexto de dinâmicas crescentes de mobilização social.

No trabalho de campo, acompanhando as oficinas de planejamento junto às comunidades de apanhadoras de flores, foi muito comum ouvir referências à condição de liberdade e de autonomia quando se perguntava sobre os resultados da atuação da CODECEX. Quando acompanhei um grupo de lideranças da CODECEX em Belo Horizonte para reuniões com a SEDA, SEDPAC, EMATER e com o MPF, entre elas estava a D. Jovita, da comunidade quilombola de Mata dos Crioulos. Nesse evento vieram seis lideranças da CODECEX. Em seguida a uma das reuniões que fizeram com a SEDA e a EMATER, a D. Jovita, ao se despedir de um diretor da EMATER, disse para ele:

Olha, a presença de vocês lá em casa é muito importante, a gente tem o prazer de receber vocês lá. Com essa luta nós queremos o nosso território demarcado para ter a nossa liberdade que nós tínhamos. Esta luta tem que ter um fim. Não dá mais para a gente aguentar, nós já estamos cansados, não queremos mais ver aquele povo lá, porque é um lugar que é nosso e continua sendo nosso (D. Jovita, em gravação feita pelo autor, 2018).

D. Jovita falava acerca da criação do Parque Estadual Rio Preto que, ao ser demarcado, tomou extensas áreas da Serra onde eles possuíam ranchos, lapas, onde coletavam e criavam animais. Mesmo com toda a perseguição e com toda a fiscalização, eles não abandonam a área, pois consideram que lhes pertence.

Na oficina que aconteceu na comunidade de Raiz e que contou com participação de representantes da comunidade de Macacos, ouvi seu Ercílio dizendo que a comunidade percebeu um caminho de avanço, e que com a união e apoio de todos da comunidade haveriam de encontrar um caminho para a autonomia, para avançar e para ter os direitos respeitados. A comunidade de Raiz é uma das que entraram em outro momento para a CODECEX.

A comunidade de Raiz começou a participar da CODECEX quando duas jovens retornaram do Colóquio Internacional que aconteceu em Montes Claros em 2015. No retorno do Colóquio, elas explicaram para a comunidade o entendimento que tiveram sobre os direitos de comunidades tradicionais. Uma delas comenta o que significou saberem que viviam em uma comunidade tradicional.

No processo de luta, encontros e reuniões, a comunidade encontrou a CODECEX. Já havia uma caminhada da Comissão na luta por direitos das comunidades extrativistas e nesse processo a comunidade Quilombola de Raiz se inseriu. Antes nós sabíamos que tínhamos nosso território e estávamos perdendo e agora nós sabemos que nós somos quilombola e vamos lutar pelo nosso território (CODECEX, 2018, p.6).

A trajetória de inserção de Raiz junto ao movimento das comunidades extrativistas teve início, no ano de 2010, em uma interação com a pesquisadora da UFVJM que estava

trabalhando com o extrativismo de flores e outras “mercadorias”. Ao voltarem do Colóquio demandaram da CODECEX o apoio ao processo de reconhecimento como comunidade quilombola pela Fundação Cultural Palmares. Em pouco tempo, uma de suas lideranças estava participando também da Articulação Rosalino como uma das *antenas*.

Uma representante da CODECEX ao participar de um encontro da articulação na Terra Indígena Tuxá, no município de Buritizeiro, ao final do encontro, propôs à Articulação Rosalino participar e contribuir em uma ação de retomada da prática da “panha” em uma das comunidades impactadas pelo Parque Nacional Sempre-Vivas. Instituíram o “Dia da Panha” e, nesse dia, todas as comunidades da CODECEX iriam fazer um dia de coleta juntas, em um campo de coleta que ficava nas proximidades da sede do ICMBio. No dia combinado um ônibus de jovens guerreiros do Povo Xakriabá saiu de São João das Missões, passou na T.I. Tuxá em Buritizeiro e, em Montes Claros, completaram as vagas com representantes dos vazanteiros, geraizeiros e quilombolas. Realizaram o evento partindo da comunidade de Macacos, uma das mais fragilizadas frente à atuação do ICMBio, para a área de coleta. Em seguida à “panha”, promoveram uma celebração entre os povos.



FIGURA 29 - Comemoração da Festa da Panha no território da comunidade de Macacos.
Fonte: CODECEX, 2017.

Em outro momento, na oficina que aconteceu na comunidade Pé de Serra, foi perguntado sobre o que consideravam como a principal contribuição da CODECEX.

Segundo os/as moradores/as, a principal contribuição da CODECEX para a comunidade foi a retomada do acesso e uso da Serra: “Se não fosse o combate da CODECEX não poderíamos mais ir na Serra”; “Antes a pessoa ficava armado na Serra”; “Eles iam mandar na água”; “Não podia fazer mais rancho” (CODECEX, 2018, p.1).

Todas as falas foram relacionadas com a Serra. No caso da comunidade de Pé de Serra, localizada no “sertão”, a Serra é uma imensa montanha que está do lado da nascente do sol. Eles moram aqui em baixo, mas a vida deles está na serra, seja para cultivar, coletar ou criar animais. Ou para os três. É na serra que estão os caminhos que atravessam para se chegar a outras comunidades onde também têm parentes. A serra fornece alimentos, água, renda e também o prazer de estar nela. Ouvi muitos comentários sobre a alegria do estar na serra, mesmo que o trabalho que fizessem fosse penoso. A interação é íntima como a estar amalgamado em suas reentrâncias, no entremeio de suas rochas, regulados pelas estações do ano.

Com a criação do parque eles tinham sido proibidos de usar e de andar pela serra. Não se podia mais ocupar os ranchos ou as lapas nos períodos de coleta ou de cultivo. Não podiam mais soltar os animais. Houve muita violência. Barracos queimados, prisão de moradores pela gerente do parque que andava sempre armada. Com a movimentação que fizeram puderam retomar parcialmente as atividades. Algumas comunidades com mais força, outras com menos. A gerente do parque foi transferida e um inquérito civil foi proposto pelo MPF contra os agentes que cometeram uma série de atrocidades junto aos moradores.

As comunidades de apanhadores de flores sempre-vivas se formaram em meio a ambientes desenvolvidos e reelaborados ao longo dos séculos. São paisagens manejadas em constante atualização promovidas pelas comunidades que delas dependem. O regime agrário conta com terras de uso comum, onde há uso de técnicas adaptativas às condições edafoclimáticas, segurança alimentar, geração de renda e resiliência socioecológica. Somam-se a isso as organizações social e política as quais buscam manter vivo esse sistema frente aos desafios atuais, que são muitos. Enfrenta o assédio de mineradoras, a expansão das monoculturas de eucalipto e das extensas pastagens que comprometem não apenas os seus modos de vida, como a integridade dos ecossistemas e dos recursos hídricos que abastecem quatro bacias hidrográficas brasileiras.

No enfrentamento vão construindo uma nova cartografia que passa agora a contar com a expressão de seus modos de vida, em uma disputa cuja arena se dá nos municípios, no estado de Minas Gerais, no Brasil e, recentemente, no campo internacional. Uma nova cartografia que emerge como expressão das tensões e das conquistas que se encontram em andamento.

Geraizeiros

“Ser geraizeiro é conhecer os mistérios do Cerrado, é saber se relacionar bem com o outro e com a natureza, é ter uma produção diversa, é viver em comunidade, cantar reisados e ser solidário com os irmãos de comunidades” (Moisés Dias de Oliveira).¹⁸⁵

A identidade geraizeira é vista por um nativo das regiões de planaltos e serras do Espinhaço Setentrional¹⁸⁶ do Norte de Minas como uma identidade em movimento e que vai se ressignificando: de pobre e atrasado ou como cacunda de librina, mas sempre um conhecedor da intimidade do cerrado, com uma produção diversa, vida em comunidade e solidário nas relações que estabelece (OLIVEIRA, 2017).

Sendo uma identidade em movimento, ressignificações são vivenciadas pelas pessoas e pelas comunidades, como também ao abarcar outras gentes de outros lugares e a disputar o reconhecimento em outras escalas. Ao analisar a movimentação dos geraizeiros da região do Alto Rio Pardo, Brito (2013) aponta que o acionamento identitário se deu, concomitante a uma resistência local, à afirmação como sujeitos de direitos na luta que estabeleceu contra a subordinação ao complexo siderúrgico florestal, uma identidade crítica e politizada em confronto com o projeto de avanço do capital mundial camuflado como política desenvolvimentista (BRITO, 2013).

Para Nogueira (2009), a emergência identitária de grupos, cuja expressão é o vínculo com o lugar e que se expressa em termos de “etnicidade ecológica” (conforme Parajuli, 1996), subverte a noção até então forte na academia e na luta política, que os vêem como camponeses subordinados em uma sociedade mais ampla - “part society” (WOORTMANN, 1995). A autora analisa que tanto a identidade quanto a territorialidade têm se transformado pelos confrontos com as fronteiras do capital e pelas interações sociais que os geraizeiros passaram a estabelecer em diversos âmbitos, desde o local, passando pelo regional, nacional e internacional. Para essa autora, os geraizeiros selecionam elementos e traços culturais associados à sua identidade para se afirmarem como um grupo cultural vinculado aos cerrados. Grupo que acionou a categoria de populações tradicionais para se enunciarem contrastivamente tal como os índios e os quilombolas se fizeram (NOGUEIRA, 2009).

¹⁸⁵ Oliveira, 2017, p.23.

¹⁸⁶ Em Minas Gerais a “Serra do Espinhaço estende-se por cerca de 550km, com direção aproximadamente N-S e largura variável de até 100km. Ao norte de Diamantina apresenta notável estreitamento, seguindo como faixas descontínuas e de largura reduzida até as proximidades de Terra Branca, onde volta a apresentar relevo abrupto e largura ampliada” (COMIG, 1997 citado por CONSERVAÇÃO INTERNACIONAL, 2008, p.10). Em Terra Branca encontram-se as fronteiras do Espinhaço Meridional com a do Setentrional, apresentando características geológicas bem distintas (COMIG, 1997 citado por CONSERVAÇÃO INTERNACIONAL, 2008, p.10).

A vinculação dos geraizeiros aos cerrados se expressa, no Norte de Minas Gerais, em comunidades distribuídas, principalmente, nas superfícies de aplainamento de níveis mais elevados, localizadas nas extensas áreas dos Planaltos do São Francisco e da Conquista e nos Topos Aplainados do Espinhaço, conforme a caracterização geomorfológica organizada por Jakomine (1979).

Ambientes com fitofisionomias diversas associadas à transição de áreas de relevo mais movimentado, variando de suave-ondulado e forte-ondulado, até atingirem as áreas de brejos, córregos e vales de rios. São áreas situadas entre divisores de águas das bacias dos rios São Francisco, Jequitinhonha e Pardo, onde os cerrados fazem transição com a caatinga e a mata atlântica. Servem de reservatório para uma extensa rede hídrica que sustenta essas bacias hidrográficas. Dotadas de uma elevada biodiversidade:

estamos diante de um mosaico fitofisionômico e florístico que imprime na paisagem da serra um de seus grandes fascínios, o que está refletido em suas vertentes ocidental e oriental, que definem, grosso modo, as transições altitudinais, ora entre campos rupestres e cerrados (bacia do São Francisco), ora entre campos rupestres e mata Atlântica (bacias de leste) e ora entre campos rupestres e caatinga (latitudes menores). As interfaces com a Mata Atlântica, a propósito, se dão na medida em que a vegetação mais densa penetra pela encosta oriental persistente que vai ao longo dos cursos d'água (matas ripárias ou de galeria), e também na medida em que se instala nas depressões geológica e geomorfológicamente favoráveis do altiplano da serra (capões de mata). Já nos afloramentos calcários que ocorrem nas faixas de transição com a depressão Sanfranciscana, sobre rochas calcárias do Grupo Bambuí, dominam manchas de mata seca (floresta estacionaldecidual) (MEGADIVERSIDADE, 2008, p.12).

Nessas regiões vivem os geraizeiros que estão envolvidos na articulação e mobilização de comunidades que têm como uma de suas expressões o Movimento Geraizeiro ou o movimento de comunidades geraizeiras. Entre os quarenta e quatro municípios situados no domínio dos cerrados, a partir dos planaltos sanfranciscanos à margem direita do rio São Francisco e nas áreas de serras e de chapadas da cadeia do Espinhaço que corta o Norte de Minas na direção Sul - Norte. Em dezenove desses municípios existem comunidades que se afirmam como geraizeiras e estão de alguma maneira envolvidas com o movimento de comunidades geraizeiras, abrangendo uma área de vinte e nove mil e novecentos quilômetros quadrados (29.900 km²), que representam dois milhões e novecentos mil hectares (2.900.000 ha) (Figura 30).

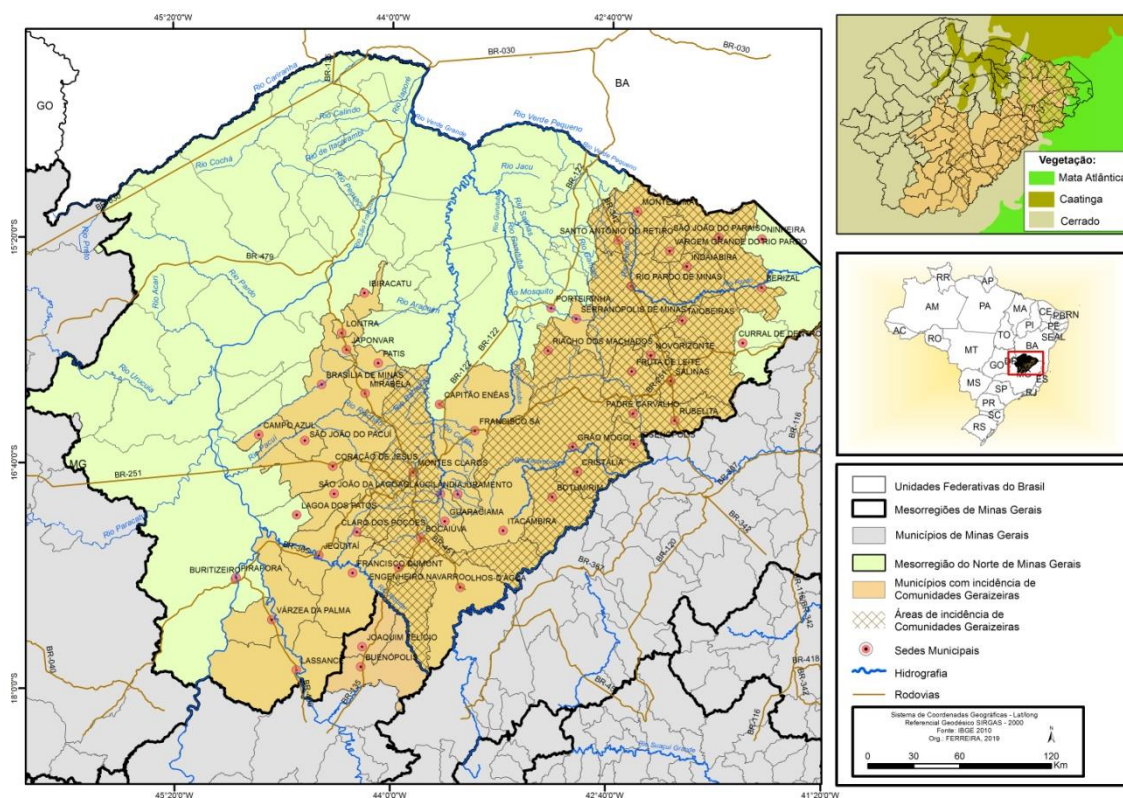


FIGURA 30 - Área de incidência do movimento de comunidades geraizeiras no contexto do Norte de Minas Gerais.

Fonte: Dayrell, 2019. Organizado a partir de base de dados do CAA-NM e STR RPM.

Na IV Conferência Geraizeira realizada em setembro de 2014 em Cutica, município de Fruta de Leite, o Movimento Geraizeiro definiu sua missão, seus objetivos, e concepção de movimento social nativo, baseado em onze princípios, entre eles, um movimento de comunidades que se reconhecem e respeitam a diversidade; suas formas de organização, religiosidade, formas de expressão e autonomia política, entre outros (MOVIMENTO GERAIZEIRO, 2014).

A V Conferência Geraizeira

Em abril de 2018, saí de Montes Claros e subi a serra em direção à Rio Pardo de Minas e depois para a comunidade de Cantanduva, no município de Vargem Grande do Rio Pardo, para dar início ao trabalho de campo junto às *antenas* geraizeiras. Iria acompanhar Zezinho, jovem liderança da comunidade de Vereda Funda e o Orlando, uma das lideranças do Movimento Geraizeiro e representante na CEPCTs. Não foi possível acompanhar o Orlando em função da demanda que me foi colocada de contribuir nos primeiros dias na preparação da conferência. E, posteriormente, não tive como retornar aos gerais. Quando negociei a data do

acompanhamento, as lideranças me solicitaram que coincidissem com a V Conferência Geraizeira prevista para ser realizada na primeira semana de abril de 2018.

As conferências são uma das formas de organização utilizadas pelas comunidades geraizeiras. A primeira conferência aconteceu no ano de 2006, doze anos atrás, visto no Capítulo II. Naquele encontro que ficou conhecido como a 1ª Conferência Geraizeira, o sr. Aparecido já apontava que o conflito presente naquela região tinha origem em outros países, com “as firmas aumentando e os recursos naturais diminuindo” E apontava a necessidade de se articular em rede com agricultores de outros países. Ao final do encontro foi proposto como encaminhamento apoiar a luta pela criação das reservas extrativistas de Tamanduá/Poções em Riacho dos Machados, e a do Areião, em Montezuma, Vargem Grande e Rio Pardo de Minas. Além disso, realizar no ano seguinte a 2ª Conferência Geraizeira no Acampamento Vale do Guará, em Vargem Grande.

E de fato aconteceu. Em janeiro de 2007 a 2ª Conferência Geraizeira foi realizada no acampamento Vale do Guará que vivia uma ameaça de expulsão iminente, cujo Relatório da 2ª Conferência Geraizeira e, também, da 1ª Conferência Quilombola se encontra em anexo. Como resultado das lutas travadas desde então, os acampados do Vale do Guará não foram expulsos, em uma parcela da área foi constituído o P.A. Vale do Guará (Portaria nº 024 de 30 de maio de 2005), sendo que outra (parcela) continua como acampamento. Uma luta expressiva pela criação da RESEX do Areião - Vale do Guará conseguiu, em 2014, o decreto de criação da RDS Nascentes Geraizeiras. O que contou com o apoio da Articulação Rosalino e de uma ampla rede de colaboração envolvendo até o CNS - Conselho Nacional de Populações Extrativistas.

Chegamos em Rio Pardo de Minas no dia dois de abril de 2018. Nesse dia a comissão de organização da V Conferência iria finalizar a programação da conferência, com as informações do processo de mobilização e das comissões que foram criadas para a sua realização. A conferência aconteceu entre os dias 06 a 08 de abril de 2018. Nesse ano o planejamento da conferência geraizeira tinha inovado pela utilização da metodologia da CEBs¹⁸⁷, como forma de estudo, elaboração de reflexões e de proposições em cada comunidade como preparação para participação.

A escolha da comunidade de Catanduva como local da Conferência Geraizeira se deu por dois motivos. O primeiro para socializar e comemorar a criação da RDS, tema de pauta da primeira conferência geraizeira 12 anos atrás. Como palco de discussão daquela e de diversas

¹⁸⁷ Comunidades Eclesiais de Base. A região do Alto Rio Pardo é uma das regiões no Brasil que continua mantendo a tradição de organização através das CEBs. A metodologia das CEBs consiste na elaboração de uma cartilha que orienta as comunidades nas leituras e reflexões em grupo à luz do evangelho.

outras formas de luta por território em andamento, lutas que demonstravam a força de mobilização das comunidades. A segunda para apoiar a luta da comunidade, muito ativa na implantação da RDS, na proteção de nascentes que secaram em função do plantio do eucalipto nas cabeceiras de cursos d'água e em uma área que ficou fora da RDS.

Participei do processo de finalização da organização da V Conferência Geraizeira, e registrei nas anotações de campo o destaque que se deu para as diversas iniciativas promovidas de forma autônoma pelas comunidades, contrariando o dito popular de que “santo de casa não faz milagres”. Registrei assim no caderno de campo.

Ao final foi se chegando à conclusão que a conferência deveria reforçar o entendimento, a perspectiva de que o santo de casa faz milagre. Já no primeiro dia, com a abertura, as delegações foram preparadas para se apresentarem e darem o recado de suas comunidades. Garantiu espaços para que as iniciativas que estão fazendo os geraizeiros movimentarem serem apresentadas e também momentos para intercâmbios de experiências nos trabalhos de grupo. E, desses trabalhos, a sistematização de propostas para debater com os representantes do estado que participaram e propostas de encaminhamento para a movimentação das comunidades geraizeiras até a próxima conferência.

O evento contou com cerca de 700 participantes. A programação possibilitou a interação entre as comunidades geraizeiras em luta, debates de proposições relacionadas com as principais demandas territoriais e políticas das comunidades geraizeiras e apresentação de propostas aos governos estadual e federal - ao final foi apresentada uma carta política da V Conferência. Além disso foi realizada uma celebração na cabeceira da nascente do Córrego da Braúna (DAYRELL, caderno de campo, 2018)¹⁸⁸.

A Conferência contou com a participação de representantes das comunidades e de suas organizações. Foram apresentadas as inúmeras iniciativas que as comunidades geraizeiras vêm promovendo em uma vasta área dos gerais norte mineiro e também na região do Alto Jequitinhonha. Depois do relato e reflexões das lideranças sobre o contexto vivenciado, a professora Mônica Nogueira, da UnB e o professor Aderval Costa Filho, da UFMG, fizeram comentários abordando os desafios para o avanço dos movimentos das comunidades geraizeiras, pelo direito de viver na terra e com as águas protegidas.

O comentário de Mônica abordou a diversidade de iniciativas e de contextos diferenciados. Em síntese ela fez uma explanação sobre a complexidade da agência geraizeira.

Não há dúvida que são experiências coletivas, com dificuldades, pois enfrentam muitas dificuldades, mas em razão de serem processos coletivos, isso vai permitindo acumular experiências pelo movimento geraizeiro. Quando a gente fala de coletivização da luta estamos falando de uma coletivização que se dá num nível local. (...) A coletivização que se dá no movimento geraizeiro faz com que se perceba que

¹⁸⁸ Posteriormente fui informado de que uma forte “ventania” provocou a queda de centenas de pés de eucalipto.

não se está só, que se pode aprender com a experiência um do outro, e isso permite acumular ao longo do tempo experiências e aprendizados.

Falamos muitas vezes aqui sobre a importância do espaço da Conferência Geraizeira como um espaço de mobilização. A comunidade percebe que não está só ouvindo o relato um do outro, aprendendo com a experiência do outro, mas há um aspecto também que é perceber que a luta ela é legítima, é justo lutar pelo território e pela água, porque lutar implica também superar o medo, como Dona Francisquinha dizia, o medo em se fazer o enfrentamento, o medo de sair para fazer uma ocupação, para fazer uma mobilização na frente de um fórum, enfrentar empresas, enfrentar o Estado, que é esse que nós estamos o tempo todo clamando, que nos ajude, isso causa medo, mas o coletivo ajuda a superá-lo (Mônica, Conferência Geraizeira, 2018).

Ela comentou como o povo geraizeiro acumula saberes sobre os processos vividos pelos enfrentamentos, descobrindo a força evidenciada pelos relatos feitos pelos participantes. São relatos de resistência, de busca por alternativas tecnológicas, de formas de retomar o território, de manter o domínio sobre o próprio território sem perder de vista o diálogo com o Estado. O conjunto dessas ações expressam a força geraizeira. É na luta que cada um encontra sua força ao lado do companheiro, ao lado de outras comunidades. É assim que os geraizeiros deixam claro que santo de casa faz milagre mesmo!

Mais à frente Mônica comentou que o conjunto de ações empreendidas pelas comunidades geraizeiras expressam uma característica fundamental do Movimento Geraizeiro, a inventividade. É por ela que os geraizeiros demonstram o quanto seu movimento é inteligente e resiliente, pois vai se adaptando às diferentes situações para encontrar respostas cada vez mais adequadas aos desafios. Resultam dessa inventividade e resiliência a combinação de ações com negociações, incidência no Estado, a remodelagem de assentamentos a partir da experiência geraizeira, a criação de uma lei municipal para reconhecer o território geraizeiro de Sobrado. Há um esforço de dialogar com os atores do Estado para encontrar alternativas dentro dos canais institucionais. Além do diálogo, as comunidades partem para a ação, fazendo “na prática”, o que deveria ser obra do estado.

Se essas ações evidenciam a agência geraizeira para fora elas se alicerçam em um forte trabalho de formação de base das comunidades que permite que os geraizeiros se mantenham unidos e que, no momento necessário, façam a ação direta que é o embate em um lugar específico. Como a autodemarcação de territórios nas comunidades de Raiz, Moreira e Vale das Cancelas no município de Grão Mogol. O “empate” das mulheres com suas crianças que paralizaram tratores que desmatavam a vegetação da chapada onde se instalou a RDS Nascentes dos Gerais. Em todas essas ações, os geraizeiros dos mais diversos lugares chegam para apoiar uma luta que é de todos.

Diferentes formas de ter acesso ao território das comunidades foram implementadas ao longo da história do Movimento Geraizeiro, como os Assentamentos da Reforma Agrária como

o da Tapera, no município de Riacho dos Machados, e Americana, no município de Grão Mogol, concebidos na perspectiva agroextrativista, mas impostos pelo INCRA como modelo convencional. E no processo conseguiu-se implantar o Projeto de Assentamento Extrativista - PAE Veredas Vivas - em Vereda Funda, concebido como conversão agroecológica no espaço cultivado com a monocultura do eucalipto e que teve o contrato com o Estado encerrado. E, também, a Reserva de Desenvolvimento Sustentável Nascentes Geraizeiras, em Rio Pardo de Minas, Montezuma e Vargem Grande do Rio Pardo.

Em outra frente, a construção da lei municipal de reconhecimento do território de Sobrado no mesmo município e ainda, a elaboração do Relatório Antropológico da comunidade de Moreira em seu processo de retomada da área de chapada plantada com monocultura pela Gerdau e que impactou profundamente a recarga dos córregos que abastecem a comunidade e que desestruturou seus sistemas produtivos. E, também, o Relatório Antropológico da comunidade de Baixa Grande.

Frente a toda essa inventividade do Movimento, de alguma forma, mesmo nas iniciativas que já estão caminhando para a consolidação, ocorreram momentos de impasse para se manter o controle do território pelos geraizeiros, na forma que deveriam se organizar no território depois de retomado. O caso da Tapera e de Americana, evidenciam que o Estado tem um modelo de loteamento e, ao impor tal modelo, quer dizer como é, e como não é. O Estado e as leis que ele tem não estão prontos para o reconhecimento do território geraizeiro. Assim, o Movimento Geraizeiro ensina ao estado as estratégias das comunidades tradicionais. E o geraizeiro em sua estratégia de diálogo e negociação se coloca a serviço desse processo de aprendizado do Estado, para ensiná-lo, por meio da capacidade geraizeira de inventar, de inventar leis, de inventar formas de reconhecimento de seus territórios (Mônica Nogueira, abril de 2018).

A combinação de ações internas e ações externas dá muita força e resiliência, que é a capacidade de adaptação, de resistir, de estar sempre se reinventando ao longo do tempo. É da observação da própria chapada e de sua biodiversidade tão diferenciada internamente que o Movimento Geraizeiro tem sabiamente replicado na combinação de diferentes formas de agir. Nos processos combina-se o diálogo com os momentos de ação direta, com os momentos de embates. Essa sabedoria do movimento é valorizada pelos geraizeiros e sempre refletida nas conferências realizadas. Porque, como dizem, “estamos entrando em um momento novo, que nos coloca novos desafios” (Mônica Nogueira, abril de 2018).

Na V Conferência Geraizeira na comunidade de Catanduva foi realizada uma síntese da história dos geraizeiros e salta aos olhos que a cada momento de sua trajetória se fez necessário

decidir qual a medida do diálogo. E, então se perguntaram: qual a medida da ação direta nesse momento? Esse questionamento surgiu no momento da prisão do Presidente Lula. Foi pontuado também que o Estado tem leis que não estão prontas para reconhecer plenamente o território geraizeiro. São os geraizeiros e as geraizeiras que estão emergindo com muita força no movimento, que estão dizendo como é que se reconhece o território geraizeiro.

Na assessoria durante a V Conferência Geraizeira, Mônica Nogueira lembrou a todos que:

Nós estamos diante de uma mudança muito severa da conjuntura nacional, não só o desmonte, mas uma ofensiva contra os direitos dos povos. Eu não saberia dizer com tanta contundência, como disse seu Adão ontem, sobre tudo que está em jogo, como o avanço do capital e a retirada de direitos, sobretudo sobre os direitos territoriais que estão muito ameaçados. Então o momento é de fortalecer as iniciativas autônomas como essas, que foram apresentadas aqui, para que o movimento geraizeiro permaneça sendo um movimento resiliente, que aponte caminhos, aponte direções para as comunidades na retomada de seus territórios, sobre o controle das suas áreas. Inclusive para cumprir um papel de bem junto à sociedade brasileira que é o de cuidar das águas.

Uma discussão importante que desde ontem começou, apareceu no debate da noite, que é a questão da dependência que tem a cidade em relação às comunidades rurais. Porque as cidades é que estão a depender das comunidades geraizeiras que cuidam, que zelam das águas, da biodiversidade. Esse seria um debate importante, que mereceria também ser desdobrado, ser continuado aqui ao longo da conferência geraizeira. Essa é minha colaboração aqui no debate, obrigada (Mônica, abril de 2018).

Nos relatos que foram apresentados, Mônica lembrou a importância para os geraizeiros da vigília constante - “o Movimento Geraizeiro é feito de vigília, vigília e alerta, ativa e permanente. Aprenderam que devem estar permanentemente vigilantes com o uso das cabeceiras, com o avanço das empresas, vigilantes nos processos de negociação. Quem retomou o território teve que estar vigilante sobre como foi implementar o uso do espaço retomado” (Mônica, abril de 2018). Vigilância porque a ofensiva é permanente, e precisa-se estar sempre atento à cena política no nível local, regional, nacional e internacional, pois as ofensivas são permanentes. E finalizou a força com que as mulheres entraram em cena na sustentação contra as ameaças e aos embates que são travados: “É com elas que se festeja o cotidiano ordinário e extraordinário em cada comunidade. A água se tornou claramente uma bandeira de luta que as mulheres assumem fortemente a liderança ao lado de seus companheiros de lutas” (Mônica, abril de 2018).

Diversos estudos etnográficos sobre comunidades geraizeiras (DAYRELL, 1998; NOGUEIRA, 2003; BRITO, 2013; OLIVEIRA, 2017) mostram a importância das relações entre as famílias de cada comunidade na construção de seus territórios. O território geraizeiro

é um território baseado em relações familiares. O movimento geraizeiro replica essa condição social nas relações comunitárias, entre as comunidades. Essa é a base primeira. Em todos os estudos acima referenciados emerge a compreensão de que apreender o conhecimento do território geraizeiro requer dar conta dessas relações, relações entre famílias e entre as comunidades geraizeiras.

Os estudos etnográficos do território geraizeiro demonstram que há áreas que são utilizadas pelas famílias onde são construídas as casas de moradas e os plantios, mas há, também, a chapada, e as cabeceiras que são manuseadas pela comunidade. É um território amplo, que não corresponde unicamente ao local onde as pessoas moram e plantam. Ele corresponde a toda área utilizada coletivamente pelas comunidades, e pelas comunidades entre si. O uso intercomunitário das chapadas para solta do gado, extrativismo e caça como foi discutido por Oliveira (2017), mostrando um nexos de comunicação territorial entre comunidades aparentemente distantes umas das outras. Na tentativa de entender alguns desses nexos, vamos visualizar alguns aspectos da cartografia do movimento geraizeiro que se encontra em construção.

A Cartografia do Movimento Geraizeiro

O Movimento Geraizeiro, ou movimento das comunidades geraizeiras, vem construindo uma cartografia de sua territorialidade que ajuda a visualizar tanto os desafios quanto os resultados alcançados por décadas de lutas, resistências e proposições. Vimos anteriormente, no mapa da Figura 30, que em 23 municípios do Norte de Minas existem comunidades que se afirmam como geraizeiras e estão de alguma maneira envolvidas com o movimento de comunidades geraizeiras ou com o Movimento Geraizeiro, abrangendo uma área com cerca de trinta e um mil, novecentos e quarenta e sete quilômetros quadrados (31.947,92 km²).

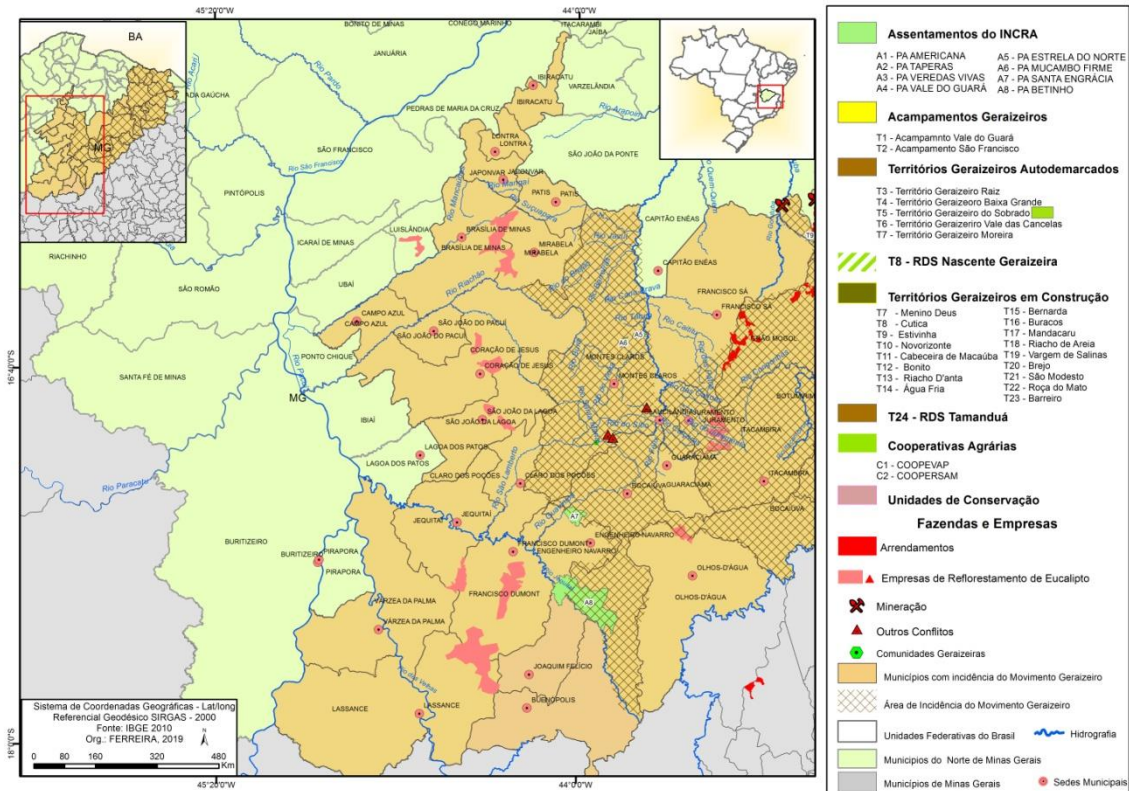


FIGURA 31- Dinâmicas territoriais nos municípios de incidência do Movimento Geazeiro - Subárea 01. Fonte: Dayrell, 2019.

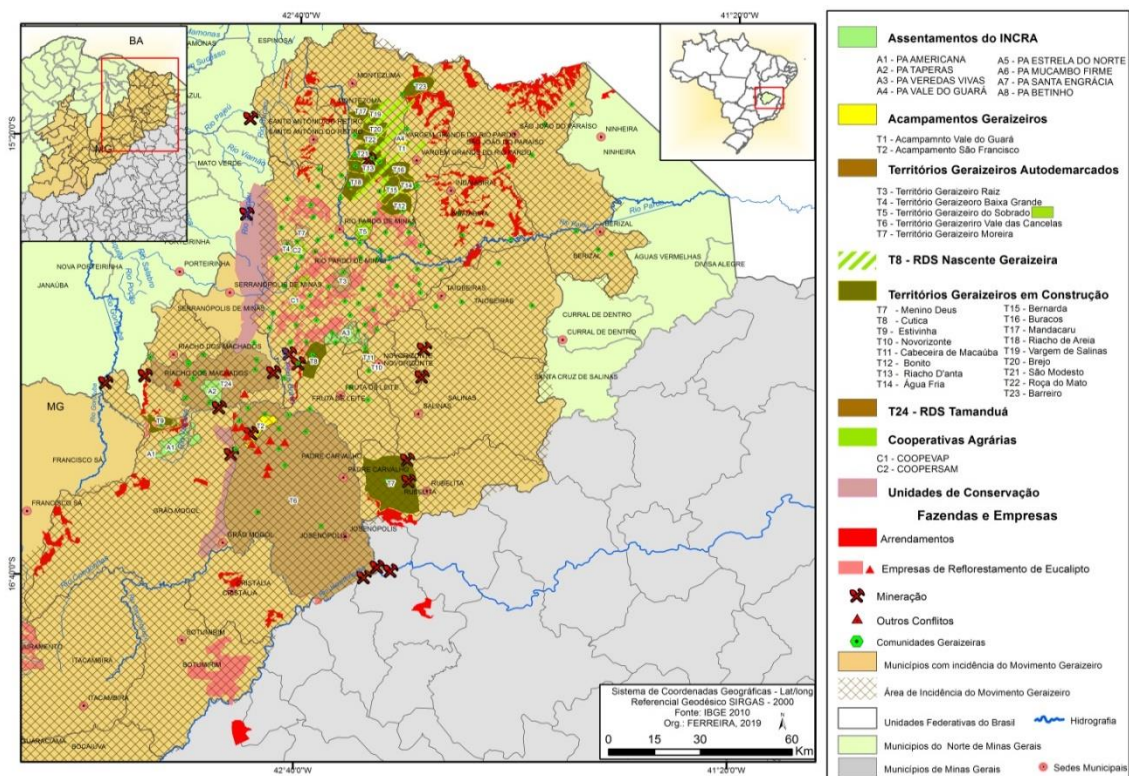


FIGURA 32- Dinâmicas territoriais nos municípios de incidência do Movimento Geazeiro - Subárea 2. Fonte: Dayrell, 2019.

Para melhor visualizarmos algumas das dinâmicas territoriais presentes em uma área tão extensa dividimos a região em dois mapas identificados como Subárea 1 e Subárea 2 (Figura 31 e Figura 32).

Nos mapas das Figuras 31 e 32 estão georreferenciadas as áreas que o Estado de Minas Gerais arrendou para empresas de reflorestamento com a monocultura do eucalipto nas décadas de 1970 e 1980. Não estão referenciadas todas as áreas de empresas que fazem o plantio da monocultura do eucalipto. Foram georreferenciadas apenas aquelas que de alguma maneira o movimento das comunidades geraizeiras acompanha ou tem informação de conflito estabelecido. Sendo que em todas as áreas que foram arrendadas pelo Estado existem comunidades que reclamam a sua devolução ou encontram-se indignadas pela expropriação ocorrida com o arrendamento.

Tabela 9 - Áreas ocupadas pelos arrendamentos do Estado e de empresas de reflorestamento em conflito com as comunidades locais.

Fazendas e Empresas (monocultura do eucalipto)	Área (ha)
Arrendamentos	149.552,40
Empresas de reflorestamento de Eucalipto	224.424,20
Total	373.976,60

A Tabela 9 nos mostra um total de 373.976 ha que se referem às áreas que foram expropriadas pelo Estado ou áreas de empresas onde existem conflitos estabelecidos com as comunidades locais. A seguir apresento as tabelas em que organizei as informações sobre as áreas demandadas e ou regularizadas com a seguinte estratificação:

- Territórios Geraizeiros em Delimitação: referem-se às áreas com ações de mobilização para identificação do território geraizeiro, mas que ainda ou não foram finalizados o trabalho de georreferenciamento ou de organização da demanda para regularização fundiária.
- Territórios Geraizeiros Autodemarcados: referem-se às comunidades geraizeiras com ações de mobilização para identificação do território geraizeiro, o seu georreferenciamento, com elaboração de um relatório antropológico ou com uma demanda sistematizada que foi encaminhada solicitando a sua regularização. As áreas em que foi demandada a criação de uma RDS encontram-se nessa estratificação;
- Territórios Geraizeiros Regularizados: referem-se às áreas de comunidades geraizeiras cujos territórios foram total ou parcialmente regularizados em uma das modalidades de acesso a terra reconhecidos oficialmente, seja como uma RDS, Projeto de Assentamento de Reforma Agrária (convencional ou como PAE), como um arrendamento estabelecido com o Estado (cooperativas

agrárias de agricultores familiares), ou através de projeto de lei municipal, como foi o caso da comunidade de Sobrado.

-Assentamentos de Reforma Agrária convencionais: referem-se às áreas nas quais foram criados projetos de assentamento de reforma agrária pelo INCRA, mas que foram mobilizadas por algum movimento social como o MST, Movimento Sindical, ou outro.

Tabela 10 - Territórios Geraizeiros em Delimitação.

Territórios Geraizeiros em Delimitação	Área (ha)
T7 - Menino Deus	28.581,78
T8 - Cutica	6.300,17
T9 - Estivinha	3.903,11
T10 - Novorizonte	267,12
T11 - Cabeceira de Macaúba	1.309,14
T12 - Bonito	5.221,17
T13 - Riacho D'anta	1.864,98
T14 - Água Fria	2.305,92
T15 - Bernarda	1.525,37
T16 - Buracos	2.580,39
T17 - Mandacaru	2.608,44
T18 - Riacho de Areia	3.595,91
T19 - Vargem de Salinas	101,99
T20 - Brejo	1.270,98
T21 - São Modesto	2.006,83
T22 - Roça do Mato	1.584,82
T23 - Barreiro	4.908,33
Total	69.936,46

Tabela 11- Territórios Geraizeiros Autodemarcados.

Territórios Geraizeiros Autodemarcados	Área (ha)
T3 - Território Geraizeiro Raiz	3.772,78
T4 - Território Geraizeiro Baixa Grande	1.780,63
T6 - Território Geraizeiro Vale das Cancelas	229.951,08
T7 - Território Geraizeiro Moreira	1.649,48
RDS Tamanduá	57.072,42
T1 - Acampamento Vale do Guará	656,85
T2 - Acampamento São Francisco	3.957,69
Total	298.840,94

Tabela 12- Territórios Geraizeiros Regularizados.

Territórios Geraizeiros Regularizados	Área (ha)
T5 - Território Geraizeiro do Sobrado	2.993,02
C1 – Coopevap	1.512,88
C2 – Coopersam	1.589,54
A1 - PA Americana	6.041,44
A2 - PA Tapera	4.058,47
A3 - PAE Veredas Vivas	4.896,57
RDS Nascentes Geraizeiras	38.219,51
Total	59.311,43

Tabela 13 - Assentamentos de Reforma Agrária.

Assentamentos de Reforma Agrária convencionais	Área (ha)
A4 - PA Vale Do Guará	450,21
A5 - PA Estrela Do Norte	792,92
A6 - PA Mucambo Firme	566,96
A7 - PA Santa Engrácia	3.607,50
A8 - PA Betinho	24.912,74
Total	30.330,33

Fazendo agora uma síntese dos dados, vemos que do total de terras com demandas organizadas ou em construção - 458.419 há - cerca de 20% foram regularizados com alguns dos instrumentos de acesso a terra, enquanto o restante, 80%, não teve sua demanda atendida pelo poder público.

Tabela 14 -Categorias das terras demandadas para regularização fundiária.

Categoria	Área (ha)	%
Territórios Geraizeiros em Delimitação	69.936,46	15,26
Territórios Geraizeiros Autodemarcados	298.840,94	65,19
Sub Total	368.777,40	80%
Territórios Geraizeiros Regularizados	59.311,43	12,94
Assentamentos de Reforma Agrária convencionais	30.330,33	6,62
Total	458.419,16	100,00

Merece destaque o percentual significativo de terras (65%) em que as comunidades encontram-se mobilizadas e têm claro a sua demanda para regularização fundiária, mas cujo atendimento esbarra na inoperância ou no desinteresse político do estado em promovê-lo. Se compararmos com as áreas dominadas pelas empresas de reflorestamento e ligadas ao setor siderúrgico florestal que encontram-se em conflito, 373 mil ha com as áreas autodemarcadas ou territórios que estão em construção, 368 mil ha, vemos que são valores que se aproximam.

Outro destaque, mas que não aparece em números, refere-se às redes de colaboração e de apoio que vêm sendo mobilizadas pelos movimentos sociais nativos, no caso pelo Movimento Geraizeiro e Articulação Rosalino Gomes. Rede que envolve sindicatos de trabalhadores rurais, o MASTRO, no caso do Alto Rio Pardo, organizações sociais como a do CAA/NM e CPT, e também organizações de ensino e pesquisa como o NIISA, GESTA, EMBRAPA, Cenargen, além de grandes movimentos sociais como o MST e o MAB. Não sem conflito ou disputa entre as organizações, mas que objetivamente vêm construindo um novo cenário em termos de luta pela terra e territórios em uma extensa área de cerrados brasileiros.

As tensões que emergem no âmbito da rede de colaboração são de diferentes ordens. Uma delas refere-se às agendas de pesquisa cujos projetos são elaborados sem que se faça uma consulta mais efetiva, devidamente esclarecida, às organizações de base ou aos grupos locais. Verifica-se em alguns casos que grupos de base ou comunidades locais muitas vezes acabam ficando reféns de agendas que são definidas em outros espaços. Outro foco de tensão refere-se a entidades sociais ou organizações de base regional, estadual ou mesmo nacional que passaram a atuar na região onde o movimento de comunidades geraizeiras já vinha atuando, mas que em função de concepções em termos de organicidade ou do direcionamento de lutas estratégicas que se travam no âmbito nacional, acabam por provocar ou acirrar divergências políticas internas. Uma questão de fundo, que vem sendo posta pelo movimento de comunidades geraizeiras refere-se ao status que passaram a se dar, ao serem reconhecidos enquanto povos. Cobram, tanto do estado quanto das entidades e movimentos, o respeito às suas formas de organização, às suas formas de entendimento, ao seu jeito de atuar.

Na região do Alto Rio Pardo, apoiados principalmente pelo movimento sindical, encontros e seminários de planejamentos comuns têm contribuindo para a compreensão e construção de agendas consensuadas. Esses processos de interação são denominados de redes sociotécnicas. Constituem-se de espaços onde se articulam lideranças locais ou de associações, sindicais, pastorais, movimentos sociais, grupos de pesquisa, entre outros, na definição de agendas e ações comuns.

Verifica-se que emerge em uma extensa área dos cerrados uma força quase que silenciosa à consciência do direito e do reconhecimento, e que aponta para um novo cenário ao entendimento da questão agrária sob a luta por territórios. São processos que não se encontram encerrados nas fronteiras das comunidades ou do Norte de Minas. Processos que vêm associados a dinâmicas políticas, econômicas e educacionais, operadas por redes nacionais como a Rede Cerrado, Rede Alerta contra o Deserto Verde, Rede de Educadores do Semiárido,

Articulação do Semiárido. Ou interações que ocorrem no campo internacional e que envolvem organizações de cooperação, a Via Campesina, o WRM, Banco Mundial e a FAO.

Caatingueiros

Após o acompanhamento aos geraizeiros, desci a serra em direção a Mato Verde e, em seguida Porteirinha, para encontrar com as *antenas* caatingueiras: a jovem Leninha, da comunidade de Bom Jesus, dona Eva, da comunidade de Queimados e o sr. Toninho, da comunidade de Malhada dos Bois. Após encontrá-los na sede do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Porteirinha, rumamos para a comunidade de Malhada dos Bois. Por alguns quilômetros percorremos a MG 122 que segue paralela ao maciço da porção setentrional da Cadeia do Espinhaço que na região toma o nome de Serra Geral. Depois de percorrer cerca de vinte quilômetros, de passar pelo rio Serra Branca, entra-se à esquerda por caminhos de terra, passando por Furado do Peixe, até que se chega a Malhada dos Bois, onde moram o Toninho e sua esposa Ana Rosa.

Estamos nos sopés da Serra Geral em meio a duas unidades geomorfológicas bem distintas. Na porção oriental, os altiplanos, onde os gerais são dominados pelos cerrados e fazem transição com a Mata Atlântica. Ao descer a serra, as caatingas dominam e, à medida que se dirige à porção ocidental em direção às planícies sanfranciscanas, o predomínio de uma ampla faixa de transição de caatinga com a mata seca. D'Angelis Filho (2005), ao estudar os caatingueiros da microrregião de Porteirinha, analisou o contexto ambiental que facilitou a ocupação dessa porção do território por camponeses migrantes, entre eles os de origem europeia.

Região, do ponto de vista geomorfológico, de dissecação pluvial nas zonas das colinas mais próximas da Serra do Espinhaço, e de dissecação fluvial à medida que deslocamos em direção à Depressão Sanfranciscana. Essa morfogênese confere uma característica de escoamento que não favorece o acúmulo de água, não criando condições ambientais para proliferação de mosquitos deletérios ou letais aos camponeses brancos de descendência europeia. Essas características fizeram com que viessem a ocupar essa região, camponeses migrantes, especialmente de descendência portuguesa e italiana. Esses agricultores são chamados, pelos Geraizeiros, de Caatingueiros (D'ANGELIS FILHO, 2005, p.88 e 89).

A partir da indicação da morfogênese dessa região onde vivem os caatingueiros, apresento no mapa a seguir um delineamento entre os altiplanos da Serra do Espinhaço e as extensas planícies sanfranciscanas. O limite oriental é mais visível e claro, delimitado pelas

escarpas do espinhaço, mas o limite ocidental que faz transição com a depressão sanfranciscana é mais fluído e impreciso, por isso o hachurado que em trabalhos de campo posteriores pode vir a ser mais bem delimitado. Acrescente-se que o controle da malária a partir dos anos 1940/50, como visto anteriormente, abriu as portas para a ocupação fazendeira e branca que adentraram a depressão sanfranciscana até as margens do rio São Francisco, tornando ainda mais imprecisos esses limites.

A partir do alto, é possível visualizar a transição das áreas de encosta para as de planícies. Nas encostas o predomínio de pequenas glebas, nas planícies as extensas propriedades.

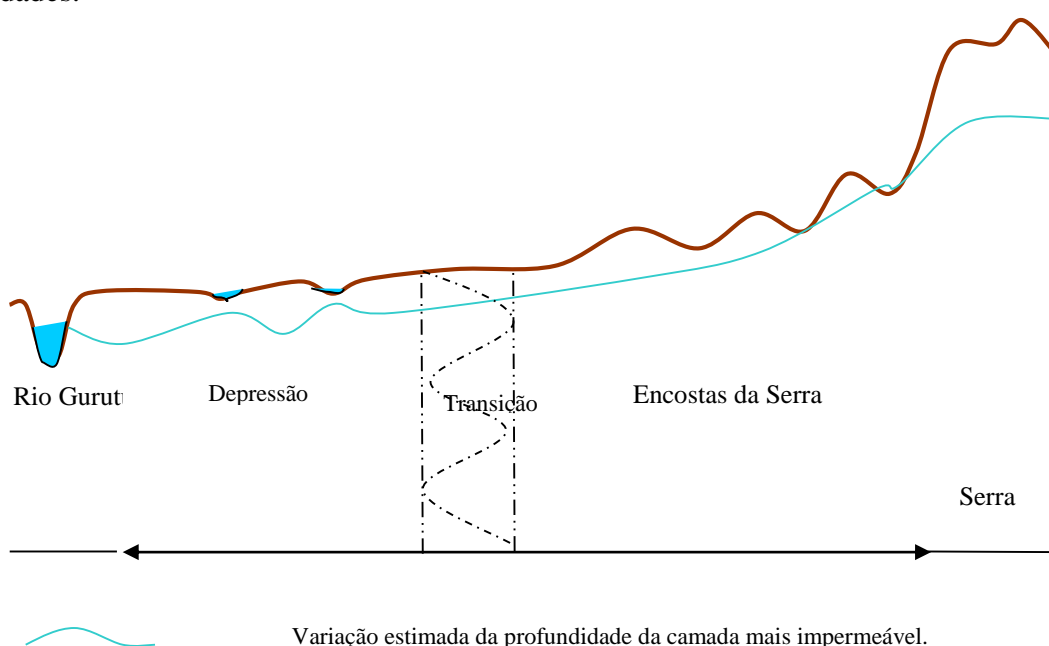


FIGURA 33- Perfil transversal dos Sopés da Serra do Espinhaço.
Fonte: Diagnóstico PICUS, 2005.

São onze os municípios em que as comunidades caatingueiras dos sopés da Serra Geral encontram-se inseridas: Catuti, Espinosa, Gameleira, Janaúba, Mamonas, Mato Verde, Monte Azul, Nova Porteirinha, Pai Pedro, Porteirinha e Serranópolis de Minas. Esses municípios ocupam uma área de 12.407,63 km² (ou 1.240.763 ha). Sendo que onde tem a predominância das comunidades caatingueiras (em hachurado no mapa) abrange uma área de 7.628,60 km² (ou 762.860 ha).

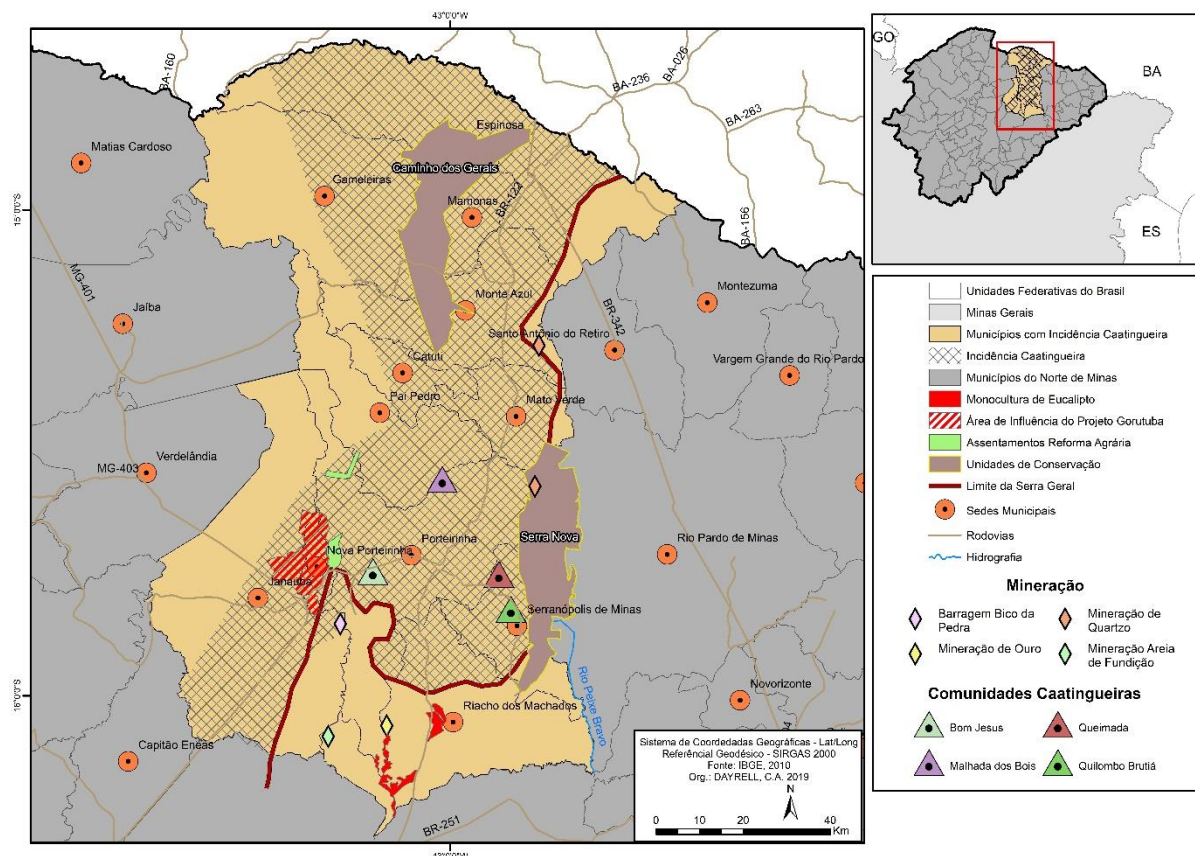


FIGURA 34 - Área de incidência de Comunidades Caatingueiras dos Sopés da Serra Geral.
Fonte: Dayrell, 2019.

Essa porção do território está inserida na região semiárida de Minas Gerais com precipitação pluviométrica média anual de 750 mm, apresentando os meses mais secos de junho a agosto, sendo frequentes os veranicos que podem ocorrer em meio à estação chuvosa, estacionalidade que frequentemente cria sérios problemas para a agricultura e pecuária. A duração da estação seca costuma ser superior a seis meses e a umidade relativa do ar pode atingir valores inferiores a 15%, principalmente nos meses de julho e agosto. Quanto à classificação climática de Köppen, o clima predominante é Aw - clima tropical de savana, inverno seco e verão chuvoso (MMA/SEDVAN, 2010). Contexto que a coloca em uma das áreas mais vulneráveis de Minas Gerais em função do aquecimento global.

Segundo o Relatório de Avaliação do Painel Intergovernamental sobre Mudança do Clima, publicado em 2007 (IPCC, 2007), as áreas semi-áridas do Brasil são as mais vulneráveis ao aquecimento global. A combinação das alterações do clima, na forma de falta de chuva ou pouca chuva acompanhada de altas temperaturas e altas taxas de evaporação, aliada à competição por recursos hídricos, pode levar a uma crise ambiental e socioeconômica potencialmente grave nessas áreas (MMA/SEDVAN, 2010, p.39).

O diálogo estabelecido com as *antenas* caatingueiras apontou que a questão ambiental é considerada como uma das temáticas de maior interesse da ação dos caatingueiros. No próximo capítulo, o tema é desenvolvido por D. Eva, Toninho e Leninha, caatingueiros que vêm interagindo com a Articulação Rosalino. O caminho percorrido nessa porção do território nos apontou que as extensas áreas de caatinga foram intensamente desmatadas e degradadas no auge da expansão da monocultura do algodão. Os parques rios e córregos que atravessam a região têm origem na Serra do Espinhaço. Se, em outros tempos no período da seca, os rios e córregos mantinham água nos poços e lagoas, atualmente a grande maioria fica seca completamente.

Nesse contexto centenas e centenas de famílias e comunidades recorreram aos encanamentos que foram implantados para captação de água ao longo da Serra Geral. Chegam a percorrer mais de trinta quilômetros desde a sua captação nas escarpas do Espinhaço de rios como o Serra Branca ou Tabuleiro. Os parques estaduais Serra Nova e Caminhos dos Gerais constituem para os caatingueiros, com os quais conversei, uma maior garantia de proteção das águas que descem das serras.

A implantação de projetos de mineração no Espinhaço, como o da extração de ouro da antiga Vale do Rio Doce, atualmente explorado pela empresa canadense Carpathion Gold, em Riacho dos Machados, ou na exploração do minério de ferro, quartzo, areia, granito e pedras preciosas, passam a entrar na agenda de luta dos agricultores, dos sindicatos de trabalhadores rurais e outras organizações, que questionam os alegados benefícios de geração de renda e empregos.

O cenário de crise ambiental dos anos 1980/1990 não estava colocado para os habitantes dos gerais conhecidos como geraizeiros e que desciam a serra em tropas de animais para venderem seus produtos nas feiras e mercados de Porteirinha, Mato Verde, Monte Azul e Espinosa. O comércio era intenso, vendiam ou trocavam seus produtos com os habitantes das caatingas a quem eles denominavam de caatingueiros (DAYRELL, 1998; DANGELIS FILHO, 2005; COSTA FILHO, 2005).

As identificações vinculadas aos ambientes onde moravam, propiciaram desde o passado a caracterização étnica dessas gentes cujas fronteiras se tocavam e enunciando politicamente suas etnicidades, como discutido por Barth (2000), cujo diacrítico vinculado aos biomas em que se situavam fundamenta a etnicidade ecológica como conceituado por Parajuli (1996).



FIGUERA 35 - Localidade de Malhada dos Bois, município de Porteirinha. Ao fundo a Serra Geral.
Fonte: Dayrell, 2018.

Os nexos estabelecidos entre as populações desses distintos ambientes não eram só em termos de trocas comerciais. Por um longo período, a região de caatinga, além da tradição de criação de gado, especializou-se também na produção de algodão e mamona, produtos que eram exportados ou para a Bahia ou para outras regiões do Norte de Minas ou mesmo para o Sudeste. Por ser a economia dos caatingueiros mais monetarizada, os geraizeiros também desciam a serra para se empregar nas atividades de lavoura que demandavam muita mão de obra.

Apesar das distintividades que marcavam essas populações, as relações estabelecidas avançavam em outros aspectos da vida social. Muitas vezes as migrações temporárias tornavam-se permanentes, ampliando-se por relações de casamento e de compadrios estabelecidas nas dinâmicas de intercâmbios. Esses aspectos tornaram-se mais claros com a conversa que tivemos nos dias em que permaneci entre Porteirinha, Mato Verde, Monte Azul e Serranópolis de Minas. A mistura entre essas gentes era muito maior do que eu imaginava até esse momento.

Foi com surpresa que ouvi de Toninho: “a nossa origem é dos gerais, até a água que corre aqui vem dos gerais” (Toninho, município de Porteirinha, em entrevista, 2018). E ele explica que o avô veio dos gerais de Rio Pardo de Minas e a mãe veio dos gerais de Serrado. O avô comprou um terreno no Pajeú, proximidade de Furado do Peixe, onde o seu pai foi criado. Além disso, os pais da esposa de Toninho, Ana Rosa, são da família dos Martins e vieram dos gerais de Rio Pardo de Minas.

A surpresa foi maior ao saber que tanto a dona Eva quanto a Leninha, embora morem bem distantes uma da outra, também têm seus antepassados com origem nos gerais. A dona Eva diz que o avô paterno veio de Rio Pardo e casou com a avó que era “nativa do Tatu”. Ambos eram negros, mas ela, a avó, era considerada de origem indígena. Mesma região onde fica a localidade de Queimada, onde vive hoje, e a de Tatú, onde ela nasceu. E a mãe de Leninha veio dos gerais de Peixe Bravo, onde os seus avós nasceram e viveram. E o pai dela veio de Rio Pardo.

Na conversa que se estabeleceu sobre a relação do caatingueiro com os gerais, Toninho diz que não são casos isolados, que muitos dos moradores da região onde vive também têm antepassados nos gerais.

A maioria das pessoas aqui tem uma coisa com os gerais, tem alguma ascendência lá. Foram parentes que vieram de lá e instalaram aqui. Eu imagino que há muito tempo atrás não tinha quase morador daqui, tinha mais dos gerais, o pessoal veio de lá e foi instalando aqui. (Toninho, localidade de Malhada dos Bois, em entrevista, 2018).

É interessante essa afirmação de Toninho sobre as origens dos caatingueiros também como fruto de dinâmicas de migrações internas de populações dos gerais em direção às caatingas. Além da relação de parentesco e da dependência da água que vem dos gerais, a tendência da especialização da economia caatingueira para uma produção essencialmente monetarizada, no caso, a do algodão, ampliou a relação de interdependência entre os geraizeiros e caatingueiros. Os pais de Toninho se enquadram no caso de famílias oriundas dos gerais que se mudaram para as regiões de caatinga. Quando ele nasceu, na década de 1970, os pais já moravam na caatinga.

Até essa época as terras ainda não eram totalmente cercadas, o gado era criado solto na caatinga. O nome da localidade “malhada dos bois” é um exemplo desse sistema, explica-nos o Toninho, mostrando as áreas que os animais se reuniam em uma sombra para ruminar. Foi na época em que a agricultura caatingueira estava se especializando na produção de algodão. Ele relembra que, no seu tempo de criança,

as coisas que eram conseguidas na caatinga naquela época vinham do gerais, aqui não produzia muito alimento, dependia muito do gerais. O forte era o gado, o pessoal plantava algodão, mamona. Ninguém tinha um pé de planta, não tinha nada. Eu pequeno tratava de um pé de manga e mãe falava isso aqui não produz não, só nos gerais. E hoje você produz qualquer coisa que você quiser aqui (Toninho, comunidade de Malhada dos Bois, em entrevista, 2018).

Ana Rosa lembra que eles traziam rapadura, tijolo¹⁸⁹, vassoura - “a gente ia para a estrada comprar vassoura”. E ela explica que os antigos moradores não tinham frutíferas em volta da casa pela dificuldade do acesso à água.

A agricultura caatingueira em transformação

Mas a história da agricultura caatingueira não foi sempre em torno da produção especializada. Muito pelo contrário. A conversa com os interlocutores, *antenas* da Articulação Rosalino, apontou-nos que antes da expansão da monocultura do algodão a agricultura caatingueira contribuía com a produção de alimentos, com a criação do gado, aves e porcos, além do algodão e da mamona. Eva lembra que os caatingueiros também plantavam arroz. Eu fico surpreso, na caatinga também plantavam o arroz? E ela confirma, sim o arroz, e também usavam muito da semente crioula. Na região nossa se plantava muito arroz. Toninho diz que quando era pequeno “nós só comíamos arroz de pilão”. As coisas estão mudando tanto que hoje não está produzindo mais. Ele diz que,

no terreno de pai tem umas baixas que plantava arroz direto, aqui não tem rio nem córrego só baixa, são áreas de alagadiço, os córregos começam mais pra baixo mesmo. E não tem muito tempo não, eu tenho 40 anos e naquela época se plantava de tudo, inclusive o arroz. (Toninho, localidade de Malhada dos Bois, em entrevista, 2018).

Ana Rosa confirma, “o meu avô colhia era casa cheia de arroz. O rio não corria, mas tinha baixa. O pessoal colhia, comia, era mais para o consumo, vendia pouco arroz. Naquele tempo vendia era um gado, um porco, um frango caipira” (Ana Rosa, localidade de Malhada dos Bois, em entrevista, 2018).

Começamos então a conversar sobre como se deu a introdução do cultivo do algodão na região, cultura que marca a trajetória econômica e cultural dos caatingueiros, que vivenciaram um auge entre os anos 1970 até início dos anos 1990. Comento que na época em que vim morar e trabalhar em Porteirinha, no ano de 1984, a produção de algodão dominava a região, em sistemas de monocultura, que eram plantados pelos fazendeiros, mas, principalmente, pelos pequenos produtores rurais. Na época, fazia-se referência a eles como lavradores, agricultores de subsistência e pequenos produtores, mas hoje são denominados de agricultores familiares. Eu tive acesso a um estudo do Programa de Desenvolvimento Rural Intergrado do Gorutuba - PDRI Gorutuba - em que fizeram um diagnóstico específico dessa região de Porteirinha e Mato

¹⁸⁹ Doce que é feito do caldo de cana, semelhante à rapadura, mas que acrescentam raspa de coco ou de outra fruta.

Verde. Esse diagnóstico dizia que o cultivo do algodão, inicialmente das espécies de porte arbóreo, era cultivado desde o século XVIII (RABELO, 1985).

O reflexo da Revolução Industrial, que teve início na Inglaterra no Século XVII com a mecanização do processo manufatureiro da indústria têxtil europeia e a substituição da lã pelo algodão, veio provocar transformações nos sistemas agrícolas caatingueiros do Norte de Minas menos de dois séculos depois. Hermes de Paula (1957) nos informa que, em 1817, o algodão já era uma cultura rotineira em alguns pontos do norte de Minas.

O cultivo do algodão, que chegou a ser exportado para outros mercados, como o da Bahia e de Pernambuco e, inclusive para o exterior, apresentou um aumento expressivo da produção devido às desarticulações provocadas pela Guerra da Secessão nos EUA (1861-1865), tradicional fornecedor dessa pluma para as tecelagens da Inglaterra. Tradicionalmente cultivado para o atendimento das pequenas tecelagens manuais, o aumento da demanda do algodão levou a uma transformação gradativa da agricultura caatingueira para um caráter nitidamente comercial, influenciado como no restante do sertão nordestino (RABELO, 1985; DAYRELL, 1998).

Mesmo com a retração do consumo no final do século XIX até meados do século XX, a atividade algodeira continuou em atividade em municípios do Norte de Minas, associada aos sistemas produtivos diversificados dos agricultores da caatinga. Em 1925, o algodão era a cultura mais exportada da região, com predomínio das variedades arbóreas Big Boll, ou crioulo, Rim de Boi, ou Maranhão, Carolina, Durango e Colúmbia.

Até então, a base produtiva da agricultura caatingueira estava assentada em sistemas diversificados de produção de alimentos e fibras, o que garantia uma relativa autossuficiência alimentar e autonomia do caatingueiro em relação ao mercado. As reservas de valor que conseguiam acumular eram transferidas para a aquisição de cabeças de gado. Enquanto as terras ainda eram soltas, essa reserva era ainda maior, uma vez que podiam acumular um número maior de cabeças, mesmo sendo proprietário de uma pequena gleba de terra. Essa reserva lhes fornecia uma maior segurança para enfrentar os períodos cíclicos de seca.

A partir de meados da década de 1950, ocorreu uma intensificação da produção do algodão herbáceo no Norte de Minas, com a introdução de novas variedades melhoradas, que ofereciam a vantagem de uma maior produtividade por hectare. O aumento do custo de produção levou rapidamente à necessidade de obtenção de empréstimos por parte dos agricultores. Eram realizados pelos atacadistas, algodeiras e mesmo fazendeiros que arrendavam suas terras aos agricultores com pouca ou sem terra. São esses mesmos personagens que vão comprar a sua produção na safra e assim, saldar o débito contraído (RABELO, 1985).

Mas foi na década de 1970 que a expansão da atividade algodoeira abarcou um grande número de municípios da caatinga mineira, em particular na microrregião da Serra Geral. Foi quando a monocultura do algodão começou a substituir os sistemas diversificados de produção de alimentos e fibras dos lavradores, que passou a dominar a paisagem associada à criação extensiva de gado bovino, essa desenvolvida principalmente pelos fazendeiros. Analisando a expansão da monocultura do algodão no Norte de Minas e, em particular, nos municípios de caatinga do Sopé da Serra do Espinhaço, Barbosa et al (2013) nos informam a importância que a cotonicultura dessa região representou em termos de área cultivada em Minas Gerais no começo dos anos 1990.

Nos anos 1990, o norte de Minas Gerais foi o principal produtor estadual de algodão, com área plantada de 104.592 hectares, representando 80,4% do total de área plantada no estado. Somente os municípios de Porteirinha, Mato Verde, Monte Azul e Espinosa plantavam, nesse período, 76.400 hectares, representando 73% da área plantada na mesorregião norte de Minas e 59% de todo o estado (IBGE, 2010a). Por abrigar grande área plantada e um complexo de galpões de usinas beneficiadoras de algodão, o município de Porteirinha era, regionalmente, tratado como a capital nacional daquele produto (BARBOSA et al, 2013, p.175).

Sendo Porteirinha a “capital nacional do algodão”, o complexo instalado nessa região em termos de área cultivada, galpões de armazenamento e de beneficiamento do algodão, só se viabilizou em função dos recursos subsidiados que facilitaram a difusão do pacote tecnológico preconizado pela revolução verde: sementes melhoradas, insumos químicos, mecanização e assistência técnica especializada. Levando a uma crescente subordinação da economia microrregional aos interesses dos setores agroindústrias.

Embora a monocultura passasse a ser praticada intensivamente por milhares de agricultores das regiões de caatinga, estimulados pelas facilidades oferecidas pelos programas governamentais, em algumas regiões, os caatingueiros mantiveram seus sistemas tradicionais diversificados, destinados à produção de fibras, alimentos e criação de animais, associados com o aproveitamento alimentar e medicinal da flora nativa. Com a crise do algodão, iniciada no começo da década de 1990, os agroecossistemas homogeneizados dos agricultores que se modernizaram, ficaram inviabilizados e assistiu-se a um intenso processo de migração e empobrecimento maior de sua população. Uma das poucas alternativas que restaram aos camponeses, que possuíam uma gleba de terra um pouco maior, passou a ser a pecuária. E os que resistiram a esse período crítico foram exatamente aqueles que continuaram apostando na diversidade de cultivos (DAYRELL, 1998).

Só então, percebeu-se que toda a riqueza produzida fora embora, ficando a região com alguns poucos empresários muito ricos e a maioria empobrecida, com as terras degradadas, as águas contaminadas e muitos trabalhadores com a saúde comprometida.

Foi nesse contexto, a partir dos anos 1990, que se iniciou um conjunto de ações na busca de saídas desse quadro de estagnação socioeconômica e degradação ambiental. A partir de um trabalho de assessoria da Comissão Pastoral da Terra e de agricultores da microrregião recém envolvidos com a criação do CAA, um grupo de jovens rurais disputa a eleição do STR de Porteirinha, propondo desenvolver ações mais efetivas junto à agricultura familiar. Ganham a eleição e suas atividades iniciam com ações temáticas relacionadas com uso e manejo das sementes locais, manejo e conservação dos solos, controle alternativo de pragas e doenças desenvolvidas na escala comunitária.

O trabalho avança para ações de desenvolvimento local e com a formação de monitores em agroecologia, os quais passam a discutir e disputar propostas nos âmbitos dos Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural Sustentável - CMDRS, “uma metodologia de trabalho que buscava alinhar ações da escala comunitária aos processos municipais e microrregionais (Dangelis, 2005). É quando um conjunto de práticas agroecológicas desenvolvidas na escala comunitária e familiar - produção de sementes de milho e sorgo, criação de pequenos animais, apicultura, pomares agroflorestais - trazem a discussão da valorização da (agro) biodiversidade associada aos sistemas caatingueiros, além da necessidade de considerar o mercado e seus arranjos produtivos. Inicia-se um conjunto de atividades de pesquisa e desenvolvimento que tem como meta a transição da cotonicultura convencional para sistemas agroecológicos de produção, ampliando a sustentabilidade dos agroecossistemas nativos.

Esses sistemas eram conjugados com outras ações estimuladas a partir da constituição da Associação Casa de Erva Barranco Esperança e Vida – ACEBEV - que, atuando no campo da saúde e da nutrição, resgata os valores e saberes da produção tradicional, da alimentação sertaneja e o uso das plantas medicinais e frutíferas da caatinga.

Durante o tempo que estivemos na residência de Ana Rosa e Toninho, foi possível conhecer a sua propriedade. É uma pequena propriedade com cinco hectares e é de onde garantem o sustento familiar. Plantam uma pequena lavoura de feijão, mandioca, milho, além de um pomar irrigado por sistema de gotejamento, cuja água é oriunda de sistema de captação de água da chuva, onde criam a tilápia. Possuem também uma cisterna de captação de água da chuva que é utilizada no consumo doméstico. Desenvolveram um sistema de criação de aves semi-intensivo que fornece ovos e frangos que são comercializados nos mercados locais, de onde vem a principal fonte de renda que garante o bem-estar da família.

Vimos que a propriedade de Ana Rosa e Toninho, sendo a terra muito pequena, é praticamente utilizada em sua totalidade, com apenas uma pequena gleba de mato de onde colhem, eventualmente, lenha e madeira. O contexto de acesso às reduzidas porções de terra se verifica em outras comunidades caatingueiras, como demonstrou Souza (2013) ao estudar a Várzea Bonita no município de Porteirinha, considerada por ela também como uma comunidade caatingueira. Nessa comunidade, somente 20% das famílias possuíam mais do que três hectares de terra e 33% viviam em propriedades com menos de um hectare. Todas as famílias da comunidade possuem terra cuja origem é a herança.

O sistema diversificado de produção de alimentos e a relação estabelecida com o mercado verificam-se também em outras comunidades do município. Souza (2013) observou que as famílias que tinham se submetido à lógica da revolução verde, com o plantio quase que exclusivo da monocultura do algodão e após a crise estabelecida no início dos anos 1990, conseguiram promover uma transição para sistemas mais diversificados de produção e com outras estratégias de inserção no mercado. Verificou que produtos como leite transformado em queijo e requeijão, mel, verduras e frutas, cultivadas e nativas, como umbu e maracujá nativo, passaram a inserir em novos mercados, principalmente naqueles de circuitos curtos, mas também no circuito regional com polpas de frutas ou mesmo nacional, com queijo e requeijão. Fazendo, inclusive, enfrentamentos às demandas de subordinação de empresas poderosas, como a multinacional Nestlé e a COOPAGRO (SOUZA, 2013; GESTAR, 2006).

Souza (2013) verificou também que as relações mercantis presentes na comunidade, geralmente consideradas uma das marcas diferenciais dos caatingueiros em relação aos geraizeiros, são pautadas por valores simbólicos, normas sociais e obrigações morais entre os moradores. Ela verificou a existência de trocas de alimentos e de sementes, uso de áreas comuns alugadas por grupos de vizinhos, festas e leilões visando arrecadar recursos para apoiar moradores que eventualmente estivessem passando por necessidades:

A economia que rege as relações da comunidade está pautada pelo imbricamento de várias posturas e costumes que envolvem trocas, reciprocidades e solidariedade. A economia vivida pelas famílias da Comunidade procura, em primeiro lugar, realizar uma produção para a segurança alimentar e nutricional de todas as pessoas que vivem no lugar. A prática da doação permite manter laços e vínculos de solidariedade principalmente com as famílias que enfrentam mais dificuldades com o acesso ao alimento (SOUZA, 2013, p.148).

A breve incursão à comunidade de Malhada dos Bois aponta para um contexto de territorialidade em transição dos catingueiros. A grande maioria das famílias vive em um contexto de terras férteis, porém reduzidas e não mais submetidos à dependência de uma única

cultura. Mas a experiência dos tempos áureos da monocultura do algodão não está apagada na memória nem na paisagem, cujo rastro mais visível é a caatinga aberta substituída agora principalmente pelas pastagens cultivadas. Estão conseguindo readaptar ou reorientar suas estratégias produtivas em torno da diversificação de atividades e com a adoção de tecnologias de convivência com o semiárido. Mas, vivem tensionados pela degradação ambiental, pela falta de água e por ofertas extemporâneas de intensificação de monoculturas, como a que aconteceu, poucos anos atrás, com o programa do Biodiesel que estimulou o plantio intensivo da mamona. Segundo Merlo (2012), uma territorialidade atrelada aos processos políticos regionais.

Territorialidades em processo de transição agora com a afirmação enquanto caatingueiros. A fronteira que parecem estabelecer não tanto mais com os geraizeiros, mas com a disputa com o capital que desde sempre vem tentando capturá-los. Contrapõem com o discurso da degradação ambiental advinda com o avanço do capital, com o discurso da autonomia com que querem se manter.

Termino esta análise da incursão aos caatingueiros com algumas questões apontadas e que merecem estudos posteriores relacionados à formação social dos catingueiros dos sopés da Serra Geral. D. Eva nos diz de seus antepassados negros, mas também de indígenas, segundo ela, “nativa do Tatu”. Toninho aponta a existência de migrações oriundas dos gerais que contribuíram com a formação dos catingueiros. Leninha aponta a circulação de seus pais e avós que adentraram em busca de trabalho e sossego até o Projeto Jaíba, mas que tiveram que retornar. Por coincidência, todos três destacaram possuírem antepassados oriundos dos gerais.

A pesquisa bibliográfica indica a existência de poucos estudos sobre essa população que se afirma caatingueira e que vive nas áreas de caatinga entre a Serra Geral e as extensas planícies sanfranciscanas. Sobre a história, seus regimes agrários, quem aí viviam antes da colonização europeia, que ondas de migração contribuíram com a formação social dos catingueiros dos sopés da Serra Geral. Os diálogos estabelecidos com as “antenas” catingueiras nos mostrou o quanto são complexas as interações dos catingueiros dos Sopés da Serra Geral com as populações dos gerais e das planícies sanfranciscanas, aquelas geraizeiras, estas consideradas também como catingueiras, mas com o viés étnico advindo de sua origem africana.

Quilombos Sanfrancicanos

As avó e bisavó já eram daqui, nos tempo dos Faria, os branco ia correndo com os preto e eles ia escondendo no deserto, foi mais de 408 polícia para pegar nós, o povo foi fugindo para o mato (Morador de Taperinha em CAA-NM PDA Califórnia, 2000, p.2).

Nos dias onze e doze de maio de 2018, fui com a Helen, técnica do CAA-NM, ao Quilombo do Gurutuba com o objetivo de apoiar a atualização de um projeto de gestão territorial e de convivência com o semiárido que foi aprovado pelo DGM¹⁹⁰. Sabia que a Antônia, da localidade de Malhada Grande, iria estar presente. Seria com ela, uma das *antenas* quilombolas da Articulação Rosalino, que iria fazer o acompanhamento. Uma oportunidade para agendar o retorno. Saímos de Montes Claros cedo, passamos por Janaúba e Porteirinha. Em Porteirinha, passamos no Sindicato dos Trabalhadores Rurais - STR - onde conversamos com alguns diretores, entre eles Oscarino. Foi Oscarino, diretor do STR de Porteirinha, que nos anos 2000 propôs que o CAA elaborasse o PDA do Projeto de Assentamento Califórnia¹⁹¹. Continuamos a viagem passando pela sede do município de Pai Pedro e, a partir de lá, seguimos por mais quarenta quilômetros em estrada de terra até chegarmos à localidade de Taperinha, onde fica a sede da associação. Chegamos durante à tarde. Atualmente, a estrada é boa e a ligação da comunidade com as cidades de Pai Pedro e de Porteirinha é muito melhor que há dezoito anos, quando estivemos lá pela primeira vez, eu e o João D'Angelis, ambos técnicos do CAA, para dar início à elaboração do PDA Califórnia.

Os caminhos até Taperinha nos levam até uma área que fica localizada na porção central das planícies sanfranciscanas da região Norte de Minas Gerais, designadas por João Batista de Almeida Costa (1999) como “Territorio Negro da Jahyba”. A Jahyba a qual ele se refere é uma região localizada na Depressão sanfranciscana, que compreende uma vasta porção de terras entre o Norte de Minas e Rio das Rãs, na Bahia. Uma planície de acúmulo de sedimentos que arrastados pelas águas nela se acumula e ‘espraia’ com facilidade. E quem vem da região das escarpas do Espinhaço em direção Oeste, as colinas dessa serra dão lugar às dolinas (conhecidas localmente como furados)¹⁹², denunciando a sua gênese associada a formações calcárias. As

¹⁹⁰ Projeto do Fundo Clima do Banco Mundial destinado a apoiar ações socioambientais para povos indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais dos cerrados brasileiros.

¹⁹¹ Oscarino foi, por diversas vezes, recenseador do IBGE. E, foi nessa condição que ele foi informado de um conflito de terra na localidade de Barroca D'Água, conflito esse que foi registrado no Laudo de Identificação do Quilombo do Gurutuba: “Na Barroca houve confronto, tendo sido queimados e derrubados barracos, cercas, cortados os arames, estragada toda a plantação, com pressões sucessivas para desocupação das terras. A família de Dona Santa, no entanto, não “arredou pé”, como dizem.” (COSTA FILHO, 2005, p.61).

¹⁹² Depressões arredondadas que são formadas na superfície dos terrenos, originadas pelo desabamento de cavernas.

peculiaridades geomorfológicas conferiram à região características de acumulação de água e sedimentos, tornando-a habitat apropriado à proliferação do mosquito da malária. Tal particularidade tornou a região insalubre para homens de origem europeia e indígena. Isso permitiu o abrigo de negros fugidos das senzalas e a expansão de inúmeras comunidades negras, que por aí permaneceram por três séculos, livres da perseguição escravocrata (COSTA, 1999; DANGELIS FILHO, 2005; COSTA FILHO, 2008).

Anuncia-nos a existência de uma imensa população, até então quase que invisível, de comunidades negras no Vale do Verde Grande, do qual o rio Gortuba é um de seus principais afluentes, e ao longo do rio São Francisco, que se estende por toda Depressão Sanfranciscana e que se conecta com a Bahia até Bom Jesus da Lapa. (COSTA, 2005).

Os municípios inseridos parcial ou totalmente nas planícies sanfranciscanas são Capitão Enéias, Catuti, Espinosa, Francisco Sá, Gameleiras, Icarai de Minas, Itacarambi, Jaíba, Janaúba, Januária, Juvenília, Manga, Matias Cardoso, Monte Azul, Montes Claros, Nova Porteirinha, Pai Pedro, Pedras de Maria da Cruz, Pintópolis, Porteirinha, São Francisco, São João da Ponte, São Romão, Varzelândia, Verdelândia. São 25 municípios que ocupam uma área de 46.709,00 km². Porém, a área onde predominam os Quilombos Sanfranciscanos situa-se em cotas próximas a do rio São Francisco ou poucos metros acima, área que Dângelis Filho (2005) caracterizou, a partir de COSTA (1999) como:

Uma vasta região de acúmulo de sedimentos depositados, arrastados pelas águas que nela se acumulam e se espraíam com facilidade. Domina a paisagem uma planície de baixios. As colinas da região das escarpas da Serra do Espinhaço dão lugar às dolinas (depressões, furados, arredondados), denunciando a sua gênese associada às formações Cársticas. Essas peculiaridades geomorfológicas conferiram à região características de acumulação de água e sedimentos, tornando-a habitat apropriado à proliferação do mosquito da malária (D'ÂNGELIS FILHO, 2005, p.87).

A área que denomino como de incidência dos Quilombos Sanfranciscanos abrange 17.718,00 km², ou cerca de 1.771.800,00 ha e pode ser melhor visualizada no mapa a seguir.

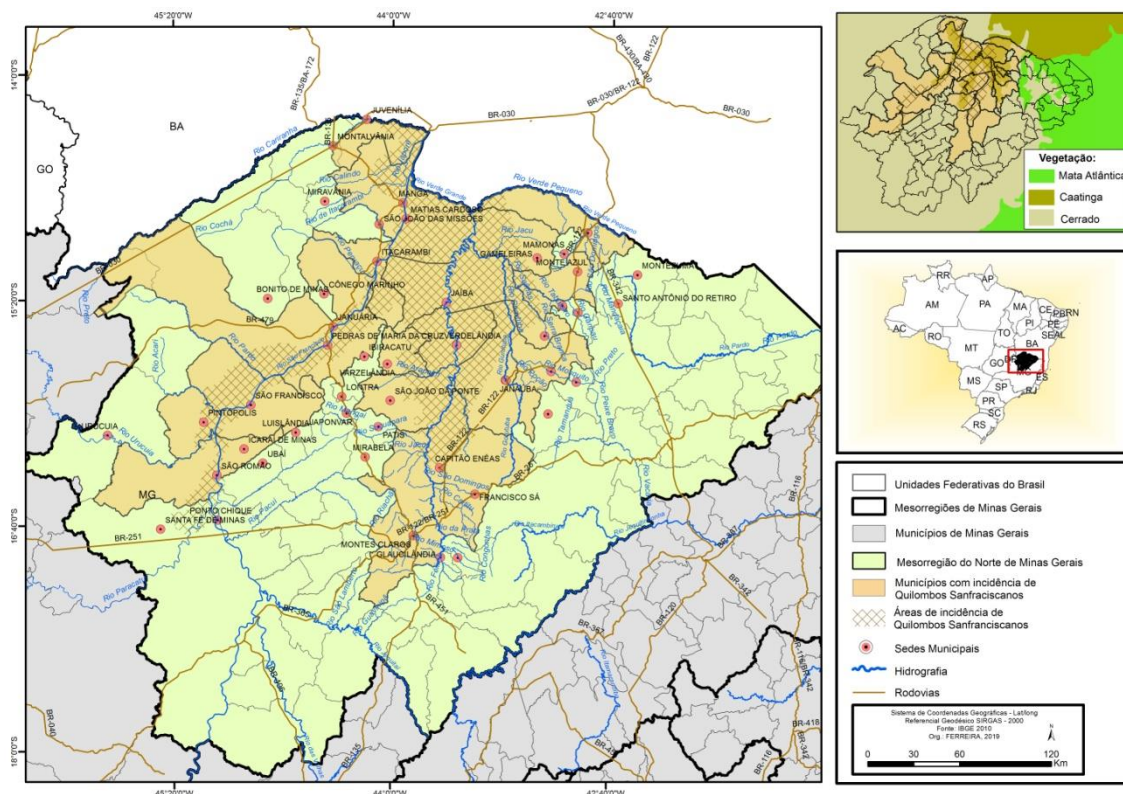


FIGURA 363 - Área de incidência dos Quilombos Sanfranciscanos.
Fonte: Dayrell, 2019 - Organizado a partir de base de dados do CAA/NM.

Em 1999, portanto, um ano antes de nossa primeira incursão ao Gurutuba, João Batista de Almeida Costa (1999) defendeu sua dissertação em Antropologia na UnB intitulada “Do tempo da fartura dos crioulos ao tempo de penúria dos morenos: a identidade através de um rito em Brejo dos Crioulos/MG”. A ocupação negra até então na mais completa invisibilidade, foi tratada nesta dissertação que possibilitou a construção de um novo olhar para uma ampla região do Norte de Minas, cuja dominação territorial branca tinha menos de um século de existência.

Segundo Costa (1999), durante a época do Brasil Colonial, negros em busca de liberdade e “sossego” adentraram o sertão brasileiro chegando até a Mata da Jahyba no Norte de Minas. Por ser um local infestado de impaludismo e pelo fato de o africano possuir maior resistência à malária, explica-se a existência de mais de uma centena de comunidades negras que aí são encontradas. Para esse autor, os negros fugitivos escolhiam áreas que “espantassem os brancos, terras que tivessem pouco ou nenhum valor ou mesmo com obstáculos naturais, como serras e lagoas”. Porém, com o controle do mosquito transmissor da malária, a partir dos anos 1950, esse território passou a ser disputado por fazendeiros que, usando da força bruta, expulsaram famílias inteiras das terras que, por décadas, foram ocupadas por seus membros, vide os conflitos de Brejo dos Mártires e o de Cachoeirinha, mais conhecidos da população regional e estadual.

Posteriormente, o antropólogo Aderval Costa Filho (2008) defendeu sua tese de doutorado na UnB, após desenvolver uma pesquisa iniciada no ano de 2004, sobre o Povo Gurutubano distante cerca de cem quilômetros na direção Nordeste do quilombo de Brejo dos Crioulos que fora pesquisado por Costa (1999). Sua tese de doutorado “Os Gurutubanos: territorialização, produção e sociabilidade em um quilombo do centro norte mineiro”, data de 2008, mas os primeiros contatos com os gurutubanos tiveram início nos anos 2000, quando ele interagiu e contribuiu com a equipe do CAA responsável pela elaboração do Plano de Desenvolvimento do Assentamento Califórnia.

A tese de Costa Filho (2008) confirma a postulação de Costa (1999) acerca da existência de um Território Negro através das “relações que a comunidade de Brejo dos Crioulos travou historicamente com outras localidades no vale do rio Verde Grande e com as povoações situadas ao longo do rio São Francisco, notadamente Brejo do Amparo, Morrinhos e Malhada, e nos altiplanos com Contendas, São José do Gurutuba, Porteirinha e Tremendal” (COSTA, 1999, p.14). Costa Filho (2008, p.16) encontrou no Gurutuba parentes dos que vivem em Brejo dos Crioulos. O levantamento da memória e genealogia dos troncos familiares no Gurutuba aponta que desde meados do Século XVIII já existiam moradores de origem africana nessa região.

Costa Filho (2008) deixou pelo menos duas contribuições fundamentais para o povo gurutubano e para a rede sociotécnica comprometida com o lugar. A primeira foi a elaboração do primeiro Relatório Antropológico de identificação e delimitação de um território quilombola no âmbito da Fundação Cultural Palmares, dentro das normas do Decreto 4887/2003, já no Governo Lula. Entretanto, o GT para sua constituição foi publicado no Diário Oficial da união em 27 de dezembro de 2002, em um dos últimos atos da Fundação Palmares antes de findar o governo do presidente Fernando Henrique Cardoso.

A segunda, ele analisou as formas de sociabilidade presentes na vida das localidades que compõem o Quilombo do Gurutuba e como elas contribuíram com articulações políticas junto a outras categorias identitárias, instituições governamentais e não governamentais na construção do território em um contexto de dissolução das formas tradicionais de reprodução social e de solapamento das condições agroambientais. Ele analisou os recursos e as estratégias acionadas pelas comunidades, visando assegurar a permanência no território, atualizando as formas de resistência social ao acionar seu passado como comunidade negra de remanescentes de quilombos (COSTA FILHO, 2008). Recursos e estratégias que, posteriormente, também passaram a ser acionadas por outras categorias identitárias no Norte de Minas Gerais, em particular aquelas comunidades que passaram a compor a Articulação Rosalino de Povos e Comunidades Tradicionais.

Ao chegarmos à Taperinha passamos primeiro na casa de Liobino, no PA Califórnia, uma das lideranças da comunidade, momento em que detalhamos para ele o motivo do encontro que teríamos no dia seguinte. Ele nos pôs a par do andamento da associação e do contexto do quilombo. De lá seguimos até a Vila Sudário, onde dormimos na casa de seu Cídio, não encontramos com ele, mas ele sempre deixa um quarto lá para visitantes conhecidos que vêm até o quilombo.

No dia seguinte chegamos cedo à sede da associação. A reunião foi no Galpão, uma ampla construção de adobe que foi construída entre os anos de 2006 a 2010, e que serve como espaço para realização de reuniões, oficinas, encontros e assembléias da associação.



FIGURA 37 - Sede da Associação Quilombola do Gurutuba. Localidade de Taperinha, município de Pai Pedro.

Fonte: Dayrell, 2018.

A Associação Quilombola do Gurutuba, constituída em 2002, é composta por 33 comunidades e seu território está inserido nos municípios de Pai Pedro, Porteirinha, Jaíba, Janauba, Monte Azul, Gameleiras e Catuti no Norte de Minas Gerais. O RTID do Quilombo do Gurutuba aponta a demanda de desapropriação de uma área de 47.000 ha. Nesse território habitam cerca de 1.200 famílias, totalizando cerca de 7.000 mil pessoas que estão inseridas em um contexto cuja história demonstra marginalidade e exclusão (COSTA FILHO, 2008).

As pessoas foram chegando e entramos para a sala da associação. A conversa começou despreziosa, logo o assunto da água entrou na pauta. Alguém fez um comentário de que não era só a água do rio Gurutuba que estava acabando, que a água subterrânea também estava

sendo esgotada, já que muitos poços artesianos foram perfurados e estavam a irrigar até pastagens. Sobre a água no rio, Dernivaldo, liderança do Gurutuba, observou que,

a água, na forma geral da tradição do rio enquanto lençol freático, está acabando, o rio a gente já nem tem, nem dois meses que parou de chover e está seco, e antes, no mês de agosto que era o mês de “pescada”, com quatro a cinco meses que a chuva tinha vindo, ainda tinha água n’o rio, mesmo porque tinha os poços, o rio era mais profundo. Então, com o desmatamento, com a falta de conscientização da pessoa de não preservar a mata ciliar, nós estamos tendo o assoreamento do rio no decorrer dos anos, muita erosão (DERNIVALDO, 2018).

O interesse pela discussão sobre a água e o rio Gurutuba pode ser explicado pela citação que o Dernivaldo fez sobre a “pescada”. O Laudo de Identificação e Delimitação Territorial do Quilombo do Gurutuba (2005) detalha a importância do evento que os gurutubanos denominam de “pescada”. A “pescada” era um momento festivo na vida da comunidade, uma prática que era muito comum para a maioria das famílias gurutubanas até começo dos anos 1980. A reciprocidade era a base que sustentava “as pescadas”, como afirmada pelo seu Cristiano (a seguir). Um código moral que articula a fartura com festa.

Normalmente as pescadas estavam associadas a momentos de festa, de alegria, como acontecia com as que eram realizadas com rede de arrasto, em poços onde se fazia pequenos barramentos - *“tapagens com boca de pari”*. Os peixes eram pegos com fartura, distribuídos para todos que quisessem: *“peixe em boca de pari, num vendia não, atrasava a produção”* (Cristiano, Comunidade de Taperinha em COSTA FILHO, 2005, p.36).

Esse mesmo relatório destaca, ainda, a importância da pesca, tanto no que se refere à culinária quanto à própria segurança alimentar da comunidade.

Um levantamento realizado em Canudo apontou que, em média, cada família consumia por ano cerca de 540 kg de peixe, uma média diária de 3 kg de peixe em um período de seis meses (seca). Diversos foram os relatos da existência de peixes de grande porte, como o surubim, o dourado e corvina, que hoje são considerados extintos nos rios Gurutuba e Pacuí (COSTA FILHO, 2005, p.35).

Na reunião realizada em 2018, os gurutubanos relataram como o processo de degradação ambiental associado à seca, a qual foi agravada ainda mais nos últimos anos, vem afetando a fauna na região. Liobino diz que os animais de caça

acabaram, mas tem alguns tipos de animais que você nem vê mais. Aquele porco espinho, quem vê isso mais? O tamanduá bandeira, onça, aquele macaco guariba, muitas vezes você ia pescar você tinha que sair porque ele te incomodava tanto. Então as coisas acabaram assim, não tem água, isso aí não foi por causa de caçador não, se tiver água com abundância e comida, mas se tiver um ou outro que caça não dá conta

de acabar. Sumiu esses animais depois desses anos secos. Antigamente, na década de 1970, que o povo não preservava o meio ambiente, nessa época era bom porque tinha as matas que protegiam o rio, então os rios eram fundos e dos anos 1970 para cá o povo foi desmatando sem dó mesmo. Os fazendeiros desmatando, os rios estão tudo dentro das fazendas, o que aconteceu, eles roçavam até na beira do rio, não protegia o rio, jogava garrancho dentro do rio, aí daí pra cá o rio foi aterrado e hoje, para nós vê uma recuperação dessa, por exemplo, a nossa vontade era depois do território, se nós conseguisse o território, é um dos maiores projetos que nós tinha que trabalhar aqui, é um projeto de recuperação desse rio (Liobino, Quilombo do Gurutuba, durante reunião em 2018).

Merece destaque a ironia com que seu Liobino afirma a contradição entre preservação do meio ambiente com a responsável por acabar com os ambientes. Como visto acima, que existiam matas, águas e bichos no tempo em que a discussão da preservação não existia. Os participantes da reunião comentaram que se o território estivesse sob o controle dos gurutubanos estaria diferente. Apontaram para as áreas que deveriam ser recuperadas e que as águas seriam mais bem cuidadas. Lembraram-se da Barragem do Bico da Pedra, em Janaúba, depois que ela foi construída é que as águas perderam força e começou o aterramento dos poços. Mesmo assim, com o território nas mãos eles poderiam fazer a sua parte: “reflorestar dos dois lados do rio, retirar os entulhos do rio, cercar a beira rio”.

Estava chegando próximo do período eleitoral e mostraram preocupação sobre a prisão do Lula. Um dos participantes diz:

Eu tava discutindo com um cara, ele faz questão de saber tudo, eu falei, você tem razão se ele errou, porque isso não ficou muito claro, não teve essa prova convincente para mais de metade dos brasileiros se realmente ele errou. (...) Você devia procurar alguém que conheceu a região aqui da Vila Pacuí, foi em 2002 tem até uns gráficos, ali era um dos lugares considerado mais pobres do Brasil era essa região. Eu lembro perfeitamente disso, há 20 anos, se você chegasse lá e você visse uma moto, um carro, era do dirigente ou do fazendeiro. Você só via cavalo e bicicleta. Aí eu falei, vai lá hoje ao mesmo campeonato, se você vir um cavalo lá é que o cara está tirando uma onda. A mudança que teve desse governo para cá foi uma mudança considerável na região. Os projetos do PT alavancaram essas regiões mais pobres, tem dúvida nenhuma. O PT conseguiu misturar a pobreza com a riqueza. Antes, a separação era grande demais, começou com Fernando Henrique (Participante da reunião, Quilombo do Gurutuba, 2018).

Fala que demonstra a utilização de informações técnicas que desvendaram o contexto da realidade que viviam até bem pouco tempo atrás, não mais do que vinte anos. Que ele articula com as mudanças sociais ocorridas na região e que coincidiram também, com os governos relacionados ao Partido dos Trabalhadores.

O Quilombo de Brejo dos Crioulos e o do Gurutuba têm em comum o fato de estarem situados na mesma unidade da paisagem - planícies sanfranciscanas, de vivenciarem o mesmo quadro de exclusão, discriminação e de expropriação. Foi uma das lideranças do STR de

Porteirinha que alertou para convidar o CAA/NM para elaborar o PDA do Assentamento Califórnia (CAA/NM, 2000). E foi essa liderança que levou lideranças tradicionais do Gurutuba para participarem, em julho de 2001, da visita do Fórum Regional de Desenvolvimento Sustentável à primeira comunidade do Norte de Minas que tinha se auto afirmado como quilombola, o Quilombo de Brejo dos Crioulos.

Nessa atividade, membros de famílias do Gurutuba encontraram com seus parentes que tinham migrado para Brejo dos Crioulos décadas atrás. Na visita organizada pelo Fórum Regional de Desenvolvimento Sustentável do Norte de Minas foram dados os primeiros passos para uma articulação regional dos quilombolas no Norte de Minas.

Foi um marco significativo do processo de visibilização regional da temática das populações tradicionais, especialmente os quilombolas, até então excluídos no contexto das questões regionais. Lá, foram reunidas cerca de 120 pessoas, representando 19 cidades, 21 comunidades e 27 entidades, além de estudantes e professores universitários. Com grande repercussão nas mídias local e estadual, essa visita forçou a Fundação Cultural Palmares e a Procuradoria Geral da República a se posicionarem no sentido de acelerar o processo de reconhecimento de Brejo dos Crioulos como território de remanescentes de quilombos (PARANHOS, 2006, p.40 e 41).

A partir daí, inicia-se uma série de ações envolvendo as comunidades quilombolas de Brejo dos Crioulos na busca pelo reconhecimento de seus direitos. Em seguida à primeira retomada de parcela de uma fazenda na Comunidade de Caxambu, no ano de 2001, lideranças iniciam viagens de negociação e de pressão em Brasília, Belo Horizonte e Montes Claros, acionando órgãos como a Procuradoria Geral da República, Procuradoria da República de Minas Gerais, Fundação Cultural Palmares, Polícia Federal (COSTA, 2007). Inicia-se também uma articulação entre as comunidades de Brejo dos Crioulos e a comunidade do Gurutuba, resultando de imediato na abertura dos processos administrativos de regularização fundiária dos quilombos do Gurutuba e de Brejo dos Crioulos. Além de diversas iniciativas visando o fortalecimento da segurança alimentar, da melhoria do acesso à água, à educação, e até mesmo à facilitação do acesso aos benefícios sociais pelo INSS.

A aproximação e articulação entre os grupos e comunidades quilombolas de Brejo dos Crioulos e do Gurutuba ampliou-se e envolveu outros grupos e comunidades que se descobriram como sujeitos de direitos nessa porção do território. O que levou à realização da 1ª Conferência Quilombola, a exemplo da iniciativa da 1ª Conferência Geraizeira, já mencionada anteriormente. A conferência que aconteceu entre os dias 17 e 18 de janeiro de 2007, constou em uma viagem de intercâmbio entre os grupos a partir do Quilombo do

Gurutuba no dia 17 janeiro e finalizou em um encontro ampliado, no dia 18 de janeiro, em Brejo dos Crioulos.

A atividade reuniu 280 pessoas de 27 comunidades e 18 municípios, além do apoio de lideranças do Quilombo de Ivaporunduva do Estado de São Paulo e da rede de colaboração à luta dos quilombolas. Ao final, foi constituída uma Comissão Regional dos Quilombolas envolvendo lideranças do Quilombo da Lapinha, Brejo dos Crioulos, Gurutuba, Pedras de Maria da Cruz, além de Vazanteiros de Itaracarambi e da Ilha do Capão (CAA/NM, 2007). Foi também divulgada a “CARTA DOS QUILOMBOS PARTICIPANTES DA 1ª CONFERÊNCIA QUILOMBOLA DO NORTE DE MINAS” que contou com as seguintes propostas:

O nosso reconhecimento como categoria jurídica de comunidades remanescentes de quilombo;
 Agilização pelo INCRA de todos os processos de titulação demandados pelas comunidades quilombolas;
 Fiscalização imediata dos desmatamentos, carvoarias que estão funcionando ou sendo implantadas pelos fazendeiros e empresas agropecuárias nas áreas inseridas nos territórios quilombolas;
 Extinção definitiva da PEC das Terras Devolutas e elaboração de um instrumento jurídico no âmbito estadual que viabilize a titulação de nossos territórios.

Esse conjunto de dinâmicas movimentadas pelas comunidades negras das planícies sanfranciscanas, constituindo o que Costa (2007) afirmou como a “territorialidade do Vale do rio Verde Grande” (2007, p.12), resultou que chegássemos em 2018 com 105 comunidades quilombolas reconhecidas pela Fundação Cultural Palmares, distribuídas em 14 municípios localizados nas planícies sanfranciscanas. Sendo que, no Norte de Minas, existem reconhecidos, segundo o Cedefes (2013), 166 comunidades quilombolas em 39 municípios.

No entanto, é importante destacar que foi nessa territorialidade que a força dos fazendeiros juntamente com o apoio dos aparelhos de estado provocou uma expropriação em larga escala de centenas de comunidades negras que aí viviam aquilombadas há mais de três séculos. É nessa região que o agronegócio fincou raízes estruturados nos grandes projetos de irrigação do Gorutuba e no Jaíba, nas inúmeras fazendas de gado, projetos e fazendas que contaram com fartos subsídios governamentais que viabilizou a regularização fundiária de extensas áreas griladas, a implantação de infraestruturas de energia, estradas, comunicação além de financiamento a custos ínfimos dos empreendimentos agropecuários e industriais. Foi nessa região que as caatingas e matas seca foram quase que totalmente dizimadas, com as águas dos córregos, rios e dos lençóis profundos caminhando para a exaustão. Se compreende então a fina ironia de um dos quilombolas que nos afirmou: “Antigamente, na década de 1970, que o povo

não preservava o meio ambiente, nessa época era bom porque tinha as matas que protegiam o rio, então os rios eram fundos e dos anos 1970 para cá o povo foi desmatando sem dó mesmo” (Quilombo do Gurutuba, durante reunião em 2018). Ironia porque hoje são eles os que continuam sendo perseguidos pelos órgãos ambientais, pelas políticas de conservação ambiental atrelada aos interesses das corporações capitalistas.

Uma cartografia em delimitação

A cartografia que apresento a seguir é fruto de um processo social que envolve organizações e movimentos sociais que incidem nessa porção do território norte mineiro para além da Articulação Rosalino. Como vimos nos capítulos anteriores, as planícies sanfranciscanas estiveram inicialmente muito associadas ao papel que o rio São Francisco foi cumprindo na conexão do Nordeste com o Sudeste. Posteriormente, as conexões via ferrovia e, mais recentemente, extensas rodovias e, também, aeroportos que interligaram essa região com o Brasil e com o mundo.

A emergência das comunidades quilombolas, enquanto sujeitos de direito, é recente na historiografia brasileira. Com as transformações advindas do golpe-civil militar de 1964, as políticas desenvolvimentistas incidiram nas vastas planícies sanfranciscanas expropriando posseiros e comunidades inteiras. O conflito de Cachoeirinha foi uma das expressões de resistência dos moradores nessa porção do território, articulando formas de organização social frente ao processo de exclusão e de perda territorial. O movimento sindical dos trabalhadores rurais, a Comissão Pastoral da Terra e o Conselho Indígena Missionário constituem-se como os primeiros movimentos e organizações sociais que passaram a interagir com as comunidades de posseiros, lavradores e indígenas que aí viviam secularmente.

Posteriormente, outros movimentos sociais passam a ter presença marcante nessa porção do território, entre elas a Liga dos Camponeses Pobres - LCP, o MST, a Federação N’Golo e, mais recentemente, o MAB. Da mesma forma outras organizações sociais como o CAA/NM, CEDEFES e a CARITAS também passaram a atuar, quase sempre em formas de redes - Fórum Regional de Desenvolvimento Sustentável do Norte de Minas; Articulação do Semiárido - ASA, e com o envolvimento de grupos de pesquisa vinculados a instituições de ensino e pesquisa como a Unimontes (NIISA), UFMG (GESTA, PPJ), IFNMG, EMBRAPA, entre outras.

A atuação da Articulação Rosalino Gomes nessa porção do território, embora quase sempre focada em algumas comunidades, ocorre fazendo aproximações com organizações que têm os pés fincados junto a diversos grupos e comunidades como a Federação N’Golo, a LCP, os STRs, a CPT, o CIMI e o CAA/NM. A cartografia que apresento a seguir é fruto dos processos sociais animados por grupos e organizações sociais que extrapolam a Articulação Rosalino.

Olhando agora o Mapa da Figura 38, vemos que os limites da área de incidência dos Quilombos Sanfranciscanos têm um grau de incerteza que é expresso pelo hachurado. Esses limites sobrepõem-se tanto às comunidades vazanteiras quanto às caatingueiras e, talvez, até mesmo às comunidades de veredas e, em menor escala, às comunidades geraizeiras.

A área de incidência dos Quilombos Sanfranciscanos é de 1.771.807,00 (hum milhão, setecentos e setenta e um mil e oitocentos e sete hectares). É a área que vem sendo objeto de intensa expropriação iniciada nos anos 1920, intensificada a partir dos anos 1960 e que, até os dias de hoje, continua sob pressão. Enquanto faço as últimas correções na tese, recebo a notícia de que a PM de Januária, a mando do judiciário e a pedido de Walter Arantes Santana realizou, entre os dias 09 e 10 de julho de 2019, mais um despejo contra famílias de lavradores na comunidade Barra do Mirador, município de Miravânia, MG¹⁹³.

¹⁹³ <https://anovademocracia.com.br/noticias/11390-denuncia-urgente-criminosa-reintegracao-de-posse-contras-familias-camponesas-da-comunidade-olaria-barra-do-mirador-mg>, acesso em 18/07/2019.

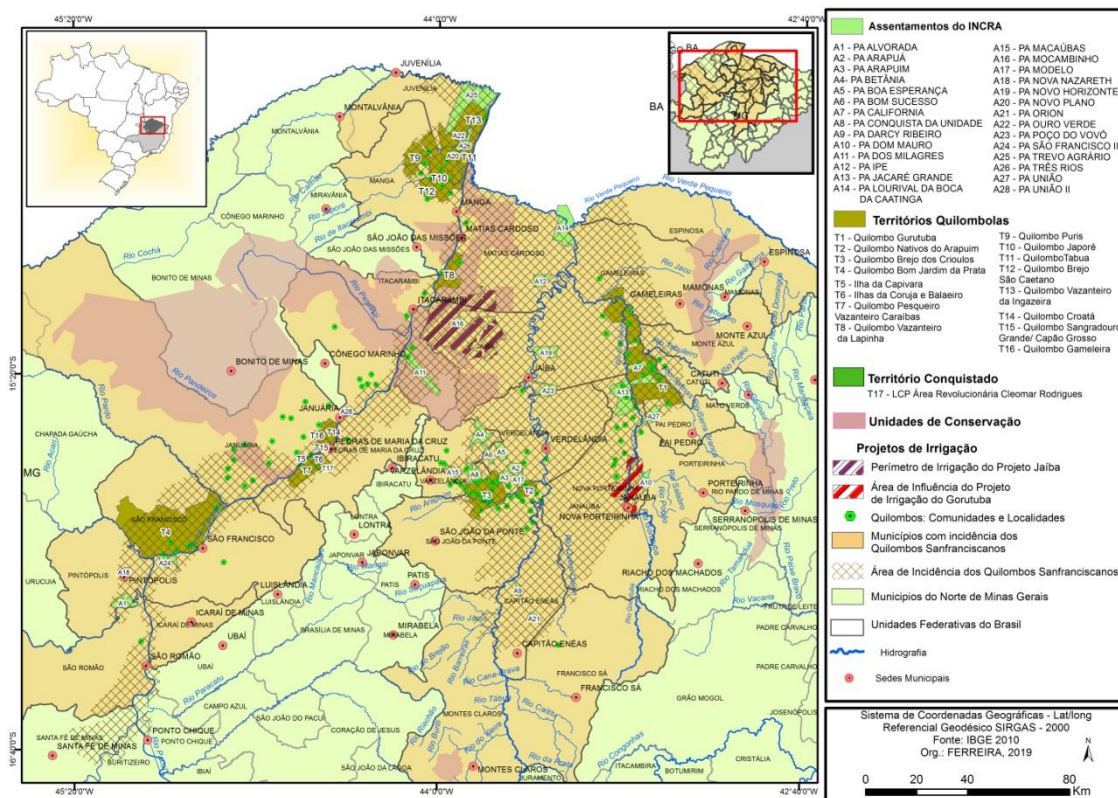


FIGURA 38 - Cartografia dos Quilombos Sanfranciscanos.

Fonte: Dayrell, 2019 - Organizado a partir de CEDEFES, 2013.

Encontramos na área de incidência dos Quilombos Sanfranciscanos 133 comunidades quilombolas (CEDEFES, 2013), vinte e oito assentamentos de reforma agrária. Em dezesseis comunidades quilombolas foram elaborados relatórios antropológicos, dentre eles o do Quilombo de Brejo dos Crioulos único do Norte de Minas que teve parte do território entregue pelo INCRA à Associação representativa desse Quilombo, além da Área Revolucionária Cleomar Rodrigues¹⁹⁴ da LCP, que faz divisa com o Quilombo de Caraúbas. A LCP tem uma ampla atuação na região, com diversos acampamentos e assentamentos rurais os quais não foram especificamente cartografados. Da mesma maneira do MST e do Movimento Sindical. Não consta nessa cartografia as áreas do Programa Nacional de Crédito Fundiário, conhecido na região como Para-Terra.

A seguir apresento as tabelas em que organizei as informações sobre as áreas demandadas e/ou regularizadas com a seguinte estratificação:

- Territórios Quilombolas Autodemarcados - Tabela 15: referem-se às comunidades quilombolas com ações de mobilização para identificação e georreferenciamento do território,

¹⁹⁴ Cleomar Rodrigues de Almeida foi dirigente da LCP, assassinado, em outubro de 2014, na entrada da Área Unidos com Deus Venceremos - onde trabalhava e vivia com 35 famílias, desde 2008, no município de Pedras de Maria da Cruz (MG).

com elaboração de um relatório antropológico ou com uma demanda sistematizada que foi encaminhada solicitando a sua regularização. Em alguns dos territórios encontra-se em fase final o RTID.

- Territórios Quilombolas em Delimitação: referem-se às áreas com ações de mobilização para identificação do território quilombola, mas que ainda ou não foram finalizados os trabalhos de georrefenciamento ou de organização da demanda para regularização fundiária. Neste caso não consegui dados referentes a essa categoria.

- Territórios Quilombolas Regularizados - Tabela 16: referem-se às áreas de comunidades quilombolas cujo território foi total ou parcialmente regularizado. O único caso que se adequa a essa categoria foi o Quilombo de Brejo dos Crioulos.

- Assentamentos de Reforma Agrária - Tabela 17: referem-se às áreas em que foram criados projetos de assentamento de reforma agrária pelo INCRA e que foram mobilizadas por algum movimento social como o Movimento Sindical dos Trabalhadores, o LCP ou o MST.

Tabela 15 - Lista e área (ha) dos territórios quilombolas autodemarcados - Quilombos Sanfranciscanos.

Territórios Quilombolas Autodemarcados¹⁹⁵	Área (ha)
T1 - Quilombo Gurutuba	45.589,21
T2 - Quilombo Nativos do Arapuim	3.429,50
T4 - Quilombo Bom Jardim da Prata	63.167,81
T5 - Ilha da Capivara	233,58
T6 - Ilhas da Coruja e Balaeiro	155,21
T7 - Quilombo Pesqueiro Vazanteiro Carafbas	8.258,45
T8 - Quilombo Vazanteiro da Lapinha	11.253,96
T9 - Quilombo Puris	11.253,96
T10 - Quilombo Japoré	11.253,96
T11 - Quilombo Tabua	11.253,96
T12 - Quilombo Brejo São Caetano	11.253,96
T13 - Quilombo Vazanteiro da Ingazeira	11.253,96
T14 - Quilombo Croatá	3.255,48
T15 - Quilombo Sangradouro Grande/Capão Grosso	1.954,56
T16 - Quilombo Gameleira	2.268,65
Subtotal	195.836,19

¹⁹⁵ Nessa categoria estão incluídos os quilombos vazanteiros de Matias Cardoso e Manga com área de 67.523,75 ha.

Tabela 16 - Lista e área (ha) dos territórios quilombolas regularizados - Quilombos Sanfranciscanos.

Territórios Quilombolas Regularizados	Área (ha)
T3 - Quilombo Brejo dos Crioulos	17.302,49
Subtotal	17.302,49

Tabela 17 - Lista e área (ha) dos assentamentos de reforma agrária - Quilombos Sanfranciscanos.

Assentamentos de Reforma Agrária convencionais	Área (ha)
PA Alvorada	3.596,51
PA Arapuá	1.712,94
PA Arapuim	1.792,93
PA Betânia	4.508,56
PA Boa Esperança	2.303,79
PA Bom Sucesso	1.692,12
PA Califórnia	2.006,36
PA Conquista da Unidade	3.471,05
PA Darcy Ribeiro	1.151,23
PA Dom Mauro	1.846,31
PA dos Milagres	5.734,16
PA Ipe	2.450,05
PA Jacaré Grande	11.121,05
PA Lourival Boca da Caatinga	9.244,17
PA Macaúbas	1.608,91
PA Mocambinho	1.012,69
PA Modelo	1.488,21
PA Nova Nazareth	995,16
PA Novo Horizonte	3.604,74
PA Novo Plano	1.187,36
PA Orion	1.212,48
PA Ouro Verde	1.252,65
PA Poço da Vovó	3.151,39
PA São Francisco Ii	2.482,61
PA Trevo Agrário	15.107,84
PA Três Rios	1.830,39
PA União I	3.088,80
PA União II	334,40
Subtotal	90.988,87

Tabela 18 - Lista de outras modalidades de demanda territorial - Quilombos Sanfranciscanos.

Outros	Área (ha)
LCP ¹⁹⁶ Área Revolucionária Cleomar Rodrigues	670,58

Na Tabela 19 a seguir, apresento uma síntese das demandas territoriais em curso na área de incidência dos Quilombos Sanfranciscanos.

Tabela 19 - Síntese das demandas territoriais na área de incidência dos Quilombos Sanfranciscanos.

Síntese	Unidades	Área (há)	%
Territórios Quilombolas Autodemarcados	15	195.836,19	64
Territórios Quilombolas em Delimitação	0	0	-
Outros	1	670,58	0
Territórios Quilombolas Regularizados	1	17.302,49	6
Assentamentos de Reforma Agrária convencionais	28	90.988,87	30
Total	45	304.798,12	100

Podemos complementar a análise através da Tabela 20. Vemos que na área de incidência dos Quilombos Sanfranciscanos, que é de 1.771.807 ha, um total de 98.988 ha (5,14%) refere-se aos vinte e oito assentamentos rurais implantados pelo INCRA/MG, a grande maioria, se não a totalidade, oriundos de ocupação promovida pela luta de posseiros e de sem terra. Os territórios quilombolas que já tiveram os laudos antropológicos realizados (16) abrangem uma área de 213.138,68 ha, onde apenas o de Brejo dos Crioulos está de posse da maior parte do território, mas ainda sem a titulação definitiva. Outros quinze quilombos, que representam 11,05% da área, estão em luta para que os territórios sejam regularizados.

Tabela 20 - Áreas de terras demandadas pelas comunidades e movimentos sociais no âmbito da área de incidência dos Quilombos Sanfranciscanos.

Categoria	Área (ha)	%
Área de incidência dos Quilombos Sanfranciscanos	1.771.807,53	100
Assentamentos do INCRA	90.988,87	5,14
Territórios Quilombolas regularizados (Brejo dos Crioulos)	17.302,49	0,98
Territórios Quilombolas	195.836,19	11,05
Total	304.127,54	17,16

Fonte: Dayrell, 2019

Como vimos anteriormente, essa foi uma das regiões do Norte de Minas que foi objeto de vultuosos investimentos em termos de infraestrutura e de financiamentos de projetos agropecuários, agroindustriais e de irrigação, entre eles os da barragem do Bico da Pedra, e os perímetros de irrigação do Gortuba e do Jaíba. Quando se olha a malha da distribuição fundiária, observa-se o predomínio de grandes fazendas na maioria desses municípios. Além de extensas áreas que foram destinadas para unidades de conservação, que em grande medida

incidem sobre as inúmeras comunidades nativas que lutam contra o apagamento ao qual foram submetidas.

Por outro lado, diferentemente do que vimos na cartografia dos caatingueiros, essa é uma região que apresenta uma ampla disputa por terras, um número elevado de comunidades que passaram a se afirmar como quilombolas, além de outros grupos sociais que se afirmam como camponeses, sem terra, vazanteiros, pescadores.

Enquanto na encosta da Serra do Espinhaço se configurou um padrão de agricultura assentado em grande contingente de agricultores familiares proprietários de pouca terra, nas planícies do Rio São Francisco, as comunidades negras, historicamente, quilombadas passaram por sucessivos processos de expropriação territorial (ARAÚJO, 2011), gerando uma enorme massa de agricultores vivendo em situação de posse, em beiras e ilhas do Rio São Francisco, ou sem terra na periferia das cidades, em contraste com as imensas fazendas de gado e projetos de agricultura irrigada (BARBOSA et al, 2013, p.177).

É o que o mapa apresentado anteriormente confirma. O Conflito de Cachoeirinha, estudado por Santos (1985), está localizado em um dos centros nervosos da resistência da massa de agricultores que passou por sucessivos processos de expropriação territorial. No processo de territorialização que se verifica nessa porção do Território da Jahyba, encontra-se em curso a insubordinação de uma população não branca que traçou uma estratégia de invisibilidade desde o período do mercantilismo colonialista português e, posteriormente, com o desenvolvimento do latifúndio, das grandes fazendas de gado chegando até o período mais recente, pelas políticas desenvolvimentistas promovidas pelos governos militares que tomaram o poder em 1964. A partir dos anos 1990, o antigo latifúndio agora como agronegócio, repaginado pela nova revolução tecnológica na qual a agricultura de precisão, a biotecnologia e a economia verde e seus mercados de carbono dão o contorno de uma dominação, que eles acreditam, sem volta.

Quando Santos (1985) estudou o Conflito de Cachoeirinha, ela chama a atenção à obstinação dos posseiros em permanecerem no lugar - “a gente tem de procurar as coisas onde perdeu” (SANTOS, 2008, p.76). Essa obstinação é um dos principais focos de reflexão da autora em suas conclusões. Ela analisa que o foco da resistência não é o econômico, mas todo o universo simbólico que não se configura como valores capitalistas. São valores que estão relacionados com a identidade, com a religiosidade, com uma noção de justiça que é invocada em todos os momentos, em todos os lugares. Ela destaca a importância do povoado de Cachoeirinha, como Terra de Santo, ter sido também espaço de refúgio das famílias vitimadas pela violência da expropriação e que foi lugar privilegiado a alimentar a esperança de retomarem as terras roubadas pelos fazendeiros. E, apesar do discurso da igreja progressista

que se opõe ao princípio da propriedade, o princípio da justiça (p.122), a autora percebe que tem muito valor para os lavradores os ritos associados com a tradicionalidade, os quais permitiram o estabelecimento de laços mais fortes entre eles (p.121).

Estamos diante de uma dificuldade epistemológica para a realização do esforço interpretativo acerca das dinâmicas que se encontram em curso na região. Ancorados na razão, as formas de conhecimento da realidade que são próprias da ciência ocidental, alicerçada no uso do pensamento racional, talvez não seja tão fácil, como diria Carlos Walter Porto Gonçalves (2005). Esse estudioso considera a dificuldade da episteme ocidental em dar conta de “toda a complexidade das distintas formações sociais que se constituíram em cada lugar e em cada região do mundo” (PORTO GONÇALVES, 2005, p.10).

Estamos diante de um cenário complexo de diversidades socioculturais e de territorialidades, onde os povos e comunidades tradicionais que aí vivem, sob tensão, articularam um conjunto significativo de estratégias de resistência e de reposicionamento apoiados na compreensão de mundo que fundamenta suas práticas sociais. São povos que também podem ser denominados não brancos, conceito desenvolvido por René Marc da Costa Silva (1998) ¹⁹⁷ que observou a diversidade de formas de luta e de resistência acionadas por índios, sitiantes, camponeses, roceiros, agregados, posseiros, lavradores, e que, na atualidade, reivindicam o seu reconhecimento como sem terra ou como povos e comunidades tradicionais.

Essas gentes têm, em comum, a vitimidade da opressão racial e étnica associada à expropriação de seus territórios tradicionais (SILVA, 1998: 2-4), principalmente no processo desenvolvimentista orquestrado pelo Estado brasileiro a partir dos anos 1960. Está colocado no cenário regional o reconhecimento territorial de comunidades quilombolas que demandam, de imediato, mais de cento e noventa mil hectares. Em se conseguindo, ampliariam para 17% o controle do território. Mas a demanda é muito maior.

¹⁹⁷ Esse autor, instrui a categoria “não-branco”, utilizando “a ideologia da superioridade racial que orientou o processo de colonização do Brasil”, explicitando-a como “dimensão étnica instrumentalizadora”, para então “visualizar, de forma politicamente mais integrada, as variadas modalidades de resistência” dos não brancos, “considerados pela colonização como inferiores...” Embora a forma mais visível de resistência seja a do quilombo, ao utilizar a categoria “não branco”, o autor busca iluminar o conjunto de movimentos e ações inconformistas, permitindo-nos perceber outras formas de luta e resistência: índios, sitiantes, camponeses, roceiros, agregados, vítimas da opressão racial aliada à expropriação fundiária (Silva, 1998: 2-4).

Indígenas

Este estudo demonstra que as populações indígenas pré-históricas, que habitavam a região do Vale do Peruaçu - Brasil, no passado, tiveram uma influência cultural-alimentar muito grande da região da América (FREITAS, 2002, p.16).

Vimos anteriormente no Capítulo I - A Insurgência Xakriabá, que a luta pelo território promovida pelos índios Xakriabá tem uma data constantemente acionada e que se refere ao termo de doação de 1728, que foi tido como “um ato jurídico perfeito e acabado”. No entanto, a historiografia anterior à chegada dos colonizadores europeus e da pré-história regional nos informa muito pouco acerca dos povos que aqui viveram ou que por aqui passaram.

Durante o período da pesquisa de campo ouvi referência ou tive oportunidade de ver pessoalmente grutas ou lapas com inscrições rupestres em todas as áreas percorridas. Desde os planaltos da margem esquerda do rio São Francisco, passando pelas planícies sanfranciscanas, até atingir a Cadeia do Espinhaço em sua porção setentrional, tanto na Serra Geral quanto nos Planaltos da região de Diamantina. Referência que é confirmada pela base de dados do IEF (2012) e também por estudos realizados acerca da presença humana nos cerrados em Minas Gerais estimados em torno de, pelo menos, oito a dez mil anos Antes do Presente - AP (PROUS, 1992; RIBEIRO, 2005; SANTA ROSA, 2017).



FIGURA 39 - Inscrições rupestres em uma das grutas do Vale do Peruaçu, município de Januária/MG. Novembro de 2017.

Fonte: Carlos Dayrell, pesquisa de campo.

Pesquisa realizada com amostras de espigas de milho arqueológicas coletadas na Lapa do Boquete, Vale do rio Peruaçu, que fica distante exatos dezesseis quilômetros da Terra Indígena Xakriabá demarcada em 1987, apontou que populações humanas pré-históricas cultivavam e tinham conhecimento acerca do manejo de distintas variedades de milho há pelo menos mil anos (veja Figura 39 a seguir) (FREITAS, 2002).

Essa pesquisa demonstrou que o milho cultivado na porção do território norte mineiro tem como origem a região habitada pelos povos maias na América Central, em uma migração com duração de pelo menos outros mil anos (dois mil anos atrás). Ou seja, “que as populações indígenas pré-históricas, que habitavam a região do Vale do Peruaçu - Brasil, no passado, tiveram uma influência cultural-alimentar muito grande na região da América Central” (FREITAS, 2002, p.16).

As Expansões do Milho – *ZEA MAYS MAYS*, L. - para a América do Sul, baseado no resgate e estudo de DNA antigo de amostras arqueológicas

Foto: Fábio de Oliveira Freitas



Fig. 1. Duas espigas de milho arqueológicas encontradas durante as escavações na Lapa do Boquete, com idade de 1010 ± 40 anos (Amostras não analisadas geneticamente no presente trabalho). As duas amostras estavam no mesmo silo, mas morfologicamente são muito distintas, tanto na coloração, como no arranjo das sementes na espiga, indicando que as populações daquela época manejavam variedades distintas, ao mesmo tempo.

FIGURA 40- Espigas de milho arqueológicas encontradas na Lapa do Boquete, município de Itacarambi/MG. Fonte: FREITAS, 2002, p.7.

Retornando à história que remete ao período colonial, Costa (2005) informa que pelo menos dezenove grupos indígenas de diferentes etnias viveram ou percorreram essa porção do território compreendida entre os vales dos rios São Francisco, Pardo e Jequitinhonha. Além da presença de diversos agrupamentos de africanos e seus descendentes, que fugindo da escravidão, aqui chegaram antes ainda dos portugueses. E que, a exemplo da formação de vinculações inter-étnicas verificadas na região do quilombo de Rio das Rãs, nas proximidades de Bom Jesus da Lapa, conforme Costa Silva (1998), o mesmo pode ter ocorrido nessa porção

das planícies sanfranciscanas, constituindo-se como espaço de vinculações entre populações não brancas em sociedades estruturadas com racionalidades outras para além da que foi imposta pelos colonos portugueses.

Em resumo, podemos dizer que antes da chegada dos portugueses e seus descendentes existia na área média da bacia do rio São Francisco uma sociedade multicultural e multiétnica, organizada pelos princípios de reciprocidade e solidariedade, com relações sociais articuladas fortemente por parentesco e, possivelmente, por casamento interétnico por ser esta uma característica das sociedades indígenas brasileiras. Assim, consolidou-se nessa área sanfranciscana uma sociedade de encontros e de liberdade, que não era tardia, porque verificada na prática social e cuja característica é legada à sociedade que se forma com a presença dos brancos (COSTA, 2005, p. 7).

Da guerra e do genocídio impostos aos índios desde o período colonial, os Xakriabá figuravam como os únicos remanescentes indígenas no Norte de Minas até anos recentes. E, como vimos anteriormente, nos capítulos I e II, os Xakriabá sempre mantiveram contato com a sociedade envolvente, em particular também com os chegantes que buscavam pouso e que com eles compartilhavam a mesma lógica sobre o ficar no lugar (SANTOS, 1997), com estabelecimento de vínculos entre os não brancos.

No entanto, um grupo indígena do Povo Tuxá, originário da Ilha da Viúva, município de Rodelas (Ba), migrou para Pirapora no final dos anos 1950 e em 1997 resolveu sair da invisibilidade. Foi quando passaram a perseguir um sonho do pajé Mestre Roque, a busca de um território que pudesse abrigar as 60 famílias remanescentes dos Tuxá que estavam vivendo de forma dispersa em Minas Gerais. Mestre Roque conseguiu manter na família os costumes e a língua nativa. A partir da movimentação de suas filhas, conseguiram o reconhecimento da indianidade pela FUNAI.

Mestre Roque conseguiu manter seu povo nos costumes e na língua nativa, ensinou às suas três filhas a língua Zubucua e o Tupi. Dos quatro mil índios apenas as três irmãs Tuxás falam a língua: a Cacique Anália, a Pajé Analice e a índia Rosângela. Depois de uma longa peregrinação o povo Tuxá começa a se organizar em Minas Gerais, buscando um lugar para implantar sua aldeia. Articulam-se com a Terra Indígena Kiniopara, Aldeia Morrinhos, em seguida ampliam suas articulações com outros povos indígenas em Minas Gerais. Com os Xakriabá e com o CIMI, passam a integrar a APOINME, contando com o apoio de Manoel Uilton Tuxá, protagonista para o reconhecimento no Estado de Minas Gerais. Finalmente, após estudos antropológicos, a Funai os reconhece como Povo Tuxá (CAA/NM, 2017, pgs 2 e 3).

Desde então os Tuxás vêm se movimentando, articulando com os outros povos indígenas, com as comunidades tradicionais no Norte de Minas, como estratégia de fortalecer a luta pelos seus direitos e pela homologação de sua terra. Escutando os encantados, eles foram

encaminhados para as margens do rio Paracatu, proximidades da foz com o rio São Francisco. Local que eles já frequentavam há algum tempo, para a pesca e coleta extrativista relacionada com a medicina indígena. Foi quando articularam a ocupação da antiga fazenda Santo Antônio, o que aconteceu no dia 20 de novembro de 2015, com 135 pessoas e apoio da Articulação Rosalino de Povos e Comunidades Tradicionais, do Movimento Geraizeiro, do Povo Xakriabá, dos Tuxás da Bahia, do CIMI e do CAA.

Como índios das águas e das terras ribeirinhas, a memória, os conhecimentos e a sabedoria tradicional foram acionados para o reconhecimento do território, de suas potencialidades e das possibilidades de aí ficarem suas raízes. Com a expectativa que se faça o reconhecimento de mais de cinco séculos de violência societária estabelecida contra os povos indígenas brasileiros.

O mapa da Figura 40 a seguir indica a localização da Terra Indígena Xakriabá nos municípios de São João das Missões e Itacarambi, e a Terra Indígena Tuxá no município de Buritizeiro.

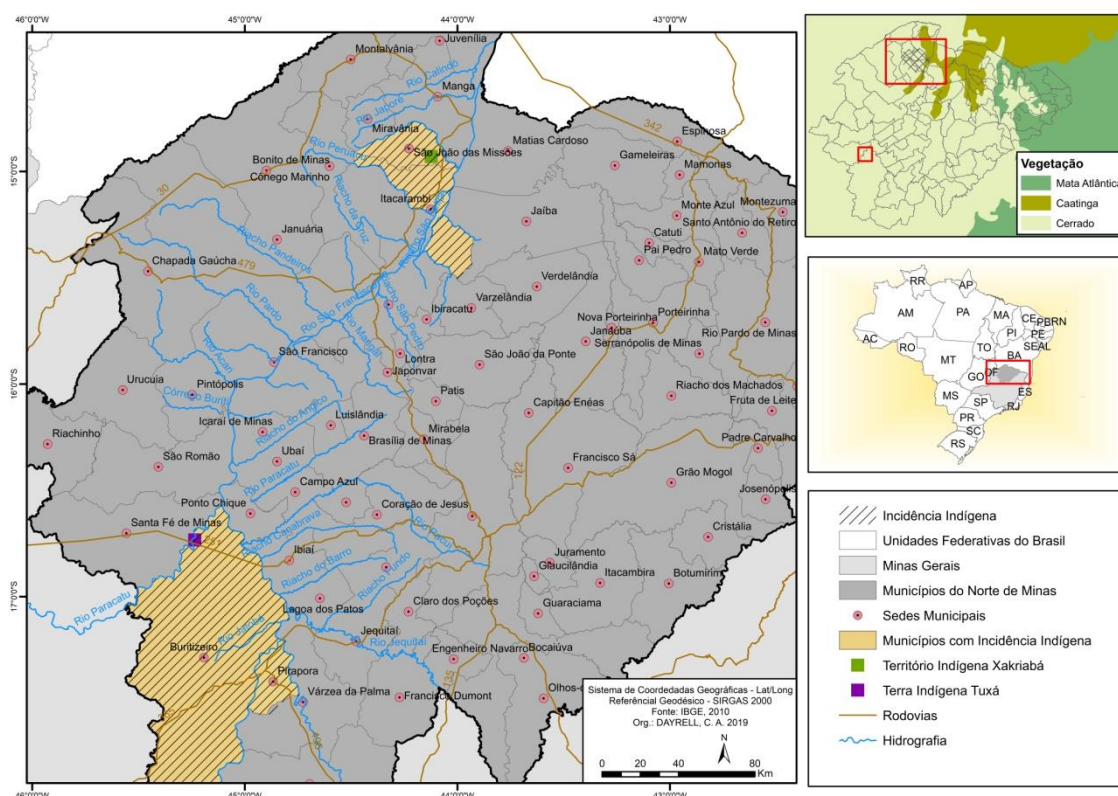


FIGURA 41 - Localização das terras indígenas Xakriabá e Tuxá no Norte de Minas Gerais.
Fonte: Dayrell, 2019.

A incursão aos Xakriabá

Tinha previsto que faria o último campo com o acompanhamento às *antenas* dos indígenas na Articulação Rosalino, Célia e Hilário. Ainda antes de fazerem a designação das pessoas envolvidas com a representação de seus povos como *antenas*, a Célia vinha participando da Comissão Regional de Povos e Comunidades Tradicionais convidada por Braulino. Ela era ainda muito jovem quando começou a estar presente nas reuniões da Comissão Regional e contribuindo nos primeiros passos do que viria ser a Articulação Rosalino, facilitando o diálogo entre as diferentes categorias étnicas que também estavam em formação. Aliás, ela teve um papel fundamental naquele momento em que a Comissão se reunia e na oportunidade eram socializadas as discussões que ocorriam na CNPCT, na Rede Cerrado e também no CAA. Logo, ela também foi convidada para participar das assembleias do CAA, entrando para o corpo político da entidade.

Hilário, que é pai de Célia, passou a ter uma participação mais ativa em um momento posterior da Comissão Regional, quando ela já tinha sido constituída como Articulação Rosalino. Hilário é uma das lideranças do Povo Xakriabá, da Aldeia Barreiro Preto e sempre demonstrou muito cuidado e atenção com as ações da Rosalino, em particular naquelas que dependiam de diálogos entre os povos. Além disso, ele também fazia parte de um grupo de lideranças na mediação da relação dos Xakriabá com o CIMI, a CPT, e de outras organizações, como foi o caso do CAA.

A primeira vez que fui à Terra Indígena Xakriabá remonta aos inícios dos anos 1990, quando o CIMI convidou o CAA para contribuir em um estudo sobre as dinâmicas socioprodutivas e ecológicas da TI. Coordenados por Claudia Luz e João D'Angelis, com a mediação de Sandra e Luciano, agentes do CIMI, fizemos um percurso pela Terra Indígena - TI, iniciando por Itapicuru, passando pelo Peruaçu e terminando na Aldeia Barreiro Preto. Anteriormente tivemos contato com os Xakriabá em Januária e em Montes Claros, quando eram dados os primeiros passos para a visibilidade e o reconhecimento regional da existência desse povo, em seguida à demarcação da TI. Além do desconhecimento e do preconceito que enfrentavam, essas iniciativas buscavam formas de interagir com os movimentos sociais da região.

Posteriormente, o CAA foi procurado por Ana Gomes, professora e pesquisadora da FAE - UFMG, que vinha fazendo um trabalho de formação de professores e pesquisas associadas, para que apoiássemos um trabalho de diagnóstico censitário que estaria sendo realizado com o apoio do CEDEPLAR, através do professor Roberto Montemór.

Os contatos estabelecidos pelos Xakriabá com o CAA envolveram a diretoria da entidade, entre esta o senhor Braulino que, estando à frente da Rede Cerrado, vinha interagindo com os indígenas do cerrado através da MOPIC - Mobilização dos Povos Indígenas do Cerrado - e que abrangiam os Xakriabá, o Xavante e o Xerente. Mas, o que nos colocou de forma mais incisiva lá, foi o Programa de Formação de Jovens do CAA que, em sua segunda e terceira turma, incorporou não apenas jovens, mas também adultos oriundos de comunidades indígenas, vazanteiras, quilombolas, catingueiras e geraizeiras.

Podemos analisar essas interações como duas vertentes que foram acionadas pelos Xakriabá, como estratégia de reconhecimento social e de interlocução sociopolítica na região. A primeira, apoiados pelo CIMI, dando continuidade na luta pela terra, visando o reconhecimento do território original doado aos seus antepassados em 1728, luta que se encontra em andamento. E a segunda, com a nova geração de lideranças formadas pelo Programa de Formação de Professores Indígenas do Estado de Minas Gerais, luta por direitos que pudessem extrapolar para outras dimensões da vida como a da saúde, da educação, da moradia, do transporte, da sustentabilidade produtiva e ambiental, entre outras. Processos sempre contando com a intermediação ou aprovação das tradicionais lideranças Xakriabá¹⁹⁸.

Essa preocupação política dos Xakriabá com outros pares que, como eles, enfrentavam a exclusão e a discriminação, foi abordada por Oliveira (2008) como uma estratégia dos indígenas para se inserirem no cenário regional. O autor destaca uma fala de José Nunes, um dos filhos de Rosalino Gomes, então prefeito de São João das Missões, na 1ª Romaria dos Martires, no ano de 2007.

Eu sei que no nosso país não são só os povos indígenas que são martirizados. A gente sabe que tem outras pessoas como os negros, como os menos favorecidos e outros. Mas o que eu queria dizer é que eu vejo que a luta indígena, ela é um exemplo de vida. Gostaria que a sociedade, as pessoas que lutam pela sobrevivência e por melhores dias, pudessem copiar o nosso exemplo de vida porque a gente defende a nossa causa com unhas e dentes, mas também a gente olha para a situação do outro, sabemos olhar para os menos favorecidos, porque a gente pensa que se o nosso vizinho estiver bem e se a gente estiver bem também, será muito melhor, para ambas as partes (OLIVEIRA, 2008:95).

A minha ida agora à Terra Indígena com o objetivo de acompanhar as *antenas* Xakriabá aconteceu em um momento que estava adiando a viagem. Recebi um telefonema de Helen me perguntando se poderia pegar a Célia em Montes Claros e levá-la até São João das Missões,

¹⁹⁸ Alessandro Roberto de Oliveira, através de sua dissertação de mestrado “Política e políticos indígenas: a experiência Xakriabá (2008), constrói um denso panorama de análise da inserção política dos Xakriabá em diversas esferas, local, regional e nacional, analisando as estratégias de atuação política do povo indígena junto a agências externas no município, na região, no estado e no âmbito nacional.

pois o Valdinho, liderança da comunidade onde ela nasceu, tinha falecido. Minha estadia na Terra Indígena Xakriabá coincidiu com o rito de passagem do seu Valdinho.

Valdinho, segundo Oliveira (2008), foi uma das lideranças que percebeu a necessidade de fazer as devidas separações entre o ser índio, ser liderança indígena e o ser político na arena dos “brancos”, separar para não perder o rumo da luta. Para Oliveira (2008), a postura que vinha sendo construída por Valdinho coloca em evidência o seu entendimento e contribuição nesse campo de ação que os Xakriabá realizam para dentro e para fora, vistas como esferas de autoridades diferenciadas e que são complexas e precisam ser consideradas.

A partir da experiência pessoal em diferentes posições, Valdinho esboça a concepção de um modelo ideal, organizador de um sistema de diferenças entre o trabalho da liderança indígena em instâncias de caráter distinto e trânsito entre esferas de autoridade diferenciadas. Inspirado pelo próprio modelo, Valdinho faz uma perspicaz análise de conjuntura, articulando polarizações como entre, dentro e fora, política indígena e política partidária e eleitoral (OLIVEIRA, 2008, p.122).

Foi Valdinho, que teve uma trajetória desde os tempos da “Segunda Revolução Xakriabá”, cumprindo papel como liderança local e como vereador, inteligência que os jovens de hoje fazem referência ao enfatizarem a necessidade de contar com a experiência dos mais velhos. A comunidade indígena participou em peso do funeral e dos eventos que marcaram a passagem para outra vida professada pelos Xakriabá. Acompanhei o momento até alguns dias depois das celebrações do sétimo dia.

Registrei assim em minha caderneta de campo: foi uma oportunidade poder acompanhar a Célia Xakriabá de Montes Claros a Missões, no velório de seu Valdinho. Fomos eu, Tininha, minha companheira, levando também a Mila, estudante de enfermagem que veio da Aldeia do Brejo da Mata-Fome. Acompanhamos a onda de tristeza com a partida de seu Valdinho, conheci muita gente, entrando na energia que pairava com o ajuntamento¹⁹⁹ que rodeava e entrava casa adentro, fogueira lá fora, gente andando protegendo-se do frio. O corpo de seu Valdinho no entremeio da sala, a passagem estava em processo, então ficamos, dormimos, acordamos, tomamos café com cuscuz. Tinha firmado o compromisso de trazer a Célia de volta para Montes Claros, pois ela estava na fase final de defesa de sua dissertação na Universidade de Brasília - UnB. No retorno tivemos oportunidade de conversar. Ela nos contou do momento como se deu o processo de estabelecimento de diálogos para fora da aldeia, do fazer “diálogos com os outros mundos”.

¹⁹⁹ Tomando referência ao termo ajuntamento muito utilizado pelos Xakriabá que, segundo Santa Rosa (2017), refere-se ao que eles também chamam de mutirões, que se configuraram como uma das primeiras estratégias de luta para retirar o que eles denominavam de “invasores” do território.

Eu formei em 2007 e, desde os 13 anos de idade comecei com engajamento na luta. Minha primeira experiência foi na capacitação promovida pela Articulação Pacari, (que tem origem na Rede Cerrado)²⁰⁰. Como o meu pai que participava do curso não conseguia ir a todos os módulos, então ele me mandou para substituí-lo. Eu estava entre a sexta e a sétima série. Esse curso ajudou no fortalecimento da Casa da Medicina²⁰¹. Depois, a segunda viagem para mais longe que eu fiz foi em Pirapora, eu lembro que você e Brulino estavam também no encontro da Romaria das Águas. Fui acompanhando o pessoal do CIMI, era para o Cacique Domingos ir, ele não pode ir, ele me mandou dizendo que tinha que fazer uma fala. Para mim foi uma dimensão de outro mundo. Foi a primeira vez que eu vi que tinha muita gente diferente além de indígena e quilombola. (...) Eu pensava assim, essa liderança não tem juízo não, como é que deixa eu com treze a quatorze anos de idade fazer uma coisa dessas? Eu estava entrando para a adolescência. A partir daí fui acompanhando liderança de lá, liderança de cá, o lugar de fala eram deles [das lideranças], mas que mais tarde começou a me apertar, quando eles começaram a dar o lugar de fala para mim (Célia, antena da AR, em entrevista, 2018).

Como resultado de suas incursões, a Casa de Medicina que fica na Aldeia Barreiro Preto se tornou uma referência no tratamento de saúde junto aos Xakriabá. O encontro ao qual ela faz referência, da Romaria das Águas, foi o momento em que a Comissão Regional de Povos e Comunidades Tradicionais estabeleceu o primeiro contato com a Via Campesina para apoiar a luta dos geraizeiros em Rio Pardo de Minas e os quilombolas em Brejo dos Crioulos. Contatos que tiveram como desdobramento a criação do primeiro projeto de assentamento agroextrativista em Minas Gerais - O PAE Veredas Vivas - e as seguidas retomadas promovidas pelos quilombolas de Brejo dos Crioulos que resultou, anos depois, na emissão do decreto de desapropriação do território quilombola e a desintração dos grandes fazendeiros existentes em seu território.

Também, como resultado dessas interações dos Xakriabá, tanto interna quanto externamente, eles começam a serem vistos como uma sociedade em constante movimento. Santa Rosa (2017) registra um depoimento de Célia Xakriabá em que ela ressalta o movimento dos Xakriabá na estruturação de sua territorialidade dentro movimento indígena. A pesquisadora ressalta o processo denominado de “territorialidade no movimento indígena”, com o estabelecimento de “alianças, diálogos com indígenas do Cerrado e povos do Nordeste” (SANTA ROSA, 2017, p.50), que possibilitou um conjunto de conhecimentos e habilidades

²⁰⁰ A Articulação Pacari atua nos Estados de Goiás, Minas Gerais, Tocantins e Maranhão e vem fazendo um importante trabalho relacionado às práticas de manejo de plantas medicinais e produção de fitoterápicos com espécies do Cerrado. A articulação surgiu como desdobramentos de uma articulação de mulheres que atuavam na Rede Cerrado e na Rede de Plantas Mediciniais da América do Sul. Atualmente é uma das organizações de referência na construção de protocolos comunitários como estratégia de reconhecimento dos direitos de uso dos cerrados pelas benzedeadas e comunidades extrativistas.

²⁰¹ Projeto que viabilizou a instalação de uma unidade de processamento de fitoterápicos associados com os conhecimentos tradicionais da comunidade.

que estão servindo de balizamento tanto para a luta de povos indígenas quanto de outros povos tradicionais.

Analisando os processos de territorialização que ela denomina de “o tempo d’agora”, Santa Rosa (2017) faz referência ao período em que os Xakriabá passaram a investir “na gestão do território conquistado” (p.14), no processo de recuperação das áreas antes ocupadas pelas fazendas, e também na ampliação das alianças e articulações políticas que se configuram como questões centrais no momento atual (SANTA ROSA, 2017). E, entre estas, a luta pela ampliação do território referenciado na doação de 1728.

Os processos de territorialização do movimento apontados por Célia Xakriabá podem ser interpretados como resultantes da habilidade e capilaridade do Povo Xakriabá em se articular politicamente no movimento indígena brasileiro, que marcam o tempo d’agora, e se estende para além do movimento indígena brasileiro, mas também na articulação com outros grupos sociais da bacia média do Rio São Francisco. A exemplo da Articulação Rosalino de Povos e Comunidades Tradicionais, como discutido no item anterior. Grupos que nos seus processos de lutas pelo reconhecimento de sua identidade cultural e diferenças ecológicas vêm também se organizando a partir do que Almeida (2008) identifica como “movimentos de territorialização” (SANTA ROSA, 2017, p.50).

Foi no âmbito da Comissão Regional e, posteriormente, da Articulação Rosalino, que foram tecidas algumas linhas que resultaram no apoio às retomadas da Terra Indígena do Morro Vermelho em 2007 e, em 2014, na retomada de Várzea Grande e Caraíbas. Em 2007, o Cacique Santos e mais três indígenas participaram da 2ª Conferência Geraizeira que aconteceu em Vale do Guará. Em 2012, eles envolveram-se no Curso de Direitos Territoriais, a primeira atividade que a Articulação Rosalino organizou na comunidade de Pau Preto, em seguida à retomada que os vazanteiros promoveram visando a recuperação do território através da criação, “na prática”, da Reserva de Desenvolvimento Sustentável de Pau Preto.

No âmbito da luta pela ampliação do território Xakriabá, previsto para chegar até o rio São Francisco, a interação dos Xakriabá na Articulação Rosalino criou condições para que se constituísse uma aliança entre os vazanteiros e os Xakriabá, de forma a superar a divisão que os fazendeiros estavam promovendo, colocando-os em oposição. Em um encontro, com duração de três dias, foi selada a aliança.



FIGURA 42- Aliança dos Xakriabá e Vazanteiros promovida pela Articulação Rosalino.
Fonte: Dayrell, 2015.

Depois que deixei a Célia em Montes Claros, retornei à TI Xakriabá para dar continuidade ao trabalho de campo. Parei no asfalto para registrar, em seguida a Itacarambi, a estação do ano em que estava ao finalizar o que seria o último campo. A beleza das matas ressecadas em pleno período da seca, estávamos no inverno, mês de julho, com entremeios de verdes, arroseados, avermelhados, muitas variedades de cores. Antes de ir até à casa de seu Hilário, passei no cacique geral do Povo Xakriabá. Estava ele lá, na frente da sua casa, reunido com amigos e outras lideranças. Dessas conversas sem fim, tive que entrar no cumprimento de um a um, gentes conhecidas, mas que não tenho guardado em mente os nomes ou os lugares que eu já os tinha encontrado. Eles continuaram conversando, eu sentado esperando a hora de poder falar sobre a minha entrada pela terra deles. As conversas foram caminhando para amenidades bem fincadas no viver deles, até que então pude explicar os objetivos da minha estadia e do projeto de pesquisa sobre a Articulação Rosalino.

O Domingos como sempre, desde que o conheço, com aquela humanidade sem fim, disse-me que queria sim saber mais sobre a Articulação Rosalino, enquanto eu falava que lá estava em busca também de saber da Rosalino e sobre o Rosalino, o que sabemos da Rosalino a partir do olhar deles? Ah, acho que quase nada, e depois desses dias lá, esta certeza ficou mais

forte e mais clara. Lá, além do Hilário, da Célia que já tinha retornado para Brasília, receberam a D. Bia, esposa do seu Hilário, também o seu Zé, seu sogro. Será assunto da segunda parte deste capítulo e que tratarei a seguir. Mas, antes, apresento a cartografia em construção pelos indígenas Xakriabá e pelos Tuxá.

A Cartografia Indígena no Norte de Minas Gerais

Como vimos anteriormente, a região que hoje denominamos como Norte de Minas e as altas serras do Espinhaço Meridional já foram áreas intensamente habitadas e podem ser visualizadas nas centenas de cavernas com pinturas rupestres. Posteriormente, relatos de viajantes estrangeiros e nacionais que percorreram a região, registraram a ocorrência de pelo menos dezenove grupos indígenas que por aqui viveram ou por aqui passaram. O genocídio imposto aos índios desde o período colonial resultou na figuração dos Xakriabá como os únicos remanescentes indígenas no Norte de Minas até anos recentes. Até a emergência dos Tuxá entre as regiões de Pirapora e Buritizeiro.

Porém, a presença indígena é uma constante em praticamente todas as comunidades envolvidas com a Articulação Rosalino Gomes, como se tivessem constituído em uma escala ampliada uma extensa rede de vínculos entre os não brancos, como vimos em Santos (1997) e Silva (1998).

Os Xakriabá, habitantes das áreas de veredas, chapadas e das matas, circulavam em um amplo território a partir do rio São Francisco pela sua margem esquerda. Reduzidos como caboclos por mais de três séculos, conseguiram, em 1987, a homologação da primeira terra indígena no Norte de Minas Gerais. Em seguida à homologação da Terra Indígena Rancharia e, atualmente, à luta pela ampliação de áreas que se encontram em estudos e que vai possibilitar-lhes o retorno ao rio São Francisco.

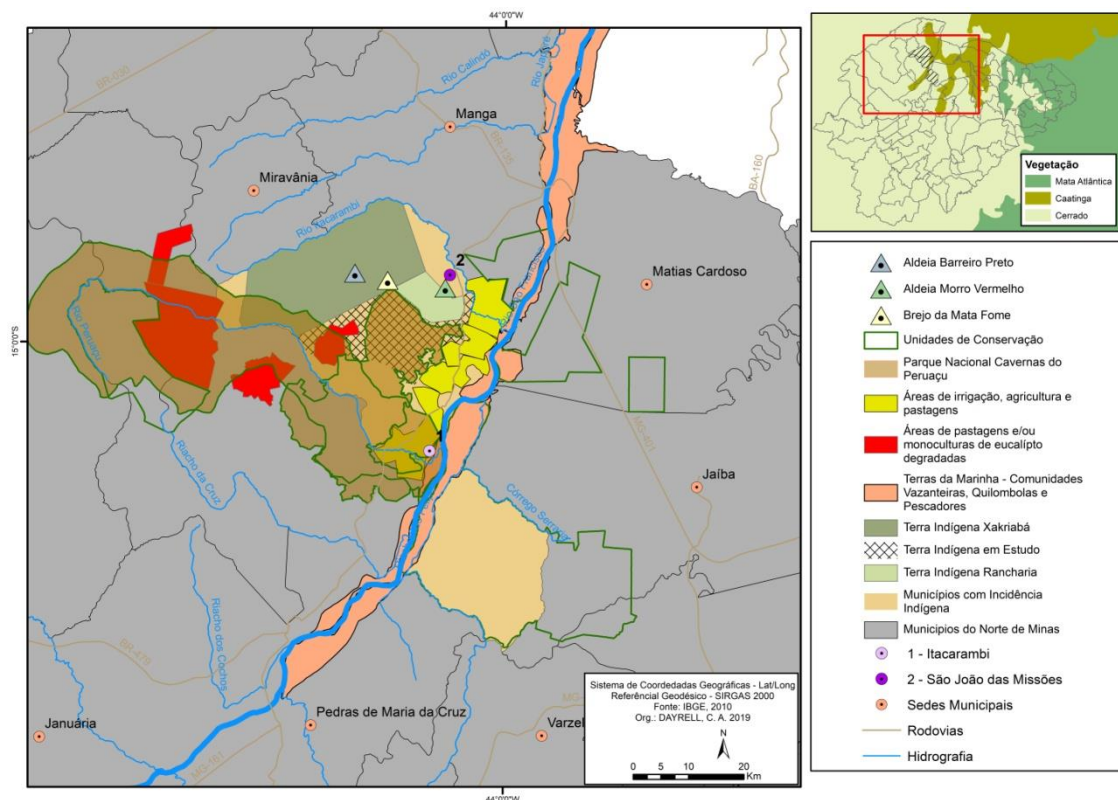


FIGURA 43 - Cartografia Xakriabá em construção.

Fonte: Dayrell, 2019 - Organizado a partir de base de dados do CAA/NM.

A Terra Indígena Xakriabá, com 46.415 hectares, foi seguida de um processo de homologação de 6.798 hectares da Terra Indígena Xakriabá Rancharia, ocorrido em 2003. Em estudos está uma terceira porção territorial, que compreende 43.357 hectares, com vistas a garantir o sonho de retorno à beira do Rio São Francisco (SANTA ROSA, 2017).

Os Xakriabá sofrem, no entanto, grande pressão por todos os lados. Pela margem direita do São Francisco, um dos que é considerado o maior projeto de irrigação do Norte de Minas, o Projeto Jaíba que tem como meta a implantação de 90 mil ha irrigados em uma área com cerca de quase trezentos mil hectares que se encontram em posse de fazendeiros e empresários. Os Xakriabá encontram-se encurralados na margem esquerda do rio São Francisco, na porção leste, por grandes áreas de fazendas e por grandes projetos de irrigação e, nas porções sudoeste e noroeste, ou por grandes projetos de pecuária, de monocultura do eucalipto ou por unidades de conservação de proteção integral, constituídas como compensação ambiental à degradação ambiental promovida em larga escala por esses projetos oriundos do capitalismo agrário.

Duzentos e cinquenta quilômetros rio São Francisco acima até encontrar na margem esquerda o desague do rio Paracatu e, a partir daí, subindo este rio por mais vinte quilômetros encontra-se à margem direita a Terra Indígena Tuxá. Ela está inserida no extremo norte do

município de Buritizeiro. Os Tuxá viviam desaldeados em Pirapora/MG, até que foram orientados pelos “encantados” a buscarem um lugar para que pudessem retomar os modos de vida enquanto povo indígena.

O tempo da busca finalizou quando encontraram o local indicado pelos “encantos”. Fizeram contato com pessoas e organizações para contribuir na ocupação do território. Foram até a Bahia conversar com os Tuxá que estavam passando por dificuldades. Foram até os parentes Xakriabá e pediram apoio e contribuição da Articulação Rosalino. Tiveram ainda contribuição do Movimento Geraizeiro, do STR de Buritizeiro e do CIMI. Vieram 135 pessoas entre Tuxá da Bahia e de Pirapora/Minas Gerais, Xakriabá, e da Articulação Mestre Rosalino.

No dia 20 de novembro de 2015, após a terceira lua como indicaram os encantos, que disseram que iriam guiar, que tinham que respeitar essas três luas. Esperaram as três luas para entrar na fazenda. Chegamos aqui às 10 horas da noite, quando ocupamos esta sede aqui foi mais ou menos 2:43 da madrugada, graças a Deus sem conflitos, sem violência, tudo na paz, e na paz estamos aqui, até hoje, alguma violação está vindo aí, mas nós estamos passando por cima, e o que vier nós passa por cima, e aqui nós pretendemos ficar até a morte. (Um dos ocupantes, em entrevista no ano de 2015) (CAA/NM, 2017, p.15).

Com a ocupação, passaram a negociar com o governo de Minas Gerais o reconhecimento da área como Terra Indígena Tuxá. A área ocupada é uma propriedade de 6.525 hectares, antiga fazenda ocupada com o plantio de eucalipto. A fazenda foi repassada para o estado como pagamento de dívida da empresa. O Estado de Minas Gerais fez o repasse da fazenda à Empresa de Pesquisa Agropecuária do Estado de Minas Gerais - EPAMIG, com a proposta de instalação de um campo de pesquisa agropecuária, o que não se viabilizou. Desde o repasse para o Estado, a propriedade vinha sendo explorada de forma indevida e abusiva pelos responsáveis pela sua guarda. Relatos dos moradores locais afirmam a exploração das áreas de pastagem arrendadas para terceiros de forma irregular e a exploração ilegal de madeira (CAA/NM, 2017).

A área ocupada pelos Tuxá encontra-se às margens do rio Paracatu, considerado o quinto maior afluente do rio São Francisco em termos de contribuição hídrica. A Bacia do rio Paracatu encontra-se sob forte pressão ambiental em função das frentes de desmatamento da vegetação nativa. Os dados do levantamento da vegetação nativa apontam que 48% da vegetação já foi alterada na bacia (SILVA et alii, 2016).

O cenário que se vê ao fazer a viagem até a área ocupada pelo Povo Tuxá serve de alerta: é visível o processo de degradação ambiental em uma das áreas que, até meados dos anos 1980, era tida como um dos últimos remanescentes da formação vegetal conhecida como Cerradão,

conforme informação pessoal do professor Ivo das Chagas, nessa porção do território do estado de Minas Gerais.

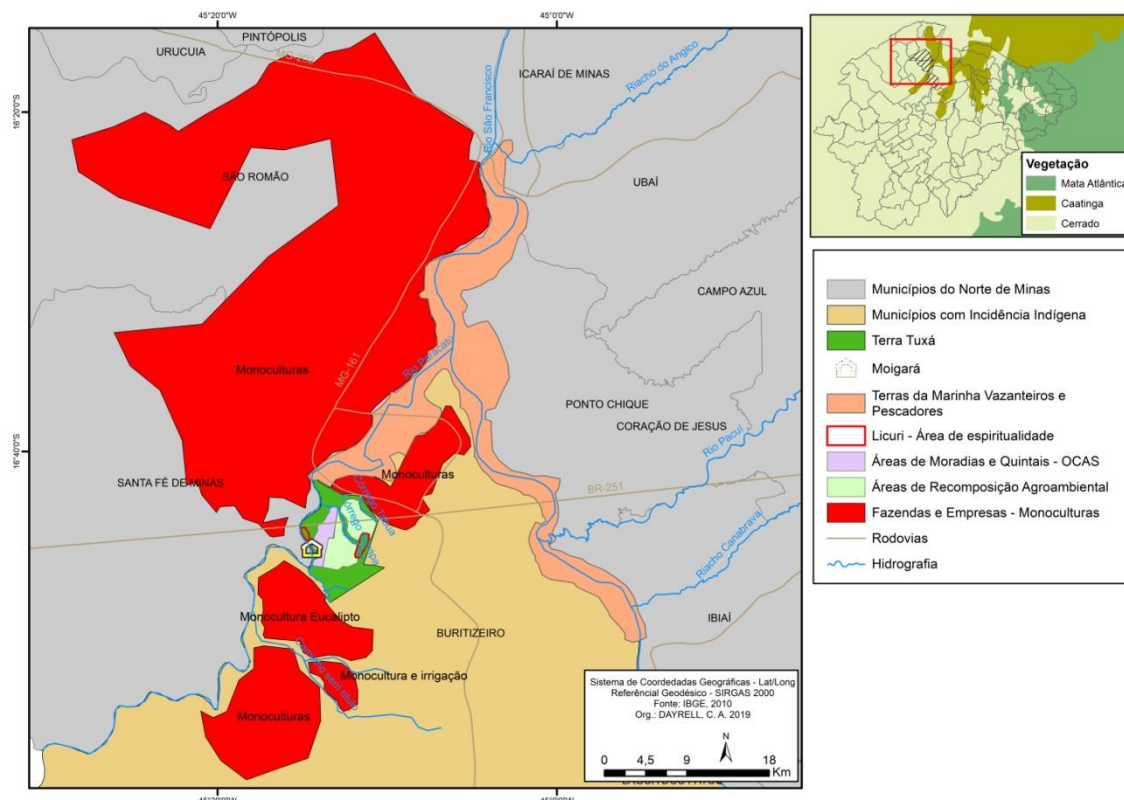


FIGURA 44 - Cartografia Tuxá. Município de Buritizeiro/MG.
Fonte: Dayrell, 2019 - Organizado a partir de base de dados do CAA/NM.

E os riscos não param aí, pois os moradores informam também que muitas das terras que existem nas proximidades da TI Tuxá, estão sendo adquiridas por grandes empresas interessadas em fazer plantios de grandes monoculturas de eucalipto ou de outras lavouras. E que o desmatamento cresceu muito nos últimos anos. O levantamento apontou que cerca de 140 mil ha do entorno estão ocupadas por fazendas e empresas de monoculturas do eucalipto. Mas que existe uma área em torno dos 28 mil ha de Terras da Marinha, que podem ser destinadas a famílias de vazanteiros e pescadores do São Francisco.

Depois de percorrer cerca de setecentos quilômetros, desde os planaltos da margem esquerda do São Francisco passando pelas planícies sanfranciscanas, encostas da Serra Geral até chegar aos planaltos da região de Diamantina, finalizo o percorrido às territorialidades dos Sete Povos, cuja análise complementarei no Capítulo V.

Foram momentos onde estive atento à compreensão de como a Articulação Rosalino Gomes se organiza pelas ações das pessoas que assumem o papel de *antenas*, aos campos de

força e tensões que se verificam em seu interior e, a partir daí, às dinâmicas territoriais, sociais, identitárias e políticas vivenciadas nas territorialidades de cada uma das antenas.

No Capítulo IV a seguir, intitulado “Os Sete Povos: com o mundo se conversa”, darei destaque às falas dos nativos colhidas durante o trabalho de campo iniciado no evento fundador da organização Articulação Rosalino Gomes, a celebração dos trinta anos do massacre Xakriabá²⁰². E que finalizou no acompanhamento às *antenas* indígenas, também no Xakriabá, por ocasião do rito de passagem do seu Valdinho²⁰³. Por coincidência dois eventos de fundo sagrados.

²⁰² Celebração dos trinta anos da “Chacina Xakriabá” realizada no mês de fevereiro de 2017.

²⁰³ Liderança da Aldeia Barreiro Preto falecido em julho de 2018.

CAPÍTULO IV - OS SETE POVOS: POR ELES MESMOS

Este capítulo tem como centro gravitacional a fala dos nativos que foi colhida durante o trabalho de campo iniciado no evento fundador da organização de Povos e Comunidades Tradicionais do Norte de Minas como Articulação Rosalino Gomes, a celebração dos trinta anos do massacre Xakriabá.

Organizo as falas e os entendimentos que captei durante as incursões realizadas nas regiões, municípios e comunidades onde vivem as *antenas* da Articulação Rosalino “Gomes” de Povos e Comunidades Tradicionais. Ou seja, veredeiros ou comunidades de veredas, vazanteiros, apanhadores de flores, geraizeiros, catingueiros, quilombolas e os indígenas (Xakriabá e Tuxá).

Destaco falas e entendimento de como a Articulação se organiza pelas ações de suas antenas, aos campos de força e às tensões que se verifica em seu interior e, a partir daí, às dinâmicas territoriais, sociais, identitárias e políticas vivenciadas nas territorialidades de cada uma das antenas. E quais relações e ações vêm sendo empreendidas, atento às categorias que se apresentaram como referências iniciais da pesquisa etnográfica: nativos, caboclos e povos.

Utilizo como método de escrita a composição do texto como se fosse a edição de um filme. Componho as falas das *antenas* e das pessoas afins que foram sendo encontradas ao longo do percurso, atravessando o Norte de Minas, desde a região de veredas encontradas nos planaltos sanfranciscanos, passando pelas planícies sanfranciscanas, encostas da Serra Geral, as chapadas e vales situados nos divisores dos rios São Francisco, Pardo e Jequitinhonha, até as altas serras do Espinhaço em sua porção meridional, a região e entorno de Diamantina. Nessa perspectiva, o capítulo é composto essencialmente pelas falas das representações da Articulação e com pequenas inserções minhas como forma de ligação entre elas.

Apenas neste capítulo, as falas que foram sistematizadas e expressas pelas lideranças da Articulação Rosalino encontram-se digitadas em tamanho de letra 11 e recuadas apenas dois centímetros, como forma de diminuir o destaque entre o meu registro pessoal e a das antenas. Solicitei que as antenas, para as quais encaminhei o registro, fizessem as alterações e as observações que achassem pertinentes. Só não foi possível ter o retorno de Antônia, do Quilombo do Gurutuba e dos geraizeiros, uma vez que, nesse caso, a opção foi o de dar destaque ao registro da V Conferência Geraizeira, evento que fecha o capítulo.

Os eventos e as vivências relatadas não aconteceram necessariamente na mesma ordem cronológica. Foi-se compondo as falas de um, com outra e outro, tendo como fio condutor o

entremeio de como se constituiu a Articulação Rosalino Gomes de Povos Tradicionais em uma longa trajetória de resistências e de reposicionamento. Incorporo questões que foram suscitadas pela banca na qualificação da tese, temas, assuntos e exercícios de entendimento complexos e vários. Neste período, convivi com festas e celebrações, seguidas de encontros, oficinas, vivências nas casas das *antenas* nos afazeres, mas também velórios, luto, cantorias e cultos. Sem falar das movimentações promovidas pelos grupos étnicos acompanhados.

Ao percorrer os *sete povos*, e este “sete” é emblemático, porque foi na celebração em memória aos mártires Xakriabá que constatou-se que na Articulação Rosalino já estavam participando sete distintas etnicidades (BARTH 2000; PARAJULI, 1996): geraizeiras, vazanteiras, quilombolas, indígenas, veredeiras, apanhadoras de flores e caatingueiras. O “sete” incorporou outro significado, como foi expresso por Zilah no primeiro dia de conversas entre as lideranças da articulação com lideranças do Povo Xakriabá. Ela destacou o momento sagrado ao ouvir o relato daqueles que viveram o conflito, que culminou com o assassinato de lideranças dos índios, como também as histórias, memórias e ações promovidas pelos outros seis povos.

PERCORRENDO OS SETE POVOS

Veredeiros

Foi com o Jaime, veredeiro de São Joaquim, que iniciei o percurso do acompanhamento em campo às antenas da Rosalino. Acompanhei-o com a realização do encontro dos veredeiros, em reuniões da comissão de veredeiros, nas visitas às comunidades veredeiras, em particular à do Japão, uma visita que muito nos marcou. Mas, sobretudo, no dia a dia de sua casa, com a sua família.

A mãe de Jaime, D. Elisa, cuida da casa e de todos, filhos, filha, netos e netas, a casa está sempre com alguém, afinal dois filhos casados moram ao lado, o Jaime mora com ela junto com a filha, tem uma filha casada que estava passando uns dias com ela, e outro filho que mora em Brasília que, depois de muitos anos, veio passar uns tempos com eles.

O pai de Jaime, seu Júlio, tem 82 anos, segundo ele, as forças do braço diminuíram, passa o dia ou na varanda ou na sala, quase sempre sentado de cócoras, uma posição que acostudou durante toda a vida, pois um de seus trabalhos era fazer cesto, gamela e canoas. Com muita história para contar, ele disse que:

vivia de roça, produzia, chovia muito, estes córregos tudo tinham água, de uns anos para traz é que ficou deste jeito, é marcado por Deus, não somos nada não, sem a ordem dele não. O que produzia aqui, consumia aqui e vendia para fora, senão caruncho comia, não tinha falta não. Tinha condução, carro de boi, carro de fogo era difícil, não tinha não, caminhão, esse carro seu aí, é de fogo? Foi de muitos anos, mas não fazia falta. Carro de boi, para ir na cidade (em Januária) era oito dias para ir e vir. Hoje no mesmo dia vai e vem, a condição melhorou muito. Às vezes juntava uns quatro companheiros e tocava o carro no mundo rumo pra cidade (Seu Júlio, veredeiro, 2017).

O Jaime disse que foi o pai que o ensinou a trabalhar com a madeira, fazendo canoa. Pergunto para seu Júlio, como você aprendeu a trabalhar com madeira?

Aprendi com o meu pai, meu pai sabia, aprendi com ele, a fazer canoa e descer por água, desci trinta e uma viagens de canoa para a cidade. O pai já fazia. Tinha muita madeira neste tempo, hoje que não tá tendo mais, acabou, o povo destruiu muito, o povo rendeu muito, rendeu muito, mas quase não tem por aqui, despinicou. Marcado por Deus. Aprendi com ele, viajei muito por água. Sabia fazer e viajar. Fazia canoa, fazia gamela, fiz muito mais de mil (Jaime, veredeiro, 2017).

No dia anterior, à noite, eu tinha escutado ele conversando sobre a água de uma nascente, que onde brotava água tinha peixe, como se a nascente dependesse do peixe para não acabar. Pedi a ele para me explicar a história, porque não tinha entendido.

Lembro como hoje, até mostro o lugar, é até perto daqui, onde este brejinho tinha um olho d'água, era um olho d'água forte, tinha até dourado, deste tamanho, não foi nada não, este povo do Burrachudo²⁰⁴ mudou para aqui, aí este olho d'água era no fundo da casa de Rumão meu primo. Ô Rumão! O que foi? Você não deixa ninguém mexer neste peixe aqui não. Tá bom. Estes peixes que está conservando esta água. Sabe que é mesmo? Lá, por atentação, foi atentação mesmo, eles judiaram não foi dos outros não, judiou deles próprios, aí pegaram os peixes e comeram. Aí o olho d'água secou. Não desceu mais água do Brejinho, deste olho d'água não (Seu Júlio, veredeiro, 2017).

Um dia em que estávamos indo para uma das reuniões da Comissão de Veredeiro, na Cruz, o Jaime me explicou o entendimento que eles têm das terras e dos ambientes da comunidade. Onde eles têm construído as casas, o ambiente eles conhecem como “mata”.

O “gerais” faz divisa com a “mata”, na parte um pouco mais alta. É! Saiu da mata, agora estamos no gerais. Gerais é uma terra mista, uma terra misturada com a mata e chapada, com chapada e mata ao mesmo tempo, o pessoal fala terra mista, meio mata meio chapada, saindo daqui é a chapada apurada. A terra dogerais fica no meio, entre a mata e a chapada. No gerais é mato mais rasteiro, as aroeira não crescem nem ficam igual a mata mesmo, alguns madeira das matas nos gerais madeira da chapada que fica no gerais. A terra da mata é mais fértil, mais preta, mais vermelha, barro mesmo, e a terra do gerais é terra de barro com areia, e na chapada é mais areia mesmo.

²⁰⁴ Refere-se a uma localidade que fica próxima, nas margens do córrego do Borrachudo.

Os tipo de mato que dá na mata é aroeira, pau ferro, ipê, barriguda de imbaré, barriguda de espinho, mais alguns outros tipos de madeira que não dá nem no gerais e nem na chapada. Gerais, a gameleira, a gameleira não dá, a aroeira dá na mata e dá no gerais, mas não desenvolve como na mata não, porque é uma terra mista, mais arenosa, mais fraca, parece que ela gosta mesmo é de terra de barro.

No gerais já tem o jatobazinho do campo, já começa a ter uns pé de pequi. A priquiteira também só da mata. No gerais é muito difícil, não tem não. No gerais tem a sucupira, tem a cagaita, a cagaita só cresce (de tamanho) na mata, as vezes dá na mata, mas é difícil dar o fruto.

Na mata praticamente planta quase de tudo, o milho, o feijão, no tempo de chuva nos lugares baixo planta até o arroz, no lugar de vazante, em outro lugar planta a fava, a mandioca, as abóboras. Muitas outras variedades de semente a gente acaba plantando na mata e dá bem. No gerais mais é mandioca, batata doce dá bom demais, alguns lugares é mandioca, alguns lugares não dá, muita areia, precisa de usar o adubo químico. Ou então adubação verde ou as pessoas não plantam porque não quer usar os adubo químicos

Aí, nas chapada, chega nas veredas, aí tem as pessoa que trabalham na mata, às vezes, quando é no tempo da seca, mês de junho, julho, aí na seca, começa a plantar o feijão nas beira do brejo, utilizar os brejo para plantar o feijão. Antigamente, era assim, hoje algumas pessoas que plantam assim, mas destiorou, antes o pessoal da mata saía para plantar nas veredas no tempo da seca. Saía para poder plantar nas veredas, quando terminava de plantar lá, quando fosse nas águas, outubro, novembro. Na vereda só plantava o arroz, o feijão, e no lugar mais alto, a mandioca E milho, muito pouco, no período da seca. Na mata plantava de tudo no período das águas (Jaime, veredeiro, 2017).

Fiquei curioso para entender essa movimentação que eles fazem ao utilizar para cultivo dois ambientes distintos, em alguns casos, distante de onde moram, como as áreas da mata e as de veredas. O Jaime então explicou:

Acontecia, aquele Chico Lojó, ele tem terreno na vereda e outro na mata, mesmo, na cabeceira do Jabuticaba²⁰⁵. Antes era tão bom, o pessoal plantava, tinha fartura, sem adubo químico colhia bastante. Aí chegaram as empresas e tomaram conta das chapadas e das veredas, eles foram embora com o dinheiro e ficou o pessoal no prejuízo. Nós ficamos no prejuízo, aterrou os brejos, não planta mais nos brejos como se plantava antes, mudou muito, diminuiu o período de chuva, as águas, só fez destiorar. Aí, nós ficamos com os prejuízos, diminuiu as águas, as nascentes até secaram, as coisas que a gente achava que não ia acontecer (Jaime, veredeiro, 2017).

Nessa conversa, em que ele falava mais da vereda, perguntei para ele sobre o veredeiro, se ele já tinha visto uma diferença, as pessoas das matas e das veredas. Ele disse então que:

já, porque tem um lugar aqui próximo que chama comunidade de Vereda. No que ia jogar time de futebol, aí o pessoal falava, oh, os veredeiros chegaram, falava. A gente não tinha esta expectativa do como seria, depois destes encontros, que eu te falei, deu uma despertada, nós somos veredeiros, nem só os pessoal que mora nas veredas, como as pessoas que mora em outras comunidades que utiliza do trabalho nas veredas e os frutos da vereda (Jaime, veredeiro, 2017).

²⁰⁵ Fazendo referência ao rio Jatubicaba que corta o distrito de São Joaquim.

Ele disse sobre como surgiu o entendimento do ser veredeiro.

Já tinha estas conversas que o pessoal mais velho falava, tinha não, têm, as comunidades de veredas, a gente não tinha assim esta expectativa que a gente era os veredeiros. Aí surgiu através destes intercâmbios para fora, a gente teve conversa com o pessoal das universidades federais, da Unimontes, aí a gente abriu os nossos olhos que somos veredeiros. A gente está muito feliz por isso, estas parcerias geraram um conhecimento muito bom sobre os nossos direitos e hoje estamos lutando pelos nossos direitos. Nós já tínhamos o entendimento, a gente tinha conhecimento, mas não tinha capacitação. A área que a Plantar (empresa de reflorestamento) vem utilizando há muitos anos, então fez uma grande devastação, muito grande, não só aos humanos, mas aos pequenos e grandes animais. A gente fez uma conversa com sete associações, sete comunidades, essas associações apoiaram a gente para fazer uma retomada na área. A gente pediu o apoio do movimento geraizeiro. O movimento geraizeiro veio nos apoiar, aí nós fizemos a retomada. Já tinha a bandeira, falamos: somos o povo geraizeiro! Somos o povo geraizeiro! Na verdade, tem uma parte do pessoal que convive nos terrenos dos gerais, aqui tem muitas veredas, e a gente somos veredeiros. Mas aí eles falaram, vocês são geraizeiros, mas a maioria são veredeiros, porque os que convivem na mata e no gerais trabalham nas veredas. Então tem um bom sentido, mora na mata e utiliza das veredas, utiliza dos frutos do cerrado. Hoje não trabalha mais nos brejos, os brejos encheram de erosão, não planta mais. Aí a gente teve esta parceira fantástica com o Movimento Geraizeiro, eles vieram aí, deram o maior apoio, fizemos a retomada, há dois anos que fizemos a retomada. A gente queria a responsabilidade para todas estas associações para as pessoas cuidar mais, zelar mais da área para ver se recupera as nascentes e fazermos o plantio de novos frutos dos cerrado. Estamos perdendo frutos pois estão em extinção, estamos na luta para enfrentar as mudanças climáticas. Com a graça de Deus, não vai ser o homem que vai fazer chover não, mas a gente faz a nossa parte e Deus nos ajudará. A gente vem fazendo o trabalho, fazendo um trabalho diferenciado para recuperar a maior parte perdida do nosso território (Jaime, veredeiro, 2017).

Eu perguntei para o Jaime qual a avaliação dele sobre a Articulação Rosalino e a vinda e a participação de lideranças da Articulação Rosalino no 1º Encontro de Veredeiros, que tinha acontecido na semana passada.

Achei muito bom a vinda deles aqui, conversaram muita coisa boa, um apoio muito bacana, falaram muito sobre as lutas deles, a respeito do sofrimento, é parecido com o nosso, também a luta deles não é muito diferente, igual a nossa, todos vem lutando dentro do mesmo barco, dentro do mesmo objetivo, recuperar o nosso território, recuperar as nascentes. A vinda deles, da Articulação Rosalino que acompanha este sete seguimentos de povos e comunidades tradicionais, a gente vem tendo algumas reuniões, as pessoas do governo em vez de nos apoiar, em vez de chegar junto para fazer as coisas acontecer, faz é atrapalhar, alguns órgãos do governo, enquanto a Articulação Rosalino estamos lutando aí os sete povos, resgatar estes frutos do cerrado, recuperar as nascentes, nem só aqui na região, mas também nas outras regiões que a gente ouviu falar. Ouvimos os companheiros do Quilombo da Lapinha, os companheiros geraizeiros, vazanteiros, os indígenas, estão todos lutando pelos nossos direitos. Com a Rosalino tivemos o conhecimento de nossos direitos, nós temos os direitos, mas as pessoas não deixam os nossos direitos acontecer, a gente fazer valer o nosso direito, a nossa sobrevivência no nosso território. Eu acho assim, no meu modo de ver é que na Articulação Rosalino, a gente teve privilegiado o que foi esse nosso companheiro e guerreiro Rosalino, de nós colocarmos

este nome de Articulação Rosalino. Quando estava para por o nome nesta comissão, surgiu a fala de nossa companheira Xakriabá, estava caçando este nome, aí surgiu a fala de nossa companheira, o Rosalino, a gente seria fantástico por o nome de Rosalino. O trabalho que a gente vem fazendo da Articulação Rosalino, um belíssimo trabalho, não só os nossos direitos, mas sobre os nossos antepassados, o resgate de nossa cultura, a maneira e o manejo de trabalho que as pessoas tinham antes, depois das grandes empresas mudou bastante, estamos tentando resgatar tudo isso. (Jaime, veredeiro, 2017).

Perguntei ao Jaime o entendimento que ele tinha sobre o nome que eles colocaram de *antena* da articulação.

Antena da Rosalino é a pessoa que representa cada segmento, cada segmento tem um representante, então os representantes destes segmentos, que é os sete povos, tem sete povos, então estas pessoas são as antenas da Rosalino. O papel das antenas é articular as famílias, as comunidades na região e levar as demandas e alguns problemas para dentro da Articulação Rosalino para poder sentar junto com os companheiros de luta e discutir o assunto e procurar resolver. O papel das antenas é isso aí, estar atento sobre os problemas da própria região. O papel das antenas é neste sentido assim, estar atento nas comunidades para levar nas reuniões. Quando surgir reunião estar sempre pronto para ajudar ou consertar o que está precisando, ou ajudar os nossos companheiros no trabalho de luta de sobrevivência do semiárido brasileiro (Jaime, veredeiro, 2017).

Ele continuou:

o nome antena surgiu porque nós sendo participante da reunião, é como se fosse um rádio aqui no nosso gerais, para ele funcionar, se não puxar a antena o rádio não funciona. Então fica neste sentido, a gente tem que estar puxando os objetivos das nossas comunidades para funcionar as antenas da Rosalino. (Jaime, veredeiro, 2017).

Jaime continuou falando, agora sobre as organizações que contribuem com a Articulação.

O CAA junto com as universidades, com a CPT, o CIMI e Unimontes, este pessoal aí eles entram na articulação, convidado pela gente. Veio para nos apoiar no que nós precisarmos, no levantamento, fazer projeto para as comunidades tradicionais, parcerias. Temos o conselho jurídico para poder ver algum caso de luta que a gente está tendo, para nos orientar na maneira de trabalhar, não estar ultrapassando de alguns limites.

O pessoal das universidades é muito companheiro, guerreiro com a gente nesta Articulação, na montagem de projetos, que tipo de projetos que tem que estar saindo, onde os governos estão debatendo mais, onde o governo está puxando, para onde está levando, para onde está indo. Sobre estes trabalhos dos políticos, nós temos uma boa informação, mas eles puxam informações melhores para a gente. Esta troca de experiências é muito bacana, a gente leva a experiência daqui da roça para eles, eles trazem as experiências deles de lá acerca dos trabalhos dos políticos que estão acontecendo, os políticos que estão disposto a nos acompanhar, outros que não estão nem aí para o nosso meio ambiente, para a saúde, a corrupção. A parceria está neste sentido aí, eles estão juntos na comissão estadual de povos e comunidades tradicionais, eles não falham, nunca faltaram. Quando tem alguma organização do governo, principalmente o IEF que está trabalhando contra as comunidades

tradicionais, eles estão prontos para debater que não, juntos. Agradecemos muito a eles o apoio. Estamos precisando de mais trabalho, de mais pesquisas junto com a gente (Jaime, veredeiro, 2017).

Jaime destaca, em particular, o envolvimento de pesquisadores de universidades que trazem informações contextualizadas e que se envolvem com o dia a dia das comunidades.

A pesquisa nos ajuda nos apoios, faz a gente enxergar as coisas mais à frente, porque às vezes a nossa visão está mais baixa, eles vêm fazer a gente conhecer os direitos que a gente já tem, e fazer prevalecer este direito. Nos ajuda na maneira do nosso trabalho que a gente vem fazendo, a ter força de vontade para fazer cada vez mais. A chegada do pesquisador na região já nos ajuda muito neste sentido. Assim, o caso de Bruno da Universidade do Rio²⁰⁶, guerreiro, tiro o chapéu para ele, ele anda conosco de moto, cai, levanta, graças a Deus chegamos aí no objetivo bem bacana. Ele fez um documentário a respeito de nossas comunidades tradicionais, a gente tem este documento, depois começou um livro, o primeiro livro que ele lançou fomos privilegiados, ele nos entregou este livro. A chegada das universidades é um empurrão para as comunidades, as vezes as coisas estão acontecendo aí em volta das pessoas e as pessoas não enxergam. Ajudam as antenas da Rosalino na mobilização das comunidades, as pessoas entendem e outros não entendem, ou entendem, mas ficam sem acreditar. A chegada deste pesquisador cria um pouco mais de ânimo, de força de vontade de trabalhar junto com a gente (Jaime, veredeiro, 2017).

Procurei saber, então, sobre como se dá a interação com os parceiros de dentro das comunidades e com as organizações de fora.

A articulação nossa aqui dentro mesmo é através da associação, começou e conseguimos ter uma comissão dos veredeiros, dos povos veredeiros. Através desta comissão começamos a criar alguns parceiros, estes parceiros são a Cáritas Diocesana de Januária, a COPAE – Cooperativa de Pandeiros. Temos também aí o pessoal da Escola Família Agrícola de São Francisco, tivemos estes parceiros da (cooperativa) Sertão Veredas, de Chapada Gaúcha, a gente não se articulou melhor, entrosamos melhor a respeito com o pessoal da Chapada (município de Chapada Gaúcha) porque eles ficaram meio perdidos no começo da coisa. Depois em seguida eles viram que funciona, começaram a chegar juntos, mesmo assim tem muita coisa para conversar, a gente poder se associar. A frente era a Damiana, ela agora trabalha em outra articulação, através deste trabalho que ela fez com a gente, fez novas parcerias com o pessoal da Cidadania Ribeirinha (Projeto Cidadania Ribeirinha, da ALMG), aí a gente tem parceria através da Cáritas de Januária, a gente tem com o pessoal do SENAR Minas. A gente vem trabalhando com estes parceiros, trazendo uma boa educação no campo, o trabalho com agroecologia, com a Cáritas Regional de BH nos ensinou muito, deu alguns cursos de agroecologia, trabalho consorciado, trouxe expectativa para a gente fazer o resgate das sementes crioulas que a gente vinha perdendo. A ASA Minas trouxe um trabalho com as construções das barragens subterrâneas, as primeiras barragens subterrâneas no Norte de Minas foram na Barra do Tamboril, veio trabalhando com as cisternas de placa, cisterna calçadão. São os parceiros que a gente vem fazendo com o Movimento Veredeiros, que antes da chegada, com o pessoal da Cáritas e

²⁰⁶ Bruno Bastos, pesquisador da UFRJ que desenvolveu sua pesquisa de mestrado estudando as comunidades de veredas, intitulada “A FIRMA, O TERRITÓRIO - USO COMUM E MOBILIZAÇÃO NO SERTÃO DE MINAS GERAIS. OS POVOADOS DAS VEREDAS E DOS GERAIS DE JANUÁRIA (2014).

do Senar, eles estavam dormindo a respeito das comunidades tradicionais, depois a gente vem fazendo este trabalho e agora melhorou (Jaime, veredeiro, 2017).

Finalizei procurando saber dele o entendimento que tem sobre o nome caboclo e parentes que são utilizados nas reuniões da Articulação.

O que na minha cabeça, caboclo, é aquela maneira da pessoa falar, o jeito daquela pessoa ser, de ela falar, do jeito de ela ser, cabeça mais erguida, ou de fala mais lento, mais calma, o que ouvi falar é neste sentido assim. Caboclo é neste sentido, falar de voz firme e dos objetivos que você está querendo. Fala assim: eta caboclo retado, então neste sentido assim, de não ultrapassar coisas que não deve falar com muita ignorância, as vezes falar coisa, o caboclo abre o peito e fala o que tem que falar, em benefício para ele, mas também para as comunidades tradicionais. Este aí é caboclo arretado (Jaime, veredeiro 2017, grifos meus).

* * *

Um dia antes de retornar, o Jaime me levou até a beira do córrego que eles chamam de Brejinho. Nesse dia, não estava com o gravador, estava com a máquina fotográfica e resolvi fazer uma entrevista filmando, que depois fiz uma pequena edição e deixei lá com eles. A entrevista iniciou-se assim:

Jaime, que córrego é este?

Capoeirão, fica bem próximo do Brejinho, a gente tinha bastante água, hoje você vê que está seco, não tem mais água, chove bastante. Às vezes, diferentemente, ainda escorre uma aguinha, uns cinco meses com água, mas durante este período de sete a oito meses num tem água não, só seco.

O que fez acabar?

Aqui foi nas cabeceiras, o plantio do eucalipto. Na época veio a empresa Metalur, que hoje chama Rima. A mesma Metalur, só mudou o nome Rima, para fugir das multas, das guerras que eles fizeram contra o meio ambiente. Nós éramos riquíssimos, além das águas, tinha muito peixe, a gente pescava aqui, tinha muito peixe nestes córregos aqui, a gente costumava pescar aqui. Muitas abelhas nativas aqui, mel de urucu, mandassaia, tinha muito, detonou tudo, estas abelhas são mais difícil de estar convivendo no meio ambiente sem ter o local de moradia. E eles usavam o correntão, eram dois trator de um lado e de outro com o correntão, saia arrastando tudo, pé de pequizeiro, tudo, levava a oito.

Então, o sofrimento nosso hoje, a empresa foi embora com o dinheiro e aí nós ficamos aqui com os sofrimentos. O pessoal de primeiro ainda falava assim: “moço, esta empresa chegou aí, é tão legal, nós vamos ganhar dinheiro demais trabalhando lá”. Mas não tinha noção do que podia acontecer no decorrer do tempo, que hoje olha, nós estamos sofrendo com a falta de água, até os animais aqui sofrem, os bichos, soins, os pássaros. Agora não porque deu uma chuvadinha, mas antes de chover, as bichinhas caçavam água lá em casa, colocava uma gamela lá debaixo dos paus com água eles ia beber água. Mãe, na idade que minha mãe está, ela nunca deixou uma bacia seca para os animais beber. Coelho, era muito difícil

coelho, mas a gente via coelho na bacia lá de noite bebendo. Então é muito triste a gente viver numa situação desta que nós vivemos hoje de falta de água. Nem só para a gente, mas também para os animais. É muito doído a gente ver assim como era de primeiro e estar vivendo hoje no presente.

Mas a gente vai relevando a vida aí, pedindo a Deus para poder as coisas melhorarem, mas depende também da nossa ação, porque se nós ficarmos só pedindo a Deus e não fazer nada, continua ficando muito difícil, então a gente tem que fazer as coisas acontecer. E tem como, é só juntar parcerias com as outras entidades, as outras comunidades, a gente cair para dentro e começar a fazer um trabalho diferente. Porque a natureza agora está cobrando, está pedindo a gente, a destruição que fizeram na natureza aí tá cobrando. A gente tem que fazer como recuperar isto tudo aí.

Quando menino, a gente descia neste córrego aqui, fazia uns cochos, descia dentro com o cocho e ia longe. E voltava. Hoje, olha como que está a situação. Até o nosso rio Pardo (secando), que o pessoal fazia a canoa, o transporte do toucinho, dos porcos, muito ovo de galinha caipira, a gente levava tudo era transportado para Januária, você vê a distância que estamos de Januária, era transportado pelo nosso rio Pardo, fica aqui bem próximo, ele desaguava no São Francisco, o pessoal descia no São Francisco até chegar em Januária. Chegava lá fazia troca. A única coisa que eles vendiam, que pegava um pouco de dinheiro, eram as canoas. Fazia as canoas de tamboril, estas árvores aí, e aí levava pra lá, recomendava a canoa, tinha as gamelas de pau. Levava e vendia algumas coisas a dinheiro, no mais era à base de troca. Então o pessoal não visava muito dinheiro, visava aquela coisa de troca, falava: “cumpadre, o que você tem aí para nós trocar? Tem tal coisa para a gente trocar. Vamos trocar? Embora”!

Moço, uma pessoa matava uma vaca, comia nossa vaca um ano. Porque comia um ano esta vaca? Porque ele emprestava um pouquinho para um, emprestava um pouquinho para outro, tal mês vou matar a minha, no outro mês outro matava a dele, no outro mês o outro matava a dele, aí ele vinha pagando para aquele que matou por último, então ele comia esta vaca um ano. Que hoje não, a visão do povo mais é só dinheiro, dinheiro, dinheiro.

Era uma outra economia

Era uma outra economia, muito bacana. Era bacana e funcionava. Hoje com esta falta de chuva que está, com este sofrimento, com esta visualização de políticos que só visam dinheiro, complicou a nossa situação.

A chegada das empresas mudou até a nossa forma de alimentação. Mudou bastante a nossa forma de alimentação. Me lembro, mãe fazia cuscuz de manhã, com carne seca, com mandioca seca, mandioca, abóbora com leite de manhã, era uma coisa saudável, você comia aquela coisa forte e você aguentava até o meio dia. Hoje é bolacha, menino não quer comer uma mandioca cozida, não quer comer uma abóbora, sabendo que uma abóbora é riquíssima em proteína. E é saudável porque é um alimento produzido sem agrotóxico, porque hoje nós coitados, nós humanos viemos consumindo aí uma porção imensa de agrotóxicos por ano. Então isto é muito sofrimento para nós, chegou muita doença que não existia, como o câncer. Perdi um irmão, agora há pouco tempo, se tiver é cinco meses, logo em seguida com trinta dias eu perdi outro irmão com estas doenças aí. Meu irmão que morreu por último, ele era o mais velho, aí trabalhava na empresa da Metalur, ele trabalhava no trator pulverizando, mexendo com veneno, a partir deste momento que ele mexia com veneno, no decorrer do tempo ele e mais dois companheiros dele que trabalhava morreu com esta mesma doença.

Que movimento vocês criaram? Por que vocês criaram?

Nós chamamos primeiro de Movimento Geraizeiro porque fizemos uma retomada em uma área que a Plantar vinha ocupando há muito tempo, praticamente a Plantar juntou com outras empresas, a Metalur, e aí comprava um pouquinho de terra e ia grilando as outras áreas, acabou sendo posseira da área toda, retirando os coitados dos trabalhadores rurais do local.

Aí nós tivemos o apoio, com a bandeira do Movimento Geraizeiro, tivemos apoio, caímos para dentro da área, fizemos a retomada. Depois que fizemos a retomada nós conversamos com o pessoal geraizeiro que nós éramos veredeiros porque nós somos veredeiros porque a gente vive nas margens das veredas. A gente utiliza muito os frutos do cerrado, das veredas, que é o buriti, a pimenta de macaco. Mas além das veredas, na chapada, a cagaita, o panã, o pequi, o coquinho azedo, em algum lugar tem, aí a gente reafirmamos a nossa identidade como veredeiro. Esta é a maneira de convivência dos povos veredeiros.

Quais as lutas?

Hoje as nossas lutas que viemos fazendo, temos algumas parcerias. Então nestas ações que a gente vem fazendo, nestas articulações, os encontros de intercâmbios ajudou muito. Assim, o trabalho com agroecologia, tivemos cursos com algumas cooperativas, de fazer um trabalho de agroecologia, procurando uma maneira de recuperar as nossas nascentes. Porque a gente acredita bastante que nós para recuperarmos as nossas nascentes temos que lutar pelo território, porque se nós conseguimos lutar pelo território, nós, com certeza, a gente vai conseguir recuperar as nascentes. Se nós não formos dono do território nós não conseguiremos recuperar as nascentes, porque as bacias de onde vai ficar a água vai ser, praticamente, não vai ser nas veredas, as bacias que vão recuperar as nossas nascentes é lá na chapada, é lá na chapada. Então, se nós procuramos ficar fazendo um trabalho só nas nascentes, fica difícil de recuperar as nascentes, porque as bacias d'água ficam na chapada. Então nós temos que ser dono do território para preservar a chapada e recuperar e proteger as nossas nascentes. Aí eu acredito que vai funcionar legal. Aí nas próximas reuniões que a gente vai fazer, vamos focar com o nosso companheiro de luta, uma maneira da gente recuperar as nossas terras, para que a gente em cima disso aí, a gente recuperar também as nossas veredas, as nossas nascentes e cuidar mais de nosso território

Esta é a maneira que a gente viu. E conseguimos algumas parcerias porque nós procuramos fazer esta mudança de melhoria, não só para nós humanos assim como para os animais. Nós tivemos muita perda na fauna, na flora, com a chegada destas empresas, detonou meio mundo. Naquele tempo nós não tínhamos experiência, ninguém não sabia o que podia acontecer hoje, este sofrimento com a falta de água e os nossos frutos do cerrado e as abelhas nativas que tinham muito. Acabou matando muito, muitas abelhas nativas, algumas caças que a gente tinha, naquele tempo não tem mais hoje porque as que não morreram tiveram que fugir para outro local, procurar alimento e abrigo para sobrevivência. Até os frutos dos cerrados hoje diminuíram bastante, com a falta de chuva, os usos da queimada que vinham e vem nos atrapalhando bastante o nosso trabalho no contexto da agroecologia. Nós estamos conseguindo através de placa, através de recado, de mensagens, através de alguns grupos com o zap, estamos usando estas redes de comunicação, comunicando sobre o nosso sofrimento e como fazer para amenizar o nosso sofrimento. A maneira de recuperar tudo isto aí que a gente vem falando porque, no fundo, se está difícil para nós, estas crianças que estão nascendo daqui para frente, como vai ser o futuro destas crianças? Como vai ser, será que vai conseguir sobreviver sem água em um lugar desses? Aí está difícil, a gente tem que procurar uma maneira que estar recuperando, então vai ser difícil para as crianças.



FIGURA 45 - Placas que estão sendo confeccionadas pelos vereadores com o apoio da Escola Estadual.
Fonte: Dayrell, 2018.

Que ações estão fazendo para o governo e a sociedade saber de suas demandas?

Neste sentido aí, nós vereadores pegamos uma carona com os indígenas, com os quilombolas, veio o pessoal do movimento geraizeiro, veio os vazanteiros, aí chegou o momento dos vereadores. Através de uma reunião que tivemos no Solar²⁰⁷, nós articulamos, fizemos uma comissão, e o nome desta comissão chama a Articulação Rosalino. Através desta Articulação Rosalino, nós conseguimos juntos com os órgãos do governo, conseguimos a Comissão Estadual de Povos e Comunidades Tradicionais. Estamos também nesta luta através da comissão de povos e comunidades tradicionais que criou o Conselho Nacional e Povos e Comunidades Tradicionais que tem 28 seguimentos que está neste Conselho. Na Comissão (estadual) de Povos e Comunidades está tendo 18 segmentos. A gente vê que alguns governos estão preocupados, nem todos, alguns estão preocupados com este clima de hoje, alguns deputados se manifestaram a nos apoiar neste sentido, tem outros que não preocupam com a nação, não preocupam com os humanos, não preocupam com o sofrimento dos animais.

Agora, tivemos o nosso primeiro encontro de vereadores aqui na nossa região, foi muito importante, reafirmamos a nossa identidade como vereadores, muitas pessoas às vezes ouvia falar, mas não entendia direito como que era, como funcionava, nós fomos explicar. Através disso aí a gente cria um ânimo, uma coisa mais alegre, mais segura do que a gente está querendo, dos objetivos que estamos querendo. Então a gente vê o sofrimento no olhar das pessoas, a gente vê a tristeza, a angústia no olhar daquelas crianças, assim pensando no que poderia acontecer com aquelas crianças, no dia a dia que vem acontecendo o que está acontecendo hoje.

A gente tem uma parceria muito boa com as escolas, para falar a respeito deste trabalho que a gente vem falando, para conseguir focar os jovens neste trabalho junto com a gente. Vai chegar o momento que a gente não vai aguentar, a gente vai preparar eles para dar seguimento.

É neste sentido que a gente vem trabalhando, que a gente vem procurando uma forma das pessoas de reconhecerem o nosso trabalho. E vir junto com a gente, buscando parcerias para chegar o mais rápido possível neste objetivo, não vai ser fácil recuperar tudo isso. Para destruir é fácil, para recuperar vai ser difícil, por isso a gente precisa buscar estas parcerias, nem só com as comunidades tradicionais, mas sim com os assessores do governo. A gente vem conversando bastante a respeito das políticas públicas, porque a gente quer viver assim, um pouco independente, porque a gente não quer ser mandado por ninguém, a gente quer ter o próprio trabalho, a gente quer ter a parceria com o companheiro, a gente não quer também mandar em ninguém. Mas a gente quer ser assim, uma pessoa mais livre, no caso do sistema de Povos e Comunidades Tradicionais, a gente quer trabalhar com parceria, mas neste sentido de não ser empregado de ninguém, a gente ter os nossos próprios negócios que são os nossos haveres de nossos antepassados, de nossos avós, de nossos

²⁰⁷ Ele fez referência a uma reunião da Articulação Rosalino que aconteceu no Solar dos Sertões.

bisavós. Nós vivíamos das roças de cana, de nossas roças de mandioca, produzia muito rapadura, fazia cachaça vendia, naquele tempo não funcionava muita coisa de dinheiro, era na base da troca. Era assim, moço vou matar um porco hoje, aí é o seguinte você fica com uma banda ou um quarto, fica aí nós trocamos na farinha, vão pegar uma fava e vamos trocar. Até no comércio que existia era o negócio de trocar mamona no arroz, na farinha, trocava com o feijão, era neste sentido assim. Então não tinha esta coisa de mandar não, não tinha este negócio de patrão não, a gente quer, os vereadores, querem trabalhar assim, como antigamente.

O que está difícil para nós hoje é falta de chuva e falta também do interesse do político, são pessoas que só pensam no haver deles, eles não pensam no que as pessoas estão necessitando, só pensam nos coitados dos humanos no tempo de eleição, que vem pedir o seu voto, promete uma série de coisas. E os coitados, muitas pessoas acreditam, e as pessoas já tão muito indignadas com tudo isso com o que vem acontecendo no nosso país todo. Não é só no Norte de Minas não, é no nosso país todo que vem acontecendo esta falcatura toda, uma malandragem temerosa. Então, as pessoas vão vivendo no decorrer tempo, as pessoas vão sentindo que as coisas por um lado melhorou, por outro lado só fez foi atrapalhar bastante, piorou e não está nada bem. Mas estamos lutando, tem uma luta grande pela frente e pela graça de Deus nós vamos procurar vencer.

Atento aos objetivos das comunidades, os vereadores, emergem pela fala de Jaime, reclamando a liberdade, o reconhecimento das complexas interações ecossistêmicas que os colocam como interdependentes das veredas, identidade assentada na tradicionalidade e na ação política, que se torna fortalecida a partir das interações construídas no âmbito da Articulação Rosalino. Buscam de forma atualizada superar o fosso dos prejuízos alocados pelas empresas que ainda mantêm seus poderes sobre os territórios em que vivem.

Vazanteiros

No mês de janeiro de 2018, retornei às margens do rio São Francisco, agora para fazer contato com o Cícero, uma das *antenas* que eu iria acompanhar. Iríamos no dia seguinte para Matias Cardoso para participar de uma oficina de gestão de territórios vazanteiros e de um intercâmbio de lideranças ribeirinhas que viriam de Santarém, estado do Pará. Evento que estava sendo realizado pelos Vazanteiros em Movimento com o apoio do NIISA - Unimontes.

No dia seguinte, saímos cedo, pegamos a estrada que levava até o porto da balsa que atravessa o rio em direção ao Projeto Jaíba. A gente foi no carro conversando. Perguntei para o Cícero como eles criaram o movimento dos vazanteiros. Ele respondeu que:

quando surgiu a articulação vazanteiros em movimento eu já fazia parte da Associação de Vazanteiros de Itacarambi, só que no caso, nessa época quem era o presidente era Josué, que foi que tinha na época esse cargo na diretoria. Foi onde que ele participou das primeiras reuniões que começou na Ilha da Ingazeira, dali saiu o grupo de trabalho que foi formando a Articulação Vazanteiros em Movimento. A primeira visita de intercâmbio que fizeram

com outros grupos foram até a Bahia²⁰⁸ para ter informação, para poder articular, para formar esse sistema que se chama hoje Articulação Vazanteiros em Movimento. E também porque já existia essas demandas, esses conflitos com os fazendeiros e com o Estado também. Já estava tendo uma demanda e a gente sabia que teria que ter uma maneira para se articular para o enfrentamento com os demais, com o Estado, com os fazendeiros, e tudo mais, e até com o próprio clima mesmo que iria vir para os vazanteiros. Porque quando surgiu esse projeto Jaíba e junto vieram outros fazendeiros para a região, a gente já previa que teríamos esses problemas, essa crise de água, porque a tendência é só acabar, é só diminuir as águas. Essa articulação ela não foi só de município, foi uma articulação que foi criada em vários municípios. Eu só sei que ela começou na divisa de Minas com Bahia, na Ilha da Ingazeira, e nesse meio, a gente tem um movimento que vai até perto de Maria da Cruz. Devido a muitos acontecimentos, em questão de território, espaço também para a gente poder crescer buscando outras articulações, a gente estava até um pouco parado, mas aí no finalzinho do ano agora nós retornamos novamente. Fizemos um encontro dos vazanteiros na comunidade de Lapinha, no Quilombo da Lapinha a gente fez no final do ano agora de 2017, fizemos o sétimo encontro da articulação Vazanteiros em Movimento (Cícero, vazanteiro, 2018).

Eu pedi para ele explicar como vinha acontecendo essas articulações com outros grupos. Ele explicou.

Isso acontece nos encontros, é igual esse seminário que nós fizemos (VII Encontro dos Vazanteiros em Movimento), outros grupos, outras pessoas participam desses encontros como agora. Nós tivemos vários, nós tivemos os Xakriabás, tivemos os Apanhadores de Flores e Quilombolas que estão nessas reuniões. Para o grupo participar e se organizar onde eles convivem lá nos territórios deles, buscar saber o que tem que fazer para buscar conhecimento e defender o território. E bater mesmo de frente com aquelas pessoas que se consideram, não inimigos, mas que estão prejudicando o movimento das comunidades tradicionais (Cícero, vazanteiro, 2018).

Aproveitei a oportunidade e perguntei sobre a Articulação Rosalino.

A Articulação Rosalino foi criada por problemas de conflito. Tem sete povos que fazem parte dessa Articulação Rosalino aqui no Norte de Minas e em toda essa região. Eu sei que a gente tem uma coisa diferenciada. Hoje a gente tem sete povos que são os vazanteiros, os povos Xakriabás, tem os apanhadores de flor, geraizeiros, caatingueiros, os quilombolas, os veredeiros. É então uma articulação bem alicerçada, é uma articulação com peso, muito peso, que eu até acho que a criação da Comissão Estadual de Povos e Comunidades Tradicionais, foi como forçado pelo tamanho dessa articulação, que alguém falou, não a gente tem que fazer alguma coisa porque senão a gente vai ficando só para trás direto. Aí a gente criou essa comissão, é tanto que na comissão, na Comissão Estadual de Povos e Comunidades Tradicionais, a gente tem sete povos desses dezessete (que fazem parte). A gente hoje, aqui na cidade, a gente faz parte do CMDRS representando os vazanteiros, e tem também o CODEMA, que também teve que ir para a votação do CODEMA para poder garantir lá o representante também. A gente representa hoje os vazanteiros em nível municipal, regional pela Articulação Vazanteiros em Movimento, a gente está na Articulação Rosalino também representando os vazanteiros, os sete povos, e na Estadual a

²⁰⁸ Mais na frente ele vai precisar, que teve início na Ilha da Ingazeira, que, de fato, fica na divisa de Minas com a Bahia. Lá onde Zilah fez a Romaria, lá onde Claudia Luz fez a pesquisa sobre os vazanteiros.

gente está representando os vazanteiros em nível de estado, e na Nacional a gente está representando os vazanteiros em nível nacional,

E com esse movimento nosso a gente já tem dado muita dor de cabeça a esse governo aí afora, mesmo a gente tendo dificuldades, mas tem dado dor de cabeça, tem preocupado eles, embora que a gente queira ajudar. Todo esse povo só procura ajudar, só que o governo pensa diferente (Cícero, vazanteiro, 2018).

Perguntei para o Cícero os assuntos que eles discutem na Articulação Rosalino.

Quando a gente senta com a Rosalino, discute muito esse sistema de se organizar, principalmente como a gente se defender nessa situação de território, saber como fazer (com) os conflitos, se organizar para o enfrentamento e, quando acontecer, se precisar, fazer uma ida quando algum companheiro estiver precisando. Algum desses grupos, um desses setes povos estiver em conflito ou em situação difícil, a gente agrupar o grupo e fazer uma cobertura, fazer uma ajuda mesmo de ir para ajudar, até passar aquele tempo lá e resolver alguma (questão).

Essa tem sido uma das estratégias da Articulação Rosalino. Quando precisam fazer algum enfrentamento mais duro, organizam para que outros povos estejam no dia, como aconteceu recentemente com os Tuxá, com os Apanhadores de Flores.

Como a gente tem também muitos parceiros que reúne com a gente para poder ver essas situações, (nos ajudar nos) problemas com as demandas. Nós temos um dos parceiros nosso que é o CAA, nós temos, não digo a Unimontes, mas alguém dentro da Unimontes que também são os parceiros, muitos parceiros. Na UFMG também temos parceiros, e temos o Ministério Público. Temos também algumas pessoas que simpatizam pelo movimento, tem o CIMI, a Pastoral da Terra também é uma das que praticamente dá cobertura em tudo, não só para nós, mas também para outros movimentos também, e estamos buscando mais parceiros (Cícero, vazanteiro, 2018).

Comentei com ele que sempre escutei uma conversa sobre caboclo nas reuniões da Articulação Rosalino.

Caboclo? Ele é uma mistura de índio com o branco, na verdade o índio ele é puro, é uma raça pura, caboclo é uma raça determinada do índio com outras raças, inclusive a minha avó é índia, e eu tenho ascendência, mas ascendência de caboclo. A minha avó ela veio dos Xakriabá, por volta dali de mais ou menos da Prata, daquela região de Missões, muitos anos atrás e onde já teve vários conflitos de terra.

O índio, a gente acha que eles são mais caboclos, mas na verdade todos nós somos caboclos, nós que somos roceiros, que trabalhamos na roça, esse é caboclo, todos nós que trabalhamos em agricultura, que estamos na roça somos esses caboclos. Caboclo que tem pouca escolaridade, que a vida toda trabalhou, mas é um caboclo que não tem leitura, que não tem escrita, mas que tem talvez, eu não sei, mas eu acho que tem mais, o conhecimento, em algumas partes ele vale muito mais que a leitura. Principalmente para ele, para o próprio caboclo, ele é uma pessoa que aprendeu a viver naquele mundo com aquele sistema dele lá, ele não tinha relógio e sabia a hora. Eu lembro quando a gente trabalhava na roça, ainda menino, a gente não tinha relógio, você olhava a hora, você tinha uma referência, você

ficava em pé e olhava a sombra sua onde que estava, ali que era aquela hora. Aí o sistema vem de uma maneira ou de outra desarrumando esse caboclo, mas é igual o vazanteiro, deu trabalho, muito trabalho para as pessoas se assumir como vazanteiro. Ainda existem muitas pessoas que ainda não quer se assumir como vazanteiros.

A mesma coisa aconteceu com todas as comunidades tradicionais, quem mais deu trabalho para se assumir como tal foram os quilombolas, principalmente na região nossa. Ainda tem um pouco de resistência, mas tem muita gente se assumindo e buscando seu conhecimento, buscando o seu direito, e lutando pelo seu direito. Depois desses movimentos, a articulação que existiu nas comunidades, as pessoas estão se compreendendo em troca de experiências, e estão se assumindo como tal. Isso é muito bom para nós que estamos no movimento, ver essas pessoas se autodeclararem como índio, como vazanteiro, como geraizeiro. Então tinha essas coisas aqui também, se você chamar o cara de vazanteiro, acontecia e ainda acontece porque existem algumas pessoas também que tentam desviar aquela pessoa daquele rumo que era o certo para eles. É uma situação que o tempo, o movimento e a persistência da gente, das pessoas que estão a frente desses grupos que estão como povos (Cícero, vazanteiro, 2018).

Perguntei, então, para o Cícero os sentidos que tem, ou que tinha, outras denominações além de vazanteiros.

Antes de ser vazanteiro, o que a gente mesmo se chamava era de barranqueiro ou ilheiro, era esses tipos de coisa, porque a gente não tinha ainda o que era esse tipo de sistema de agricultura familiar. Depois que a gente se autodeclarou vazanteiro. Nós somos todos caboclos, nós somos do campo, nós somos camponeses, que são as pessoas que trabalham no campo. Lavrador também antigamente, a gente tinha algumas pessoas que chamavam a gente de lavrador que a gente não era nem trabalhador rural, se chamava lavrador, nós lavramos a terra.

Aqui ninguém praticamente tinha conhecimento, quais as leis, quais os direitos, então o pessoal que tinha grandes propriedades ia comprando as pequenas, aí os vazanteiros, os ribeirinhos, iam ficando encurralados. O que acontecia? Como os vazanteiros, os ribeirinhos, e essas populações pequenas, não tinham a capacidade que o fazendeiro ali tinha, eles pegavam e iam vendendo suas áreas. E foi aí que eles iam expandindo e crescendo. Com o passar do tempo, com as tecnologias e as informações que iam chegando no dia a dia, é que as pessoas foram descobrindo os direitos que tem, é aonde que está acontecendo esses movimentos, essas articulações. A gente entregava de bandeja, entregava na mão o que era da gente, na verdade o que é da gente. Então hoje em dia as movimentações estão para isso, a gente rever o que era da gente, o que era de direito da gente, que é a terra.

E sobre a lei. Não é que a gente é contra a lei, mas a gente fica com medo da lei, a lei não ameaça a gente, a gente se ameaça por si próprio, porque existe a lei e existe maneiras de você se defender dela também. A gente não é contra a lei, mas existem coisas que a gente não concorda com a lei. Uma das coisas que a gente está falando aí, é uma das coisas que eu não concordo, a Constituição foi feita, com muito trabalho, com muito esforço para construir. A Constituição hoje está toda destruída, está toda furada, de tanta emenda, está igual uma rede usada, de tanto usar está toda remendada, então a gente vai concordar com isso? A gente não vai concordar com isso que está acontecendo com a lei e com outras coisas que a gente tem ela como referência. Mas com outras coisas, principalmente com as comunidades, as pessoas mais carentes, o descaso que faz com as pessoas sabendo que as pessoas têm o direito, não dá para aquela pessoa o que é daquela pessoa (Cícero, vazanteiro, 2018).

Passávamos pelo Projeto Jaíba quando Cícero comentou:

A maioria dos colonos que iniciaram já foram embora, os empresários foram tomando conta, hoje, se tem, eles são trabalhadores rurais empregados ou boia frias dos mesmos. Só a própria energia que era cobrada, que a CODEVASF cobrava na época, custava assim do colono, um terço do salário, praticamente duzentos e cinquenta a trezentos reais. Ficava muito pesado, e ele não poderia trabalhar cinco hectares completo (Cícero, vazanteiro, 2018).

Depois de percorrermos por cerca de 30 km dentro do projeto, antes de sair, o Cícero comentou, com uma certa revolta com o que acontecia no Jaíba.

As pessoas, a maioria das pessoas, que são os empresários, que compram lotes barato dos coitados que não aguentam, que não conseguem sobreviver no sistema, muitos deles são de fora, moram tudo fora, para Jaíba, Janaúba, Montes Claros e muitos outros lugares. Eles pegam um coitado e não sei se paga um salário correto para cuidar do lote. A gente passa aqui dentro do projeto, a maioria das áreas e aqueles pés de frutas verdes, tudo bonito, água correndo para todo lado, e a maioria desse povo não sabe nem de onde vem essa água. Muitos nunca vieram na beira do rio para ver de onde vem essa água e o sofrimento que esse rio passa. Como eles não tem esse conhecimento, eles devoram e acabam com a água, eles acham que nunca vai acabar essa água, que não vai diminuir. Para muitas pessoas que não conhece esse rio, que não tem convivência, eles acham que é uma coisa que vai ser infinita, que nunca vai acabar, e não é, é bem diferente. A gente que conhece o rio, igual eu que tenho mais de cinquenta anos, que tenho convívio com ele aqui mesmo em Itacarambi, quando estou morando nas margens, para mim ele já tampou mais de cinquenta por cento dele. As terras que eu conheci que era tudo rio, igual essa ilha da Maria Preta, eu conheci lá o rio todo dessa ilha, hoje é uma ilha que é o rio, porque o rio, o braço do rio que separava ela da APA Sabonetal, ele já não existe mais.

Então é muito triste você ver esse cenário, esse tipo de coisa. As pessoas não têm conhecimento do quê que está acontecendo, então se ele não tem conhecimento, ele não tem sentimento, ele não sente, não sente que isso vai acabar, porque está acabando. Nós não sabemos quando, mas sabemos que vai acabar. Eu não gosto muito de dizer isso aí, mas isso acaba acontecendo. A destruição está muito grande, o consumismo consome mesmo, hoje as pessoas não querem ser donas só de um carro, querem ter dois, querem ter três, quando não tem dez, eles vão lá e compram um que vale por uns dez, e aí vai, vai sempre. O consumismo vai acabar com essas coisas, principalmente a natureza, além do rio, as matas e outras e outras (Cícero, vazanteiro, 2018, grifos meus).

Cícero expressa, enquanto vazanteiro, um profundo conhecimento das dinâmicas e das tensões que conformam o território onde vive interligado pelas águas. Expressa a consciência do direito que surge quando passam a se articular enquanto vazanteiros e a força crescente ao interagirem com as outras identidades da Articulação Rosalino. Fazem a cobertura quando um grupo se encontra em dificuldades. E não o fazem sozinhos, interagem com outras organizações e gentes da sociedade.

As águas que correm e alimentam o modo de vida dos vazanteiros encontram-se sob risco e, como vazanteiro, sob o direito que ele descobriu possuir a partir da identidade assumida, no enfrentamento ao avanço dos fazendeiros e do Estado, aponta a origem da destruição que

coloca todos sob risco: o consumismo sem fim de uma sociedade que perdeu as referências de suas conexões com a natureza.

Apanhadores de Flores

Durante a estadia junto à CODECEX e às Comunidades de Apanhadores de Flores Sempre-Vivas, entrevistei a Eliad, da Comunidade Quilombola de Raiz que fica em Presidente Kubstschek, e também a Tatinha, da Comunidade de Macacos, município de Diamantina.

Vivem na comunidade de Raiz vinte e seis famílias que vivem das plantações de roça de toco, da criação de animais, da coleta de flores sempre-vivas e do artesanato de uma das espécies coletadas – o capim dourado ou sedinha, como eles denominam. O processo de reconhecimento de Raiz como um quilombo, pela Fundação Cultural Palmares, teve início em 2014, após a participação de jovens da comunidade no III Colóquio Internacional de Povos e Comunidades Tradicionais em Montes Claros²⁰⁹. A partir daquele momento, e pela interação que passaram a ter com a CODECEX, é que a comunidade começou a ter um vislumbre de superar o processo de violenta subordinação que viviam sob o jugo de fazendeiros até então.

Comunidade de Raiz: anciões, jovens e crianças como protagonistas da luta pela liberdade

A primeira vez que encontrei com Eliad foi no Colóquio Internacional de Povos e Comunidades Tradicionais que aconteceu na Unimontes, em abril de 2014, quando ela e sua irmã participavam dos GTs e das plenárias do evento. Até este momento, ela ainda não participava da CODECEX. Pouco tempo depois, já pela CODECEX, ela foi indicada para participar da IV Conferência Geraizeira, que aconteceu na comunidade de Cutica, município de Fruta de Leite. Ela diz como foi sua entrada no movimento das comunidades tradicionais.

Eu nasci em 1989, sou a penúltima filha de meus pais que tiveram onze filhos. Nasci em um ranchinho que fica ao lado do terreno onde moramos hoje. Eu lembro bem da minha infância, do tempo que a gente estudava de manhã e aí tinha a tarde toda para brincar. Mas, quando comecei a estudar na escola estadual lá em Presidente Kubitschek, o turno era na parte da tarde e o ônibus saía daqui na parte da manhã, às nove e meia. Antes de irmos para a escola, a gente levantava cedo e ia para o campo²¹⁰ que era ali do outro lado onde tem eucalipto hoje. A gente ia para o campo e apanhava flor, levava a flor e vendia para um tio meu que comprava para revender, ele comprava na mão de todo mundo. Era com este

²⁰⁹ III Colóquio Internacional de Povos e Comunidades Tradicionais realizado pelo PPGDS Unimontes, NIISA e Articulação Rosalino de Povos e Comunidades Tradicionais.

²¹⁰ Refere-se à área de coleta de flores, na maioria das vezes, de uso comunal, designada como campo ou campina.

dinheiro que a gente comprava o lanche na escola. Todo dia a gente fazia isso, era aquela festa comprar uma caixa de bombom, comprava comida, um monte de coisa. A gente almoçava antes de nove e meia da manhã, mas quando chegava lá na cidade já estávamos com fome, então não tinha jeito, tinha que comprar alguma coisa para comer pois o lanche da escola só era servido às três horas da tarde. A nossa aula terminava às cinco horas da tarde, e nós chegávamos em casa às sete horas da noite. Nós ficávamos dez horas fora de casa.

Eu sempre fui muito curiosa e eu sempre ficava me perguntando por que isso, porque aquilo, sempre muito curiosa. Desde cedo eu comecei a participar de organização da igreja que é muito forte na comunidade. Eu gostava sempre desse trabalho em grupo de resolver as coisas juntos, de ouvir opiniões das pessoas e tentar chegar a uma conclusão. Aqui na comunidade tinham os representantes que começaram a participar dos movimentos sociais, só que eles não dividiam muito o que ocorria lá fora, ou então as pessoas daqui não compreendiam direito e aí eu ficava pensando comigo, esse povo viaja para que?

Por volta do ano de dois mil e quatorze (2014) ia ter o colóquio em Montes Claros²¹¹ e a liderança da comunidade não pode participar, aí eu fui. Foi bem engraçado porque como a comunidade é muito conservadora a gente não viajava sozinho, meus pais nunca deixaram, você não vai viajar sozinha, menina não faz isso, menina não viaja sozinha. Mas a gente conversou e acabei indo. Fui eu, a Francine (irmã) e a Aparecida. Quando chegou lá eu eu vi alguns quilombolas dando depoimento, os indígenas falando, eu lembro muito bem do depoimento de seu Brulino, quando ele falava que esse povo não tem vez, que tem de se organizar e lutar e que se não fizesse isso que o governo não estava nem aí. Foi onde eu vi que a gente ficava com essa luta, e a organização que eu vi ali eram portas que iam se abrir e que a gente precisava delas, porque lutar um grupo isolado, sozinho. é muito difícil.

Nessa época eu não participava da CODECEX. Quando a gente estava voltando, a gente saiu mais cedo do Colóquio, a Fernanda²¹² falou assim, olha vai ter uma reunião da CODECEX, é importante a juventude participar, vocês estão chegando agora. Aí nós viemos para a reunião em Diamantina A partir desse dia eu comecei a entender mais da CODECEX e comecei a ir sempre para as reuniões com a Francine. As lideranças que até então participavam da CODECEX, elas repassavam alguma coisa, por exemplo, gente, este eucalipto está errado, mas não era uma coisa concreta. .

Depois dessa reunião já ficou marcado uma próxima reunião da CODECEX. Foi quando eu vi que a gente precisava de um apoio de uma organização. Quando a gente chegou aqui em Raiz, contamos o que tinha acontecido, contei tudo com detalhes e eu lembro da Francine falando, nossa isso é muito difícil, lá em Raiz eles não vão aceitar. Antes de termos a reunião com a associação a gente conversou entre nós. Porque uma coisa que é bem clara aqui é a religião, defende muito a honestidade, as coisas todas certinhas. E a gente daqui não tinha aquela visão: o quilombo e o território, como é que é que se pode ter o território de volta? Nós discutimos muito isso. A Francine falou assim, a gente tem que entender isso primeiro, como que é. A primeira reunião que a gente fez foi bem formal, a gente levou o convite pegava assinatura de quem recebeu o convite.

Na primeira reunião, ficou assim, tem que ver, se não for atrapalhar na igreja e se for (para o) bem da comunidade, temos que ver. E eles acolheram, não precisou de muitas reuniões, a gente fez um documento, após duas ou três reuniões o pessoal todo decidiu assinar. Teve algumas resistências, a gente foi na casa, conversou com a pessoa, mostrou o que poderia ter de bom nisso, a gente falou assim, se der uma coisa boa é para todo mundo, e se der errado vai dar errado para todo mundo. Nós pedimos apoio da Fernanda, ela veio à tarde e conversou com todo mundo. Ela explicou tudo direitinho, sobre o processo de território como seria, as pessoas que tinham dúvidas ficaram mais esclarecidas.

A partir desse dia a gente organizou a inscrição da comunidade na Fundação Cultural Palmares, tipo um relatório, a caracterização da comunidade, e enviamos. A gente ligava

²¹¹ III Colóquio Internacional de Povos e Comunidades Tradicionais promovido pelo PPGDS/UNIMONTES e Articulação Rosalino de Povos e Comunidades Tradicionais.

²¹² Geógrafa, assessora da CODECEX e pesquisadora sobre as comunidades de apanhadoras de flores.

coabrando, eles diziam que não tinham como visitar, e sem visitar não davam o certificado. Um dia a Andrea²¹³ e o Vanderli²¹⁴, que é um menino que trabalha hoje no governo, ele é de um quilombo, ele falou que estavam indo fazer uma viagem e que poderiam passar aqui. A Andréia confirmou e ficou de convocar todo mundo. E o Vanderli veio junto com três representantes, um da Palmares e outro da CONAQ²¹⁵. Eles vieram e conversaram com todos para que entendessem o que era o certificado (da Fundação Cultural Palmares).

Nós corremos atrás disso porque a gente estava sem o território, na verdade porque o território da gente está na mão de fazendeiro, com o eucalipto entrando no quintal do pessoal sem que ninguém pudesse fazer nada. E, do outro lado, tem um juiz que se diz o todo poderoso e, infelizmente, o status dele faz a sociedade se sentir menos. A gente estava de mãos atadas, vendo ele investindo, tentando comprar (terreno) da comunidade e, é claro que as pessoas iam vender por que elas estavam necessitadas. A gente via que tinha que fazer alguma coisa, só não sabia o que fazer. Só quando veio essa luz da regularização do território do quilombo, nós dizemos, vamos apostar nisso. Hoje eu já vejo de uma forma bem diferenciada, o simples fato da formação que a gente tem da CODECEX como um todo, do CAA, da Articulação Rosalino e em todos os movimentos que a gente participa e tem experiência. Eu vejo que a base fundamental, além do território, é a formação pessoal e a formação de base. Hoje eu já não sinto mais incapaz de falar com o juiz, olha esse direito é meu, você é um cidadão comum aqui, e eu sou quilombola, sou apanhadora de flor, você deve me respeitar em qualquer espaço. Hoje a gente tem essa autonomia que é o que a gente não tinha nem aqui, nem na escola, nem em lugar nenhum.

Esta mudança aconteceu em diversos espaços, mudou muita coisa. A gente sofre racismo na escola, não só racismo (pela cor), mas também por causa da religião. Era uma coisa terrível e hoje é bem diferente, quando eu vejo o que a Kelinha, uma criança de dez anos daqui da comunidade, o que ela fez na escola com a professora, sem nenhuma de nós lá, é um exemplo das mudanças. Nas reuniões que a gente vai, quando chegamos repassamos para a nossa gente tudo que discutimos ou vimos, eu fiz isso lá na Terra Indígena Xakriabá, a gente discutiu isso e aquilo. Quando a professora foi ensinar que o Brasil foi descoberto por Pedro Álvares Cabral em tal dia, então ela (a Kelinha) levantou a mão e falou, não tia está errado, o Brasil foi invadido porque aqui moravam os índios. A professora respondeu para ela, isso é verdade Kelinha, mas eu não posso ensinar desse jeito. E, por incrível que pareça, na prova caiu essa pergunta, e ela colocou lá: quem descobriu o Brasil, Pedro Álvares Cabral. Mas, embaixo ela colocou entre parênteses, observe o Brasil foi invadido por Pedro Álvares Cabral!

Então, quando eu vi isso, é muito gratificante para a gente porque os meninos da idade dela não são mais iguais a gente era, que aceitava qualquer ordem. Também me chamou muita atenção, é claro, eu não pude parabenizar eles porque iria dar asa, mas a gente, a comunidade inteira nunca rezou, a gente ora, faz oração. Mas nas escolas tem aquela mania de fazer a reza do Pai Nosso, da Ave Maria e, claro, nada contra desde que as outras crianças que não têm esse costume não sejam obrigadas a fazerem isso. Um dia os meninos daqui todos da idade dela para baixo, organizaram e falaram assim, a gente não reza, a gente ora, e ora antes de sair de casa.

Só que a diretora bateu de frente, vocês vão rezar sim, senão vão ficar de castigo. O Mateus, aquele pequenininho ali, falou assim: se a gente ajoelha aqui para orar vocês vão orar juntos? Eles fizeram uma rebelião mesmo, nós não vamos, nisso como ela começou a discutir com todos, eles juntaram e começaram a cantar “pisa ligeiro, pisa ligeiro, quem não pode com a formiga não assanha o formigueiro”. Porque aqui, a gente faz roda e canta nas reuniões, no galpão a gente junta e canta. Aí eles cantaram a música que nós aprendemos lá no Xakriabá, tudo menino pequeno assim.

Então a diretora escreveu um bilhete para a mãe falando que a Kelinha era a líder, que estava instruindo os meninos a enfrentarem ela. A minha irmã foi lá na escola e falou sobre

²¹³ Jovem liderança da comunidade de Raiz.

²¹⁴ Jovem liderança da Federação Quilombola de Minas Gerais - N’Golo.

²¹⁵ Confederação Nacional de Comunidades Quilombolas.

obrigar os meninos a rezar, essa conversa não vai ser só comigo, vai ser com todas as mães da comunidade, por que isso realmente não é certo e a gente quer uma reunião com todo mundo e essa reunião ela não marcou. Ela perguntou se a menina estava desrespeitando, mas era incluído isso aí. Então quando a gente vê uma coisa dessa é justamente a formação que a gente precisava.

Eu já sinto que tem uns dez anos que eu estou na luta e só tem quatro anos. E muita coisa mudou, outro exemplo, um dia na escola, nesta questão do quilombo, falaram com o Saulo, o filho de Andrea que tem menos de dez anos, falaram com ele que ele era branco, e ele falou assim, minha pele pode ser dessa cor, mas meu sangue é negro. A gente vê como que eles prestam atenção, como que eles estão ligados, essas formações são importantes, muito boas. Se nada acontecer isso já é um ganho muito grande, a liberdade de falar que eu sou fulano moro, na roça, gosto disso, com toda autonomia, independente de quem está ouvindo, ou de quem está do outro lado. A soberania de falar isso já é um ganho muito grande! (Eliad, apanhadora de flores, 2018).

A participação e contribuição da Articulação Rosalino

Indaguei Eliad sobre a participação dela na Articulação Rosalino. Ela disse que depois do Colóquio Internacional continuou participando da CODECEX. E na CODECEX a indicaram e o Normandes para participar de uma reunião que iria acontecer em Fruta de Leite, do Movimento Geraizeiro²¹⁶.

Depois que eu fui no Colóquio Internacional em Montes Claros representando a CODECEX, uns três meses depois teria uma reunião em Fruta de Leite do Movimento Geraizeiro. Lembro que naquele encontro o Padre João participou. Foi a primeira reunião que eu fui da Articulação Rosalino. Depois do encontro do movimento geraizeiro eu continuei participando das reuniões convocadas, lá estavam todos os povos. A reunião do Movimento Geraizeiro é também da Articulação Rosalino. A partir daí eu não parei mais, continuei seguindo essas reuniões e a gente se dividiu, a Andreia ia na reunião da CNPCT²¹⁷ e eu ia para as reuniões da Articulação Rosalino. Eu fui na Celebração dos trinta anos do Massacre Xakriabá, fui em Salinas, em Rubelita, em Rio Pardo de Minas em um encontro que teve na comunidade de Sobrado.

Fui também no encontro na Terra Indígena Tuxá, em Buritizeiro. Lá eu convidei a Articulação Rosalino para virem apoiar o “Dia da Panha” que fizemos dentro da área onde foi criado o Parque Sempre Vivas. Eles vieram, veio um ônibus dos Xakriabás, eu encontrei com a Cacique Anália, ela falou que a minha ida lá foi muita força para eles. Eu falei assim, gente eu só falei, mas está bom, às vezes a gente precisa disso.

Eu acho que a Articulação Rosalino, sem ela era difícil a gente estar onde a gente está hoje. Eu como *antena*, eu saio daqui para uma reunião em Montes Claros onde acontece a maioria das reuniões, lá eu ouço os vazanteiros, ouço os nativos²¹⁸ e os outros povos. Às vezes a gente está com conflito aqui que a gente não sabe o que fazer com ele, se tem solução ou não, aí a gente chega lá e ouvimos a história de uma comunidade que estava assim, que aconteceu isso e isso. A gente vê uma luz e experiências boas. Então a gente

²¹⁶ Ela está fazendo referência à IV Conferência Geraizeira que aconteceu na comunidade de Cutica, Fruta de Leite, no mês de setembro de 2014.

²¹⁷ Comissão Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais.

²¹⁸ Ela está fazendo referência ao Quilombo dos Nativos do Arapuim. Comunidade que está em luta pelo território, com famílias que são descendentes dos antigos “posseiros de Cachoeirinha”, cujo conflito iniciado em 1964 perdura até os dias de hoje.

chega e discute à possibilidade de estar trazendo essas experiências para cá e isso encoraja a gente.

A gente vê que não estamos sozinho, eu vejo Articulação Rosalino com uma ligação forte entre esses povos e que através daquela discussão ali aponta caminhos para a gente estar encontrando como segurar essas barreiras (Eliad, apanhadora de flores, 2018).

De comunidades, de povos, de caboclos e de parentes

Perguntei para Eliad como ou por que o pessoal da Articulação Rosalino começou a usar o termo “povos”, o entendimento que ela tem sobre isso. Ela já disse que era justamente para diferenciar

a identidade dos Apanhadores de Flores que é um dos povos, os indígenas são outros povos. Não são comunidades isoladas. Eu acho que é mais para identificar quem é quem dentro do grupo e do que se trata. É muito interessante, a coisa vai criando caminho, vai tomando forma na caminhada, sem aquela estratégia vamos ser assim ou vamos fazer isso. Povos e Comunidades Tradicionais eu entendo assim, às vezes a pessoa é só do campo, ele é tradicional, mas ele não tem um tipo para você diferenciar, por exemplo, nós somos apanhadores de flores, quilombolas, povos visto como povos que é o que eu entendo. E as comunidades tradicionais por exemplo é uma comunidade bem tradicional que traz aquele costume, aquela cultura e luta contra a monocultura, luta contra os parques igual Macacos. Eu vejo Macacos de onde está Tatinha é como uma comunidade tradicional que ela não é nem quilombola, nem indígena. Ela é Apanhadora de Flor, mas se ela não fosse apanhadora ela seria uma comunidade tradicional.

Sobre o entendimento de caboclo, aqui usa muito isso, aquele caboclo fez isso e isso. Aqui é mais usado dessa forma e eu acho que Braulino fala muito tem que trazer o caboclo para falar isso, isso e isso. É a mesma coisa, pera aí, vamos colocar em pratos limpos, porque ele tem que entender isso e isso e isso. Já, “parente”, isso parte muito dos indígenas, de parente, eles chamam a gente de parente mesmo (Eliad, apanhadora de flores, 2018).

Como eram as relações com os de dentro e os de fora

Indaguei para Eliad como ela compreende a contribuição dos parceiros, daquelas pessoas ou entidades que estão contribuindo com a Articulação Rosalino.

A principal missão de todos esses parceiros, inclusive das pessoas, quando a gente pega um conhecimento dos vários povos vemos que a maioria não estudou, não tiveram acesso à universidade e quando vocês pegam aquele direito e fala, olha isso aqui, está escrito isso, isso é isso, e o que está lá pode ser traduzido assim e dessa forma, vocês têm essa lei assegurada! Eu acho que a missão dos parceiros nessa história é super importante. Por exemplo, eu quero montar um projeto, eu vejo que a minha comunidade precisa de um projeto, na Articulação Rosalino eu vi exemplos de projetos em outras comunidades com outros segmentos, sozinha eu não sei montar esse projeto. Então é onde a gente corre até vocês, se a gente precisa de um estudo técnico, aí a gente precisa também de vocês estarem

apoiando a gente. E sem contar a organização, a gente vai, mas precisamos da organização, seja do CAA, da CODECEX, do apoio da universidade.

A Rosalino desenvolveu muito dentro de pouco tempo, tem quatro anos que eu estou na luta, vi que ela foi criando formas por si só, as coisas foram acontecendo. O que ainda fica a desejar é a própria comunicação que é uma coisa que também é complicada entre qualquer grupo, até entre a gente mesmo. Por exemplo, às vezes eu não vou na reunião porque Tatinha vai, talvez eu não fique sabendo, a gente não senta para falar assim, aconteceu isso na reunião da Articulação Rosalino. Às vezes eu só vou saber quando eu estiver indo para outra e ela vai e me coloca a par daquela reunião. Eu acho que comunicação pode melhorar, mas de uma forma geral a articulação é muito boa. Só de pensar que nossa articulação é povos, cada um com suas necessidades, com seu trabalho, e cada um tem suas responsabilidades em particular.

Eu fico pensando no que a gente quer. A gente quer a liberdade no direito de ir e vir, de ser livre como era antes como, por exemplo, buscar uma lenha, buscar um esterco. A liberdade de ir plantar roça naquele lugar que você viu aquele dia. E porque não pode? Porque se entrou do lado de lá, o juiz já vem e fala que não pode, vem saber o que você está fazendo aqui. É dessa liberdade que a gente fala. Porque antes a gente era livre, buscava lenha onde queríamos, onde era mais fácil, e hoje não. A gente não tem nem território para plantar, para nada, então fica difícil. Eu acho que quando a gente fala de território, a gente está falando dessa liberdade aí.

Outra coisa importante para a gente é a fé. A fé que eu tenho, a fé que eu conheço, facilita nosso viver. Se uma pessoa está com problema todo mundo percebe e sente aquele problema, aí junta todo mundo e vai orar. Sobre a luta do quilombo foi muito marcante, porque ainda estávamos no início e a gente cheio de dúvidas, um dia a gente foi no culto, pedimos esclarecimento, porque a gente pede esclarecimento através da palavra que não é decorada, ela vem ali na hora. Quem está lá em cima pregando, prega o que ele sentir de falar na hora. Foi justo nesse culto, a gente devia até ter anotado o dia do culto e ninguém anotou. A fala foi bem assim, vocês estão preocupados com o jeito de sobreviver aqui nesse cantinho, Deus não quer que vocês saiam daqui, vocês vão ficar, ele promete abençoar. Em determinado momento ele falou, Deus vai entrar até no governo, o papel que está por baixo ele vai colocar por cima! E isso foi tão marcante que não demorou um mês a Palmares esteve aqui, era uma coisa que não era esperada. Eu estou falando de uma coisa de fé que eu acredito, então todo mundo falou, gente, agora o negócio do quilombo sai, Deus falou isso antes de acontecer. Agora sai. É regido desse jeito, se tem alguém doente da mesma forma, dependendo da palavra, o pessoal já sabe o que vai acontecer.

Segundo o que eu observo. Há certas coisas que Deus permite fortalecer. A gente vê o poder de luta que temos, a gente nem sabia e estávamos aqui acomodados, quietinhos, de repente surgiu um momento em que temos de sair do lugar e do conforto. Do ponto de vista espiritual eu diria que algumas coisas Deus permite acontecer na vida da gente para o crescimento próprio da gente. Agora o governo que está aí, está fazendo e acontecendo, desmanchando um monte de coisa. Mas isso é uma permissão de Deus, não que Deus queira que ele esteja lá. Mas se aconteceu isso é por que é permissão de Deus e a gente crê que ele não vai continuar, não vai continuar desse jeito, isso é uma forma de ver da igreja.

Na relação com o mundo lá fora, uma coisa muito interessante que os mais velhos sempre ensinaram é a de ter sabedoria para falar, para ouvir, e muito cuidado quando for se relacionar com o outro. Até porque o outro pode ser muito diferente, pode ter ideias diferentes, então temos de escutar com cautela. É o ponto principal, escutar com cautela. Aí vamos vendo como conviver no mundo. Igual já falei, quando eu fui à primeira reunião do Colóquio eu não saía sozinha, hoje já saio e minha mãe fala, olha minha filha, toma cuidado, olha os conselhos, a gente confia em você. O jeito de a gente chegar lá fora e sair deste mundinho aqui, o jeito de olhar o outro, os meus princípios são muito fortes, eu vou ouvir com cautela, prestar atenção em quem está falando, o que eu posso aproveitar e o que eu não preciso.

Hoje a CODECEX está tão no dia a dia que a gente já se sente parte de tudo aquilo. Se eu estou em uma reunião em Montes Claros, se eu vou falar pela CODECEX, eu falo que a

gente está incomodada pelo parque, pela monocultura, isso já está muito no dia a dia da gente. A religião não incomoda porque o que incomodava muito antes era o preconceito, a intolerância, e nesses espaços a gente não encontra isso. A única coisa que eu observo na Articulação Rosalino é que a maioria das pessoas que participam são católicas, sempre tem orações, então a reza eu vejo de uma forma normal por que tem muito mais católicos do que outras religiões e é uma coisa muito respeitosa também, não é coisa de ofender o outro, de fazer alguém se ofender.

Eu tive a mesma dificuldade que o Braulino teve, foi quando fomos na reunião em Brasília com todos esses povos, e daqui estava eu sozinha. Tinha o povo de terreiro, com os ciganos não porque eu já tinha conversado com eles antes e vi que não era só eu. Inclusive, Andreia tinha me contado que ela falou isso pra eles, nossa, mas o pessoal tem essa visão, tem negro bandido, também tem índio que faz isso. Então não são todos os ciganos que são dessa forma! Então esse preconceito já foi quebrado. Então quando eu cheguei lá eu tive esse embate do meu preconceito com o pessoal do terreiro. No decorrer dos dias, nós ficamos lá uma semana, eu vi que era só uma questão de respeito, eu com a minha fé e eles com a deles. Então é uma questão de respeito mesmo. São pessoas normais como nós, mas o que a gente escuta fora é bem diferente.

Voltando na discussão sobre o tempo de antigamente e o de hoje. Antes era mais difícil, sobre a liberdade, o meu avô ele não devia nada ao cara que escravizou ele aqui, e ele obedecia às ordens dele cegamente. As primeiras casas construídas aqui tiveram que pedir o homem, ele não era um homem branco, mas ele tinha o título de coronel, ele agia como se fosse um coronel. Então as primeiras casas construídas aqui tiveram que pedir ordem para poder construir a casa aqui. Era o pessoal dos Caianas. Hoje eu tenho certa liberdade, comparando hoje com a geração da minha mãe e do meu pai. A minha mãe, o meu pai, tomavam bênção dessas pessoas por que eles tinham esses títulos e não porque eles gostavam ou porque tivessem afeto. Tomavam a bênção por que essa pessoa tinha esse título e impunha ordem sobre eles, eram dominados. A geração de hoje eu até gosto de tomar bênção à pessoa, isso é bem tradicional, mas aquela pessoa que eu tenho afinidade que eu goste dela e que realmente ela vai me cumprimentar de coração aberto. Então é uma questão de liberdade bem diferente. Eu acho que é escolha (Eliad, apanhadora de flores, 2018).

As Apanhadoras de Flores e o Direito na Prática

Tatinha é uma das lideranças da CODECEX e sua família reside em Macacos, que atualmente faz divisa com o Parque Nacional Sempre Vivas em sua porção Sul. A comunidade está localizada em uma das nascentes do rio Caeté Mirim, um dos afluentes do rio Jequitinhonha, mas a vida social e econômica da comunidade mantém fortes vínculos com as áreas de campo, lapas e boqueirões localizadas nas nascentes dos rios Preto, Curimataí e Jequitai, Vale do Rio São Francisco.

Foi com a implantação do PARNA SEMPRE VIVAS que inúmeras comunidades, que vivem na serra ou em seu entorno, passaram a vivenciar um violento processo de expropriação territorial associado à negação de direitos humanos, sociais, culturais e econômicos e que, em última instância, levou à constituição da CODECEX e, posteriormente, com a visibilização da

categoria “Apanhadores de Flores Sempre Vivas”²¹⁹. Esse assunto tratamos no diálogo com Tatinha, quando retornávamos da comunidade de Raiz em direção à Diamantina e, depois, em direção à Comunidade de Pé de Serra, na região do Sertão, acompanhando as atividades de planejamento da CODECEX. Tatinha relatou que

a autoafirmação identitária que vem acontecendo no Espinhaço Meridional, em particular na região de Diamantina, não é um processo fácil ou rápido. Depende das particularidades de cada comunidade, do contexto de opressão historicamente vivenciado pelas famílias. Em algumas comunidades é mais lento, em outras, como o que acontece com Raiz, é mais rápido, e contribui porque eles são muito antenados, eles têm uma força, eles são muito unidos e a comunidade toda sabe o que está acontecendo. Não é uma coisa de fora para dentro, aqui (na comunidade de Raiz) tem a juventude, eles têm o aval da comunidade, eles não decidem sozinhos. Aqui eles vivem uma opressão muito grande, eles só têm o quintal para viver. Outras comunidades, elas têm uma dificuldade maior de entender todo o processo, elas têm dúvidas, muitas delas não vivem a opressão de não ter um lugar para produzir, então não é todo mundo na comunidade que se auto declara quilombola ou como Apanhadores de Flores, ou os dois. No caso de Raiz, teve um momento que eles auto declararam por necessidade, para terem o certificado e se protegerem das ameaças do juiz. No meu caso, para eu afirmar que sou apanhadora de flor foi um processo difícil. Uma vez estava conversando deste assunto com minha mãe, sobre chegar a dizer que sou apanhadora de flor, falar disso com orgulho, eu passei por um processo de formação na comunidade e, para quem é da roça, isso é uma coisa muito importante porque a gente cresce, vive numa sociedade onde o status é muito importante. Então, pelo fato de hoje eu ter uma graduação e um mestrado²²⁰ isso me dá um status. Eu fui me aperceber disso, de ficar mais claro quando eu ia entrar para o mestrado, uma professora (que tive quando era adolescente), na época estava dando aula lá, ela virou para mim e disse assim, “nossa Tatinha como o mundo é, antes nós éramos mais que vocês e agora, ela estava se referindo a mim e à minha irmã, vocês igualaram a gente e hoje vocês vão ser melhores que a gente”. Então, no espaço de educação como que a coisa é colocada para a gente. Então, o fato de ser colocada dessa forma, o auto reconhecimento enquanto processo de luta isso é tranquilo, enquanto um momento para acessar uma política pública também é tranquilo, mas enquanto se auto declara para a gente mesmo achando como uma coisa importante, como nosso crescimento pessoal, eu acho que é muito mais difícil.

Eu vejo que hoje as comunidades de apanhadores de flores elas já entenderam essa necessidade como um processo de defesa do modo de vida, da tradição. Então este processo de ir se valorizando é mais lento, principalmente para quem nunca saiu da roça. É muito bonito quando você vai numa reunião e vê ali o pessoal falando e fala com orgulho que é apanhador de flor mesmo. E tudo isso vem acontecendo de pouco tempo para cá, é muito recente.

Mas, quando a gente compara o processo de autoafirmação entre quilombola e apanhador de flor, o de apanhador de flor é mais fácil, mas depende muito também da comunidade e da história da região. No caso de Raiz, por exemplo, é muito mais forte aqui a autoafirmação enquanto quilombola. É forte a questão do conhecimento, eles sabem que o acesso a políticas públicas enquanto quilombolas dá muito mais força. Por outro lado, eu vejo que o apanhador de flor (é uma categoria que) leva uma beleza maior, sem desfazer do quilombola, porque traz uma beleza relacionada com o modo de vida tradicional, é mais forte porque também está relacionado com geração de renda. Enquanto o apanhador de flor é um modo de vida, é uma tradição, mas também é uma geração de renda que sustenta a

²¹⁹ Existe hoje uma ampla documentação que relata, registra e analisa os conflitos vivenciados pelas comunidades de apanhadores de flores, que podem ser vistos, entre eles, em UFVJM, 2009; MONTEIRO, 2011.

²²⁰ Tatinha fez o curso de química na UFVJM e, posteriormente, fez o mestrado na mesma área de formação.

família e a comunidade. Por outro lado, o quilombola está mais relacionado com o acesso a políticas públicas, com uma história muito difícil de discriminação que enfrentaram ao longo dos anos, mas é lógico que também tem as suas tradições que são fortes e significativas, mas tem que enfrentar, superar, o preconceito que é muito forte na nossa sociedade.

Quando nós nos descobrimos como apanhadoras de flores, vimos que era uma coisa que estava presente no nosso dia e também na nossa alma, tinha um encantamento. Se você vê o pessoal contando, eu nunca vi ninguém falando de apanhar flor e falar assim que é uma atividade difícil e cansativa. Embora seja, mas todo mundo que vai contar, conta com saudade. Eu acho que é muito essa relação com a terra eu acho que é muito mais forte, pelo menos para mim, do que só ir para o campo “panhar” flor. Tem muito significado, só mesmo para quem está no campo para entender isso. E quando passou a ter visibilidade, a gente viu que cresceu muito e isso tem hora que assusta. Eu falo assim, gente do céu será que a gente vai dar conta? Mas aí a gente olha para o povo e pensa, aguenta, pode tocar para frente. A gente precisa de uma força muito grande se pensarmos que estamos há dez anos (nessa luta) e nunca conseguimos nada. Mas, ao mesmo tempo, se você ver as conquistas, só o conhecimento que esse povo tem já é muito. Só de ter ido fazer a demarcação, a retomada do território que foi um ato simbólico muito forte, foi impressionante o pessoal ter ido ao campo, de onde que alguns anos atrás o pessoal ia ter coragem? As pessoas saíam, como saíram, e iam embora, como foram. E hoje não, a conversa é para ir para o campo, e vai todo mundo apanhar flor.

A retomada, nós fizemos porque não estávamos sozinhos. Foi junto com a (Articulação) Rosalino durante a “Festa da Panha”. Este foi um dos pontos que a gente foi percebendo, que sozinho a gente não ia dar conta. Então, a partir de intercâmbios a gente foi entendendo que tinham outros povos com o mesmo problema nosso, e foi em uma dessas caminhadas que a gente teve a sorte de encontrar a Articulação Rosalino de Povos e Comunidades Tradicionais. Eram só povos do norte de Minas, a gente foi participando das reuniões e entendendo a força da união desses povos. A partir disso começamos a fazer parte da Articulação Rosalino. Vimos que eram povos como a gente, são outras categorias, mas no fundo, ouvindo as conversas, as lutas são as mesmas, as brigas são as mesmas, então a gente entende que é um processo que um fortalece o outro. Se a gente tem uma luta, duas lutas, sete lutas, são sete povos que ficam fortalecidos. Porque tem momentos que são muito estratégicos e temos que unir forças como que a Articulação Rosalino vem fazendo, ajudou e muito no nosso processo e a agente ajudou outros povos também.

Eu posso citar exemplos. Um deles foi na luta pela criação da RDS Nascentes Geraizeiras. A gente foi para Brasília e fizemos greve de fome e de sede. Ajudou ali no processo de luta dos geraizeiros do Alto Rio Pardo, a gente ajudando eles. Quando a gente construiu o GT de Conflitos no âmbito do Conselho do Parque Nacional das Sempre-Vivas, no momento de aprovar o trabalho ao final, se era aprovado ou não todo processo que foi criado, no final o encaminhamento que propomos era a recategorização do parque como uma RDS (Reserva de Desenvolvimento Sustentável), foi importantíssimo a presença dos geraizeiros, eles chegaram lá em uma van, deram uma força muito grande na hora de fazer pressão política para aprovação de nossa proposta de recategorização.

E, como já falei, outro momento foi na “Festa da Panha” para retomada do território, o que aconteceu na comunidade de Macacos. Já tinha cinco anos ou mais que nós não fazíamos a panha. Nós voltamos a panhar há uns dois anos, mas panhava escondido e nesse ano que o povo estava assim, panha, não panha, aí o povo falou assim vamos panhar, e até hoje estamos panhando. Finalmente, outro momento mais recente importante foi na construção da carta de demandas com todos os povos para mandar para o governo estadual²²¹. Vimos que ao colocar os sete povos da Articulação Rosalino, foi um peso muito maior.

²²¹ Articulação Rosalino de Povos e Comunidades Tradicionais - Levantamento de conflitos ocorridos em Territórios de Povos e Comunidades Tradicionais de Minas Gerais – À Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão - Mesa de Diálogo e Negociação Permanente. Montes Claros/MG, agosto de 2017.

Às vezes a gente acha que não conquistou nada, mas só essa força do povo e essa coragem de voltar ao campo (para a coleta de flores e outros produtos) é uma força tremenda de mostrar que estamos conquistando os espaços. O processo de como isso é feito é muito mais importante do que o resultado final porque assim a força que o povo vai ganhando e a maturidade de entender a construção da luta, a formação, a construção de alianças que são feitas, eu acho que esse processo é muito mais importante do que o resultado final.

Eu vejo que a gente está crescendo assim, nós somos um povo de apanhadores de flores e isso tem uma força muito grande e esse povo está distribuído nas comunidades. E eu vejo que o povo é muito mais forte porque envolve mais pessoas e é uma categoria de peso. E na Rosalino a gente pegou de começar a falar que somos sete povos e a gente é um destes povos.

Muitas vezes quando estamos envolvidos com esses outros povos a gente vê muito essa questão de ser parente porque é se identificar com a luta, por que é muito parecido, ali você se torna um igual, quando você se identifica com o outro. No povo indígena é muito forte essa questão do parente e eu acho que essa herança todos nós temos. Em algumas comunidades isso é muito forte por exemplo lá em Macacos a primeira moradora de lá era uma índia então assim eles contam história até hoje de uma índia. Nós temos muitas histórias nas comunidades sobre estas heranças, e em todas as comunidades têm muita essa questão ou é quilombola, ou indígena, ou a mistura das duas (Tatinha, apanhadora de flores, 2018).

Tatinha testemunhou sobre os conflitos que tem dentro da Rosalino e como ela vê o papel dos parceiros e das antenas.

Na Rosalino os sete povos têm maturidade de entender muito o processo de luta, quem é o inimigo, tem ali um companheirismo e uma cumplicidade muito grande com os povos, a minha luta é a sua luta. Além disso, lá nós temos os parceiros. São parceiros porque a Rosalino é composta pelos sete povos e vocês (assessores) não são esses sete povos (risos), mas são os parceiros. Neste processo de luta, não todos os povos, mas tem muitos povos como os indígenas, eles são bem mais articulados, eles têm uma experiência muito grande. Em contrapartida tem outros povos que ainda estão no início ou são ainda imaturos para pensar muito nessas questões políticas e assim esses parceiros ajudam muito nessa questão, até no processo de formação tem muita coisa que a gente não sabe e os parceiros estão ajudando.

Sobre as *antenas*, nós vimos que não dava para todas as comunidades participarem. Então você precisa de alguém como referência, aí tem as pessoas que são as *antenas*, são as referências, que tem o papel de participar dos espaços de discussão e de dar um retorno para as comunidades. Por exemplo, igual os apanhadores de flores, aqui são uma grande quantidade de comunidades, a gente não tinha condições de mandar para esse espaço uma representante de todas as comunidades, seria o ideal, mas não temos. Então tem uma que é *antena*, ela fica nesse papel devido à facilidade e também muitas vezes de comunicação, de deslocamento, é uma posição para facilitar a comunicação e também para dividir tarefas porque não dá para todo mundo ir em todos os espaços, mas é uma responsabilidade muito (Tatinha, apanhadora de flores, 2018).

Os altiplanos do espinhaço, quase sempre vistos como terras sem gentes, em uma região onde o conservadorismo da sociedade regional mineradora relegou extensas áreas de comunidades rurais a uma vida sob os desígnios da servidão, são tomados de novas cores pela movimentação das comunidades apanhadoras de flores sempre-vivas. São comunidades que

abarcam distintas etnicidades cuja articulação as transformaram em povos, apresentando uma compreensão muito própria dessa categoria. Mudanças no âmbito das famílias e das comunidades e na relação que estabelecem com as institucionalidades do estado, configuradas como o direito à liberdade, direito negado frente ao escravismo que permanece nas mentes e nas ações das elites que desde sempre as dominaram.

Explicitam a importância do conhecimento que adquiriram em uma caminhada antiga de resistência, mas nova frente às estratégias adotadas na luta pelo reconhecimento de seus modos de vida e da força pela atuação conjunta entre os seus pares mediada pela Articulação Rosalino. Onde o mais importante não está no objetivo final, mas nas conquistas diárias que os fazem movimentar desde as serras até as extensas planícies dos sertões de Minas Gerais.

Caatingueiros

As *antenas* que representam os catingueiros na Articulação Rosalino são Toninho, Leninha e D. Eva. Em maio encontrei com Leninha e D. Eva no Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Porteirinha. De lá, fomos juntos para o sítio de Toninho, na comunidade de Malhada dos Bois. Ao chegarmos fomos recebidos pelo casal, Toninho e sua esposa D. Ana Rosa, além de sua filha adolescente. Em seguida, tomamos um café com biscoito de polvilho e queijo. As conversas iniciaram ali mesmo, no meio do café. Toninho explicou o porquê do nome da comunidade, Malhada dos Bois.

Aqui para cima tinha muitos bois, e eles ficavam malhando nessa região. Na época não era fazenda, as terras eram devolutas e todos os bois da região malhavam por aqui. Aí ficou Malhada dos Bois (Toninho, caatingueiro, 2018).



FIGURA 46 - Leninha, D. Ana Rosa, a filha, Eva e Toninho. No quintal de frente de sua casa em Malhada dos Bois, município de Porteirinha/MG.
Fonte: Dayrell, 2018.

Perguntei para dona Ana Rosa onde ela era nascida.

Sou de Furado do Peixe²²². Meu nome completo é Ana Rosa Martins. O meu pai veio das Lages e minha mãe também, meus parentes são todos de lá. Lages fica do outro lado do asfalto, depois do Tanque, outra comunidade de Porteirinha, subindo perto da serra. Construíram lá uma barragem e minha avó foi desarranjada. Minha avó morava lá perto, quando fez aquela barragem, eu era mocinha, aonde que ela morava era na beira do rio, aí chegou a água invadindo a casa dela. Aí minha avó mudou de lugar, construiu outra casa em um lugar mais alto, mas a terra é a mesma (Ana Rosa, caatingueira, 2018).

Toninho, esposo de Ana Rosa, também é daqui. Mas, ele completou dizendo que:

meu pai, eu não sei se ele nasceu em Mato Verde ou se foi no gerais, lá pelo lado de Rio Pardo. Meu avô e minha avó são lá de Rio Pardo, do Bonfim, da Extrema, eles vieram para Mato Verde e ficaram. Não sei se meu pai nasceu em Mato Verde ou no gerais. Meu avô por parte de pai é lá de Rio Pardo, ele é geraizeiro. Ele veio para essa região aqui entre 1965 a 1970. Agora, a minha mãe veio do Serrado²²³, que fica quase no alto da serra, quase no gerais também, praticamente no gerais, no pé da serra lá. Indo para a cachoeira do Serrado depois que sobe a serra. A última casa que tinha lá era do meu avô. Lá era bom, mas venderam baratinho. Pai falava que se fosse pra ele morar lá, ele preferia ir pra qualquer lugar, lá não tinha como morar, não tinha lugar para trabalhar (Toninho, caatingueiro, 2018).

²²² Comunidade da vizinhança, onde Malhada dos Bois também faz parte.

²²³ Serrado, escrito com a letra S é o nome da localidade que fica no município de Serranópolis de Minas, na parte superior da serra, em uma área de transição de caatinga para o cerrado. Lá tem uma cachoeira que desce a serra com muita água, que é utilizada tanto para o lazer quanto para distribuição de água por dezenas de quilômetros abaixo, baseado em um complexo sistema comunitário de gestão.

D. Eva falou também sobre a origem dela.

Sou de Queimados. Meu pai veio da Mata, ele é da região de Teófilo Otoni, ele veio trabalhar aqui com 18 anos e daqui não saiu, achou uma namorada, minha mãe, casou e nunca mais foi lá. Minha mãe é de uma família que morava lá em cima do morro, de uma comunidade que chama Tatu, perto do Quati, indo para o Paraguai. Eu nasci na comunidade de Tatú pertinho do Quati, nasci lá no pé da serra num ranchinho de pindoba, na beira de um córrego, eu nasci lá. Foi assim, nós saímos lá e fomos morar do outro lado da comunidade, que é bem pertinho, e depois fui para Queimadas com 6 anos e estou lá até hoje. Meus parentes estão todos localizados no Tatú.

Lá na região tinha muitas pessoas negras também. Na região nossa tinha minha avó, ela é nativa do Tatu. O meu avô era um negrinho, a testa dele brilhava, sabe aquele negrinho do cabelinho enroladinho? Era um velhinho bem pretinho da cabecinha redonda, minha avó o chamava de cabeça-de-coco de tão redondinha que era a cabeça dele. Ele era geraizeiro também. Minha avó que também era negra, comentava muito sobre a história da malária, que o pessoal chama de maleita. Ela era acompanhante, ela não ficava em casa não, toda hora chegava uma pessoa a cavalo, apanhava ela e jogava na garupa para ela ir fazer os partos das mulheres da região. Quando a parteira ia fazer o parto das mulheres, o marido tinha que ir na casa da minha avó, buscar para cuidar da mulher, aí ela cuidava de quem ganhava neném e também de quem tinha malária porque ela conhecia muitas cascas, remédio de raiz que tinha lá, ela cuidava das pessoas que tinha maleita (D. Eva, caatingueira, 2018).

Nas conversas sobre origens, Toninho lembrou que:

o meu avô também era bem preto, minha avó que era branca e meu avô era preto, ele que veio da região de Rio Pardo, ele era preto tanto que meu pai é bem moreno. Da família do meu avô que veio lá do gerais, tem família para todo lado. O meu avô lá do cerrado comprou um terreno aqui no Pajeú, ele vinha para trabalhar e conheceu aqui. Na época meu avô queria mudar para cá, minha avó veio, mas era no tempo da chuva, tinha muita água, mas aqui era muito seco, só tinha água no rio Serra Branca. Quando ela veio tinha muita água. Quando entrou a seca ela viu que não tinha água, ela virou para trás e não voltou mais aqui. Meu avô falou que queria mudar lá pro Pajeú, mas Maria embizerrou²²⁴ lá no Serrado e não saiu.

A água que a gente usa aqui é da chuva, tem uma caixa que a gente pega água o ano inteiro, tenho duas, mas uma só de dezesseis mil litros dá para passar o ano. Para mexer com as plantas tem o poço artesiano. A água da chuva é só para consumo da casa, para lavar vasilhas. A do poço é para molhar as plantas, para o gado, para as galinhas. Até pouco tempo usava a do poço para lavar roupa, aí encheu as duas caixas, então dá para lavar, coloca no tanquinho e está lavando com ela. De primeirão era aquela água barrenta de tanque. Depois encanou a água para nós (que vem lá) do Serrado. Quase quarenta quilômetros (Toninho, caatingueiro, 2018).

Leninha comentou que os seus parentes também são do gerais.

Eles são de Peixe Bravo. Em Bom Jesus só tem minha avó, tinha minha mãe e meu tio. E temos outro tio que mora em Porteirinha. Mas só isso de parente, eu não tenho mais nada de parente lá. Os outros parentes são todos dos gerais de Rio Pardo e de Peixe Bravo. São

²²⁴ Significando que ela não queria sair de lá, como o bezerro que fica com a mãe e que não quer sair de perto dela.

todos de lá. Nós vamos quase sempre lá visitar eles. Nós somos uma mistura, caatingueiros e geraizeiros, ou então geraizeiro que virou caatingueiro. Na casa do avô que era geraizeiro, meu avô paterno, se a gente for olhar os caatingueiros aqui dessa região são todos descendentes de geraizeiros (Leninha, caatingueira, 2018).

Leninha contou a história de como chegaram à caatinga até morarem hoje em Bom Jesus.

Bom Jesus fica a menos de 10 km de Porteirinha, um pequeno povoado que cresceu acolhendo gente das redondezas. Minha mãe veio do gerais com minha avó e meu avô. Meu avô e minha avó da parte de mãe é do Peixe Bravo daquele lado do rio lá. Um lugar chamado Gerais, Gerais mesmo, que fica perto de Peixe Bravo. E a família do meu pai é de Rio Pardo de Minas. Então eles são todos do gerais (Leninha, caatingueira, 2018).

O avô dela, do Gerais de Peixe Bravo, ficou sabendo, na época que a prefeitura estava doando terra lá em Bom Jesus.

Era lote. Aí meu avô ficou sabendo, veio e pegou essa terra. Foi quando ele começou o contato com dona Avelina que era uma moradora de lá e que teve um papel importante neste acolhimento. Eles acabaram por sair de lá de Bom Jesus. Então eles foram para a Jaíba, foram morar em uma das áreas do projeto Jaíba. Ficou um tempo lá na Jaíba e viu que não estava dando muito renda porque eles não tinham um pedaço de terra lá. Principalmente para nós que não tínhamos terra e trabalhava para os outros. A minha avó e o meu avô eles tinham terra, nós ajudávamos eles um pouco. Minha mãe trabalhava para os outros, tanto que trabalhou na colheita que eu lembro, era pequeninha, bem menor, a gente ia para creche e quando voltava me levava para a roça. Eu não trabalhava ainda porque era muito pequena. Mas ficava lá deitada. Nós trabalhamos na colheita de cebola e tomate e apanhando mamão também.

Toda vez que eu passo em Janaúba me lembro de lá por conta da plantação de banana. Lá não deu certo, o meu avô e avó voltaram para Bom Jesus, de novo, veio morar em Bom Jesus. E nós ficamos lá, aí minha mãe foi e adoeceu e aí nós tivemos que voltar para Bom Jesus, de novo, porque mãe não aguentava mais trabalhar e a gente era tudo pequeno. Voltamos para Bom Jesus para morar com vó. Depois construímos uma casa e ficamos lá perto de Vó e não mudamos mais (Leninha, caatingueira, 2018).

Questionei com eles quando ouviram falar pela primeira vez sobre o termo caatingueiro. Toninho explicou:

eu, desde pequeno, desde pequeno eu ouvia o meu pai e o meu avô falarem, o povo daqui é caatingueiro, e quem vem de lá é geraizeiro. E naquela época era assim, o povo antigo não tinha cerca, o pessoal criava gado na solta e tinha as malhadas. Ele não se lembra desta época, só de ouvir falar. Mas ele lembra da época que as terras foram liberadas para usucapião e todo mundo foi cercando as terras e fazendo os documentos (Toninho, caatingueiro, 2018).

Eva e Leninha confirmaram que também já escutaram falar do caatingueiro desde pequenas. E que, desde pequenas, ouviram falar da relação do caatingueiro com o geraizeiro. Toninho disse que nós ainda “muito pequenininho, pai ficava zuando²²⁵ mãe de geraizeira, cacunda de librina”. Mamãe apelava, aí falava que “era melhor ser cacunda de librina do que ser catingueiro”.

De novo a conversa sobre os caatingueiros retornou para a relação com os geraizeiros. Eva contou:

eu conheci a história dos geraizeiros desde pequenininha, desde os meus cinco, seis, sete anos. Até meus sete anos nós morávamos num ranchinho lá no pé da serra, aí toda sexta feira a tarde passava um monte de burro com as bruacas nas costas cheio de farinha, goma. Eles saíam do gerais de madrugada, passavam aqui no Tatu a tarde, e aquilo era uma novidade. O povo ficava curioso e dizia, lá vai os vendedores de farinha, de goma! Aquele monte de gente, às vezes passavam a pé, soltava aquele cavalo de sela e andava um pouquinho, daqui a pouco pegava de novo e montava. Eles vinham do gerais aqui de Rio Pardo, eles entravam por lá que tinha uma estrada de chão que chegava até o Paraguai. Eles saíam, subiam a serra e passavam para o lado de cá numa sexta feira atardezinha, Porteirinha foi criada da seguinte forma. Porteirinha tinha só algumas casas aqui, aí os geraizeiros vinham para vender essas coisas, traziam farinha, goma, cabeça de negro, nós falávamos aqui cabeça de nego e na língua normal é panã, traziam o pequi, faziam o cestinho com o pequi, trançadinho²²⁶, o óleo de pequi. O cheiro do pequi, meu Deus do céu, era cheiroso. Quando pai chegava com o cestinho de pequi era festa, quando estava cozinhando o pequi a gente gritava: mãe cozinha esse pequi logo para nós comermos, tá cheirando gostoso! Assim, na história de Porteirinha, o gerais faz parte da cultura de Porteirinha, porque o gerais contribuiu para crescer Porteirinha. O aglomerado começou em volta da porteirinha que ficava ali ao lado da igreja de São Joaquim, que é a igreja matriz, hoje ela é patrimônio histórico do município de Porteirinha. Aí o pessoal começou aglomerar, foi vindo mais gente e cresceu e virou uma cidade. Aí, quando a cidade começou a aglomerar mesmo, teve a construção do mercado, onde hoje é o centro cultural (D. Eva, caatingueira, 2018).

Depois da conversa sobre os caatingueiros e de suas origens e interações com os geraizeiros, entramos no assunto da representação que D. Eva, Toninho e Leninha exercem na Comissão Estadual de Povos e Comunidades Tradicionais – CEPCTs e no Conselho Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais – CNPCTs. Além do papel como *antenas* da Articulação Rosalino, Leninha, que tinha sido eleita como suplente de Deyvisson na CEPCTs, hoje é a efetiva. E D. Eva é a efetiva na CNPCTs com o Toninho de suplente.

Pergunto para eles como foi o processo que os levaram até essa representação. Toninho olhou para Leninha e disse de forma rápida:

²²⁵ Maneira de fazer chiste com o outro, diz-se na região, zuando.

²²⁶ Ela está fazendo referência aos diversos frutos do cerrado que os geraizeiros levavam para vender em Porteirinha. Os geraizeiros faziam cesta com a folha da pindoba, palmeira nativa do cerrado, como sacola e vendiam o pequi descascado já na cesta.

foi praticamente do nada, assim sem conhecer nada, para mim começou num encontro regional de povos que aconteceu em 2014 na cidade de Vitória do estado de Espírito Santo. A gente foi lá em Vitória, eu e Maria Helena (Leninha), participar do encontro regional que aconteceu também em várias partes do Brasil. Foi quando ia ocorrer a mudança de Comissão Nacional para Conselho Nacional, realizaram encontros regionais em cinco regiões do Brasil.

A indicação para alguém participar do encontro chegou no Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Porteirinha. Foi o Son²²⁷ que me ligou falando que ia acontecer um seminário sobre a caatinga. Eu fui sem saber, na verdade eu nem sabia que existia este movimento de comunidades tradicionais. Aí nós fomos para Vitória, lá é que ficamos sabemos que era um encontro das comunidades tradicionais. Durante o encontro já foi marcado o encontro nacional que iria ser realizado em dezembro de 2014 em Brasília – DF. De lá saíram os delegados para o encontro nacional e como só tinha eu e Leninha representando os caatingueiros, fomos para Brasília. Só que quando chegou em Brasília, porque aqui no Sudeste só tem Caatinga aqui no Norte de Minas, eu imaginei que lá em Brasília iríamos encontrar com mais gente do Nordeste. Quando eu cheguei em Brasília não tinha mais ninguém se afirmando que era caatingueiro, tinha outros povos do Nordeste, mas que não falavam que eram caatingueiros, eles eram da caatinga também, mas não se denominavam assim. (Toninho, caatingueiro, 2018).

Leninha, que também foi para o Espírito Santo, diz que

foi a partir desse encontro que despertou em nós o interesse da representatividade mais presente dos Caatingueiros. Por ser a nossa primeira experiência em encontros com povos e comunidades tradicionais nós já começamos a ficar de olho aberto e perceber que nós tínhamos que ocupar o espaço. Nós vimos a importância de ter caatingueiros no Conselho, nós tínhamos que ir à luta pois no encontro de Brasília era para ter a representatividade da sociedade civil no governo (Toninho, caatingueiro, 2018).

Ela continua falando:

Foi um desafio para mim e para o Toninho, pois nós chegamos no Espírito Santo sem informação. O que nós recebemos foi que a gente ia para o encontro representando a caatinga e até aquele momento não tinha nenhum trabalho voltado para o caatingueiro aqui na nossa região. Para nós, para mim, eu estava lá representando o bioma caatinga não o povo da caatinga, a cultura, o jeito, a forma nossa de viver. Eu ia representando o bioma caatinga aí para nós foi um desafio.

Foi o Edson, Son, que falou que íamos representar a caatinga, mas falou assim, “você vão para o encontro”. Eu vejo um ponto positivo de ter pegado isso porque quando chegamos lá nós vimos que era outra coisa e rapidinho nós mudamos o nosso disco. Nós, vimos que o papel nosso lá era outro, era um desafio maior e nós íamos passar por ele. E passamos. Como foi só nós representando o povo da caatinga, não tinha para quem perguntar isso ou aquilo, aí veio na minha cabeça o que eu estou fazendo aqui, sem informação nenhuma?

Aí o povo vai e chama um representante dos caatingueiros para ir lá na frente na mesa, Toninho disse para mim, “você vai, viu Leninha”. Eu disse, “eu vou”! Mas eu não tinha condição de chegar lá e falar sobre a caatinga, cada povo ia se apresentar e falar um pouco das identidades do povo. Quando chamou o representante dos povos caatingueiros, eu esperei os outros representantes irem para eu não ser a primeira, tinha que chegar por último, para ter tempo de tirar pela fala dos outros. Eu já fui para o final da mesa. Quando

²²⁷ Edson Lucas, Diretor do STR de Porteirinha/MG.

o povo terminou de falar eu estava pensando comigo, minha área é juventude e aqui é caatinga, então era um desafio pra mim, eu estava nova no movimento, fazia pouco tempo que tinha entrado no movimento e no movimento de povos e comunidades tradicionais eu nunca tinha participado.

Um pouco da luz que eu tive foi porque eu estava fazendo o curso de formação de jovens do CAA. Só que não tinha discutido ainda, no programa formação de jovens, o tema de povos e comunidades tradicionais. Quando chegou a minha vez, eu fui tirando um pouco da fala dos outros que tinham falado primeiro e complementei falando um pouco sobre o povo da caatinga. Comecei a falar mais de forma da juventude porque era o que eu tenho domínio. Depois que eu falei, pensei, eu tenho que saber mais sobre isso, é um desafio para mim, eu tenho que saber mais sobre isso. Eu e Toninho já começamos a articular, a ir no Sindicato falando o que era isso, e Toninho já começou a perguntar porque nos mandou sem ter aquela informação.

No encontro nacional que aconteceu em Brasília, eu e o Toninho fomos representando os caatingueiros. A Eva ainda não tinha entrado, ela entrou quando criou o Conselho. Toninho lembra que no encontro de Brasília que aconteceu no final do ano de 2014 é que nós criamos o Grupo de Trabalho que ficou responsável para fazer a transição da Comissão para o Conselho. Aí criou o GT representando os povos daqui do Norte de Minas, as vagas para o GT eram poucas, o Samuel ficou para representar a caatinga e todas aquelas categorias da Articulação Rosalino. Só que de 2014 para cá esse negócio ficou meio parado, não andou, foi criado o Conselho mesmo no último mês que a Dilma ia sair. Antes dela sair ela assinou o decreto para criar o Conselho (Leninha, caatingueira, 2018).

Toninho falou que nessa conferência tirou os delegados para concorrer as vagas do Conselho Nacional.

Tinha uma vaga para nós caatingueiros, aí as mulheres já tinham mais vaga por conta da paridade, eu fui na conferência nacional, a Leninha porque era mulher e Son não puderam ir. Isso foi em 2015. Quando foi para formar o Conselho veio para presenciar as comunidades para concorrer às vagas do Conselho aí foi eu e o Son. Leninha tentou ir, mas não conseguiu pois na época o seu pai estava doente. Tínhamos que ajeitar um monte de documentação, aí ela falou que não dava conta, ficamos só nós dois, eu e o Son. Ficamos de ver quem nós colocávamos para concorrer no lugar de Leninha, aí eu lembrei de Eva, ela não era do Sindicato, mas representava bem o movimento, ela trabalhava na farmacinha, participava na ALVENOR, eu liguei pra ela, ela não queria, não queria, aí fui na casa do pai dela, ela estava na casa do pai dela, eu fui lá, conversei e aí que ela aceitou.

Só que nós achamos que nós que iríamos indicar quem era o titular e os suplentes. Nós conversamos e a proposta foi para eu ficar como titular e Eva e Edson Lucas como suplentes. Quem estava apoiando a mobilização para encaminhar os papéis para a eleição era a Edna, do CAA, que estava encaminhando a documentação pela Articulação Rosalino. Quando teve a votação, com todas as entidades a nível nacional votando, nós descobrimos que era por votação, e na votação Eva que ganhou em primeiro, o Edson Lucas, como primeiro suplente e eu como segundo suplente, como ele não participa aí eu assumi a vaga dele (Toninho, caatingueiro, 2018).

Eva explicou:

Desde quando vim ao mundo que moro em uma comunidade tradicional, com dezesseis anos comecei a lutar na vida de comunidade. Comecei na pastoral da juventude e depois na da criança onde fui coordenadora por vinte anos. Acompanhando as famílias locais por

onde passei convivi com muitas festas tradicionais, com práticas de prevenção de doenças através de plantas medicinais. Tive muitas capacitações e intercâmbios aumentando o incentivo de convivência na comunidade.

O convite para ser representante dos caatingueiros veio do CAA e do Sindicato dos Trabalhadores Rurais da minha cidade de Porteirinha (MG). Com o convite aceito fui eleita como titular. Sou representante dos caatingueiros no Conselho Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais. Na mesma época passei a ser uma das atenas da Articulação Rosalino. Tenho muito orgulho por fazer parte das organizações cujo trabalho é lutar pelos povos tradicionais, onde me encontrei consigo mesma. Sinto meus pés no chão, raízes profundas na terra. (D. Eva, caatingueira, 2018).

Com a entrada de Leninha na CEPCTs foi diferente. A política estadual era uma das metas da Articulação Rosalino, o reconhecimento estadual da diversidade étnica em Minas Gerais. A constituição da Comissão Regional, que deu origem à Articulação Rosalino, passou a discutir em Minas Gerais a criação de uma política estadual. O projeto de lei estava sendo discutido na ALMG, mas os trâmites internos na Assembleia encontravam muitas barreiras. A oportunidade surgiu no final do ano de 2013, em uma das negociações com a bancada do governador Anastasia, o projeto de lei entrou no pacote em contrapartida da aprovação das demandas fiscais do governo. Nessa negociação de final de ano, a proposta de política estadual foi atualizada no âmbito da rede de pesquisadores, dos movimentos sociais nativos e outras organizações sociais que viam a criação da lei como uma ação estratégica na defesa das comunidades tradicionais. O projeto de lei foi aprovado pela ALMG e, em 14 de janeiro de 2014, o governador Anastasia promulgou a lei. E, depois, com o governo de Pimentel, a política estadual foi regulamentada com a criação da Comissão Estadual de Povos e Comunidades Tradicionais.

Foi durante o processo de regulamentação da lei estadual que os caatingueiros entraram em cena pelo reconhecimento. Leninha disse que os caatingueiros passaram a ter representatividade com a Articulação Rosalino.

Teve uma reunião em Montes Claros, mas eu não fui convidada para essa reunião porque quem representava a caatinga, os caatingueiros era o Deyvisson. Fazia pouco tempo que as comunidades da caatinga tinham sido inseridas na política estadual. Eu não sei o que eles fizeram lá, eu não estava nessa reunião que ia ser para a escolha dos representantes na estadual, mas já tinha ido em eventos de povos e comunidades tradicionais, representando a caatinga junto com Deyvisson. Neste encontro surgiu a vaga para os caatingueiros, Deyvisson ficou como titular e me indicou como suplente, pois eu já vinha de uma caminhada e já participava.

Eu fiquei sabendo que estava participando da Comissão Estadual foi com a Andrea, das comunidades de Apanhadores de Flores, eu conversei muito com ela e ela me falou. As meninas sempre conversavam comigo, a Andrea, Eliad, Tatinha, elas sempre conversavam comigo, eu tenho bastante contato com elas. E eu perguntava também, eu tinha que saber, se me chamarem para uma reunião como que vou fazer? Foi quando Deivysson marcou

uma reunião lá no Sindicato. Ele chegou falando que estava saindo e que eu, como suplente, ia tomar conta. Foi quando comecei a participar (Leninha, caatingueira, 2018).

Eva contou como foi a sua entrada no Conselho Nacional:

logo teve o primeiro evento, eu falei, meu Deus do céu, é hoje, ainda bem que tinha ido naquele encontro com os Xakriabá²²⁸. Mas mesmo assim eu não conhecia muita coisa, não tinha informação para falar. Foi bom ter ouvido aqueles veteranos de caminhada de luta, foi muito bom o espírito de luta, é uma coisa chamativa. Esse espírito de luta já vem da nossa tradição mesmo na comunidade, da convivência que a gente tem e eu falando lá no meio, como diz minha avó, com “as antenas” o tempo todo na escuta. (D. Eva, caatingueira, 2018).

Leninha lembrou que no primeiro encontro tinha um menino que representava a juventude de uma comunidade lá,

ele era caatingueiro, o bioma dele era a caatinga, mas ele representava outro povo. Eu perguntei ele, qual o bioma lá? Não é caatinga não? Ele disse que é caatinga, e porque você não está aqui representando a caatinga, eu sou da caatinga também. Mas eu não estou representando a caatinga, estou representando os povos que tem uma cultura diferente da sua. Aí eu falei como sem sentir. Depois dele me indagar, eu parei e me localizei. Aí eu comecei a pesquisar sobre os povos da caatinga, eu fui ver.

Aí quando Eva vai sentar na mesa e falar sobre o povo

Então quando você na mesa ouve um falando sobre o território deles, a água deles, veio um despertar sobre isso aí. Então é o lugar que ele mora, então eu vou falar de onde eu moro, sobre minha região, sobre o meu espaço.

Os principais desafios que temos, dos problemas que estamos enfrentando, é a mineração que está vindo e os rios que estão acabando. Tem empresários usando a água demais do rio e eles têm outorga, tiram muita água dos rios enquanto os pequenos de Porteirinha que vivem mais embaixo não estão tendo mais água. O agronegócio que está avançando, tirando muita água para molhar banana, enquanto a agricultura familiar que é um negócio pequeno, são muitos horticultores que usam a água só para a sobrevivência, estão parando. E os empresários usam a água com a outorga liberada pela SUPRAN.

Tem também a poluição que está tirando de dentro da cidade e jogando nos rios, a própria COPASA²²⁹ que está jogando o esgoto no rio falando que está tratado e ninguém sabe se está correto. Tem também oficinas de lavagem de carros que descartam a água dentro do rio com resíduos de óleos e outros produtos químicos. E tem a estação de tratamento da água do esgoto que não está funcionando adequadamente. Já procuramos, já fomos atrás da COPASA, ela pára por dois ou três meses sem jogar a água do esgoto no rio, depois volta tudo de novo.

Mas, eu ainda acho que o principal problema é a mineração chegando com tudo, sem avisar sem nada. E não só aqui na caatinga, mas no gerais também. Surgiu uma mineração lá no

²²⁸ Ela fez referência ao Mutirão dos Povos Tradicionais que aconteceu na Terra Indígena Xakriabá, em fevereiro de 2017.

²²⁹ Empresa estadual responsável pelo abastecimento e saneamento na maioria dos municípios do estado de Minas Gerais

gerais que vai atingir aqui também porque as nascentes dos rios que vem para cá estão no gerais. E os rios do gerais que já secaram por causa do eucalipto. É um problema sério porque afeta a caatinga também.

As propostas principais que nós discutimos quando fizemos a reunião no Sindicato foi o enfrentamento às mineradoras e a proteção e recuperação do rio Mosquito. No fundo, está faltando conhecimento, já estamos conversando (Leninha, caatingueira, 2018).

Eva falou que:

eu acho que temos que fazer duas coisas ao mesmo tempo, mais aprendizado com informação e partir para as lutas, não só no papel, mas na ação. Partir para a luta porque ficar só na conversa não resolve. A gente começou aí tudo na raça e esse povo é raçudo, tropeça aqui, cai ali, bate a poeira e vai para a luta porque o que está acontecendo, as coisas que estão acontecendo não esperam, as coisas avançam, vão acontecendo. A gente está falando dos grileiros, das mineradoras que estão entrando agora no Salobro (D. Eva, caatingueira, 2018).

Assim, as comunidades de caatingas da região da Serra Geral foram arremetidas, como catingueiras, para uma arena que abriu como oportunidade para colocarem uma das questões que estava em suas pautas: a sua relação com a caatinga. Recuperaram o que os diferenciavam com os geraizeiros enquanto catingueiros, redirecionando suas fronteiras identitárias às grandes fazendas, aos mineradores e aos empresários que estão assenhorando sobre os bens que mais dependem: as águas e as caatingas. Com elas, os rios, os peixes, os animais, o modo de vida do catingueiro.

Quilombos Sanfranciscanos

Em seguida ao momento de vivência com os catingueiros, em meados de maio de 2018, saí de Porteirinha em direção ao Quilombo do Gurutuba, na comunidade de Malhada Grande que fica no município de Catuti. Iria acompanhar a Antônia, uma das *antenas* do povo quilombola. Uma semana antes tinha encontrado com ela na Taperinha, na sede da Associação Quilombola do Gurutuba, momento em que lá estive²³⁰ para apoiar a atualização de um projeto de gestão territorial e de convivência com o semiárido que foi aprovado pelo DGM²³¹.

Encontro com a Antônia na feira de Catuti, que funciona ao anoitecer de todas as quintas feiras. Tinha combinado com ela, durante o encontro que aconteceu na Taperinha, que iria ficar uns dias em sua casa em função da pesquisa de campo, mas não tinha avisado o dia certo que

²³⁰ Juntamente com a Helen, técnica do CAA/NM.

²³¹ Projeto do Fundo Clima do Banco Mundial destinado a apoiar ações socioambientais para povos indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais dos cerrados brasileiros.

iria. Ao chegar em sua casa, Rufino, marido de Antônia, disse-me que ela tinha acabado de sair para a feira. Resolvi então retornar para Catuti. Quando cheguei, ela estava montando a barraca ajudada pelos jovens que vieram da comunidade, uma delas Kauane, sua neta. Antônia me recebeu, expliquei o desencontro, ela comentou que tinha se esquecido de me avisar da feira. Falei que seria ótimo acompanhá-la naquele espaço.

Enquanto montavam a barraca, passaram por lá o secretário da agricultura, a secretária de finanças, ambos elogiam a Antônia e o trabalho que é feito pela associação. A barraca foi montada: mandioca, laranja, farinha, feijão andu verde, pimenta, diversas peças de artesanato de tecido. Ela me mostrou um senhor que está envolvido com os plantios de “algodão envenenado”²³². O movimento foi crescendo, grupos de músicas regionais animavam a noite em um palco que foi montado no centro da praça. Em um momento, dão a voz para uma psicóloga do CRAS que explicou uma das ações que vem sendo feitas no município. Ela disse que estamos na semana do combate ao abuso sexual das crianças e dos adolescentes. Criou-se um certo silêncio, as pessoas ouviam com atenção as falas dos convidados para contribuir na discussão. Em seguida, o burburinho das tantas gentes encheu a praça.

O corredor das barracas ficava cada vez mais cheio, Antônia atendia um, atendia outro, dava atenção aos jovens que vieram com ela, olhou o celular. Em algum momento ela me falou: “acabei de fechar com o Tiago um negócio de 250 bolsas para o mês de agosto”²³³. Enquanto isso, a música sertaneja foi se alternando com música romântica que tomou conta da praça, com muita gente dançando. Percorri as barracas, como um salgado, um suco, e fiquei nos cantos esperando o fim da feira, vez e outra trocando ideias com a Antônia. Até que ela começou a arrumar as coisas, desarmou a barraca para retornar para casa. Dou uma ajuda, ela leva a barraca e os produtos que não foram vendidos para a caminhonete fiorini, que a associação das mulheres ganhou através de um projeto. E comigo vão os jovens que vieram na parte de trás do fiorini. Alegres, vão comentando os casos da feira. Segundo eles, a Antônia sempre traz jovens para ajudá-la. E, pelo jeito, eles gostam muito pelo tanto de conversas animadas que vão travando no caminho de volta para Malhada Grande.

Chegamos já de noite, o Rufino, marido de Antônia, estava vendo televisão na sala, nos recebeu, os jovens, Kauani, Mari e Minervino, entraram e logo cada um foi para o seu canto. A

²³² Lideranças de produtores rurais do município de Catuti foram envolvidos em um projeto de produção de algodão transgênico cujo plantio é feito juntamente com a aplicação agrotóxicos para o controle de pragas, em particular para o combate ao bicudo, um dos insetos que foram responsáveis pelo abandono do cultivo do algodão na região da Serra Geral.

²³³ Refere-se a um dos técnicos do CAA que atua na comunidade. Depois fico sabendo, eram as bolsas para o VI Congresso de Desenvolvimento Social. Neste congresso apresentei um trabalho relacionado com ditadura militar e impacto nas comunidades negras nas regiões das planícies sanfranciscanas.

Antônia arruma uma cama para mim no quarto ao lado da sala. Levo minhas coisas e lá me instalo.

No dia seguinte, acordei cedo, a Antônia já sabia do interesse em fazer uma conversa com ela, gravada. Ela comentou que na parte da manhã era melhor. Antônia começou contando sua história a partir de sua entrada na Associação Quilombola do Gurutuba.

Desde quando eu comecei nesta luta em 2003 quando a associação quilombola foi criada, a gente vem lutando pelo território. Na época foi uma luta muito grande, apesar de ir para a luta sem que Rufino concordasse que eu participasse. Depois que eu caí dentro, vi que era uma coisa que eu tinha que fazer, estava correndo por uma coisa muito difícil que era o direito. Mas eu consegui e estou a aprender muitas coisas.

O meu pai e o meu marido foram presos na época do acampamento, da retomada²³⁴, aí eu acabei tendo de segurar mais as pontas. Eu via o pai naquela luta, pensava comigo, não vou deixar ele sozinho porque as outras meninas nunca que iam juntas, sempre era eu e ele que enfrentávamos as coisas. Fomos ficando e eu fui tomando gosto, sabia que lutar era o meu direito e eu tinha que lutar.

Na minha família somos nove irmãos, eu sou a mais velha. Tenho dois irmãos homens e seis irmãs mulheres. Hoje somos quatro que moramos aqui juntamente com a minha mãe. Meu pai²³⁵ foi nascido e criado aqui dentro, todos nós. Minha mãe era do Landim, que fica em um distrito de Monte Azul. A mãe dela, minha avó ficou viúva, antes ela morava aqui perto do Barreiro Branco, começou a namorar com o meu avô, casou e ficou morando em Barreiro Branco. Meu pai conheceu minha mãe, pai engraçou com mãe e já foi “ponhando” e trazendo para cá e aí ficou²³⁶. Eu nasci em 1966, casei e tenho três filhos, dois homens e uma mulher que hoje moram em São Paulo. A minha neta que mora comigo é de minha filha mais velha, desde que ela foi para São Paulo, pequenininha, que ela mora comigo.

Antes de ir para a luta eu já trabalhava na roça. Nós plantávamos roça de algodão, eu casei com 16 anos, aí continuei na roça plantando feijão, arroz. Quando casamos nós passamos a plantar uma roça grande de algodão. Moramos uns tempos na casa de mãe, depois mudei para uma casinha com uma porta só ali no carrasco. Ficava nessa casinha trabalhando para poder construir a nossa casa. O Rufino, meu marido, ele é lá do Gurutuba, da comunidade do Gorgulho. Com a plantação da roça, fizemos nossa casa e viemos morar aqui onde tive os meus três filhos. Depois começou uma rixa com o meu marido eu comecei a entrar na luta e ele começou a querer não deixar eu ir. Aí eu falei, não vou ficar debaixo do sapato seu.

Em 2006 o pessoal do quilombo resolveu iniciar a retomada. Eu fui para o acampamento, meu pai²³⁷ foi, e nós ficamos lá uns três anos. Nós fomos em 2006. Quando o pessoal foi preso, nós viemos embora. Então eu fui lá para o casarão onde é a sede da associação gurutubana, não podia deixar o povo que estava lá sozinho. Na época, sempre quem dominava mais o pessoal era eu, Dernivaldo e Faustina. Se nós ficássemos, todo mundo ficava, se nós não ficássemos não ficava ninguém. Nós tínhamos que resistir e ficar lá.

²³⁴ Refere-se à retomada que os Gurutubanos realizaram em uma das fazendas griladas por uma família de fazendeiro muito temida em toda a região, os Pulus. Os mesmos que também grilaram extensas áreas de terras nos gerais da Serra Geral.

²³⁵ Mariano era o nome de seu pai, e a avó materna, Cristiana. Seu Mariano, faleceu em um acidente de ônibus em agosto de 2011 juntamente com outros 10 quilombolas da comunidade quando faziam uma viagem para Montes Claros. Iam fazer uma apresentação do quilombo durante as Festas de Agosto.

²³⁶ A panha, traduzida foneticamente como “ponha”, foi estudado por Aderval Costa Filho (2008). Refere-se a um sistema de casamento onde, durante o namoro, a moça pode ser “raptada” pelo rapaz e que depois desdobra em um casamento reconhecido pelas famílias.

²³⁷ O seu Mariano foi uma das referências nos primeiros passos na constituição do Quilombo do Gurutuba.

Assim, quando o pessoal saiu de lá do acampamento, eu fiquei no casarão por uns três meses. Depois eu vim embora. Mas, sempre mais lá do que aqui. Sempre na reunião, todo final de semana eu estava lá acompanhando, como até hoje eu venho acompanhando. De quando fundou a associação nunca saí, quando não estou em uma posição eu estou em outra. Sempre estou acompanhando a associação, sempre vou em Brasília com os meninos. E estou acompanhando para ver o que Deus vai preparar para a gente, para a gente ter um futuro melhor para deixar para os nossos filhos.

Aqui, o que nós temos, não dá para criar nossos filhos. A terra que temos é pouquinho' com doze famílias. Porque cada filha tem dois, três filhos. A área nossa aqui é dezenove hectares e cinco ares. Não têm condições de você criar uma família dentro de um hectare de terra, nesse pouco de terra não tem como você estar criando os seus filhos dessa forma (Antônia, quilombola, 2018).

Perguntei para Antônia como foi que ela passou a se compreender como quilombola.

Ela disse que foi assim:

quando “Aberval”²³⁸ chegou ele foi me fazendo umas perguntas e foi me perguntando. E eu fui perguntando para mim, mas será que eu sou quilombola mesmo, de verdade? Quando foi um dia eu fui na casa da minha avó e perguntei a ela de onde ela veio, de onde que surgiu, porque eles vieram pra cá? Por que eles tinham medo dos trabalhadores da malária?²³⁹ Nessa época, eles tinham medo, corriam pro mato, eu já fui uma das que corri quando era na época da malária. Porque aqui era só mato, era tudo mato fechado. Quando aquele pessoal da SUCAM passava para poder fazer a pulverização nas casas, que eles ficavam sabendo que estavam vindo, juntávamos as panelinhas e corria todo mundo para o mato.

Eles falavam assim, “lá vem os brancos pra bater, fazer a pulverização das casas”. Então eles tinham medo, para eles já vinham fazer algum mal, porque sabiam que as pessoas brancas tinham esse preconceito com os negros. Corria todo mundo das casas e iam fazer o de-comer debaixo dos paus das roças. Eu fui perguntar por que tinham medo do pessoal que combatia a malária. Ela foi explicando para nós como que era, aí eu fui caindo na realidade e eu falei: “ah, então é por isso que eles estão fazendo essas pesquisas para saber qual a origem da gente porque se nós tínhamos medo dos brancos antigamente é porque alguns de nós, alguns desses pessoais nosso já foi relacionada com esse povo que vêm de fora”. Eu fui fazendo pesquisa com a minha avó e ela foi me explicando. Então, nós somos descendentes de africanos porque ela nos falava também, “você é de raça de tapuío²⁴⁰, sua bisavó foi pegada no mato, de cachorro”. Eu fui juntando as coisas e fui entendendo que nós éramos descendentes de quilombolas.

Aconteceu que eu sentei com pai quando chegou Dernevaldo²⁴¹ e os meninos. Nós sentamos todo mundo de outra vez que Aderval veio, nós ficamos conversando, nós contamos para ele como que foi, como que não foi. Ele nos falou que nós éramos descendentes de africanos, que nós éramos quilombolas. Nós todos aceitamos normal, só que os vizinhos, alguns, não aceitavam, falavam que a gente estava querendo tomar as terras deles. Mas, nós fomos explicando igual essa menina minha neta, mesmo ela desde

²³⁸ Mantive no texto a forma como os Gurutubanos se referem ao professor Aderval Costa Filho. Sua tese de doutorado “Os Gurutubanos: territorialização, produção e sociabilidade em um quilombo do centro norte mineiro”, defendida por ele em 2008.

²³⁹ O medo da malária a que Antônia se refere, é o medo dos trabalhadores da antiga SUCAM que passavam nas casas e arredores aplicando veneno para o controle da malária e, depois, do Mal de Chagas. A malária, que o pessoal denomina de maleita, os negros são mais resistentes (COSTA, 1999).

²⁴⁰ Tapuias, para a maioria das comunidades das planícies sanfranciscanas de Minas Gerais, refere-se à nação de antigos negros que viviam à semelhança dos índios nesta porção do território que era infestada pela malária.

²⁴¹ Uma das lideranças mais jovens do Gurutuba.

quando fundou ela nunca me largou, sempre ela aceita eu como quilombola, ela, a mãe, a irmã dela. E tem o irmão dela que não aceita de jeito nenhum, ele não acompanha as reuniões, ele mora e têm a terra dele aí, é da mesma família, da mesma raça. Eu não, eu aceitei tranquilo, logo já procurei atualizar os documentos, no meu registro na época tinha eu como doméstica, eu corri atrás para colocar que era quilombola, que eu não era doméstica porque eu trabalhava na roça. Na época que eu casei, por ser muito bestinha na época, não coloquei que eu trabalhava era na roça, ficou como doméstica. Eu fiz o requerimento só que eles não aceitaram, mas minha documentação toda é como quilombola (Antônia, quilombola, 2018).

Indaguei sobre a diferença que existe quando falam que é agricultor familiar ou quilombola. Ela falou que a diferença é muito pouca,

you can be a familiar farmer not quilombola and you can be a familiar farmer and quilombola in the same instance. Only that the familiar farmer who is not quilombola, at times, the rights of him are less than the rights of the quilombola farmer. The quilombola farmer has a profile of rights more than the farmer. Besides the rights, he has the attitude of respect or of autonomy, it seems that he speaks more loudly a little, of you having more autonomy, of fighting for the rights that a person has, a force of wanting to be more resistant. I feel that when I talk about quilombola, I never have prejudice of being and of speaking that I am quilombola, I fight for my right, I go far behind him.

Quando você chega num canto, aí aquela pessoa fala assim, “olha, vem chegando fulano, ela é da área quilombola”, chega dar um orgulho tão grande na gente! Porque a gente era bestinha demais, não sabia qual era o direito que tinha, você via as pessoas chegarem e pisarem na gente de toda forma, pisava nas pessoas em cima de você assim, e você não podia falar nada. Já como quilombola muda muito, você pode chegar e pode reclamar as pessoas, “olha você não pode fazer nele assim, é racismo algumas coisas que você está fazendo”, ou às vezes, “você está pisando na pessoa”. A gente tem mais orgulho de defender as pessoas, de você ter um direito de se defender. Não, eu tenho o direito de defender ele porque eu sou da mesma cor, sou da mesma raça, da mesma etnia daquela pessoa, eu posso muito bem defender ele. Agora, se você está achando ruim que eu estou defendendo ele, você vem para cima de mim então, uai eu sei me defender, se a pessoa não sabe se defender, mas eu sei me defender.

O prefeito que nós temos agora, eu já chamei ele umas três vezes, eu fui lá e entreguei a documentação da COQUINORTE²⁴² para ele e falei, “nós queremos criar uma secretaria da igualdade racial aqui dentro de Catuti. Eu quero seguir passo a passo os nossos direitos”. Hoje, tudo que ele faz, me manda no e-mail, até as emendas parlamentares que ele recebe ele põe tudo no whatsapp para mim ver. Por aí se vê que você já está sabendo, que você tem um apoio, tem pessoas que ficam meio abaladas quando veem que eu sei falar mais firme, eu mesma sinto orgulho de ser quilombola e não troco mais nunca na minha vida, minha origem não (Antônia, quilombola, 2018).

Antônia relatou como foi que ela entrou na Articulação Rosalino.

Antes da Articulação Rosalino, era uma Comissão Regional. Eu conheci Braulino foi numa reunião do casarão, naquelas reuniões que nós fazíamos no casarão, sempre eu estava acompanhando. Quando foi um dia ele me chamou para participar das reuniões, eu sempre

²⁴² Refere-se a uma forma que a Federação Quilombola N’Golo, de Minas Gerais, encontrou para descentralizar a participação das comunidades quilombolas. A Coquinorte articula diversas comunidades quilombolas da região onde está localizado o quilombo do Gurutuba.

estava andando nas reuniões do território,²⁴³ aí quando foi um dia ele falou comigo para entrar na Comissão Regional de Povos e Comunidades Tradicionais. Acompanhei com Braulino por uns três anos, depois eu já entrei em outras comissões de povos e comunidades tradicionais, foram entrando outras pessoas, sempre eu estava junto, sempre que tinha reunião em Belo Horizonte, em Brasília, eu estava junto. Foi seguindo dessa forma, quando fundou a Articulação Rosalino, foi na época do acidente em que meu pai morreu. Eu fiquei chocada na época, não fui mais para essas reuniões, eu fiquei só nas reuniões da associação, do CAA, da Cooperativa Grande Sertão. Fiquei um bom tempo parada. Agora que eu estou começando a andar de novo, mas é bom demais você estar lutando pelos direitos da gente, igual a Articulação Rosalino. Depois que ela começou a funcionar está avançando muita coisa.

A gente tem o orgulho de estar acompanhando, de estar participando e estar colaborando com alguma coisa. Quanto mais você colabora, você tem o conhecimento de alguma coisa, é uma vantagem para a gente. Eu não troco hoje por umas pessoas formadas que tem nas nossas comunidades, não troco porque o que eu aprendi na luta ninguém aqui tem noção do que eu sei, ninguém tem! Quando eu chego para falar com eles, olha que está acontecendo isso e isso, informação que cacei fora daqui, as pessoas me perguntam, “mas aonde você viu isso?”. Aonde foi que eu estava? Você vai lá, traz as informações para cá, daqui você já leva para dentro das reuniões, e você vai trocando aquelas experiências. Quando chega aqui, se você já tem aquela experiência, você já sabe resolver aquele problema que às vezes está afetando a comunidade. Você chega e já resolve não precisando de entrar em conflito, de entrar em guerra com ninguém. Então, o conhecimento que a gente tem, tem gente que forma na faculdade e não tem conhecimento nenhum. Eu não sou formada, estudei só até a oitava série.

Foram nessas interações que Antônia foi construindo sua compreensão acerca daquilo que a diferenciava, ou se aproximava, das outras categorias identitárias.

Nas reuniões da Comissão, no início não definia quem era geraizeiro, quem era vazanteiro, nem ribeirinho nem nada. Eu sentava perto de Braulino, falava, falava, eu fui pegando, agora eu já sei quem é. Ribeirinho é quem mora na beira do rio, caatingueiro é quem mora na caatinga, vazanteiro é aqueles que moram mais afastado do rio um pouquinho, que é perto das vazantes. E quilombolas somos nós que moramos na área de quilombo. Eu captei isso, ia no caderno e anotava tudo. Com isso, eu fui definindo quem era, quem não era, quem era indígena, quem não era. O caatingueiro com o quilombola são iguais, não tem assim quase diferença nenhuma, quase faz diferença nenhuma. Já o geraizeiro e os índios têm bem mais diferenças. Só que os índios não têm muita diferença de nós. As diferenças dos índios é que eles pintam, eles andam só com meia roupa, às vezes veste as roupas normais. Mas sempre que o índio, ele tem o sangue um pouco do sangue nosso. E a comida deles também é pouco diferente da nossa, que eles comem é caça, é pesca, nós também comemos caça e pesca. É quase igual, só que nós não andamos sem roupa na sociedade e eles já tem a coragem de andar. E nós não temos. A diferença nossa com eles é só essa, o resto é muito comum no modo assim de agir, é muito comum (Antônia, quilombola, 2018).

Conversando sobre como a Articulação Rosalino se organiza hoje, por *antenas* que interagem com os seus povos e suas comunidades, a Antônia se lembrou de quem participava mais na época da Comissão Regional.

²⁴³ As reuniões do território que Antônia se referiu foram as reuniões que demandavam o reconhecimento do território quilombola do Gurutuba, que eram realizadas em Montes Claros, Belo Horizonte e Brasília.

Era eu, o Ticão, tinha um outro do Pau Preto, Zé Alagoano, o Braulino, a Célia Xakriabá. Dos Geraizeiros eu não tenho lembrança, mas sei que as vezes participava o Elmy, de Rio Pardo, o Moisés, na época era um dos dois. Mas os outros assim eu não tenho lembrança não. Sobre a Articulação Rosalino, a gente tem que ter mais ação para a gente saber como que está funcionando direitinho e para a gente estar se comunicando, para a gente ter mais uma noção das coisas, como que estão funcionando (Antônia, quilombola, 2018).

Eu lembro à Antônia que, quando fui perguntar para Braulino que *antena* quilombola eu poderia conversar, ele falou: você vai ver Antônia, ela não está participando muito, mas ela já esteve, e nós temos que puxar ela de novo. Antônia com ar curiosa comenta que:

eu não tenho muita noção de agora porque eu não acompanhei. Mas essa luta é uma luta muito boa que a gente começou e que até avançou muita coisa. Na época, avançou muita coisa essa ação do território aqui do quilombo Gurutuba, sempre a gente estava pautando lá em cima, e a gente estava correndo atrás.

É uma coisa que a gente tem que estar mais forte da visão das coisas que acontecem lá em cima, para a gente estar atento na base, para estar atrás e trabalhando. Eu acho que é uma articulação que ela está fortalecendo mais as comunidades. E tem mais a trazer algum apoio para a gente na comunidade, eu acho que é uma coisa muito importante para nós, como comunidades tradicionais. Nós temos que estar correndo atrás de umas ações dessa forma, que a gente tem que trabalhar junto, discutir junto, tem que ter uma ação junto, então é uma coisa que a gente tem que estar fazendo. Quando nós entramos no acampamento mesmo, o tanto de gente que veio com a gente, tem que estar atento para poder estar ajudando as pessoas (Antônia, quilombola, 2018).

Questionei com Antônia como foi esse processo de ocupação do espaço como mulher. Ela comentou da importância que foi participar do Coletivo de Mulheres do Norte de Minas²⁴⁴.

Eu hoje me sinto assim, já aprendi muita coisa sobre sair, sobre o coletivo de mulheres eu aprendi muita coisa, hoje eu não tenho cisma. Agora, esses dias mesmo, tinha uma nora minha aqui e teve um homem que queria pegar ela na marra, eu estava lá em Brasília, de lá eu fiz a denúncia e a polícia baixou lá na hora. Agora, se eu não entendesse qual que era o lado, eu tinha denunciado não, eu tinha ficado parada, deixado quieto. Eu não, olha, falei com ele depois, “você agiu muito errado”. A pessoa tem que ter dois raciocínios, o que é o bem e o que afeta o companheiro.

Hoje não, eu sei que tenho meus direitos como mulher, eu posso sair cedo e chegar amanhã, porque eu sou a mesma mulher. Posso sair daqui um mês e chegar com um ano, eu sou a mesma mulher. E saber respeitar também, e saber lutar com a diferença do machismo com a própria mulher. Porque tem o machismo que às vezes ele prejudica a companheira, eu como mulher eu estou criticando a outra que está em minha frente bancando o machismo. E ela às vezes está agindo com a própria ação dela como mulher, e eu com o machismo pisando nela. Eu tenho que diferenciar o machismo com o racismo e com mulher.

Nesse movimento de mulher, a gente vê coisas com os olhos e tem que comer com a testa. A gente tem que viver para a gente e viver para os outros. Porque a gente vê coisas que não

²⁴⁴ O Coletivo de Mulheres do Norte de Minas foi um espaço que surgiu de diversas frentes que, então, questionavam as organizações e entidades sobre o trabalho com a questão de gênero. O CAA juntamente com outras organizações locais começou a discussão sobre a temática, e, nesse processo, foi constituído o Coletivo de Mulheres do Norte de Minas que passou a realizar ações conjuntas com outros grupos e organizações de Minas Gerais e do Brasil.

tem nada a ver, e que não tem nada a ver com a gente. Eu, como mulher hoje, antigamente eu era muito bestinha, todo mundo pisava na gente e ficava por isso mesmo. Hoje, a pessoa está falando alguma coisa ali com você, nem dou assunto porque antigamente eu vivia dentro de casa era só cozinhando, com uma panela de comida na cabeça e levando para a roça, era da roça para casa, e da casa para a roça (Antônia, quilombola, 2018).

Entrei na conversa sobre o entendimento que ela tinha do termo caboclo. Antônia trouxe o assunto de quando era pequena,

quando eu conversava com meus avós, tinha o caboclo d'água, o caboclo da mata. Na época que tinha mata alta, falavam que uma tal comunidade assim tem o caboclo da mata, não passa muito perto não porque ele pode estranhar vocês e até matar. E o caboclo d'água, tem a sereia na água. O caboclo d'água pode matar a pessoa no fundo da água sempre foi assim que eu entendi.

Para mim, quando fala cabocla, no entendimento meu quando eu era pequena, tinha um vizinho aqui que me chamava era de bugra porque eu tinha o cabelo muito preto e era moreninha do cabelo preto, que eu era uma bugra. Que a bugra que eles conhecem é uma índia. Eu acho que o caboclo é a mesma coisa de ser um índio, quase de uma forma de índio, mas ele vive na mata. E o caboclo d'água ele já é um caboclo que ele convive dentro da água. É uma pessoa, mas convive dentro da água. No sistema de um ET. O caboclo d'água ele é uma pessoa, mas ele vive dentro da água. É um espírito, uma coisa invisível. Porque ele está ali dentro da água e você só vê ele, se ele não te ver, porque se ele não te ver ele não coisa²⁴⁵. Ali no Barreiro Branco mesmo tinha uma sereia. De vez em quando você passava lá, ela estava em cima da pedra penteando o cabelo mais bonito. Quando ela vê você, ela pulava dentro da água e sumia. Você não via ela mais. Mas o caboclo do mato, diz que ele era muito peludo, eu mesma nunca vi não, mas o povo fala que ele era muito peludo, era um homem, mas muito peludo. Eu não conheci, não vi, meus avós sempre falavam, se você se perdesse na mata e pedisse ele para ajudar você a sair da mata, que ele ajudava, invisível, mas ajudava você a sair de dentro do mato.

E hoje já não tem mais porque não tem mata, não tem rio para poder ficar esses bichos dentro do rio. De primeiro você via carro de boi passar dentro de água. Aqui quando tinha essa vage²⁴⁶ aqui, você via passar dentro dos rios, você via tantas coisas dentro do rio que hoje você não vê mais. Eu já cansei de ver: carro de boi dentro d'água, essa vage aqui, quando ela enchia, você via o carro de boi cantando, cantava que você precisa de ver. Dentro d'água, no fundo, você não via quem é que estava passando, mas eles falavam que era caboclo d'água que estava passando. É como se fosse uma pessoa, só que uma pessoa invisível, que a gente não vê. Que é uma coisa invisível, igual ouro. Ele é invisível, se você colocar a mão nele ele some, se você não souber pegar. É igual é o caboclo também, ele é invisível, ele vê a gente, ele vê com a gente, mas você não vê ele.

E foi com essa noção de mundos, que andam na invisibilidade em meio às comunidades, que me dirigi à Terra Indígena Xakriabá, onde visitaria o Hilário e a Célia Xakriabá. Com Antônia, a história de uma extensa região com origem nos tapuias, comunidades negras que viviam como indígenas e, em outro momento, recantilados pelos fazendeiros brancos que chegaram junto com o controle da malária. E que, com o conhecimento da trajetória étnica, dos

²⁴⁵ Coisa, como significado de prejudicar, machucar.

²⁴⁶ Vargem, área baixa, que no período de chuvas costumam ficar alagadas.

encontros, dos intercâmbios e das lutas pelos direitos territoriais e das mulheres, passa a liderar com um entendimento muito próprio de quem são eles e os outros, a luta pela cidadania de inúmeras comunidades negras e mulheres das planícies sanfranciscanas.

Indígenas

Tinha previsto que faria o último campo com o acompanhamento às *antenas* do Povo Xakriabá, Célia e Hilário. Ainda antes de fazerem a designação das pessoas como *antenas*, a Célia vinha participando da Comissão Regional de Povos e Comunidades Tradicionais convidada por Braulino. Ela era ainda muito jovem quando começou a estar presente nas reuniões da Comissão Regional e contribuir com os primeiros passos do que viria ser a Articulação Rosalino, facilitando o diálogo entre as diferentes categorias étnicas que também estavam nos cursos de formação. Aliás, ela teve um papel fundamental naquele momento em que a comissão reunia onde eram socializadas as discussões que ocorriam na CNPCT, na Rede Cerrado e também no CAA.

A Articulação Rosalino na perspectiva da história Xakriabá nos contada por Hilário.

Hilário, já esclarecendo que Hilário é o pai de Célia, passou a ter uma participação mais ativa em um momento posterior da Comissão Regional, quando ela já tinha sido constituída como Articulação Rosalino. Hilário é uma das lideranças do Povo Xakriabá, da Aldeia Barreiro Preto e sempre demonstrou muito cuidado e atenção com as ações da Rosalino, em particular naquelas que dependiam de diálogos entre os povos. Além disso, ele também faz parte de um grupo de lideranças que fazem mediação na relação dos Xakriabá com do CIMI, CPT e de outras organizações, como foi o caso do CAA.

As conversas com o seu Hilário, nos momentos em que estávamos em sua casa, tendo ao lado o seu sogro, o Senhor José, foi que fiquei sabendo um pouco sobre os “chefes dos caboclos”, do tempo em que a comunidade era governada por sistemas que vinham se atualizando em cada uma das diferentes eras²⁴⁷. E que, antes de Domingos, o Rodrigão, junto com ele o Roso²⁴⁸, e, antes o seu Pedro, o Geromão, o Estevão, o Germano eram os chefes dos

²⁴⁷ Santa Rosa (2017), em sua dissertação de mestrado, fez um estudo etnográfico de como os Xakriabá organizam a cronologia temporal de suas histórias relacionadas com as transformações mais significativas que ocorreram ao longo do tempo.

²⁴⁸ Como era conhecido o Rosalino Gomes.

caboclos, depois transformados em caciques Xakriabá, tendo um cacique geral²⁴⁹. Sabendo que o Geromão era o avô de Manoelão, que foi o avô de Hilário. Nessas conversas, fiquei sabendo que Laurindão, que acompanhou o Rodrigo nas idas para as capitais e Distrito Federal, ainda vivia e morava lá nos “Olhos D’Água”²⁵⁰.

Narrando sua história, Hilário contou das migrações que foi obrigado a realizar e que tinha se tornado um costume frente ao contexto de encurralamento que estavam sendo postos pelos fazendeiros. Quando voltou de São Paulo para Missões, em 1995,

o Valdinho já estava como presidente da associação do Brejo, era a primeira associação na Terra Xakriabá, obra do Rodrigo. Então o Valdinho o colocou como secretário de finanças. Em 1988 seu Valdinho já era um dos primeiros vereadores que foram eleitos na primeira gestão do município recém-criado de São João das Missões, ele saiu para vereador. Foi quando eu assumi a Associação (Seu Hilário, indígena, 2018).

Seu Hilário lembrou que desde menino gostava de escutar histórias dos mais velhos.

Eu nasci nessa aldeia de Barreiro Preto, em 1961. E assim que eu comecei a conhecer a realidade do nosso mundo, eu já gostava desde criança de ouvir os mais velhos contar casos, histórias. E uma dessas histórias era falar da nossa ancestralidade, de nossos vínculos desse povo Xakriabá, de nossa era cabocla, isso era contado e eu ouvia com muita atenção. Ouvindo essas histórias eu ficava curioso para saber mais. No decorrer do tempo, lá pelos meus treze, quatorze anos foi que comecei a ouvir falar da questão da nossa terra, meu pai²⁵¹ falava que a nossa terra era uma terra diferenciada e que o INCRA e a RURALMINAS estavam de olho nela, fazendo com que pagassem impostos deste território. Eles, do INCRA e da Ruralminas, falavam, estavam achando que nossas terras eram devolutas, mas não era, a nossa terra foi doada pela Princesa Isabel, eles tinham que respeitar.

O meu pai falava sempre de alguns embates no passado, que a nossa protetora é a Iaiá cabocla, ela defendia logo que um desconhecido aparecia e queria tomar conta de nosso território. Os chefes na época não tinham essa quantidade de pessoas para fazer o enfrentamento, se valiam da Iaiá cabocla, que ela começava a atacar até que expulsava as pessoas do local. Mas, no decorrer desse tempo, com as misturas de pessoas que iam chegando, a cabocla foi afastando e a proteção já não era como antes. Na década de 1970, início nos anos 1973, 1974, já estava com os 13 anos, aí o pessoal da Ruralminas começou a invadir. Eu lembro pois eu e meu irmão mais velho, nossa família criava gado curreleiro, era mesmo só pra tomar leite, criava era na soltona²⁵², tudo na largada²⁵³, aí a gente saía para pasturar as duas vaquinhas que a gente tinha, quando deparava com aqueles homens estranhos entrando no nosso território, fazendo aquelas balizas, iam cortando o chão.

Se a gente tivesse uma chácara, um plantio de banana e mandioca, se o marco desse ali, eles iam e nem pediam licença, já cortavam tudo, derrubando, picotando, fazendo picadas e não queriam nem saber. Foi nessa que época que ficou esta lacuna, porque antes, o chefe

²⁴⁹ Mais sobre a história dos Xakriabá, ver Santos (1997) e Oliveira (2008).

²⁵⁰ Aldeia Olhos d’Água. Perguntei para o seu Hilário por que esse superlativo em alguns nomes. Ele me disse que era um costume antigo.

²⁵¹ Firmino Correa Franco, pai de Hilário. E a mãe, Getúlia Moniz de Oliveira.

²⁵² Refere-se à “solta”, sistema tradicional de uso das terras no Norte de Minas, onde extensas áreas eram destinadas ao uso comum para a criação do gado.

²⁵³ Refere-se à “larga”, denominação que davam ao local da “solta” dos animais.

geral era Estevão e depois era Geromão e depois o Pedro, filho do Geromão. Depois da morte do tio Pedro ficou uma lacuna, alguns anos sem uma representação, foi quando os fazendeiros, os grileiros, o latifúndio foi crescendo os espaços dentro das nossas terras. Neste começo da década de 1970, a Ruralminas dizia que para nós ter direito na terra tinha que pagar imposto. Começaram a fazer demarcações e quem não tivesse condição de legalizar o seu pedaço de terra iria ter que ir embora ou morar de agregado para quem tivesse condição de ter essas terras legalizadas.

Frente a mais uma ameaça, agora no contexto da ditadura civil-militar de 1964 e das políticas desenvolvimentistas dos governos federal e estadual, os Xakriabá são obrigados a se defenderem. E não foi fácil.

Foi então que o Manoel Gomes de Oliveira, que é o Rodrigão, ele já tinha algum conhecimento fora, tinha uma leitura, ele também tinha servido o exército. Nessa época ele casou aqui, com filhos pequenos, os primeiros filhos, ele vendo aquele aperto da situação começou a pensar junto com os demais como fariam para resolver. Foi a hora que o pessoal vendo nele um conhecimento que poderia ajudar, as pessoas das mesmas raízes, da mesma família que vinham os outros, a ascendência das outras lideranças, aquele perfil de calma, amigável com todo mundo, conselheiro, aí o pessoal, os parentes indígenas começaram a apostar nele. E ele começou a marcar viagem para Brasília.

Imagina naquele tempo a dureza que era. Nós enfrentávamos seca, a gente vivia propriamente do que plantava, não tinha nem sequer aposentadoria, vivia era do que plantava. Nessa conversa, o pessoal se juntava, fazia uma reunião, e tirava um encaminhamento: “quem vai me ajudar pra viajar?”. Tinha vez que ele montava em um cavalo e saía de casa em casa e falava que tinha uma viagem para Brasília, “preciso de ajuda” e as pessoas davam uma moedinha aqui e acolá, um conto de reis, cinco contos, dois contos, na época do conto²⁵⁴. Tinha também aquela ajuda, “ah eu tenho um prato de feijoa²⁵⁵, “tenho meio prato de feijoa” (fava), ou de andu, ou de feijão. Aí deixava com a família dele para ajudar na casa e o dinheirinho que ele juntava ele ia e ficava algum tempo porque não dava para ficar indo e voltando. Quando ele chegava, trazia alguma notícia. Teve uma vez que veio, na época não era a FUNAI parece que o nome era SPI²⁵⁶.

Ele solicitou lá a essa SPI para vir conhecer os índios, e eles vieram, fizeram uma grande reunião aqui no Sumaré, aonde teve uma reunião, mas só que tinha mais gente do poder contrário do que da própria instituição da SPI. Teve uma conversa muito ampla, reuniu muita gente, deixaram muitos para baixo, essa reunião tirou muito da esperança do povo. Eles falaram de uma “Lei da Terra” que veio depois e desqualificou essa doação anterior. O Rodrigo baixou a cabeça e o pessoal foi embora, pensou, pensou, pensou, aí o povo queria uma resposta dele, o que ele achava de fazer de agora em diante. Ele falou, “eu não tenho resposta pra vocês agora, eu vou embora pra casa e dependendo do que eu pensar lá depois eu volto para conversar com vocês”. Ele foi para casa e lá ele pensou uns dois ou três dias, não me lembro o número de dias certo e voltou a conversar com a população, que ele ia viajar de novo para Brasília, ele não iria desistir não.

A persistência dos Xakriabá, através de Rodrigão, possibilitou uma primeira vitória com a implantação em 1973 de um posto indígena na terra Xakriabá.

²⁵⁴ Era a forma de tratamento que se dava ao valor do dinheiro: conto de réis.

²⁵⁵ Também conhecido como feijão fava, do gênero *Vigna* spp.

²⁵⁶ Serviço de Proteção ao Índio.

Ele viajou e no retorno desta segunda viagem, já estava dando a ideia de que viriam criar aqui um posto dessa instituição que protegeria os nossos direitos. Foi daí, então, que começou a dar esperança, nessa década de 1970, de que havia uma solução, um meio para poder resolver essa questão dos invasores. Teve vários nomes de invasores, tinha um tal que era tipo um chefe das pessoas que vinham para fazer os croquis²⁵⁷, ele tinha o nome de Calais, esse nome ficou na história do povo aqui quando falava assim: “Calais chegou aí”, todo mundo já ficava aflito. Aí eles iam adentrando para dentro de nossas terras, mas aquele negócio não acabou²⁵⁸; Ele, Calais, era tipo chefe da engenharia da Ruralminas. Mas, a insistência do Rodrigo foi tanta que ele começou a ser perseguido também, começou a ser visado de tal forma que ele não viajava mais pelo caminho certo, desconfiado.

Depois de tudo, que eu voltei para cá, eu tive a oportunidade de levar Rodrigão na Bahia, alguns lugares que ele queria ir, ele foi me mostrando: “Oh Hilário aqui na Br 135, um tempo atrás era uma estrada deserta, uma estradona deserta, olha aqui, está vendo essas matas aqui? Imagina há vinte anos, trinta anos atrás, como que era isso aqui. Eu cheguei a passar por aqui de pé à noite, aí quando escurecia muito e eu ficava com medo de alguma fera me atacar, eu não tinha outra solução, não tinha morador nem nada, eu subia em uma árvore dessas e passava a noite para poder me livrar das feras”. No outro dia, ele pegava caminho e, quando não achava uma carona de novo para ir no sentido que ele ia, que era Brasília, ele ia andando de pé. Ele fazia isso também para não passar no caminho certo porque ele já estava manjado. Tudo isso em busca da solução do nosso território, do nosso direito territorial. Esta história ele chegou a me falar foi em 1999, 2000, quando eu já era crescido e o nosso território garantido.

Aproximando dos dezoito anos, o contexto de falta de alternativas levava muitos jovens e adultos a migrarem. O destino mais comum, em meados dos anos 1970, era o estado de São Paulo. Hilário vai atrás, não antes, porém, de se dar conta da resistência de seus parentes que enfrentavam os fazendeiros. Ele conta.

Antes de ir para São Paulo, a primeira vez foi em 1978. Antes de eu ir, era menor ainda, eu estava em casa uma hora dessas assim, era noite, aí apareceu tanta gente, mas tanta gente daqui mesmo da nossa região, estranho juntar tanta gente assim a noite, e eu estava sem saber de nada, foi chegando um, “oh Firmino, tá pronto pra ir? Vai para onde moço?”. “Vamo derrubar a cerca do fazendeiro, não dá para ficar assim não!”. Cada um pegou uns machados, pé de cabra de arrancar arame, de puxar prego, armado de foice, de machado, e tinha umas espingardinhas de bucheiro de caçar também, eu vendo aquele movimento, então eu ia se chamasse, “vamo também?”. Eu fiquei até meio animado para ir, mas não

²⁵⁷ Croqui refere-se ao mapa que os agrimensores faziam ao medirem as terras.

²⁵⁸ Segundo Santos (1997), Manoel Calais era o representante da Ruralminas responsável pela regularização das terras na região. Ela explica como se dava os procedimentos de grilagem de terra e posterior regularização pela Ruralminas: “O que, segundo depoimentos, já ocorria, tendo sido este, ao que parece, um meio comum de grilagem de terras na região, naquela época. Fazendeiros adquiriam pequenas posses, a partir das quais tentavam legalizar terrenos muito maiores, pagando as taxas de ocupação e medição correspondentes e registrando-os no cadastro do INCRA. No relatório do antropólogo Ney Land, enviado pela FUNAI à área em 1971, encontramos exemplos de como funcionava este mecanismo de regularização de terras: o remanescente indígena Miguel Araújo Carneiro vendeu ao Rosalvo Fraga Fernandes uma posse de terras com cercado, posto e casa, dentro das terras doadas aos índios. O documento particular foi registrado em Cartório (1967 ou 1968). O Rosalvo, de posse do respectivo recibo, acertou com o representante da Rural-Minas na área, Manoel Calais, a demarcação das terras que êle, Rosalvo, disse possuir. Foram então abertas as picadas circulando tôdas as propriedades dos remanescentes até fechar o perímetro. O Rosalvo mandou que o Emílio saísse de lá pois as terras lhe pertenciam; que a Rural Minas lhas havia vendido. O Emílio não acreditou e permaneceu em sua casa. O Rosalvo constantemente o ameaça.” (Land, N. 1971: 02/03, citado por SANTOS, 1997, p. 74 e 75).

me chamou. Reuniram uns cinquenta homens nessa boca da noite e essa estrada principal que você passa já estava toda cercada pelos fazendeiros.

Eles chegavam em um parente e iludia ele com uns contos, ficava ali com uma roça de mandioca, disse que indenizava e pegava e cercava, socava, cerca, essas estradas já eram tudo corredor de um lado e de outro, mas tudo dos fazendeiros. Foi aonde nessa época que descobriram que se esperasse só pela instituição, pelo governo, nós nunca íamos ter o território demarcado, tinha que ir para o enfrentamento. Foi o primeiro enfrentamento que fizeram naquela época, cortou um trecho grande de arame. Era na época da ditadura. Teve também o primeiro contra-ataque depois que cortaram os arames, veio uma vistoria de helicóptero para cima e para baixo tirando fotos e mandando certamente um meio para processar essa população.

Isto foi antes de eu ir para São Paulo, em 1976 ou 1977. Em 1978, eu fui para São Paulo a primeira vez, meu irmão mais velho, Narsino, já estava lá. Ele veio, aí eu voltei com ele para São Paulo. Nessa época, quem fosse criando força e já tivesse condição de sair ia saindo porque não tinha jeito de ficar. Foi um impacto muito grande para mim sair daqui sem nenhum documento, cidade grande, na época da geada, sem blusa, só com o registro de nascimento. Naquela época, o patrão de meu irmão me pegou, sem documento nenhum. Trabalhei de ajudante geral em uma recauchutadora de pneu. Entrei em uma escola para tirar o documento pelo Mobral²⁵⁹, aqui na Terra Indígena. Não cheguei a sair da primeira série, não conseguia passar porque os professores não ficavam, os professores eram de fora, vinham e não tinham compromisso com a comunidade, antes de você passar de ano eles já tinham ido embora e você ficava. Depois que eu entrei na escola, me deram a carteirinha de estudante, meu irmão teve que assinar como responsável por mim para tirar o primeiro documento que é a carteira de trabalho. Assim que tirei a carteira de trabalho eu não pude continuar a estudar porque não era compatível com o horário do trabalho.

Aí fiquei indo e voltando, de 1978 até 1982. Tinha a Bia²⁶⁰, que hoje é a minha esposa, era nossa vizinha aqui, encontramos um ao outro lá em São Paulo e começamos a olhar diferente. Não nos olhava mais como criança, ficou sério e casamos em 1982 (Seu Hilário, indígena, 2018).

Bia, esposa de Hilário, estava próxima escutando a nossa conversa, confirmou: “casamos no dia 3 de setembro de 1982” (Bia, indígena, 2018). Entre as idas e vindas a São Paulo, Hilário acompanha a segunda fase da luta Xakriabá, assentada nos “ajuntamentos”. Foi a maneira Xakriabá de garantir a retomada do território e de promover a desintrusão, “na prática”, dos fazendeiros.

Voltei, casei, morei um tempinho com os meus pais, depois fiz essa casinha aí do lado, começamos a morar. Dois anos depois, ela já estava gestante da Sandra, a mais velha. A coisa financeira piorou, já com uma responsabilidade pois agora já tem uma família. (Seu Hilário, indígena, 2018).

Aqui, nesta época, em 1982, os ataques estavam apertando mais ainda e, em 1983, se eu não me engano, houve o primeiro ataque de conflito aqui no Sapé. Os indígenas marcaram de fazer um “ajuntamento” lá, fazer uma roçada coletiva, foi em uma das áreas que o fazendeiro estava tomando de conta nas nascentes, só que nesse ajuntamento foi pouca gente e teve um conflito onde um indígena levou um tiro, os jagunços levaram corte de

²⁵⁹ Movimento Brasileiro de Alfabetização, institucionalidade criada pelo governo militar como estratégia para diminuir o número de analfabetos. Estimulava pessoas que tivessem o primeiro grau, para que trabalhassem como professores de alfabetização em suas comunidades ou bairros.

²⁶⁰ Maria Nunes Correia.

foice, foi uma troca neste ataque. O Roso²⁶¹ estava junto com o Rodrigo, solicitou uma urgência da FUNAI para virem socorrer, interferir, pois, estavam sendo atacados de todas as formas.

O Rosalino nesta época já era um braço forte de Rodrigão. Foi quando veio um agente da polícia federal e falou que pudessem tocar o mutirão, que pudessem fazer o ajuntamento de novo, que iria dar uma assistência. Só que, naquela ocasião, os posseiros, os grileiros aliados à polícia militar mandou vários policiais para cá, muitos, para impedir o serviço, o ajuntamento nosso. A polícia federal entrevistou e falou com os policiais militares, “você vão vigiar para não haver conflito” aí pôs elas para vigiar. Até então eu estava nesse movimento. Um tio meu que foi lá no Brejo para ver como estava a situação. Pois, nesta época, ainda não tinha liderança nas comunidades assim propriamente dito, não tinha formado ainda essa representação. Um tio meu que era vizinho foi lá no Brejo e o Rodrigão mandou uma escrita para ele: “oh, João você vai e ajunta o pessoal, o mutirão, o ajuntamento, avisa lá que amanhã tem um ajuntamento mais forte, vai ter polícia, qualquer coisa você mostra e fala que foi ordem, que a gente que mandou”.

Ele trouxe as escritas e eu já estava sabendo ler alguma coisinha, ele me deu para ler, eu li. A escrita estava falando isso e aquilo, o meu pai também sabia ler um pouco. No outro dia cedinho veio umas três pessoas para cá e daqui já saímos com uma foice nas costas. Quando eu subi um ladeirão lá embaixo, no sentido de Sapé, quando eu olhei já tinha uma filhinha de umas cinquenta pessoas a pé. Naquela época para arrumar cinquenta pessoas não era fácil não. Quando nós chegamos lá, na chegada lá na aldeia do Sapé, em cada beco de carreiro tinha cinco ou seis policiais. Eles perguntavam, “estão indo para ajuntamento”, nós respondíamos, “é, indo para o ajuntamento”. Eles falavam, “está logo ali na frente”. A federal já tinha dado ordens para os policiais militares, “olha vocês vão vigiar para não haver conflito, é só isso”. Aí os policiais não tiveram autonomia de cumprir a ordem dos fazendeiros que era para não deixar a gente trabalhar. Foi esse ajuntamento que juntou seiscentos homens, e nesses seiscentos eu estava lá no meio também. Antes você escutava a pancada do machado ou da foice era assim, pá ... pá ... pá. Neste não, você escuta assim: prooooooooooh! Limpando as áreas para fazer a roça no coletivo.

Só que desse ajuntamento para cá, era o que eu tinha falado. A situação financeira foi apertando, a mulher gestante de nossa primeira filha, a gente não ia passar na cabeça que ia chegar no ponto que chegou, eu precisava ir em São Paulo, falei para o meu pai, ele falou, eu já estava pensando isso, aí eu falei, eu vou ficar uns quatro meses e volto, a Bia fica, vocês olhando ela aí.

Mas, a última migração, que poderia durar apenas quatro meses, durou onze anos entre idas e vindas. Foi quando, antes dos filhos entrarem na adolescência, retornou de vez para a terra de origem. Os Xakriabá viviam um novo contexto. E o seu Vadinho contribui com a sua reinserção.

Mas que decepção que foi dessa vez, foi em uma época de crise violenta de desemprego, no final de 1983, foi uma crise. Demorei uns dois meses para arrumar um serviço de ajudante geral, eu não tinha profissão, era ajudante geral em uma casa de material de construção. Eu já tinha batido em várias portas durante dois meses caçando serviço e nisso meu irmão mais velho estava lá de novo, já havia casado, ele me deu apoio. Arrumei esse emprego ganhando um salário mínimo. Depois eu fui buscar a mulher que estava perto de ganhar nenê, foi nessa previsão que era de quatro meses foi onde ela ganhou a primeira, a segunda, a terceira e o quarto. Ganhou tudo lá em São Paulo, foi quando melhorou e voltei para a mesma firma que eu trabalhava antes. Nessa previsão de ficar quatro meses ficamos

²⁶¹ Rosalino Gomes, também chamado pelos indígenas de Roso.

quase onze anos nessa vinda de lá para cá, de cá para lá, que foi como eu falei para você que cheguei aqui de volta. Foi em 1995 quando nós voltamos para cá, a Sandrinha já estava com onze anos.

Então quando cheguei é que peguei para saber o que que tinha que eu podia estar no meio. Tinha criado recentemente a associação, foi aonde chegou neste ponto que eu fui convidado para contribuir com o Valdinho. Nesta primeira associação o Valdinho me colocou como secretário de finanças. E em 1988, com o Valdinho vereador, eu assumi a presidência. E, enquanto presidente dessa associação aí tive o privilégio de Domingos²⁶² ser meu secretário, ele era um rapazinho, ele já tinha casado recente. Foi em 1997 (Seu Hilário, indígena, 2018).

Mudando o rumo da conversa, seu Hilário passou a falar de Rodrigão, de contador de histórias até que assume o papel de liderança xakriabá. O seu carisma é ressaltado por Hilário e a contribuição na formação de outra jovem liderança:

Eu tinha um conhecimento maior com Rodrigão, mais antigo, porque eles, a família de Rodrigão, trocaram afilhados com meu pai desde cedo, os primeiros filhos. Eu tinha uma irmã mais velha que era afilhada dele, e esse Zé, que hoje é filho dele, é afilhado de meus pais. Então já tinha essa convivência mais próxima, ele morou muito tempo aqui no final da aldeia do Barreiro Preto, entre Barreiro e Barra. Eles moravam na beira do riacho, era de muita fartura aqui desta nascente descendo para baixo. E o socorro da gente também porque tinha esse rio aqui, mas não era perene. Então eu ia lá com minha mãe plantar horta. Junto com a dona Rosa que é viva até hoje, esposa de Rodrigão, era muito amiga da minha mãe, era cumadre e a gente plantava, fazia horta grande lá. Minha mãe não ia molhar não, quem ia molhar era eu, meu irmão Marcinho e um primo meu, que morava vizinho, “nós vamos lá molhar a horta”. A gente tinha mais convivência.

No tempo dos reizados, no tempo da quaresma, nós costumávamos rezar, tinha esse costume de rezar da boca da noite até as três horas da manhã, no mínimo quando o galo cantava. Enquanto o galo não cantava não parava de rezar. E eles vinham para cá, reunia aquele tanto de vizinhança, ele sempre vinha, Eu conheci ele muito como contador de histórias. Nas fogueiras que fazíamos para poder aquecer eu lembro bem das histórias dele, da vida do exército, das nossas histórias, ele não era ainda representante não, esse conflito ainda estava meio escondido.

Mas, depois que começou esse enfrentamento, que ele começou a puxar de frente, aí ele já tinha essa referência de um representante geral do povo, ele tinha o dom de receber as pessoas. Se tinha um conflito aqui, de uma demanda de um com outro por uma determinada coisa, ele chamava para conversar, um e depois o outro. Ele tinha uma forma muito tranquila, conversava com uma pessoa lá por mais estressada que tivesse aquela pessoa, ele chamava aquela primeira e começava a contar uma história, um caso ou outro, aí essa pessoa começava a dar risada junto com ele. Depois ele chamava o outro que já vinha de lá cuspidando fogo, dizendo, “vim aqui apressado não posso esperar que eu tenho que resolver minha situação”. Ele dizia, “calma moço, tô lembrando aqui de uma passagem”, e ele conta uma história lá de outra coisa que não tinha nada a ver os problemas. Daí a pouco o outro estava dando risada ali também, daí a pouco foi chegando no assunto que ia tratar. Já tinha criado o clima, ele então conduzia a conversa, “olha, nós passamos por um processo tão difícil, nós temos que estar juntos, vamos deixar disso” daí a pouco aquele pessoal saía dali já dado a mão como amigo.

Ele era essa pessoa de um carisma muito grande, muito respeitado. Quando aconteceu a chacina envolvendo a família de Rosalino, ele arrumou um espaço próximo dele para acolher eles lá. D. Elisa foi para lá com os filhos, o mais velho era o Altelício, não tinha

²⁶² Filho de Rosalino Gomes.

quinze anos ainda, o resto tudo criancinha, levaram eles para lá e ficou perto. No andar dessa caminhada ele já tinha Domingos como referência, tinha algumas reuniões, um tanto polêmicas que vinha de fora para dentro, ele já colocava Domingos para fazer uma fala, outras vezes punha o Domingos para coordenar aquele momento. Viajava com ele. O Rodrigo já depositava uma determinada confiança no Domingos. Ele deixou esse legado de conselheiro, de uma pessoa de dizer “sim” e dificilmente o “não”. Ele não era a pessoa de falar o “não” e nem o “sim” rápido, mas se ele falasse, estava falado (Seu Hilário, indígena, 2018).

A luta pelo direito ao território e pelo reconhecimento de sua indianidade, e que culminou com o massacre onde Rosalino e outros dois índios perderam a vida, colocaram para os Xakriabá muita precaução na relação com os não índios. Primeiro, com os fazendeiros e os posseiros que cobiçavam as terras dos Xakriabá, aproveitando de uma série de programas e de projetos de incentivo à pecuária extensiva com recursos governamentais do Estado e da União. Aparelhos do Estado e do município foram mobilizados. O que gerou muita desconfiança entre os indígenas na sua relação com o entorno local e regional. Em um outro momento, passado o conflito maior, começaram a desenvolver estratégias, no sentido de superar o isolamento e a discriminação que vivenciavam. A Articulação Rosalino é vista como um exemplo dessa construção.

Hilário comentou que,

em se tratando de povos indígenas, de um modo geral, em um primeiro momento, fomos obrigados a voltar o olhar para nós mesmo. Neste enfrentamento, tínhamos um olhar como se os demais que viessem poderiam ser inimigos, os xakriabá não tinham essa confiança até mesmo com a FUNAI. Até com o próprio CIMI, em determinado momento, os povos em si tinham muito dessa resistência, de confiar abertamente, de expor, isso não era só com os outros, com outras etnias como as comunidades tradicionais. A desconfiança era por causa da história toda.

Com o processo de luta, o índio também ficou muito para si nesse enfrentamento. Mas aí, quando a gente estava falando na questão dessa proximidade, de dar a mão a essas pessoas que são da mesma luta, quilombolas, comunidades tradicionais, eu posso te dizer que isso não é velho não, que isso é novo, essa proximidade. E eu falo com bastante precisão que o CAA teve um papel importante nessa aproximação, tanto é que um exemplo mais recente, se não me falha a memória, foi em 2014, quando nós fomos para o Acampamento Terra Livre, em Brasília. Nós conseguimos levar alguns representantes de comunidades tradicionais junto com a gente, o que não é também de nosso costume. Todos os anos se reúne lá somente povos indígenas, cerca de dois, três, quatro, cinco mil indígenas, às vezes, raramente, alguma representação parceira que vai para dar apoio. Mas não tinha vínculo com os demais, com as lutas. E nós conseguimos levar e foi bem recebido.

Lá a gente falou um pouco sobre o porquê estavam lá aqueles representantes, porque nós temos uma articulação, onde entra a Articulação Rosalino que deu essa aproximação entre os povos. Era só parente que vinha falando, quando chegou a vez da gente Xakriabá falar, eu falei, “vou deixar a minha fala aqui para parceiros meus de luta falarem, que a luta é igual, para eles contarem um pouco da história de como está se passando com as comunidades tradicionais”. E lá falou geraizeiro e vazanteiro e isso foi muito importante. Quando eu disse assim que essa desconfiança talvez não foi por causa de alguma coisa no passado que deixou essa desconfiança. Na verdade, o povo indígena é muito só na luta,

assim, nós vamos resolver o problema. A gente acabou também percebendo, quando fez esse chamado para a gente se aproximar um pouco mais dessas outras frentes de lutas, conhecer um pouco mais, aí é que eu falo que o CAA foi importante nesse papel, consolidando com a criação da Articulação Rosalino. É porque, de fato, isso aconteceu com aquela troca de experiência.

Hilário destaca a importância dos intercâmbios na construção da aliança que se fez, na prática, entre os povos tradicionais do Norte de Minas.

Na aproximação entre os povos, caminhando junto com o CAA, aquela vinda do Quilombo de Brejo dos Crioulos²⁶³ aqui na Terra Indígena, em 2011, querendo saber da experiência nossa. Foi uma porta que se abriu para que eles viessem e a gente poder escutar a história deles também. Naquele mesmo tempo deixou um sentimento para nós, enquanto povo, um sentimento de que tem um próximo precisando também desse apoio. Que nós temos um inimigo em comum que deve ser enfrentado juntos. Isso deixa pra gente essa sensação de entrelaçar nossa luta, e daí para cá você sabe que também com a Célia²⁶⁴ fazendo essa corrida de visita com vocês. Isso também com certeza vem somar pra chegar no momento agora das nossas retomadas e revisão dos limites do nosso território, recebendo essas visitas, esse apoio que vem também os quilombolas, vem os vazanteiros, os geraizeiros. (Seu Hilário, indígena, 2018).

²⁶³ Em 2011, aconteceu uma visita de intercâmbio do Quilombo de Brejo dos Crioulos à Terra Indígena Xakriabá. Está registrado assim no Plano de Etnodesenvolvimento – CAA, 2012: Entre as oficinas realizadas parte delas constou de visitas de intercâmbio que aconteceu com uma viagem a Brasília em apoio à luta pela retomada do território e uma visita ao território do Povo Indígena Xakriabá, em São João das Missões.

²⁶⁴ Célia Xakriabá, filha de Hilário, e que no começo dos primeiros passos da Articulação Rosalino, ainda quando era chamada de Comissão Regional de Povos e Comunidades Tradicionais, contribuiu muito na aproximação entre os povos.



FIGURA 47 - Visita dos quilombolas de Brejo dos Crioulos ao Povo Xakriabá. Fevereiro de 2012.
Foto: Dayrell, 2012.

Isso nos fortalece. Com os quilombolas fizemos um momento interessante, uma simbologia de partilha, de artesanato, tudo aquilo ali fez um envolvimento muito bacana onde você acaba estimulando a confiança. É como eu tinha falado, na Articulação Rosalino. Se o companheiro que hoje, não temos sombra de dúvida que são parceiros na caminhada e na defesa, porque, aonde eu tiver, se ele não estiver, aonde eu tiver, se tiver alguém começando falar e não falar bem de determinada representação dele, ou do qual ele representa ou determinada associação, instituições que representa aquele povo, e que essa pessoa que é de representante daquele movimento não tiver, e se tiver alguma coisa lá que eu vejo que a pessoa está colocando em dúvida aquele movimento, eu vou lá e defendo e já faço a defesa. (Seu Hilário, indígena, 2018).

Aliança que vem sendo construída, segundo Hilário, com a confiança entre os diferentes povos que também se afirmam como nativos.

Igual eu falei anteriormente, se nós estamos em uma discussão, se eu estou numa comissão estadual aonde tem, através da Articulação Rosalino, várias outras comunidades lá representando, aonde se eu não tiver, e tiverem falando mal do Xakriabá, eu sei que eles vão me defender. E eu também posso estar em outro departamento, em outro lugar que eles não estão, eu posso também fazer a defesa deles. É assim, também nos espaços políticos que nós devemos estar. Se não é meu, mas pode ser o meu filho, pode ser um jovem dessas comunidades tradicionais que ocupam os espaços, porque lá também eles vão falar pela gente, por quem está na base. Se o quilombola está lá, se nós estivermos entrelaçados aqui nessa união, se não tiver o indígena lá na Assembleia Legislativa de Minas Gerais, mas um quilombola estando lá, ele vai falar também a defesa de nós, ou se for vice-versa, também.

Em Brasília se tiver um lá também na casa que disse que é nossa, alguém lá que representa, não precisa.

Da mesma maneira, eu já tenho confiança também nessa pessoa de caminhada também que é o caso de Cícero, vazanteiro, o Jaime, veredeiro, o Gilberto lá no Quilombo de Praia e tantos outras, eu sei que vão fazer a defesa nossa, o Orlando geraizeiro, a Tatinha Apanhadora de Flores Sempre Viva, garanto que todas estas pessoas, sem falar de outros companheiros que já estivemos juntos, vão fazer a defesa também. Garanto que não vai deixar, se um lá estiver falando, “Xakriabá não sei o quê”, se a gente não estiver, com certeza eles vão “Ei, para aí”, então a gente já tem essa confiança dessa defesa.

Essa desconfiança ela era natural antes, uma coisa natural surgiu, olhar você como instituição, CAA ou Articulação, se nós não tivéssemos um conhecimento bem mais aproximado, com certeza nós íamos ficar desconfiados. Igual chegar você agora, eu já te conheço, mas representar numa reunião interna maior que eu acho que você pode participar, você chega lá mais eu que não está avisado, até explicar o que está acontecendo, muita gente ali vai ficar pensando, quem é esse cara, se eles não te conhecem.

Eu acho que a Articulação Rosalino Gomes de Povos e Comunidade Tradicionais fez juz a esse nome, porque a pessoa de Rosalino, ele era uma pessoa muito acolhedora, meiga, ao mesmo tempo de ação. Aí é onde entra o Rodrigão, aquela pessoa conselheira, mais “calma aí!”, enquanto o Rosalino era mais aquele de “vamos!”. Isso tem também no meio nosso, nem pode todo mundo ser tudo um pouco, tem que ter aquele equilíbrio, isso faz parte. Além disso, o Rosalino tinha o dom também de articulador (Seu Hilário, indígena, 2018).

Então, novamente Seu Hilário mudou o rumo da conversa, retomando às lembranças sobre o Rosalino e a relação que ele tinha com o Rodrigão:

O que eu lembro de Rosalino antes de conhecê-lo pessoalmente, porque na época quando a gente até a idade de antes de dezoito anos, você tinha pouca liberdade de ir para a festa igual hoje, de ir para os encontros, você ficava mais resguardado, só se o pai mandasse. A gente não tinha uma liberdade mais plena, os pais seguravam muito, seja homem, seja mulher, no máximo era nesses ajuntamentos que a gente podia participar. Nesses ajuntamentos que acontecia, igual eu falei do qual ajudava o Rodrigão articular para viajar, aí que eu fui conhecendo Rosalino, eu menino e ele já pai de família. Uns falavam, ele é um ajudante de Rodrigo, um braço muito forte, todo mundo respeita ele como cacique, mas como cacique era Rodrigão, eles tinham uma proximidade muito forte desde o começo da luta. Eu lembro de um momento, eu bem jovem, acho que tinha uns dezessete ou dezoito anos, eu descí aqui e uns falaram assim, “Tem uma reunião lá no Osvaldo”, que foi o primeiro representante aqui dessa aldeia. Eu vou descendo e estava aquele movimento, aí eu falei, vou encostar aqui um pouquinho pará ver o quê que está acontecendo. Eles estavam de saída, já tinham feito a reunião e era o Roso que estava comandando essa reunião, chama Rosalino, mas era conhecido como Roso, era o apelido mais conhecido. Foi onde eu conheci ele, vi aquele homem de estatura média, lembro que ele falou na saída, “Gente não se esqueça de uma coisa, nós precisamos estar em alerta, em alerta porque cada vez mais as coisas estão apertando”. Aí, naquela hora eu só fiz assim, “Ei, eu posso ajudar em alguma coisa? ”, ele já estava saindo, aí ele falou, “Não só pode como deve ajudar”, e como ele já tinha acabado de conversar só deu aquela palavra e saiu. Ele também achou que eu estava na reunião o tempo todo, mas eu estava era chegando.

Ainda não conhecia o Domingos nem nenhum dos filhos dele, às vezes via, mas eram crianças ainda, a gente também era novo. Aí aquilo ficou na minha cabeça, falei, eu queria conversar, fiquei com vontade de conversar mais com ele, o Rosalino, mas não deu tempo pois já estava de saída para São Paulo. Em outro momento encontrei não só com ele, mas com as demais pessoas da luta, inclusive o próprio Emílio, eu lembro muito bem que nesse mutirão de seiscentos homens, que o Roso estava sempre atento, ele vai para lá, vem para

cá, olha lá como é que está a polícia, se está vigiando bem ou se tem alguma coisa suspeita, ele estava aceso, era um estrategista.

Uma outra coisa que também eu lembro muito dele. Um dia lá na casa do Rodrigoão, o cacique, quando eu cheguei ele estava de saída e eles estavam conversando sobre algo que estava acontecendo, que precisava que a justiça tomasse conta para corrigir. Eu não sei precisar se ele estava falando de alguma coisa interna ou se era externa, ele saiu assim e falou, “e eu quero que a justiça seja feita”, e olhou para mim, eu chegando, ele olhou para mim, “o que que você acha? Eu, o dia que eu errar, que eu tiver errado, senti que eu errei, eu tenho que assumir meus próprios erros, eu mesmo vou me entregar à justiça, chamar, olha, eu errei, vem aqui me corrigir porque realmente eu errei. O que você acha disso?”. Eu falei: “uma palavra muito sábia, porque nem todos pensam assim, quando está no erro muitas vezes nem enxerga que está errado”. Ele falou, “pois é, mas isso é uma coisa que nós temos que ter em mente, se a gente errou, se tiver errado, a gente mesmo tem que se procurar se consertar. E procurar quem? A justiça, para a gente justificar para ela”. (Seu Hilário, indígena, 2018).

Com a entrada de Rosalino na luta, novas estratégias de resistência foram construídas. Estratégias finas para realizar, “na prática”, a desintrusão dos fazendeiros e posseiros do território.

O que eu ouvia falar, inclusive do meu sogro e do próprio representante da aldeia nossa, o Valdinho, que trabalhou demais com ele, que Roso era um homem estrategista, de coragem para o enfrentamento, mas ao mesmo tempo ele não expunha as pessoas, ele sempre gostaria que as pessoas tivessem se preservado. No tempo desse enfrentamento ele chamava as pessoas para o embate, ao mesmo tempo ele tinha aquele cuidado de saber se as pessoas estavam bem, não afoitar tanto, saber os pontos estratégicos onde escalar alguma vigia. Ele não deixava ninguém ir na frente, ele sempre gostava de proteger os demais, ainda mais se tivessem pessoas mais velhas no meio. Ele gostava de deixar as mulheres e as crianças protegidas, ele sempre se preocupava. Na época o fazendeiro começou a atacar, a desmanchar as casas dos índios, a correr com aqueles mais fracos. Aí ele articulou também com a população para ir também na casa dos aliados aos fazendeiros e dos fazendeiros também, começou a contrapor, “você é dos nossos?”, ou era dos nossos, “se quiser estar com nós tá, mas se não quiser, desocupa o lugar!”. Quando tinha aqueles enfrentamentos para desocupar os invasores, o chefe da casa, se tinha mulher e criança, ele dizia, “fica tranquilo, não mexe nessas crianças não, não mexe com a dona não” o negócio é com ele.

Então teve momento de ir na casa da pessoa, tinha pessoa que era do lado do fazendeiro, achava que estava bem protegido, aí este que era contra, mandava recado para o Rodrigoão “Vem aqui, quero ver, se vir aqui nós vai topa frente a frente”. Aí ele ia lá mais cem, mais duzentos índios, para o enfrentamento, até de quebrar a casa mesmo para expulsar. Foi na casa de fazendeiro que armados falou “se vir aqui a gente pelo menos uma meia dúzia, a gente deixa no chão”. Aí ele falava, “ah, é? Nós vamos”. Ele estrategicamente traçava um plano, “aquele homem lá é valente, e é mesmo, corre perigo, pois nós vamos pegar ele”. Ia cem, duzentas pessoas, de surpresa, não iam quando mandava recado, porque ninguém era besta, deixava esquecer. Aí fazia essa ida e expulsava.

Teve um tal de Renatinho um dos fazendeiros mais pirracentos que tinha aqui, ele mandava esses recados para o Roso. Ele tinha um canavial no fundo da casa, quando ele menos esperou, eu não estava aqui não, quando menos esperou cem indígenas cercaram a casa dele e gritou! Ele nada, silêncio, “cuidado, para tomar cuidado que o homem deve estar armado dentro de casa”. Aí ele percebeu que não estava dentro de casa. Tinha um canavial, “sabe o que que é? Sabe onde é que ele está? Ele está aqui!” Porque tinha uma égua que ele andava nela, estava amarrada lá. Ele falou, “o Renatinho está aqui nesse canavial”. Aí

todo mundo cercou o canavial, era pequeno, ele falou: “Se você não sair daí nós vamos tocar fogo agora, eu sei que você está aí”. Aí ele saiu com a mão para cima. Aí fez ele dar conta das armas que ele tinha, tinha umas três armas de longo alcance. Ele fez entregar as armas e mandou ele embora. Esse não voltou mais não.

Fazia estes enfrentamentos porque não tinha como deixar. E esperar pela polícia, não tinha como. Naquele tempo, na época da ditadura, você estava aqui, você saía aqui, daí a pouco já vem o capataz, o jagunço de fulano de tal, era um revólver pindurado pelo lado de fora, outra hora com uma carabina atravessada na cabeça da sela. Então o sistema era bruto, para a gente fazer esse enfrentamento precisava mesmo fazer em forma de mutirão, tanto para trabalhar, quanto para ir lá pra revidar, revidar porque eles estavam acostumados a só atacar. Aí quando começou a fazer esse contra-ataque, aqui, aí, a terra já estava demarcada na verdade, faltava homologar (Seu Hilário, indígena, 2018).

Os desdobramentos da ofensiva, que resultou na demarcação “na prática” e homologação da terra indígena, foi regada com o sangue de Rosalino, Manoel Fiúza e José Teixeira, assassinatos que foram considerados como um genocídio, frente às forças que estavam operando na região.

Hilário alerta sobre os novos tempos e os desafios que estão colocados na atualidade.

Hoje os mais jovens estão com as atenções voltadas para o celular e que, de tanto eu fazer reclamação disso, eu também já fui chamado atenção pelos jovens. Já aconteceu de chegar na escola, de repente esqueci de alguma coisa, olho no celular, aí passa um jovem e diz, “tio Hilário!”, ele sabe que eu pego no pé.

Eu já estou usando essa tecnologia e construindo “as anteninhas” aqui. Hoje, se você me liga, dizendo, “Hilário eu estou indo com pessoal e precisava que você reunisse o pessoal amanhã ou depois de amanhã tal hora, é possível fazer uma recepção aí?”. Eu ligo para esse grupo, pode ser da educação, da cultura, dos jovens guerreiros. Estou sempre falando com os caciques dessa articulação, aí quando eu falo desse intercâmbio hoje ou para qualquer outro momento já não é mais aquela de rejeição, já não tem mais aquela dificuldade de entender se é importante para esse povo sair, quer dizer que já facilita o processo de mobilizar.

Nós estamos crescendo os grupos nas aldeias do Morro Vermelho, Rancharia, Boqueirão, Barreiro Preto, Sumaré ou Caatinguinha. É onde entra o meio de comunicação que é uma arma forte para a gente mobilizar quando é para sair para fora. Já não é um tanto de gente picado de cada lugar. Foi a vez desta aldeia hoje, depois chega a vez de outra, e vamos seguindo distribuindo ao longo do tempo. (Seu Hilário, indígena, 2018).

Hilário informa como se dá o processo de permeabilização do repasse das questões que são discutidas, ou propostas no âmbito da Articulação Rosalino, e do papel que ele desempenha enquanto “antena” com inserção em outras diversas redes e grupos que participa.

Além de grupos de zap interno, estou inserido em diversas outras redes, não deve ser menos que 20 não. Além da Articulação Rosalino, tem Comissão Estadual de Povos e Comunidades Tradicionais, da Agricultura Familiar de Minas Gerais; dos indígenas do Mato Grosso; a Rádio Tribos do Norte; Movimento Veredeiros; Família Noca; Secretaria de Agricultura de Missões; Grupo de Trabalho e Projetos que envolve as associações, a FUNAI e outras instituições. A terra Mãe de Todas, que você viu aqui; Comissão da igreja

do Barreiro; grupo da Mambuca, a escola que criou o grupo; tem o Caminhando Juntos que envolve todas as direções das escolas indígenas; Tem os Jovens Xakriabá; tem os Projetos Sociais da Associação do Barreiro Preto; tem Conselho Municipal de Cultura; Escola Aldeia Itapicuru; Famílias Xakriabá; Comunicação Indígena; Tem um grupo aqui da Família Oliveira, da parte da minha mãe, um grupo muito grande daqui até São Paulo, aquele povo de Guarulhos que nós passamos lá é tudo Oliveira²⁶⁵; Tem o grupo da Caravana do ENA.

O repasse da Articulação Rosalino eu faço diretamente com o Cacique, é um deles. Tem também o das lideranças locais, o da escola, o da educação indígena ele é importante. Por exemplo, eu preciso de uma agenda na semana, nos dias letivos, e se vai ser aqui ou se é interessante que a educação, independente eu comunico a direção além da liderança local. Vai acontecer em determinado momento uma reunião que tem a ver com a nossa luta, se a Articulação Rosalino vai ter os representantes dessa articulação e que é de interesse também de educação participar. Aí eles vão avisar na sala de aula que não vai ter aula, olha, nossas aulas de hoje ou de amanhã vai ser sobre isso a tal hora. E quero todo mundo lá com caderno para fazer anotação das palestras. Aí, os professores também acompanham e vira assunto de aula, de formação, da educação.

Eu vejo que, nos últimos tempos, do ano passado para cá, essa informação sobre a Articulação Rosalino que estava um tanto acanhada, ela começou a se informar mais, hoje está mais informada pela liderança, por que o primeiro passo é o conhecimento da própria liderança. Nos encontros da juventude, a Articulação já está bem mais orientada, as pessoas já estão mais se apoderando do conhecimento da articulação. Mas eu acho que precisa conhecer mais desse valor que ela está sendo hoje.

Hilário nos conta, então, como se deu o processo de consulta ao povo Xakriabá, sobre a nomeação da articulação que se criou em 2011 como Articulação Rosalino, como foi proposto pela Comissão Regional de Povos e Comunidades Tradicionais. E de como foi sua entrada na Articulação.

Quando a Célia estava acompanhando mais, quando surgiu a discussão do nome, tivemos que por em conhecimento da família, precisava de uma autorização prévia da família para andar. Porque falaram assim para a Célia, “oh Célia, está saindo várias propostas para a gente colocar o nome na articulação. Porque que não coloca também na votação o nome de Rosalino?”. Na hora a Célia me mandou a mensagem, ela falou, veja aí pois não estou conseguindo falar com o Domingos nem com o Agenor. Eu fiz a mediação para ela.

Teve outra vez, mais no começo, quando me colocaram para falar da Articulação em um espaço lá fora, eu fiquei surpreso. Foi um dia na FETAEMG, onde tinha alguns movimentos, ainda bem que eu fiquei mais por último. Quando a Tatinha falou dessa articulação, sobre a aproximação que fizeram com outras comunidades, que a idéia era de fortalecer cada vez mais, foi um impacto muito positivo. Ela foi falando com aquela precisão, isso me deu força também, aí eu falei mais sobre o Rosalino do que mesmo da articulação, eu falei, “elas falaram sobre a articulação, vou falar mais sobre o Rosalino”. E acabou que isso também serviu para retornar aqui e falar nas reuniões da Terra Indígena sobre a importância da Articulação, eu já estou fazendo isso a todo momento, agora eu já aproveito os espaços internos que já existem, não estou criando momentos específicos para isso. Toda reunião comento um pouco, quando o assunto tem relação, para o pessoal ir se orientando (Seu Hilário, indígena, 2018).

²⁶⁵ Quando nós estávamos indo para o Colóquio Internacional que aconteceu na Alemanha, em 2017.

Perguntei para Hilário sobre como ele analisaria o atual momento, na perspectiva da autonomia dos povos e dos sonhos que a Articulação Rosalino possa estar contribuindo ao juntar diferentes povos.

Para falar de autonomia temos que falar ao mesmo tempo de democracia. Um jovem que está nesse mundo tecnológico de informação, mas de democracia falida, talvez seja uma coisa fora desse mundo o que nós estamos falando: a autonomia para o nosso modo de viver. Uma autonomia para que o Estado brasileiro respeite nosso jeito de viver, seja no modelo de educação, da organização social interna que a gente tem. Quando fala de autonomia que os jovens têm, autonomia de vir para falar com a liderança e de fazer esta abertura, mas é uma autonomia de um pensamento enquanto povo, que é diferente de uma autonomia parecida com essa que está exposta aí fora, muitas vezes isso não é bom para nós. É uma coisa que quando se fala de direito, a gente costuma falar de direito e esquece de falar dos deveres, essa autonomia com segurança do dever, da obrigação também. Eu posso falar assim, o Edgar meu filho, ele tem toda autonomia de chegar a mim e falar do que ele pensa, do que ele pensa para nossa organização interna da casa, mas não dá o direito dele, com essa autonomia, de desrespeitar a sabedoria da mãe dele ou do pai, porque isso anda junto.

Essa é a autonomia com cuidado, com cautela, é sobre essa autonomia que estou falando aqui para dentro da nossa terra enquanto povo. Esta autonomia para o jovem que antes não tinha direito de chegar e falar assim, vixe, podia dar uma opinião sobre o que escutei, ali dava para fazer de uma outra forma. Você não tinha autonomia para falar, você tinha só que escutar. Hoje as informações chegam primeiro, você tem autonomia, você tem direitos, mas também tem deveres. E um destes deveres é o de escutar, talvez escutar é muito mais importante que falar. Isso tem na palavra bíblica, “falar é prata e o calar é ouro”. Escutar, ter reverência aos mais velhos, aos anciãos, às lideranças, ao cacique. Ter este cuidado de toda decisão que nós vamos tomar, por mais que seja flexível essa questão das opiniões, dos encaminhamentos, mas que tem esse respeito para não perder essa identidade de povo. Tem muitas sociedades, aí fora, que discute o mundo do bem viver, um mundo melhor para todos. E se nós, enquanto povos e comunidades tradicionais, não olharmos que nós temos esta matéria-prima na mão, eu digo assim, ainda tem, porque se a gente mantiver nessas comunidades o que já é um bem viver, é um modelo que dá para mostrar para o resto do mundo, não estou falando só para o Brasil, mas para o resto do mundo. E que é um material importante desse mundo, desse meio do bem viver, o viver bem aonde você está.

Só que o modelo político do Estado brasileiro está nos engolindo, estão querendo passar por cima com suas máquinas igual um rolo compressor, aonde nós sentimos o nosso direito de se organizar não só enquanto povo indígena, mas também com os outros povos. E onde está o papel muito importante desse enlaçar nessa luta com as comunidades tradicionais que também tem parte nesse bem viver. Em um mundo sem agrotóxico, de um mundo que você pode dormir e levantar com a janelas abertas, desse espaço que é aonde você pode discutir uma organização social interna, mas ao mesmo tempo, participar da política partidária sem perder esse controle interno, sem despertar interesses individuais e gananciosos no mundo político que hoje tem, que a gente possa juntos ocupar os espaços políticos.

Acredito que nós vamos criar o nosso espaço também, que seja um Xakriabá que está lá defendendo por todos, mas que fala a língua nossa, que tenha o conhecimento também das outras comunidades. Leninha não está saindo candidata? Nós temos ela também como uma pessoa que nos representa enquanto povo também porque ela sabe da nossa demanda. Então é o quê essa autonomia que eu estou falando? É esse enlaçar para nós chegarmos também nesses espaços políticos, por mais que a política a gente veja com desconfiança. A política ela é feita para ter esse olhar, para zelar o que é do povo, o que é da humanidade, o que é nosso. Zelar bem daquilo que dá o direito para quem é de direito. E ser uma coisa limpa,

se está virando isso que a gente hoje está vendo, não é propriamente a política que é ruim, alguém está deixando, está fazendo ela ficar de ruim (Seu Hilário, indígena, 2018).

A Articulação Rosalino na perspectiva de uma jovem indígena ativa na sua construção

A maior parte da conversa que tive com a Célia foi na viagem de ida e volta de Montes Claros a São João das Missões. Sobre a sua história, de uma certa maneira muito enraizada, com a da educação indígena, ela nos diz:

Eu sou Célia Xakriabá. Falar da minha infância é falar sobre meu enraizamento, é falar de imigração, de corpos que migram também. Foi na época da Constituinte quando minha mãe engravidou de mim, 1988, e meu pai trabalhava em São Paulo. Gente do semiárido de Minas, a maioria ainda muito jovens migrava em busca de trabalho. Não se tinha estes sistemas de educação, do vinculamento com o direito à saúde. Naquela época, a opção da agricultura era produzir para o comer, para a troca e compartilhamento ou venda para o lado de fora. Para ter dinheiro mesmo era preciso se deslocar do território Xakriabá.

Eu não lembro da vivência que tive em São Paulo. Me lembro mais quando entre 1995 e 1996, eu estava completando 6 anos de idade já morando aqui no território. Foi quando aconteceu o momento histórico nos Xakriabá quando os primeiros professores indígenas ocuparam a escola indígena. O histórico deste processo está vivo na minha narrativa, mas sob as custas dos mais velhos. Antes disso eu pergunto, existia escola? Existia educação? São algumas das perguntas que estou fazendo agora no meu mestrado. A partir da metáfora do barro, jenipapo e giz, são três pigmentações que lembram a educação indígena antes da presença da instituição escola. E como este giz chega aos xakriabá contando a mesma versão da colonização de quem descobriu o Brasil foi Pedro Álvares Cabral.

Com os meus primeiros professores em 1996, foi uma época de “amansar o giz”. Eu faço uma escolha de não usar a reapropriação dos conceitos da antropologia e uso um conceito Xakriabá que as lideranças falam, o que nós fizemos foi “amansar a escola”. A escola era um trem valente, era algo que chegou com outro propósito, mas não só do giz. Muita das vezes, na ausência do giz, meu pai conta que usavam o toá, usavam outras pigmentações como giz, e esse barro não é só um barro que levanta a cerâmica, é um barro que também levanta a cultura Xakriabá. Não é uma cerâmica que a pessoa pega e leva embora um como objeto. As pessoas nunca param para pensar que quando estão levando a cerâmica Xakriabá é um pedaço do território que está sendo levado.

Quase ninguém compra uma cerâmica pensando que está levando um pedaço do território, não só do símbolo, mas do significado do território. A educação também está no significado do território, mas a educação avança pouco quando estamos falando de trabalhar de forma diferente. A panela é aquela peça que pode quebrar, mas o processo de ensinamento não. A educação é um processo tão rico e ela não é menor antes da presença da escrita, escrita que, como o jenipapo, ficou adormecida muito tempo. Não entrava nas nossas peles pela perseguição que se vivia na época da luta pelo território, nas décadas de 1970 e 1980. Mas ela transita entre a pigmentação do barro e do giz porque, quando ele foi ausente da pele, ele era guardado no barro. Hoje você vê muitos jovens pintados. Mas, curiosamente, a maioria destes jovens pintam na escola. Porque a escola passou a ser um lugar de referência da pintura corporal? Porque a escola passou escrever no corpo antes do giz, presenças de símbolos e de significados muitos profundos que eu queria compreender para trazer a potência desta educação antes da educação escolar indígena.

Em 1996, entrei na escola indígena assumida pelos primeiros professores que eram indígenas, mas a herança da escola não era indígena. Foi um trabalho que os professores

tiveram no dia a dia, e com muitos recortes que eles mesmo não sabiam exatamente o resultado que iria dar. Eu fiz até a quarta série em sala multisseriada. Foi bem engraçado, porque eles falam que uma sala multisseriada não dá muito certo, mas, para mim, foi uma experiência muito grande. Lembro que na terceira série, eu era a única da terceira série que estudava pelo livro, quando terminava eu ajudava ela, a professora, a escrever no quadro também.

Quando cheguei na quinta série existiam muitos jovens Xakriabás que, só tiveram até a quarta série, não tinha outro grau na escola de então. Fiquei a metade parada, as minhas irmãs estudavam na cidade e eu ali esperando, as lideranças debatendo o que fazer, porque o município deveria dar conta para ter a quinta série. Foi quando ficou resolvido que iria funcionar apenas uma quinta série para todos os Xakriabás e que seria no Brejo da Mata Fome. Mas como iria dar conta da demanda, se na escola do Barreiro tinha mais ou menos uns setenta jovens para estudar a quinta série? Foi com muita demanda que desmembraram as duas escolas, uma em Brejo, a outra em Barreiro Preto (Célia, indígena, 2018).

A Célia relata uma discussão profunda sobre como ela vivenciou esse processo que resultou na constituição do ensino fundamental e médio na terra indígena e como analisa o processo educacional em sua formação, considerando a política nacional da educação indígena²⁶⁶. Ela continua,

depois que formei no ensino médio, saindo de 2008, tentei uma prova na Universidade quando o FIEI - Formação Intercultural para Educadores Indígenas, deixou de ser projeto especial e o curso passou a ser regular na Universidade. Eu fui da primeira turma do curso regular do FIEI. A demanda era muito grande porque era a primeira turma, então eram muitas inscrições. Nessa época, fazia-se a prova em Montes Claros, hoje a prova é feita na Terra Indígena, e somos nós que aplicamos a prova, nós fazemos parte da comissão (Célia, indígena, 2018).

Célia comentou a dificuldade que foi para eles estudarem em Belo Horizonte, não tinham recursos para custear, o tio apoiou e demorou até que saísse uma bolsa para pagar as despesas de deslocamento, hospedagem e alimentação. Foi fundamental a criação do colegiado interno, onde lideranças de referência, no caso seu Valdinho e seu Valdemar, passaram a acompanhar todas as turmas. Contaram com a força e a capacidade de diálogo das vozes das lideranças que acompanhavam e demandavam junto à reitoria. Segundo Célia, “embora as lideranças Xakriabá elas não dominem o L de leitura, elas dominam o L da luta”.

Indaguei à Célia como ela começou a participar do CAA e como foi a inserção junto aos movimentos sociais da região. Ela disse que os primeiros contatos com o CAA aconteceram quando tinha entre quinze a dezesseis anos, no ano de 2005.

²⁶⁶ Cortei essa parte pois é um tema que merece uma abordagem própria e este tema está bem fundamentado na dissertação de Célia Xakriabá.

Conheci primeiro a “Área do CAA”²⁶⁷, só muito tempo depois conheci o escritório e o setor administrativo. Estive lá a convite de Braulino, mas sempre ia junto com o meu pai. A primeira vez que fui na Area do CAA, eu fui junto com as lideranças Xakriabá que vieram conhecer as experiências de viveiro, criação de porco e de manejo do cerrado. Eram várias experiências que estávamos tentando fazer no T.I. Xakriabá e que tinha como inspiração a área do CAA. Depois eu me tornei sócia do CAA, eu fui a primeira sócia do CAA representando os Xakriabá. Em 2008 fui indicada para a diretoria como suplente de Eliseu no setor financeiro.

Sempre estive perto, embora eu não participasse ativamente no dia-a-dia, mas estava sempre presente nas reuniões, nos processos de discussão, nas assembleias. Por isso, eu falo que a maior formação minha não é na universidade, maior formação minha foi no movimento indígena e nesses lugares também onde eu me formei. Esta foi a maior faculdade de administração para mim, nem se eu tivesse feito administração durante quatro anos eu tinha dado conta de aprender o que é um projeto social, o que se pode fazer para ajudar. Quando eu retorno para o Xakriabá várias pessoas me pedem ajuda e eu consigo, em um curto espaço de tempo, orientar as pessoas sobre o que fazer ou como encaminhar. No ano passado eu e Edgar conseguimos ajudar na elaboração de três projetos e todos eles foram aprovados. Conseguir acessar esta linguagem foi o mais importante.

Esta experiência no CAA para mim ela foi muito importante. Foi um dos períodos mais significativos com o movimento de povos e comunidades tradicionais do Norte de Minas. Foi quando eu conheci muitas comunidades, os vazanteiros, os geraizeiros, as apanhadoras de flores na região de Diamantina. Foi quando eu conheci Porteirinha, a região de Manga, mesmo os Xakriabá estando perto, eu não tinha este conhecimento.

Foi muito por esse vínculo que possibilitou a gente aproximar e construir essa aliança que nós falamos entre os povos. Quando a gente fala de aliança, é que antes tinha um conflito. E eu nunca vi um movimento do Norte Minas tão inteiro como depois dessa discussão na Comissão e que depois que resultou na Articulação Rosalino. Mesmo com todos os “re” negativos, de retrocessos principalmente de agora nos dois últimos anos, nesse ano de 2018, eu acredito muito em outros “re”, de potência positiva, que é a retomada, a retomada de terra, mas também a retomada de valores. (Célia, indígena, 2018).

E Celia aponta as pistas que devem perseguir em termos de processos sociais e o aprendizado que vem sendo construído pela Articulação Rosalino, o significado e a importância da aliança entre os povos, destacando em particular a que resultou com o decreto de criação da RDS Nascentes Geraizeiras.

Muito mais do que ficar se apegando ao desenvolvimento, buscar o re-envolvimento com o território, o envolvimento com outras possibilidades, não é o novo que vai salvar não, é o velho. Por isso é “re” de retomar valores. É claro que precisamos inovar, transformar, o “re” positivo de ressignificar. Muito mais do que resistência é o processo de reação. E junto com resistência, nós que estamos no cerrado sabemos disso, é a resiliência, que é como reviver nestes processos sem muitos traumas. De regenerar sem muitos traumas.

Essa aliança das comunidades tradicionais no Norte de Minas, mesmo não estando muito ativa na Articulação Rosalino, é uma das alianças que eu levo como mais representativa. Eu trago a Articulação Rosalino como exemplo, porque eu sei que é muito difícil a gente falar de aliança entre os povos e comunidades tradicionais, pois tem hora que converge, mas outra diverge.

²⁶⁷ Área de Experimentação e Formação em Agroecologia – AEFA, e que fica localizado na BR 135, município de Montes Claros.

Um momento que foi um pico do conflito entre as comunidades tradicionais foi durante a 1ª Conferência de Povos e Comunidades Tradicionais. Quando a palavra tradicional vem com o pensamento de fortalecer outras populações, mas não foi o que aconteceu em Brasília e que foi puxada pela Comissão Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais (CNPCTs). Fazer aliança naquele contexto é muito difícil, teve muitos conflitos. Lá tinha “pequenos fazendeiros” que diziam contra os artigos 231 e 232 e o artigo que dá o direito aos quilombolas, eles diziam que tinha que tirar estes artigos da Constituição Federal, dizendo que eram contra porque eram eles, os pequenos produtores que levavam o prejuízo. Que deveria ser o contrário, que deveriam indenizar os indígenas, e eles ficarem com o território.

Eram falas bem construídas, em vez da gente pensar aquele que não conseguiu conquistar direito, de trazer eles para cá até nós conseguirmos os seus direitos, mas existe também esta divergência de retroceder também. Isso é muito ruim numa fala de povos e comunidades tradicionais e de outras categorias que usam desse lugar para assimilar um lugar não legítimo porque pequenos produtores é uma outra configuração, com uma mente de agronegócio.

Aí nós vimos que Minas Gerais estávamos mais bem afinados, muito articulados. Por isso que eu falo que não é fácil fazer aliança e muito mais difícil é efetivar, porque muita gente pode falar de aliança, mas na hora de efetivar, fica só em palavras. Aliança para mim é prestar solidariedade, por exemplo, quando nós estávamos na retomada de 2014 na T.I. Xakriabá, tivemos o apoio de várias populações extrativistas, vazanteiras, quilombolas que foram lá prestar solidariedade. Da mesma maneira, quando teve a retomada dos vazanteiros lá em Matias Cardoso, os Xakriabás também estiveram presentes. Isso para mim é aliança, não apenas na palavra política, mas na palavra efetivada a partir do momento que a gente vai lá prestar solidariedade.

Nesse sentido, Articulação Rosalino é uma força, principalmente nesse momento tão difícil de negação dos direitos territoriais. Talvez nós não teríamos conseguido uma resposta positiva na época da luta pela criação da RDS Nascentes Geraizeiras. Aquele momento em Brasília foi um dos momentos mais significativos na minha vida, embora a resposta não era exatamente para nós indígenas. Foi no ano do Encontro dos Povos do Cerrado nós fizemos uma forte incidência política que a própria comissão da Rede Cerrado não aprovou dizendo que nós estávamos desvirtuando o encontro dos Povos do Cerrado. Mas foi a incidência política que mais deu certo. Do que que adianta os povos do Cerrado encontrar durante quatro dias em um hotel que não faz parte da nossa realidade e não ter o resultado positivo que nós tivemos?

Foi naquele momento que nós falamos, vamos decidir fazer uma greve de sede e de fome, vamos ficar aqui acampados até termos uma resposta. Não, vamos fazer uma greve de sede, e vários povos ficaram ali: Xakriabá, geraizeiros, vazanteiros, quilombolas, apanhadores de flores sempre viva. Alguns se dispersaram, mas eu lembro que nós ficamos até o final. Isso para mim foi muito importante para consolidar a aliança que nós falávamos de Povos e Comunidades Tradicionais pela Articulação Rosalino (Célia, indígena, 2018. Obs. Grifos meus).

Celia retoma o contexto do momento que resultou na constituição da Articulação Rosalino como desdobramento da Comissão Regional. Já estava assinalado a realização de uma conferência nacional de povos e comunidades tradicionais e que a Comissão Regional deveria estar mais preparada. Foi no ano de 2011, quando reuniu o maior número de participantes das comunidades durante as Festas de Agosto. Além de ser um encontro da Comissão, era um momento de debate da educação contextualizada, momento de expressão da cultura, com as

comunidades trazendo a culinária, os seus cantos, rituais, sambas, batuques, dos povos e comunidades tradicionais da região.

Um dos temas era “Saberes e Sabores”, era muita a força dos costumes que os povos traziam, não só por meio da comida, mas também por meio das práticas, rituais e principalmente das danças e das vestimentas. Então, os Xakriabá vieram, os quilombolas vieram, foram várias danças. Durante o encontro, que era cultural também porque cultura é política, é uma representação política, tiveram debates na plenária da Comissão sobre temas como a da educação. Nós já vínhamos esboçando sobre a universidade de agroecologia, uma universidade dos povos e comunidades tradicionais, o Braulino sempre fazendo essa provocação. Nós falávamos que precisávamos de uma articulação aqui no Norte de Minas que realmente a gente conseguisse fazer essa discussão sem estar vinculada a partido político, sem estar vinculado a uma comissão de Estado. Uma coisa é o Direitos Humanos criar uma comissão, uma coisa é a Educação criar uma comissão. Nós precisávamos era criar uma articulação autônoma, que pudesse ser gerida pela força dos povos que estavam na luta, a principal pauta, se não era a aliança, era o território. E foi a luta pelo território que exatamente provocou a aliança.

Foi muito marcante, porque foram várias discussões anteriores da Comissão, as pessoas se perguntavam, mas como é que vai ser essa articulação? Tinha gente que pensava que era uma coisa longe, mas quando teve esse momento das Festas de Agosto, não estávamos pensando assim, nós vamos sair daqui com a Articulação criada. Em um momento saiu uma provocação, “gente, é agora ou nunca, nós vamos criar uma articulação!”. E aí Braulino colocou, “pelo menos para mim era importante nós criar essa articulação e colocar o nome de um caboclo aí, que seja parte da luta”. Aí começou essa provocação, foi quando falou, “então vamos, é importante tirar dessas Festas de Agosto aqui uma articulação que represente e que ela funcione”. O mais importante é que ela movimente, porque várias outras coisas foram criadas, deu nome, mas não deu ação. Mas a Articulação Rosalino nós sabíamos que ela ia dar. E nós decidimos, em dois ou três dias estava a articulação criada.

Celia nos conta sobre o processo que resultou na indicação do nome de Rosalino para a Articulação.

A história do nome foi assim. “Vamos criar a circulação? Vamos! Disso ninguém tem dúvida. Então, vamos pensar um nome que seja representativo na luta dos Povos Tradicionais do Norte de Minas, não importa se o seu nome vai ser de um quilombola, de um outro povo, mas que tenha representatividade no nome que carrega”. Foram apresentados vários nomes de mártires da luta, foi apresentado nome de alguns quilombolas, de algumas outras comunidades de extrativistas que são nomes representativos e que não era mais e nem menor do que Rosalino. Lembro que Braulino fez uma provocação só para mim, “Celinha, você está aqui enquanto Xakriabá não queria apresentar o nome de Rosalino também?”. Ele deu e não deu, porque ia depender de mim fazer a defesa ou não.

Mesmo vendo que poderia ser uma coisa boa, eu fiquei preocupada com esse processo de consulta, os outros tinham muito mais representações e na hora do voto também tinha mais grande chance de ganhar. Aí eu apresentei o nome e o que mais me marcou na verdade não era a quantidade de Xakriabá que tinha ali, acho que foi a força da história. Eu contei quem era Rosalino, que ele morreu na chacina de 1987, na luta pelo território e que foi o primeiro crime reconhecido como genocídio no país. Que os Xakriabá só eram considerados como caboclos, não eram considerados com a nossa identidade de Xakriabá, e que só a partir desse crime foi que teve repercussão. É assim que é feita a luta territorial, às vezes é

preciso manchar o território de sangue e que a articulação que nós estávamos criando tinha como propósito o engajamento da luta territorial. E que, infelizmente ou felizmente, é importante ter um nome que demarque também a partir desse lugar de derramar sangue na luta pelo território.

Mas, antes de fazer esta fala, de colocar o nome à disposição, eu liguei através do meu pai para o Cacique Domingos, que é filho de Rosalino e para Zé Nunes, que era o prefeito, também filho de Rosalino. Perguntei que estava querendo colocar o nome à disposição e o que eles achavam. Eles falaram, “é para quando? Nós podemos conversar disso depois”. “Eu falei, não, é para agora, eu estou preocupada, eu sei que é bom, mas o nome é do pai seus, então por mais que seja bom, preciso da concordância”. E eles, “é para agora? Então está bom!”.

E se eu fizesse isso, sem esta consulta, por mais que seria bom eu ia ficar com essa coisa de que eu não consultei. Você pode perguntar para ele pessoalmente, o Domingo vai ter isso na memória. Depois da Articulação Rosalino criada quase ninguém dos Xakriabá tinha isso carregado no corpo, “oh, existe uma articulação com o nome Rosalino”. Aí, em todo momento que tinha a oportunidade nós falávamos, “oh, a Articulação Rosalino de Povos e Comunidades Tradicionais é uma articulação assim, que representa vários povos, que tinha outros nomes à disposição, mas que levou o nome Xakriabá por ser representativo”. No primeiro momento nós já fizemos isso e foi indo, e foi indo.

Para Celia, hoje a Articulação é conhecida dentro e fora da Terra Xakriabá, principalmente entre os mais jovens que estão entrando na luta. Aponta dois aspectos importantes, o de sua organicidade e o foco que faz o vínculo entre os diversos povos.

Hoje você percebe, muitos jovens percebem, estes que estão ativos na luta, e outras pessoas quando estão no seminário na T.I Xakriabá e você fala Articulação Rosalino, eles não estão sem entender o que é a Articulação, eles sabem da importância e, ainda mais, principalmente esses que estão participando, eles se sentem parte da Articulação Rosalino. Porque a Articulação Rosalino é para além da questão Xakriabá, ela realmente é representativa, porque a Articulação Rosalino não é quem pensou e quem participou na época, é quem é e quem está, e quem entra.

Se aquela época eu que estava mais ativa, outro Xakriabá entrou mais depois. O meu pai hoje, eu acho que é um dos mais ativos, junto com os outros, da Articulação Rosalino. Ah, mas quem é o coordenador da Articulação Rosalino? As antenas da Articulação Rosalino são as referências, mas só que todo mundo é. É o que é diferente de muitas outras articulações, você sente parte, sente lugar, sente que pode fazer a fala e que vai ser escutado. A Articulação Rosalino tomou essa proporção porque ela tem como aliança que não luta dentro do sistema, assim como a luta por educação e saúde, que são lutas que estão vinculadas ao sistema A luta do território está vinculada a uma questão mais política e ela tem força porque está vinculada em uma luta política que é independente da cor, é do território que está localizado. E independente da língua que fala, se é o bantu, se é de matriz africana, se é cigana, quando se trata de território nós conseguimos chegar a uma pauta mais em comum. E é aí que se faz a articulação, a aliança da Articulação Rosalino (Célia, indígena, 2018, grifos meus).

Ela lembrou de uma viagem que nós fizemos para Guatemala três anos depois. E ressalta que a força da Articulação está relacionada com a sua raiz.

Foi em 2014 que nós viajamos para Guatemala? Acho que foi! Nesta viagem eu fui convidada, você vai pela Articulação Rosalino porque a articulação tornou referência em outros países. Para nós o mais importante do que se tornar referência em outros países, é ela ter enraizamento dentro, e ela tem, ela só conseguiu chegar a voz longe justamente por causa da raiz. A Articulação Rosalino é igual nós do Cerrado, a mesma altura que ela tem do lado de fora ela tem do lado de dentro da terra, suas raízes. A Articulação se fez porque ela é luta e ela é povo e ela está em quem é. Por isso, é muito significativa. Eu no Brasil, participando de vários outros movimentos, mesmo dentro do movimento indígena, é difícil a gente conseguir chegar numa aliança igual chegou com as várias populações tradicionais, igual nós fizemos aqui no Norte de Minas Gerais (Célia, indígena, 2018).

Finalizo trazendo as reflexões de Célia acerca das categorias identitárias que fortalecem ou que invisibilizam populações, entre estas a de povos e de caboclos.

Essa questão da identidade ela é bem relativa, eu lembro de um dos conflitos na época da Comissão de Povos e Comunidades Tradicionais, principalmente na hora das representações, se tem vaga por representação, eles eram quilombola de várias regiões aqui do Norte de Minas, de São Francisco e de Matias Cardoso. Eles falavam que iam concorrer como quilombola. Eles estavam na Comissão como vazanteiro e eu falava, a identidade mais forte para mim é se autoafirmar enquanto quilombola, porque eles eram quilombolas também. Não era eu que estava dizendo que eles eram quilombola, e essa segunda identidade na verdade só fortalece se é vazanteiro também.

No caso nosso indígena, tem muitos indígenas que também são extrativistas, mas é mais importante para mim falar a partir desse lugar de pertença da primeira identidade originária, a partir do ser indígena ou quilombola. Então nessas categorias também de identidade há uma certa ambiguidade, tem hora que convém ou não. E também nessa relação também de dar visibilidade a povos e comunidades tradicionais eu lembro até das experiências agora do mestrado quando falam assim, o indígena, o quilombola e os outros extrativistas. Se falar de caboclo são os outros, mas esses outros, quando você fala “os outros”, cai em uma zona de invisibilidade, porque quem são esses “outros”? Não dá para nomear não? Então os outros sempre vão ficar pelo não dito, os outros estão em várias categorias.

É onde entra a questão do caboclo. Os Xakriabá por muito tempo tiveram várias denominações dadas. Foi gamela, depois caboclo, para o Xakriabá foi um termo até pejorativo para dizer que não eram, era uma outra coisa, mas que não era indígena. Caboclo é a mistura de um tanto de população, mas que não era puro, exatamente para negar a identidade indígena, no caso nosso. Era para dizer que tinha uma mistura com negro, mas não iam falar que nós éramos quilombola se não vão querer acessar direitos, então não vamos falar que eles são quilombolas, mas também não vamos falar que eles são indígenas porque já misturou, então vamos falar que eles são caboclos.

Na questão nossa, e por muito tempo, algumas pessoas às vezes ainda usavam esse termo, mas é muito mais um outro falando de nós do que dentro do Xakriabá se reconhecendo como caboclo. Hoje ainda existe uma reafirmação bem perigosa, que é sempre do outro, mesmo alguns pesquisadores mais recentes que vão no Xakriabá, percebem essa formação da população Xakriabá com parentesco ali da região de Matias Cardoso. Foi o processo colonial, de colonização dos bandeirantes em Matias Cardoso. Sempre tem uma intuição de ficar falando, “ah os Xakriabá, seu Waldemar, vocês tiveram uma mistura com quilombola, não é? A gente vê! Mas vocês se consideram misturados? Vocês também têm um traço quilombola, o quê que vocês são?”. “Sou Xakriabá!”. “Vocês são indígenas?”. “Sou Xakriabá!”. “Oh, fulano, vocês têm uma mistura também, tem gente de pele branca, como é que vocês veem isso?”. “Eu sou Xakriabá!”. Então essa reafirmação política de ser Xakriabá para mim é o mais importante.

Embora eu reconheça a categoria que Braulino fala, pelo lugar de fala de caboclo, mas quando o outro está falando é sempre para tirar o lugar da identidade que existe para te colocar em um “não-lugar”. Tem uma outra questão que vem sendo discutida recentemente na academia e que eu questiono, que é falar de “afro-indígena”. Ai eu falo, “não, nós vamos falar de afro e de indígena”. Porque eles estão propondo discutir assim, não falar de branquitude e de embranqueamento não. Vamos parar de falar de negro e população, sociedade de formação eurocêntrica hegemônica, vamos agora parar de falar de branquitude, então vão falar da mistura que deu entre negro e indígena no Brasil. Vamos desfocar dessa discussão deles. Vamos focar, em vez de falar de branquitude, vamos falar de afro-indígena.

Existem pontos positivos, mas eu tenho receio de cair no lugar do pardo de novo ou do caboclo, do “não-lugar” no nosso caso. Porque, ao mesmo tempo que eu posso falar a partir de dois lugares, o negro ou quilombola falar que é afro, o quilombola ou nós indígena, esse afro-indígena pode cair no hífen sem lugar. Então é uma mistura de novo. E que nome vai ser dado para essa mistura para desqualificar e questionar nossa identidade? Então para mim em vez de ficar falando de “não-lugar” vamos falar a partir do lugar que cada um tem, do seu lugar de pertença.

O mesmo a gente pode falar sobre a categoria “povos”, quando estamos falando dos “sete povos”. Povo é o que mais abrange e o que dá mais visibilidade e faz comungar exatamente nesse lugar de relação do estado, com o Estado. Por exemplo, o “povos” é mais representativo para a Articulação Rosalino porque eleva na mesma força. Porque, se falar que tem dois povos e cinco comunidades, é como se aqui a comunidade fosse menor. No caso dos indígenas, antes era usada a palavra, “ah, são sete tribos, são sete etnias, hoje, são sete povos”. A palavra povo é o cerne da questão, assim como nós paramos de falar reserva, hoje é o território. Assim povo está dentro da categoria de representatividade, de elevar, é o que mais contempla mesmo quando falamos das áreas de abrangência da Articulação Rosalino: povos extrativistas, povos apanhadores de flores, embora a categoria governamental seja Povos e Comunidades Tradicionais (Célia, indígena, 2018).

Terminamos nossa conversa debatendo as perspectivas de superar o processo de submetimento político e social na relação que se estabeleceu, seja junto aos governos, seja junto aos movimentos sociais, reposicionamento no campo dos reconhecimentos, na perspectiva de equalizar essas relações.

Os relatos de Hilário e Célia Xakriabá nos ilustram, a partir da perspectiva indígena, como os direitos dos indígenas, como povos originários, suas perspectivas de autonomia e de liberdade foram implementadas na luta pelo reconhecimento étnico, de conquista e gestão do território frente as seguidas tentativas de subjugação. E como estas questões passaram a interagir com as outras categorias identitárias que fazem parte da articulação, tendo como marcos temporais a visita de intercâmbio do quilombo de Brejo dos Crioulos ao povo Xakriabá, o processo de constituição com a Articulação Rosalino e, por último, a submissão das demais identidades ao entendimento construído como povos na sua relação com o estado e com a sociedade.

Geraizeiros: santas e santos de casa fazem milagres!

A textualização dos geraizeiros que encerra este Capítulo IV, não seguirá o padrão utilizado para os outros seis povos constituintes da Articulação Rosalino Gomes de Povos e Comunidades Tradicionais do Norte de Minas, apresentados anteriormente neste capítulo. Permaneço recorrendo à perspectiva da apresentação dos geraizeiros como um filme, mas o mesmo não se dará pela fala de suas antenas. Recorri à realização da V Conferência Geraizeira, realizada na comunidade de Catanduvas, no município de Vargem Grande do Rio Pardo de Minas, pois nela se fizeram presentes, como na celebração dos trinta anos do Massacre Xakriabá em fevereiro de 2017, as *antenas* dos outros seis povos e muitos geraizeiros de um número significativo de comunidades que compõem o povo geraizeiro.

O Zezinho, uma das antenas geraizeiras estava à frente da organização da V Conferência Geraizeira. Participou ativamente de todas as reuniões de preparação e, agora, estava na equipe da montagem da infraestrutura do evento. Lembrei que tínhamos encontrado no Mutirão Xakriabá. No mutirão, na hora da apresentação, ele tinha comentado que era geraizeiro do Assentamento Agroextrativista Veredas Vivas. E que, para conquistar esta área, foram muitas lutas, inclusive espelhadas com a luta dos indígenas.

Em Catanduvas Zezinho se envolveu com diversas tarefas para organizar o espaço onde se realizaria a Conferência Geraizeira que contou com 700 participantes. Ele coordenou o levantamento da cobertura de lona sobre o espaço do evento, visitou a cozinha comunitária, verificou a estrutura da alimentação e passou pelo curso de comunicação, promovido pelo pessoal da Mídia Ninja para a turma de jovens comunicadores populares geraizeiros. A oficina foi registrada por uma equipe do Pontão do Jongo do Rio de Janeiro, apoiada pela UFF, que também fez o registro da conferência.

No dia seguinte, entre muita agitação e finalização de ajustes das infraestruturas e da programação, chegaram as delegações. Entre estas as lideranças geraizeiras e as *antenas* que participam da Articulação Rosalino e que se fizeram presentes na conferência.

A abertura foi coordenada por Nilson, liderança geraizeira de Taiobeiras com a apresentação das delegações, em que cada uma informava de onde veio, o contexto da vida e que propostas eles traziam para o evento, assim como, compartilharam as expectativas e o que esperavam da conferência. Nilson lembrou o grande desafio que o Brasil estava enfrentando, com a perda de direitos conquistados, momento conturbado pela decisão do judiciário em prender o ex-presidente Lula. E, ainda, que na V Conferência Geraizeira, em sintonia com o Brasil, os participantes estariam construindo pelas bases o território geraizeiro, com a

mobilização do movimento das comunidades geraizeiras, cuja bandeira é viver com dignidade com as águas e com os cerrados.



FIGURA 48 - Conferência Geraizeira – Abertura – 1º dia.
Fonte: Dayrell, 2018.

Presentes nesse evento em Catanduvas, havia um total de 57 comunidades oriundas de 15 municípios da região e lideranças da Articulação Rosalino de Povos e Comunidades Tradicionais, representando os povos indígenas, Vazanteiros, Veredeiros, Quilombolas, Apanhadores de Flores Sempre-Viva, Caatingueiros e Geraizeiros. Presentes, também, representantes de outros movimentos como MAB, MST e aliados de diferentes instituições da sociedade civil, de universidades e instituições de pesquisa.

Comum, em todas as delegações, a crítica à monocultura do eucalipto, o desmatamento do cerrado e a degradação das águas, a ameaça e degradação provocada pela mineração e as terras que continuavam sendo griladas. Foram elencadas diversas iniciativas promovidas pelas comunidades, como as inúmeras e distintas estratégias de luta pela retomada e proteção dos territórios; as práticas de restauração dos cerrados e de recuperação de nascentes; a promoção da agroecologia; a recuperação das “chácras de café; a convivência com o semiárido; o estímulo à maior participação da juventude; a rede de comunicadores populares; dentre outras.

O Sr. Adão²⁶⁸, geraizeiro do município de Rubelita, pediu a palavra e se disse inconformado com o contexto político que estava desenhado no cenário nacional.

Eles deram na Dilma o mesmo golpe que em 1964 com a ditadura militar. Nós não aceitamos esse golpe não, nós temos muitas dificuldades no cerrado, no gerais está faltando água. Os deputados estão lá se vendendo, vem aqui pegar o voto meu e de vários companheiros, e chega na hora da necessidade de defender eu e vocês, eles acabam se vendendo. Nós temos que ter muito cuidado com esse tipo de pessoas, então eu estou aqui como geraizeiro e queria trazer poucas palavras para vocês. Vocês deveriam tomar mais cuidado com esse povo. A gente tem que ser um pouco inteligente porque sem inteligência a gente não consegue vencer o golpe. Uma coisa que eu queria deixar claro para vocês é que quem gosta de vocês são vocês mesmos, o próprio povo de vocês. Não fiquem pensando que o regime capitalista lá gosta de nós porque ele não gosta de nós não, eles gostam é de dinheiro. Se eles gostassem de nós eles defendiam os nossos direitos, mas eles não defendem, eles só defendem dinheiro para o bolso deles. Eu sou geraizeiro, faço parte do movimento geraizeiro e deixo a vocês o meu agradecimento. Muito obrigado. (Sr. Adão, geraizeiro, 2018).



FIGURA 49 - Palco da Conferência Geraizeira – Município de Vargem Grande do Rio Pardo. Fonte: Dayrell, 2018.

Após as apresentações, foi composta a mesa de abertura da V Conferência. E, ao final, o Nilson disse que o objetivo da Conferência Geraizeira é “a gente rever os amigos e repensarmos nossa trajetória, refletirmos sobre as nossas lutas, os nossos ganhos, também o que

²⁶⁸ Ele é uma liderança que, apesar da idade, mais de 70 anos, tem uma participação expressiva no Movimento Geraizeiro e na Articulação Rosalino, participando de ações de retomada de territórios, de greve de sede e de fome, entre outras.

nós tivemos de perdas, alternativas para continuarmos em nossos territórios e fortalecendo a nossa identidade” (Nilson, Taiobeiras, 2018).

Os indígenas, representados pela Cacique Anália, Tuxá da região de Pirapora e Buritizeiro, pedem a palavra para um agradecimento aos geraizeiros.

É uma satisfação muito grande estar participando pela primeira vez dessa conferência do povo geraizeiro, junto com todos os outros povos. Também sou da Articulação Rosalino e quero dizer que o povo Tuxá tem carinho muito grande, uma gratidão muito grande, pois quando fizemos a ocupação do nosso território estava lá o senhor Adão junto conosco, vigiando as porteiras para os fazendeiros não entrarem. Nós falamos o seguinte: senhor Adão, aqui nós vivemos é na borduna e na lança. Aí dei uma lança de 2 metros para ele segurar, e ele ficou se sentindo forte, como de fato ele é! O parente aqui, do Movimento Geraizeiro, também nos ajudou bastante, o Orlando foi um grande conselheiro nas decisões e na luta. (Anália Tuxá, 2018)

Então, a cacique vai para frente e continua a falar, agora em tom de cântico:

o nosso grande espírito Pai Tupã, Tupã do Ubupucuã, para que ele venha falar aos nossos corações. Eu sou admiradora do Lula, mas eu não imaginava que eu gostasse tanto do Lula, quando eu o vi, ontem, passar por esse processo do decreto da prisão. Se nós crermos que o nosso espírito vai tirar ele dessa vergonha, porque em lugar de vergonha o grande espírito vai dar grande honra. Se for da vontade do grande espírito, ele não vai ser preso, se for a história vai mudar. Nós precisamos de nos conscientizar, porque não é mais tempo de votar por afinidade, nem porque eu fui com a sua cara, nem porque você é bonzinho comigo. Nós temos que fazer um raio x dentro do caráter da pessoa, quem ela é, a qual a gente possa confiar a nossa vida para aqueles governantes gerar. Porque nosso país está na mão de saqueadores, de escarneceadores, a nossa nação está passando por uma maldição, e nós não podemos mais aceitar isso. Eu vou puxar um toante porque quando é seis horas da tarde, nós pedimos ao grande espírito para nos dar sabedoria, para nos dar a direção (Amália, indígena, 2018).

Ela dá mais uns passos, uma roda vai se formando e ela vai cantando e orando na língua tuxá por cerca de dois a três minutos: “Nae nae nae naouaaaa, eih eih na e... einaeinaoua...” A cacique Anália agradece e retorna para o seu lugar. E, com os presentes já concentrados, a representante das Comunidades Apanhadoras de Flores se apresenta:

Eu sou Eliad, venho do quilombo de Raiz, sou apanhadora de flor da região de Diamantina, onde tem muitas comunidades de apanhadores de flores. Eu gostaria de ressaltar, igual já ouvi várias falas de vários companheiros, a gente está em regiões diferentes, por exemplo, eu saio lá do alto das serras, dos campos de cerrado para vir aqui, para o gerais, onde tem os geraizeiros, os indígenas, os vazanteiros. Mas, o nosso adversário é um só, a nossa luta é uma só. Então aí está, a importância da articulação Rosalino se resume nessa hora em que a luta do indígena é a minha luta, mas a gente fala um pelos outros nos espaços que a gente vai. Vou falar um pouquinho dos apanhadores de flores, onde a gente tem uma luta acirrada com os parques, com as mineradoras e também com a monocultura de eucalipto. Onde as mineradoras e a monocultura de eucalipto, não foram escolhidas pelo pessoal que lá vive.

Onde se vê que vão implantar um parque nacional? É onde tirou uma mineradora? É claro que não. Eles vão implantar onde o povo tradicional sempre preservou, gente que precisa daquele território, que vivem daquilo ali. Então é muito importante entender e eu agradeço a oportunidade de estar aqui nessa conferência, porque é daqui onde a gente junta com os parceiros, com os companheiros, para tirar as demandas e levar para as nossas comunidades e colocar em prática. Muito obrigada! (Eliad, apanhadora de flores, 2018).

Novamente o Sr. Adão pediu a fala.

Eu, mais uma vez vou falar, estou aqui até um pouco emocionado, porque estou cumprindo o meu desejo de criança. Foi quando meu pai e minha mãe compravam os suprimentos dos índios, dos Tuxá e de outras aldeias também. O meu coração doía e hoje eu sinto muito prazer de encontrar junto com todas as classes de pessoas aqui, Tuxá, apanhadores de flores e os demais companheiros que estão aqui presentes. Eu me sinto satisfeito com minha vida e tenho um grande prazer em estar com esse povo. Isso é do meu interesse, da minha luta, então eu não penso sozinho. Nunca que a gente pensa sozinho e todas as vezes que a gente vai pensar, a gente pensa no nosso próximo, o nosso companheiro que é de carne e osso e que ele tenha a mesma fome, e que ele tenha a mesma sede que a gente tem. Porque o capital só pensa no capital, ele acha que importante é ele ter dinheiro. Não, eu acho importante é eu ter vocês junto comigo. Vale muito mais que o dinheiro. Agora, para eles, eles valorizam é o dinheiro. E o que meu pai e a mãe me contaram que fizeram com vários índios nas primeiras histórias da descoberta? Da descoberta não, porque o Brasil não foi descoberto, ele foi roubado porque os índios já estavam aqui. Aí chegou e achou que não tinha ninguém e nós estamos até hoje dessa forma aqui. Chega alguém roubando os nossos direitos e eles achando que são os donos de tudo. Então, a gente tem que ter muita atenção, ter uma consciência limpa uns com os outros, ter amor à sociedade, ter amor ao povo. No é ter amor a dinheiro e ao capital não, porque o que vale somos nós! Não é o dinheiro que vale não, porque nós estamos num país que o que vale é o dinheiro, parece que o brasileiro, o índio, o Tuxá, o vazanteiro, o veredeiro, o quilombo, o apanhador de flor, não tem valor ali não. Tem valor é o capital! Então nós temos que descobrir isso, nós temos que nos valorizar, quem vale somos nós, não é capital não. Então, eu digo aqui muito obrigado a vocês por ouvir as minhas palavras. (Sr. Adão, geraizeiro, 2018).

Um dos animadores do Movimento Geraizeiro se apresentou em seguida:

Meu nome é Orlando Santos, sou de Novo Horizonte, sou trabalhador rural, sou do movimento geraizeiro e também da Articulação Rosalino e faço parte da Comissão Estadual de Povos e Comunidades Tradicionais. Nós já temos falado muito das nossas demandas, que a nossa demanda é uma só, que os nossos direitos são um só, e nós temos que estar firmes nisso quando, diz aí, que a dor de uma é a dor de todos. Porque os apanhadores de flores estão aqui? Os Tuxá estão aqui? Os veredeiros estão aqui? Por que os caatingueiros estão aqui? Estão é somando, é através disso que nós tomamos força e, com a força, conseguimos vencer. Eu costumo dizer que eles têm muito dinheiro e nós temos fogo da garra, temos gente, temos honra, nós temos honestidade. E quanto mais nós temos fogo, mais nós temos tempo para encarar e através de cada um, a partir do momento que podemos apoiar um no ombro do outro, nós temos força. E não vamos abaixar a cabeça de forma alguma, e é dessa forma que o movimento geraizeiro agradece a vocês que convivem aqui conosco. E peço a todos vocês que estão aqui, eu queria que todos ficassem de pé para nós fazermos o grito do movimento geraizeiro: Movimento geraizeiro! Guardiã do cerrado! Movimento geraizeiro! Guardiã do cerrado! Movimento geraizeiro! Guardiã do cerrado! (Orlando, geraizeiro, 2018).

Uma geraizeira do município de Riacho dos Machados se apresentou.

Eu sou Joeliza e nosso objetivo das comunidades geraizeiras de Riacho dos Machados é a consolidação da nossa unidade de conservação, a RDS que nós estamos lutando para criar e, ao longo dos anos, vem se arrastando. As mineradoras têm sido a nossa maior ameaça, então nós precisamos caminhar de mãos dadas e nós estamos aqui nesse intuito. Os geraizeiros de Riacho dos Machados juntamente com os parceiros, com as lideranças das comunidades e dos municípios, os companheiros do quilombo de Peixe Bravo que também estão aqui conosco na luta. Sabemos que os nossos antepassados estão sofrendo muito com tudo isso, que a mãe terra está sofrendo, e nós temos a responsabilidade de cuidar e zelar para que outras gerações tenham acesso àquilo que nós temos e estamos perdendo. Se nós cuidarmos, se nós não participarmos desses momentos de mostrar as nossas forças, que são momentos de unir para a luta, com certeza vamos ser detonados e tombados pelos grileiros que tem no nosso território, por essas pessoas que só pensam no dinheiro e que pouco importam com a vida dos menos favorecidos. Somos pessoas que nasceram, que cuidaram, que zelaram. E se hoje existem os parques é porque o povo cuidou daquele lugar, porque empresa nenhum cuida de onde ela mexe, porque onde que ela destrói nunca mais será o mesmo. Então, nós temos que debruçar sobre essa questão, dar as mãos, caminhar juntos para ter os direitos garantidos de povos e comunidades tradicionais, assim como nossos irmãos índios, as nossas irmãs floristas. Somos um povo que precisa da terra pra continuar vivendo. Essa é a grande demanda que trazemos aqui hoje, abraçar a luta um dos outros, para que possamos juntos vencer e ter o nosso território garantido (Joeliza, geraizeira, 2018).

Ao final das apresentações foi recontada a história da conferência, desde a primeira que foi realizada no Assentamento Tapera, município de Riacho dos Machados, no ano de 2006, até a V Conferência que acolhia, em 2018, todos os presentes. Foram lembrados os momentos que antecederam as conferências, momentos que instigaram a realização da primeira Conferência. Em 2002, aconteceu a primeira manifestação em defesa do território do Areião, de uso coletivo das comunidades de Água Boa – II e Riacho de Areia, em frente ao Fórum da comarca de Rio Pardo de Minas/MG. Em 2003, foi realizada uma reunião na comunidade de Brejinho para discutir os prejuízos com a monocultura do Eucalipto e a apresentação ao governo de Minas Gerais do “Projeto de reconversão agroextrativista”, no sentido de ordenar a devolução das terras públicas aos geraizeiros da região. Em 2004, foi realizado o “Encontro dos Encurralados”, na Comunidade Vereda Funda, em Rio Pardo de Minas/MG, que contou com a participação ativa da Rede Alerta Contra o Deserto Verde.

A 1ª Conferência Geraizeira do Norte de Minas foi realizada no Assentamento Tapera, em Riacho dos Machados/MG, em 11 de Novembro de 2005. Com a participação de geraizeiros de Riacho da Areia, Água Boa, PA Americana, PA Tapera, PA Vale do Guará e Montezuma. O tema principal foi a “Luta pelo Território”, onde foram repassadas “informações sobre o processo de Criação das RESEXs”. A 2ª Conferência Geraizeira do Norte de Minas foi realizada no assentamento Vale do Guará em Vargem Grande do Rio Pardo, em 2006. Contou com

participação de mais de 350 pessoas, de 40 comunidades e 16 municípios. Com o tema: “Proposta de Constituição de Reservas Extrativistas”, que resultou no processo de definição de três reservas extrativistas nos municípios de Riacho dos Machados, Rio Pardo de Minas, Vargem Grande e Montezuma. A geraizeira Neli contou que

estava no acampamento do Vale do Guará, mas com muita dificuldade. O Sindicato de Rio Pardo ajudava, mas a polícia ficava vinte e quatro horas aterrorizando os acampados. A Conferência trouxe força, força para fechar o portão da empresa, para enfrentar a empresa, o pessoal da cidade de Vargem Grande do Rio Pardo que faziam ameaças dizendo que ia soltar uma bomba no acampamento. Muitos ficaram amedrontados, iam à cidade por uma estrada e retornavam por outra, com medo de sofrer um atentado, ficaram recuados, dava a noite e ficavam com medo de ficar em casa. Mas com a II Conferência tivemos coragem de chamar o pessoal da firma e negociamos. Frequentávamos a cidade de cabeça baixa, agora entramos lá de cabeça erguida e ninguém fala nada (Neli, geraizeira, 2018).

A 3ª Conferência Geraizeira do Norte de Minas, realizada em agosto de 2007, na comunidade de Vereda funda, em Rio Pardo de Minas, contou com a participação de mais de 300 pessoas do Norte de Minas e do oeste da Bahia. Tema principal: “Terras públicas e o território Geraizeiro”. Zezinho, liderança Geraizeira, relatou:

havia uma luta com a empresa de eucalipto na comunidade. O estado levantou a demanda da comunidade após cobranças do movimento sindical, havia um diálogo com o Estado sobre demandas regionais, juntamente com as empresas e o IEF. Definimos que o território precisava ser da comunidade, mas como fazer a gerência do território? Com essa luta conquistamos o território com o PAE Veredas Vivas. São muitas as comunidades que querem e precisam de água para beber. Sugeriu cantar “Parabéns” em comemoração à constituição do assentamento agroextrativista de Vereda Funda, denominado “Veredas Vivas” (Zezinho, geraizeiro, 2018).

Em 03 de junho de 2010, como forma de mobilização social em prol da criação da RDS Nascentes Geraizeiras, foi realizada a 1ª Romaria do Areião, quando se assentou uma placa como sinal de demarcação do território de uso coletivo. Em 2013, em Brasília/DF, foi realizada a greve de fome e sede como já narrado por algumas das *antenas*.

A 4ª Conferência Geraizeira do Norte de Minas foi realizada em 12 de setembro de 2014, na comunidade de Cutica, município de Fruta de Leite/MG. Rose, líder comunitária da Cutica, falou que “a Conferência Geraizeira trouxe ânimo para continuar lutando pelo território e contra as mineradoras e as empresas de reflorestamento com Eucalipto. A partir da Conferência, houve a demarcação do território, união e trabalho com os frutos do cerrado”. (Rose, geraizeira, 2018).

Conferência Geraizeira - 2º Dia

Na manhã do segundo dia, realizou-se a mesa “Coletivizar a luta pelo território e pela água: conflitos, avanços e vivências geraizeiras”. Foram relatados alguns casos emblemáticos de diferentes estratégias de enfrentamento e a costura de ações de iniciativas das próprias comunidades. No meio de uma das falas, a coordenação socializou os acontecimentos em São Paulo, após a ordem de prisão do ex-presidente Lula que tinha sido decretada no dia anterior. O Orlando pediu a palavra e propôs que a conferência se declarasse em vigília na defesa do Lula.

Eu só queria dizer que, nesse momento, a conferência geraizeira declarar entrarmos todos em vigília com relação ao ex presidente Lula e que o país tem que aproveitar para denunciar que esse foi um golpe em nós, na sociedade e sempre é a classe mais pobre que sofre, é a classe menor que sobra. Então, eu peço que todo mundo mantenha essa vigília, vamos continuar nessa vigília. (Orlando, geraizeiro, 2018).

A plenária em peso fez o grito de “Viva Lula, Lula Livre!”. Solicitaram que o pessoal da Mídia Ninja, presente na Conferência, transmitisse para São Bernardo a vigília dos geraizeiros, para que Lula não fosse preso. Estavam solidários com a luta contra o golpe que se consolidaria com a sua prisão.

Mesmo com os ânimos exaltados, a apresentação das “Vivências Geraizeiras” foi iniciada por Elmy, o enfrentamento que fizeram contra a ação do estado que grilou terras da comunidade onde viviam. E a longa resistência que resultou na primeira autodemarcação de território geraizeiro, seguida da retomada e posterior formalização enquanto um Projeto de Assentamento Agroextrativista pelo INCRA.

Sou de Vereda Funda e moro no Assentamento Agroextrativista Veredas Vivas, e também sou presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Rio Pardo de Minas. Vou falar um breve histórico da comunidade, da retomada do território de Vereda Funda. Eu acho que Vereda Funda vivenciou o que todas as comunidades da região vivenciaram. A forma de ocupação do território que nós tínhamos, que é a parte das pessoas que viviam na beira dos rios e em suas cabeceiras. A gente utilizava de forma individual essas beiras de rio e a parte do gerais, que é a chapada, era de uso coletivo. Na Vereda Funda tinha uma grande abundância de água e tinha várias produções de farinha, rapadura, de cachaça, até serraria de madeira nós tínhamos sempre movido a água. Tínhamos a quantidade de água suficiente para fazer isso tudo e até gerar energia, tinha uma propriedade lá que gerava energia elétrica, isso antes de 1980. Era essa a água que que tínhamos na comunidade.

Pelos estudos de uma pesquisadora da Unimontes, há três séculos que as nossas famílias viviam ali, naquele território. As famílias que moram hoje são descendentes dessas famílias. Na década de 1970 teve a invasão do Estado através das empresas. O Estado passou todas as áreas de chapada para as empresas (através de arrendamentos ou de

alienação). Lá em Vereda Funda foi à Florestaminas que chegou e tirou todo o cerrado e plantou o eucalipto.

Então, todas as comunidades que vivenciaram esse momento, depois da plantação de eucalipto, cerca de seis, sete, dez anos depois, começaram a sofrer com a escassez de água. Vivenciamos um processo de migração das famílias, a maioria por falta de água. A comunidade que tinha muita água passou a depender de caminhão pipa pra levar água para as famílias e muitas tiveram que sair de lá. Na cabeceira de Boa Vista não ficou nenhuma família, todas tiveram que sair para fora.

Este sofrimento durou vinte anos, vinte e quatro anos, setenta por cento do território da comunidade foi ocupado pela empresa com a monocultura de eucalipto. O Estado chegou e demarcou toda a área da chapada e fez um contrato de arrendamento com a empresa. Essa terra que era de uso coletivo, de uso comum da comunidade, passou a ser propriedade do Estado. De uma hora para outra, o Estado virou dono de muita terra. Aí fez um contrato de arrendamento com a empresa e esse arrendamento que era de 23 anos, de 25 anos, ele venceu em 2003.

Quando o contrato venceu, a comunidade já vivenciava a escassez de água, existiam brigas entre as próprias famílias da comunidade, como a água era pouca virou uma disputa. Depois começamos a entender que o nosso problema não era com as famílias e sim com a empresa: era o eucalipto que estava pegando toda a água da comunidade. A comunidade começou a se articular, a se reunir, a pensar o que ia fazer para recuperar suas águas. A gente descobriu, através do sindicato, de conhecimento através da Pastoral da Terra, que o contrato tinha vencido e que nós precisávamos pegar essas terras de volta. A gente imaginava que seria uma coisa mais fácil! Fizemos um documento, uma carta, tiramos uma comissão da associação e fomos a Belo Horizonte e entregamos no ITER e na Secretaria Extraordinária da Reforma Agrária de Minas Gerais.

O secretário era Jerônimo Gonçalves, o pessoal entregou o projeto e eles ficaram de dar a resposta em 15 dias, e eu acho que está com quase 15 anos e eles não entregaram a resposta ainda. Retornamos lá com outra comissão, eles falaram que havia alguns problemas técnicos no projeto para poder ser implantado. Mas não falaram quais eram esses problemas técnicos. E a gente vendo a empresa arrancando os tocos de eucaliptos e planejando para fazer novo plantio na nossa área.

Nisso, a comunidade de Vereda Funda participamos com mais vinte e seis comunidades da região de um encontro, em 2003, na comunidade de Brejinho. A comunidade decidiu que ia continuar a luta, reunimos lá no sindicato de Rio Pardo e fizemos um plano: o que nós íamos fazer para lutar. Voltamos e marcamos de imediato uma reunião junto com a associação para planejar as lutas. Começamos com a demarcação e depois a fazer ocupação do território, porque nós falamos com a empresa e ela não queria nada com a gente. Então, fizemos um rancho bem grande no meio do eucalipto e tinha reunião neste rancho. Depois marcamos outra reunião e nisso o pessoal da empresa colocaram fogo no rancho. Quando estávamos reunidos em um salãozinho da associação, chegou a notícia que tinha alguém da firma pegando as madeiras do rancho que tinham acabado de queimar. Eles não queriam deixar rastro de nossa ocupação. Fomos atrás e predemos os funcionários. Depois liberamos.



FIGURA 50- Autodemarkação do território de Vereda Funda e barraco de pindoba no meio da área.
Fonte: STR de Rio Pardo de Minas, 2007.

Durante mais de ano nós fizemos empate contra a empresa, parando as carvoeiras. Refizemos o rancho mais duas vezes e eles tornaram a queimar. Nós parávamos com a carvoaria e o Estado não se manifestava. Então a comunidade se articulou com a Via Campesina, a Rede Alerta contra o Deserto Verde, naquela época era muito forte. Foi quando fizemos a primeira autodemarkação do território geraizeiro. Aí planejamos de fazer uma retomada. As famílias saíram das suas casas onde tinham água mesmo que pouca, tinham tudo e foram para a chapada morar debaixo do barraco de lona, isso durante muitos dias, muitos meses no barraco de lona com o apoio do MST. Nem o Estado não se manifestou e a empresa continuou fazendo o carvão. Por sorte, passou um vento lá um dia e derrubou uns sessenta fornos de carvão, esse vento ajudou bastante, depois que os fornos caíram as faíscas pegaram num caminhão que começou a queimar. Aí o Estado e a empresa chamaram para fazer uma conversa. Nesse empate nós negociamos, demos mais dois anos e meio para que as empresas terminassem de queimar o eucalipto que restava para nos devolver a terra.

Nesse meio tempo, começamos a fazer o plano de utilização do território. A comunidade se reunia todo mês para ver como seria o uso do território, como seria a forma de, como o pessoal diz aqui, de regulamentação do uso do território e de sua formalização. Nós conseguimos chegar em uma forma que chama de PAE Veredas Vivas, que ficou esse nome no final, negociado com o INCRA e com o Estado. O PAE é um projeto de assentamento agroextrativista que trabalha as áreas comunitárias de uso comum e tem as áreas particulares das famílias que utilizam ali dentro. As famílias vivem do que plantam e estamos começando a colher, porque ali já temos muitas coisas, o pequi e outras frutas que vivem no cerrado.

O desafio que nós estamos tendo para tocar esse projeto é o reconhecimento e o apoio do INCRA ao modo de viver do geraizeiro. O INCRA tem dificuldade para entender como que faz um tipo de assentamento dessa forma, e depois não tem recurso, a gente não conseguiu até hoje apresentar e aprovar no INCRA o PDA – Plano de Desenvolvimento do Assentamento, porque não tem recurso técnico.



FIGURA 51 - Centro de Formação do PAE Veredas Vivas.
Fonte: CAA/NM, 2015.

Mas a comunidade não está esperando pelo INCRA, já temos diversas casas na área, já tem quintal produzindo, temos um centro de formação e uma cooperativa constituída produzindo e embalando café tradicional da comunidade. Tem um grupo de mulheres que trabalha com padaria comunitária, vende pão, biscoitos artesanais, as famílias não ficaram esperando só pelo INCRA, porque se tivesse esperando estava esperando até hoje. O outro desafio é a presença de pessoas estranhas no assentamento, que não nasceram ali, mas adquiriram um pedaço de terra de posseiros de lá. Essas pessoas atrapalham o tempo inteiro o projeto da comunidade. É um pessoal folgado e todo mundo sabe disso, sempre que chegam pessoas de fora da comunidade as pessoas querem fazer uso diferente do que a gente planejou, faz mal uso da água, mal uso das cabeceiras, desmatando lugar que não deve, usando a água de forma predatória. Esse é um desafio que a gente ainda tem, porque o território é dez mil hectares, mas tem uma parte desse assentamento que é particular, e parte desse particular tem muita gente de fora que está atrapalhando o projeto. Esta é de forma resumida um pouco da nossa história. Os desafios que a gente tem são esses, nós temos muitas dificuldades com o poder público. Ficamos cinco anos esperando o Estado passar a terra para o INCRA depois de arrecadada. Foi uma dificuldade muito grande. Depois que o INCRA recebeu, demorou mais um tempo imenso para decretar o assentamento e, agora, tem dois anos que nós recebemos o primeiro recurso de apoio inicial. Desde então está parado por que não tem assistência técnica. Depois, se a comunidade não se organizar, depois o Estado começa a falar que não dá certo, que esse tipo de projeto não dá certo. O que é acordado, o Estado não cumpre com a parte dele. Finalizando, se nós não estivéssemos juntando o com a Vila campesina, a FETAEMG, CPT, os sindicatos, a igreja, o CAA, a gente não tinha conseguido chegar ao ponto de ter o território da comunidade. Então, acho que se a gente não se articular a gente não consegue ir muito longe. Obrigado (Elmy, geraizeiro, 2018).

Em seguida, Neusita se apresentou para contar sobre a luta pela criação da primeira RDS geraizeira, e como estão conseguindo fazer a restauração do cerrado e o modo de vida

geraizeiro. Vigilância, empates e, por fim, uma grande mobilização dos geraizeiros que conseguiram o apoio de outros povos da Articulação Rosalino para uma ação inusitada de pressão em Brasília/DF, tendo como protagonistas as mulheres: greve de sede e de fome.

Eu sou geraizeira da comunidade de Água Boa. Vou passar um pouco de nossa história. Não é muito diferente das outras lutas, temos momentos parecidos com a que fizemos pela conquista da RDS. Em 2002, quando eu ainda era criança, me lembro muito, a gente tem uma área na Água Boa que ela é chamada de Areião, e muitos já foram na romaria que a gente realiza lá. Essa área é de uso comum, onde a gente fala que é o nosso pomar natural, porque todas as árvores frutíferas do cerrado se encontram nessa área. É bem concentrada mesmo e também tem muitas nascentes que abastecem a região de Água Boa e Riacho de Areia.

Em 2002, essa área foi demarcada por uma empresa querendo fazer o desmatamento. A comunidade de Água Boa e de Riacho de Areia iniciam uma luta para impedir o desmatamento. Organizam manifestações, enchem um caminhão de gente, porque na época ônibus não era muito comum, e vão dois caminhões de pessoas para manifestar em frente ao Fórum municipal lá de Rio Pardo de Minas. A gente manifestando ali o desejo de que essa área continuasse preservada, porque ali era onde as famílias tiravam a sobrevivência com os frutos do cerrado, lá tem um grande potencial de pequi, onde o pessoal coleta o pequi e fazem o óleo e também as nascentes, muitas nascentes de água.

A gente já tinha o entendimento que ali era a área de deixar preservada até porque veio passando por várias gerações. A gente foi manifestar, tivemos o apoio do Sindicato dos Trabalhadores de Rio Pardo de Minas, e daí inicia um processo de luta e espera, de vigia e espera, a gente deu início pedindo ali a reserva da área, mas não sabíamos como seria o processo. Queríamos que a área ficasse ali como era, de uso das comunidades. Nesse tempo também no Vale do Guará, município de Vargem Grande do Rio Pardo e em Roça do Mato, município de Montezuma, as comunidades já estavam iniciando seus processos de lutas, que também não era diferente, assegurando ali seus territórios que também já eram de uso comum das comunidades e éramos todos ligados pela chapada.

Durante muito tempo a gente ficou nessa vigia da área e esperando uma solução para esse território²⁶⁹. Passou um tempo até quieto, não mexeram muito nessa área do Areião até no ano de 2011. Mas, antes disso, o pessoal da Embrapa nos procurou e indicamos para fazer pesquisa na área. Eles colocaram muitas plaquinhas nas árvores como marcação de pesquisa mesmo e isso ajudou muito. Porque quando a empresa começou a ver as árvores marcadas, teve certo receio para não desmatar com a gente da comunidade vigiando. Mas, em 2011, somos surpreendidos com um empresário desmatando uma grande área onde coletávamos muita mangaba e rufão.

Nesse tempo, a comunidade já tinha se organizado e criado uma cooperativa de polpas de frutas do cerrado. Então, a gente deparou com mais um desmatamento. Novamente nos mobilizamos para parar o desmatamento nessa área, conseguimos parar, mas aí, ainda não entendendo direito, a gente não conseguiu barrar o plantio de eucalipto. Então, teve uma área plantada de eucalipto, que hoje ela continua lá e é o nosso sofrimento, não vemos a hora desse eucalipto sair de lá. Porque a gente vê que o Areião sentiu muito com esse eucalipto lá colado nele.

Em 2013, esse foi o ponto mais terrível de toda luta, quando outro empresário chegou e começa a desmatar as nascentes, o leito do córrego que abastece as comunidades, fazendo ali seus tanques. Consegui abrir cinco tanques para criar peixes, e essa foi a fase mais

²⁶⁹ A vigia que a comunidade fazia consistia, além de vigiar mesmo se tinha gente de fora, faziam o que Chico Mendes denominada de empate. O empate era realizado principalmente pelas mulheres que iam para a frente das máquinas e obrigavam o motorista a parar com o desmatamento. Em seguida, chamavam a polícia ambiental para fazerem um boletim de ocorrência. Na maioria das vezes, a polícia não ia até o local, outras vezes enviaram uma equipe de policiais militares.

difícil porque eram vigias constantes, conseguimos mesmo parar as máquinas, mas era uma vigilância constante porque o empresário colocava pessoas para perseguir a gente, colocava funcionários que tinham fama de pistoleiros, trazia pessoas e reforços de outras cidades vizinhas, sargentos da polícia se passando por pistoleiro para nos amedrontar. E a reserva não saía, estava encaminhando, já tinham feito todos os estudos, mas não saía pra acabar com esse sofrimento. Na época era a RESEX e depois virou RDS²⁷⁰, mas não tínhamos uma solução.

Foi com muita aflição que a gente foi para o Encontro de Povos do Cerrado em 2013, organizado pela Rede Cerrado, chegamos preparados para fazer uma greve de fome e sede para que a RDS fosse criada. Fomos uns dias antes do encontro. Eu lembro de toda a luta, da preparação para a greve. No momento de preparação teve um ritual para ir para a greve de fome e sede, que era feita pela índia Célia Xakriabá. O pessoal fez toda uma roda, e toda aquela roda era para ver quem iria ficar de greve, quem queria entrar para esse processo desse um passo para a frente e formava outra roda no centro. Às vezes, eu me lembro desse momento e ele é muito forte porque a gente com as crianças sofrendo muito nas comunidades, esperando esse decreto, esperando essa reserva, e ela não saía, e os empresários chegando e quebrando aquilo que a gente já tinha assegurado e vinha assegurando.

Aí a gente dá um passo à frente, sem saber porque a gente estava decidida, se a gente morre nessa greve de fome e sede, ou se eles vão olhar para os que estão lá! Mas era preciso fazer alguma coisa, antes que acabe o nosso cerrado, antes que acabe nossa água. Aí a gente entra para essa roda e ela foi muito emocionante, a gente lembrava muito das crianças, porque toda vez que a gente ia para a luta, para o enfrentamento, a gente corria com nossas crianças e levava todo mundo. Muitas vezes tivemos que acampar para defender as nossas nascentes e ficávamos lá três dias seguidos, voltava na casa só para dormir e não era fácil. As crianças juntas e aquele sofrimento, e a gente começou a transmitir essa tensão para elas, eles começaram a perguntar o que vai acontecer com a nossa água, o que a gente vai fazer? Foi um momento que a gente falava, que a gente pensava, e toda essa roda foi se formando para a greve de fome e sede porque a gente não tinha outra solução. A gente queria que criasse a reserva, então ficamos lá um período se não me engano foram trinta e seis horas sem comer e sem beber, uma quantidade grande pessoas entrou nessa greve.

Foi daí que conseguimos encaminhar muitas coisas que estavam paradas, a gente estava ali em onze anos de lutas e todo o processo estava parado. Então dessa greve, em 2013, a gente viu que deu uma acelerada e, em 2014, teve a conquista da RDS com o decreto que foi assinado pela presidenta Dilma. Mas, a gente pensa, vai decretar e agora, a gente vai colocar a cabeça no travesseiro ficar tranquilo? Mas não foi, a gente precisou continuar a vigília e sempre na luta de enfrentamento, empresários sempre chegam no território. A gente vê que com todos esses desafios, as comunidades começaram a restaurar dentro da RDS as áreas que estavam degradadas contando com as parcerias. A gente tem a rede sociotécnica, tem as instituições e as comunidades. Dentro da RDS está acontecendo os projetos de restauração e tem aí o projeto Bem Diverso dando um apoio, já estamos recuperando diversas áreas. Tem a comunidade São Modesto que já fez plantio direto, tem pessoas aqui que tem participado dessa ação, as bacias de contenção que estão segurando as terras que estavam descendo para as nascentes. Então está tendo muito desses acontecimentos na área da RDS.

As nossas comunidades agora, na véspera da semana Santa, nossa comunidade vai para a luta novamente na mesma área que é o Areião, a gente fez o plantio de várias mudas nas proximidades das nascentes, fez também o plantio direto com as sementes, fez o controle das voçorocas para desassorear um pouco a areia que estava descendo. A comunidade continua, não só a comunidade, mas todas as comunidades da RDS, e aquelas que ainda

²⁷⁰ A primeira proposta de proteção da área foi criar uma RESEX – Reserva Extrativista, cujo primeiros relatórios do ICMBio foram produzidos em 2017. Depois, à medida que a comunidade estudava que modelo de unidade de conservação de uso sustentável que poderia ser criada, optou-se por uma RDS – Reserva de Desenvolvimento Sustentável.

estão paradas, e já vendo esse processo de caminhada, estamos motivando as comunidades a se apropriarem dessa RDS que foi conquistada com tantos desafios, tantas lutas.

A gente vê aqui um desafio muito grande, que é a regularização fundiária que está acontecendo no nosso município²⁷¹. Isso tem sido muito pesado para gente, porque, através dessa regularização fundiária, os empresários estão se juntando e um vira confinante do outro. A gente costuma falar que eles estão fatiando, estão fazendo uma pizza na área no Areião, dentro da RDS. Muitas vezes, para a medição, um tem que ser confinante do outro. Aí eles vêm prontinhos, trazem todos os confinantes e coloca um ao lado do outro. E o nosso desafio mesmo, o nosso medo é que eles consigam essa titulação dentro da RDS.

A gente sabe que tem todo o processo de vigilância, mas a gente sabe que eles são muito espertos também, e conseguem, e já trazem seus confinantes e colocam de um lado, colocam do outro. Isso está sendo um desafio muito grande e, se tiver alguém aí que ajude a encaminhar, a gente gostaria muito para fazer medição de terra dentro das comunidades, não só na RDS.

Eu acho que em todas as comunidades têm que estar por dentro, têm que saber o que está sendo feito e aonde, porque muitas vezes o empresário já vem com a empresa, vai lá e mede, e volta e a comunidade não fica sabendo se estão regularizando gente dentro da área que nós estamos preservando. Se tem nascentes naquela área é porque a comunidade foi quem cuidou, a comunidade que está assegurando aquele território, a comunidade que zela por ele, e os nossos antepassados deixaram para a gente e queremos devolver para nossas crianças e gerações futuras.

Nós temos este desafio, de recuperar nossas áreas e assegurar as que nós já temos, e com essa seca muito forte que a gente teve durante seis anos, a gente vê que as comunidades que tiveram muita luta, que seguraram as nascentes, não sofreram com essa crise de água. Foi uma dificuldade muito grande o município de Rio Pardo todo sem água, mas na nossa comunidade, por exemplo, a água das torneiras não diminuiu, não fez diferença porque o pessoal vem assegurando, a gente continua assegurando. A gente quer devolver para as nossas gerações futuras também, do mesmo jeito que a gente recebeu ou melhor ainda, recuperado (Neuzita, geraizeira, 2018).

Em seguida ao relato da conquista da criação da RDS e a luta para terem o controle da área pelos geraizeiros, a dona Francisca Maria Souza, geraizeira que também faz parte do MAB, contou a luta que empreenderam na comunidade de Muzelo, município de Taiobeiras.

Primeiramente, eu gostaria de pedir a essa assembleia tão bonita para que nós pudéssemos fazer um minuto de silêncio em homenagem ao nosso saudoso Alvimar Ribeiro dos Santos, militante da CPT e que mudou para o céu. Alvimar, Presente, Presente, Presente! Obrigada! Então gente, a nossa trajetória de Muzelo e Curral Novo começou assim, com a retomada do nosso território, das nossas águas, uma luta juntamente com o apoio da Pastoral da Terra. Como a gente já tinha esse trajeto de ficar para cima e para baixo contra as irregularidades das barragens, foi assim que a gente conseguiu entrar nesse contexto da luta pela terra e pela água. Juntamente com a pastoral da terra foi que Alvimar nos alertou que os contratos das grandes empresas estavam vencendo, então quando vencesse ele ia nos alertar para que nós pudéssemos tomar as nossas terras que estavam encurraladas. E foi assim que aconteceu.

Em 2003, ele nos avisou e nós conseguimos reunir a comunidade. Quando nós reunimos a comunidade nós avisamos para ele e aí desceu a Pastoral da Terra de Montes Claros

²⁷¹ Ela está fazendo referência ao procedimento que o Governo de Minas Gerais estava fazendo de regularização de todas as terras públicas na região do Alto Rio Pardo e que, apesar de muitas denúncias de irregularidades, o processo não estava sendo revisto.

juntamente com os companheiros do MST desceram dois ônibus de gente de Montes Claros e foi aí que nós iniciamos a nossa trajetória de luta.

Enquanto a gente estava ali em plena festa junina, aí chegou esses dois ônibus, teria que atravessar o rio, e como atravessava o rio sem ponte? Foi aí que descarregou em certo local e aí foi procurar carro de boi e o pessoal da comunidade ajudou a chegar até uma sede de escola para reunir com o povo. Onde tinha umas árvores bem grandes, o pé de jaca, ali foram espalhadas várias lonas para se fazer um barraco como esse daqui. E aí foi que aconteceu a combinação para a nossa luta. Combinou com a comunidade. A comunidade era muito medrosa na época, não tinha costume de fazer essas coisas. Ele falou assim, amanhã eu quero a comunidade toda aqui para que nós possamos fazer uma cerca para dividir o direito de vocês do direito da empresa. Mas vocês trazem foice, machado, enxada, tudo que vocês tiverem de ferramenta para o trabalho que vocês vão trazer. E foi assim, no outro dia de manhã, chegou esse pessoal com todas essas ferramentas, nós achando que era isso que ia fazer.

Mas, na verdade, o que nós fizemos? Ocupamos o canteiro de obras da empresa e assim ficamos lá acampados por um tempo, ficamos uns sessenta dias acampados. Nesta trajetória, nós juntamente com a CPT e os nossos parceiros, os Sindicatos que tem vários deles aqui, os Sindicatos do Alto Rio Pardo, sempre nos vigiavam a cada momento e assim aconteceu a nossa luta.

E foi possível liberar com nós ali ocupando só aquele espaço? Não, tivemos que ocupar outro espaço no município de Taiobeiras, para que eles liberassem aquela área onde nós estávamos ocupados. Correu sangue, veio o despejo, quando estava assim com uns trinta dias, veio o despejo. Aí despejaram as famílias que estavam sem saber de nada, despejaram as famílias e correu sangue. Pessoas foram espancadas demais, elas precisaram ser hospitalizadas, alguém perdeu a visão e outros levaram até a morte.

Então, naquela luta nós conseguimos a nossa área, é bem menor das que tem aqui, nossa área foi só 940 hectares, mas também, como alguém falou aqui, o INCRA ficou sem entender a forma que nós fizemos nosso loteamento. E de vez enquanto vinha ameaça, aquele moço que está sentado lá, o senhor Francisco, vinha ameaça porque eles ficaram mais próximos do limite com a empresa. Depois que a área loteada vinha ameaça das empresas porque eles queriam nos tirar dali e se não nos retirassem vinha o despejo novamente. Uma pessoa ficou com um lote maior, outras com menos, mas graças a Deus todo mundo conseguiu sua terra.

Hoje lá tem centro comunitário, tem unidade de saúde, tem bairros. Ela foi dividida para 44 famílias, mas como todas as famílias tinham filhos, hoje já existe muito mais moradias que essas 44 famílias. A nossa nascente reviveu e hoje ela abastece mais de 75 famílias. Então para nós é uma vitória e queremos dizer que quem perde na luta é só quem não luta, porque todos nós com a luta conseguimos a conquista. A conquista ela não vem de mansinho, a conquista vem através das pressões, porque se não tiver pressão não existe conquista. A conquista só vem quando os grandes perdem no bolso, quando eles veem que está mexendo no bolso deles, aí a conquista vem.

A nossa preocupação é com pessoas que não são moradoras da comunidade, onde já foi dito pelos companheiros, quando gente de fora compra o terreno de outros e faz a moradia lá dentro. Isso é uma preocupação para nós porque são pessoas que não conviveram, não nasceram ali na comunidade, é difícil eles entenderem a luta.

Outra preocupação que a gente tem é que uma família que conseguiu seu lote e e implantou uma área com eucalipto na cabeceira da nascente, aonde a reserva da nascente é de um lado e ele veio e plantou na cabeceira da nascente do outro lado. Então é uma preocupação enorme para nós.

Para despedir eu vou apresentar o nosso grito, nós temos construído o nosso grito, porque o rapaz que morreu na luta chamava Ezequiel. Aí nós construímos um grito assim: Ezequiel coragem e duelo, que trouxe a conquista das terras do Muzelo (ela canta com a plateia repetindo tres vezes e finalizada com uma salva de palmas). Muito obrigada a todos (D. Francisca, graizeira, 2018).

Terminada esta fala a plenária debateu outras iniciativas de retomadas de territórios com diferentes estratégias, onde a conquista do território aconteceu ao longo de lutas coletivas.

Em seguida, a palavra foi repassada para Joelisa, geraizeira de Riacho dos Machados, que entrou com a discussão dos territórios em conflitos com a mineração. Na sua fala, ela contesta o senso comum que os empresários capitalistas utilizam ao dizer que as comunidades locais são pobres. E as estratégias de desqualificação das organizações e das pessoas que resistem, das constantes mudanças dos donos (CNPJ) da lavra, que limita as constantes ações judiciais de cobrança dos direitos.

Meu nome é Joelisa, sou geraizeira do município de Riacho dos Machados, há vários anos que atuo no movimento sindical e também no CAA e nós temos uma luta que dura vários anos. A Vale do Rio Doce (empresa mineradora) atuou lá no nosso município com a mineração de ouro, só que naquela época, na década de 1980 e 1990, naquele período que a Vale foi para lá nós não tínhamos muito conhecimento. Então, parecia que a Vale estava trazendo muito benefício, mas quando ela saiu, quando a lavra esgotou, no outro dia ninguém tinha nada. Então, a gente ficou focada naquilo, como um processo de geração de riqueza, o processo de minerais entrava na nossa cidade e que o povo parecia que estava rico, dormia todo mundo rico e acordava todo pobre?

Agora, mais de vinte anos depois, a lavra foi vendida para outra empresa e ela voltou com um novo processo de mineração, com muita força, e como tem muita gente que é inocente e não sabe o que está por trás desses grandes projetos, voltou esse entusiasmo na cidade, que a riqueza vai voltar, e nós vamos ser ricos.

As pessoas não entendem que a riqueza somos nós, que nós é que somos ricos, e quem pobre é quem está vindo buscar nossa riqueza. Só que quando o projeto chega, eles dizem o contrário, que nós somos os pobres e eles os ricos, que vêm pegar aquilo que é nosso porque nós não sabemos explorar. O que acontece é que nós que vivemos explorando isso a vida inteira, sabemos sim explorar o nosso território, e se nós temos águas no nosso território, é graças que a mineração²⁷² de água que está protegida nas nossas terras. É o que faz com que as nascentes permaneçam ali, mas as pessoas não entendem que essa junção de coisas gera uma riqueza todo santo dia. Aí surgiu de novo essa questão da mineradora lá em Riacho dos Machados, e aí a gente começou a ouvir alguns boatos porque vinham algumas meninas bonitas com aquele discurso "nós estamos aqui fazendo estudos, procurando viabilidade". Mas, quem entende o que é viabilidade? É muita pouca gente que entende isso, até a gente que entende do processo é pego de surpresa.

Para a nossa surpresa, de repente, já começou o processo de licenciamento com muita empolgação na cidade, a gente ia para os espaços e éramos vistos como as pessoas que estavam ali para atrapalhar o processo.

O que mais nos afrontou e nos deixou mais desconfortável foi quando apareceu um EIA - RIMA²⁷³. Colocamos a nossa preocupação com as famílias que iam se mudar dali, em uma entrevista que a menina da empresa fez comigo a tardezinha, eu tava saindo do escritório e ela chegou e perguntou pra mim o que eu achava. Eu coloquei para ela minha a preocupação com aquele povo daquela região que ia ser desapropriado. Perguntei qual era o projeto de vida que eles tinham para aquele povo e ela não me deu resposta.

Então, apareceu no EIA RIMA que o Sindicato estava organizando o processo de venda e compra das terras, e não era verdade. Em momento algum nós ficamos sabendo, essa foi a única conversa que nós tivemos, eu colocando a preocupação na pergunta dela, e aí surgiu

²⁷² No linguajar das comunidades geraizeiras, mineração são as nascentes, onde a água brota, onde a água "mina".

²⁷³ Estudos de Impactos Ambientais – Relatório de Impacto Ambiental.

isso, que os Sindicatos de Porteirinha e de Riacho dos Machados estavam mediando a venda das terras. Foi muito assustador para nós acompanhar e entender este processo.

Nós sabemos que o pessoal da mineração tem um processo muito diferente do nosso modo de agir. Eles fazem as construções deles de forma que o povo entenda que aquele processo vai gerar vida, e que vai gerar muita riqueza para aquele povo. Aí, quando nós do movimento social entramos para fazer a discussão o bicho pega porque eles dão a entender que viemos para atrapalhar a vida daquele povo que está sonhando em ficar rico de novo. E não é riqueza coisa nenhuma!

O que nós fizemos lá foi manter o posicionamento firme naquilo que nós decidimos, naquilo que nós buscávamos enquanto direito e tínhamos certeza do que nós estávamos falando. E insistimos até os dias de hoje. Tanto que no início dois trabalhadores nos escutaram, e um está com a sua terra sem vender até hoje e o outro vendeu de uma forma mais favorável. Enquanto os outros saíram das terras e acharam que estavam ricos, hoje estão todos lá pobres, apenas com uma casinha para morar e outros nem isso.

Então, a consciência que nós temos hoje é que não contribuimos com a miséria que virou, nós tentamos orientar o povo para não fazer isso, mas o processo dos minerais é muito mais árduo do que nós imaginamos. Aqueles que ficam no entorno, que não são desapropriados, são as pessoas que mais sofrem porque eles ficam lá à mercê da poeira, de uma promessa de um emprego justo, mas que nem sempre esse emprego acontece. Às vezes, numa família de dez pessoas, o emprego é para um e nove ficam lá à mercê recebendo poeira, contaminação do solo e da água e com a terra toda ruim.

Já existem diversas pessoas com problemas respiratórios na região de Ouro Fino, comunidade que fica ao lado da mineração. Quando vamos discutir isso com a empresa, o que eles fazem de imediato, muda-se o dono da empresa, e a outra que chega não tem mais responsabilidade sobre aquilo que foi combinado.

O processo de mineração em Riacho dos Machados mudou de dono, se não me engano, a cada seis meses, só para vocês terem ideia o tanto que é complexa essa questão. Quando você entra para discutir, um diz, isso aqui não cabe mais a nós, a direção da empresa hoje já é outra. E, por fim, o que está lá nem para dialogar conosco eles querem. Depois de tanto sofrimento que muitos passaram, as pessoas olham para nós e abaixam a cabeça, porque as autoridades tinham também na cabeça, eles tinham sido convencidos que seria um processo bom. E esse bom hoje é que nós estamos no mês de abril, e nós tivemos só dois dias de aula no nosso município. Então, como um município que tem o movimento minerário e que causa tanto dano à sociedade poderia, no mínimo, enquanto ele estiver lá, garantir vida digna para aquele povo. Mas não é isso que acontece. Nós temos um processo de riqueza e ao mesmo tempo não estamos tendo nem acesso a escola para os nossos filhos.

A pergunta que deixo aqui é: será que de fato é riqueza para nós? Riqueza para nós e para o nosso gerais é a água, é nós termos o direito de cultivar, termos o direito de ir e vir no nosso território. Porque até isso, quando instalaram a empresa de mineração, isso foi tirado de nós. A nossa luta é que o nosso povo tem que continuar vivendo ali e vivendo com dignidade (Joeliza, geraizeira, 2018).

Outra iniciativa de resistência dos geraizeiros contra mineração foi apresentada por Adair, representante dos geraizeiros do município de Grão Mogol. Que enfrentam um projeto de mineração de capital chinês em áreas que já tinham sido impactadas em larga escala pelas empresas reflorestadoras.

Sou Adair, geraizeiro lá do território de Vale das Cancelas. O nosso território abrange três municípios, Grão Mogol, Josenópolis e Padre Carvalho. Os problemas nossos é o enfrentamento contra um projeto de mineração da Mineradora Sul-americana de Metais – SAM, e de outras que pretendem retirar minério de ferro, granito, ouro e tudo mais lá no

nosso território. Outro problema é com Parque Estadual de Grão Mogol que desorganizou o povo e proíbe os geraizeiros de terem acesso à terra, água e às políticas públicas como energia elétrica e educação. Temos também a degradação da monocultura de eucalipto. O grande desafio que nós estamos enfrentando é a regularização fundiária do território geraizeiro de Vale das Cancelas. Temos dificuldade com abastecimento de água em muitas comunidades, temos problema também de moradia digna para os geraizeiros. Tem famílias que moram em barracas, muitas que vivem sem energia elétrica. Nós somos atingidos também pela Barragem Hidrelétrica de Irapé, que é uma barragem grande que violou nossos direitos.

As nossas iniciativas, a gente tem apoio da Pastoral da Terra, do MAB, do Movimento Geraizeiro e do Ministério Público Estadual e Federal, o CAA que é o Centro de Agricultura, é um grande parceiro lá. Já fizemos ocupação de fazendas para retomar o nosso território, temos lá o acampamento Avilmar Ribeiro dos Santos, na comunidade de Batalha temos outra retomada. Fizemos muita movimentação, manifestações populares, tanto na BR quanto nas cidades. As lutas nós organizamos por grupos de base, a gente forma um grupo de base da comunidade, cada comunidade é que discute, que decide quais os problemas e repassa para a coordenação do MAB. E essa coordenação traça um plano de luta junto com as comunidades para fazer a retomada do território.

Nós viemos aqui trazer as expectativas nossas que é troca de experiência, a busca de diálogo, a definição do território tradicional geraizeiro de Vale das Cancelas. O plano de luta, os desafios que nós temos que enfrentar lá nesses dias é retomar todo o território que está ocupado em grandes áreas pelas empresas. Lutamos para fazer valer nosso direito. E nosso grito de guerra lá no Vale das Cancelas é: Território, água e energia não são mercadoria! Somos geraizeiros e geraizeiras e nossa vida é nos gerais (Adair, geraizeiro, 2018).

Em seguida, a apresentação das iniciativas de enfrentamento à mineração, que se soma com a da monocultura do eucalipto, o Orlando do Movimento Geraizeiro se apresentou. Ela apresentou o trabalho que vem desenvolvendo junto com a Paróquia de Salinas abrangendo tanto as áreas rurais quanto as urbanas. Uma luta pela recuperação das águas e das terras. Com o cerrado em pé nas mãos dos geraizeiros a água vai estar preservada.

Às vezes, quando a gente começa a fazer a demanda de território, o povo fala o seguinte, eu não vou demandar por território porque eu não tenho terra. Mas às vezes o pessoal esquece que a água vem da terra. Nessa demanda aí, o pessoal de Salinas, de Rubelita e toda a região onde moramos, não sabem que estamos em cima das bacias subterrâneas, onde gera a água que joga nos rios: a maioria dos rios tem suas nascentes nessa região. No desfile de 07 de Setembro, do ano retrasado, apresentamos essa denúncia sobre o esgoto que estava contaminando as águas em Salinas e Rubelita. A COPASA cobrava do tratamento do esgoto que não fazia. Com esta denúncia que veio à tona foi tirado da conta da água a cobrança do esgoto. Este foi um passo que foi dado através dessa manifestação de sete de setembro. Mas, o esgoto continua precisando de tratamento. É o que estamos continuamos cobrando.

No ano passado quando foi o Sete de Setembro a gente não foi para rua, a gente reuniu todas as comunidades e o Sindicato de Trabalhadores Rurais de Salinas e foi pensar a estratégia. Porque tem situações que a gente precisa preparar para o campo de batalha, e como prepara o campo de batalha? É preparando o nosso povo, preparando as lideranças, formando as lideranças, preparando a juventude. O pessoal fala muito que a juventude é o futuro do amanhã, mas não, a juventude é o presente, hoje. Então, essa é uma estratégia que a gente vem fazendo para garantir.

Para nós, a preservação está em primeiro lugar. É melhor prevenir do que remediar e com esse projeto socioambiental estamos fortalecendo a luta do movimento geraizeiro pela preservação do cerrado em pé. Nós só podemos conseguimos preservar as nascentes a partir do momento que conseguimos dominar o território. Com o território dominado nós conseguimos fazer esse trabalho, que é esse problema de água para toda a região. Nós estamos aqui no semiárido do Norte de Minas, a água é o nosso maior objetivo. E sem água todos sabem que não tem vida sem água. Essa é a nossa luta, essa é a nossa demanda, essa é a nossa bandeira, que é a bandeira de todos (Orlando, geraizeiro, 2018).

Diversas outras iniciativas foram apresentadas, como as da comunidade de Baixa Grande e do Moreira, envolvidas na demarcação e na recuperação de seus territórios.

o primeiro desafio na nossa comunidade, na comunidade do Moreira e de Baixa Grande é a retomada do nosso território. A gente sabe que somos geraizeiros, mas ainda não conseguimos demarcar e regularizar totalmente o nosso território. Nos reconhecemos como geraizeiros, como “Cacunda de Librina”²⁷⁴. Vimos que precisamos muito de continuar naquele pedacinho de terra e, diante desse desafio, de toda dificuldade que a gente passa, principalmente com a água, o tema da conferência é essa, é água e território. Tudo que a gente luta, tudo que a gente passa é pela falta, principalmente da água. E a gente reconhece que para recuperar as águas é preciso recuperar primeiramente o nosso território.

Como comunidade organizada, quando a gente fala na associação, fala também como igreja, as duas comunidades têm uma base de organização na religiosidade, nós somos comunidades católicas e a nossa principal cultura, a nossa principal tradição é a nossa fé, muita fé em Deus. Foi baseado nessa fé que a gente tomou iniciativa. Primeiro, demarcamos o nosso território, as duas comunidades já têm o seu território autodemarcado. A comunidade Moreira já tem um laudo antropológico, porque hoje nós nos reconhecemos, a comunidade reconhece como comunidade tradicional geraizeira e quer continuar vivendo naquela comunidade.

Com isso, precisamos recuperar as nossas águas, porque como a gente vai viver no lugar que não tem água? Hoje nós já temos o laudo antropológico e um trabalho de recuperação das nascentes e das áreas de recarga. Lá no Moreira nós temos bacias de contenção e trabalho com “plantamento” de nascentes, trabalho este que vem sendo colaborado através do projeto Bem-diverso que contribui na comunidade de Moreira.

Por tudo isso que nós ouvimos e que a gente presencia aqui hoje nessa conferência é o que vem colaborar muito com nossas expectativas, e que nós precisamos continuar lutando. O que eu achei bem interessante aqui é a união, é no coletivo, que não adianta eu querer recuperá-lo pensando em mim. É preciso pensar algo que venha trazer o bem comum, como fala que a nossa casa é um bem comum que a gente precisa cuidar dela, pois é melhor que ela não seja minha, mas é nossa.

E nada melhor que o geraizeiro que reconhece isso, seu jeito de viver sempre nessa atividade, nós nunca pensamos em ter nossa casa e viver a nossa vida sozinha, como foi amparado não só uma família, mas sim uma comunidade onde tem várias famílias com o mesmo objetivo é que compensa lutar (Lia, geraizeira, 2018).

Assim que terminou esse momento, a juventude geraizeira entrou na plenária portando cartazes e cantando:

²⁷⁴ Com este nome tem o documentário que foi realizado pela equipe coordenada por Luciano Santos Dayrell, a partir da documentação da II Conferência Geraizeira que aconteceu no ano de 2006 e foi realizado na comunidade vizinha, no Assentamento Vale do Guará.

Este é o nosso país, esta é a nossa bandeira, é por amor a esta pátria Brasil, que a gente segue em fileira, é por amor a esta pátria Brasil, que a gente segue em fileira!

Vão dizendo palavras de ordem e mensagens como: “É por uma juventude que busca lutar, que ousa lutar, estamos aqui por uma pessoa que um dia lutou pelo nosso direito, para que nós camponeses e filhos de camponeses pudéssemos ir para uma faculdade concluir nossos cursos superiores!”

Isso daqui vai para pessoas que negam os nossos direitos, algo que está prescrito na constituição desde muitos anos atrás, nós estamos no século muito avançado e ainda existe essa corrupção, essa conjuntura que tira de forma absurda o nosso direito: “Para nós é Lula Livre! Porque o golpe não vai ter! Lula Livre, juventude presente!”

“Pátria Livre! Venceremos!” “Juventude geraizeira presente!” “Juventude que ousa lutar constrói o poder popular!”

A manhã terminou com uma intensa mobilização da juventude geraizeira animados pelos movimentos sociais presentes.

Tarde: Oficina Coletiva - Rumo à nascente do Córrego Braúnas

Estava prevista a realização de dez oficinas para aprofundamento e o intercâmbio de diferentes iniciativas relacionadas com as lutas dos geraizeiros, abordando temas como: marcos legais e regularização de território geraizeiro; conflitos no acesso à água; monoculturas e mineração; iniciativas econômicas sustentáveis; autodemarcação e retomada de territórios geraizeiros; restauração dos cerrados; juventude e comunicação; educação do campo; cultura e identidade; escuta aos anciões.

No entanto, antes ainda de terminar a plenária da manhã houve uma queda de energia e, informações posteriores, deram conta de que houve o desligamento proposital da energia, feito por pessoas ligadas à firma que tem extensas áreas com plantações de eucalipto na região, contra a quais a comunidade de Catanduvas, há muitos anos, vem lutando.

A organização da V Conferência encontrou uma saída inusitada ao corte de energia. Sem a energia ficaria difícil dar continuidade com as oficinas de intercâmbios, e a opção encontrada foi a de organizar uma incursão conjunta ao local onde se faria a celebração no dia seguinte, a uma das últimas nascentes do Córrego Braúnas que abastecia a comunidade, no qual foi construído um pequeno barramento de onde partia a distribuição de água encanada para todas as famílias de Catanduvas. E que tinha secado completamente depois do plantio de eucalipto em suas cabeceiras pela empresa reflorestadora. Embora o longo processo de contestação e de negociação, antes ainda que o plantio fosse realizado, não conseguiram barrar o plantio e a nascente secou.

Após o almoço, sem grande movimentação as pessoas se dirigiram, em forma de procissão, até a nascente do Córrego das Braúnas. Os participantes foram divididos em pequenos grupos guiados por membros da comunidade de Catanduva que realizaram caminhadas transversais, quando explicavam como era antes do plantio do eucalipto e o que aconteceu depois que a monocultura foi implantada. Os grupos se encontraram ao final da caminhada nas proximidades do barramento totalmente seco.

Diversas celebrações foram realizadas em meio a cânticos, reflexões, rezas e meditações a partir da palavra da Bíblia, mediadas por religiosos das diversas confissões e pela cacique do Povo Tuxá. Em meio às celebrações, ouviu-se o bater de machados e motosserras. Um grupo de geraizeiros que tinham vindo de longe se manifestaram em meio a uma intensa ventania que derrubou centenas de pés de eucalipto que estavam a sugar as águas da nascente. A celebração estendeu-se até o final da tarde.



FIGURA 52 - Área à montante da nascente com plantações de eucalipto.
Fonte: DAYRELL, 2018.



FIGURA 53 - Encanamentos no barramento que distribuía água para a comunidade de Catanduvas.
Fonte: DAYRELL, 2018.

Plenária com os Governos Estadual e Federal ou quando um representante do governo desrespeita um representante do povo geraizeiro e a assembleia se desfaz

Após a celebração na nascente do Córrego da Braúna, aconteceu a plenária com os representantes dos governos municipal, estadual e federal. As lideranças conseguiram que a CEMIG religasse a energia. Foram três momentos: o primeiro onde falaram alguns representantes das organizações e movimentos dos geraizeiros; o segundo, uma “Fala do Povo”, aberto a quem tivesse questões a mais para colocar; e o terceiro, a palavra aos representantes de governo que estavam presentes.

Não eram muitos, mas eram aqueles que tinham compromissos e que estavam também em diálogos com os geraizeiros em outros espaços, demonstrando o interesse em escutar e negociar encaminhamentos frente às demandas das comunidades tradicionais. Mas, nem todos sabiam que estavam de frente a um povo, em uma assembleia popular nativa.

O representante do Mastro o primeiro a falar, foi curto e objetivo:

as nossas comunidades sofrem com a monocultura de eucalipto, é preciso que o governo olhe para nós e faça com que a justiça aconteça, porque as empresas chegam, invadem o nosso território, que é do nosso povo, e para a gente conquistar é preciso que a gente faça grandes lutas. Se considerarmos que o governo reconhece a luta do povo, é preciso que os órgãos façam também essa definição de justiça, de fazer reconhecer a nossa luta aqui no Alto Rio Pardo.

Pela Articulação Rosalino falou uma representante das comunidades de apanhadores de flores.

Falo como quilombola, apanhadora de flor e também como representante da Articulação Rosalino. Articulação que tem sete povos, a gente se une para tentar achar caminhos para resolver os nossos problemas. Como eu falei, sou de uma comunidade de apanhadores de flores, estamos enfrentando problemas com o parque, com o ICMbio, com a monocultura do eucalipto lá na região de Diamantina. A gente quer saber aqui a resposta para essas coisas, porque são pessoas que sempre viveram dessa forma, e tem que proteger o lugar onde vivem. Resumindo, os povos da Articulação Rosalino como um todo, a gente luta por território. Mas, cadê o nosso território? A gente luta pelos direitos dos indígenas, dos vazanteiros, pescadores, de todos esses (sete) povos. A gente luta pelo nosso direito de ir e vir. Então, com os nossos representantes aqui, a gente espera por respostas, é só isto.

Uma senhora, representante do Movimento Geraizeiro, fez a denúncia sobre a permanência de grileiros na região.

Eu venho do movimento, quero fazer um apelo porque tem grupos de grileiros de terra que vem nos perturbando muito, e o movimento já fez tudo que devia ser feito e continua fazendo na luta pelo território. Quero direcionar o apelo ao pessoal do Estado e da SEDA, porque é preciso que as leis prevaleçam e que funcionem. A gente precisa do apoio de vocês, porque infelizmente o movimento já fez e faz tudo que há de necessário.

A representante do MAB falou que o movimento acompanha a bacia do Alto Rio Pardo e o pessoal do acampamento São Francisco e também o do Vale das Cancelas em Grão Mogol.

Nós, do MAB, já temos uma abertura com o governo, com a mesa de diálogo, com o pessoal da SEDA. Viemos já construindo uma pauta de outras lutas. Nesse momento, eu só gostaria de reafirmar esse diálogo, que a gente tem e dizer que os nossos povos, principalmente da bacia de Alto Rio Pardo e ali de Grão Mogol que estão em peso aqui. Os nossos companheiros que a cada dia vem sofrendo, cercados pela monocultura de eucalipto, pela questão da mineração, pelos grandes projetos de barragens. Que vocês possam ter um olhar maior sobre essas pessoas, a gente sabe que tem todo um trâmite que precisa passar para que essas pautas possam avançar.

Uma gerazeira, membro do Conselho da RDS, composto pelas comunidades de moradores do entorno da zona de amortecimento da RDS e de dentro da RDS, falou em seguida.

São grandes os desafios que a gente tem aqui na RDS, são as monoculturas de eucalipto, as mineradoras. Aproveitando aqui na mesa, a EMATER tem uma grande dificuldade com a emissão de DAP dentro da RDS, ela deveria estar passando dentro do conselho da RDS também. Reconhecer o poder deste conselho, pois precisamos dar um retorno às Comunidades que ficam esperando. E para SEDA é importante falar de uma grande dificuldade que a gente tem sofrido, que é regularização fundiária. A empresa SETA, ela passa por cima das comunidades, e a gente foi debochado lá na nossa comunidade. Quando

a gente foi barrar a empresa que queria dividir uma área dentro da RDS, eles zombaram da nossa cara, vocês vão parar no governo. Então foi muito ruim. Como conselheira, não pode deixar a nossa conquista ser tomada dessa maneira, não foi fácil conquistar RDS, e assim com essa dificuldade, um empresário vem junto com outros três ou quatro, e cada um é confinante do outro. Então, se não passar pelo conselho da RDS, vai sair titulação de terra para os grileiros dentro da área da RDS. A gente pede que qualquer titulação dentro da área, seja passada por esse conselho que tem um grande papel dentro da comunidade. E para a mesa toda fica a pergunta: porque que é tão difícil a gente garantir os nossos direitos? A nossa conquista, que não foi fácil, por que que é tão difícil a gente continuar tendo água, tendo a nossa terra, e o nosso território que a gente já tem preservado?

Em seguida, um geraizeiro afirma:

falo aqui em nome de uma das organizações que apoia a luta dos geraizeiros, ao longo dos anos, até chegar nessa quinta conferência, nós temos avançado bastante. Algumas comunidades já têm o seu território retomado, outras estão a caminho, é recente o decreto de povos e comunidades tradicionais que foi assinado pelo Governador, que abriu a oportunidade para as comunidades estarem apresentando as suas demandas. Na nossa região, as comunidades que têm uma caminhada longa de organização, já apresentaram suas propostas ao governo.

É importante esta movimentação das comunidades que já reuniram para discutir, que tem muita clareza do que elas querem sobre a sua identidade, sobre o seu território, sobre os limites do território. A gente faz esse trabalho e viemos construindo parcerias para poder elaborar essas propostas juntamente com essas comunidades. A gente conta com a ajuda de muita gente, pesquisadores, acadêmicos, estudantes, de muita gente que vem ajudando, fazendo pesquisa, gerando e produzindo informações sobre essas comunidades para poder construir as suas propostas. Tudo bem, isso é muito importante e devemos continuar fazendo. Só que o governo tem que ter agilidade, andar no mesmo ritmo junto com as comunidades, com os povos. Muita das vezes as comunidades conseguem construir todas as propostas e entregar tudo prontinho para o governo. Mas, não percebemos a disposição em atender essas propostas, essas demandas da comunidade que já entregam praticamente pronto para o governo um trabalho que deveria ser do Estado. Então, a gente espera que o governo tenha mais agilidade.

Outra coisa que tenho percebido na reunião do CEDRAF, em Belo Horizonte, que o governo já está chegando ao fim desse mandato, é preciso ter mais de coragem para poder arrecadar essas terras e repassar para as comunidades. É muito medo, parece que tem medo de arrecadar as terras, as terras são do Estado, não estão pegando terra de ninguém, estão apenas pegando as terras que é do próprio Estado e dando a destinação às propostas apresentadas pelas comunidades.

Então, falou uma representante da Escola Família Agrícola Nova Esperança que reforça as demandas das comunidades:

A EFA Nova Esperança foi uma conquista das lutas dos movimentos sociais organizados no território do Alto Rio Pardo em ações junto aos poderes públicos. Essa conferência, ela traz no tema aglutinador a questão da água, da terra e do território. E que essa discussão em torno do acesso à terra, à água de qualidade, à água em quantidade para poder produzir, é uma luta que vem sendo enfrentada aqui no Alto Rio Pardo e em todo o Norte de Minas. Os agricultores precisam de terra e água para produzir, é isso que as famílias precisam. Então, a gente pede aqui, reforçamos o pedido de todos os movimentos que estão aqui,

todos os grupos, que o governo do estado agilize o processo de devolução dessas terras para que as famílias possam produzir nelas e viver uma vida de qualidade nessas terras.

Um dos representantes do Assentamento Tapera do STR de Riacho dos Machados disse que,

a partir de uma visita que a gente fez hoje a uma barragem, que foi construída antes, e segundo relato aquela água ela chegava até aqui onde nós estamos e a gente vai lá hoje, em pleno mês de abril, final das águas e não tem uma gota d'água. A irmã Iria Maria leu para nós, durante a celebração na manifestação na nascente do córrego das Braúnas, um texto do antigo testamento que fala do profeta, uma recomendação que a mim fica bem claro, que teríamos que ter muita coragem para enfrentar, e é o que nós estamos fazendo. Nós não estamos fazendo nada errado, simplesmente nós estamos fazendo aquilo que Deus ordenou aos profetas. Por isso, estamos nessa luta. Nós estamos com uma mesa bonita, com o pessoal do Estado, nossas lideranças, e graças a Deus, o Brasil foi democrático e por isso hoje nós temos essas pessoas que nos representa.

Mas, a gente fica preocupada. Aqui, hoje, nós estamos no lugar da RDS, estamos aqui em uma conferência geral. Só que nós estamos lá em uma luta para criação de outra RDS, a RDS Tamanduá. A gente fica preocupado, é tanta burocracia para nós chegar lá, e aí aparece empresa, não é nem uma, se fosse uma a gente matava e acabava, mas há várias e não tem jeito, aí aparecem várias empresas, até de fora do país, que não é nem brasileira e tem uma facilidade tão grande de usufruir dos nossos frutos, das nossas águas, das nossas pedras preciosas. A gente tem uma riqueza muito grande. Juntando com o estado, a gente pode fazer uma coisa segura. A preocupação da gente é que não estamos seguros, ouvimos um depoimento aqui agora que não está seguro, tem grileiro, não está seguro.

Outro geraizeiro do Assentamento Americana, município de Grão Mogol:

Vou falar de um modo geral, na vida que a gente vive, dessa falta de respeito que a gente sofre por parte das empresas que chegam, até fora do Brasil, e vem aqui, envolve estas famílias, e puxa e mata. Porque quando vem aqui tirar o nosso direito, está matando o povo que vive aqui. Uma história que alguém contou aqui é a comunidade reivindicando do lado e a polícia do outro ameaçando, quem passasse aquela fronteira ali iria apanhar. Então, a pessoa nasce e vive e não é dono, não tem nada. Nós não somos donos de nada, quem é dono é Deus, nós só podemos usufruir dos frutos. Por isso que eu quero aproveitar que estão aqui os representantes dos governos, a gente sabe que são os momentos da gente fazer alguma coisa e denunciar as injustiças que acontece, o momento é agora.

O representante da Comunidade de Riachinho do município de Rio Pardo:

estou aqui para fazer uma denúncia, na verdade duas, vou falar também para o meu companheiro da Santana. Nós estamos numa luta há dez anos contra a empresa Rio Dourado, do Rui Saporit, então gostaria que anotasse o nome dessa empresa porque, pelo que eu vi aqui hoje, não é só na nossa região, aqui também já teve outras denúncias deste empresário. Estamos em uma luta que vem há dez anos arrastando, e nós conseguimos na justiça, o doutor André que está aqui pode falar deste processo o que nós conseguimos. Só que aí tem um problema, essa medição que tem agora do novo governo, chegou agora no município, está fazendo uma bagaceira com os geraizeiros. Essa área que nós conseguimos

com luta, que em 2002 não tinha água na barragem porque as nascentes tinham secado. Foi através dessa luta de união das comunidades, de Riachinho e Santana, que nós conseguimos recuperar oito nascentes, e estas nascentes estão todas livres e brotando água.

Quando ele percebeu que nós conseguimos ganhar na justiça, essa empresa cujo funcionário está implantado no povoado de Campo Verde, eu não sei como é que foi, mas ele levou os funcionários da empresa que está medindo as terras, a SETA, e mediu toda essa área de novo em nome deles. Além disso, os grandes fazendeiros de perto da comunidade, não só da comunidade, mas de outros lugares, estão pegando pedaços do resto dessas cabeceiras. Nós estamos segurando o cerrado para preservar a água lá em baixo e eles estão lá em cima da nascente destruindo. Eu peço para dar uma corrigida nesta documentação para que não seja titulada essas terras em nome destas pessoas. E outra coisa, a gente exige que para fazer a medição tem que ter o acompanhamento da comunidade, que é quem conhece quem.

A liderança geraizeira de Vale das Cancelas e do MAB falou:

eu vim aqui fazer uma denúncia que já foi feita na Comissão de Povos e Comunidades Tradicionais, foi entregue lá em Belo Horizonte, mas eu queria aqui que nós geraizeiros lá de Vale das Cancelas do território de Vale das Cancelas dos municípios de Josenópolis e de Grão Mogol já pedimos à mineradora SAM, pedimos aos órgãos dos governos e não aceitamos o que os órgãos do governo concedam o licenciamento ambiental para mineradora SAM destruir nosso território aqui no Alto Rio Pardo e nem nos Vales das Cancelas.

A mineradora, ela não nos reconhece como gente do território, ela não respeita as posses dos geraizeiros e nós não aceitamos nenhum tipo de licenciamento ambiental que prejudica o nosso modo de vida e o nosso direito ao território. A mineradora de ferro e outras mineradoras dentro do nosso território estão cometendo um crime, é um genocídio contra o povo geraizeiro. Nós estamos aqui em Catanduva e o projeto de mineração pretende destruir lá em Vale das Cancelas 143 nascentes de água. Lá é uma região do semiárido, e a empresa pretende usar uma quantidade revoltante de água. Nós queremos que essa comissão do povo organizado aqui encaminhe para o governador para que ele revogue o Decreto Estadual nº 30 que declara de utilidade pública as terras, as propriedades aonde vai passar a adutora e o mineroduto do projeto Vale do Rio Pardo da SAM (Sul-americana de Metais). Nós queremos este encaminhamento do Povo geraizeiro para a revogação desse decreto.

Depois dessa fala, os oito representantes do governo falaram e analisaram o contexto dos municípios, do estado e da união. Falaram das mudanças, das dificuldades e das iniciativas em andamento. Mas, uma questão de fundo abordada pelo representante do governo de Minas, responsável pela regularização fundiária, explicou, a partir da lógica de ação do estado, as dificuldades no trabalho de regularização fundiária na região do Alto Rio Pardo, em função das ações decorrentes da “Operação Grilo” em que o Ministério Público Estadual desnudou o processo de grilagem de terras em curso na região, com o envolvimento de pessoas privadas, grandes empresas do setor minero-siderúrgico e agentes públicos do estado, do judiciário e do legislativo. Falou das audiências, das reuniões com as organizações civis e públicas, do diagnóstico que foi feito e da fase em que se encontravam.

Porém, a plenária finalizou após uma liderança geraizeira, que até então acompanhava em silêncio os debates entre os representantes das comunidades geraizeiras e o representante do Estado que não respondia a contento as muitas denúncias que foram apresentadas da ação de um órgão de sua competência. Ele pediu a palavra e fez-se um silêncio, ao se contrapor ao autoritarismo do representante do Estado em postergar a correção do problema depois de dar direito aos grileiros.

do ponto de vista dos geraizeiros, não aceitamos realizar acordos com esse de ter que fazer este termo de compromisso, com a comunidade que sempre preservou, ter que fazer isso para a comunidade que sempre viveu ali, para usar o território. Eu acho que isso é uma coisa triste! Se for uma saída, é uma saída que deixa a gente triste e chateada. A outra coisa é essa regularização fundiária que está sendo feita, essa “varredura”, como disse o representante do estado, isso está causando mal-estar o tempo todo. Como é que você fala que vai ter que resolver depois que o raio x tiver sido feito? O raio x está sendo feito de forma errada. Eu não queria falar isso, mas sou obrigado. A empresa, contratada pela SEDA, está vendendo posses de terra, assim: sobrou uma área aqui, que é do Estado, se você quiser ir lá marcar sua posse, você me dá três mil e eu marco ela lá para você. Isso está causando um problema sério, seríssimo! Porque o governo até hoje, a SEDA não conseguiu concluir nenhum trabalho ainda. O governo vai acabar o seu mandato e isso vai ficando para ninguém sabe quem é que vai vir depois. E as pessoas que estão mentindo agora, acham que é dono, elas vão querer ficar ocupando e usando a terra que não é delas. Então eu acho que a SEDA precisa reunir uma força tarefa e fazer a vistoria imediata, não ficar esperando terminar a medição para vir fazer não.

O representante da SEDA procura explicar novamente os passos, o porquê dos termos de compromisso e a respeito da fiscalização que estão fazendo sobre a empresa que foi contratada. Mas, os participantes ficaram em alvoroço, questionando a postura do representante do estado e a forma do tratamento que estava dando às lideranças do povo geraizeiro. E se levantaram e foram dispersando sem mais querer ouvirem os representantes do Estado. A plenária finalizou em um contexto de conflito. Uma conflitividade territorial que permanece.

Conferência Geraizeira – 3º Dia

No terceiro dia, a conferência foi avaliada considerando as frentes de luta para os próximos anos e as principais questões que deveriam ser colocadas na carta política da conferência. Questões que passariam a compor as frentes de atuação do movimento. A carta foi aprovada na plenária final da V Conferência contendo as principais denúncias ou demandas das comunidades geraizeiras, bem como as proposições e os encaminhamentos elencados²⁷⁵. E, na

²⁷⁵ O resultado desse trabalho pode ser consultado no anexo (veja na pasta Anexo: Relatório da V Conferência Geraizeira – 04/2018).

celebração de encerramento, foram lembrados as lutadoras e os lutadores que sempre contribuíram com o movimento das comunidades geraizeiras e que não estavam mais presentes. A seguir, a Carta da V Conferência Geraizeira.

A V Conferência Geraizeira, realizada nos dias 06 a 08 de abril de 2018, na Comunidade de Catanduva, município de Vargem Grande do Rio Pardo/MG, contou com a participação de 57 comunidades geraizeiras e 577 participantes, vindos de 15 municípios da região do Alto Rio Pardo e do Norte de Minas Gerais, além de lideranças da Articulação Rosalino de Povos e Comunidades Tradicionais, representando o povo indígena Tuxá, os povos Vazanteiros, Veredeiros, Quilombolas, Apanhadores de Flores Sempre-Viva, Caatingueiros, Geraizeiros e profissionais aliados de diferentes instituições da sociedade civil, de universidades e de instituições de pesquisa.

Foram objetivos da Conferência: o compartilhamento de experiências, possibilitando espaços de troca e denúncias relacionadas às violações de direitos; a avaliação da situação atual das lutas por território e água; a promoção da reflexão sobre a importância das águas dos gerais (nascentes, córregos, rios e ribeirões); e a promoção de debates sobre propostas de regularização fundiária dos territórios, a partir do marco legal de povos e comunidades tradicionais.

A Conferência Geraizeira também se constituiu em um momento de vigília pela liberdade do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, a maior liderança popular no Brasil, reconhecido por promover conquistas históricas no combate à desigualdade social e econômica, no reconhecimento de povos e comunidades tradicionais e na redemocratização da política brasileira.

Depois de amplas discussões e vivências sobre desafios e conquistas de direitos na prática, nos campos político e institucional, na luta pela defesa de seus territórios, das águas que deles brotam, da (agro)biodiversidade e dos seus modos de vida, o Povo Geraizeiro AFIRMA que:

Não está mais disposto a ficar esperando as ações demandadas ao Governo de Minas Gerais e à União, frente à morosidade e ao descaso no reconhecimento e na implementação, de fato, das propostas que vêm negociando desde a última eleição.

Não vai abrir mão das conquistas inalienáveis da Constituição de 1988 e das garantias previstas em convenções e tratados internacionais de que o Brasil é parte, relacionados com o direito de acesso e proteção de seus territórios e conhecimentos tradicionais, incluindo a consulta livre, prévia e informada sobre tudo o que afete a manutenção dos modos de vida geraizeiros.

Não vai aceitar a inércia, a morosidade e a negligência intencional da burocracia estatal na implementação do Decreto 6.040, que trata do Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais do Brasil, e da Lei 21.147, que trata do Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais do Estado de Minas Gerais.

DENUNCIA que:

Seus territórios continuam sendo expropriados pelas grandes monoculturas, pela mineração e pela criação de parques de proteção integral que impedem o acesso de comunidade geraizeiras às suas áreas de manejo tradicional.

Seus mananciais de água - nascentes, córregos, rios e ribeirões - estão sendo comprometidos em decorrência da monocultura do eucalipto e dos processos minerários em área de recarga, afetando gravemente o acesso à água para a produção e, sobretudo, para o consumo humano. Hoje, são muitas as comunidades que já dependem do abastecimento de água por caminhões pipa.

A biodiversidade e os conhecimentos tradicionais associados estão sendo cada vez mais afetados pelos processos de degradação do Cerrado, ameaçando, de forma direta, a continuidade das práticas e modos de vida geraizeiros.

Seu direito à consulta livre, prévia e informada sobre medidas que afetem as comunidades geraizeiras, não está sendo respeitado pelo poder público, nem por iniciativas privadas, seja na fase de licenciamento, seja na fase de implantação dessas iniciativas.

EXIGE:

Reconhecimento e legitimação, por partes das autoridades competentes, das suas formas organizativas, dos seus processos autônomos de autodemarcação, reapropriação territorial e de gestão da biodiversidade e da água.

Maior celeridade nos processos de reconhecimento formal da autoafirmação identitária e do mapeamento das comunidades geraizeiras, bem como a sua inclusão em lista de comunidades prioritárias na implementação de programas e ações de governo, relacionados à garantia do acesso ao território e aos recursos naturais, à infraestrutura, à inclusão sociopolítica e/ou ao fomento à produção sustentável.

Maior celeridade nos processos de arrecadação e destinação de terras públicas ou privadas, bem como sua regularização, assegurando o direito coletivo ao território e autonomia na sua gestão, seja na modalidade de Projetos de Assentamentos Agroextrativistas (PAEs), de Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS) ou outras formas de acesso ao território.

Implementação de medidas urgentes que assegurem maior acesso à água para as comunidades geraizeiras, em quantidade e qualidade suficientes para o consumo humano e para a produção, a exemplo das iniciativas como a construção de barragens subterrâneas, barragens de contenção, sistemas de captação de água de chuva, dentre outras.

Cumprimento efetivo do direito de ser consultado, de forma prévia, livre e informada, sobre medidas e empreendimentos que afetem seus territórios e modos de vida.

Por fim, o Povo Geraizeiro e demais presentes na 5ª Conferência Geraizeira manifestam sua solidariedade ao ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva e repudiam a sua prisão.

Em anexo, relatório completo, contendo demandas e propostas específicas apresentadas por comunidades geraizeiras presentes na V Conferência Geraizeira e lista de presentes que subscrevem esta Carta.

Comunidade de Catanduva, Vargem Grande de Rio Pardo/MG, 8 de abril de 2018.

CAPÍTULO V – OS SETE POVOS: COM O MUNDO SE CONVERSA

Tem muitas sociedades aí fora que discutem o mundo do bem viver, um mundo melhor para todos. E se nós, enquanto povos tradicionais, não olhar que nós temos esta matéria-prima na mão, eu digo assim, ainda tem, porque se nós mantivermos nessas comunidades o que já é um bem viver, é um modelo que dá para mostrar para o resto do mundo, não estou falando só para o Brasil, mas para o resto do mundo. E que é um material importante desse mundo, desse meio do bem viver, o viver bem aonde você está. (Hilário Xakriabá, em depoimento, 2018).

Neste capítulo, apresento uma primeira sistematização da geografia das territorialidades da Articulação Rosalino Gomes de Povos e Comunidades Tradicionais e contextualizo de forma temática o capítulo anterior, que teve como centro gravitacional a fala dos nativos colhidas no meu percurso durante o trabalho de campo, em diálogo com o Capítulo III - Nas Trilhas com os Sete Povos.

Em seguida, analiso os processos de emergência identitária promovidos por esta coalização de comunidades tradicionais, suas lutas pelo reconhecimento do direito de viver com dignidade no lugar onde vivem e as repercussões nas suas territorialidades, nas relações pessoais, familiares e comunitárias, e no campo das relações de poder no âmbito local, regional e nacional.

Analiso o percorrido, realizado e organizado em duas partes. Na primeira, como a geografia da territorialidade destes grupos sociais pode ser expressa através de uma cartografia; e, na segunda, acerca dos processos vivenciados pelas comunidades que passaram a se afirmar como tradicionais em termos de seus processos organizativos e políticos, das estratégias e das táticas de lutas, como expressam seus objetivos e que perspectivas societárias buscam em suas movimentações.

Cartografia da Articulação Rosalino Gomes em construção

Nesta primeira parte, apresento uma expressão da geografia das territorialidades movendo em um contexto de disputa e tensão, as lutas por terra e pelo controle do território dos grupos sociais que fazem parte da Articulação Rosalino Gomes de Povos e Comunidades Tradicionais. Como vimos, no Capítulo III, algumas de forma mais explícitas e claras, outras ainda de forma embrionária.

A proposta inicial era a de, durante o trabalho de campo da tese, construir uma cartografia social da Articulação Rosalino Gomes, tal qual a perspectiva Acselrad & Viégas

(2013) ao dizer que “a cartografia social pode ser entendida como a apropriação de técnicas e modos de representação cartográficos modernos por grupos sociais historicamente excluídos dos processos de tomada de decisão” (ACSELRAD & VIÉGAS, 2013, p.17). No caso dos Vazanteiros em Movimento, através do Projeto Cartografia Brasil Central, acompanhei parte de uma modulação metodológica que vem sendo posta em prática na luta pelo território vazanteiro. A continuidade dessa tarefa está sinalizada por grupos de veredeiros, catingueiros e, mais recentemente, pelos vacarianos.

A Articulação Rosalino Gomes vem construindo uma cartografia através das diversas ações territoriais empreendidas pelos movimentos sociais nativos que a compõem e envolve uma ampla rede de colaboração como Sindicatos de Trabalhadores Rurais, pastorais, ONGs, movimentos de luta pela terra, de atingidos por barragens, professores, pesquisadores e grupos de pesquisa a eles vinculados, juristas populares, entre outros. Os instrumentos metodológicos utilizados na construção da cartografia dos povos em estudo, considera uma diversidade de perspectivas cartográficas, entendendo também a Cartografia Social como um processo em construção (ACSELRAD, 2013).

Este pode ser considerado como o primeiro esforço de visualização gráfica dos processos de territorialização empreendidas de diversas formas e em diversos contextos. O percurso que de oeste a leste atravessa o Norte de Minas até a Serra do Espinhaço, que pode ser visualizado na Figura 53, onde apresento a distribuição dos grupos sociais envolvidos na Articulação Rosalino, em um corte transversal.

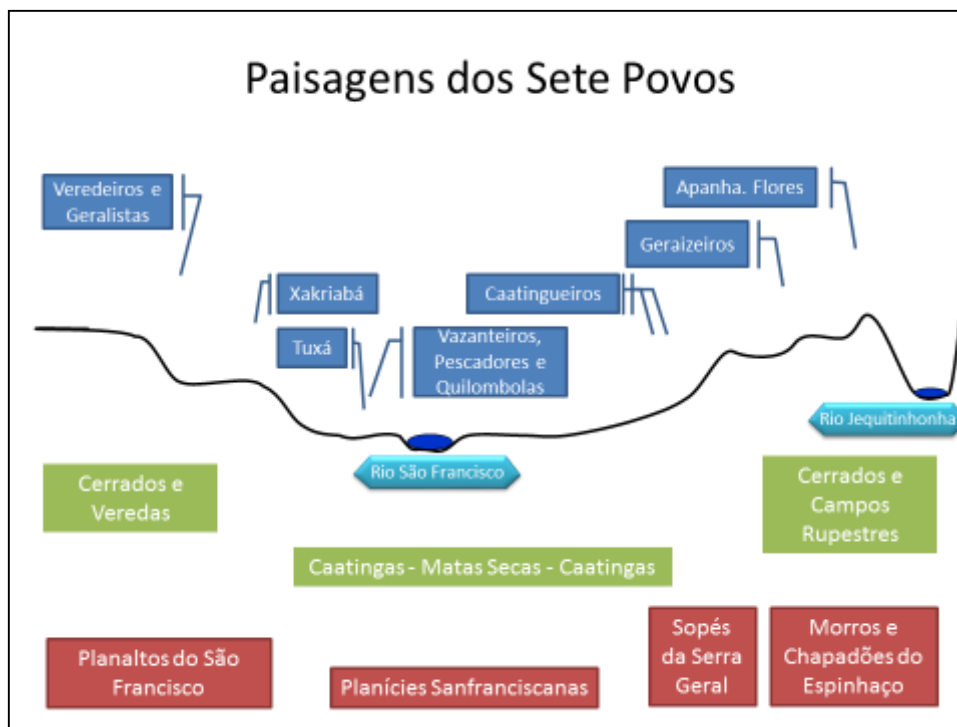


FIGURA 54 - Perfil transversal da distribuição dos grupos sociais que compõem a Articulação Rosalino Gomes no Norte de Minas e Espinhaço Meridional.
Fonte: Dayrell, 2016.

Um percurso desde a região de veredas encontradas na porção noroeste dos planaltos sanfranciscanos, as planícies sanfranciscanas, as encostas da Serra Geral, as chapadas e vales intermediados também pelos rios Pardo e Jequitinhonha, até as altas serras do Espinhaço em sua porção meridional, a região do entorno de Diamantina. No mapa da Figura 54, apresento a distribuição espacial das áreas de incidência dos *Sete Povos*.

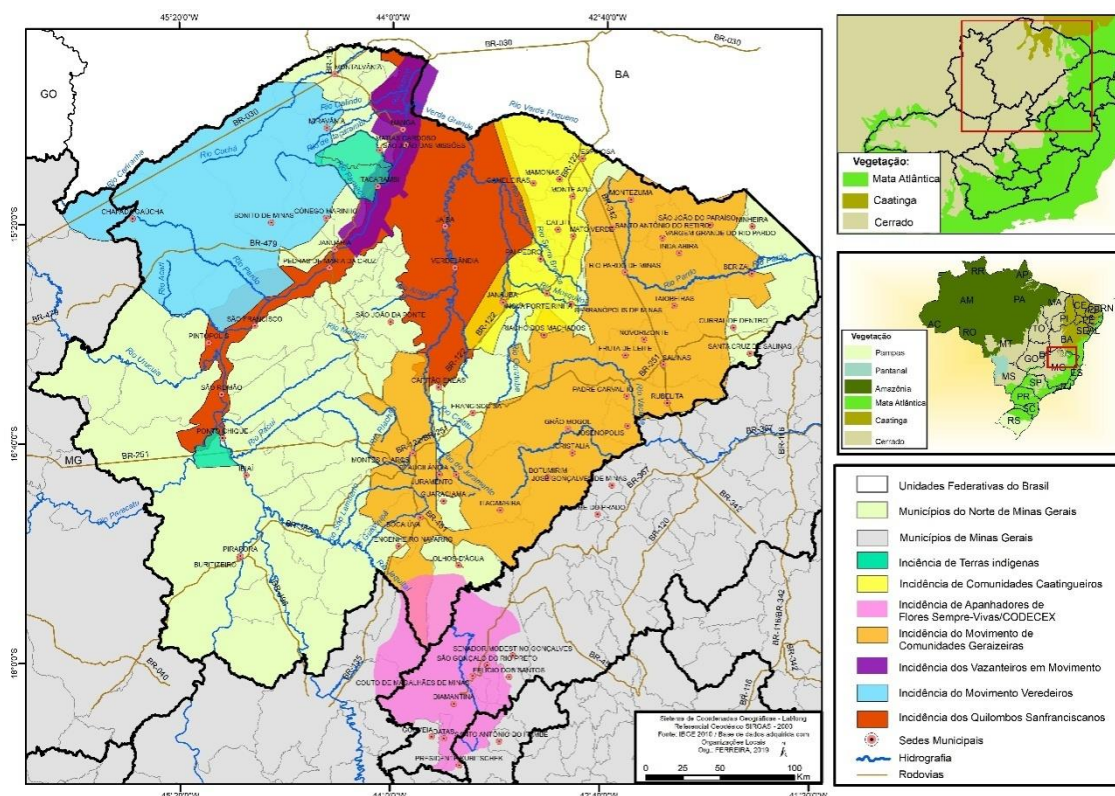


FIGURA 55 - Área de incidência da Articulação Rosalino. Norte de Minas e região de Diamantina/MG. Fonte: Dayrell, 2019 - Organizado a partir de base de dados do CAA/NM.

Como vimos no Capítulo III, as áreas de incidência referem-se às regiões onde as comunidades encontram-se, de alguma forma, envolvidas em movimentos identitários. A partir da Figura 54, e considerando a Tabela 21, vemos na porção Oeste a área de incidência do Movimento Veredeiros (cor azul) abrangendo uma área de 1.717 mil ha. A articulação Vazanteiros em Movimento (cor roxa), abrange uma área de 351 mil ha distribuídas ao longo do rio São Francisco, a partir dos municípios de Januária e Pedras de Maria da Cruz até o rio Carinhonha, divisa de Minas Gerais com a Bahia. Os povos indígenas (Xakriabá e Tuxá) (cor azul turquesa) estão distribuídos em duas áreas, a primeira entre os municípios de São João das Missões e Itacarambi (Xakriabá) e a segunda na porção norte do município de Buritizeiro, e incidem sobre uma área de 172 mil ha. Os Quilombos Sanfranciscanos (cor vermelha) abrangem uma área de 1.771 mil ha distribuídos na porção superior central do mapa em uma ampla região das planícies sanfranciscanas do Norte de Minas. As Comunidades Caatingueiras dos Sopés da Serra Geral (cor amarela) estão distribuídas entre as planícies sanfranciscanas e as encostas da Serra do Espinhaço, que corta o Norte de Minas e ocupam uma área de 762 mil ha. O movimento das comunidades geraizeiras (Movimento Geraizeiro) (cor laranja) está inserido em uma ampla área de chapadas e morros do Espinhaço e dos Planaltos Sanfranciscanos (margem direita do rio São Francisco e calha do Rio Pardo de Minas), com uma área de 3.276 mil ha.

Finalmente, na porção meridional do Espinhaço, nas regiões do planalto de Diamantina as Comunidades de Apanhadores de Flores Sempre-Vivas (cor rosa) distribuídas em uma área de 830 mil ha.

Tabela 21 - Distribuição da área de incidência da Articulação Rosalino.

Articulação Rosalino - áreas de Incidência	Área Total (km²)	Área Total (ha)
01 Movimento Veredeiros	17.176,31386	1.717.631,39
02 Vazanteiros em Movimento	3.518,616703	351.861,67
03 Apanhadores Flores Sempre-Vivas / CODECEX	8.302,388348	830.238,83
04 Movimento Geraizeiro	32.764,2373	3.276.423,73
05 Comunidades Caatingueiras dos Sopés da Serra Geral	7.628,605413	762.860,54
06 Quilombos Sanfranciscanos	17.718,0753	1.771.807,53
07 Indígenas	1.723,963641	172.396,36
Sub-Total	88.832,20057	8.883.220,06
Sobreposição	18.030,30238	1.803.030,24
Área Total de incidência (sem sobreposição)	70.801,89818	7.080.189,82

Fonte: Dayrell, 2019.

A área total de incidência da Articulação Rosalino é de cerca de 7.080 mil ha. Observa-se no mapa da Fig.54 que todas as áreas de incidência fazem, de alguma maneira, uma sobreposição entre um grupo e outro. Como vimos no Capítulo III, as áreas de incidência referem-se àquelas onde as comunidades, de alguma forma, estão envolvidas em movimentos identitários e territoriais. Apenas no caso das Comunidades Caatingueiras que não se observa um movimento territorial mais articulado e mobilizado em torno da etnicidade, restrito aos municípios de Porteirinha e de Serranópolis de Minas.

Como vimos no Capítulo III, optei por localizar as áreas de incidência de forma hachurada para deixar claro que esta incidência não pode ser delimitada por limites fechados. Neste capítulo, optei por explicitar uma cor para cada uma das etnicidades que compõem a Articulação Rosalino. Como forma de visualizar a diversidade sociocultural expressa em termos de grupos sociais que se encontram organizados ou que vem se organizando em torno de demandas sócio-territoriais, econômicas e ambientais na região Norte de Minas e no Espinhaço de Diamantina. Movimentos sociais nativos que vêm promovendo processos de territorialização de distintos grupos, que passam a formular identidades étnicas expressas mediante dinâmicas políticas próprias. Passam a disputar direitos de produzir, coletar e de viver

acionando as expressões de seus modos de vida culturalmente atualizados. (PACHECO DE OLIVEIRA, 1988).

Encontram-se presentes, nesta porção do território, diversos outros movimentos e formas organizativas, alguns interagindo de forma mais orgânica com a Articulação Rosalino, outros menos e outros sem interações.

Apresento na Figura 55 o mapa que localiza as dinâmicas territoriais dos *Sete Povos* de forma sobreposta às áreas de incidência da Articulação Rosalino.

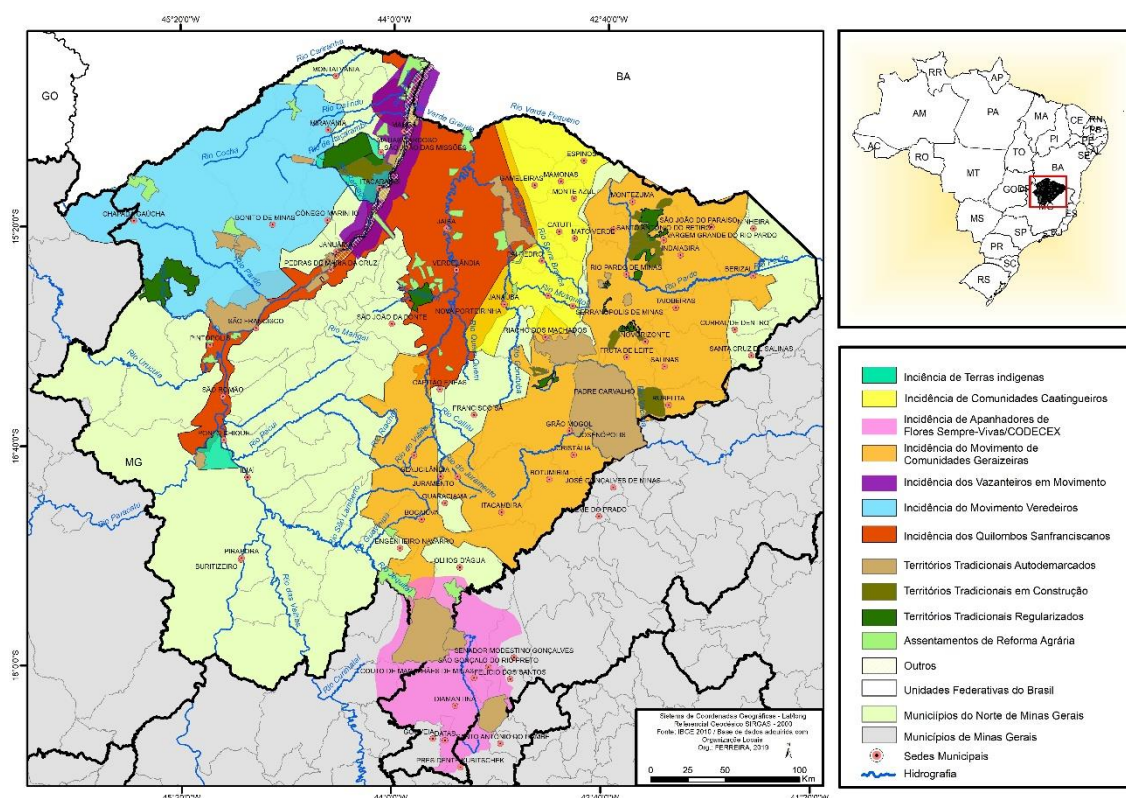


FIGURA 56 - Dinâmicas Territoriais da Articulação Rosalino.
Fonte: Dayrell, 2019. Organizado a partir de base de dados do CAA/NM.

A Articulação Rosalino Gomes de Povos Tradicionais vem construindo uma cartografia de sua territorialidade, que ajuda a visualizar alguns dos resultados de demandas territoriais que são frutos de décadas de lutas, de resistências e de proposições empreendidas pelas comunidades e organizações sociais que aí incidem. Uma conflitividade territorial que se arrasta, como vimos, desde o período colonial. Visualizamos, no mapa anterior, que os grupos envolvidos na Articulação Rosalino estão distribuídos em uma área de cerca de sete milhões de hectares, principalmente no Norte de Minas, mas também abrangendo uma parcela do Vale do Jequinhonha e outra pequena área do Noroeste de Minas.

Estão georreferenciadas unidades territoriais distribuídas em cinco categorias, a saber: i) Territórios tradicionais autodemarcados; ii) Territórios tradicionais em autodelimitação; iii) Territórios tradicionais regularizados; iv) Assentamentos de Reforma Agrária; v) Outros. Os seguintes critérios serviram de base para a estratificação:

- Territórios tradicionais autodemarcados: referem-se às comunidades com iniciativas de mobilização para identificação do território, o seu georreferenciamento, com a elaboração de um relatório antropológico ou com a sistematização de uma demanda solicitando a regularização do território. Nessa categoria, encontram-se unidades territoriais que foram demandadas para criação de RESEX ou RDS (caso da RDS Tamanduá, RDS Pau Preto e RDS Pau de Léguas) e também acampamentos que foram mobilizados por alguns dos grupos envolvidos com a AR. É importante esclarecer que no caso dos Quilombos Sanfranciscanos, como informado no Capítulo III, nem todas as unidades territoriais referem-se a uma ação exclusiva de grupos participantes da Articulação Rosalino, mas que tem algum tipo de proximidade e de interação, como é o caso do Quilombo de Caraíbas mobilizado pelo Movimento de Pescadores e Pescadoras Artesanais;
- Territórios tradicionais em autodelimitação: referem-se às unidades territoriais que estão em processos de mobilização para a autodemarcação, com a delimitação do território em andamento, visando a sistematização da demanda para a regularização fundiária;
- Territórios tradicionais regularizados: referem-se às unidades territoriais de comunidades tradicionais, cujo território foi total ou parcialmente regularizado em uma das modalidades de acesso à terra, reconhecidos oficialmente seja como uma RESEX, RDS, Projeto de Assentamento de Reforma Agrária (convencional ou como PAE), como um arrendamento estabelecido com o Estado (cooperativas agrárias de agricultores familiares) ou através de projeto de lei municipal, como foi o caso da comunidade de Sobrado;
- Assentamentos de Reforma Agrária convencionais: referem-se às unidades territoriais onde foram criados projetos de assentamento de reforma agrária pelo INCRA, normalmente mobilizado por algum movimento social com atuação no Norte de Minas como a LCP, o MST, o Movimento Sindical ou outro;
- Outros: referem-se a outras unidades territoriais reconhecidas e que têm importância política na região de incidência da AR.

Na Tabela 22, a seguir, vemos o total de unidades, área (ha) e o percentual distribuído em cada uma das categorias citadas acima.

Tabela 22 - Distribuição de terras por categoria na área de incidência da Articulação Rosalino.

Síntese	Nº de Áreas	Área (ha)	%
Territórios Tradicionais Autodemarcados	25	657.898,19	53
Territórios Tradicionais em Delimitação	14	108.775,28	9
Outros: Terras da Marinha e LCP	2	75.522,40	6
Subtotal	41	842.195,87	67
Territórios Tradicionais Regularizados	11	188.083,67	15
Assentamentos de Reforma Agrária	48	219.642,11	18
Subtotal	59	407.725,77	33
Total	100,00	1.249.921,64	100

A partir dessa sistematização, é possível observar que o total de terras demandadas na área de atuação da Articulação Rosalino é de 1.249.921,64 ha com 100 unidades territoriais. Existem 41 unidades com demandas territoriais organizadas ou em construção, abrangendo uma área de 842.195,87 ha, o que representa cerca de 67% das terras demandadas. Foram regularizadas 59 unidades, que abrange 407.725,77 ha com alguns dos instrumentos de acesso à terra, o que nos indica que 33% tiveram a demanda atendida pelo poder público. Nestes outros, as Terras de Marinha abrangem uma área de 74.851,82 ha que são demandadas como TAUS (Termo de Autorização de Uso) ou como CDRU (Concessão de Direito Real de Uso) para as comunidades ribeirinhas do rio São Francisco. E a outra área de 670,58 ha refere-se à Área Revolucionária Cleomar Rodrigues, da LCP.

Merece destacar um dos processos sociais que não aparece em números. Refere-se à extensa rede de colaboração e de apoio que vem sendo mobilizada pelos movimentos sociais nativos envolvidos com a Articulação Rosalino Gomes de Povos Tradicionais. São organizações como Sindicatos de Trabalhadores Rurais, MASTRO, FETAEMG; organizações sociais, como CAA-NM, CIMI, CPT, CARITAS; e também organizações de ensino e pesquisa, como NIISA, GESTA, EMBRAPA, Cenargen, além de grandes movimentos sociais como LCP, MST, MAB e Via Campesina. Não sem conflito ou disputa entre as organizações, mas que objetivamente vem construindo um novo cenário em termos de luta pela terra e pelo território em Minas Gerais e no Brasil.

São processos que não se encontram encerrados nas fronteiras das comunidades ou do Norte de Minas. Processos que vêm associados com dinâmicas políticas, econômicas, educacionais operadas por redes nacionais como a Rede Cerrado, a Rede Alerta contra o Deserto Verde, a Articulação do Semiárido - ASA, a Rede de Educadores do Semiárido, a Articulação Nacional de Agroecologia – ANA, entre outras. Ou interações que ocorrem no

campo internacional e que envolvem: i) a Via Campesina e o WRM; ii) Banco Mundial, FAO; iii) organizações de cooperação como a CESE, Misereor, PPM, Heks, FIAN, entre outras.

É importante destacar que são algumas das dinâmicas relacionadas com a luta por terra e território no Norte de Minas e na região do entorno de Diamantina. Que existem inúmeros outros casos de acampamentos rurais, mobilizados pelos movimentos sociais que atuam nessa região, outras inúmeras áreas que são demandadas também por outras comunidades tradicionais, mas que não foi possível obter algum tipo de informação durante o período de trabalho de campo. Além de diversas áreas de comunidades locais sob tensão territorial, provocados por grandes projetos de pecuária, irrigação, florestais, mineração ou de barragens que não foram pontuados ou georreferenciados.

O que demonstra que estamos diante de uma cena de extrema violência, pairando sobre esses grupos que demandam o seu reconhecimento e a regularização de suas terras ou de seus territórios. São comunidades locais que foram, em sua grande maioria, expropriadas parcial ou totalmente dos lugares onde viviam, principalmente durante o período da ditadura civil-militar de 1964. E que o processo de expropriação não parou com a democratização da sociedade brasileira ao referendar uma nova constituição em 1988. Pelo contrário, o processo de expropriação continuou e continua até os dias de hoje, com ameaças cada vez maiores sobre as comunidades e movimentos sociais que resistem no campo, apontando propostas para uma nova ordem de vida.

Entre eles, movimentos sociais nativos que passaram a se afirmar como comunidades tradicionais e, em seguida, como povos tradicionais a partir da constituição da Articulação Rosalino Gomes de Povos Tradicionais.

Na segunda parte deste capítulo, que apresento a seguir, debruço para compreender como as *antenas* da Articulação Rosalino expressam os seus entendimentos acerca dos processos identitários, de organização e de luta pelo reconhecimento social.

Lutas identitárias e perspectivas societárias

Nesta segunda parte, faço uma análise, a partir do capítulo anterior, dos processos que os distintos povos e grupos sociais acionaram ao assumirem as suas identidades, de como se veem ou como são vistos, e as tensões associadas às práticas identitárias. Analiso alguns dos resultados de suas interações com a participação na Articulação Rosalino Gomes, suas estratégias de organização, enquanto movimento social nativo e de lutas alicerçadas em relações

de solidariedade e de reciprocidade entre as distintas etnicidades. Dois aspectos são destacados na análise: o papel enquanto *antenas* que fazem conexão da articulação entre as bases e a luta constituída pelo *direito na prática*. Finalizo atento aos entendimentos de cada um dos povos acerca de si e de como passaram a se assumir enquanto povos, suas expressões de visão de mundo e que tipo de sociedade almejam.

Processos identitários no interior da Articulação Rosalino

Vimos no capítulo anterior, durante a celebração dos 30 anos do Massacre Xakriabá, que Zilah começou fazendo menção aos *Sete Povos*, destacando um número carregado de significados nas diversas religiões e ciências. Destaca a importância da aliança construída pelos grupos, que passaram a assumir a identidade como uma das estratégias de reconhecimento dos direitos e de proteção dos lugares onde vivem.

Foi a partir desse encontro, que passaram também a se afirmarem como povos. Esta categoria “povo”²⁷⁶ foi posta sob rasura quando do início da incursão às territorialidades dos componentes da Articulação Rosalino Gomes. O objetivo era buscar a compreensão do porquê de sua utilização pelos nativos que compõem a Articulação.

Para Eliad, do Quilombo de Raiz e de uma das comunidades de apanhadores de flores sempre-vivas, o entendimento é de que existem diferenças entre grupos de comunidades tradicionais, por exemplo daquelas que têm identidade como a dos apanhadores de flores com a dos povos indígenas ou quilombolas. Ou seja, que estes grupos estão sob um qualificador que organiza o coletivo - povos. E explica que a noção de comunidades isoladas não dá conta das dinâmicas e dimensões que unem estas comunidades. Então o qualificador serve para identificar quem é quem dentro do grupo e do que se trata.

Para se chegar ao entendimento deles mesmos, enquanto um dos povos, ela diz que não foi em cima de discussão prévia, como algo pré-concebido. Ela destaca a fluidez do processo de construção da caminhada dentro da Articulação Rosalino, que “vai tomando forma na caminhada”, sem que as estratégias sejam muito pré-concebidas. São construídas e adequadas na própria caminhada.

Eliad diz que os grupos que se organizam, enquanto um povo, têm formas próprias e diferenças entre um e outro. Que o termo tradicional está relacionado com aquela comunidade

²⁷⁶ Não entro na discussão enquanto categoria das ciências sociais. O seu emprego pode constituir em uma gama mais ampla de contextos se analisarmos do ponto de vista da política, da antropologia ou da geografia. No livro **O Poder da Identidade**, Manoel Castells (2001) trata desta temática.

que tem seu próprio modo de vida, seus costumes, uma cultura vista de uma perspectiva mais isolada. Mas que, de alguma forma, está se mobilizando, acionando a identidade na luta contra algum tipo de ameaça como, por exemplo, a luta contra a monocultura, a luta contra os parques.

Para Tatinha, o termo povo ganha ou dá mais força ao próprio grupo, e ela cita o exemplo, “nós somos um povo de apanhadores de flores”. Para ela, a força do termo povo é grande, tem peso, e quem os compõem estão distribuídos nas comunidades. Ou seja, povo Apanhadores de Flores Sempre-Vivas aglutina a população do conjunto das comunidades de apanhadores. Ela complementa, “na Rosalino a gente pegou de começar a falar que somos *Sete Povos* e a gente é um destes povos”. E que ganha mais força quando é mais de um povo, no caso, a força de ter *Sete Povos*.

São povos que se identificam um com o outro pela luta que travam, pelas questões que enfrentam. Então, o que é sete se torna um, se vendo então como uma rede de parentagem – “a gente vê muito essa questão de ser parente, porque é se identificar com a luta, porque é muito parecido, ali você se torna um igual, quando você se identifica com o outro” (Tatinha). E que, além disso, tem também as ancestralidades que ligam estes povos em algum ponto do passado. Célia Xakriabá reforça a importância da palavra povo, que, para ela, “é o cerne da questão, assim como nós paramos de falar reserva, hoje é o território. Assim, povo está dentro da categoria de representatividade” que é o que mais contempla, quando se refere à Articulação Rosalino Gomes de Povos Tradicionais.

Na conferência geraizeira, vimos um exemplo concreto do que pode ser compreendido como o exercício de uma autoridade nativa sobre o território ao fazer um reclame contra um funcionário do Estado. Ele se expressou como um legítimo representante de um dos povos respaldado em uma assembleia massiva de gentes de comunidades e de organizações de base. Ele se posicionou de forma crítica sobre um tema que preocupa o seu povo. Em uma das mesas finais da Conferência Geraizeira, esse representante dos geraizeiros, que também é sindicalista, abordou um funcionário de um dos órgãos do estado que estava atuando em sua região, denunciando desvio de funções de agentes enviados pelo Estado, de enriquecimento ilícito e que estavam complicando ainda mais o quadro agrário das comunidades. Ele denunciou a facilitação de acesso de empresários ou fazendeiros a terras situadas em áreas das comunidades geraizeiras.

A forma desrespeitosa que ele recebeu desse funcionário no tratamento da questão gerou uma inconformidade geral na plenária. Se vimos, de um lado, relações desrespeitosas de um representante do estado para um dos representantes nativos a ponto da assembleia se desfazer

em protesto, por outro lado, vimos relações respeitadas e de reconhecimento em outros diálogos que foram travados.

Poderia se dizer, não, quem estava falando ali era o presidente do sindicato, como sindicalista. Sim, mas, por que não seria ali, no caso daquela assembleia popular, um representante que a ocupar um cargo existente no campo das institucionalidades nativas para defender questões que são importantes para o seu povo?

Para Little (2002), o conceito povo surgiu como sustentação de grupos sociais na defesa de seus territórios, no contexto das fronteiras em expansão e frente ao risco de usurpação por parte do Estado-nação. Em outro contexto, o conceito foi utilizado na lida com os grupos sociais que viviam dentro ou no entorno de unidades de conservação, mas com formas de uso dos recursos que se aproximavam de uma perspectiva de convivência com os ecossistemas. O que seria mais próximo do que denominamos de população.

Este é, também, do que pude depreender das expressões dos nativos da Articulação Rosalino, um conceito que explicita um posicionamento de poder frente à sociedade abrangente, como afirmado pelas lideranças da Rosalino, como um esforço de aglutinação de um campo mobilizado como um movimento social, cujos membros se afirmam como povos nativos em oposição aos que tentam seguidamente subjugar-los.

São sutilezas que não só o estado não compreende, mas também nem sempre são percebidas pelos movimentos sociais, pastorais, organizações de assessoria, pesquisa e ONGs que atuam junto a estes grupos. Ou seja, adentram-se em territorialidades cujos grupos sociais, eleveram-se à categoria de “povo”. E que passam a exigir o reconhecimento, em oposição ao utilitarismo acerca do modo de pensar e de agir que lhes são próprios, em confronto com a colonialidade do saber impregnada no imaginário histórico cultural de onde as ciências sociais emergem como uma disciplina (LANDER, 2005).

O entendimento das “antenas” acerca das identidades foi pontuado em diversos momentos. Uma questão associada ao conceito de povos e ao seu qualificador como indígena, quilombola ou vazanteiros foi expressa pela Célia Xakriabá, apontando a plasticidade ou relatividade de identidades que se sobrepõem, ou que, às vezes, também se mesclam, expressando em termo de duas ou mais identidades. Ela cita que é muito comum nas beiras do rio São Francisco, categorias como quilombolas, vazanteiros, pescadores serem acionadas de acordo com o contexto. Ou dos indígenas que também são extrativistas. Mas, para ela, tem uma que é mais forte do que a outra, mas que a outra fortalece a primeira. Ou seja, não são contraditórias.

No entanto, Célia alerta sobre identidades que correm o risco de levar para uma zona de invisibilidade, sendo expressa como *outros*. O exemplo mais forte para ela, falando como Xakriabá, foi o da identidade de *caboclos* que em um determinado momento foi utilizado para abafar, como a aniquilar uma identidade, no caso a de índios, a de Xakriabás. Ela disse assim, “quando você fala *os outros*”, cai em uma zona de invisibilidade, por que quem são esses “outros”? Não dá para nomear não? Então, os outros sempre vão ficar pelo não dito”.

Os relatos apontam formas e contextos diferenciados em que as identidades são acionadas e como este processo provocou repercussões na própria pessoa, em sua família, nas famílias da comunidade, até abranger comunidades e povos que se afirmaram enquanto tradicionais, ou enquanto povos com o seu qualificador, geraizeiro, apanhador de flor ou quilombola. No caso dos Xakriabá, a identidade cabocla que tinha marcado parte da trajetória de um povo originário, tornou-se uma forma de negação de suas histórias frente ao avanço das fazendas e dos “brancos” sobre o seu território. Eles acionaram a identidade Xakriabá e a história que lhes tinha delegado um documento de terras concedido pela metrópole portuguesa. Quando partiram para uma luta que durou quase duas décadas pelo reconhecimento de sua indianidade, foi em um contexto extremamente desfavorável, em plena ditadura civil-militar de 1964. Travaram uma luta de mais de dez anos até que a União reconhecesse as suas indianidades, finalizando quase dez anos depois uma das etapas: em 1987, a FUNAI, com o apoio da polícia federal, promoveu a desintrusão dos não índios.

Processo longo e complexo, onde não ficaram à mercê do tempo do estado, promovendo o que foi visto como o *direito na prática*. Como desdobramento, em um momento posterior, com a conquista de parte do território consolidado, o espaço da educação e da escola passaram a cumprir o papel de fortalecimento identitário. Um reconhecimento do papel da escola e o debate sobre a educação étnica, como foi apontado de forma muito qualificada por Célia Xakriabá, ao afirmar que a escola, ao marcar na pele a pintura Xakriabá, marca toda história e trajetória de luta de seu povo.

Se, para os Xakriabás, a designação como *caboclos* foi de negação, categoria vista por Célia como uma mistura utilizada para desqualificar e questionar as suas identidades enquanto Xakriabá, que leva a um não-lugar, o uso dado por Braulino torna-se um qualificador com positividade. Refere-se a um sujeito que, sendo nativo, se impõe ao outro que não é nativo em condições de igualdade no enfrentamento ao mundo dos *brancos*, o que o qualifica como uma liderança através da conquista de espaços pelos aprendizados que tem na vida. Jaime veredeiro complementa esta perspectiva acerca do sujeito que, embora tenha o cuidado de não ultrapassar

com coisas que não deve falar, mas fala o que é necessário, seja em benefício para si ou para as comunidades que representa.

Por outro lado, para Antônia do Gurutuba, o *caboclo* está relacionado com um ente sagrado que articula a humanidade e a natureza em uma unidade. Está presente na mata e também na água. Na mata, assume as feições de um “índio” que aí vive, que pode te ajudar, mas até pode matá-lo. E, na água, é uma pessoa e também um espírito que nela vive. Humanidades que vão deixando de existir na medida que as matas e os rios vão se definindo.

A análise que as “antenas” da Articulação Rosalino desenvolvem acerca de duas categorias identitárias colocadas sob rasuna mostra uma convergência com relação à “povos” e interpretações diversas quando se referem à “caboclos”. Na perspectiva das antenas, ao se assumirem enquanto “povos” passam a exigir o reconhecimento de suas categorias, conceitos e perspectivas societárias. Compreender suas metalinguagens coloca em discussão o reconhecimento do deslocamento da posição de intermediação dos agentes políticos, de ONGs, de pastorais, entre outros. Para Latour (2005), segundo Oliveira (2008), “os analistas possuem apenas alguma infra-linguagem cujo frequente papel é ajudá-lo a convir e atentar para a metalinguagem desenvolvida plenamente pelo próprio ator”. (OLIVEIRA, 2008, p.105)

Para Lander (2005), as categorias, os conceitos e as perspectivas societárias da “sociedade moderna ocidental”, entendida como Ocidente, são entendidas como categorias universais e normas que definem o que deve ser para todos os povos. É a partir de padrões que se analisa carências, atrasos e freios relacionados às sociedades tradicionais ou às que definem como primitivas. Uma construção “que pensa e organiza a totalidade do tempo e do espaço para toda a humanidade do ponto de vista de sua própria experiência, colocando sua especificidade histórico-cultural como padrão de referência superior e universal (LANDER, 2005, p.34).

Retomando as formas de acionamento das identidades pelos grupos que compõem a Articulação Rosalino Gomes, outras (identidades) foram acionadas ao se verem, por exemplo, sem o respaldo dos fatores biológicos que, até então, limitavam o acesso de fazendas sobre os seus territórios. No caso, o controle de uma doença que é mortal para os brancos e com as quais os negros convivem e uma legislação de terras associadas a uma institucionalidade posta aos seus interesses (dos brancos). Passaram de uma nação de tapuias, para nativos e, como gurutubanos, acionaram o marco legal que os reconheciam como quilombolas. Como foi visto no Quilombo do Gurutuba e na comunidade de Malhada Grande, a chegada dos brancos foi vivenciada com muito temor, pois já carregavam uma história de muito sofrimento e de discriminação. Com os brancos, deu-se início a expropriação de suas terras e a degradação

quase que completa dos ecossistemas locais – as caatingas e as matas secas que recobriam as extensas planícies sanfranciscanas.

Outra forma vivenciada de expressão identitária ocorreu com as comunidades de veredas, com os veredeiros que passaram a mobilizar o Movimento dos Veredeiros. No caso, o processo de interação com outro grupo identitário, o Movimento Geraizeiro, levou-os a acionarem uma identidade até então muito localizada entre aqueles que viviam dentro das veredas, para uma noção mais ampla ao perceberem que suas vidas, mesmo vivendo fora das veredas, eram a elas vinculadas e interdependentes. Como também visto nas outras identidades, o seu acionamento se dá também como estratégia de resistência e de enfrentamento à expropriação e também ao avanço de outras lógicas de uso e de ocupação dos ambientes que estava a comprometer o modo de vida no lugar. Percebem, porém, que o enfrentamento que fazem extrapolam em muito o local. São demandas por mercadorias globais e, com a criação de parques, o congelamento do acesso aos recursos de que dependem promovido por lógicas econômicas outras, que não aquelas que lhes marcam, o da reciprocidade.

Mais adiante, vimos a expressão do estreito vínculo entre os geraizeiros e caatingueiros, como identidades contrastivas, mas também com uma série de interações entre elas, em termos de linhagens, ascendências, interdependências de suas economias, e o uso comum de recursos, entre eles o das águas. Se, em um primeiro momento, fez-se a análise de que os geraizeiros reorientaram suas fronteiras identitárias para fazer frente ao complexo siderúrgico florestal, uma liderança caatingueira que se tornou geraizeira, apontou uma nova fronteira identitária que seria vista depois não só exclusiva dos geraizeiros, mas dos povos que compõem a Articulação Rosalino Gomes: “os problemas que vivenciamos aqui têm raízes em outros países, na OMC (Organização Mundial do Comércio), com os acordos do comércio do carbono. Por isso, temos que explicitar estes problemas para fora” (Aparecido, durante a 1ª Conferência Geraizeira, 2007).

Vimos algumas peculiaridades da identidade catingueira, que se reposiciona em processos identitário circunstanciados. Na região de Porteirinha, a identidade caatingueira está associada às expressões culturais que se mantêm vivas nas comunidades. E colocam como principal questão que ameaça suas territorialidades a extrema vulnerabilidade a que estão submetidos frente à degradação ambiental. Reconhecem que esta questão extrapola as fronteiras onde vivem. Ficou clara a preocupação com o acesso à água, com a sua qualidade e também com os processos de mineração, que passam a operar nas proximidades ou nas áreas de chapadas e nascentes da Serra Geral.

As *antenas* expressaram também contextos onde assumir a identidade pode ser mais ou menos fácil. Eliad citou diferenciações entre a autoafirmação quilombola e a de apanhador de flor. Para ela, a de apanhador de flor é mais fácil do que a de quilombola, mas depende muito da comunidade e da história da região.

No caso de Raiz, por exemplo, é muito mais forte aqui a autoafirmação enquanto quilombola. É forte a questão do conhecimento, eles sabem que o acesso a políticas públicas enquanto quilombolas dá muito mais força. Por outro lado, eu vejo que o apanhador de flor (é uma categoria que) leva uma beleza maior, sem desfazer da quilombola, porque traz uma beleza relacionada com o modo de vida tradicional, é mais forte porque também está relacionada com geração de renda. Enquanto o apanhador de flor é um modo de vida, é uma tradição, mas também é uma geração de renda que sustenta a família e a comunidade. Por outro lado, o quilombola está mais relacionado com o acesso a políticas públicas, com uma história de discriminação, mas é lógico que também tem as suas tradições que são fortes e significativas, mas tem que enfrentar, superar o preconceito, que é muito forte na nossa sociedade.

Os espaços propiciados pela Articulação Rosalino de conviver entre os diferentes como iguais e também nos coletivos de definição de políticas serviram como oportunidades de aprendizados, inclusive para superar preconceitos que vêm arraigados na nossa formação. Braulino e Eliad relataram a importância de poderem conviver com grupos sociais que enfrentam forte discriminação na sociedade brasileira, como os ciganos e os povos de terreiro. Uma convivência que ajudou a superar barreiras vividas também por eles em suas trajetórias de vida.

Entre as diversas redes que provocaram mobilização e formação na região, da qual Antônia e diversas outras mulheres participaram, foi o movimento de mulheres agricultoras do Norte de Minas. Maria do Rosário, da comunidade de Catarina, município de Bocaiúva, foi uma das mulheres precursoras que conseguiu reconhecimento nos anos 1990, em um momento importante do movimento sindical de trabalhadores, para, em seguida, também de trabalhadoras rurais. Segundo Augusto (2009), ela saiu legitimada como dirigente de comunidade para representar o mundo de fora, onde “encontrou muitas dificuldades em relação ao diálogo das diferenças e das relações de gênero”. Em seguida, ao CAA-NM ela deu início a um crescente movimento de mulheres rurais, afirmando-se como sujeitos no ambiente sindical. E deixou seguidoras, como a D. Lourdes do STR de Porteirinha que ficou como referência do Coletivo de Mulheres do Norte de Minas.

Antônia nos revela através da história de sua vida como se deu conta do quanto especial eram a vida das pessoas que viviam entre as margens do Serra Branca, do Pacui mais embaixo com o Verde. Vale do Verde Grande. Perguntando para sua vó, pela trajetória de seu pai, conhecem o direito e, em seguida, os racismos e a diferença de gênero nas relações entre

mulheres e homens. Compreensão que a leva a movimentar, com outras mulheres, a luta pelo direito étnico a partir das perspectivas das mulheres.

Outro contexto de aprendizados e elaborações ocorreu em função da oportunidade de participação em eventos relacionados à temática, no caso em um evento na academia promovido por grupos de pesquisadores. O reconhecimento das diferenças, de suas formas de expressão e dos direitos associados constituíram em processos de aprendizados.

Quando chegou lá eu vi alguns quilombolas dando depoimento, os indígenas falando, eu lembro muito bem do depoimento de seu Braulino, quando ele falava que esse povo não tem vez, que tem de se organizar e lutar e que se não fizesse isso que o governo não estava nem aí. (Eliad, em entrevista, 2018).

Aprendizado que ela levou para sua comunidade e que foram motivos para que se afirmassem como quilombolas, inclusive com o respaldo dos aspectos sagrados da religiosidade que professam. Identidade que se beneficiou por estar articulada com outra, no caso, a de apanhadores de flores sempre-vivas.

Tatinha, das apanhadoras de flores sempre-vivas, retoma dois aspectos importantes de expressão identitária apontados por Eliad. Ela cita casos de comunidades negras que, para se assumirem quilombolas, configuram-se como processos sociais mais delicados, pois envolvem a identificação com um grupo que traz marcas de séculos de sofrimento e de discriminação. E cita casos que, ao elevar a uma categoria os aspectos relacionados ao modo de vida, embora seja forte a penosidade do trabalho, ela se esvanece frente à liberdade que sentem na serra, como a de viverem amalgamados entre natureza e gentes. Para ela, as identidades geram também orgulho e o respeito próprio.

Antônia comentou como ela foi construindo o entendimento sobre a diversidade dos povos, que encontrou no período em que esteve mais à frente da Comissão Regional de Povos e Comunidades Tradicionais. E algumas das conclusões

Eu captei isso, ia no caderno e anotava tudo. Com isso eu fui definindo quem era, quem não era, quem era indígena, quem não era. O caatingueiro com o quilombola são iguais, não tem assim quase diferença nenhuma, quase faz diferença nenhuma. Já o geraizeiro e os índios têm bem mais diferenças. Só que os índios não têm muita diferença de nós. ... É quase igual, só que nós não andamos sem roupa na sociedade e eles já tem a coragem de andar. E nós não temos. A diferença nossa com eles é só essa, o resto é muito comum no modo assim de agir, é muito comum (Antônia, quilombola, 2018).

Ela disse que foi aprendendo com o seu Braulino quem era o geraizeiro, o vazanteiro, o quilombola. Com sagacidade, ela aponta que o caatingueiro e o quilombola, das planícies

sanfranciscanas, aproximam-se muito. Temos aqui uma sobreposição de identidades, porque os quilombolas das planícies sanfranciscanas são também caatingueiros. E a relação entre as identidades, entendidas, em alguns casos, como “instâncias” que podem sobrepor ou não. Antônia nos disse que “você pode ser agricultor familiar não quilombola e você pode ser agricultor familiar e quilombola na mesma instância”.

Antônia nos aponta, assim como Célia Xakriabá, Tatinha e Eliad, por coincidência todas mulheres, para entendimentos não essencialistas das entidades. Reflexões finas acerca de identidades que unificam, que se sobrepõem ou mesclam, mas também que negam ou são dotados de distintos entendimentos, como vimos em relação à categoria “caboclo”. Instâncias que podem sobrepor ou não. Para Bhabha (1998), são nestas fronteiras, nestes interstícios, que emergem os lugares sociais produzidos pelo deslocamento dos domínios da diferença. Entendimento que emerge ao fazer foco nos processos sociais produzidos na articulação das diferenças culturais.

O orgulho de ser quem é e o aumento da autoestima foram reafirmados por Antônia do Gurutuba ao assumir sua identidade enquanto quilombola. Ela diz que o agricultor, que também é quilombola, tem um perfil de direitos a mais. Mas, “além do direito, tem o tom do respeito ou da autonomia, parece que fala assim mais alto um pouquinho”. Quando Antônia debateu esta questão ela apontou a força de uma fala que não tinham antes – “porque a gente era bestinha demais, não sabia qual era o direito que tinha, você via as pessoas chegarem e pisarem na gente de toda forma, pisava (...) e você não podia falar nada”. Ela continua: “já, como quilombola muda muito, você pode chegar e pode reclamar as pessoas, olha você não pode fazer nele assim”. Um empoderamento que se deu também enquanto mulher, no âmbito da família, “ao sair para a luta” passando a estabelecer um relacionamento mais igualitário com o marido, fruto também de aprendizados ao participar, em outros espaços, como o do coletivo de mulheres ou com o movimento quilombola, como reafirmado por ela.

O fato de professar outra religião ou de ser negra são preconceitos fortemente enraizados na sociedade brasileira. Eliad comenta a importância de assumir a identidade como estratégia de ir superando a discriminação vivenciada diariamente, e como este processo ocorre na comunidade onde vive. Ao fazer relatos na comunidade sobre a sua convivência com outros povos, como, por exemplo, os indígenas, Eliad comenta como a sua sobrinha enfrentou uma professora ao contestar o ensino da história do Brasil que, ainda nos dias de hoje, é professado como de “descobrimento” do nosso país. Que a sua sobrinha em uma prova de avaliação escolar, mesmo obrigada a dizer que o Brasil tinha sido descoberto, escreveu ao final, entre parênteses, que o Brasil tinha sido na verdade “invadido”.

Esta mudança aconteceu em diversos espaços, mudou muita coisa. A gente sofre racismo na escola, não só racismo (pela cor), mas também por causa da religião. Era uma coisa terrível e hoje é bem diferente, quando eu vejo o que a Keliinha, uma criança de dez anos daqui da comunidade, o que ela fez na escola com a professora, sem nenhuma de nós lá, é um exemplo das mudanças. (Eliad, em entrevista, 2018).

Como vimos com Eliad, para as *antenas* da Articulação Rosalino, apenas o fato de a formação estar tendo repercussões no âmbito da família e da comunidade na sua relação para fora já são considerados ganhos significativos. O fato de um filho ou de uma sobrinha se apresentar na escola com orgulho de ser quem é ou de ter a liberdade e a autonomia para dizer ao outro quem eu sou, “independente de quem está ouvindo, ou de quem está do outro lado (...) isso já é um ganho muito grande.”

Segundo as *antenas*, muitas das comunidades já perceberam que o acionamento político da identidade é visto como fundamental na defesa dos seus modos de vida, de reconhecimento daqueles que trazem uma história de séculos de desvalorização, como afirmado por Tatinha: “é muito bonito quando você vai numa reunião e vê ali o pessoal falando com orgulho que é apanhador de flor mesmo. E tudo isso vem acontecendo de pouco tempo para cá, é muito recente”.

O relato de Cícero Vazanteiro confirma o empoderamento das comunidades, na medida em que passaram a ter o conhecimento sobre os direitos enquanto comunidades tradicionais: “aqui ninguém praticamente tinha conhecimento, quais as leis, quais os direitos, então o pessoal que tinha grandes propriedades iam comprando as pequenas, aí os vazanteiros, os ribeirinhos, iam ficando encurralados”. A articulação Vazanteiros em Movimento e a participação ativa na Articulação Rosalino propiciou o acesso às tecnologias e às informações, evitando, no seu dizer, “a gente entregava de bandeja, entregava na mão o que era da gente, na verdade o que é da gente”, ao se referir à expropriação do território vazanteiro pelas grandes fazendas ao longo do rio São Francisco.

O relato de Antônia mostra a repercussão no campo da política municipal, em que ela se tornou uma personagem com influência na proposição de políticas da igualdade racial no município. “O prefeito que nós temos agora, eu já chamei ele umas três vezes, eu fui lá e entreguei a documentação da COQUINORTE e falei, nós queremos criar uma secretaria da igualdade racial aqui dentro de Catuti”. A partir de então, ela vem monitorando o direcionamento dos recursos destinados às comunidades quilombolas do município. Enquanto eu acompanhava a barraca da associação na feira em Catuti, tive oportunidade de ser apresentado para pelo menos dois secretários municipais que demonstraram respeito e admiração pelo trabalho desenvolvido por Antônia.

Cícero vazanteiro lembra que foi com a força dos *Sete Povos* da Articulação Rosalino que foi criada a Política Estadual de Desenvolvimento Sustentável de Povos e Comunidades Tradicionais, em 2013. Dos dezessete povos que fazem parte da CEPCTS, sete são da Articulação Rosalino.

Outro exemplo foi relatado por Braulino durante a celebração dos 30 anos do Massacre Xakriabá. Ele contou o tensionamento dentro da CNPCT pelo fato de, sendo representante da Rede Cerrado, em insistir para não fechar a sua representação apenas aos geraizeiros, como acontecia com os outros representantes eleitos na comissão. Essa representação múltipla era sustentada por suas bases, a Comissão Regional de Povos e Comundiades Tradicionais que, na época, era composta pelos indígenas, vazanteiros, geraizeiros e quilombolas. Tensionamento que só foi superado quando os seus pares, na CNPCT, participaram de um encontro de Povos e Feira que foi promovido pela Rede Cerrado em Brasília, DF.

Explicar isso na CNPCT era difícil de ser explicada e compreendida. Porque quando eu chegava lá, eu começava a falar dos indígenas, eu começava a falar de geraizeiros, eu começava a falar desse povo, mas não tinha esse povo lá, não tinha jeito cara, era uma briga muito violenta que a gente tinha lá. (,,) Então eles foram e reconheceram o povo nosso lá, eles viram os povos do cerrado, eles viram a biodiversidade do cerrado, o tanto que o cerrado é sustentável, é igual a Amazonas. Aí nós surgimos, nós viramos peso político e começou a sermos respeitados dentro da comissão. (Braulino, durante a Celebração dos 30 anos do Massacre Xakriabá, 2017).

Ele diz que foi a partir daí que os cerrados começaram a ter outro peso no debate e proposição de políticas públicas no âmbito da CNPCT. A partir de sua atuação, os vazanteiros, os apanhadores de flores sempre-vivas, os veredeiros passaram a fazer parte da comissão que, depois de muita luta, virou conselho. Não sem razão, ele foi um dos representantes indicados para debater com o Banco Mundial a proposição de uma política de uso dos recursos do Fundo Clima que foi direcionado aos povos do cerrado.

A Articulação Rosalino na perspectiva de suas *antenas*

Primeiro veremos o entendimento sobre *antenas*, daqueles que passaram assim a serem designados no âmbito da Articulação Rosalino. Para Jaime veredeiro, o papel das *antenas* é o de articular as famílias, as comunidades na região e levar as demandas e alguns problemas para dentro da Articulação Rosalino, para discutir o assunto e procurar um meio de resolução. Ele diz que o nome *antena* surgiu porque sendo participante de uma comunidade, seria como se fosse um rádio que, para funcionar, para a comunicação chegar até as pessoas, precisa da antena.

Para Tatinha, as *antenas* são aquelas pessoas de referência das comunidades, que têm o papel de participar dos espaços de discussão e de dar um retorno para as comunidades.

Esta perspectiva de *antenas* é utilizada por Hilário para mobilizar ou aproximar os trabalhos desenvolvidos nas diversas comunidades na TI Xakriabá, seja no âmbito da educação, da cultura ou dos jovens guerreiros. Como *antena*, ao cumprir o papel de mediador da Articulação Rosalino na Terra Indígena, Hilário mantém os caciques e as lideranças informadas da articulação, sobre a importância das ações realizadas conjuntamente. E, com a organização das *antenas* nas comunidades, vê facilitado o trabalho de mobilização e de participação que fica melhor distribuído nas ações ou eventos que realizam dentro ou fora da comunidade. Como o caso do acionamento ao grupo dos indígenas que apoiaram a luta dos apanhadores de flores, ou quando recebem visitantes e precisam apresentar alguns aspectos de cultura Xakriabá.

A discussão acerca do processo de constituição da Articulação Rosalino Gomes, Célia Xakriabá e Antônia do Gurutuba relataram terem participado da Comissão Regional de Povos e Comunidades Tradicionais. Elas reafirmaram a importância daquele momento de aproximação e de conhecimento entre os diferentes povos do Norte de Minas, participando de encontros no Solar dos Sertões, nas comunidades e de reuniões em Belo Horizonte e Brasília.

O processo que culminou com a criação da Articulação Rosalino Gomes de Povos Tradicionais criou as condições de, mais adiante, costurar uma aliança entre povos pela base. Célia Xakriabá relatou a concepção de articulação que foi proposta:

Nós falávamos que precisávamos de uma articulação aqui no Norte de Minas que realmente a gente conseguisse fazer essa discussão sem estar vinculada a partido político, sem estar vinculado a uma comissão de Estado. Uma coisa é o (Ministério dos) Direitos Humanos criar uma comissão, uma coisa é a (Secretaria de) Educação criar uma (outra) comissão. Nós precisávamos era criar uma articulação autônoma, que pudesse ser gerida pela força dos povos que estavam na luta, a principal pauta, não era a aliança, era o território. E foi (a luta pelo) o território que exatamente provocou a aliança. (Célia Xakriabá, em entrevista, 2018).

Esta sua visão de *movimento nativo* empreendido pela Articulação encontrou e ainda encontra resistências, tanto no estabelecimento de diálogos frente ao estado quanto de pessoas que militam em outros movimentos sociais ou em outras organizações. Na visão das lideranças, jovens e mulheres que participam da Articulação Rosalino Gomes, um dos papéis está relacionado aos enfrentamentos que as comunidades fazem nos lugares onde vivem. Para eles, a Articulação Rosalino Gomes fortalece a organização e contribui para o encorajamento, onde o medo também faz parte. Com a religiosidade sempre presente em suas vidas, apresentam uma visão de um Deus ativo, que ensinou também a lutar, a não esperar por ninguém de fora.

Segundo Orlando, geraizeiro, “a luta é nossa, Deus ensinou a lutar contra os nossos inimigo sim.” E ele continua:

quando Moisés levou o seu povo para a luta do Egito, não foi só com orações não, é preciso sim, de orações em primeiro lugar, para nos fortalecer, mas quando Moisés teve a luta lá no Egito foi com sangue e na ponta da espada. A gente não consegue nada com tapinha no ombro, tapinha nas costas não, com luta, com fé e com união que a gente consegue vencer, e isso esse povo sabe fazer (Orlando, geraizeiro).

A jovem Mara, geraizeira da comunidade de Moreira, diz que a Articulação Rosalino apoiou com a demarcação do território e com o laudo antropológico. A partir daí, a comunidade acionou a promotoria pública e vem cobrando a regularização fundiária de uma parcela do território que foi expropriada por uma empresa siderúrgica, a Gerdau, com sede no sul do país. Na visão dela, é afastar a empresa para que as águas voltem a correr com mais abundância.

Eliad confirma a importância da Articulação por ser espaço de intercâmbios, aprendizados e animação para a luta. Tem como referência o povo Xakriabá e o povo quilombola que já conquistaram o território. Ela diz, “a gente faz parte da Articulação Rosalino, porque a gente sabe que aqui a gente vai encontrar caminhos para essa luta, que a gente vai ser guiado pelos guerreiros”. Perspectivas que Jaime Veredeiro, Cícero vazanteiro e Gilberto do quilombo da Praia confirmam: conhecimento de direitos, educação de base, Xakriabá como modelo e outros heróis como Rosalino. Outros heróis nativos foram lembrados: Jesuíto da Lapinha, Arcilo geraizeiro, seu Mariano gurutubano.

Os intercâmbios servem de “iluminação” para muitas das iniciativas que empreendem. Iniciativas não só para a conquista do território, mas também para a gestão, o sistema de educação, a economia, o cuidado com as águas e com as matas. Cuidados que não ficam restritos ao território, outras regiões que também se beneficiam, até outros países e continentes. Alertam a necessidade do enfrentamento da política partidária desde o âmbito municipal. E que suas humanidades se encontram interligadas, interconectadas em processos de ocorrência global.

Merece destaque as seguidas referências ao caráter educativo e os processos de aprendizagem oportunizados pelas movimentações, encontros, intercâmbios. Uma construção da caminhada na própria caminhada, aprender fazendo, aprender caminhando como afirmou Eliad. Não sem razão, Braulino cita a importância do aprendizado da vida, ele sendo um exemplo disso. Um fazer e aprender pontuado pela prática e pelas interações, seja entre os seus pares, seja na relação com organizações, professores, pesquisadores, gentes do governo, quer fossem a favor, quer fossem contra as pretensões que iam colocando. Aprendizados que geram saberes situados, contextualizados, compartilhados (AUGUSTO, 2009).

Aprendizados que, muitas vezes, como afirmado por Eliad, vão na contramão do que se ensina na escola. Daniel Munduruku, ao fazer uma crítica ao papel da escola, diz que ela “entorta o pensamento da criança”. A criança sai de um mundo em que os saberes não são divididos, onde o “brincar, aprender, correr, subir na árvore, tudo é uma coisa só. Quando ela vai para a escola, é tirada desse universo integral e é apresentada para ela uma sociedade dividida em pensamentos” (MUNDURUKU, 2014, p.1). As lacunas teóricas capazes de analisar a articulação entre conhecimento, aprendizagem e práticas sociais no mundo do campesinato foi destacada por Augusto (2016) ao se debruçar sobre os saberes de camponeses, homens e mulheres do Norte e Noroeste de Minas. Indo na contramão do que se ensina na escola, Augusto aponta a “resistência epistemológica” provocada pelo silenciamento secular imposto às populações originárias e do interior brasileiro. Crítica epistemológica, segundo ela, enraizada no paradigma do pensamento moderno ocidental emoldurado pela “monocultura do saber” que não dá conta do saber prático e válido à vida. (AUGUSTO, 2016).

As *antenas* explicitaram também algumas tensões que ocorrem por dentro da Articulação Rosalino. Uma delas explicita as responsabilidades com os encaminhamentos. Se tem claro que algumas das decisões devem ser tomadas pela maioria das *antenas*, com muita discussão, para que os encaminhamentos sejam feitos com segurança. Outra *antena* alerta a maturidade que os *Sete Povos* têm na compreensão dos processos da luta, onde a cumplicidade e o companheirismo têm que ser comum. E que, alguns dos povos são mais bem articulados, têm mais experiências que outros e que é com estes que se têm uma formação pela experiência e pela prática, formação que também acontece a partir dos parceiros que contribuem com a Articulação.

Outra tensão ocorre com parceiros e alguns dos movimentos sociais ou organizações que atuam em escala nacional. Essas tensões são motivo de desgastes e geralmente se referem às maneiras de trabalho estabelecidas por organizações e parceiros que, em alguns casos, geram conflito entre os povos e entre as lideranças das comunidades. Para algumas das *antenas*, os povos tradicionais têm as suas formas de organização que é pelas comunidades e pelas interações que estabelecem entre os nativos. Alguns dos movimentos têm outras formas de entrada nas comunidades, têm outras formas de organização que acabam gerando ou amplificando conflitos pré-existentes. Com outros coexistem como instâncias, estabelece-se bons diálogos com alguns dos movimentos como com a LCP, MST, MPP. Afinal, com eles também estão aprendendo. Aprendizado que é reconhecido por uma importante liderança geraizeira: “se nós não estivéssemos juntado o com a Via Campesina, a FETAEMG, CPT, os sindicatos, a igreja, o CAA, a gente não tinha conseguido chegar ao ponto de ter o território da

comunidade. Então acho que se a gente não se articular a gente não consegue ir muito longe”. Elmy, liderança geraizeira e do STR de Rio Pardo de Minas

As estratégias das lutas empreendidas pela Articulação Rosalino Gomes são várias. Quando o cacique Domingos contou aos participantes do encontro da Articulação Rosalino a história de resistência e de luta dos Xakriabá, ele lembrou que, naquela época, anos 1960 e 1970, eram muito fortes o preconceito e a discriminação que enfrentavam, por se afirmarem Xakriabá. E que partiram para a briga mesmo sem nenhum apoio dos poderes públicos. Posteriormente, instituíram a luta pelo *direito na prática*, desenvolveram estratégias para o controle e a gestão do território, com ações nos campos da educação, saúde, economia e conservação ambiental, além de se aventurarem na política partidária, terreno pantanoso e cheio de contradições. O Valdinho foi um exemplo de referência na mediação entre o mundo Xakriabá e o mundo da política partidária. O cacique Domingos finalizou dizendo de outras ferramentas que hoje são mais importantes que o “da briga, no cacete, no facão, no revólver, na espingarda. (...) Uma arma pequenininha, que esses caras estão usando, é que nem uma metralhadora e nenhuma arma dessas consegue vencer”. E mostra na mão uma caneta. É pela caneta que está nas mãos dos governantes que hoje se perde ou ganha direitos.

Um dos primeiros indicativos acerca da necessidade de construir uma estratégia de luta, que também considerasse o contexto de expropriação com raízes no capital internacional e em outros países, foi apontada, em 2007, durante a 1ª Conferência Geraizeira. Constatou-se ali que enquanto as firmas aumentavam sua capacidade de ação na região, os recursos presentes na natureza iam diminuindo, acabando. Uma das fronteiras de luta apontadas naquela época foi a da OMC e a do Comércio de Carbono. E que as estratégias deveriam partir de ações locais e com a constituição de uma rede de parcerias em escalas mais ampliadas.

A constituição da rede de parcerias costuradas em algumas regiões é denominada como redes sociotécnicas e compreende a contribuição dos parceiros, pessoas ou entidades comprometidas com a Articulação Rosalino. Praticamente todas as *antenas* reconheceram ou reafirmaram a importância dessa rede de colaboração e de produção de conhecimentos. E que a principal missão é a informação e a formação, o conhecimento e a proteção jurídica. As organizações que contribuem com a Articulação são convidadas. São as ONGs, as pastorais, as universidades – pessoas que eventualmente estão dentro do Estado e contribuem com a orientação sobre a melhor maneira de trabalhar e de avançar, mas também de evitar ultrapassar algum limite que possa provocar retrocessos à frente.

As ações da Articulação Rosalino Gomes apontam que a luta territorial é a principal agenda, sendo comum a luta que todos travam contra as monoculturas, a retomadas das terras

que foram grilladas, o enfrentamento às empresas e fazendas que avançam sobre os seus territórios, os grandes projetos de pecuária, de irrigação, do plantio da monocultura do eucalipto e da mineração. Projetos que têm como contrapartida a criação de parques que incidem sobre as áreas que, de alguma maneira, estão conservadas pelo uso tradicional promovido pelas comunidades locais.

Retornando ao saber dos nativos referente à discussão muito atual quando se fala de terra e território, esta é uma questão que, segundo as *antenas* da Articulação Rosalino, diferencia-se na luta que outros movimentos de luta pela terra empreendem. Braulino utiliza um termo para o entendimento dele de território, o “território do guará”. Para ele, existem movimentos que não reconhecem o território, então a luta pela reforma agrária pode acabar restrita na luta por um lote, o que ele denomina de “reforma agrária do lote”. Este é um dos motivos que fez com que muitos assentamentos de reforma agrária não seguissem adiante, com fazendeiros e empresários se beneficiando quando acontece de, por alguma necessidade, o assentado “vender o lote”. O que se vê como resultado é que aquelas famílias que se diziam posseiras acabam ficando sem terra novamente. Para ele, “com a reforma agrária do território, não, o cara vai embora, mas o território fica”.

Junto com a manutenção do território, outras iniciativas são também valorizadas, como as relacionadas à convivência com o semiárido, à proteção das águas e das áreas de recarga, ao uso e manejo da (agro)biodiversidade, aos sistemas consorciados de produção agroflorestal como as “chácras de café”, à agroecologia, à criação de cooperativas, ao acesso aos mercados com o beneficiamento e à comercialização de produtos. Iniciativas que partem de outras referências de economia que não a capitalista. Um conjunto de aspectos que, a partir do lugar, apontam para novas possibilidades de convivência não só das comunidades, mas da humanidade no planeta.

Com relação à luta pela terra e pelo território, a principal estratégia tem como referência a que foi empreendida pelos Xakriabás, cujo substrato é o que afirmo como a luta pelo *direito na prática*. Direito reconhecido no papel ou a ser construído. Os Xakriabás iniciaram o enfrentamento aos fazendeiros derrubando as cercas de arames farpados, depois entrando e abrindo roças coletivas dentro de áreas que os fazendeiros se diziam donos, posteriormente, promovendo a retirada forçada daqueles que eram considerados os invasores. Foi quando viram que “se esperasse só pela instituição, pelo governo, nós nunca íamos ter o território demarcado, tinha que ir para o enfrentamento. Foi o primeiro enfrentamento que fizeram naquela época, cortou um trecho grande de arame. Era na época da ditadura”. (Hilário, em entrevista, 2018).

Todo esse processo coletivo foi denominado de *ajuntamento*, prática tradicional do mutirão que era realizado para apoiar as famílias que enfrentavam necessidades. Resignificaram o *ajuntamento* como uma das estratégias para fazer valer o direito pelo exercício da prática. Mas, antes, empreenderam a luta institucional pelo reconhecimento da indianidade. Com o reconhecimento veio a demarcação da Terra Indígena e, finalmente, a desintrusão dos fazendeiros e dos posseiros. Pagaram um preço elevado, a vida de três indígenas que hoje permeiam na memória regional como heróis.

A luta pelo *direito na prática* passou a ser exercitada de diversas formas e adaptadas em diferentes contextos pelos grupos envolvidos na Articulação. A invasão por empresas ou fazendeiros é enfrentada por sistemas de vigia e de empates, quase sempre com as mulheres à frente. Mesmo fazendo denúncias aos órgãos ambientais ou boletins de ocorrência, enfrentam a omissão com o *direito na prática*. A autodemarcação do território é outra maneira do exercício do *direito na prática*. O território é estudado, conhecido, avaliado. Consideram as áreas de uso familiar, as de uso comum pela própria comunidade e as áreas de uso comum de natureza intercomunitária. Assim, definem de forma coletiva os limites.

A autodemarcação constitui um processo simbólico de apropriação coletiva do território por todos da comunidade. A partir daí, empreendem tanto a luta no campo das institucionalidades, como a de fazer valer o direito pela resistência permanente contra os invasores. Colocam placas, percorrem o território, coletam frutas, soltam animais, fazem empates, vez e outra *ventanias* derrubam cercas ou fornos de carvão. Dizem que são moradores do lugar, que dali não vão sair, que as empresas uma hora vão cansar e vão embora.

Acionam marcos jurídicos já existentes, mas também se envolvem na construção de novos marcos, como o que se viu acontecer em Rio Pardo de Minas com a primeira lei municipal a reconhecer um território geraizeiro. Ou no estado de Minas Gerais, com a regulamentação dos procedimentos de regularização fundiária de territórios de comunidades tradicionais através da Política Estadual de Desenvolvimento Sustentável de Povos e Comunidades Tradicionais, mais avançada que o Decreto Federal 6040 de 2007.

A conquista da RDS Nascentes Geraizeiras foi um marco na articulação da luta em todas as frentes, sendo a principal delas a que teve como substrato a “aliança dos povos tradicionais” costurada no âmbito da Articulação Rosalino Gomes. Essa luta organizou um conjunto de táticas de ações locais, de demarcação de espaços sagrados, como o de romarias, e teve um dos pontos altos: a greve de sede e de fome em Brasília/DF, no ano de 2013. Célia Xakriabá relembra este momento.

Nesse sentido, a Articulação Rosalino é uma força, principalmente nesse momento tão difícil de negação dos direitos territoriais. Talvez nós não teríamos conseguido uma resposta positiva na época da luta pela criação da RDS Nascentes Geraizeiras. Aquele momento em Brasília foi um dos momentos mais significativos na minha vida, embora a resposta não era exatamente para nós indígenas. Foi no ano do Encontro dos Povos do Cerrado nós fizemos uma forte incidência política que a própria comissão da Rede Cerrado não aprovou dizendo que nós estávamos desvirtuando o encontro dos Povos do Cerrado. Mas foi a incidência política que mais deu certo. Do que que adianta os povos do Cerrado se encontrarem durante quatro dias em um hotel que não faz parte da nossa realidade e não ter o resultado positivo que nós tivemos? (Célia Xakriabá, em entrevista no ano de 2018).

Mas, a aliança que foi costurada no âmbito da Articulação Rosalino não se deu de um dia para outro. Hilário lembra as dificuldades que os Xakriabá enfrentaram com os invasores de suas terras quando eles passaram a demandar a regularização fundiária pela Ruralminas. Na época, posseiros que conviviam com os Xakriabá, muitos tratados como iguais, optaram por fortalecer a demanda dos fazendeiros. Na luta, os Xakriabás tiveram que enfrentar famílias que eram próximas – “eles chegavam em um parente e iludia com uns contos, ficava ali com uma roça de mandioca, disse que indenizava e pegava e cercava, socava cerca, essas estradas já eram todas corredor de um lado e de outro, mas tudo dos fazendeiros”.

A desconfiança levou os Xakriabás a terem muita cautela na relação com os não índios. Ele reconheceu a importância de organizações como o CIMI e a CPT, que sempre estiveram próximas, ou da UFMG e do Instituto Federal que tem um campus em Januária. Mas, que a abertura para uma maior interação com o movimento social dos nativos do entorno foi facilitada com a aproximação do CAA-NM. Facilitação pela perspectiva da agroecologia e do agroextrativismo, que era uma demanda deles e que resultou no estabelecimento de relações com a Comissão Regional de Povos e Comunidades Tradicionais e, em um segundo momento, pela Articulação Rosalino Gomes de Povos Tradicionais.

Hilário relembra alguns dos momentos importantes dessa aproximação. Uma delas foi a visita do quilombo de Brejo dos Crioulos na Terra Indígena Xakriabá, ano de 2011. “Foi uma porta que se abriu para que eles viessem e a gente escutar a história deles também. Naquele mesmo tempo, deixou um sentimento para nós, enquanto povo, um sentimento de que tem um próximo precisando também desse apoio”. O outro foi quando da costura da relação com os vazanteiros do São Francisco que estavam sendo mobilizados pelos fazendeiros, amendontrando-os frente a possibilidade da expansão do território Xakriabá até o rio São Francisco. Hoje, os vazanteiros encontram-se integrados aos Xakriabás.

Pela Articulação Rosalino, os diferentes povos participam de processos de lutas territoriais, apoiando as comunidades que se encontram de frente aos violentos processos de expropriação de terras que continua até a presente data. Em eventos ou reuniões, eles têm a

confiança de uns falarem pelos outros nos diferentes espaços onde, eventualmente, uma representação não esteja presente. Célia analisa a proporção que essa aliança tomou, como fruto de uma estratégia de luta que corre por fora do sistema aprisionador que os excluem local e globalmente.

A Articulação Rosalino tomou essa proporção porque ela tem uma aliança que não luta dentro do sistema, assim como a luta por educação e saúde, que são lutas que estão vinculadas ao sistema. A luta do território está vinculada (...) em uma luta política que é independente da cor, é do território em que se está localizado. É independente da língua que fala, se é o bantu, se é de matriz africana, se é cigana, quando se trata de território nós conseguimos chegar a uma pauta em comum. E é aí que se faz a articulação, a aliança da Articulação Rosalino (Célia Xakriabá, em entrevista, 2018, grifos meus).

Aliança que está em prova frente ao atual contexto de retrocessos e de avanço da repressão e da violência promovida pelo Estado e pelo poder paralelo controlado pelas elites agrárias, pelas milícias armadas, que passaram a agir de forma orientada contra os avanços pós-constituição de 1988. Célia, no entanto, acredita nos *re* que vão na contramão dos retrocessos: *retomada de terras e retomada de valores*.

Entre os *re*, para resistir aos retrocessos, encontra-se a forma de como estes povos entendem ou concebem o mundo. Reside aí uma forma de resistência que permanece viva em muitos dos lugares que passei durante a pesquisa de campo. Nos veredeiros encontrei com o seu Júlio, e, para ele, quem judia com a natureza está judiando a si mesmo – “por atentação, foi atentação mesmo, eles judiaram não foi com os outros não, judiou deles próprios, aí pegaram os peixes e comeram. Aí o olho d’água secou. Não desceu mais água do Brejinho, deste olho d’água não”. Do outro lado, nas altas serras da região de Diamantina, percorrendo a região do *sertão*, a serra é uma imensa montanha que está do lado da nascente do sol. Eles moram aqui em baixo, mas a vida deles também está na serra, seja para cultivar, coletar ou criar animais. Ou para os três. É na serra que estão os caminhos que atravessam para se chegar a outras comunidades onde também têm parentes. A serra fornece alimentos, água, renda e também o prazer de estar nela. Ouvi muitos comentários sobre a alegria do estar na serra, mesmo que o trabalho que fizessem fosse penoso. A interação é íntima, como estar amalgamado as suas reentrâncias, regulado pelas estações do ano.

Para João Altino, geraizeiro de Grão Mogol, que sabe de onde vêm as empresas, “até de fora do Brasil”, que não respeitam as pessoas do lugar e que, quando tiram o direito do povo, é o mesmo que “puxar e matar”. Para ele, “a pessoa nasce e vive e não é dono, não tem nada. Nós

não somos donos de nada, quem é dono é Deus, nós só podemos usufruir dos frutos”. Uma visão que norteia o modo de vida geraizeiro.

Ou como Antônia, para quem as águas e matas são habitadas por gentes – “é como se fosse uma pessoa, só que uma pessoa invisível, que a gente não vê. Que é uma coisa invisível igual ouro, ele é invisível, se você colocar a mão nele ele some, se você não souber pegar”. Para ela, o *caboclo* é assim, invisível, ele vê a gente, mas a gente não vê ele. Nos Xakriabá, a Iaiá Cabocla, socorria os chefes nos enfrentamentos que sempre faziam contra os invasores. E que a proteção enfraqueceu, pois a Iaiá cabocla foi se afastando à medida que se misturaram, afastando-se do mundo mágico onde viviam. Do outro lado da serra, nas montanhas, vargens e campos entre o município de Datas e Presidente Kubischek, o senhor Deus fala pelas palavras como a de um “xamã”, o pastor de uma igreja vinculada ao lugar. E esclarece sobre os caminhos a serem tomados, inclusive sobre interferências que se faz no mundo de lá a favor do mundo de cá.

E quando Braulino afirma que o cerrado é um dos biomas mais comunicativos que existe, ele não está falando apenas de questões relacionadas as suas extensas faixas de transição e, portanto, um bioma que interage com muitos outros biomas. Ou pelo fato de suas águas ou suas espécies inteligirem em ou com outros biomas. Estamos diante de um bioma que, no seu ver, reveste-se também de humanidade. Assim como o diálogo que os vazanteiros estabelecem com as plantas, com o rio, sendo que eles se consideram como gentes do rio.

Relatos de geraizeiras como o de Joelisa, de Riacho dos Machados e de Lúcia, de Rio Pardo de Minas, reafirmaram a necessidade do cuidado com a terra para que as outras gerações possam viver. Outro relato dizendo que o cuidado que estão tendo com as águas, fez com que elas não diminuíssem nas torneiras em um período que muitas comunidades tiveram que ter acesso à água através de caminhão pipa. Elas sabem com quem está a riqueza, e quem é que está vindo saquear as riquezas e deixá-las pobres.

Não estando parados, buscam fazer coisas novas. O prefeito de São João das Missões explicou sobre uma das missões ao assumir a prefeitura – “nós queremos construir uma política diferente, vai que a gente vira um pequeno exemplo de modelo dentro da política”. Mas que, para tal, precisa de muito diálogo, de muita conversa, formar novas lideranças, não cair nas armadilhas das desavenças que a política provoca, resgatar os princípios da organização nativa do próprio povo. A sociedade que almejamos precisa de alianças para “que a gente consiga construir um mundo melhor. Quem sabe isso deixe de ser utopia e seja coisas bacanas na vida do povo, que a política saia dessa dificuldade de progredir, saia da dificuldade de aproximar

das pessoas, saiba ouvir” (José Nunes, durante encontro da Articulação Rosalino, em 2017, grifos meus).

Braulino diz que a aliança se faz com a unificação das lutas. Jaime aponta para uma sociedade onde as pessoas possam viver sem serem mandadas, ter o próprio trabalho, produzir os alimentos para comer e para vender. Eliad diz que o que querem é o território, pois com ele é que tem a liberdade no direito de ir e vir, de ser livre como era antes como, por exemplo, buscar uma lenha, buscar um esterco. De viver. O Custódio justifica a importância de estar lutando, como a recomendação do profeta do antigo testamento de que teríamos que ter muita coragem para enfrentar, e é o que nós estamos fazendo. Ele diz que “nós não estamos fazendo nada errado, simplesmente nós estamos fazendo aquilo que Deus ordenou aos profetas”.

Então, Hilário faz uma síntese sobre o mundo do bem viver que não é do futuro, pois já o estão vivendo:

Tem muitas sociedades aí fora que discutem o mundo do bem viver, um mundo melhor para todos. E se nós, enquanto povos comunidades tradicionais, não olhar que nós temos esta matéria-prima na mão, eu digo assim, ainda tem, porque se nós mantivermos nessas comunidades o que já é um bem viver, é um modelo que dá para mostrar para o resto do mundo, não estou falando só para o Brasil, mas para o resto do mundo.

(...)

Só que o modelo político do Estado brasileiro está nos engolindo, estão querendo passar por cima com suas máquinas igual um rolo compressor, aonde nós sentimos o nosso direito de se organizar não só enquanto povo indígena, mas também com os outros povos, é onde está o papel muito importante desse enlaçar nessa luta com as comunidades tradicionais que também têm parte nesse bem viver. Em um mundo sem agrotóxico, de um mundo que você pode dormir e levantar com a janelas abertas, desse espaço que é aonde você pode discutir uma organização social interna, mas ao mesmo tempo, participar da política partidária sem perder esse controle interno, sem despertar interesses individuais e gananciosos no mundo político que hoje tem, que a gente possa juntos ocupar os espaços políticos (Hilário, em entrevista, 2018).

Mas, os desafios são enormes, como os que foram postos por Cicero vazanteiro. Por falta de conhecimentos e de sentimentos, as pessoas não estão vendo que as condições de suporte da vida estão acabando. O que está por traz é a lógica do consumismo sem fim, do capital que sobrevive às custas de mercadorias, com todas as dimensões da vida mercantilizadas.

Finalizando a discussão acerca dos processos identitários e perspectivas societárias promovidos e vivenciados na Articulação Rosalino, vê-se que estes povos, através de suas “antenas”, apontam para formas próprias de concepção do mundo, de humanidades que extravasam para outras espécies, na dialogia que estabelecem com as plantas, peixes e animais; com o rio, com as serras e suas cavernas (locas), com o bioma, enfim, com a terra. Vê-se

também a diversidade de relações com o sagrado expressas em diferentes contextos de religiosidades e que atravessam as percepções de mundo dos sete povos.

Concepção de mundo que inclui os sistemas econômicos e sociais que os atingem diretamente, que só pensa nele, como disse o seu Adão, o que pode ser entendido como uma teoria nativa do capitalismo. Para ele, um ente supra-individual, que pensa sobre si e somente para si, muito distante da perspectiva econômica dos nativos, como expressa por Jaime Veredeiro, ao analisar o sistema econômico em que viviam baseado na reciprocidade. São distintas racionalidades: de uma que não respeita o lugar onde chega, “se achando que eles são donos de tudo” e, de outra, como seres que dependem da terra, possuem uma posse relativa sobre a terra, ao mesmo em que tem tudo, nada tem - “a pessoa nasce e vive e não é dono, não tem nada. ... nós só podemos usufruir dos frutos” (João Altino, geraizeiro de Grão Mogol).

São outras lógicas que fazem conexão com a dos povos originários da América, que resistem com formas as mais diversas. Povos onde o mundo biofísico, humano e o supranatural encontram-se amalgamados, interconectados, através de relações sociais, muito diferentes das formas modernas que hoje se apresentam como dominantes. Povos que contrapõem ao mundo do capital que está a comprometer a vida de todos. (ESCOBAR, 2005; LEFF, 2009; PORTO-GONÇALVES, 2017)

Podemos afirmar que as comunidades tradicionais que se afirmam e se organizam enquanto povos, não podem ser vistas como sociedades parciais ou como populações subalternizadas e sem poder de fala. Vimos estes grupos se apresentarem à sociedade e governos, com o poder de representação (WOORDWARD, 2010; SILVA, 2010) reconfigurados. Eles falando por eles mesmos. Em confronto com uma sociedade, cuja divisão em classes aprofunda o fosso das desigualdades sociais e nos remete cada vez e com mais força a um mundo impossível de se viver, pelo menos da forma como o concebemos.

Para além do poder de representação, questão colocada no início da investigação, vimos grupos, até então confinados à categoria de comunidades tradicionais, passarem a se afirmarem como povos, com formas próprias de organização social, religiosidade e de representação frente aos poderes públicos e à sociedade. Apontando indícios de uma reorganização sociocultural e política e com perspectiva de diálogos civilizacionais. Bhabha nos diz de que é nestes “entrelugares” que são elaboradas, de forma singular ou coletiva, signos próprios de identidades que resultam inclusive na definição de uma “idéia (própria) de sociedade” (BHABHA, 1998, p.20).

Me pergunto, pois, retornando à introdução, quando Braulino nos interpela sobre a saída da condição de *escravidão*, a que muitas comunidades e povos ficaram submetidos. O que as “antenas” estão querendo nos dizer quando eles se afirmam como sujeitos, colocando a

Articulação Rosalino como um dos espaços de afirmação de seus entendimentos de mundo? Como é a forma que eles entendem que devem ser conduzidos os processos? O que eles nos disseram neste longo percurso que fizemos de oeste a leste, em uma perspectiva sincrônica, ou quando, em uma perspectiva diacrônica, nos adentramos ao passado recente da história regional, colocando em cena o contexto e as histórias de sujeitos que se insurgiram contra a expropriação de direitos?

Fica evidenciado, nesta tese, que o domínio sobre o território que os povos tradicionais, é muito mais amplo do que o domínio estrito sobre o território, enquanto uma base física e cartográfica. Tem relação com a luta pela autonomia do grupo em gerir o seu destino, tem relação com o reconhecimento do seu lugar de fala, como caboclos e, mais ainda, eles insurgem para falarem por eles mesmos. Processos que são conflituosos não apenas na relação com o Estado, mas também com a sociedade, com os movimentos sociais, entidades de apoio e academia, que não os reconhecem como *sujeitos de si*, apesar muitas vezes das falas em contrário.

Como vimos na introdução, Bhabha (1998) incentiva a focalizar os entendimentos nos processos produzidos na articulação das diferenças culturais, por ele denominado como os entre-lugares, os interstícios, as fronteiras que emergem nos lugares sociais, produzidos pelos deslocamentos dos domínios da diferença. Estes deslocamentos constituem espaços singulares de contestação, de possibilidades e de construção de novas perspectivas societárias. Segundo o autor, esses “entre-lugares” fornecem terrenos para elaboração que, de forma singular ou coletiva, dão início a novos signos de identidade, a postos inovadores de colaboração e contestação, até os atos de definição dá uma ideia própria de sociedade (BHABHA, 1998, p.20).

Nas lutas sociais que travam, ao reivindicarem direitos e reconhecimento de suas identidades, estes grupos historicamente subalternizados colocam em jogo as identidades como estratégia de questionamento à ordem que os colocam à margem da sociedade. E vão mais além. Expressam confrontos de lógicas, de concepções de mundo que se percebem em suas narrativas indo para além das narrativas subjetivas (BHABHA, 1998). “As antenas” nos expressam formas societárias outras, outras formas de se viver. Estamos diante não só de representações identitárias reconfiguradas na fala por eles mesmos, em uma luta pelo reconhecimento, mas de disputas ontológicas por um outro viver. Povos que expressam outras racionalidades epistêmicas, não submetidas em estruturas como as da modernidade. Formulações de comunidades que estabelecem dialogias não apenas com os seres vivos, como também com os rios, paisagens, biomas, com o mundo.

Hilário, ao se posicionar sobre o que almejam, diz como que falando para o mundo: enquanto as sociedades discutem um mundo melhor para todos, nós, povos tradicionais, já temos a matéria-prima na mão, “porque se nós mantivermos nessas comunidades o que já é um bem viver, é um modelo que dá para mostrar para o resto do mundo, não estou falando só para o Brasil, mas para o resto do mundo”.

CONCLUSÃO

Ao dar início à pesquisa propus analisar a movimentação de povos e comunidades tradicionais do Norte de Minas que, na luta pelo reconhecimento e pelo direito territorial, passaram a se afirmar como comunidades tradicionais e, em seguida, como povos tradicionais. São gentes, até então, vistas como camponeses, posseiros ou lavradores, agricultores de subsistência, pequenos produtores ou agricultores familiares.

O foco foi analisar na Articulação Rosalino de Povos e Comunidades Tradicionais, em que medida os processos identitários se constituíram em reposicionamento do poder de fala e de representação frente à uma sociedade que, até então, sempre os considerou como sociedades parciais, sociedades submetidas a uma sociedade maior, neste caso, a sociedade ocidental eurocêntrica.

O caminho foi longo, com surpresas, mas também firmando em outras dimensões até então não pensadas, extrapolando e deslocando o lugar de onde vivem para um lugar mundializado, interconectado com questões que nos interessam enquanto nação e enquanto humanidade. A persistência de sociedades não capitalistas que se movimentam amplificando suas territorialidades, como estratégia de não serem aniquiladas.

Em busca de compreender a conflitividade territorial presente no Norte de Minas, iniciei a pesquisa a partir da historiografia de três personagens como marcos temporais da história recente da região, e que figuram na memória e no imaginário social das comunidades rurais do Norte de Minas. Personagens que resistiram aos processos expropriatórios em distintos contextos: Antônio Dó, Saluzinho e Rosalino. Na caminhada um quarto personagem entrou em cena e, a eles, pelo papel que cumpriram ao se rebelarem, cada um em um tempo e contexto específicos, tratei-os como *insurgentes nativos*. Esse quarto personagem, presente no cenário de reafirmação identitária como estratégia de luta, refere-se ao seu Braulino, geraizeiro da comunidade de Abóboras – Pinheiro, município de Montes Claros. Com ele, fui em busca de outras e outros personagens que fazem enfrentamento aos poderes locais, à força policial e às institucionalidades do Estado na luta pelo direito à terra, entendido também como direito ao território.

Para compreender as sagas de Antônio Dó, Saluzinho e Rosalino, percorri a historiografia do Norte de Minas Gerais, com o foco nas dinâmicas econômicas e sociais dos habitantes que viviam ao longo do rio São Francisco nas extensas áreas de planícies e planaltos que o margeiam pelos lados direito e esquerdo.

O campo que estabeleci, como tendo início em fevereiro de 2017, no evento que relembrou o massacre Xakriabá, foi, na verdade, mais amplo. Em alguns momentos ele se confunde com a trajetória percorrida por mim desde quando passei a morar Montes Claros, em 1987, depois de viver em Janaúba, Porteirinha e Jequitaiá. Em outros, pelo pacto etnográfico (KOPENAWA, 2015) estabelecido com o seu Braulino, pessoa que o acompanho desde antes de 1987, junto aos primeiros passos do que viria a ser o CAA-NM. Chancela que abriu a porta para uma série de outros pactos estabelecidos com as “antenas” da Articulação Rosalino na construção desta tese que, na análise da banca de arguição, constituiu-se como uma tese colaborativa.

Ao entrar no PPGDS/Unimontes, em 2015, após trinta anos de trabalho na região, já vinha de um envolvimento em um grupo de estudos e pesquisas que tinha como foco a compreensão da formação social da região nortemineira, o papel da “pequena produção”, bem como os desafios que se colocavam aos que aqui viviam. A natureza multidisciplinar do programa de pós-graduação, pôs-me em contato com professores e estudantes oriundos de formações diversas. Sendo da primeira turma do doutoramento, vivenciei experiências de ensino e aprendizagens que propiciaram a aproximação do que seria o “objeto de pesquisa”. As disciplinas de metodologia de pesquisa, colóquios de tese e, em particular, a de comunidades tradicionais, constituíram em oportunidades de debates e de construções teóricas, que foram alinhando a definição do foco por onde seguiria a pesquisa. A partir do trabalho de campo junto com as antenas, da instituição de um comitê de orientação que resultou ao final, com a arguição por uma banca, em todos estes momentos constituíram-se como espaços de aprendizagens colaborativas. Por isso, a tese que, ora que apresento, afirmo como resultado uma pesquisa colaborativa não restrita ao meio acadêmico. Incorpora noções e saberes de natureza pluriépistemológica.

De fato, tal foi possível por me ver imerso em meio a uma ampla gama de intelectuais, nativos e acadêmicos, que vem fazendo estudos e pesquisas, há muitos anos, na interpretação dos povos do Norte de Minas. Entre os da academia, temos como um dos marcos Sônia Nicolau dos Santos (1985), ao estudar o conflito de Cachoeirinha. A partir dela, inúmeros outros como Eduardo Ribeiro, João Batista de Almeida Costa, Rosely Carlos Augusto, Carlos Eduardo Mazzetto Silva, Claudia Luz Oliveira, Isabel Cristina Brito, Aderval Costa Filho, Elisa Cotta de Araújo, Felisa Anaya, João D’Angelis Filho, Rômulo Soares Barbosa, Marilene Alves Souza, Ana Thé, Carlos Walter Porto Gonçalves, Carlos Rodrigues Brandão, Ângelo Alves Carrara, Flávia Galizoni, Fernanda Monteiro, Alessandro Roberto Oliveira, Mônica Nogueira, Moisés Dias de Oliveira, Claudenir Favero, entre tantas outras e outros. Por onde caminhos

foram abertos e, com elas e eles, andei em busca compreensão dos sete povos que compõem a Articulação Rosalino.

Mas, a tessitura da tese só ganhou corpo e alma através dos intelectuais nativos que percorri com a orientação das “antenas”, que me abriram as portas de suas casas, o pensamento de seus mundos, como os que encontrei em Braulino, Jaime, Cícero, Zilah, Eliad, Tatinha, Antônia, Leninha, Toninho, Eva, Zezinho, Célia, Hilário e Orlando, para dizer alguns. Homens e mulheres, aliás, mais mulheres que homens. Com elas e eles, um aprendizado ainda a ser melhor analisado, que tem como pano de fundo a teoria nativa da identidade e de suas ontologias acerca do mundo. Esta tese não é mais do que uma aproximação. Com eles e elas, uma co-autoria que se mistura à do autor.

Foi sob um ambiente em movimentação que o trabalho de campo se deu. De alguma maneira, os agendamentos procuraram atender contribuição em ações outras que estavam em curso, se não, pela possibilidade do andar juntos de uma cidade a outra, ou da ponta de uma territorialidade a outra. Fruto destes pactos, a participação em encontros, oficinas, elaboração de projetos ou de relatórios completaram a agenda em quase todos os locais percorridos.

Merece destaque as seguidas referências ao caráter educativo e aos processos de aprendizagem, oportunizados pelas movimentações, encontros, intercâmbios. Uma construção da caminhada na própria caminhada, aprender fazendo, aprender caminhando. Aprendizados que, muitas vezes, como afirmado por Eliad, vão na contramão do que se ensina na escola. Daniel Munduruku, ao fazer uma crítica ao papel da escola, diz que ela “entorta o pensamento da criança”. A criança sai de um mundo em que os saberes não são divididos, onde o “brincar, aprender, correr, subir na árvore, tudo é uma coisa só. Quando ela vai para a escola, é tirada desse universo integral e é apresentada para ela uma sociedade dividida em pensamentos” (MUNDURUKU, 2014, p.1).

Ao analisar a aprendizagem que está relacionada com o que a vida ensina aos camponeses, Augusto (2016) recorre a Boaventura Souza Santos para quem o paradigma do pensamento moderno ocidental, emoldurado pela “monocultura do saber”, não dá conta do saber prático e válido à vida. A autora se debruçou sobre os saberes de camponeses, homens e mulheres do Norte e Noroeste de Minas e constatou a existência de lacunas teóricas que fossem capazes de analisar a articulação entre conhecimento e práticas sociais no mundo do campesinato. Ela aponta uma resistência epistemológica”, provocada pelo silenciamento secular imposto às populações originárias e do interior brasileiro (AUGUSTO, 2016). São resistências no campo das epistemologias e ontologias que estão associadas à prática de homens

e mulheres que enfrentam, secularmente, as seguidas tentativas de subjugação aos povos que mantêm suas vidas vinculadas ao lugar.

Insurgência Nativa

Conceituo como *insurgentes nativos*, personagens que fazem história se posicionando na defesa das pessoas do lugar, que figuram na memória e no imaginário social das comunidades, que fizeram enfrentamento aos poderes locais, à força policial e às institucionalidades do Estado na luta pelo direito à terra, em particular daquelas que estavam sofrendo processos expropriatórios em diferentes contextos sociais e econômicos. São personagens que lutam contra os coronéis, cada um à sua época, que insistem na manutenção de gentes subordinadas, categorizadas em outras eras como carrancismo. Carrancismo que se atualiza como de natureza ambiental e empresarial, mostrando-se com uma face muito mais violenta que na temporalidade anterior, pois o seu manto de subordinação apresenta uma abrangência muito maior, alcançando gentes, bichos e matos, capazes de colapsarem a natureza como a concebemos.

Enfim, *insurgentes nativos* como os indivíduos que saem em defesa de sua etnicidade, em uma luta para a permanência sua ou da coletividade com a qual se identifica e com um lugar de pertencimento, construído como território e ancorado na historicidade de suas gentes no enfrentamento que fazem a organismos do Estado, fazendeiros ou empresas capitalistas contra a expropriação das terras e de seus recursos.

Ao recorrer à historiografia do Norte de Minas, desde o início do século passado, vimos que estas insurgências emergiram mediadas pelos contextos de transformações socioeconômicas provocadas, em um primeiro momento, pela interligação hidroviária e ferroviária que amplificou o circuito de inserção da região sanfranciscanas, com centros do Nordeste e Sudeste brasileiros. Foi nesse contexto que Antônio Dó, considerado pelas elites, até os dias de hoje, como um “terrível bandoleiro”, saiu na defesa das gentes miúdas nos processos de divisão de terra. Ele fez enfrentamento aos coronéis que mantinham essas gentes subordinadas, em um tempo categorizado como do “carrancismo”. O demarquei neste marco temporal estudado, como o primeiro *insurgente nativo*.

Em outro momento, novas dinâmicas foram intensificadas quando os trilhos da estrada de ferro após chegar em Montes Claros (1926), seguiu em direção à Monte Azul e, em seguida, à Bahia (1946 – 1950). Junto com os trilhos, uma parcela dos trabalhadores envolvida no corte

da madeira para a ferrovia apossou-se de terras das planícies sanfranciscanas, passando a viver junto às diversas comunidades negras nativas. Em seguida, ao controle da malária e à desinfecção das matas, iniciados entre os anos 1940-1950, extensas áreas foram abertas para a penetração de fazendas em detrimento das famílias de posseiros e comunidades de nativos que viviam há muito no lugar.

A conflitividade alcançou outro patamar com a ditadura civil-militar, que se apossou do governo brasileiro em 1964, atendendo interesses dos fazendeiros e do capital internacional, colocando como pano de fundo o combate ao comunismo. Saluzinho foi um posseiro que fez enfrentamento à força dos fazendeiros articulados com as elites políticas e econômicas do Norte de Minas. Foi com o apoio do aparato policial/militar da ditadura que um fazendeiro tentou expulsar de suas terras Saluzinho e demais posseiros que viviam nas proximidades de Serra Azul na região da Jaiba. No ano de 1967 enfrentou militares e milícias se escondendo em uma gruta. Resistiu a tiros e a bombas, venceu o combate ao sair vivo da gruta onde ficou cinco dias de enfrentamento, mas, em contrapartida, diversos posseiros e sua esposa foram torturados de forma bárbara, com a família de Saluzinho sofrendo as consequências da perseguição, que perdura até os dias de hoje. Com Saluzinho, um nativo do lugar, acionando seu direito como posseiro, o segundo *insurgente nativo*.

Em seguida, a partir de 1969, com as políticas desenvolvimentistas sustentada pela geopolítica militar que considerava estes lugares como vazios econômicos, como vazios de gentes (DAYRELL, 1998; MAZZETTO SILVA, 2006), a RURALMINAS adentrou sobre as terras dos “*caboclos* de São João” para legalizar as áreas ocupadas por forasteiros, grileiros e fazendeiros sustentados pelo dinheiro público, oriundo do PROTERRA, que estava a financiar a juros negativos grandes empreendimentos de pecuária extensiva. Empreendimentos que estavam nos planos de expansão da agricultura moderna, a partir da lógica da revolução verde.

No entanto, encontrou pela frente uma comunidade que acionou com muita inteligência o seu passado, a sua ancestralidade enquanto povo indígena, lutando pela terra coletiva, para fazer frente ao avanço dos brancos. Fazendeiros e posseiros se fizeram inimigos, sustentados pela polícia do estado e pela política da RURALMINAS na legalização das terras destinadas aos fazendeiros. Insiste a todo custo em torná-los pequenos agricultores, agricultores familiares, recantilados em minúsculos pedaços de terra e encurralados por grandes fazendas de gado.

Os Xakriabás fizeram valer o direito de viver e, a partir da etnicidade, conseguiram o reconhecimento de sua indianidade, reclamando o direito à terra. O fizeram *na prática*, expulsando fazendeiros, posseiros e grileiros. Atuando de um lado o Cacique Rodrigão, que acionou o direito via institucionalidade, e de outro o Cacique Rosalino, que extrapolou a tutela

da FUNAI e passa a fazer o *direito na prática*, acionando a força da autonomia pelo direito de viver no lugar. Foram com os ajuntamentos – mutirões e derrubadas de cercas – que construíram a vitória nesta “segunda revolução”, que finaliza com o Estado promovendo a extrusão dos não índios. Mas, tiveram um preço alto, a vida de três indígenas, entre eles Rosalino Gomes, assassinado em 1987. Esse, a partir de sua indianidade, o terceiro *insurgente nativo*.

Com a ditadura civil-militar, planos e programas de modernização da agricultura ampliaram-se para todo o Norte de Minas com o estímulo à pecuária, grandes projetos de irrigação, monoculturas do eucalipto e do algodão, não mais circunscritos às planícies sanfranciscanas e ao projeto de irrigação do Jaíba. Com uma conflitividade cada vez mais crescente, o período que antecedeu o final da ditadura militar, na década de 1980, coincidiu com uma efervescência de organizações e movimentos sociais que incidiram na construção da Constituição Federal de 1988.

Enquanto no Norte de Minas Gerais a violência no campo continuava com processos de expropriação de terras, entraram na cena, de um lado, movimentos pastorais e sindicais apoiando as famílias atingidas, estimulando a organização de sindicatos e a luta por direitos, entre esses, o do acesso à terra. De outro, os críticos da modernização da agricultura baseado na grande propriedade da terra, na expansão de monoculturas, irrigação, uso de sementes híbridas, adubação química e agrotóxicos, que estavam em busca de alternativas tecnológicas a esse modelo.

Ações em rede aproximaram esses grupos e organizações no Fórum Regional de Desenvolvimento Sustentável, e, em outro momento, em redes mais amplas como a Rede PTA, a Rede Cerrado, a Rede Alerta Contra do Deserto Verde e, mais adiante, a ASA e Via Campesina.

O Brulino estava presente nesta crescente ebulição que marcou o Norte de Minas na década de 1990, como um *sujeito do campo* (AUGUSTO, 2009). Ele teve oportunidade de conhecer a luta dos seringueiros da Amazônia, de conhecer Chico Mendes, vivo no Acre, de andar na mata com sua família fazendo comparações com o cerrado que ele tanto conhecia. Ele teve oportunidade de estar presente em Brasília no momento de definição da constituição brasileira, promulgada em 1988. Ele participou de forma ativa na construção do CAA em suas diferentes versões. Esteve no Rio de Janeiro, na ECO 92, quando para lá se dirigiram os intelectuais orgânicos preocupados com a degradação ambiental do Norte de Minas, com a incumbência de colocar o Cerrado na pauta como um bioma vivo, de gentes, de plantas e de animais.

O percurso que fizemos nas territorialidades dos Sete Povos nos mostrou inúmeras outras e outros personagens que emergiram desde as altas serras do espinhaço meridional, passando pelo vale do Jequitinhonha, pelos gerais da Serra Geral e do alto rio Pardo, descendo as encostas catingueiras, atravessando as extensas planícies de caatingas e matas, pelo rio São Francisco, com suas inúmeras ilhas e extensas áreas de vazantes e lagoas, cortando as serras calcárias até, finalmente, chegar aos gerais, às extensas áreas de cerrados, veredas, campinas. Em todas elas, mulheres como Tatinha, Eliad, Neuzita, Joelisa, Neusa, D. Francisca, Lourdes, Leninha, Zilah, Célia Xakriabá e cacique Anália Tuxá. E homens como Jaime, Cícero, Toninho, Oscarino, Zezinho, Elmy e Orlando. Até crianças, como aquela que se rebelou na escola. Coletivo que corporificaram a relação que possuem com a natureza, com os biomas, articulados com os significados culturais e políticos que foram ganhando visibilidade pela inventividade na articulação de seus direitos territoriais, com a proteção dos ambientes e dos biomas onde vivem (AUGUSTO, 2009).

Pode-se dizer de Braulino e deste coletivo, homens, mulheres e até crianças que, de alguma maneira, estiveram envolvidas com as ações da Articulação Rosalino, como pessoas, representando coletividades, que emergiram em defesa do lugar e do direito de serem como são. A este coletivo denomino de *insurgentes nativos*. Personagens que se movimentam em defesa das pessoas do lugar e para além de onde vivem, uma luta pelo direito de suas coletividades aos seus lugares de pertencimento. Atualizando para além ao enfrentamento aos organismos do Estado, fazendeiros ou empresas capitalistas: lutam contra a expropriação das terras e de seus recursos e, principalmente, aos direitos de todos e todas, humanos e não humanos, a uma vida com dignidade.

A Territorialidade da Articulação Rosalino Gomes

A sistematização cartográfica da ação da Articulação Rosalino Gomes de Povos Tradicionais mostrou que a área de incidência, a partir das territorialidades dos *Sete Povos* que a compõem, é de cerca de 7 milhões de ha. Tensionadas pela força com que as fazendas, os polos de irrigação, os empreendimentos florestais e minerários aí incidiram. Áreas de incidência não exclusiva de ação da Articulação, mas que muitas, ou algumas vezes, ocorrem de forma orgânica com outros movimentos sociais ou outras organizações para além daquelas que fazem parte da rede de colaboração da Articulação Rosalino. Onde incidem movimentos como o indígena, o quilombola, os pescadores artesanais ou os camponeses. Interações que

ocorrem com a Liga dos Camponeses Pobres, MST, MAB, MAN ou movimento pastorais. São áreas onde as comunidades estão envolvidas com movimentos identitários, algumas de forma mais expressiva, outras mais localizadas.

Os limites das áreas não são fechados, sombreamentos ou sobreposições refletem fronteiras que fazem conexões física e política entre os distintos povos. E o conjunto nos informa que uma área expressiva do Norte de Minas, com partes do alto Vale do Jequitinhonha e Noroeste de Minas, encontra-se em discussão e disputa. Só para termos ideia do que representa, a área total do Norte de Minas é de 12,8 milhões, ou seja, estamos falando de uma área que representa 55% do Norte de Minas Gerais.

Na primeira sistematização, consegui listar cem unidades de áreas sob demanda no âmbito da atuação da Articulação Rosalino, que abrange uma área de 1.249.921,64 ha. Se também fizermos comparação com a área total do Norte de Minas, estamos falando de algo em torno de 10% do Norte de Minas. Estratifiquei as unidades de áreas em cinco categorias: i) Territórios tradicionais autodemarcados; ii) Territórios tradicionais em autodelimitação; iii) Territórios tradicionais regularizados; iv) Assentamentos de Reforma Agrária; e v) Outros. Nesses outros, as Terras de Marinha abrangem uma área de 74.851,82 há, que são demandadas como TAUS (Termo de Autorização de Uso) ou como CDRU (Concessão de Direito Real de Uso) para as centenas de comunidades ribeirinhas do rio São Francisco. E a outra área de 670,58 ha, refere-se à área Revolucionária Cleomar Rodrigues, da LCP.

Os resultados nos apontaram a existência de 41 unidades com demandas territoriais organizadas ou em construção, abrangendo uma área de 842.195,87 ha, o que representa cerca de 67% das terras demandadas. E que outras 59 unidades foram regularizadas, abrangendo 407.725,77 ha com alguns dos instrumentos de acesso à terra, o que nos indica que 33% tiveram a demanda atendida pelo poder público.

Muitos dos processos sociais em curso não são apresentados em números, mas merece relevância citar a extensa rede de colaboração e de apoio mobilizados pelos movimentos sociais nativos envolvidos com a Articulação Rosalino Gomes de Povos Tradicionais. São organizações como Sindicatos de Trabalhadores Rurais, MASTRO, FETAEMG, N'GOLO, movimentos sociais de base nacional como o MST, MAB e Via Campesina. Organizações como o CAA-NM, CIMI, CPT, CARITAS, e também grupos de pesquisa o NIISA, NAC, GESTA, professores e estudantes da Unimontes, UFMG, UFVJM, e de pesquisadores da EMBRAPA. Não sem conflitos ou dificuldades de compreensão das ações do outro, mas organizações que objetivamente vêm construindo um novo cenário em termos de luta pela terra e pelo território no Norte de Minas Gerais e no Brasil.

São processos que não se encontram encerrados nas fronteiras das comunidades ou do Norte de Minas. Processos que estão associados com dinâmicas políticas, econômicas e educacionais operadas por redes nacionais como a Rede Cerrado, Rede Alerta contra o Deserto Verde, Articulação do Semiárido - ASA, Rede de Educadores do Semiárido, Articulação Nacional de Agroecologia – ANA, entre outras. Ou interações que ocorrem no campo internacional e que envolvem organizações como a FIAN, a Via Campesina, outras de cooperação internacional, além organizações internacionais multilaterais.

É importante destacar que estas são algumas das dinâmicas relacionadas à luta por terra e por território no Norte de Minas e na região do entorno de Diamantina. Que existem inúmeros outros casos de acampamentos rurais mobilizados pelos movimentos sociais que atuam na região, outras inúmeras áreas que são demandadas pelas comunidades tradicionais, mas que não foi possível obter algum tipo de informação durante o período de trabalho de campo. Além de diversas áreas de comunidades locais sob tensão territorial, provocados por grandes projetos de pecuária, irrigação, florestais, mineração ou de barragens que não foram pontuadas ou georreferenciadas.

O que demonstra que estamos diante de uma cena que abrange uma extensa área onde a violência continua pairando sobre centenas de grupos que demandam o seu reconhecimento e a regularização de suas terras ou de seus territórios. São comunidades locais que foram, em sua maioria, expropriadas parcial ou totalmente dos lugares onde viviam, principalmente durante o período da ditadura civil-militar de 1964. Mas, que o processo de expropriação não parou com a democratização da sociedade brasileira que referendou uma nova constituição, em 1988. Pelo contrário, o processo de expropriação continuou e continua até os dias de hoje com ameaças cada vez maiores sobre as comunidades e movimentos sociais que resistem no campo apontando propostas para uma nova ordem de vida. Entre estes, os movimentos sociais nativos que passaram a se afirmar como comunidades tradicionais e, em seguida, como povos tradicionais, a partir da constituição da Articulação Rosalino Gomes de Povos Tradicionais.

A pesquisa evidenciou que as ações que promoveram a desestruturação nos territórios das comunidades, que se afirmam tradicionais, estão associados com a atuação das institucionalidades – SUDENE, CODEVASF e Ruralminas, sustentadas pelos aparelhos repressivos do Estado e pelo judiciário – e com as políticas desenvolvimentistas empreendidas pelos governos militares em articulação com políticas e programas empreendidos pelo Governo do Estado de Minas Gerais – PROTERRA, FINOR, Fiset, Programa Polos Florestais, Programa Distritos Florestais – que foram implementados entre as décadas de 1960 a 1980.

O que demanda a proposição de políticas públicas mais abrangentes nessa porção do cerrado e da caatinga do semiárido mineiro, acerca da reparação às centenas de comunidades negras, quilombolas, geraizeiras, vazanteiras, veredeiras e indígenas atingidas pelo aparelho repressivo da ditadura civil-militar de 1964 e pelas políticas desenvolvimentistas implantadas em um contexto de liberdades democráticas suprimidas. E, como um dos marcos da reparação, o caso de D. Dúlcia Dúlcia Gonçalves de Araújo, segunda esposa de Saluzinho, cuja morte é apontada como sequelas das sevícias que sofreu do aparelho militar durante a luta pela captura de seu marido.

A reconfiguração do poder de representação

Como resultado da incursão às territorialidades dos *Sete Povos* e em suas historiografias, podemos afirmar que a Articulação Rosalino Gomes de Povos Tradicionais emerge no Norte de Minas como reação e desdobramento da conflitividade pela terra, que continua até os dias de hoje no estado de Minas Gerais, no Brasil e na maioria dos países da América Latina. E que, nessa reação, estabeleceu-se uma aliança envolvendo vários grupos de comunidades que se autorreconhecem como tradicionais e que passaram a se afirmar enquanto povos, cujo principal substrato da aliança é a luta pela terra e pelo território.

As ações da Articulação Rosalino incidem sobre uma extensa área do Norte do estado de Minas Gerais e no Espinhaço Meridional da região de Diamantina, em meio a uma elevada diversidade de características fitofisionômicas, edafoclimáticas e de relevo, acentuadas pelas áreas de transição dos cerrados, caatingas, matas secas e atlântica. Que em uma área expressiva dessa porção do território, áreas tidas como naturais são expressões do manejo secular, se não milenar, que foram elaborados e atualizados por populações que desenvolveram seus modos de vida em estreita relação com o rico patrimônio agrícola e biocultural.

Estudos sobre os apanhadores de flores sempre-vivas, geraizeiros, vazanteiros, veredeiros, catingueiros, quilombolas e indígenas nos permitiram lançar um olhar diferenciado para a região, para a sua história, para os ecossistemas manejados, vistos por muitos como naturais ou não antropogênicos. De biomas compondo as humanidades. De gentes que não apenas nos trazem uma história de convivência e de conhecimentos profundos sobre os ecossistemas, sobre as plantas e os animais, mas, principalmente, que possuem uma outra racionalidade, uma outra cosmovisão, uma outra ontologia acerca do mundo que lhes rodeiam. E se eles conseguiram entrar em cena, descerem das serras, dos grotões e das lapas, se eles

saíram de dentro das lagoas, dos furados, das caatingas e das veredas, desde onde sempre viveram, é porque estão se movimentando.

Os processos de territorialização em curso nos apontam que os grupos sociais envolvidos com a Articulação Rosalino passaram a se organizar em coletividades, formulando identidades próprias a partir de diferentes contextos e de distintas formas, todos eles sempre tensionados pela expropriação territorial e ambiental a que se viram submetidos. Esses grupos passaram a se afirmar como povos com formas próprias de organização social, religiosidade e de representação frente aos poderes públicos e à sociedade. (PACHECO DE OLIVEIRA, 1998). Como vimos em Silva (2005), a representação como um sistema linguístico e cultural expressa relações de poder. E como a identidade e a diferença estão relacionadas à representação, o poder de definir e determinar a identidade está com quem tem o poder de representar. Da mesma maneira, “questionar a identidade e a diferença significa, neste contexto, questionar também os sistemas de representação que lhes dão suporte e sustentação” (SILVA, 2005, p.91). A Articulação Rosalino, através dos grupos sociais, grupos étnicos que se afirmam diferenciados e se expressando enquanto povos, nos aponta para processos de reconfiguração do poder da representação, eles falando por eles mesmos. Não sem tensões ou contradições inerentes a uma sociedade, cuja divisão em classes aprofunda o fosso das desigualdades sociais e nos remete cada vez e com mais força a um mundo impossível de se viver, pelo menos da forma como o concebemos.

Os processos de territorialização e de reconfiguração do poder de representação nos apontam indícios de que estamos frente a um processo de reorganização sociocultural e política, que abrange uma extensa área localizada na porção norte do estado de Minas Gerais, incluindo também a região de Diamantina. Reorganização que se pode afirmar societária ao lembrar o momento de interação de comunidades tradicionais do Norte de Minas, com lideranças indígenas oriundas da Guatemala, Honduras e México que vieram participar, em 2013, do I Fórum Internacional de Agrobiodiversidade e Mudanças Climáticas. O que me chamou a atenção na interação ocorrida no encontro onde passaram a se referir uns aos outros como parentes, são os mesmos que percebo que também vêm ocorrendo durante os seguidos encontros promovidos pela Articulação Rosalino Gomes de Povos Tradicionais.

Os processos de resistência e de afirmação têm como pano de fundo as lutas territoriais, atualizadas em uma longa história de luta pela terra por lavradores, posseiros, camponeses, pequenos produtores rurais, sem-terra, agricultores familiares. Vistos como “instâncias” como nos afirmou Antônia, estes, ao se afirmarem como comunidades tradicionais e, sem seguida, povos tradicionais expressam, a partir de um passado atualizado, relações de autonomia e de

interdependência, em contraposição às relações de dependência ou tutela, como as sociedades camponesas caracterizadas como sociedades parciais (REDFIELD, 1968; WOLF, 1970).

Nas lutas por direitos e reconhecimento de suas identidades, esses grupos, historicamente subalternizados, colocam em jogo as identidades como estratégia de questionamento a ordem que os colocam à margem da sociedade. Indo para além das narrativas subjetivas (BHABHA, 1998), as “antenas” com os seus poderes de representação reconfigurados como sujeitos de fala, entram na disputa ontológica por um outro viver.

As lutas identitárias e a sua convergência na Articulação Rosalino Gomes de Povos Tradicionais promoveram um conjunto de repercussões que incidiram nas vidas das próprias pessoas no âmbito da família, da comunidade e de uma coletividade mais ampla que se afirmou enquanto *povo*. Incidiu sobre as desigualdades de gênero vivenciadas, principalmente, pelas mulheres, e na sua relação no âmbito da família, da comunidade ou frente aos poderes públicos. Incidência que também provocou repercussões no âmbito dos poderes legislativo e executivo municipal, estadual e federal. Leis municipais e estaduais foram elaboradas e regulamentadas. Incidência que avançou no campo internacional ampliando articulações com outros povos da América Latina, África e Europa, e em outros ambientes como o do Banco Mundial e da FAO.

Vimos nas lutas identitárias o questionamento ao essencialismo das identidades e sua fixidez, vistas como algo natural (BHABHA, 1998). Acionam a fluidez das identidades na luta contra a marginalização a que essas comunidades foram submetidas (WOODWARD, 2010). E que os movimentos sociais nativos protagonizados pelos sujeitos envolvidos na Articulação Rosalino, questionam as relações sociais e de poder que instrumentalizam diferenças contra as quais insurgem. Podemos, pois, afirmar que a emergência das comunidades tradicionais no Norte de Minas, e em diversos outros espaços do Brasil, está relacionada a uma estratégia de luta contra a expulsão ou pelo inconformismo frente a redução progressiva de seus territórios, em sua maioria provocada por grandes projetos agropecuários, industriais ou por grandes obras de infraestrutura demandados pela reprodução do capital global.

As etnicidades que emergem, passam a acionar a *tradicionalidade como uma estratégia de defesa* (BRANDÃO, 2012:379), constituindo-se em novos movimentos sociais que têm, como pano de fundo, a reprodução social da própria comunidade em uma maior escala. Podemos afirmar que o que está em jogo, apesar dos desmedidos jogos de força, é a reprodução social de uma coletividade que se afirma enquanto *povo* frente à reprodução do capital global. Nesse processo, as comunidades acionam elementos culturais para estabelecer suas fronteiras escolhendo os elementos que as distinguem.

Nas lutas que empreendem, as comunidades enfrentam dinâmicas das quais são vítimas sob duas ordens, fruto das contradições impostas pelo mercado que avança de forma desmedida sobre todos os recursos. Numa primeira ordem, pelo avanço sobre os recursos dos lugares onde vivem, expulsando-as ou encurralando-as. Quando não, em uma outra ordem, tornam-se vitrines de exemplos de conservação ambiental, encapsulando-as em políticas ambientais, onde quem define o que podem ou não fazer são agentes externos. Entram na conta da compensação ambiental que tanto interessa ao capital global, para que, em outras áreas, os empreendimentos açambarquem territórios onde tudo podem sob o “império da lei”. Lembrando a frase de um vazanteiro sobre o drama de viver nas fronteiras do Projeto Jaíba, “nós agora somos meio ambiente”. Esse constitui um aspecto contraditório da conceituação de comunidades tradicionais como um grupo social que desenvolve estratégias de conservação ambiental, conforme Brandão (2012, p.379).

Na incursão às territorialidades dos grupos envolvidos com a Articulação Rosalino, em particular junto aos vazanteiros, quilombolas e apanhadores de flores sempre-vivas, as práticas de relacionamento que estabelecem com o “meio ambiente” são de outra ordem. São muito mais de uma relação de aproximação entre humanidades, seja com o rio e suas águas vistos como seres com quem dialogam, assim como com as plantas, os animais, até mesmo com a geomorfologia presente nas altas serras do Espinhaço. Conversam, reclamam, agradecem, doam, recebem. Mas são processos dinâmicos, “encantos” que também podem se afastar, conforme as mudanças provocadas pela incidência de racionalidades outras que transformam em recursos ou mercadorias parcelas de suas humanidades.

As práticas de convivência das comunidades tradicionais com os ecossistemas, não podem ficar subsumidas às estratégias de conservação ambiental, pois delas são vítimas, uma vez que oriunda de política ambiental e fruto de outra racionalidade, de uma natureza utilitária e dessacralizada. Como vimos no Capítulo II, as práticas de manejo e uso dos recursos onde vivem desenvolvidas pelas populações locais são oriundas do que Toledo (1996) denominou de uma “outra ecologia”, assentadas em uma socioeconomia entrelaçadas à problemática agrária e ambiental.

Percorrendo as regiões de chapadas, veredas, gerais e matas nos planaltos da margem esquerda do São Francisco, que o Jaime olhando uma área relativamente densa de cerrados, falou de inúmeras espécies de árvores que estavam morrendo “pelo tempo”. Foram sete anos seguidos de “seca”, de chuvas mais escassas e muito mais irregulares. Para ele, o cerrado já era outro. Estamos a assistir praticamente no mundo todo os sinais que os tempos mudaram. Mas, nem tudo está perdido. Vamos ter que mudar, mudarmos os nossos atuais modos de vida ou

submetermo-nos a um futuro sob o domínio do capital em sua fase mais dura, a ditadura do poderio econômico e militar a definir quem vive, como vive e quem deixe de existir.

Mas, este vir encontra-se sob rasura. Em diversas regiões do planeta, também aqui no Norte de Minas e nos morros, campos e chapadas do Espinhaço na região de Diamantina e do Alto Jequitinhonha, eu tive oportunidade de antever este exame. Ao propor estudar os processos organizativos e sociais que emergem no Norte de Minas, tendo uma de suas expressões a Articulação Rosalino Gomes de Povos Tradicionais, encontrei uma vitalidade social de grupos se movimentando para garantir o seu viver, mesmo em um contexto de mudanças e de perda de direitos. Gentes que trazem um jeito de ser e estar no mundo, mesmo no contraditório predomínio do capital onde a cultura de massas na sua expressão mais fina estabelece controles sobre o indivíduo, utilizando-se de mecanismos associados à inteligência artificial.

Acionam diversas e diferentes estratégias para manterem suas vidas no lugar, mas sem abrir mão de intervir em espaços mais amplos, nacionais e, mesmo internacionais, como se estivéssemos a assistir a diálogos civilizacionais. Por exemplo, no lugar mulheres, crianças e jovens sobem a chapada e param tratores de esteira que estavam a desmatar os cerrados. Disputam a prefeitura em seus municípios ou constroem legislação municipal que os reconheça enquanto tal. Articulam-se regionalmente em movimentos sociais nativos. Coletivamente retomam territórios expropriados. Intervêm no âmbito do estado e da união na construção de leis, na reivindicação de direitos, entre eles o calcanhar de Aquiles, que transformou o bem maior, a terra e nela inscrita o território, em mera mercadoria. Reivindicam a terra como o berço de suas humanidades. Afirmam-se como povos e passam a interagir inclusive em outros países e continentes, construindo redes de interação e de diálogos desde o local até o planetário, mesmo que ainda, embrionariamente. E, aqui, ressoa o questionamento de Spivak (2010), pode o subalterno falar?

Para Little (2002), o conceito povo surgiu como sustentação de grupos sociais na defesa de seus territórios, no contexto das fronteiras em expansão e frente ao risco de usurpação por parte do Estado-nação. Em outro contexto, o conceito foi utilizado na lida com os grupos sociais que viviam dentro ou no entorno de unidades de conservação, mas com formas de uso dos recursos que se aproximavam de uma perspectiva de convivência com os ecossistemas. O que seria mais próximo do que denominamos de população.

Este é também, do que pude depreender na Articulação Rosalino, um conceito que explicita um posicionamento de poder frente à sociedade abrangente, como afirmado pelas lideranças da Rosalino, como um esforço de aglutinação de um campo mobilizado como um

movimento social, cujos membros se afirmam como povos nativos em oposição aos que tentam seguidamente subjugar-los.

Compreender suas metalinguagens coloca em discussão o reconhecimento do deslocamento da posição de intermediação dos agentes políticos, de ONGs, de pastorais, entre outros. Para Latour (2005), segundo Oliveira (2008), “os analistas possuem apenas alguma infra-linguagem cujo frequente papel é ajudá-lo a convir e atentar para a metalinguagem desenvolvida plenamente pelo próprio ator”. (OLIVEIRA, 2008 p.105)

Metalinguagens que entram em confronto com a colonialidade do saber impregnada no imaginário histórico cultural onde a “sociedade moderna ocidental”, entendida como Ocidente, não é apenas uma cultura. Suas categorias, conceitos e perspectivas societárias são entendidas como categorias universais e em normas que definem o que deve ser para todos os povos. Padrões a partir dos quais se analisa carências, atrasos e freios relacionados às sociedades tradicionais ou entendidas como primitivas. Uma construção que organiza todas as humanidades a partir de sua própria experiência que se tenta universal (LANDER, 2005).

Podemos dizer que estamos frente a um questionamento ao metarrelato da modernidade, onde a totalidade do tempo e do espaço para toda a humanidade está colocado do ponto de vista de sua própria experiência. Colocando, portanto, todas as outras formas de ser das sociedades outras “transformadas não só em diferentes, mas em carentes, arcaicas, primitivas, tradicionais, pré-modernas”. (LANDER, 2005, p.34). São sutilezas que não só o estado não compreende, mas também nem sempre são percebidas pelos movimentos sociais e organizações que atuam junto a estes grupos ao adentrarem em territorialidades, cujas coletividades elevaram-se à categoria de “povo”. E exigem o reconhecimento de seus arcabouços organizativos e jurídicos, seus modos de pensar e de agir, saberes e práticas dotados de racionalidades próprias, em confronto com o imaginário histórico cultural de onde as ciências sociais emergem como uma disciplina oriunda do constructo eurocêntrico

A partir do direito dos povos originários, estabelecidos na constituição brasileira, do conceito de terras tradicionalmente ocupadas, do reconhecimento pelo estado de suas organizações sociais, costumes, línguas, crenças e rituais, o conceito de comunidades tradicionais é posto sob rasura quando grupos sociais articulam suas comunidades para se afirmarem enquanto povos. Dotados de uma constituição onde o mundo natural e o social encontram-se amalgamados.

Para tal acontecer, não o fazem sozinhos. A partir das comunidades ou municípios onde vivem, acionam processos identitários em diálogos com grupos de pesquisadores, professores, estudantes, organizações sociais e econômicas, instrumentalizadas para se apresentarem à

sociedade e aos governos, não mais ou apenas como comunidades tradicionais, isoladas pela tradição, mas como *povos* tensionando ou subvertendo as fronteiras postas. Territorialidades sendo construídas reconfigurando os lugares e os espaços onde vivem, questionando a conformação geográfica do poder do estado territorial (PORTO- GONÇALVES, 2017).

A análise que as “antenas” da Articulação Rosalino desenvolvem acerca de duas categorias identitárias, colocadas sob análise nesta tese, mostra uma convergência com relação à “povos” e interpretações diversas quando se referem à “caboclos”. Na perspectiva das antenas, ao se assumirem enquanto povos eles estão a explicitar um posicionamento de poder frente à sociedade abrangente. Representa um esforço de aglutinação de um campo mobilizado como um movimento social, onde os nativos se afirmam em oposição a aqueles que os negam.

Finalizando a discussão acerca dos processos identitários e perspectivas societárias, promovidos e vivenciados na Articulação Rosalino, vê-se que estes povos, através de suas “antenas”, apontam teorias próprias (nativas) acerca das identidades associadas a formas próprias de concepção de mundo, de humanidades que extravasam para outras espécies, na dialogia que estabelecem com as plantas, peixes e animais; com o rio, com as serras e suas cavernas (locas), com o bioma, enfim, com a terra. Vê-se também a diversidade de relações com o sagrado expressas em diferentes contextos de religiosidades e que atravessam as percepções de mundo dos sete povos.

Concepção de mundo que inclui teorias próprias acerca dos sistemas econômicos e sociais que os atingem diretamente o que pode ser entendido também como uma teoria nativa do capitalismo. Como vimos, através do sr. Adão, um ente supra-individual, que pensa sobre si e somente para si, muito distante da perspectiva econômica dos nativos como expressa por Jaime Veredeiro ao analisar o sistema econômico em que vivem baseado na reciprocidade. São distintas racionalidades: de uma que não respeita o lugar onde chega, “se achando que eles são donos de tudo” e, de outra, como seres que dependem da terra, possuem uma posse relativa sobre a terra, ao mesmo em que têm tudo, nada têm - “a pessoa nasce e vive e não é dono, não tem nada. ... nós só podemos usufruir dos frutos” (João Altino, geraizeiro de Grão Mogol).

São lógicas outras que fazem conexão com a dos povos originários da América que resistem com formas as mais diversas. Povos onde o mundo biofísico, humano e o supranatural encontram-se amalgamados, interconectados através de relações sociais, muito diferentes das formas modernas que hoje se apresentam como dominantes. Povos que contrapõem ao mundo do capital que está a comprometer a vida de todos (ESCOBAR, 2005; LEFF, 2009; PORTO-GONÇALVES, 2017).

Ao percorrer as regiões de planícies, chapadas e morros, de matas, gerais, veredas, campos e caatingas deparei com a existência de mundos que nos apontam para outras formas de relacionamento entre as pessoas e o lugar. E eles não estão sozinhos. Escobar (2005) cita iniciativas e exemplos de grupos societários que estão a construir novos referenciais espacializados no lugar deste estar no mundo. Ele nos diz que o lugar é dinâmico e suas culturas e formas de não capitalismo não devem ser vistos como entes intocados ou fora da história. Que os lugares são históricos e estão em mutação, conectados com o mundo e, de diversas maneiras, são determinados ou por ele também influenciados. Que mudanças estão ocorrendo como resultados da globalização e o lugar e a identidade inter cruzam e estão interligados em um mundo de espaços profundamente interconectados (ESCOBAR, 2005).

Por último, Harvey (2005) destaca a importância do acionamento das contradições enfrentadas pelo capitalismo em sua busca de monopolização da renda em escala planetária. Ele nos diz que alternativa nenhuma à forma contemporânea da globalização se fará a partir do alto, a partir de fora. Mas, em espaços múltiplos, articulados em redes mais amplas, é que podem ser costuradas políticas e práticas contrárias ao capitalismo multinacional agenciados por segmentos ligados a questões culturais. Enfrentam as contradições do capitalismo ao agenciar valores como a autenticidade, a localidade, a história e a tradição.

Na perspectiva de outras sociedades para além da capitalista, Hilário Xakriabá nos disse que os povos da Articulação Rosalino Gomes são exemplos de sociedades que já praticam o bem viver que o mundo demanda. Que nós já temos esta matéria-prima na mão, mas que o modelo em curso no Brasil está nos engolindo. E que Joelisa, geraizeira de Riacho dos Machados complementou durante a V Conferência Geraizeira ao dizer que os de fora não entendem que a riqueza está no lugar onde vivem as comunidades nativas, que ricos são as pessoas que ali vivem. Que os de fora subvertem esta realidade com as afirmações de que os nativos é que são pobres, como justificativa para os projetos que deixam como saldo: miséria, rios secos, natureza desequilibrada. Que são as pessoas e o manejo que fazem “todo o santo dia”, é que geram a riqueza da qual suas vidas dependem.

No desvendamento da tentativa de aproximar-me deste mundo, expressões relacionadas com o “sagrado” parecem guiar estas comunidades no trânsito do mundo delas com este outro. Trânsito mediado no campo das ontologias, da forma como estes grupos, estas sociedades, estes povos, estas gentes concebem o mundo. No campo das racionalidades, analisadas de forma não essencialista, onde lógicas distintas com diferentes códigos transitam, relacionam-se, como aquelas que caracterizam povos que, na América, convivem sob tensão com a moderno-colonialidade há mais de cinco séculos (PORTO-GONÇALVES, 2017). Se as diferenças se

manifestam na relação e no contato, é a partir das diferenças que novas epistemes emergem acionando lutas emancipatórias que confrontam ou que acionam outras lógicas de caráter não capitalistas.

Ao percorrer os *Sete Povos*, percebi a existência, em suas percepções de mundo, de uma humanidade socioambiental que faz trânsitos interligando não apenas povos tão distintos, como aqueles das altas serras do espinhaço, com os que vivem nas extensas planícies sanfranciscanas, mas também com as sociedades Mayas da Nicarágua, com as comunas da Ilha Josina Machel, em Moçambique, ou mesmo com as sociedades “camponesas” comunais dos Alpes Suíços e seus hábitos de criação de gado em transumância. Locais que também percorri nos últimos cinco anos. Trânsitos que, se feitos, podem engrossar a fileira daqueles que na sociedade não abrem mão da esperança de que “outro mundo é possível” e que acreditam na sua construção. Porque estão construindo e também são crescentes.

REFERÊNCIAS

ACSELRAD, H.; GUEDES, A. D.; MAIA, L. J. **Cartografias Sociais, lutas por terra e lutas por território: um guia de leituras**. Rio de Janeiro: UFRJ, IPPUR, 2015.

ACSELRAD, Henri & VIÉGAS, Rodrigo Nuñes. **Cartografias sociais e território: um diálogo latino-americano**. In Cartografia Social, terra e território. Acselrad, Henri & Viégas, Rodrigo Nuñes. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, p. 15-40, 2013.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. **Terras tradicionalmente ocupadas: processos de territorialização, movimentos sociais e uso comum**. Em Terras de quilombo, terras indígenas, “babaçuais livres”, “castanhais do povo”, faxinais e fundos de pasto: terras tradicionalmente ocupadas. 2ª ed. Manaus: PGCSA / UFAM, p. 25-132, 2008.

ALVES, M. R. F. D. & ALVES, J. E. D. **João VI e o genocídio dos índios botocudos**. Trabalho apresentado no XVI Encontro Nacional de Estudos Populacionais, realizado em Caxambu-MG, de 29 de setembro a 03 de outubro de 2008.

AMBRÓSIO, Manoel. **Antônio Dó: O Bandoleiro das Barrancas**. Prefeitura Municipal de Januária. Imprensa Vespertino. Petrópolis, RJ, 1976.

ANAYA, Felisa. **“Vazanteiros em movimento”: o processo de ambientalização de suas lutas territoriais no contexto das políticas de modernização ecológica**. Ciência & Saúde Coletiva. 2014; 19(10): 4041-4050.

_____. **De “encurralados pelos parques” a “vazanteiros em movimento”: as reivindicações territoriais das comunidades vazanteiras de Pau Preto, Pau de Léguas e Quilombo da Lapinha no campo ambiental**. 2012. Tese de doutorado. FAFICH, UFMG, Belo Horizonte.

ANAYA, Felisa; BARBOSA, Rômulo S.; SAMPAIO, Cristina. **Sociedade e Biodiversidade na Mata Seca Mineira**. Unimontes Científica Revista da Universidade Estadual de Montes Claros. V. 8, n. 1, jan/jun. 2006. Montes Claros: Unimontes, 2006.

ANDRADE, M. C. de. **A terra e o homem no Nordeste: contribuição ao estudo da questão agrária no Nordeste**. 6ª ed. Recife: Editora Universitária da UFFPE, 1998.

ARAÚJO, Elisa Cotta de. **Nas margens do São Francisco: sociodinâmicas ambientais, expropriação territorial e afirmação étnica do Quilombo da Lapinha e dos Vazanteiros do Pau de Léguas**. Montes Claros, 2009.

ARTICULAÇÃO ROSALINO DE POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS. **Levantamento de conflitos ocorridos em Territórios de Povos e Comunidades Tradicionais de Minas Gerais: À Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão.** Mesa de Diálogo e Negociação Permanente. Montes Claros-MG, agosto de 2017.

AUGUSTO, Rosely Carlos Aprender na Prática: Saberes e lutas camponesas entre os séculos XX e XXI / Rosely Carlos Augusto. – 1. Ed. – Curitiba: Appris, 2016.

AUGUSTO, Rosely Carlos **Aprender na Prática:** Narrativas e histórias de lideranças Camponesas no Sertão Norte de Minas, nas últimas tres décadas. Tese de doutorado, Belo Horizonte, FAE/UFMG, 2011.

AUGUSTO, Rosely Carlos **A intervenção do Estado na região Norte de Minas Gerais** – subsídios para discussão, 37 p. in Anais Simpósio Metodologias de trabalho no Campo. 1988, Montes Claros: CTA Fase. CD ROM.

BAJOIT, Guy. **Tudo Muda: Proposta teórica e análise da mudança sociocultural nas sociedades ocidentais contemporâneas.** Lisboa, Portugal, CEOS. Ijuí: UNIJUÍ, 2006.

BALLESTRIN, Luciana. **América Latina e o giro decolonial.** In Revista Brasileira de Ciência Política, nº11, p. 89-117. Brasília, maio/agosto de 2013.

BALSA, Casimiro. **A mediação entre os agentes e os valores na construção de identidades em contextos multiculturais.** Rio de Janeiro: Global Mediation, 2014.

BARBOSA, A. S. & SCHMITZ, P. **Ocupação indígena do Cerrado: esboço de uma história.** In: Sano, Sueli M.; Almeida, Semíramis P. Cerrado: ambiente e flora. Planaltina: Embrapa Cerrados. p. 3-43, 1998.

BARBOSA, Rômulo Soares; SANTOS, Fabio Dias. **Unidades de Conservação: conflitos sócio ambientais e o encurralamento das populações locais no Norte de Minas.** SOBER Rio Branco – Acre, 20 a 23 de julho de 2008.

BARBOSA, Rômulo Soares, ZIMMERMANN, Silvia A.; TECCHIO, Andréia. **Desenvolvimento territorial e pobreza rural no Território da Cidadania Serra Geral (MG).** In Políticas de desenvolvimento territorial e enfrentamento da pobreza rural no Brasil: estudos de casos. Carlos Miranda e Breno Tiburcio (organizadores da série); Sergio Pereira Leite (organizador dos textos); Ademir Antônio Gazella et al. (autores). Série Desenvolvimento Rural Sustentável, v.20. Brasília: IICA, 2013.

BARRETO FILHO, Henyo Trindade. **Meio Ambiente**. Em SOUZA LIMA, Antônio Carlos de (org). *Antropologia & Direito: temas antropológicos para estudos jurídicos*. Rio de Janeiro / Brasília: Contra Capa / LACED / ABA. p. 346-355, 2012.

BARRETO FILHO, Henyo Trindade. **Populações tradicionais: uma introdução à crítica da ecologia política de uma nação**. Palestra apresentada no Workshop Sociedades caboclas amazônicas: modernidade e invisibilidade. Parati: Rio de Janeiro, 2001.

BARTH, Fredrik. **Grupos Étnicos e suas fronteiras**. In: Tomke Lask (org). *O guru, o iniciador e outras variações antropológicas*. Tradução de John Cunha Comerford. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 2000.

BASTO, Bruno Neris **A firma, o território – uso comum e mobilização no sertão de Minas Gerais**. Os povoados das veredas e dos gerais de Januária. Dissertação de Mestrado. UFRJ, Rio de Janeiro, 2014

BERTHELOT, Jean-Michel. **Sociologia, historia e epistemologia**. Ijuí: Ed. Unijui, 2005.

BHABHA, H. K. **O local da cultura**. Tradução de Myrian Ávila, Eliana Lourenço de Lima Reis, Gláucia Renate Gonçalves. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998.

BOURDIEU, Pierre. **A Identidade e a Representação: elementos para uma reflexão crítica sobre a ideia de região**. In: *O Poder Simbólico*. Lisboa: DIFEL; Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. p. 107-132, 1989.

BRANDÃO, C. R. **A Comunidade Tradicional**. In COSTA, João B. A.; OLIVEIRA, Cláudia L. *Cerrado, Gerais, Sertão: comunidades tradicionais nos sertões roseanos*. São Paulo: Intermeios, 2012.

BRASIL. **Anuário Estatístico do Brasil, 1946**. v. 7. Rio de Janeiro, 1947.

BRAZ, Petrônio. **Serrano de Pilão Arcado: a aga de Antônio Dó**. São Paulo: Mundo Jurídico, 2006.

BRITO, Isabel Cristina de. **Ecologismo dos gerais: conflitos socioambientais e comunidades tradicionais no Norte de Minas Gerais**. 2013. Tese de Doutorado em Desenvolvimento Sustentável. Universidade de Brasília, Brasília.

BRITO, Isabel Cristina Barbosa de. **Comunidade, território e complexo florestal industrial: O caso de Vereda Funda, Norte de Minas Gerais.** 2006. Dissertação de Mestrado em Desenvolvimento Social. Unimontes, Montes Claros.

CAA-NM. **Projeto Trienal: Aliança dos povos e comunidades tradicionais pela defesa da vida e do bem viver.** Montes Claros, julho de 2015.

CAA-NM. **Plano de ações estratégicas para conservação, uso e gestão compartilhada da agrobiodiversidade no semiárido mineiro como estratégia para adaptação às mudanças climáticas e para a soberania alimentar dos povos e comunidades tradicionais 2014 - 2020.** Montes Claros, 2013.

CAA-NM. **Relatório da reunião da Comissão de Povos e Comunidades Tradicionais do Norte de Minas.** De 08 a 09 de outubro de 2010.

CAA-NM. **Relatório da 2ª. Conferência Geraizeira e 1ª. Conferência Quilombola.** Janeiro de 2007.

CAA-NM. **Relatório da 1ª Conferência Geraizeira do Norte de Minas.** Assentamento Tapera, 11 de Novembro de 2006.

CAA-NM. **Diagnóstico PICUS: Populações tradicionais do Norte de Minas - transformando o uso sustentável da biodiversidade em trunfo para o desenvolvimento territorial.** Volume III. Montes Claros, Junho de 2005.

CAA-NM. **Plano de desenvolvimento do Assentamento Califórnia, Município de Pai Pedro-MG.** Montes Claros, Agosto de 2000.

CAA-NM. **Relatório de Atividades Projeto 09472: Campo Negro da Jaíba: Incorporação de Vínculos Étnicos em Propostas e Políticas de Ordenamento e Desenvolvimento Territorial.** Montes Claros.

CAA-NM; ARTICULAÇÃO ROSALINO. **Nota Técnica de Avaliação da Ocupação da Terra Indígena Tuxá, Município de Buritizeiro, Minas Gerais: A Conquista Da Terra dos Encantos.** Montes Claros, 2017.

CAA-NM; Ministério do Meio Ambiente; Secretaria de Políticas para o Desenvolvimento Sustentável; Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação. Projeto de Gestão Ambiental Rural Serra Geral-MG; Convênio Fao (Onu)/Mma Utf/ Bra/ 060/Bra;

Produto 2. Volume I. **Relatório Conclusivo Da Avaliação Ambiental Integrada**. Montes Claros, Janeiro de 2006.

CAA-NM. **Rede de Agrobiodiversidade do Semiárido Mineiro**: plano de ações estratégicas para conservação, uso e gestão compartilhada da agrobiodiversidade no semiárido mineiro como estratégia para adaptação às mudanças climáticas e para a soberania alimentar dos povos e comunidades tradicionais. Montes Claros, 2014.

CALIXTO, J. S. **Reflorestamento, terra e trabalho: análise da ocupação fundiária e da força de trabalho no Alto Jequitinhonha-MG**. 2006. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Lavras, Lavras.

CAMPOS, Leonardo Álvares da Silva. **Saluzinho: luta e martírio de um bravo**. Belo Horizonte: Editora D'Plácido, 2014.

CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. **Identidade, Etnia e Estrutura Social**. São Paulo: Pioneira, 1976.

CARDOSO, J. M. A. **A Região Norte de Minas Gerais: Um estudo da dinâmica de suas transformações espaciais**. 1996. Dissertação de mestrado. Recife: UFPE.

CARRARA, Ângelo Alves. **Minas e currais: produção rural e mercado interno em Minas Gerais 1674 - 1807**. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2007.

CASTELLS, Manoel. **O Poder da Identidade**. In: Paraísos comunais: Identidade e significado na sociedade em rede. Volume II. SP: Paz e Terra, 2001.

CEDEFES – Centro de Documentação Eloy Ferreira da Silva. **Projeto Quilombo Gerais**. CEDEFES: 2007.

CHAVES, Luiz Antônio. **As terras devolutas e a questão energética em Minas Gerais: Desafios e perspectivas de sustentabilidade econômica, ambiental e social no Norte de Minas e Vale do Jequitinhonha**. Belo Horizonte, 2015.

CHAVES, Luiz Antonio. **Saluzinho e a luta pela terra no Norte de Minas**. In Revista Verde Grande, v.1, nº 3, dez/fev 2006. Montes Claros: UNIMONTES, p. 98-107, 2006.

CLASTRES, Pierre. **A sociedade contra o Estado: investigações de Antropologia Política**. 1ª Ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1978.

COELHO, Maria do Socorro Vieira. **Os Gurutubanos: língua, história e cultura.** Belo Horizonte, 2010.

COMUNIDADE DE VEREDA FUNDA; STR DE RIO PARDO DE MINAS; CAA-NM. **Projeto: Reconversão Agroextrativista da Monocultura de Eucalipto – Comunidade de Vereda Funda.** RPM, outubro de 2004.

CONSERVAÇÃO INTERNACIONAL. **Cadeia do Espinhaço: avaliação do conhecimento científico e prioridades de conservação.** REVISTA MEGADIVERSIDADE. V. 4, n° 1-2. Dezembro, 2008.

CORDEIRO, Ângela. **Relatório final da avaliação CAA-NM plano trienal 2014-2016: Agroecologia e Fortalecimento das Alianças entre os Povos e Comunidades Tradicionais Implementadas pelo Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas.** Outubro de 2015.

CORREIA, Cloude de Souza. **Do Carrancismo ao Parque Nacional Grande Sertão Veredas: (des)organização fundiária e territorialidades.** 2002. 139 p, Dissertação (Mestrado em Antropologia Social). Departamento de Antropologia. Brasília: Universidade de Brasília, 2002.

COSTA, João Batista de Almeida. **Saber-se quilombola, ser quilombola: o enredamento de Brejo dos Crioulos - MG nas tramas do aparelhamento estatal.** Unimontes Científica, v.8, p.51-60, 2007.

COSTA, João Batista de Almeida. **Cultura, Natureza e Populações Tradicionais: o Norte de Minas como síntese da nação brasileira.** Revista Verde Grande (1) 3, p.8-48, 2005.

COSTA, João Batista de Almeida. **Quilombos da Jahyba: a visibilização do negro no território branco norte mineiro.** In Caminhos da História, v. 10, p. 9-34, 2005.

COSTA, João Batista de Almeida. **Brejo dos Crioulos e a Sociedade Negra da Jaíba: novas categorias sociais e a visibilização do invisível na Sociedade Brasileira.** In Revista Brasiliense de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Ano V, p. 99-122, 2001.

COSTA, João Batista de Almeida. **Do tempo da fartura dos crioulos ao tempo de penúria dos morenos. Identidade através de rito em Brejo dos Crioulos- MG.** 1999. Dissertação de Mestrado. Brasília: Departamento de Antropologia da UnB.

COSTA, João Batista de Almeida; LOPES, Camilo Antonio Silva. **Cultura Norte Mineira**. In: Mesonorte: Diagnóstico para a Agenda do Desenvolvimento Integrado e Sustentável da Mesoregião do Norte de Minas. Simone Narciso Lessa (Org.). Montes Claros: Editora da Unimontes, p. 25-44, 2007.

COSTA, João Batista de Almeida; CANEDO, Karina Soares; GUIMARÃES, Lana; OLIVEIRA, Helena e PÁDUA, Alexandre Jorge. **Os Guardiões das Veredas do Grande Sertão: A população tradicional veredeira do assentamento São Francisco e Gentio, o Parque Nacional Grande Sertão Veredas e o Inventário das Referências Culturais**. Brasília: FUNATURA; IPHAN, 2005.

COSTA, Sandra Helena Gonçalves. **A Bancada Ruralista do Congresso Nacional e a Questão Agrária no Brasil**. Dissertação de Mestrado em Geografia Humana. 2012. Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, FFLCH/USP, São Paulo.

COSTA, Sandra Helena Gonçalves. **“Recantilados” entre o Direito e o Rentismo: grilagem judicial e a formação da propriedade privada da terra no Norte de Minas Gerais**. São Paulo, 2017.

COSTA FILHO, Aderval. **Relatório: diagnóstico sobre as comunidades tradicionais das imediações e dentro do Parque Nacional das Sempre-Vivas – Municípios de Diamantina, Buenópolis, Olhos D’Água e Bocaiúva - MG**. Belo Horizonte, 2014.

_____. **Os Gurutubanos: territorialização, produção e sociabilidade em um quilombo do centro norte-mineiro**. 2009. Tese de doutorado. Universidade de Brasília, Brasília.

_____. **Laudo de Identificação e Delimitação Territorial do Quilombo do Gurutuba (Norte de Minas Gerais)**. Brasília: Fundação Cultural Palmares / Universidade Católica de Brasília, 2005.

COSTA SILVA, René Marc da. **Por onde o povo anda... A construção da identidade quilombola dos negros de Rio das Rãs**. 1998. Tese de Doutorado. Brasília: Programa de Pós-Graduação em Ciências Humanas - História, UnB.

DAMÁZIO, Crhistophe Barros dos Santos. **Vapores e locomotivas: os instrumentos de civilidade e desenvolvimento da população ribeirinha do São Francisco no período imperial 1879-1889**. Montes Claros, 2010.

D'ANGELIS FILHO, J. S. **Políticas Locais para o “des-envolvimento” no Norte de Minas: uma análise das articulações local & supra-local.** 2005. Dissertação de Mestrado. Universidade Católica de Temuco, CDS.

D'ANGELIS, J. S & DAYRELL, C. A. **Ataque aos cerrados: a saga dos geraizeiros que insistem em defender o seu lugar.** In: Caderno do Ceas – Cerrado, Meio ambiente Agronegócio Deserto Verde. Salvador Centro de Estudos e Ação Social. 2006.

DAYRELL, Carlos Alberto. **Raízes do Sertão: O re-encontro dos Nativos com os Caboclos.** Artigo disciplina Comunidades Tradicionais. Montes Claros: PPGDS, Unimontes, 2017.

____ **O imperfeito saber feito: Entrelaçamentos dos Mundos do Saber e da Cultura.** Artigo disciplina Estudos Avançados de Metodologia. Montes Claros: PPGDS, Unimontes, 2016.

____ **Projeto de Pesquisa: raízes do sertão: identidade e territorialidade sob tensão no espaço não branco da Jahyba.** Montes Claros: PPGDS, Unimontes, 2015.

____ **Povos e comunidades tradicionais movimentam os sertões de Minas Gerais: em cena novos sujeitos sociais.** In: Revista da AMA, ano 1, 1ª ed. Março de 2008.

____ **Povos e Comunidades Tradicionais movimentam os Sertões de Minas Gerais: em cena novos sujeitos sociais.** Revista Verde Grande, v.1, nº 3, 2006.

____ **Ataque aos cerrados: a saga dos geraizeiros que insistem em defender o seu lugar.** In: Caderno do Ceas – Cerrado, Meio ambiente Agronegócio Deserto Verde. Salvador Centro de Estudos e Ação Social, 2006.

____ **Geraizeiros y Biodiversidad en el Norte de Minas Gerais: La contribución de la agroecología y de la etnoecología en los estudios de los agroecosistemas.** Huelva: Universidad Internacinal de Andalucía. 1998. Dissertação de Mestrado.

DAYRELL, Carlos Alberto; D'ANGELIS, João Silveira; COSTA FILHO, Aderval; RIBEIRO, Luciano Rezende. **Diagnóstico de Estratégias Agroalimentares das Comunidades Quilombolas do Gurutuba.** Em Relatório de Pesquisa Programa Biodiversidade Brasil / Itália: Manejo Sustentável da Agrobiodiversidade nos Biomas Cerrado e Caatinga. Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas. Montes Claros, 2006.

DAYREL, Carlos A.; ROCHA, Deyvisson F. B.; FONSECA, Graziano L.; SOUZA, Aline S.; SOUZA, André A. **Guerra surda nos Sertões de Minas Gerais.** Montes Claros: CAA-NM.

DAYRELL, C. A. & MINEIRO F. A. L. **O Sertão em mutação**. Revista Desenvolvimento Social, 19 (01), p. 75-84, 2016.

DAYRELL, C. A.; SOUZA, S. M. **Redes Sócio-técnicas e Agricultura Sertaneja: novos enfoques em programa de ATER**. Montes Claros, 2007.

DAYRELL, Carlos A.; D'ANGELIS FILHO, João Silveira; COSTA FILHO, Aderval. **Plano de Desenvolvimento do Assentamento Califórnia**. Montes Claros: CAA – NM, 2001.

DELGADO, Guilherme. **A questão agrária na Era do Agronegócio, 1983-2003: ajuste externo, abertura política e domínio liberal**. In: Questão Agrária no Brasil: perspectiva histórica e configuração atual. RAMOS FILHO, Luiz Octávio; ALY, Jr. Osvaldo. São Paulo: INCRA, 2005.

DESCOLA, Philippe. **Outras Naturezas, Outras Culturas**. Tradução Cecília Ciscato. Editora 34, Coleção Fábula. São Paulo, 2007.

DESCOLLA, P. **Limites Ecológicos e Sociais do Desenvolvimento da Amazônia**. In: Amazônia Adeus. BOLOGNA, G. (org.). Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990.

DIEGUES, Antônio Carlos; ARRUDA, Rinaldo S. V. **Saberes Tradicionais e Biodiversidade no Brasil**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente; São Paulo:USP, 2001.

DIEGUES Jr., Manuel. **Regiões Culturais do Brasil**. Rio de Janeiro: Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais; Ministério da Educação e Cultura, 1960.

DRUMMOND et al. **Biodiversidade em Minas Gerais**. 2ª. Edição - S E G U N D A E DRUMMOND, Gláucia Moreira; MARTINS, Cássio Soares; MACHADO, Angelo Barbosa Monteiro; SEBAIO, Fabiane Almeida; ANTONINI, Yasmine (orgs). Belo Horizonte: Fundação Biodiversitas, 2005.

DÜRKHEIM, Emile. **As formas elementares da vida religiosa: o sistema totêmico na Austrália**. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

ESCOBAR, Arturo. **O lugar da natureza e a natureza do lugar: globalização ou pós-desenvolvimento?** In: A colonialidade do saber. Eurocentrismo e ciências sociais. LANDER, Edgardo (Org.). Buenos Aires: CLACSO, p.133-168, 2005.

EVANS-PRITCHARD, E. E. **Os Nuer: uma descrição dos modos de vida e instituições políticas de um povo nilótico**. São Paulo: Perspectiva, 1999.

FAVERO, C. **Expressões camponesas, disputas territoriais e saberes agroecológicos no vale do Jequitinhonha, Minas Gerais.** In: Simpósio Nacional de Agroecologia: Práticas Agroecológicas, Soberania Alimentar e (In)Sustentabilidade na Amazônia – Mesa Redonda: Transformações e Permanências do Espaço Agrário Brasileiro em Tempos de Crise e Contradições. Tabatinga, AM, Agosto de 2013.

FAVERO, C. & MONTEIRO, F. T. **Disputas territoriais no Vale do Jequitinhonha: uma leitura pelas transformações nas paisagens.** Revista Agriculturas, v. 11, nº 3, outubro de 2014.

FERNANDES, Maurício Roberto et al. **Minas Gerais: Caracterização de unidades de paisagem.** Belo Horizonte: EMATER-MG, 2013.

FERREIRA, V. de O. **Unidades de Paisagem da Bacia do Rio Jequitinhonha em Minas Gerais: Subsídios para a gestão de recursos hídricos.** In: Caminhos de Geografia. Instituto de Geografia/UFU. Programa de Pós-graduação em Geografia Caminhos de Geografia Uberlândia, v. 12, nº 37, mar/2011, p. 239-257. <http://www.ig.ufu.br/revista/caminhos.html>

FERREIRA, V. O.; SILVA, M. M. **O Clima da Bacia do Rio Jequitinhonha, em Minas Gerais: Subsídios para a Gestão de Recursos Hídricos.** In Revista Brasileira de Geografia Física 02 (2012), p. 302-319.

FIGUEIREDO, André Vieira de. **O Caminho Quilombola: sociologia jurídica do reconhecimento étnico.** Curitiba: Appris, 2011.

FREIRE, Paulo. **Educação como Prática da Liberdade.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967.

FREIRE, Paulo. **Extensão ou Comunicação.** 6ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

FREITAS, Fábio O. **As Expansões do Milho – ZEA MAYS MAYS, L. - para a América do Sul, baseado no resgate e estudo de DNA ancião de amostras arqueológicas.** Brasília: Embrapa Recursos Genéticos e Biotecnologia, 2002.

_____. **Estudo genético evolutivo de amostras modernas e arqueológicas de milho (Zea mays mays, L.) e feijão (Phaseolus vulgaris, L.).** 2001. Tese de Doutorado. Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz”, USP, Piracicaba.

FUKS, Mario & FIALHO, Fabricio Mendes. **Mudança institucional e cultura política: um estudo da imagem pública da Assembléia Legislativa de Minas Gerais (1993-2006).** In Opinião Pública, Campinas, v. 15, nº 1, Junho 2009, p.82-106.

GAIFAMI, Andrea. **Cultivando a Diversidade: recursos genéticos e segurança alimentar local**. GAIFIMI, Andrea e CORDEIRO, Angela (Orgs.). Rio de Janeiro: AS-PTA, 1994.

GALIZONI, F. M. **A terra em movimento**. In: Feiras do Jequitinhonha: mercados, cultura e trabalho de famílias rurais no semi-árido de Minas Gerais. RIBEIRO, E. M. (org.). Fortaleza: BNB/UFLA, p. 47-65, 2007.

GALIZONI, F. M. **Águas da vida: população rural, cultura e água em Minas Gerais**. 2005. Tese de Doutorado. IFCH/Unicamp.

GALIZONI, F. M. **Terra, ambiente e herança no Alto Jequitinhonha, Minas Gerais**. In: Revista Brasileira de Economia e Sociologia Rural, 2002.

GERVAISE, Yves. **A Transformação Agrária do Nordeste Meridional (Norte de Minas Gerais)**. Belo Horizonte: Instituto de Geociências; UFMG, 1975.

GESTAR SERRA GERAL/MG, CONVÊNIO FAO (ONU)/MMA UTF/ BRA/ 060/BRA. **Relatório conclusivo da avaliação ambiental integrada**. Montes Claros.. Produto 2, v. I. Janeiro, 2006.

GLUCKMAN, Max. **“Análise de uma situação social na Zululândia Moderna”**. In: Antropologia das Sociedades Contemporâneas. FELDMAN-BIANCO, B. (org.). São Paulo: Global, 1987.

GONÇALVES, R. N. **Diagnóstico Ambiental da Bacia do Rio Jequitinhonha Diretrizes Gerais para a Ordenação Territorial**. Ministério do Planejamento e Orçamento Fundação Instituto Brasileiro De Geografia e Estatística – IBGE. Salvador, 1997.

GUERRERO, P. **Vale do Jequitinhonha: a região e seus contrastes**. Revista Discente Expressões Geográficas, nº 05, ano V, p. 81 – 100. Florianópolis, maio de 2009. Acessado em www.geograficas.cfh.ufsc.br.

HARVEY, David. **Condição Pós-Moderna**. 14ª ed. São Paulo: Edições Loyola, 2005.

HEREDIA, B. **A morada da vida: trabalho familiar de pequenos produtores do Nordeste do Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

HONNETH, Axel. **Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais**. São Paulo: Editora 34, 2003.

IBGE. **Censo Agropecuário 2006. Brasil, Grandes Regiões e Unidades da Federação**.

ICMBIO. **Relatório de Reunião Comunitária: Comunidade de Macacos**. Diamantina: ICMBio, 2014.

IEF. **Base de dados: Camadas de Informação**. Cavidades CECAV, 2012.

JACOMINE, P. K. T. et al. **Levantamento exploratório; reconhecimento de solos do Norte de Minas - área de atuação da SUDENE**. Recife: EMBRAPA; SUDENE, 1979.

JULIÃO, Francisco. **O Que São as Ligas Camponesas?** Cadernos do Povo Brasileiro. Civilização Brasileira. Rio de Janeiro, 1962.

KOPENAWA, Davi; BRUCE, Albert. **A queda do céu: Palavras de um xamã yanomami**. Tradução Beatriz Perrone – Moisés. 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

LAZARIN, Katiúscia Maria. **Fanáticos, rebeldes e caboclos: discursos e invenções sobre diferentes sujeitos na historiografia do Contestado (1916-2003)**. 2005. Dissertação de Mestrado. Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Departamento de História. Florianópolis: UFSC.

LEFF, Enrique. **Ecologia, capital e cultura: a territorialização da racionalidade ambiental**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

LEITE, S. P. et al. **Políticas públicas, atores sociais e desenvolvimento territorial no Brasil**. In MIRANDA, Carlos e TIBÚRCIO, Breno (Orgs.). Série Desenvolvimento rural sustentável, v.14. Brasília: IICA, 2011.

LIMA, Marcela Telles Elian de. **Pelas margens do São Francisco: A Trajetória Histórica e Ficcional de Antônio Dó**. 2006. Dissertação de Mestrado. Belo Horizonte: UFMG/FAFIL.

LIMA, V. M. P. **Secas e Águas: alterações na dinâmica da água no Alto Jequitinhonha**. In Lavradores, águas e lavouras: estudos sobre gestão camponesa de recursos hídricos no Alto Jequitinhonha. GALIZONI, Flávia Maria (org.). Belo Horizonte: Editora UFMG, 2013.

LIMA, V. P. M. **Seca e águas: um estudo sobre a dinâmica da água no Alto Jequitinhonha.** Lavras: UFLA / DEA, 2006.

LIMA, W. P.; ZAKIA, M. J. B.; LIBARDI, P. L. & SOUZA FILHO, A. P. **Comparative evapotranspiration of Eucalyptus, Pine and Cerrado vegetation measured by the soil water balance method.** Piracicaba: IPEF International, p. 5-11, 1990.

LINS, Juliana. **Terra Preta de Índio e as populações do presente: a herança que chega até o quintal.** Manaus, 2014.

LITTLE, Paul E. Territórios Sociais e Povos Tradicionais no Brasil: Por uma antropologia da territorialidade. Trabalho apresentado no SIMPÓSIO “NATUREZA E SOCIEDADE: DESAFIOS EPISTEMOLÓGICOS E METODOLÓGICOS PARA A ANTROPOLOGIA”, na 23ª Reunião Brasileira de Antropologia, Gramado, RS, 19 de junho de 2002.

LITTLE, Paul E. **Territórios Sociais e Povos Tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade.** Em Anuário Antropológico 2002 / 2003. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, p. 251-290, 2004.

LÚCIO, Sílvia Laine Borges. **Gestão participativa e conflitos socioambientais em áreas protegidas no Cerrado mineiro: a pecuária de solta na RDS Veredas do Acari/MG.** Brasília, 2013.

LUZ DE OLIVEIRA, C. **Fluidez, nomadismo e impermanências: reflexões sobre território e territorialidade entre os vazanteiros do médio São Francisco.** In: O Viver em Ilhas. BRANDÃO, Carlos Rodrigues e SOUZA, Angela Fagna Gomes de (Org.). 1ªed., v. 1, p. 85-100. Uberlândia: EDUFU, 2013.

LUZ DE OLIVEIRA, Cláudia. **Economia invisíveis e as comunidades tradicionais no norte de Minas.** Montes Claros: Unimontes, 2009.

LUZ DE OLIVEIRA, Cláudia. **Populações tradicionais e territorialidade: os vazanteiros do Rio São Francisco no Norte de Minas.** 2005. Dissertação de Mestrado. Belo Horizonte: UFMG / FAFICH.

LUZ DE OLIVEIRA, Cláudia; DAYRELL, Carlos. **Cerrado e Desenvolvimento: tradição e atualidade.** Montes Claros; Brasília: CAA-NM, Rede Cerrado, 2000.

LUZ DE OLIVEIRA, Claudia et al. **Economias invisíveis e comunidades tradicionais no Norte de Minas**. In Povos e comunidades tradicionais no Brasil. GAWORA, Dieter; IDE, Maria Helena de; BARBOSA, Rômulo (orgs.). Montes Claros: Unimontes, 2011.

MACEDO, Magda M. **Escola Rural Geraizeira: os geraizeiros da Tapera e sua luta por uma educação do campo, no Norte de Minas**. 2009. Dissertação de Mestrado. Montes Claros: Unimontes, PPGDS.

MACHADO FILHO, Haroldo et al. **Mudança do clima e os impactos na agricultura familiar no Norte e Nordeste do Brasil**. FIDA / IICA SEMEAR 2016.

MARTINS, José de Souza. **Os camponeses e a política no Brasil: as lutas sociais no campo e seu lugar no processo político**. Petrópolis: Vozes, 1981.

MATA-MACHADO, Bernardo Novais da. **História do Sertão Noroeste de Minas Gerais (1690-1930)**. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1991.

MATEUS, Elaine Fernandes. **Atividades de Aprendizagem Colaborativa e Inovadora de Professores: ressignificando as fronteiras dos mundos universidade – escola**. PUC, São Paulo, 2005.

MAURÍCIO, João Valle. **Caminhos do Boi III**. In Janelas do Sobrado. Memórias. Montes Claros: Arapuím, 1995.

MAZZETTO SILVA, Carlos Eduardo. **O cerrado em disputa: apropriação global e resistências locais**. Brasília: Confea, 2009.

_____. **Os Cerrados e a sustentabilidade: territorialidades em tensão**. 2006a. Tese de Doutorado. Niterói: UFF.

_____. **O Cerrado da Mãe Joana**. In Cadernos do CEAS - Centro de Estudos e Ação Social, nº 222, p. 13-16. Salvador: Loyola, 2006b.

_____. **Lugar-habitat e Lugar-mercadoria: territorialidades em tensão no domínio do Cerrado**. In: A Insustentável Leveza da Política Ambiental: desenvolvimento e conflitos socioambientais. ZHOURI, Andréa; LASCHEFSKI, Klemens e PEREIRA, Doralice (orgs.). Belo Horizonte: Autêntica, p. 217 - 244, 2005.

_____. **Cerrados e Camponeses no Norte de Minas: um estudo sobre a sustentabilidade dos ecossistemas e das populações sertanejas.** 1999. Dissertação de Mestrado. Belo Horizonte: UFMG / IGC.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte.** São Paulo: n-1 Edições, 2018.

MDS / MMA. **Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Povos e Comunidades Tradicionais: Subsídios para as Oficinas Regionais a realizarem-se no período de 14 a 23 de Setembro de 2006.** Brasília: MDS / MMA, 2006.

MENDRAS, Henri. **Sociedades Camponesas.** Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.

MERLO, Gabrielly. **Mudanças Sociais e Trajetórias de Gênero: etnografia do espaço e tempo na Comunidade Linha da Cruz-MG.** 2012. Dissertação de Mestrado. Belo Horizonte: UFMG.

MINAS GERAIS. **Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral.**

MINAS GERAIS. **Plano Diretor de Recursos Hídricos – Bacia Hidrográfica do Rio Pandeiros, Unidade de Planejamento e Gestão de Recursos Hídricos SF9.** Volume 1 A – Diagnóstico da Bacia Hidrográfica do Rio Pandeiros, SF9. Ecoplan, Lume, SKILL, 2014.

MMA/SEDVAN. **Plano de Ação Estadual de Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca de Minas Gerais–PAE/MG (Relatório Final).** FERNANDES, Luiz Arnaldo (Org). Belo Horizonte, 2010.

MONÇÃO, K. M. G. **AS Sementes da luta: o conflito agrário de Cachoeirinha - Um estudo dos assentamentos e dos acampamentos do município de Verdelândia, Norte de Minas Gerais.** 2009. Dissertação de Mestrado. Montes Claros: Unimontes, PPGDS.

MONTEIRO, F. T.; FÁVERO, C. **A luta dos (as) apanhadores (as) de flores sempre-vivas frente à expropriação territorial provocada por unidades de conservação de proteção integral da natureza.** Rio de Janeiro: Revista Agriculturas, v. 8, p. 33-37, 2011.

MONTEIRO, F. T. **Os (as) apanhadores (as) de flores e o Parque Nacional das Sempre-vivas (MG): travessias e contradições ambientais.** 2011. Dissertação de Mestrado. Belo Horizonte: UFMG.

MOREIRA, Hugo Fonseca. **“Se for pra morrer de fome, eu prefiro morrer de tiro”**: o Norte de Minas e a formação de lideranças rurais. 2010. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: UFRRJ, ICHS.

MUNDURUKU, Daniel. **Daniel Munduruku: “Índio é invenção total, folclore puro”**. In: Geledes Instituto da Mulher Negra. Date: 27/12/2014. <https://www.geledes.org.br/daniel-munduruku-indio-e-invencao-total-folclore-puro/> . Acessado em 20-04-2020

NIISA. **Reunião da Articulação Rosalino de Povos e Comunidades Tradicionais do Norte de Minas**. FETAEMG de Montes Claro, 21 de Agosto de 2015.

NOGUEIRA, Mônica Celeida R. **Os Gerais a Dentro e a Fora: Identidade e Territorialidade entre os Geraizeiros no Norte de Minas Gerais**. 2009. Tese de Doutorado. UNB.

NÚCLEO DE ESTUDOS EM AGROECOLOGIA E CAMPESINATO. **Caracterização e Análise do Agroecossistema da família de Imir e Preta. Projeto Sistemas Agroecológicos, Inovações Tecnológicas e Resiliência as Mudanças Climáticas na Região do Semiárido de Minas Gerais**. Diamantina: NAC/UFVJM, 2015a.

NÚCLEO DE ESTUDOS EM AGROECOLOGIA E CAMPESINATO. **Caracterização e Análise do Agroecossistema da família de Maria e Antônio, Comunidade Gentio – Turmalina, Alto Jequitinhonha. Projeto Sistemas Agroecológicos, Inovações Tecnológicas e Resiliência as Mudanças Climáticas na Região do Semiárido de Minas Gerais**. Diamantina: NAC/UFVJM, 2015b.

NÚCLEO DE ESTUDOS EM AGROECOLOGIA E CAMPESINATO. **Caracterização e Análise do Agroecossistema da família de Lúcia e Juarez Comunidade Vereda – Coronel Murta - Médio Jequitinhonha. Projeto Sistemas Agroecológicos, Inovações Tecnológicas e Resiliência as Mudanças Climáticas na Região do Semiárido de Minas Gerais**. Diamantina: NAC/UFVJM, 2015c.

NÚCLEO DE ESTUDOS EM AGROECOLOGIA E CAMPESINATO. **Caracterização e Análise do Agroecossistema Coletivo Comunidade Paraguai - Felisburgo - Baixo Jequitinhonha. Projeto Sistemas Agroecológicos, Inovações Tecnológicas e Resiliência as Mudanças Climáticas na Região do Semiárido de Minas Gerais**. Diamantina: NAC/UFVJM, 2015d.

OLIVEIRA, Alessandro Roberto. **Política e políticos indígenas: a experiência Xakriabá**. 2008. Dissertação de Mestrado em Antropologia Social. Universidade de Brasília, Brasília.

OLIVEIRA, Alessandro Roberto de. **A Luta Política é uma coisa, a Indígena é a História do Povo: Um estudo das relações entre os Xakriabá e os Regionais.** 2004. Monografia de Graduação. Montes Claros: Universidade Estadual de Montes Claros.

OLIVEIRA, João Pacheco de. **O Nosso Governo: os Ticuna e o regime tutelar.** São Paulo: Marco Zero; Brasília: MCT/CNPq, 1988.

OLIVEIRA, Marcos Fábio Martins. et al. **Formação Social e Econômica do Norte de Minas.** Montes Claros: Editora Unimontes, 2000.

OLIVEIRA, Moisés Dias de. **Autodefinição identitária e territorial entre os geraizeiros do Norte de Minas Gerais: o caso da Comunidade Sobrado.** 2017. Dissertação de Mestrado em Sustentabilidade junto a Povos e Terras Tradicionais. Brasília: UnB.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. **O trabalho do antropólogo.** São Paulo: Unesp, 1998.

_____. **O índio e o mundo dos brancos.** 4ª ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 1996.

_____. **Identidade, etnia e estrutura.** São Paulo: Pioneira, 1976.

OLIVEIRA, R. O. et al. **Impacto ambiental do eucalipto na recarga de água subterrânea em área de cerrado, no médio Vale do Jequitinhonha, Minas Gerais.** XII Congresso Brasileiro de Águas Subterrâneas, 2002.

PACHECO DE OLIVEIRA, João. **Uma etnologia dos “índios misturados”? Situação colonial, territorialização e fluxos culturais.** In: Mana. Estudos de Antropologia Social 4 (1), p. 47-78, abril de 1998.

PARAÍSO, Maria H. B. **Laudo Antropológico. Identidade Étnica dos Xakriabá.** Brasília: Funai, 1987.

PARAJULI, Pramod. **Ecological Ethnicity in the Making: Developmentalist Hegemonies and Emergent Identities in India.** In: Identities, v. 3(1-2), p. 15-59, 1996.

PARANHOS, Lucíola da Silva. **Tecendo a rede e pescando o peixe - Desenvolvimento e Redes Sociais: a articulação local-global no Norte de Minas Gerais.** 2006. Dissertação de Mestrado. Montes Claros: Unimontes, PPGDS.

PAULA, Hermes de. **Montes Claros, sua história, sua gente e seus costumes**. Rio de Janeiro: IBGE, 1957.

PEREIRA, Laurindo Mékie. **Em nome da região, a serviço do capital: o regionalismo político norte-mineiro**. 2007. Tese de Doutorado em História. USP, FFLCH, São Paulo.

_____. **“História de uma 'História': ensaio sobre o pensamento regionalista norte-mineiro”**. In: ANAIS DO XVIII ENCONTRO REGIONAL DE HISTÓRIA: o historiador e seu tempo. CD-ROM. São Paulo: ANPUH/UNESP, 2006.

PEREIRA, Lis S.; SOLDADI, Gustavo T.; DUQUE-BRASIL, Reinaldo; SCHAEFER, Carlos E. G. R.; COELHO, France M. G. **Cartilha 7 : Seu Mariano: uma homenagem a um lutador do Gurutuba**. Coleção Norte de Minas. Viçosa - MG: Universidade Federal de Viçosa; MEC/SESu, 2016.

PIERSON, Donald. **O homem do Vale do São Francisco**. Rio de Janeiro: Ministério do Interior, 1972.

PIRES, Simeão Ribeiro. **Raízes de Minas**. Belo Horizonte: Minas Gráfica Editora, 1979.

PORTO, Marcelo Firpo; PACHECO, Tânia; LEROY, Jean Pierre. **Injustiça ambiental e saúde no Brasil: o Mapa de Conflitos**. Rio de Janeiro, Scielo Editora FIOCRUZ, 2013.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **De Saberes e de territórios: diversidade e emancipação a partir da experiência Latino-americana in Geografia e giro descolonial: experiências, ideias e horizontes de renovação do pensamento crítico**. Organização Valter do Carmo Cruz, Denilson Araújo de Oliveira. 1ª ed. Rio de Janeiro: Letra Capital, p. 37 – 56, 2017.

POZO, Osmar. **Regimes de Propriedade e Recursos Naturais: a tragédia da privatização dos recursos comuns no Norte de Minas Gerais**. 2002. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro: UFRRJ.

PRADO JUNIOR, Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo**. São Paulo: Cia Editora Nacional/Publifolha, 2000.

PROUS, André. **“Minas Gerais”**. In: SCHMITZ, P. I.; BARBOSA, A. S. (org.). **Temas de Arqueologia Brasileira**, 2: Arcaico do interior, Anuário de Divulgação Científica, nº 6, p. 32-42, 1981.

PROUS, André. **Arqueologia Brasileira**. Brasília: Editora UnB, 1992.

QUERINO, A. J. **Montes Claros e o Norte de Minas na rede urbana do Centro-Sul: Fábulas e metáforas do Desenvolvimento**. 2006. Dissertação de Mestrado. Montes Claros: Unimontes, PPGDS.

RABELO, M.^a M. **Pesquisa de Inovação Curricular para Escolas de Primeiro Grau**. In Projeto Nordeste: PAPP/MG – Programa de Capacitação Básica. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, p. 75-119, 1985.

REDE CERRADO. **IV Encontro e feira dos Povos do Cerrado e grito do cerrado**. Montes Claros, 2005.

RIBEIRO, E. M. **Estradas da vida: terra e trabalho nas fronteiras agrícolas do Jequitinhonha e Mucuri, Minas Gerais**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2013.

RIBEIRO, E. M. **Sete estudos sobre a agricultura familiar do Vale do Jequitinhonha**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2013.

RIBEIRO, Eduardo Magalhães. **Historias dos gerais**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

RIBEIRO, E. M. **Para repensar a história e o desenvolvimento rural do Jequitinhonha**. In: Feiras do Jequitinhonha: mercados, cultura e trabalho de famílias rurais no semiárido de Minas Gerais. RIBEIRO, E. M. (org.). Fortaleza: BNB/UFLA, p. 29-46, 2007.

RIBEIRO, Eduardo M.; GALIZONI, Flávia M.; FREITAS, Camila da S.; CHIODI, Rafael E. & AYRES, Eduardo B. **Produção e conservação de recursos na agricultura familiar dos gerais sanfranciscanos, Semiárido de Minas Gerais**. Revista de Economia. Suplemento Especial, v. 45, out./dez. Fortaleza, p. 119-131, 2014.

RIBEIRO, A. E. M. et al. **Relatório Célula do Território do Médio Jequitinhonha-MG**. Projeto de apoio à gestão social do Território do Médio Jequitinhonha. Edital MDA/SDT/CNPq – Gestão de Territórios Rurais N°. 05/2009, processo 554408/2010-4, 2011. Disponível em: <http://sit.mda.gov.br/download/ra/ra057.pdf> Acesso em: 13/05/2013.

RIBEIRO, E. M. et al. **Gestão, uso e conservação de recursos naturais coletivos em comunidades rurais do alto Jequitinhonha**. In Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais (ANPUR), v. 7, p. 51-62, 2006.

RIBEIRO, A. E. M. et al. **Agricultura familiar e gestão das águas no vale do Jequitinhonha-Projeto CT-Hidro 504.111/2003-5**. Lavras: UFLA / DAE, 2006.

RIBEIRO, E. & GALIZONI, F. **Água, população rural e políticas de gestão**. In *Ambiente & Sociedade*, v. V, nº 2, ago-dez 2002/ v. VI, nº 1, jan-jul 2003.

RIBEIRO, R. F. **Florestas anãs do sertão: o Cerrado na história de Minas Gerais**. Autêntica: Belo Horizonte, 2005.

RIBEIRO, R. F. **“Certão-Serrado”**: História Ambiental e Etnoecologia na Relação entre Populações Tradicionais de Minas Gerais e o Bioma do Brasil Central. 2001. Tese de Doutorado. UFRJ. Rio de Janeiro: UFRJ.

RIBEIRO, R. F. **História Ecológica do Sertão Mineiro e a formação do patrimônio cultural Sertanejo**. In *Cerrado e Desenvolvimento*. OLIVIRA, Cláudia e DAYRELL, Carlos. Montes Claros; Brasília: CAA-NM; Rede Cerrado, 2000.

RIBEIRO R. F. **Campesinato: Resistência e Mudança: O caso dos Atingidos por Barragens do Vale do Jequitinhonha**. 1993. Dissertação de Mestrado. Belo Horizonte: UFMG / FAFICH.

ROCHA, Letícia Aparecida. **O PODER DA TERRITORIALIDADE: “O lugar da gente”, o território pesqueiro**. 2017. Dissertação de Mestrado. PPGDS.

RODRIGUES, Rejane Meireles Amaral. **Oralidade: as várias faces da vida de Antônio Dó**. *Revista de História e Estudos Culturais*, v. 2, Ano II, nº 2, Abril/Maio/junho de 2005.

SABOURIN, E. P. **Viabilidade da agricultura familiar nordestina e globalização**. P&T, nº 16, p.25-39, setembro/2000.

Disponível em: <http://www.geocities.com/ptreview/16-sabourin.html?20069>. Acesso em 23 de outubro de 2002.

SAHLINS, Marshall. **Ilhas de História**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

SAINT-HILAIRE, Augusto de. **Viagem pelas Províncias de Rio de Janeiro e Minas Gerais**. Tomo 1º. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1938.

SANTA ROSA, Helen Dayane Rodrigues. **O governo da lua: relação natureza e cultura no contexto da política nacional de gestão ambiental e territorial nos Xakriabá**. 2017. Dissertação de Mestrado. Montes Claros: UFMG / Unimontes.

SANTILLI, Juliana. **Agrobiodiversidade e Direito dos Agricultores**. São Paulo: Peirópolis, 2009.

SANTILLI, Juliana. **Socioambientalismo e novos direitos: proteção jurídica à diversidade biológica e cultural**. São Paulo; Brasília: Peirópolis; Instituto Socioambiental e Instituto Internacional de Educação do Brasil, 2005.

SANTILLI, Juliana; BUSTAMANTE, Patricia Goulart; BARBIERI, Rosa Lia. **Agrobiodiversidade**. Brasília: EMBRAPA, 2015.

SANTOS, Ana Flávia Moreira. **Do terreno dos caboclos do Sr. São João à Terra Indígena Xakriabá: as circunstâncias da formação de um povo. Um estudo sobre a construção social de froneiras**. 1997. Dissertação de mestrado. Brasília, Unb.

SANTOS, Andreia Ferreira dos; ALVES, Eliad Gisele; SANTOS, Lilian Maria. **Estratégias de resistência e luta pelo território: o caso da Comunidade Quilombola de Raiz**. In VI Congresso de Desenvolvimento Social. Montes Claros: Unimontes/ PPGDS, 2018.

SANTOS, Boaventura de Souza. **Um discurso sobre as ciências**. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2004.

SANTOS, Milton. **Por uma Outra Globalização**. Rio de Janeiro: Record, 2002.

SANTOS, Fábio Dias dos; RIBEIRO, Reginaldo; MOVELINO, Paola C. C. **Laudo preliminar da Comunidade Quilombola Nativa da Jaíba**. Montes Claros: CAA-NM; Unimontes, 2009.

SANTOS, Manoel da Conceição. **Chão de minha utopia**. In SOARES, Paula Elise Ferreira e ANTUNES, Wilkie Buzatti (Orgs.). Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

SANTOS, Sônia Nicolau dos. **À procura da terra perdida: para uma reconstituição do conflito de Cachoeirinha**. 1985. Dissertação de Mestrado. Belo Horizonte: UFMG / FAFICH.

SEAPA/RURALMINAS/UFV. **Atlas Digital das Águas de Minas Gerais**. Secretaria de Estado de Agricultura Pecuária e Abastecimento de Minas Gerais. Acesso: http://www.atlasdasaguas.ufv.br/jequitinhonha/resumo_jequitinhonha.html#.

SENNA, N. C. **Anuário de Minas Gerais**. Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 1918.

_____. **Anuário Histórico-Chorographico de Minas Gerais**. Ano VI. Verbete LXXXIII. Município de Januária. Belo Horizonte: IHGEMG, 1912.

SENNA, N. C. **Anuário Histórico-Chorographico de Minas Gerais**. Ano III. Verbete LVI. Município de Januária. Belo Horizonte: IHGEMG, 1909.

SILVA, Cássio Alexandre da. **A natureza de um território no sertão do norte de Minas Gerais: a ação territorial dos Xakriabá**. 2014. Tese de Doutorado. Uberlândia: UFU.

SILVA, Greiciele Soares; BARBOSA, Rômulo Soares. **O processo de territorialização da luta dos nativos do Arapuim**. In VI Congresso em Desenvolvimento Social, 2018.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Identidade e Diferença: a perspectiva dos Estudos Culturais**. 4ª ed. Petrópolis: Vozes, p. 7-102, 2000.

SOARES, G. C. **Na trilha guerreira dos Borun**. Belo Horizonte: Núcleo de Publicação do Centro Universitário Metodista Izabela Hendriz, 2010.

SOUZA, Marilene Alves **Redes, fluxos e circuitos de comercialização da agricultura camponesa** Unimontes/ PPGDS, Montes Claros 2013.

SPIVAK, Gayatri. **Pode o subalterno falar?** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

SPIX, Johann Baptist; MARTIUS, Carl Friedrich Philipp von. **Viagem pelo Brasil (1817-1820)**. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, v. 2, 1981.

SUDENOR. **Projeto Nordeste, grupo IV – Minas Gerais**. Belo Horizonte, 1983.

THÉ, A. P. G. **Conhecimento Ecológico, Regras de Uso e Manejo Local dos Recursos Naturais na Pesca do Alto-Médio São Francisco - MG**. 2003. Tese de Doutorado. São Carlos: UFSCar.

THÉ, A. P. G.; ARAÚJO, E. C. de; ANAYA, F.; DAYRELL, C. A.; OLIVEIRA, C. L. de; RIBEIRO, L. M. e ACYPRESTE, I. P. **Relatório antropológico comunidades quilombolas do território do Itapiraçaba**. Montes Claros: Unimontes / NIISA, 2018.

TOLEDO, Vitor M. **La Apropiaçión Campesina de la Naturaleza: un Analisis Etnoecológico**. 1996.

UFVJM. **Encontro de atores da cadeia do Extrativismo Vegetal da Serra do Espinhaço.** Diamantina: UFMG, 2009.

WOLF, Eric. **Sociedades camponesas.** Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1970.

WOODWARD, K. **Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual.** In **Identidade e Diferença: a perspectiva dos estudos culturais.** Tomas Tadeu da Silva (org.). Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.

WOORTMANN, Ellen F. **Os sitiantes do nortede.** Em **Herdeiros, Parentes e Compadres.** São Paulo; Brasília: Hucitec, Edunb, p.217-336, 1995.

WOORTMANN, Klass. **Com parente não se negueia! O campesinato como ordem moral.** Em **Anuário Antropológico / 87, 11-73.**

ANEXOS

Anexo 01 – Relatório da reunião da comissão de povos e comunidades tradicionais do Norte de Minas – 8 e 9 de outubro de 2010.

BOX 1

CONVERSA DE CABOCLO

DIAS 08 E 09 DE OUTUBRO DE 2010 - Local: Solar dos Sertões – Montes Claros / MG

A reunião da Comissão Regional de Povos e Comunidades Tradicionais foi convocada pelo Sr. Braulino Caetano dos Santos, representante da REDE CERRADO na Comissão Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais.

O objetivo da reunião foi o de socializar as discussões e os encaminhamentos em curso na Comissão Nacional, abrindo um diálogo com a representação dos diversos povos do Norte de Minas. Outro objetivo foi debater indicativos de como essa articulação poderia costurar laços mais sólidos com pesquisadores e professores e suas instituições de ensino e pesquisa no apoio na construção da cartografia social do Norte de Minas. Essa reunião foi realizada no âmbito do PSIU POÉTICO.

A programação foi a seguinte:

Dia 08 de Outubro

- 11:00 horas - Recepção ao som do batuque do Quilombo da Lapinha - Ilha da Ressaca com apresentação dos participantes
- 11:30 horas - Abertura – Braulino Caetano dos Santos: Socialização das ações em curso na CNPCT
- 12:00 horas - Conversa de Caboclo – fala dos geraizeiros, vazanteiros quilombolas e catingueiros presentes;
Debate
- 14:30 horas - Almoço – Culinária Vazanteira
- 16:00 horas - Roda de Conversa com os Pesquisadores – Coordenação de Cláudia Luz
- 17:30 horas - Encerramento com lanche
- 18:30 horas - Lançamento do Vídeo Documentário – Conversando com o Rio - No SESC

Dia 09 de outubro

- 09:00 horas - Apresentação do Batuque do Quilombo da Lapinha em sarau poético do PSIU no Mercado Municipal de Montes Claros
- 12:00 horas - Almoço de encerramento no Mercado Municipal

Abertura – Fala de Braulino

Síntese da Conversa de Caboclo

- Sr. Jesuíto – Liderança Quilombola – Lapinha

Avalia que na luta que vem desenvolvendo há mais de seis anos, o resultado que vê é de uma luta no papel. Tem necessidade de fazer andar, agilizar as demandas das comunidades tradicionais. Disse que a Convenção 169 da OIT é uma beleza, tem lá os artigos que defendem os direitos. Que a ditadura não acabou, a nossa região vive sob o jugo dos donos, dos coronéis, eles estão aí, ocupam cargo nos governos, eles é que mandam. Um exemplo, criaram um estatuto que não pode pegar peixe nas lagoas do São Francisco. O povo sempre pegou peixe e as lagoas nunca acabaram. Agora não pode pegar peixe, e as lagoas estão acabando. No ano passado morreu mais de 20 toneladas de peixe, com o povo passando fome. Onde está o enquadramento da segurança alimentar? O que quero saber é isso: o que está na constituição? O que está na OIT? Porque não é cumprido? O império está aí!

- Sr. Aroldo – Liderança do Quilombo de Brejo dos Crioulos

O nosso problema é o INCRA. Precisamos ocupar o que é nosso. Enfrentar os nossos inimigos. Nós não temos medo de enfrentar pistoleiro, fazendeiro. Precisamos unir as nossas forças, uma comissão de cada região, discutir os nossos direitos. E ir para a luta.

Sr. Mariano – Liderança do Quilombo do Gurutuba

Nós somos quilombo. Temos que ocupar, fazer pressão, bater no INCRA. Os quilombos somos iguais, já vimos que temos que nos unir mais, crescer. Sabemos que é perigoso e justamente muitos não querem entrar nesta luta.

Elton – Liderança caatingueira – STR de Porteirinha

Venho como representante dos caatingueiros, representando os povos das caatingas e das matas secas. Se for continuar dividindo, nós não vamos somar forças, devemos fortalecer o conjunto, estes segmentos do Norte de Minas. Nós temos muitas dificuldades. Temos que juntar as lideranças. Nós temos que ver como representar os nossos segmentos. Nós não temos um bom trabalho de conscientização. Enquanto os pequeninos não somam força, o governo do estado vem e faz, combina com a polícia quando é necessário, e nós voltamos a eleger o mesmo governo. Fazendo parte da comissão, quero ajudar, ver como ajudar nesta nossa luta.

Samuel – Liderança da juventude

Estamos fazendo curso de formação de jovens. Tem uma juventude que está com um gás muito bacana. Este momento aqui no Solar é muito simbólico. Este Solar foi das oligarquias, e agora estamos aqui, os povos estão aqui ... com o decreto 6040, conseguimos pôr na lei, agora é lutar para cumprir a lei. O que está sendo repassado para a nossa juventude? Eles não sabem da importância do território, eles não estão sabendo o que é o geraizeiro, o caatingueiro. A juventude está saindo para trabalhar fora, às vezes sem saber direito de nossa história. Se formos olhar para a nossa história, vemos que avançamos muito, que as coisas estão começando a acontecer. Teve o menino, o Manuel, que falou que a mineração, o eucalipto, é uma cadeia bem arrumada. Quem está nos representando nos diversos conselhos que existem por aí? Como devemos travar esta luta, de estar presentes nos diversos espaços? Ocupar os espaços de prioridade. O território é o nosso espaço de pertença. Os anciões precisam dar um sacolejo nos jovens. Temos que ver como envolver a juventude, ter zelo, aproveitar que estão com um gás muito legal.

Elmy – Liderança geraizeira do Alto Rio Pardo – STR de Rio Pardo de Minas

Com relação à Comissão, vemos alguns avanços. Os quilombos, os indígenas, as outras populações, mesmo que seja no papel, hoje têm direitos. Um grande desafio, é o do auto reconhecimento enquanto comunidade tradicional, enquanto comunidade tradicional geraizeira, dificuldade de se afirmar como geraizeiro. Outra dificuldade, legalizando o nosso território geraizeiro, como o geraizeiro se enquadra neste território? Como a legislação vai reconhecer este modo geraizeiro? Outra questão: a educação formal arrasa com as comunidades tradicionais. O modelo de educação desvirtua a cabeça da juventude, e não contribui com a autoafirmação. Precisamos de trabalhar com a educação formal e também a educação informal. Porque não deixaram a Escola Geraizeira avançar? Outro desafio é a Segurança Alimentar das comunidades. O maior culpado é também a educação. Não querem mais comer a nossa comida. E ficamos em um dilema que afeta a nossa soberania alimentar: nós temos que comer o óleo transgênico. Tiraram a banha, agora nós não temos alternativa a não ser utilizar o óleo transgênico.

Outro desafio: a sustentabilidade. Hoje criar o gado na solta, como fazíamos antigamente, está mais difícil porque o ambiente está desequilibrado, não temos mais o mesmo ambiente.

Outro desafio: a parte cultural. Sem o tambor o quilombo não se sustenta. Sem a caixa e a viola o geraizeiro não se sustenta. Temos que ver as condições para a juventude também.

A comissão tem um papel fundamental. O problema principal que temos que encarar está nos municípios. A prefeitura não vai lá com a gente em Belo

Horizonte, no INCRA. O prefeito vai defender é a mineração, ele não vai no INCRA e defender a terra para o povo.

Eliseu – Liderança geraizeira – Diretor do STR de Rio Pardo

O nosso trabalho é na base com a valorização do povo tradicional. Se descobrimos que somos povo tradicional, temos a força do nosso direito. O índio se fortalece por ser índio. Ele defende a sua reserva. Ele percebeu que precisa ser respeitado no município. Foi lá e tomou o município. Hoje são eles quem faz, e eles administram para os índios e para os não índios.

Nós temos que nos organizar melhor. Com a educação, com a política, com a segurança alimentar, com a produção de alimentos, com a defesa do território. Organizar por sermos um povo que tem uma identidade própria. Garantir os direitos da OIT vai depender de uma luta de base, na assembleia, em Brasília. Conseguimos nesta última eleição eleger alguns deputados que vão defender o nosso direito em Brasília. Padre João é um deles. Ele é um deputado que enfrenta. Então o nosso desafio é organizar na base e no campo político.

O Casarão, o Solar, é deste povo que está aqui. Aqui é o nosso lugar para fazer esta discussão.

Lô – Liderança Geraizeira da Tapera – Riacho dos Machados

Escutando este tanto de conversa, sobre como as comunidades tradicionais podem ir garantindo os seus direitos, é bom para reforçar a nossa sustentabilidade. Mas temos muito que avançar. Umás vezes achamos que está difícil, a gente fica ansiosa, mas vemos que é uma caminhada de passo a passo. Entre estas discussões, a do jovem, da juventude é muito importante.

Dei uma caminhada na região, naquele curso com o pessoal do INCRA. Voltei muito animada. Vi muito exemplo de luta, de resistência, e vou levar para discussão em nossa comunidade. Tem muitas pessoas que morrem sem conseguir realizar o sonho. Nós conseguimos o nosso sonho, hoje moro em uma casa de telha. Então o nosso sonho agora é de contribuir para que outras comunidades tenham isso. Hoje temos a terra, mas foi apenas um passo a mais. O nosso desafio agora é a educação. Discutimos muito este assunto, pois vimos o desrespeito aos nossos direitos. Enfrentamos com a proposta da Escola Rural Geraizeira. Uma escola que aprendeu com nós e nós com ela. Ela nos mostrou que o número de animais que tínhamos não era suportado pelo tanto de pasto que tínhamos. Era muita mortalidade. Aprendemos, hoje não tem mais aquela mortalidade. Mas o poder público está fazendo a escola acabar. Hoje temos muitas dificuldades.

Zé da Silva – Liderança geraizeira de Montezuma

A luta pela terra que fazemos é a luta pela RESEX. Os fazendeiros tomaram a nossa terra, depois veio o eucalipto, e a nossa maior preocupação é a água. Estamos então propondo uma RESEX. Os fazendeiros continuam desmatando, até pequizeiro eles botam no forno. Mas a gente não está parado. Temos o acampamento do Piquizerão. O que temos que fazer: é unir os geraizeiros, os catingueiro, os quilombola e partir para cima.

Conversa de Pesquisadores – Mediação Claudia Luz

Claudia Luz – Inicia refletindo acerca das relações que estão sendo estabelecidas entre os pesquisadores que atuam nas comunidades tradicionais. Destacando a necessidade de avançar no direcionamento de ações de pesquisa que possam dar respostas ou contribuir com a movimentação e fortalecimento das identidades e em torno de seus direitos. São muitos os pesquisadores que estão hoje no PPGDS UNIMONTES e que vem desenvolvendo um trabalho conjunto com o departamento de educação, de Saúde Mental, Trop-Dry; pesquisadores da área de etnobiologia trabalhando com pescadores; Carlos Rodrigues Brandão, Etnocartografia do São Francisco e Centro de História Oral. Tem o trabalho do GESTA / UFMG com proposta de Mapeamento das Populações Tradicionais de Minas Gerais; Tem o do ICA-UFMG, apoiado com o trabalho de Solos Sementes; tem o PPJ; Tem a EMBRAPA CERRADO; CENARGEN.

Na UNIMONTES, são diversos projetos de pesquisa em andamento como Negros no Norte de Minas, Mapa dos Conflitos Socioambientais; Trop Dry; Etnocartografia; Rede de Pesca Solidária; Convenio INCRA UNIMONTES para realização de Laudos Antropológicos em 34 comunidades (em processo de

negociação). Um contexto de contribuição significativa, porém nem sempre os diversos grupos de pesquisadores desenvolvam suas ações de forma articulada, envolve também pesquisadores da região e de outras regiões. Vê-se também maiores trocas e intercâmbios quando os grupos apresentam mais afinidade entre si. Então fica a pergunta, como se poderia facilitar esta interação e plugar de forma mais objetiva as ações de pesquisa com a articulação dos povos e das comunidades tradicionais?

Debates:

Sr. Mariano – liderança quilombola: Pesquisas e estudos que contribuam com defesa e proteção dos territórios – apoio técnico;

Elmy e Eliseu - lideranças geraizeiras do Alto Rio Pardo: Explicitam a demanda de pesquisas que apontem de forma mais clara os impactos da monocultura do eucalipto – um estudo aprofundado sobre o passivo ambiental em torno da água; da erosão dos solos, da perda da biodiversidade – comparando com a economia gerada pelo eucalipto.

Felisa – Cláudia Luz - Pesquisadoras da Unimontes: Complementam que pesquisas bem ordenadas podem contribuir e dar suporte aos direitos e o reconhecimento dos territórios das comunidades tradicionais – pesquisa sobre como a legislação ambiental pode ser utilizada a favor, acionando recursos que possam contribuir com a resistência das comunidades;

Demandas em curso: autodemarcação de territórios – laudos antropológicos – lagoas – peixes e pesca;

FONTE: CAA-NM, 2010 - RELATÓRIO DA REUNIÃO DA COMISSÃO DE POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS DO NORTE DE MINAS.

Anexo 02 – Programação do Encontro Regional Povos e Comunidades Tradicionais

Locais: Centro Cultural de Montes Claros e Solar dos Sertões - 18 à 20/08/2011

Programação

18/08 – Quinta-feira - Encontro com Educadores – Local: Centro Cultural

13:00 – 14:30 horas - Filme: Comunidades Tradicionais do Norte de Minas – Programa Planeta Minas - Apresentação do Filme seguido de debate com o Jornalista Carlos Augusto

14:30 – 17:00 horas - Mesa Redonda: Da Educação Convencional à Educação Étnica: caminhos para o reconhecimento da diversidade cultural do Norte de Minas pela Escola Pública

Representante da Secretaria Municipal de Educação - Representantes de educadores de Povos e Comunidades Tradicionais do Norte de Minas: Xakriabá, Geraizeiros, Quilombolas e Vazanteiros – Representante do MEC na CNPCT – Comissão Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais

Noite: Programação Cultural no Empório dos Sertões

19/08 – Sexta-feira – Encontro com Povos e Comunidades Tradicionais – Local Centro Cultural

08:00 – 10:00 horas – Debate: Da Comissão Regional à Articulação de Povos e Comunidades Tradicionais

Mesa: Representantes da Comissão Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais, CPT e Pesquisadores da UNIMONTES

10:30 – 12:00 – O Projeto Mapeamento de Povos e Comunidades Tradicionais
Almoço

14:00 – 17:00 horas - Construção da Política Estadual de Povos e Comunidades Tradicionais

Mesa: Representantes da Assembleia Legislativa de Minas Gerais, Câmara Federal, da Subsecretaria de Agricultura Familiar de MG, IEF, INCRA/MG, FBB, MMA, SPU

Noite: Programação Empório

20/08 - Sábado – Café da Manhã – Local Solar dos Sertões

08:00 – 10:00 horas - Café da manhã de lideranças dos Povos e Comunidades Tradicionais com autoridades políticas de Minas Gerais

Anexo 03 – Relato de seu Juraci

Apresentação que fez no Encontro da Articulação Rosalino na Terra Indígena Xakriabá em fevereiro de 2017.

Em 2014, aconteceu um massacre onde a gente tinha retomado uma fazenda lá, uma fazenda que estava numa área que hoje faz parte do território. E esse fazendeiro chegou lá dizendo que tinha passado tudo para outro fazendeiro e ele chegou com doze pistoleiros, chegando lá atirando com arma pesada, arma de repetição, espingardas doze e várias armas. Foi chegando e batendo nas pessoas, em mulher, em crianças, atiravam nas pessoas, atiravam pra cima, fez todo mundo deitar no chão e, pá... pá... pá ... pra cima, e chegava com o cano quente da doze no pescoço das pessoas. Tem gente que tem marcas dessa espingarda doze no pescoço e tem pessoas lá com marcas como se fosse uma argola. Tem pessoas que levou tiro e está com a marca de bala alojada nas costelas, tem pessoas que tem cortes na cabeça de facão e pedaço de pau. Eles chegavam com a (espingarda) doze e batia na cabeça do cara. E quando estava no chão, eles chegavam com os pés na boca da pessoa, no estômago, e ficava apertando. E falavam que ia colocar fogo, para colocar gasolina que iam colocar fogo. E essas pessoas saíram dessa área sem saber para onde iam, sem saber o que faziam, as crianças dentro do barraco sem saber o que fazer, só gritavam, as mulheres lá sem saber o que faziam com os filhos, se acudiam ou ficavam deitada lá, porque eles chegaram e fizeram ficar deitado. Outras pessoas que tinham barracas eles chegaram e pegaram as coisas que pertenciam, carteiras, documentos, tinha carro e moto, eles quebraram os faróis, amassaram os tanques das motos e fez a maior bagunça.

Teve um vereador que dava um apoio a nós, ele era lá de Verdelândia, levou um tiro no braço, ao baterem essa espingarda na cabeça de um coitado, de um rapaz, e essas espingardas detonou e esse tiro pegou no braço dele e cortou uma veia. Aí ele saiu andando, passou uns dez metros ele caiu no chão e apareceu aquele cara que a gente acha que é o dono da fazenda, que estava lá no meio dizendo ser polícia, ou pistoleiro, a gente não sabe porque tava tudo tampado, a gente só conheceu a voz dele, e ele disse pra pegar o rapaz por que se não ele ia morrer. (...)

Teve uma senhora que levou uma bala no queixo, o genro dela levou um corte na cabeça com essa espingarda doze, e o neto dela levou um tiro, esse que está com a bala alojada no corpo até hoje. Aí aconteceu que ele foi atirado querendo matar, “vou por fogo nesse vereador”, ficou mal e, depois de seis meses, ele faleceu, foi triste. Eu estou querendo colocar ele aqui, o Zé Gato que foi uma pessoa que estava lutando pelos nossos direitos, estava lá lutando com o povo da comunidade, a minha irmã também foi falecida esperando lá, meu cunhado faleceu lá também nessa área, foi horrível esse massacre.

O pessoal estava para desistir da luta porque viu que o que aconteceu, viu que precisava de muita força, de muita coragem para estar lá, mas mesmo assim a gente retomou a luta, e a liminar veio, e nós saímos outra vez, e depois retomou de novo, e depois nós tornamos a sair, e com mês nós retornamos de novo e estamos lá! (...)

Quero também agradecer a Rosalino por estar representando a nossa comunidade lá, porque a gente ficou a muito tempo lá, muitos anos sozinho e aí apareceu a Rosalino que está dando esse apoio para nós lá, e se não fosse a Rosalino nós estávamos pior, nós não tínhamos saída, não tinha terra e nem produção. Hoje estamos graças a Deus com esse território demarcado, já está demarcado. O INCRA chegou por perto lá e fez toda a medição, a gente está numa felicidade, agora, a medição está pronta e até meio desse ano então vai ser publicado o laudo, com certeza o território vai estar demarcado (Juraci, quilombola, 2017).

Anexo 04 - BOX 4 - OS POVOS TRADICIONAIS FALAM!

CARTA DO II MUTIRÃO DA ARTICULAÇÃO ROSALINO DE POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS NO TERRITÓRIO XAKRIABÁ, À SOCIEDADE BRASILEIRA E INTERNACIONAL

No momento em que fazemos memória dos 30 anos dos mártires da Terra Indígena Xacriabá; no momento em que a Articulação Rosalino se apresenta como uma frente de defesa dos povos tradicionais em uma conjuntura de ataque e negação de seus direitos; no momento em que a região sofre com o agravamento dos efeitos das mudanças climáticas, intensificadas pela lógica desenvolvimentista predatória dos grandes projetos, reafirmamos nosso compromisso com a luta pela libertação dos territórios e pela construção do bem-viver.

Nós, povos e comunidades tradicionais geraizeiros, quilombolas, catingueiros, apanhadores de flores, veredeiros, vazanteiros juntamente com o povo indígena Xacriabá e organizações aliadas (CIMI, CPT, CAA, de assessoria, ensino e pesquisa e pastorais do campo), estivemos reunidos durante três dias no II Mutirão de Povos e Comunidades Tradicionais realizado na aldeia Itapicuru na Terra Indígena Xacriabá nos dias 10, 11 e 12 de fevereiro de 2017. Vivenciamos momentos de reflexão, de fortalecimento da luta, fazendo memória dos indígenas e outros mártires que doaram vidas em defesa de seus povos, construindo caminhos e renovando esperanças.

Nos momentos de estudos, cada povo relatou suas histórias, seus modos de vida, o contexto atual de conquistas, lutas e desafios. Contamos com a contribuição da Articulação Rosalino que vem se constituindo como espaço de fortalecimento da aliança dos povos tradicionais na luta por seus direitos. Também contamos com a contribuição do Comitê Indígena de Mudanças Climáticas (CIMC) que vem acompanhando os debates e as políticas nacionais e internacionais relacionadas com a degradação climática que vem afetando de forma drástica os nossos modos de vida. Passaram 30 anos do Massacre, mas até hoje as nossas lideranças continuam sob ameaça, na insegurança, tendo que recorrer às instâncias de proteção dos direitos humanos.

No Mutirão dos Povos Tradicionais vimos:

- A riqueza e diversidade de experiências de vida e de agriculturas moldadas em estratégias de convivência com os ecossistemas que compõem o Norte de Minas e nas regiões de serra do Alto Vale do Jequitinhonha. A importância da contribuição dos povos tradicionais à economia regional, com a produção de alimentos e de diversos outros bens necessários à vida humana;
- A força da juventude assumindo o seu legado de luta;
- O avanço de políticas desenvolvimentistas promovidas pelos governos estadual e federal (monocultura de eucalipto, mineração, pecuária extensiva, grandes projetos de irrigação, barragens) que resultou na expropriação territorial de milhares de comunidades tradicionais, na invasão das terras do povo Xacriabá, além do assassinato de camponeses e indígenas. Esse processo ocasionou a degradação das águas, da flora e da fauna. Dezenas de espécies nativas de abelhas necessárias à reprodução das espécies da flora nativa estão sendo extintas. A diversidade de nossas sementes e criações estão sendo comprometidas.
- Milhares de nascentes, rios e pequenos córregos secaram, comprometendo a pesca e a vida dos rios São Francisco, Pardo e Jequitinhonha;
- Com a chegada destes grandes projetos, o nosso modo de viver, as nossas relações comunitárias vêm sendo afetadas pela violência das elites políticas e econômicas que interferem nas nossas organizações, costumes e festejos, com a cooptação ou ameaças às nossas lideranças e à nossa juventude;

- Como compensação à degradação ambiental dos impactos dos grandes projetos foram criadas unidades de conservação estaduais e federais, que incidiram exatamente nos territórios dos povos de comunidades tradicionais. Milhares de famílias de nossos povos foram expulsas ou impedidas ao uso tradicional do manejo dos recursos, da coleta de flores, frutos, remédios e da solta dos animais. Ressalta-se que a preservação desses espaços é fruto justamente de nossa ação, manejo que aprendemos com os nossos antepassados.
- Vimos também diversas iniciativas de resistência de nossos povos como o acesso à terra, demarcação, retomada e gestão de nossos territórios, produção agroecológica, recuperação ambiental e educação contextualizada. Conseguimos desenvolver e aprimorar nosso jeito de produzir, com novas práticas de manejo das águas, das terras, e da coleta extrativista. Melhoramos os processos de beneficiamento da produção e de acesso aos mercados, desenvolvidas por cada povo de acordo com suas demandas locais e regionais. Apoiados pela Articulação Rosalino temos fortalecido nossa aliança pela retomada, gestão e proteção de nossos territórios, a exemplo da luta empreendida pelo povo Xakriabá. Durante o Mutirão o CIMC apresentou os resultados de sua intervenção em nível nacional e internacional no sentido de defender os interesses dos indígenas e de outros povos frente à gravidade da degradação climática. No contexto das mudanças do tempo, os povos indígenas denunciam sua exclusão do processo da construção das políticas de Estado e a priorização de propostas direcionadas ao agronegócio e ao grande capital. E demandam a construção de políticas e programas que incentivem as comunidades a se prepararem e prevenirem para as graves consequências da degradação ambiental e climática que incidem sobre os seus territórios.

No contexto de afrontas aos direitos dos povos tradicionais, denunciemos um conjunto de medidas legislativas, como a PEC 68, a reforma da previdência, a reforma do ensino médio, entre outras, que comprometem os direitos sociais do povo brasileiro. Vimos, no caso particular dos cerrados, que novas políticas e programas vem sendo implementadas e que podem comprometer irreversivelmente este bioma e os seus povos como, por exemplo, o Decreto Presidencial 8.447 que instituiu o Plano de Desenvolvimento Agrícola MATOPIBA, considerado a última fronteira agrícola no Brasil.

Este é o contexto que vivemos atualmente, em que garantias constitucionais vêm sendo ameaçadas pelo atual governo golpista e ilegítimo, sustentado pelo judiciário, legislativo e legitimado pela mídia que controla os grandes meios de comunicação no Brasil.

Nós, povos e comunidades tradicionais, assumindo o papel que nos é reconhecido como guardiões das águas, das terras e das matas, reafirmamos a garantia e demarcação de nossos territórios como primeiro passo para o enfretamento das mudanças do tempo. A luta dos nossos antepassados é a nossa herança! Nesse momento em que cultuamos a memória de nossos mártires, reafirmamos como nosso compromisso e missão com a luta pela libertação dos territórios e pelo bem-viver.

São João das Missões, Terra Indígena Xakriabá, 12 de fevereiro de 2017.

Assinam: Povo Indígena Xakriabá; Articulação Rosalino de Povos e Comunidades Tradicionais; Movimento Geraizeiro; Vazanteiros em Movimento; Comunidades Catingueiras; Comunidades Veredeiras; Povo Quilombola; CODECEX - CIMC – Comitê Indígena de Mudanças Climáticas; CIMI; CAA; CPT; STR de Riacho dos Machados; STR de Porteirinha; STR de Rio Pardo de Minas; Juventude Geraizeira; Representante da RDS Nascentes Geraizeiras; NIISA – Núcleo Interdisciplinar de Investigação Socioambiental – Unimontes; PPGDS.